www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SÁBADO, 26 DE FEVEREIRO DE 2022
NÚMERO 21.530 • 54 PÁGINAS • R$ 3,00

Alexey Nikolsky

Vadim Ghirda/AP Photo

Ele insiste na GUERRA

AFP

Tolga Akmen/AFP
Filippo Monteforte/AFP

Eles querem a PAZ

Depois de invadir a Ucrânia, a Rússia de Vladimir Putin (no alto, à esquerda) ameaça agora a Finlândia e a Suécia de consequências "militares e políticas" sérias, caso os vizinhos se juntem à Otan, que decidiu reforçar o poderio bélico nos países aliados. Contrariando expectativas da comunidade internacional, a ofensiva russa esbarrou em inesperada resistência de Kiev. Sem conseguir tomar nenhuma grande cidade nos dois primeiros dias de ataque, o exército vermelho intensificou os bombardeios na manhã de hoje. Em diversas capitais, como Londres, Roma e Tbilisi, houve manifestações em defesa da paz. Em reunião do Conselho de Segurança da ONU, o Brasil e 10 países condenaram a guerra deflagrada por Putin, mas a Rússia — que tem poder de veto — impediu que a moção de repúdio fosse aprovada.

Embaixadores a Bolsonaro: "Não é hora de ficar no muro"

Artistas do mundo inteiro condenam ataque à Ucrânia

Brasileiros são chamados para ir de trem a Romênia

BC monta plano para conter eventual disparada do dólar

PÁGINAS 2 A 5 E 45

25% a menos **de IPI**

Governo reduz imposto para a indústria. Cigarro fica de fora. PÁGINA 9

Nova troca **na PF**

Delegado Márcio Nunes de Oliveira assume a corporação. PÁGINA 6

Novidades **na Ceasa**

No *CB.Agro*, dirigente confirma a criação do Mercado Central. PÁGINA 42

AFP

Fotografia perde a arte de Dida Sampaio

Referência para diversas gerações de jornalistas, Dida sofreu um AVC e teve morte cerebral, ontem, aos 52 anos. Um dos mais talentosos profissionais em atuação na capital, ele passou pelos principais veículos de imprensa, ganhou prêmios e fez história. PÁGINA 41

Luiz Carlos Azedo
O pacto que faz Bolsonaro se calar diante dos abusos de Putin. PÁGINA 6

Carlos Alexandre de Souza
STF começa o cerco a perfis de usuários do Telegram. PÁGINA 7

Jéssica Eufrásio
Após trégua, policiais do DF dão prazo para reajuste. PÁGINA 42

Jane Godoy
A bela festa da Língua Materna promovida pela AIC. PÁGINA 43

AFP

Conquista na Suprema Corte

Ketanji Brown Jackson é a primeira mulher negra a ser indicada à mais alta esfera da Justiça americana. PÁGINA 8

Maioria do STF aprova revisão de aposentadoria

Beneficiários do INSS que começaram a contribuir antes de 1994 e se aposentaram depois de 1999 poderão pedir a análise e a eventual correção dos benefícios. A medida, com aval do Supremo, dará o direito ao segurado de aproveitar no cálculo todo o tempo trabalhado na vida. PÁGINA 9

ISSN 1808-2661

CONTRARIANDO A EXPECTATIVA DA OTAN, AS TROPAS RUSSAS NÃO CONSEGUIRAM TOMAR NENHUMA GRANDE CIDADE, DEPOIS DE DOIS DIAS DE ATAQUES A INSTALAÇÕES MILITARES E DE INFRAESTRUTURA. BAIRROS DE KIEV FORAM BOMBARDEADOS

Ucrânia **resiste sozinha**

» VINICIUS DORIA
Especial para o **Correio**

Daniel Leal/AFP

Homem vasculha os escombros de um edifício residencial atingido por bombas na Koshytsa Street, um subúrbio residencial ao Norte de Kiev

Quando o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, divulgou no fim da manhã de ontem um vídeo para dizer à população do país que as tropas ucranianas estão resistindo ao avanço de blindados e soldados da Rússia, o barulho de explosões já era ouvido nas cercanias do Palácio do Governo. A primeira batalha em solo para a tomada da capital já estava sendo travada em um bairro da Zona Norte de Kiev, no segundo dia da invasão russa.

"Estamos todos aqui, nossos militares estão aqui, os cidadãos, a sociedade, estamos todos aqui, defendendo nossa independência, nosso Estado", declarou Zelensky, acompanhado dos principais auxiliares do gabinete.

Do outro lado da fronteira, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, também acionava a máquina de propaganda para pressionar as Forças Armadas da Ucrânia a derrubar o governo Zelensky, por meio de um golpe de Estado. Depois de declarar que o governo ucraniano é formado por "drogados e neonazistas", Putin conclamou: "tomem o poder com suas mãos. Parece-me que será mais fácil negociar entre mim e vocês".

No front, as forças russas avançaram rapidamente em direção a Kiev e às principais cidades ucranianas. Os homens ucranianos foram convocados a não deixar o país, para reforçar as forças de defesa. Nas cidades, a população civil está recebendo armas do governo, como fuzis e pistolas, e treinamento de uso.

Quem não conseguiu deixar a capital, buscou abrigo em estações do metrô. Uma das mais procuradas é a Arsenalna, a mais profunda do mundo, mais de 100 metros abaixo do nível da rua. Os moradores levaram mantimentos, roupas e animais de estimação. Depois das 22 horas, Kiev parecia uma cidade-fantasma, com o início do toque de recolher imposto pelo governo.

Fonte do Departamento de Defesa dos Estados Unidos informou que a resistência ucraniana no acesso às principais cidades fez com que o avanço russo perdesse força, ontem. "Seu impulso, particularmente no que diz respeito a Kiev, desacelerou nas últimas 24 horas", disse o funcionário. Ele revelou também que os russos ainda não haviam conseguido controlar o espaço aéreo do país invadido, apesar da supremacia de armamento.

O secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Jens Stoltenberg, revelou que a aliança de defesa reforçará a presença militar no chamado "flanco Leste" (países do Leste Europeu integrados à Otan), posicionando mais soldados e aviões em bases aliadas. A Otan ativou o plano de resposta para a região e anunciou que irá distribuir mais 100 aviões de combate em 30 locais diferentes.

Genya Savilov/AFP

Civis ucranianos recebem armas e treino para resistir aos russos

Já o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, alertou que nenhuma "polegada de território da Otan" será cedida. O Pentágono enviará mais sete mil soldados para a Alemanha.

Sanções

Enquanto bombas e mísseis explodiam em instalações estratégicas de infraestrutura da Ucrânia e atingiam também áreas residenciais, líderes do mundo todo passaram o dia em negociações e reuniões de análise de cenários, cada vez mais incertos por causa das declarações dos senhores da guerra da Rússia.

O ministro das Relações Exteriores, Serguei Lavrov, por exemplo, pediu a rendição. "Estamos prontos para negociações assim que as Forças Armadas ucranianas depuserem as armas."

O Kremlin confirmou a pretensão de enviar negociadores à capital de Belarus, Minsk, para dialogar com representantes do governo Zelensky.

Até agora, os países da Otan vem concentrando as pressões sobre Putin em sanções econômicas cada vez mais severas, restringindo acesso aos mercados financeiros internacionais. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, ampliou o escopo de ameaças: "Os líderes russos enfrentarão um isolamento sem precedentes".

Mas os 27 aliados da Otan não cruzaram a linha proposta, principalmente, pela França, que é a de excluir a Federação Russa do sistema bancário internacional Swift, uma exigência de Kiev. Para Zelensky, os aliados estão fazendo pouco.

"Cancelar vistos para russos? Desconexão do Swift? Isolamento total da Rússia? Expulsão de embaixadores? Embargo ao petróleo? Hoje, tudo deveria estar sobre a mesa", disse.

Pouco depois, Paris e Berlim anunciaram mais sanções, que atingem as finanças de lideranças políticas e militares da Rússia, incluindo Putin e Lavrov.

A guerra afetou eventos esportivos e culturais. A etapa de Sochi da Fórmula 1, marcada para 25 de setembro, foi cancelada. Assim como a temporada de verão do balé Bolshoi, na Royal Opera House, em Londres. E os times de futebol dos dois países não poderão disputar jogos internacionais em seus próprios territórios. A decisão da Champions League, que seria disputada em Moscou, em 28 de maio, passou para Paris. (**Leia mais nas páginas 3 a 5, e 47**)

» Alerta de radiação em Chernobyl

A Ucrânia registrou dados preocupantes de radiação na usina nuclear de Chernobyl, que caiu nas mãos do exército russo. Moscou afirma que está tudo sob controle, "mas não podemos verificar, porque todos os funcionários foram evacuados", disse o vice-diretor do departamento ucraniano que cuida das questões de segurança em instalações nucleares, Alexander Grigorach. Igor Konashenkov, porta-voz do Ministério da Defesa russo, descartou qualquer problema com a usina, fechada desde 1986, quando o reator nuclear explodiu e provocou a maior contaminação radioativa da Europa. "A radiação na área da central nuclear está em conformidade com a norma", assegurou.

Mais de 100 mil pessoas cruzaram a fronteira

A ONU pede "acesso livre e seguro" para quem presta ajuda humanitária na Ucrânia, invadida militarmente na quinta-feira pela Rússia. Também clama pela proteção de crianças e adolescentes, segundo informaram duas emissárias para a infância em conflitos armados e para a violência contra os menores de idade, Virginia Gamba e Najat Maalla M'jid, funcionários da organização.

Mais de 100 mil ucranianos já fugiram do país desde o início da invasão russa, na quinta-feira, segundo informou o alto comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Filippo Grandi.

Para quem precisa ajudar quem não pode sair do país, as equipes de ajuda humanitária devem poder desfrutar de "proteção" ao levar ajuda à população "em todas as regiões da Ucrânia afetadas pelo conflito", declarou o secretário-geral adjunto para Assuntos Humanitários, Martin Griffiths.

Antes do início do conflito, a ONU prestava assistência a cerca de 3 milhões de pessoas, em particular no leste da Ucrânia, lembrou. Além disso, Griffiths esclareceu que, neste momento, todos as equipes do sistema das Nações Unidas continuam na Ucrânia, apenas o pessoal não essencial e parentes foram evacuados.

Também indicou que haverá uma solicitação de recursos em Genebra nos próximos dias para fazer frente a uma "escalada de necessidades" que deverá figurar "entre as mais altas". O impacto das sanções econômicas impostas à Rússia para o trabalho das organizações humanitárias está sendo avaliado em conjunto com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), acrescentou o funcionário.

Proteção às crianças

Em comunicado conjunto, as emissárias da ONU Virginia Gamba e Najat Maalla M'jid lembraram a "todas as partes" envolvidas no conflito que a proteção aos civis, em especial as crianças, deve ser "a principal prioridade".

"Os 7,5 milhões de menores na Ucrânia devem ser protegidos das consequências do conflito" e "não devem ser recrutados ou utilizados", diz a nota. "Instamos todas as partes a que se abstenham de atacar infraestruturas civis, em particular, as que têm impacto para as crianças, como escolas e instalações médicas, assim como sistemas de água e saneamento."

Attila Kisbenedek/AFP

Número de refugiados a caminho da fronteira aumenta a cada dia

GUERRA NO LESTE EUROPEU

KREMLIN AMEAÇA FINLÂNDIA E SUÉCIA DE CONSEQUÊNCIAS "MILITARES E POLÍTICAS" SÉRIAS, CASO ENTREM PARA A OTAN, QUE REFORÇARÁ PRESENÇA MILITAR NOS PAÍSES ALIADOS

Moscou mira a Escandinávia

AFP

Manifestantes usam as cores da bandeira ucraniana, em Estocolmo

Depois de entrar em guerra com a Ucrânia, a Rússia, agora, ameaça as vizinhas Finlândia e Suécia de "repercussões militares e políticas sérias", caso as nações escandinavas optem por se juntar à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) após a invasão de Kiev. "A Finlândia e a Suécia não devem garantir sua segurança prejudicando a de outros países", disse, em uma coletiva de imprensa, a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores russa, Maria Zakharova. A Aliança Atlântica anunciou que reforçará a presença militar em países membros da organização.

Segundo Zakharova, "claramente, a adesão da Finlândia e da Suécia à Otan, que é, antes de tudo, uma aliança militar, teria sérias repercussões político-militares, que exigiriam uma resposta de nosso país", destacou. Na quinta-feira, a primeira-ministra finlandesa, Sanna Marin, disse que o debate interno sobre a adesão à Otan "mudará após o início de uma guerra na Ucrânia". Tanto Marin quanto o presidente do país, Sauli Niinisto, condenaram veementemente o ataque da Rússia ao vizinho.

"Condeno veementemente as medidas militares que a Rússia iniciou na Ucrânia", tuitou Niinisto. O presidente, contudo, descartou a possibilidade de a Finlândia aderir à Otan, em resposta à guerra. "Agora, estamos ouvindo comentários sobre a inscrição e a adesão. Essas reações sensíveis são compreensíveis, mas não podem realmente funcionar no mundo real", disse ele.

A primeira-ministra sueca, Magdalena Andersson, também manifestou-se contra a invasão de Kiev pelo Twitter, dizendo que "os atos da Rússia são, também, um ataque à segurança europeia". Assim como o colega finlandês, Andersson não sinalizou para uma possível adesão à Otan.

As ameaças anunciadas pela porta-voz do Ministério das Relações Exteriores russo vieram depois de o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, confirmar que o país estava recebendo apoio de ambas as nações. "Agradecido (à Finlândia) por alocar US$ 50 milhões em ajuda. É uma contribuição efetiva para a coalizão antiguerra. Continuamos trabalhando. Precisamos aumentar as sanções e o apoio à defesa (da Ucrânia)", escreveu ele, em um tuíte. Também pela rede social, o governante informou que "a Suécia fornece assistência militar, técnica e humanitária à Ucrânia. Grato por seu apoio efetivo. Construindo juntos uma coalizão anti-Putin".

AFP

Finlandeses protestam contra a guerra em frente à embaixada russa em Helsinque: ajuda financeira ao governo de Zelensky

Histórico

Essa não é a primeira vez que Moscou entra em conflito com os vizinhos escandinavos. Em 30 de novembro de 1939, durante a Segunda Guerra Mundial, a então União Soviética reivindicou a região, no que ficou conhecido como Guerra de Inverno. O conflito durou até 12 de março do ano seguinte, com a assinatura de um tratado de paz. O resultado foi considerado misto, com Helsinque concordando em ceder 10% do território e 20% da sua capacidade industrial à URSS.

Durante a Guerra Fria, embora a Suécia tenha se mantido neutra, colaborou com as nações ocidentais contra a União Soviética, infiltrando oficiais em missões que tinham Moscou como alvo. Nos anos de 1980, o país se viu ameaçado pela ronda constante de barcos e submarinos russos em suas águas, levando o então primeiro-ministro, Carl Bildt, a enviar uma nota de censura ao presidente da URSS na época, Boris Iéltsin.

A Otan terá novos reforços de militares dos EUA para auxiliar os aliados europeus. "Ordenei o envio de forças adicionais para aumentar nossas capacidades na Europa para apoiar os aliados da Otan", disse o presidente norte-americano, Joe Biden. "Como disse ontem (quinta-feira), os Estados Unidos defenderão cada centímetro do território da Otan."

Horas antes, o secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, havia afirmado que a aliança incrementará as defesas no flanco leste com soldados e meios aéreos. "A Rússia lançou uma invasão contra a Ucrânia com o objetivo claro de chegar a Kiev e acabar com o governo. Mas os objetivos do Kremlin não se limitam à Ucrânia", alertou. A força da Otan é composta por 40 mil soldados.

> **"A Rússia lançou uma invasão contra a Ucrânia com o objetivo claro de chegar a Kiev e acabar com o governo. Mas os objetivos do Kremlin não se limitam à Ucrânia"**
>
> ***Jens Stoltenberg,*** *secretário-geral da Otan*

Bens de Putin congelados

Em ações sintonizadas, Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia decidiram, ontem, impor sanções ao presidente russo, Vladimir Putin, e a seu ministro das Relações Exteriores, Serguei Lavrov. Inicialmente, uma ação direta contra o chefe do Kremlin estava praticamente descartada pela Casa Branca, mas, com o agravamento da ofensiva na Ucrânia, a situação mudou. A proibição de entrada em território americano está entre as medidas.

A reação de Moscou não tardou. A porta-voz da chancelaria russa, Maria Zakharova, considerou que a iniciativa mostra a "impotência" dos países do Ocidente. Ela alertou que as relações entre Moscou e as potências ocidentais estão se aproximando de um "ponto de não retorno". "Não foi nossa opção. Queríamos o diálogo, mas os anglo-saxões fecharam essas opções uma atrás da outra e começaram a agir de forma diferente", acusou a porta-voz.

Primeiro a adotar as sanções, o bloco europeu aprovou o congelamento de ativos de Putin e do chanceler, ainda pela manhã. "O presidente e o ministro das Relações Exteriores estão na lista. Haverá todo um trabalho (...) para identificar os bens a serem congelados", anunciou o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, ao fim de uma reunião de emergência.

Além de Putin e Lavrov, Borrell disse que serão alvo da ofensiva "os membros restantes da Duma russa (câmara baixa do parlamento) que apoiam essa agressão".

Em Londres, o Tesouro britânico incluiu Putin e Lavrov na lista de oligarcas russos que já tiveram suas propriedades e contas bancárias no Reino Unido congeladas.

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, fez um apelo dramático para endurecer as sanções europeias à Rússia. No entanto, o principal pedido, para que o sistema financeiro russo fosse excluído do sistema interbancário Swift, não foi adotado pela UE.

Celebridades condenam invasão

A ofensiva da Rússia contra a Ucrânia desencadeou uma forte reação de artistas do mundo inteiro contra o conflito. Cantores, atores e outras personalidades da mídia pediram a paz entre os dois países. Apesar de criticarem os atos violentos, as celebridades russas preferiram não "cruzar a linha vermelha", evitando mencionar diretamente o nome do presidente Vladimir Putin.

"Medo e dor. Não à guerra", postou em uma rede social Ivan Urgant, um famoso apresentador de um programa de televisão russo. Oxxxymiron, o rapper mais popular do país, declarou, em vídeo, que era "contra essa guerra que a Rússia está desencadeando contra a Ucrânia". Ele chamou a invasão de "uma catástrofe e um crime". Elena Tchernenko, correspondente do Kommersant, jornal considerado próximo do poder, organizou uma petição contra a guerra, assinada por uma centena de pessoas.

O mesmo tipo de posicionamento também foi assumido por Yan Nepomniachtchi, o melhor jogador de xadrez da Rússia. "A história conheceu muitos dias sombrios. Mas hoje é ainda mais sombrio", escreveu em seu perfil no twitter no dia da invasão russa.

Apesar de não atacarem o governo russo diretamente, as personalidades nacionais enfrentam consequências do posicionamento contrário ao Kremlin. Tchernenko perdeu seu credenciamento de imprensa concedido pelo Ministério das Relações Exteriores por "falta de profissionalismo", relatou a repórter no Telegram, e uma apresentação de Ivan Urgant, que seria realizada ontem, foi cancelada devido a "mudanças de grade relacionadas à situação atual", informou em um comunicado o canal público Pervy Kanal.

Celebridades de outros países, sem essa pressão, defenderam abertamente a Ucrânia. O ator e diretor americano Sean Penn está na capital Kiev para filmar um documentário e "dizer ao mundo a verdade sobre a invasão russa ao nosso país", informou a Presidência ucraniana.

"Não podemos ficar de braços cruzados quando uma criança grande bate em uma menor", declarou o escritor norte-americano Stephen King. "Apoio à Ucrânia", tuitou o ator Ashton Kutcher, casado com a atriz Mila Kunis, nascida na Ucrânia.

Por sua vez, o ator Gérard Depardieu não se manifestou após a invasão. Há poucos dias, o francês, que ganhou a nacionalidade russa em 2013, postou no Instagram uma foto beijando o presidente Putin com a legenda "amizade".

Divulgação/Governo da Ucrânia

O ator americano Sean Penn, em Kiev, onde grava um documentário sobre o conflito

GUERRA NO LESTE EUROPEU

ITAMARATY SE AFASTA DA POSTURA DE BOLSONARO E, EM TOM CAUTELOSO, EMBAIXADOR BRASILEIRO NO CONSELHO DE SEGURANÇA CRITICA ATAQUE À UCRÂNIA. RESOLUÇÃO CONTRÁRIA À INVASÃO FOI DERRUBADA PELO VOTO RUSSO

ONU: Brasil condena ataque

» MICHELLE PORTELA

Numa postura descolada daquela que vem adotando o presidente Jair Bolsonaro, o Brasil condenou a invasão da Rússia à Ucrânia, durante a reunião de ontem do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). A resolução de condenação recebeu 11 votos a favor e três abstenções. A moção, porém, não foi aprovada, pois o voto de qualidade da Rússia — que é membro permanente do colegiado, e também ocupa atualmente sua presidência — foi suficiente para rejeitá-la.

A posição brasileira era muito aguardada, já que o Ministério das Relações Exteriores vem adotando uma postura alinhada com Bolsonaro — que, por ter estado há poucos dias com Putin, tem se esquivado de criticar o presidente russo. Porém, no voto lido pelo embaixador brasileiro na ONU, Ronaldo Costa Filho, o Brasil se colocou contra a invasão à Ucrânia e a guerra entre os dois países.

"A integridade territorial e a soberania [dos países] não são palavras vazias. É nosso dever dar significado concreto a elas. Precisamos criar condições de diálogo enquanto garantimos que a invasão no território soberano seja inaceitável", condenou.

Costa Filho alertou que o mundo vive um momento "sem precedentes" e uma "violação à Carta da ONU". Por isso, segundo o embaixador, o Brasil está "profundamente preocupado" com a operação militar russa e alertou: "uma linha foi cruzada".

Ainda que não tenha usado palavras duras como os representantes dos Estados Unidos e do Reino Unido, para o representante brasileiro é importante retomar as negociações para pôr fim ao conflito. "Precisamos buscar caminhos para a paz na Ucrânia, não recuar nas negociações diplomáticas. As vidas de milhões estão sob ameaça. No fim, a paz precisa prevalecer", defendeu.

> **"Integridade territorial e a soberania não são palavras vazias"**
>
> *Trecho do voto brasileiro lido pelo embaixador Ronaldo Costa Filho*

A resolução pedia que a Rússia "retirasse imediata, completa e incondicionalmente" as forças militares da Ucrânia e "revertesse" a decisão de reconhecer a independência das províncias de Donetsk e Luhansk, uma vez que "viola a integridade territorial". Votaram pela condenação ao ataque russo Albânia, Brasil, EUA, França, Gabão, Gana, Irlanda, México, Noruega, Quênia e Reino Unido. China, Emirados Árabes Unidos e Índia se abstiveram e Rússia foi contra.

Pelo Twitter, o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, agradeceu o voto brasileiro de condenação à Rússia

Pressão de Washington

Mais cedo, antes da votação no Conselho de Segurança, o ministro de Relações Exteriores, Carlos França, conversou por telefone com o secretário de estado norte-americano, Antony Blinken, em mais um movimento de pressão de Washington para que o Brasil assuma uma postura mais dura contra Moscou. O chanceler brasileiro escutou que os EUA consideraram insuficiente a nota emitida pelo Itamaraty, na última quinta-feira, na qual afirmava que "o Brasil não pretende contribuir para rufar os tambores da guerra".

ONU/Divulgação

Voto lido por Ronaldo Costa Filho não foi de veemente condenação à Rússia, mas mostrou reposicionamento diplomático

Trem rumo à Romênia é esperança de fuga

Depois de o Ministério das Relações Exteriores anunciar, na última quinta-feira, que não teria condições de ajudar na retirada dos brasileiros residentes na Ucrânia, a embaixada em Kiev deu, ontem, uma pequena esperança àqueles que desejam deixar o país. Na página da representação diplomática, anunciou vagas no trem que liga a cidade a Chernivtsi, na fronteira com a Romênia. Porém, o fez de forma desorganizada e com poucos detalhes, segundo relatos de brasileiros que moram na Ucrânia.

Isso porque as instruções e o aviso para o embarque foram publicados, na página da embaixada no Facebook, pouco tempo antes da partida do trem. Dessa forma, somente 20 pessoas teriam conseguido as vagas para fugir da iminente invasão russa de Kiev.

De acordo com o comunicado da representação brasileira, "haverá hoje (ontem) trem que partirá às 22h (17h pelo horário de Brasília) da Estação Central de Kiev com destino à cidade de Chernivtsi". O texto traz, ainda, que "caso considerem que a situação de segurança em suas localidades o permita, cidadãos brasileiros e latino-americanos registrados junto à embaixada poderão dirigir-se à estação".

O comunicado destacou, também, que "a situação de segurança e de disponibilidade de transporte na cidade é instável e sujeita a mudanças repentinas, de modo que não é possível garantir a partida ou lugares suficientes". Segundo a representação, quem tiver interesse em ir embora da Ucrânia deve se apresentar à administração da estação — que, segundo a nota, está avisada para a chegada de brasileiros — na plataforma 5 e embarcar em qualquer vagão.

Porém, relatos de quem chegou à fronteira da Ucrânia com a Romênia — são mais de 11 horas de viagem — dão conta de que não existem locais de hospedagem. E que a fila para validar a entrada no país vizinho é grande.

As autoridades brasileira em Kiev avisaram que a prioridade é para mulheres, crianças e idosos. Mais: alertaram que não garantem a segurança dos brasileiros que decidirem fazer o trajeto rumo à fronteira romena. Isso porque os russos também estão atacando pelo ar e o trem corre o risco de ser atacado pelo ar ou ser bloqueado pelas tropas em avanço no território ucraniano.

"Os cidadãos que decidirem escolher essa viagem o farão por conta e risco próprio. A embaixada terá condições mínimas de prestar ajuda durante o trajeto até a fronteira com a Romênia", adverte a nota. **(MP com Fabio Grecchi)**

Aviso para "descer" do muro

» LUANA PATRIOLINO

Incomodados com a falta de clareza do Brasil sobre o ataque à Ucrânia, embaixadores da União Europeia, de países das Américas e do Japão cobraram, ontem, uma "condenação veemente" do presidente Jair Bolsonaro. E alertaram: "ignorar a situação" pode gerar futuras ameaças a outras nações.

Douglas Koneff, encarregado de negócios da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, não usou de meias palavras para deixar claro que a omissão de Bolsonaro é prejudicial. "Não é tempo de ficar no muro. Todos os países devem condenar o ataque. A voz do Brasil importa. Temos confiança de que o Brasil vai fazer o correto", cobrou.

A reunião entre os embaixadores precedeu um encontro deles com representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE). O representante da União Europeia, Ignacio Ybañez, avisou: o Brasil, por ser membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, não pode se esconder na neutralidade. "Estamos passando uma mensagem muito clara ao governo brasileiro, que tem a responsabilidade grande por estar no Conselho de Segurança", alertou.

"Esse não é só um problema europeu, é um problema internacional. Se ignorarmos, agora, uma agressão como essa, no futuro o mesmo pode ocorrer na Ásia ou na América Latina", argumentou o embaixador japonês, Teiji Hayashi

Heiko Thoms, representante da Alemanha, foi enfático ao afirmar que Bolsonaro deve ser explícito. "Precisamos de uma condenação clara e unânime de todas as nações membros da ONU, incluindo o Brasil", cobrou.

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Koneff deu o tom que quer de Bolsonaro: de condenação à Rússia

Sanções comerciais

Mas, nos bastidores do Itamaraty, a postura permanece sendo de condenar os ataques, mas sem fechar diálogo com Moscou. Isso porque o temor é que uma condenação veemente pode levar o presidente Vladimir Putin a mandar suspender acordos bilaterais e impor sanções às mercadorias brasileiras que fazem parte da pauta comercial entre os dois países.

Bolsonaro, porém, não deu qualquer indício de que vá abandonar a postura que adotou até agora. Sua única manifestação foi, na live da última quinta-feira, ao lado do chanceler Carlos França, uma crítica irritada com a opinião do vice-presidente Hamilton Mourão — que condenou a invasão, comparou Putin ao ditador nazista Adolf Hitler e que não basta impor sanções econômicas aos russos, mas que se deve agir militarmente contra eles.

Agressão à democracia, diz Tkach

» TAÍSA MEDEIROS

A falta de contundência do governo do presidente Jair Bolsonaro à invasão russa recebeu, ontem, severas críticas do encarregado de Negócios da Ucrânia no Brasil, Anatoliy Tkach. Segundo ele, não se trata mais de "apoiar um país ou outro", mas de uma violação à Carta das Nações Unidas e uma agressão aos princípios democráticos.

"Estamos observando uma violação do direito internacional e a própria Carta das Nações Unidas. Isso já quer dizer que a situação não é apoiar um país ou outro. A situação é estar a favor dos valores democráticos", disse.

Na reunião com diplomatas de várias representações em Brasília, Tkach pediu para que os países mostrem solidariedade com os ucranianos impondo sanções à Rússia e ajudando na resistência ao invasor.

"Apoio à Ucrânia com armas, equipamentos de proteção, combustíveis e fornecer o apoio financeiro. Apreciamos as sanções já impostas pela União Europeia, Austrália, Canadá, especialmente as sanções muito fortes que já foram impostas por Estados Unidos e Reino Unido, que estão prejudicando severamente a economia russa. Pedimos que o mundo reforce ainda mais essas sanções", salientou.

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Representante da Ucrânia cobrou do Brasil sanções à Rússia

Tkach ressaltou a importância do Brasil num processo de retomada da paz. Para ele, é preciso que o país também imponha sanções econômicas à Rússia e se una aos demais países na condenação à guerra.

Segundo Tkach, a ofensiva russa contra a capital ucraniana, Kiev, causou a morte dos quatro civis e ferimento de outras 15 pessoas. Mas, conforme disse, o ataque do invasor está sendo indiscriminado e atingindo locais que deveriam ser preservados.

"Um dos mísseis atingiu um orfanato nas proximidades de Kiev, com 50 crianças dentro. Por sorte, não tivemos informações de mortes", comentou. Tkach assegurou que os russos perderam cerca de mil soldados até agora, além de 80 tanques e 516 blindados.

O representante ucraniano também se mostrou preocupado com a tomada da área da central nuclear de Chernobyl, que em 1986 foi palco de um dos maiores desastres nucleares do século 20. Conforme Tkach, o aumento nos índices de radiação mostra que os russos praticam alguma espécie de manipulação do local. "Só podemos acreditar que o aumento do nível (da radiatividade) foi causado pelo movimento dos armamentos pesados", relatou.

GUERRA NO LESTE EUROPEU

AUTORIDADE MONETÁRIA AVISA AO MERCADO QUE SEPAROU UMA PARTE DAS RESERVAS INTERNACIONAIS PARA CONTER UMA EVENTUAL DISPARADA DOS PREÇOS DO DÓLAR POR CAUSA DO CONFLITO ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA

Banco Central monta seu **arsenal**

» DEBORAH HANA CARDOSO

O Banco Central avisou ao mercado que já montou seu arsenal para enfrentar uma possível turbulência no câmbio, caso a guerra entre a Rússia e a Ucrânia se prolongue e ganhe proporções ainda maiores. Em comunicado feito por intermédio do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef), a autoridade monetária informou que separou uma parte das reservas internacionais do país, que chegam a US$ 357 bilhões, para conter a disparada do dólar. A moeda norte-americana tem forte influência na inflação brasileira, por ditar dos preços do pãozinho francês aos valores dos combustíveis nas bombas.

A estratégia do BC inclui, ainda, a taxa básica da economia (Selic), que está em 10,75% ao ano. O Comitê de Política Monetária (Copom) já avisou que continuará aumentando os juros até que o aperto faça com que a inflação convirja para a meta deste ano, de 3,5%, podendo oscilar 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima. Por enquanto, a ideia da instituição é não pisar mais no acelerador, uma vez que a Selic saiu de 2%, no início do ano passado, para o nível atual. A alta de 8,75 pontos é a maior desde que o regime de metas foi adotado, em 1999.

Commodities

Segundo Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central, é natural que a autoridade monetária se prepare para tempos de incertezas, como os atuais. "O Brasil tem centenas de bilhões de reservas, e é para isso que estão lá, para eventos incertos", disse. Ele ressaltou que o conflito armado no Leste Europeu tende a ser inflacionário, por impactar as cotações das commodities, em especial do petróleo. "No horizonte de 12 meses, não há perspectiva de diminuição dos juros, eles continuarão em um patamar elevado. Isso não depende só da nossa economia, mas dos rumos da economia global", explicou.

Para o economista Roberto Luiz Troster, o BC está corretíssimo em se preparar para intervir no câmbio em caso de aumentos expressivos do dólar, uma vez que a inflação já está muito alta no país — mais de 10% ao ano. "A medida é boa, oportuna. Não dá para se concentrar apenas na política de juros", frisou. Na avaliação de Eduardo Velho, da JF Trust, as reservas internacionais do país estão acima do nível ótimo. E serão fundamentais casos outros conflitos ocorram no mundo, como a invasão de Taiwan pela China. "O BC precisa mostrar suas armas, até para deixar claro ao mercado", assinalou.

Analista de renda variável da Ouro Preto Investimentos, Bruno Komura afirmou que o BC deve conter todos os movimentos especulativos no câmbio, para dar mais previsibilidade aos agentes econômicos. No entender dele, a venda de moeda norte-americana no mercado à vista é a melhor estratégia para evitar volatilidade extrema. Ele destacou ainda que a inflação continuará no radar dos investidores, especialmente por causa do petróleo, que voltou para a casa dos US$ 100 o barril.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Economistas veem como boa a decisão da autoridade monetária de intervir no câmbio quando necessário. Juros vão subir mais

O Brasil tem centenas de bilhões de reservas, e é para isso que estão lá, para eventos incertos"

Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central

Brasil sofrerá bastante

A economia brasileira sentirá o peso do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, acredita a economista sênior da LCA Consultores, Thaís Zara. Segundo ela, a guerra chega em um momento complexo para o país, de desaceleração da atividade, por um lado, e de pressões inflacionárias, por outro. Dependendo do tempo que se prolongar a guerra, o Brasil será impactado pelo gargalo de oferta nas cadeias produtivas, uma vez que boa parte dos insumos industrializados passa pela região conflagrada.

"O prolongamento dos gargalos de oferta nas cadeias produtivas e as pressões sobre preços tendem a agravar o quadro inflacionário doméstico, que já terá de lidar com as incertezas internas relativas ao ciclo eleitoral que se aproxima. Isso tende a turvar ainda mais as perspectivas para a economia brasileira, tanto do ponto de vista de crescimento quanto de inflação", afirmou. Ela destacou que é importante entender quais são as possíveis implicações econômicas do conflito.

Para Thaís, o principal receio é de perturbações prolongadas na oferta global de matérias primas — em especial trigo, petróleo e gás natural — das quais tanto a Ucrânia quanto a Rússia são importantes exportadores. "Um aumento duradouro dos preços desses produtos agravaria as dificuldades globais para lidar com a forte alta recente da inflação. E, assim, o crescimento global também seria prejudicado. Não é só. "A tensão geopolítica também leva à maior aversão ao risco global, o que costuma ser desfavorável a economias emergentes.

Guedes busca investidores

» FERNANDA STRICKLAND

O ministro da Economia, Paulo Guedes, vai aproveitar o carnaval para se reunir com investidores estrangeiros a fim de convencê-los de que o Brasil está preparado para enfrentar toda a turbulência internacional, no caso de prolongamento da guerra entre Rússia e Ucrânia. Ele pretende conversar com bancos e investidores institucionais dos Estados Unidos. Guedes levará aos donos do dinheiro o repetitivo discurso de que o "Brasil está condenado a crescer" e que tem hoje pelo menos R$ 825 bilhões em projetos contratados, cifra que pode ir a R$ 1,3 trilhão até o fim do ano. Não será fácil para o ministro reverter o pessimismo com o governo de Jair Bolsonaro, considerado uma fonte constante de crises.

Ontem, depois de muito nervosismo, houve um certo respiro nos mercados. O Ibovespa, principal índice de lucratividade da Bolsa de Valores de São Paulo, registrou alta de 1,39%, nos 113.142 pontos. Os investidores viram oportunidades de compras depois de dois dias de tombo. Já o dólar, visto como um ativo de proteção em períodos de incertezas, avançou 1,25%, para R$ 5,17. "Vínhamos de duas quedas seguidas na Bolsa, mas, ontem, o impulso de entrada de estrangeiros salvou o dia. O saldo do mês de recursos vindos de fora para a Bolsa ficou em R$ 24 bilhões", disse Fabrício Gonçalves, CEO da Box Asset Management.

O quadro de incertezas, porém, continua latente, ressaltou o CEO da Top Gain, Alisson Correia. Para ele, a calmaria que se viu ontem tem a ver com a percepção dos investidores de que não se espera uma retaliação com armas de países do Ocidente contra a Rússia. A tendência é de que todas as ações em direção ao país de Vladimir Putin se deem por meio de sanções econômicas. "Vamos ver como tudo irá se desenrolar nos próximos dias", frisou.

Conexão diplomática

silvioqueiroz.df@gmail.com

E o Itamaraty falou mais alto

A expectativa que cercou a definição do voto do Brasil na reunião extraordinária de ontem do Conselho de Segurança da ONU, sobre a guerra na Ucrânia, teve um desfecho que, à primeira vista, parece dizer que prevaleceu a linha de intervenção defendida pelo corpo profissional da diplomacia. Ainda que o presidente Jair Bolsonaro não tivesse feito um pronunciamento claro sobre a crise — depois de ter visitado Moscou e se declarado "solidário" ao colega Vladimir Putin — o representante do país no Conselho endossou o projeto de resolução apresentado pelos EUA, condenando como uma "agressão" a ofensiva da Rússia contra o vizinho.

Desde o avanço das tropas russas, na madrugada de quinta-feira, aguardava-se um pronunciamento do governo brasileiro — o Planalto mantinha silêncio até ontem. O Itamaraty divulgou nota no fim da manhã, na qual exercitou um difícil equilíbrio entre a pressão externa por uma condenação expressa ao uso da força por um Estado contra outro e a reticência do presidente a se indispor com um parceiro a quem acabava de prestigiar com uma visita, bem em meio à escalada de tensões.

Entre as conveniências do Planalto e os parâmetros adotados pelo Itamaraty, o voto favorável à resolução proposta por Washington representou tempo diplomático para que o Brasil tente se acomodar entre pressões contraditórias que incidem sobre um governo que, além de tudo, olha com atenção máxima para a eleição de outubro, quando o presidente disputará a reeleição.

Corda-bamba

Por dois dias, o governo Bolsonaro se viu sob pressão interna e externa para tomar posição clara na crise ucraniana. De um lado, Bolsonaro foi desafiado a escolher entre uma afinidade pessoal com o colega russo e uma política, anunciada ainda em campanha eleitoral, de realinhar o Brasil com a diplomacia de Washington.

Inspirada pelo entusiasmo do presidente com as linhas de ação de Donald Trump, na Casa Branca, essa linha-mestra da política externa nos primeiros dois anos de mandato foi posta em xeque com a derrota do presidente americano para o desafiante democrata Joe Biden, em 2020.

O voto alinhado aos EUA, na crítica reunião de ontem, pode ter dissipado uma das áreas de turbulência, mas resta para o Planalto e o Itamaraty lidarem com os desdobramentos da opção, feita nos últimos dias, de subestimar os riscos de guerra. Com a Ucrânia sufocada pelo avanço russo e virtualmente isolada do exterior, o governo pena para elaborar um plano eficaz para a retirada de cerca de 500 brasileiros até ontem retidos em território ucraniano.

Até a véspera do ataque russo, a orientação da embaixada brasileira em Kiev era para que os cidadãos se mantivessem em casa. Nenhum plano de retirada foi colocado em prática até que a situação real tornasse inviável qualquer iniciativa prática.

Ao pé da letra

E, como o diabo mora nos detalhes, nessa crise da Ucrânia ele pode estar em uma letrinha apenas. Porque o nome que se dá a um lugar em disputa pode implicar a tomada de partido — consciente ou não. É o que acontece com uma dessas duas regiões separatistas que a Rússia reconheceu como Estados soberanos.

Luhansk é como vemos grafado (e pronunciado) por aqui, em linha com o padrão adotado pela mídia ocidental. Assim, com "h" (aspirado), é como se fala em ucraniano. Em russo, que é a língua de dois terços da população local, se escreve e se fala Lugansk (é o mesmo com "herói", que, em russo, é escrito e pronunciado "guerói"). Como se vê, "h" ou "g", nesse caso, é bem mais do que uma questão de fonética...

Muro de Berlim

Por fora da questão diretamente entre Rússia-Ucrânia-Otan, interessante acompanhar a Alemanha. A ministra de Relações Exteriores, Annalena Baerbock, é dos Verdes, o partido ecopacifista surgido nos anos 1980 — com uma das raízes nos protestos em massa contra a instalação de mísseis nucleares da Otan no território alemão.

Nessas quatro décadas, os Verdes foram tradicionalmente adversários da participação do país em missões militares externas. Acontece que, na reunificação alemã, em 1989/90, a legenda incorporou os movimentos que combateram o regime socialista da hoje finada Alemanha Oriental. E, com eles, internalizou um pronunciado viés antirrusso.

Agora, Annalena Baerbock se coloca em tom bem mais próximo ao dos EUA e da Otan que o chanceler (chefe de governo), o social-democrata Olaf Scholtz — que, como ex-ministro da Economia e realpolitiker, sabe do lugar central que a Rússia ocupa na política externa alemã, mais ainda nessas três décadas de pós-Guerra Fria.

Terceira Guerra

O desenrolar da crise no Leste Europeu reconfirma a máxima de que "a vida imita a arte". Na virada dos anos 1970 para os 1980, momento decisivo para a disputa entre EUA e URSS, o general britânico sir John Hackett, que chegou a integrar o comando da Otan, lançou o livro *Terceira Guerra Mundial/1985*. A trama se baseia, em grande parte, nos estudos estratégicos da aliança ocidental em torno dos cenários militares de uma ofensiva do Pacto de Varsóvia — a réplica do bloco pró-soviético à Otan.

Curiosamente, mas não de todo surpreendente, o episódio que serve como estopim para o conflito se relaciona ao nacionalismo na Ucrânia — na época, uma das repúblicas que formavam a União Soviética.

Jovem Guarda

Como subsídio para entender como a crise na Ucrânia remete a substratos profundos da psique coletiva, vale a leitura de um romance da prolífica literatura soviética ambientada na 2ª Guerra Mundial. *A Jovem Guarda*, de Alexander Fadeyev, tem no centro do enredo um grupo de jovens da região do Donbass — a mesma que é pivô do conflito atual — na resistência à ocupação nazista.

PODER

Alta rotatividade no comando da PF

Delegado Márcio Nunes de Oliveira assume como quarto diretor-geral da corporação no governo Bolsonaro. Ele substitui Paulo Maiurino

» MICHELLE PORTELA

O presidente Jair Bolsonaro trocou, mais uma vez, o diretor-geral da Polícia Federal. O delegado Márcio Nunes de Oliveira será o quarto chefe da corporação neste governo. Até então secretário-executivo do Ministério da Justiça, ele substitui Paulo Maiurino, que estava na função desde abril do ano passado.

A troca foi publicada na edição extra do *Diário Oficial da União* (*DOU*) de ontem. A decisão foi assinada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, um dos caciques do Centrão, base de apoio do governo.

Em postagem nas redes sociais, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, anunciou as mudanças. Maiurino assumirá o comando da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad).

"Ao dr. Maiurino, meu reconhecimento pelo trabalho diário de reforçar o papel da Polícia Federal como instituição autônoma, sim, mas com respeito a preceitos fundamentais da corporação, como hierarquia e disciplina. Sua experiência profissional será fundamental à frente da Senad", escreveu o ministro no Twitter.

A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) e a Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (Fenadepol) ressaltaram, em nota, que Márcio Nunes de Oliveira "possuiu vasta experiência na corporação e currículo condizente com as responsabilidades e desafios do cargo que agora passa a ocupar". As entidades, no entanto, mostraram preocupação com mais uma mudança na cúpula da corporação. "Sucessivas trocas no comando da instituição geram consequências administrativas e de gestão, que podem prejudicar a celeridade e a continuidade do trabalho de excelência apresentado pela PF", enfatizaram.

Tom Costa/MJSP

Márcio Nunes de Oliveira foi superintendente da Polícia Federal no Distrito Federal e é respeitado dentro da instituição

Cargo da insegurança

Veja quem já ocupou a cadeira número 1 da PF no governo Bolsonaro e por quanto tempo

» **Maurício Valeixo:** 1 ano e três meses

» **Rolando de Souza**: 11 meses

» **Paulo Maiurino**: 10 meses

Investigação

Eventos ocorridos nos últimos meses podem ter contribuído para a movimentação na Polícia Federal. No início de fevereiro, a corporação entregou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o relatório da investigação contra Bolsonaro na qual concluiu que o presidente cometeu crime ao divulgar informações sigilosas de inquérito sobre ataque hacker aos sistemas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O chefe do Executivo não foi indiciado, porém, sob justificativa de foro privilegiado, conforme sustentou a delegada Denisse Ribeiro, responsável pelo caso e que assina o documento.

Na quinta-feira, o Ministério da Justiça nomeou Cristiano Barbosa Sampaio para exercer o cargo de coordenador-geral de pesquisa e inovação da Secretaria Nacional de Segurança Pública. A portaria foi assinada por Márcio Nunes de Oliveira.

Sampaio é investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) por suposta participação em organização criminosa que atuaria obstruindo e vazando informações a investigados pela Polícia Federal em Tocantins.

No ano passado, ele foi alvo da operação que afastou o governador de Tocantins, Mauro Carlesse (PSL), do cargo.

Por meio de nota, o Ministério da Justiça explicou que "o inquérito está em andamento, não havendo nenhuma conclusão sobre as suspeitas levantadas". "Por outro lado, o delegado de Polícia Federal Cristiano Barbosa Sampaio apresenta elevada experiência profissional e tem muito a contribuir com o Ministério da Justiça e Segurança Pública" completou o comunicado.

Gestão com muitas rusgas

Nos bastidores da Polícia Federal, delegados comentam que, quando Paulo Maiurino assumiu a Direção-Geral da corporação, foi por uma indicação interna, aceita pelo ministro da Justiça, Anderson Torres. Mas há relatos divergentes sobre o relacionamento entre os dois: parte dos delegados diz que eles eram bem alinhados, outra parte afirma que não tinham uma relação próxima.

O novo diretor-geral, porém, é afinado com Anderson Torres. Márcio Nunes de Oliveira foi superintendente da Polícia Federal no Distrito Federal e é respeitado dentro da instituição.

A gestão de Paulo Maiurino na Polícia Federal ficará marcada por desentendimentos com delegados. Ele demitiu, por exemplo, o delegado Hugo de Barros Correia um dia após ficar sabendo, de última hora, da realização de uma operação que envolvia aliados bolsonaristas.

Os peritos criminais federais, importante braço da PF que cuida exclusivamente da análise de documentos e outras provas que abastecem os inquéritos de polícia judiciária, receberam com "preocupação" mais uma troca no topo da instituição.

O presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, Marcos Camargo, ressaltou que mudanças frequentes na chefia da PF fragilizam a instituição. "A prerrogativa de mudar a direção da PF não deve ser confundida com uma espécie de carta branca para destituir, em períodos tão curtos e sem apresentação de critérios objetivos, os dirigentes máximos do órgão", ressaltou, em nota.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Existe muita empatia entre Putin e Bolsonaro

Todos os homens do Kremlin — os bastidores do poder na Rússia de Vladimir Putin, de Mikhail Zygar (Vestígio), é um livro-reportagem com detalhes reveladores sobre o círculo íntimo de Putin e sua longa permanência no poder. É a história de um líder ardiloso e perigoso, mas também de um grupo que assumiu o controle da Federação Russa. Putin "se tornou rei por acaso", levado ao poder por oligarcas e políticos regionais, que o acolheram ao mesmo tempo em que manipulavam seus medos e ambições. Com o tempo, demonstrou uma habilidade incomum para se manter no poder e assumir o controle do grupo com mão de ferro, em meio a intrigas, conspirações e muita corrupção.

Putin assumiu com apoio do grupo de Boris Yeltsin, que promoveu reformas liberalizantes radicais, contra os comunistas, que ainda eram fortes no Parlamento, cujo candidato era Ievgeni Primakov, um antiamericano radical e revanchista. Ataques terroristas em Moscou e o conflito na Chechênia catapultaram a candidatura do ex-diretor da FSB, a antiga KGB. A imagem de líder jovem e modernizador, que seduziu o público doméstico, não convenceu o Ocidente. Seu projeto inicial de integração da Federação Russa à União Europeia, inclusive à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), foi rejeitado pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e pela primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel.

Essa rejeição, que considerou uma humilhação, e a ambição de se perpetuar no poder levaram Putin à guinada nacionalista e autoritária que vem marcando sua trajetória, inicialmente alternando a Presidência e o cargo de primeiro-ministro com Dmitry Medvedev, que presidiu a Rússia entre 2008 e 2012. A consolidação de seu poder se deu em razão do apoio popular à ideia de restabelecer o status de potência mundial da Rússia e à agenda conservadora dos costumes, da aliança com os militares e com a Igreja Ortodoxa, e do controle dos meios de comunicação, dos órgãos de segurança, do Ministério Público e do Judiciário.

É aí que nasce a empatia entre Putin e Jair Bolsonaro, que ficou evidente na recente visita do presidente brasileiro à Rússia. Há um terreno fértil para essa aliança política pessoal. Bolsonaro não tinha um projeto político claro quando foi eleito, bafejado muito mais pela sorte do que em razão de suas virtudes. Tem o mesmo discurso nacionalista, a agenda conservadora, uma aliança religiosa fundamentalista, o apoio de setores militares e do sistema de segurança, porém não controla os meios de comunicação e o Judiciário.

> O VERDADEIRO TEOR DA CONVERSA PRIVADA ENTRE OS DOIS EM MOSCOU É UM ICEBERG, NÃO FICOU RESTRITA À VENDA DE CARNE E À COMPRA DE FERTILIZANTES

O isolamento de Bolsonaro no Ocidente, antipatizado pela opinião pública e em litígio com os principais líderes mundiais, inclusive o presidente norte-americano, Joe Biden, faria de Putin um parceiro natural de Bolsonaro na cena mundial, após a viagem a Moscou, não fosse a crise da Ucrânia ter virado uma guerra quente. O verdadeiro teor da conversa privada entre Bolsonaro e Putin é um iceberg ainda, não ficou restrita à venda de carne e à compra de fertilizantes, estratégica para os dois países. Houve conversas no âmbito da cooperação tecnológica e militar, na qual a Rússia, sim, pode vir a fazer diferença. E, para a oposição, existe o fantasma da interferência de hackers russos nas eleições.

Cooperação

O silêncio de Bolsonaro em relação à guerra na Ucrânia é um sinal de que há, de fato, um pacto entre ambos, mal dissimulado pela atuação do Itamaraty e do chanceler, Carlos França, durante a crise. Na quinta-feira, Bolsonaro desautorizou o vice-presidente Hamilton Mourão, que condenou o ataque russo por desrespeitar a soberania da Ucrânia. A nota do Itamaraty pedindo a suspensão das "hostilidades" na Ucrânia, porém, não condenou a invasão. O Itamaraty disse apenas que acompanha as operações militares "com grave preocupação".

A invasão da Ucrânia é o maior ataque de um país europeu contra outro do mesmo continente desde a Segunda Guerra. Putin ameaçou com "consequências nunca experimentadas na história" para quem interferisse, o que pode fazer escalar o conflito, ainda mais com a reação da Polônia, da Lituânia e da Suécia, que também têm históricas relações com o povo ucraniano. É uma reação sem precedentes contra a Rússia, desde o fim da antiga União Soviética. Entretanto, os países do G7 — Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Canadá, Japão e Estados Unidos — exigiram que o governo brasileiro condenasse a invasão da Rússia à Ucrânia sem subterfúgios. No Conselho de Segurança da ONU, o Brasil votou a favor da condenação.

Na viagem a Moscou, Bolsonaro havia agradecido a Putin pela histórica oposição da Rússia à internacionalização da Amazônia. Esse é um tema sensível para as Forças Armadas, principalmente o Exército. Mas qual a razão de o vice-presidente Hamilton Mourão ter sido tão enfático na condenação à invasão da Ucrânia, mesmo correndo risco de ser desautorizado, como foi, pelo presidente Bolsonaro? Sem dúvida, devido ao alinhamento do Alto Comando do Exército com o Ocidente nesta crise da Ucrânia. Entretanto, existe outra fronteira de cooperação entre os dois países no âmbito militar: a venda de equipamentos e transferência de tecnologia em áreas estratégicas para a nossa indústria de Defesa.

Brasília-DF

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Quem avisa...

Há poucas semanas, o então presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, enviou um alerta à empresa fundada na Rússia. "O Brasil não é casa da sogra para ter aplicativos que façam apologia ao nazismo, ao terrorismo, que vendam armas ou que sejam sede de ataques à democracia que a nossa geração lutou tanto para construir", disse, em entrevista ao *O Globo*.

É caro, mas pode

O Supremo Tribunal Federal decidiu que o Poder Judiciário não pode proibir aumento de tarifa telefônica acima da inflação, se foi autorizado por uma agência reguladora. A maioria do plenário acompanhou o voto do ministro relator, Marco Aurélio (aposentado), segundo o qual uma interferência do Judiciário em ato autorizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) contraria o princípio constitucional de separação dos Poderes.

Missão cumprida

O embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, anunciou ontem que está encerrando o seu ciclo no país. "Os três anos que passei neste nobre país foram uma experiência valiosa na minha carreira diplomática, uma oportunidade pela qual me sinto profundamente honrado e orgulhoso", escreveu o diplomata nas redes sociais.

STF reage à guerra eleitoral no Telegram

Uma semana depois de o Tribunal Superior Eleitoral firmar parceria com plataformas digitais a fim de evitar a desinformação durante a campanha das eleições, o futuro presidente da Corte, ministro Alexandre de Moraes, jogou duro com uma das empresas ausentes na assinatura do acordo. Moraes determinou que a plataforma Telegram suspenda, em até 24 horas, alguns perfis de usuários. Caso descumpra a ordem judicial, a plataforma pode sofrer multa e bloqueio por um período inicial de 48 horas. A decisão de Moraes mira um personagem que acumula embates frequentes com a Corte máxima de Justiça no Brasil: o blogueiro Allan dos Santos.

Segundo Moraes, o jornalista utilizou três perfis no Telegram para a "propagação de ataques ao Estado Democrático de Direito" e a diferentes instituições da República, dentres as quais o Supremo. O ministro também se manifestou especificamente à rede social que se tornou a coqueluche dos bolsonaristas. "Efetivamente, o uso do Telegram se revela como mais um dos artifícios utilizados pelo investigado para reproduzir o conteúdo que já foi objeto de bloqueio nestes autos, burlando decisão judicial, o que pode caracterizar, inclusive, o crime de desobediência a decisão judicial", disse o ministro.

Com regras de funcionamento menos rígidas, o Telegram atrai extremistas banidos de redes como Facebook, Twitter e YouTube. É por meio da plataforma que o blogueiro Allan dos Santos, foragido da Justiça, se comunica diariamente com seus apoiadores. Mais de 121 mil pessoas o acompanham na rede.

Má recordação

Wanming também enfrentou dissabores em Brasília. Em março de 2020, respondeu de forma ríspida ao deputado federal Eduardo Bolsonaro (União Brasil-SP), que acusou a China de omitir ao mundo a gravidade do novo coronavírus. O embaixador classificou as palavras do 03 de "insulto maléfico contra a China", exigiu retratação imediata e disse que o parlamentar havia contraído um "vírus mental".

Promessa é dívida

Fonte de preocupação de dez entre dez governadores, a mobilização de policiais por melhores salários provocou uma crise em Minas Gerais. "O problema da revolta não é a greve, é a mentira. Eu concordo com o governador. Se não tem dinheiro, não pague, porque não tem dinheiro. E principalmente: não prometa. Não pode prometer", afirmou Kalil. "Quem provocou essa confusão foi o governo (Zema) que prometeu 40%. Não foi a polícia nem as forças de segurança", disse. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais determinou que policiais civis e penais do estado, duas das dez categorias das forças de segurança em greve, voltem ao trabalho.

Guerra só não é a mais sórdida de todas as palavras porque perde para o nome de quem a inicia"

***Carlos Ayres Britto**, ex-presidente do STF*

PODER

Insatisfação no Republicanos

Integrante do Centrão, o partido está descontente com o tratamento que tem recebido do Planalto e pode deixar a base do governo

» TAÍSA MEDEIROS
» TAINÁ ANDRADE

Integrantes do Republicanos estão descontentes com o tratamento recebido por parte do governo Jair Bolsonaro e já há rumores de que o partido pode deixar a base do governo.

"Os membros estão indo, em sua maioria, ao PL, em detrimento do Republicanos. Nós não estamos sendo tratados com o mesmo tipo de posicionamento dado aos demais partidos", reclamou o deputado Vinícius Carvalho (PRB-SP). Ele frisou que a legenda tem sido leal ao governo.

Um interlocutor do partido disse ao **Correio** que o motivo da eventual saída da base do governo são as próprias atitudes do presidente. "A partir do momento em que a gente começou a conhecer mais de perto as ações do mandato de Bolsonaro, que são as mesmas da época de deputado federal, a coisa ficou difícil", afirmou, sob a condição de anonimato. "A gente esperou para ver se a coisa ia melhorar. Ferir menos a imprensa, aglomerar menos, falar menos. Não foi nada daquilo. Quem está ficando com ele é só por interesse."

Um parlamentar afirmou, também sob sigilo, que o maior descontentamento ocorreu quando Bolsonaro, supostamente, orientou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas; e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, a não se filiarem ao Republicanos e, sim, à sua legenda, o PL. "Ele quer fazer uma política partidária apenas com o PL e com o PP. Não acredito que a gente fique neutro. Vamos definir, mais em abril, o caminho que o partido irá seguir", comentou.

Para o deputado Celso Russomano (PRB-SP), porém, não há possibilidade de a sigla deixar a base do governo. "Há alguns deputados que têm um viés mais voltado para o centro, a esquerda... Eles ficam plantando isso. Essa vontade interna não é da maioria", assegurou.

Na quarta-feira, o presidente da sigla, Marcos Pereira, disse que Bolsonaro "só atrapalha" as negociações para que a legenda atraia nomes na janela partidária. "Está caminhando bem a vinda de novos parlamentares. A gente vai sair um pouco maior do que é, sem a ajuda do presidente, porque, até agora, ele só atrapalhou", disparou.

Mourão

A data prevista para a filiação do vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB-RS) ao Republicanos é 16 de março. Segundo interlocutores, o general vai concorrer a uma vaga no Senado. A chegada do vice ao partido poderá ser uma maneira de "acalmar os ânimos".

Elogios de Moro

O pré-candidato à Presidência Sergio Moro (Podemos) fez questão de parabenizar o vice-presidente Hamilton Mourão pelo anúncio de sua filiação ao Republicanos. Em publicação, na noite de quinta-feira, nas redes sociais, o presidenciável descreveu o general como "uma voz sensata na República" e aproveitou para fazer um aceno ao presidente da legenda, Marcos Pereira. Com a relação estremecida do Republicanos com o Planalto, o ex-ministro vê espaço para tentar estreitar sua relação com o partido, que é ligado à Igreja Universal.

Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Carvalho reclamou que Bolsonaro não dispensa ao partido o mesmo tratamento dado a outras siglas

» Propaganda partidária começa hoje

A veiculação da propaganda partidária gratuita em emissoras de rádio e televisão tem início hoje. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na modalidade de inserções nacionais, o PSol será a primeira legenda a levar ao ar o anúncio. A divulgação será das 19h30 às 22h30, às terças, quintas e sábados. Diferentemente da propaganda eleitoral, que propõe, de fato, conquistar o voto do eleitor e deve começar em agosto, a propaganda partidária tem como objetivo mostrar a execução do programa da legenda e divulgar as atividades do partido.

Frente evangélica revoltada com governo

» RAPHAEL FELICE
» TAÍSA MEDEIROS
» TAINÁ ANDRADE

A aprovação na Câmara do PL 442/91, que regulariza os jogos de azar no Brasil, causou revolta entre os deputados da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Apesar das traições dentro do próprio grupo — em que 15 dos 196 deputados votaram a favor —, o sentimento de indignação foi direcionado a outros dois alvos: o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), um dos caciques do Centrão; e o líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR). Na avaliação de deputados, o governo não trabalhou para conter a proposta.

O aval ao projeto também causou uma espécie de ruptura velada com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), entusiasta da matéria. De forma reservada, um deputado da Frente disse que houve desgaste na imagem do político alagoano entre os evangélicos da Casa. Ele acredita que haverá impacto no apoio à reeleição do parlamentar ao comando da Câmara.

Responsável por articular o movimento contrário à votação do projeto e autor do requerimento de retirada da pauta, o líder da bancada evangélica, Sóstenes Cavalcante (União-RJ), acredita que houve pressão de líderes de partidos.

"O que nos deixou mais incomodados foi a atitude da liderança em liberar a votação. Arthur Lira e Ciro Nogueira, assim como Ricardo Barros, são interessados nessa liberação, que é uma antiga meta do PP. Os três estão totalmente divorciados do pensamento ideológico do presidente Jair Bolsonaro (PL) e usaram a Casa Civil para aprovar", declarou.

Mesmo com ameaças de retaliações, não há consenso na ala evangélica. Deputados defendem os dogmas da igreja, mas enfatizam os benefícios que a regulamentação trará ao país. Apesar de ter votado contra, Celso Russomano (PRB-SP) destacou que a mudança pode ter benefícios na área econômica. "O lado ruim (dos jogos) é que as pessoas perdem o controle, mas tem o lado bom. Vamos parar de ver o jogo sendo presente na vida das pessoas, mas não presente na arrecadação do Estado", disse.

Representante de um dos estados com maior potencial de lucro com a legalização, o deputado federal Aluísio Mendes (PSC-MA) frisou os ganhos para a arrecadação e reforçou que o jogo já existe no Brasil, mas o lucro acaba indo para outros países, como no caso dos jogos on-line.

"Eu acho um pouco de hipocrisia dizer que jogo no Brasil não acontece. Acontece em várias modalidades. Além da arrecadação, o jogo vai fomentar a criação de empregos", opinou.

Autotestes chegam no início de março

Ao menos dois fabricantes que tiveram o registro autorizado pela Anvisa prometem entregar o produto para venda após o carnaval. Kits ainda não têm preço definido. Em Nova York, Marcelo Queiroga fala na "liberdade" do brasileiro de se vacinar

» MARIA EDUARDA CARDIM

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, ontem, o registro de mais dois autotestes para covid-19. Um deles é o primeiro a detectar a infecção pelo novo coronavírus a partir de uma amostra de saliva do paciente, em vez de secreção do nariz. Ao todo, quatro autotestes obtiveram o registro aprovado pelo órgão e já podem ser vendidos no Brasil. Mas os consumidores só devem encontrar os exames nas gôndolas das farmácias na próxima semana.

Essa é a previsão feita pela primeira empresa que obteve o registro do autoteste de covid-19 no Brasil, a CPMH Comércio e Indústria de Produtos Médicos-Hospitalares e Odontológicos. Com sede em Brasília, no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), a CPMH indicou que o primeiro lote dos autotestes estará disponível para a população brasileira somente na próxima semana. O lote inicial previsto para farmácias, lojas de artigos médicos e respectivos e-commerces é composto por 20 milhões de unidades de exames.

A empresa atende a todo Brasil e informou que a quantidade dos próximos lotes ainda está sendo definida com as farmácias. A CPMH Produtos Hospitalares não indicou uma estimativa de preço que será cobrado pelo produto. "Ainda não há uma expectativa oficial sobre o preço dos autotestes, produzidos pela empresa chinesa Bioscience (Tianjin) Diagnostic Technology Co.,Ltd", disse em comunicado. O preço final depende da política comercial das farmácias e lojas que irão realizar a venda.

Quem também prevê autotestes disponíveis para os consumidores no início de março é a empresa Eco Diagnóstica. O fabricante teve aprovado o registro de dois autotestes. Um deles é o exame que utiliza a saliva para detectar a infecção, aprovado ontem pela Anvisa. A coleta do material requer que o usuário deposite a saliva em um copo. O kit possui o item para que a pessoa produza a quantidade certa de secreção bucal para o exame.

O outro autoteste da Eco Diagnóstica aprovado pela agência reguladora utiliza o swab (cotonete) nasal, mais comum entre os exames realizados pelo próprio paciente. Os dois tipos serão produzidos no Brasil, e o que coleta a amostra nasal já teve a produção iniciada na quarta (23), na fábrica em Corinto (MG).

> **Reiteramos o compromisso do Brasil com o acesso justo e equitativo às vacinas contra a covid-19. Nesse sentido, já doamos mais de 5,6 milhões de doses em ações bilaterais e por meio da iniciativa Covax Facility"**
>
> ***Marcelo Queiroga,*** *ministro da Saúde, em discurso na ONU*

Ontem, a Anvisa aprovou o autoexame da empresa Kovalent do Brasil. O kit também será produzido em território nacional e estará disponível nas farmácias em versões com um, dois e cinco testes em uma mesma embalagem. O primeiro registro de autoteste foi concedido pela Anvisa na última semana, em 17 de fevereiro.

O aval do registro ocorreu 20 dias após a diretoria colegiada da agência aprovar, por unanimidade, a venda desse tipo de exame no Brasil, atendendo o pedido feito pelo Ministério da Saúde. Atualmente, 81 pedidos de registro desse tipo de exame já foram feitos à Anvisa, que reprovou 13 solicitações.

Ministro na ONU

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, voltou a falar, ontem, na doação de vacinas contra a covid-19 por parte do Brasil. Em discurso na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o ministro reiterou o apoio do Brasil ao acesso justo e igualitário às vacinas contra a covid-19 e ressaltou ainda que, este ano, o país terá oportunidade de doar um número maior de vacinas do que o ofertado no ano passado.

"Reiteramos o compromisso do Brasil com o acesso justo e equitativo às vacinas contra a covid-19. Nesse sentido, já doamos mais de 5,6 milhões de doses em ações bilaterais e por meio da iniciativa Covax Facility. Ao longo de 2022, é possível aumentar esse número, em linha com a meta estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS)", afirmou.

Nesta semana, Queiroga indicou que, com a produção de vacinas contra covid-19 em território nacional, já realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Brasil poderá exportar a vacina e ampliar o acesso global aos imunizantes. A Fiocruz já deu início ao processo de pré-qualificação para exportação da vacina covid-19 (recombinante) na OMS. Para ser exportada, a vacina produzida no Brasil precisa obter o registro emergencial perante a organização.

"Neste momento, a Fiocruz está dando início ao processo de pré-qualificação para exportação da vacina covid-19 (recombinante) na Organização Mundial de Saúde (OMS) e avaliando, junto à AstraZeneca e à Opas (Organização Pan-Americana da Saúde), a melhor estratégia para contribuir com o esforço global de vacinação contra a covid-19", disse a fundação em nota.

Durante o discurso, Queiroga voltou a expressar a opinião contrária à obrigatoriedade da vacinação contra a covid-19, citando a liberdade dada aos cidadãos brasileiros como causa do sucesso da campanha de imunização no país. "O sucesso da Política Nacional de Imunizações, criada em 1976, decorre da forte cultura vacinal da população brasileira, que tem como princípio a liberdade que cada brasileiro tem de acessar as mais de 38 mil salas de vacinação do nosso país", disse. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 70% da população do país está com o ciclo vacinal completo e 25% recebeu a dose de reforço.

Queiroga reforçou que uma das prioridades do governo brasileiro é o fortalecimento do complexo industrial da saúde. "O setor privado vem investindo em novas plantas no Brasil. Recentemente, a OMS selecionou o país como hub de desenvolvimento e produção de vacinas de plataforma RNA", destacou. O ministro da Saúde permanece em agenda nos Estados Unidos até amanhã, quando deve retornar ao Brasil. Hoje, ele se encontra com o presidente e diretor executivo da Fundação de Pesquisa Cardiovascular da Universidade de Columbia, dr. Juan F. Granada.

Como fazer o autoteste de covid-19

1 Lave as mãos antes de começar o teste

2 Colete a amostra nasal ou de saliva (dependendo do teste utilizado) com o swab (cotonete)

3 Insira o swab com amostra coletada no tubo com a solução diluente, gire e depois remova o swab e o descarte. Mantenha o tubo com a mistura da solução diluente + amostra

4 Aplique quatro gotas da mistura da solução diluente + amostra no dispositivo de teste

5 Espere 15 minutos e leia o resultado

***Explicação resumida e baseada no vídeo do autoteste da Eco Diagnóstica. Leia a bula e o guia explicativo do exame quando for realizá-lo

Veja o panorama do registro de autotestes no Brasil

4 autotestes possuem registro da Anvisa e podem ser vendidos no Brasil

13 pedidos de registros de autotestes foram negados pela Anvisa

64 pedidos estão em alguma etapa da análise pela Anvisa

Fique atento!
A partir do resultado positivo de um autoteste, é necessária a confirmação do diagnóstico para que a notificação do caso seja feita. O indivíduo deve procurar uma unidade de atendimento de saúde (ou teleatendimento) para que um profissional da saúde realize a confirmação e notificação

Fontes: Ministério da Saúde, Anvisa e Eco Diagnóstica

SOCIEDADE

Uma negra para fazer justiça

Assim como no Brasil, a escravidão deixou marcas profundas na sociedade norte-americana. Ontem, o país que elegeu Barack Obama por duas vezes como presidente dos Estados Unidos, mas também foi palco do assassinato de George Floyd, deu mais um passo em direção à igualdade racial.

O presidente Joe Biden confirmou o nome de Ketanji Brown Jackson, de 51 anos, como a primeira mulher negra na história dos EUA a ser indicada para a Suprema Corte. "Ela é uma das nossas mentes jurídicas mais brilhantes e será uma juíza excepcional", disse o chefe da Casa Branca.

Mas, em outra semelhança entre Brasil e os EUA, a indicação de Jackson à mais alta instância da Justiça norte-americana está marcada pela luta política. Dada a forte polarização entre republicanos e democratas, a audiência de confirmação de Jackson no Senado provavelmente será tempestuosa.

Alguns parlamentares já reagiram negativamente. "A juíza Jackson foi a opção preferida dos interesses financeiros obscuros da extrema-esquerda", criticou o líder da bancada republicana no Senado, Mitch McConnell.

O governo Biden ressaltou a qualificação da candidata à Suprema Corte. "A juíza Jackson é extraordinariamente qualificada e é uma indicação histórica", afirmou a Casa Branca em nota.

O ex-presidente Barack Obama se manifestou prontamente. "Já é uma fonte de inspiração para mulheres negras, como minhas filhas, permitindo a elas que sonhem mais alto", aplaudiu.

Mãe de duas filhas, Ketanji Brown Jackson cresceu na Flórida e é casada com um cirurgião. Formou-se na Harvard University Law School.

A indicação à Suprema Corte, a primeira feita por Biden, não mudará o equilíbrio de poder no tribunal de nove magistrados de maioria conservadora que velam pela constitucionalidade das leis americanas. Em 232 anos de existência, o tribunal teve apenas dois juízes negros. Um deles, Clarence Thomas, foi nomeado por George Bush pai e ainda atua.

SAUL LOEB

Ketanji Jackson após a nomeação por Biden: primeira negra na Suprema Corte em 232 anos

Bolsas
Na sexta-feira
1,39% São Paulo
2,51% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
111.725 — 113.142
22/2 23/2 24/2 25/2

Salário mínimo
R$ 1.212

Dólar
Na sexta-feira
R$ 5,156 (+0,99%)

Últimas cotações (em R$)	
21/fevereiro	5,107
22/fevereiro	5,052
23/fevereiro	5,004
24/fevereiro	5,105

Euro
Comercial, venda na sexta-feira
R$ 5,808

Capital de giro
Na sexta-feira
6,76%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
11,13%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Mês	%
Setembro/2021	1,16
Outubro/2021	1,25
Novembro/2021	0,95
Dezembro/2021	0,73
Janeiro/2022	0,54

PREVIDÊNCIA

STF aprova revisão de aposentadorias

Decisão pode beneficiar segurados que começaram a contribuir para o INSS antes de 1994 e se aposentaram depois de 1999

» FERNANDA STRICKLAND
» LUANA PATRIOLINO

Rosinei Coutinho/SCO/STF

Alexandre de Moraes deu o voto decisivo para formar a decisão da Corte. Governo não tem mais possibilidade de recurso

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, ontem, para que aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tenham direito à chamada "revisão da vida toda". A revisão de aposentadorias levando em consideração todo o tempo trabalhado permite o recálculo do valor do benefício.

A revisão poderá ser pedida pelos trabalhadores que começaram a contribuir para o INSS antes de 1994 e que se aposentaram depois de 1999. Nesse último ano, o cálculo do valor dos benefícios começou a ser feito considerando apenas as contribuições recolhidas depois da criação do Plano Real. Ou seja, para calcular a média dos salários que servirá como base de pagamento da aposentadoria, o instituto usa apenas os pagamentos em reais.

Para o governo, segundo uma fonte, a decisão é um "desastre para as contas públicas". Estimativas mostram que o impacto para a Previdência será de, ao menos, R$ 46 bilhões até 2029, considerando revisões e concessões. De acordo com interlocutores do governo, o INSS não possui o mecanismo e o fluxo financeiro para uma revisão dessa espécie. A fila de requerimentos está com 1,7 milhão de pedidos e a tendência é de que cresça ainda mais.

A Advocacia-Geral da União (AGU) deve aguardar a proclamação do resultado final do julgamento para se manifestar. A advogada Gabriela Sabino, especialista em direito previdenciário, destaca que todas as contribuições dos segurados anteriores a julho de 1994 eram desconsideradas no cálculo do valor das aposentadorias. "Isso fazia com que segurados que recebiam altos salários, antes desse período, no auge dos seus 30, 40 anos de idade, não tivessem esses altos salários considerados no valor do benefício", frisou.

"Ou seja, muitos acabaram se aposentando com o salário mínimo ou um pouco mais, porque o valor do benefício era calculado apenas com as contribuições realizadas a partir de julho de 1994 — quando houve a conversão do real", completou Gabriela.

O voto do ministro do STF Alexandre de Moraes definiu o julgamento, que terminou com seis votos favoráveis contra cinco contrários. A decisão pode ser aplicada para todos os processos sobre o tema na Justiça brasileira.

Não cabe mais recurso ao INSS, só embargo de declaração, mas isso não deve mudar o resultado do julgamento. Ainda é preciso, porém, aguardar a publicação da decisão, pois a ação no plenário virtual da Corte está prevista para ser encerrada até 8 de março.

Impacto

O advogado previdenciário Wanderson Farias de Camargos explicou que a medida não beneficiará todos os aposentados. Para quem tinha, antes de 1994, ganhos menores do que os considerados na aposentadoria, o pedido de revisão não é interessante.

O especialista concordou com a análise a respeito do impacto financeiro. "Terá o poder de causar um desastre aos cofres públicos, tendo em vista a limitação em sua aplicabilidade aos segurados do INSS", disse.

Segundo a economista Catharina Sacerdote, o maior impacto será no déficit previdenciário, com reflexo de gastos de outros recursos para cobri-lo. "Em uma comparação simplificada com um orçamento doméstico, é preciso retirar recursos que poderiam estar destinados para investimentos para pagar esses custos", afirmou.

Fique atento

Veja o que é preciso para ter direito à revisão:

Ter aposentadoria com data de início entre 29/11/1999 e 12/11/2019. Neste caso, a média salarial calculada pelo INSS tomou como base os 80% maiores salários desde julho de 1994, quando o Plano Real entrou em vigor;

Ter se aposentado antes da reforma de 2019, que mudou novamente as regras de cálculo.

Ter começado a contribuir com o INSS antes de julho de 1994.

IMPOSTOS

Governo anuncia corte de 25% no IPI

» ROSANA HESSEL

O governo reduziu em 25% o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a maioria dos produtos, como automóveis, geladeiras, freezers, máquinas de lavar roupa e secadoras. A exceção foi o cigarro. A estimativa do Ministério da Economia é de que a medida gere uma perda de receita de R$ 19,6 bilhões.

O decreto presidencial que reduz o imposto foi publicado, ontem, em edição extra do *Diário Oficial da União*. A medida passa a ter validade imediata e não depende de aprovação do Congresso Nacional. Em nota, o ministério explicou que, no caso de automóveis, em razão de políticas de incentivo fiscal vigentes, as alíquotas serão reduzidas em 18,5%.

Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, a redução das alíquotas deve ter impacto na inflação no curto prazo, mas o objetivo da medida é fortalecer a indústria. "Tem um impacto de curto prazo, sim, no IPCA, mas é uma medida de política industrial e não de política inflacionária", frisou.

Guedes disse, ainda, que a redução do IPI abre espaço para uma nova redução do Imposto sobre Importação sobre bens industrializados, que já tiveram um corte de 10% no fim do ano passado. "Não é a nossa intenção, mas pode haver uma nova rodada neste ano", avisou. O ministro ponderou, no entanto, que seria injusto com o setor industrial abrir mais o mercado sem, antes, aliviar a situação das empresas.

De acordo com o Ministério da Economia, a redução do IPI possibilitará um incremento de R$ 467 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) em 15 anos viabilizará R$ R$ 314 bilhões em investimentos nesse mesmo período.

Segundo comunicado do ministério, a redução tributária ocorre "após a elevação da arrecadação dos tributos federais observada ao longo do ano passado, e não afetará a solvência da dívida pública e o compromisso do governo com a consolidação fiscal".

A arrecadação federal com o IPI, em 2021, somou R$ 67,6 bilhões, dos quais R$ 5,2 bilhões foram da tributação sobre o fumo. Metade desses recursos são repassados para estados e municípios e, portanto, os entes federativos também sofrerão perda de receita. Por conta disso, o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), criticou a medida. "O novo benefício fiscal ao IPI causa prejuízo ao financiamento de serviços públicos estaduais e municipais", disse o órgão, em nota.

O governo queria anunciar a redução do IPI antes de um pacote de R$ 100 bilhões de estímulo ao crédito que promete para depois do carnaval. O objetivo é turbinar o consumo, já que as perspectivas do mercado para a economia neste ano não são animadoras e preveem crescimento de apenas 0,3% do PIB.

Comunicado divulgado pela Secretaria-Geral da Presidência da República sobre o corte do IPI afirma que "por se tratar de tributo extrafiscal, de natureza regulatória, é dispensada a apresentação de medidas de compensação, como autorizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal".

Ed Alves/CB

Segundo Paulo Guedes, medida visa fortalecer a indústria

Imóveis: mudança no ITBI

» GABRIELA BERNARDES*
» MARIA EDUARDA ANGELI*

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, ontem, que o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), cobrado pelos municípios na compra e venda de imóveis, deve ser calculado com base no valor de mercado — ou seja, no que foi realmente pago no negócio.

Hoje, a base de cálculo do tributo é o valor fixado pelas prefeituras para definir o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Em geral, esse valor costuma ser menor do que os preços de mercado, ou seja, a tendência seria de elevação do imposto. No entanto, especialistas afirmam que é comum ocorrer o contrário, isto é, as prefeituras fixarem valores de referência mais elevados que os de mercado.

Para Hiram David, CEO da Elo Imóveis e vice-presidente do Sindicato da Habitação do Distrito Federal (Secovi-DF), a decisão do STJ vem para "resguardar os direitos da parte mais fraca, que é a sociedade civil". "São recorrentes as avaliações pelas prefeituras e secretarias de fazenda que extrapolam o valor de mercado. O consumidor se via obrigado a recorrer administrativamente, que normalmente era negado, e acabava por absorver o ônus, visto que o ajuizamento de demanda contra o Estado, além de moroso, é oneroso e muitas vezes não compensava. Ademais, com as transações eletrônicas, sempre monitoradas, é praticamente impossível declarar valor inferior ao efetivamente negociado", disse.

Na avaliação de David, a medida deve incentivar, ou ao menos facilitar, a compra de imóveis. "O ITBI é um alto custo para quem compra imóvel. Pagar imposto sobre valor presumido pelo Estado, e ainda superior ao efetivo, é um desestímulo. O custo do imposto é importante na decisão de aquisição, basta observar quanto a redução para 1% do valor do ITBI (de janeiro a março deste ano), ativou o mercado imobiliário de Brasília", detalhou.

A opinião de Leonardo Vasconcellos, da Imobiliária Aguiar de Vasconcellos, também é de que a medida pode favorecer o consumidor. "É mais justo porque nem sempre o valor é condizente. Por exemplo, quando comprei um apartamento, há 9 anos, o valor que o governo distrital calculou e me cobrou foi bem maior que o valor que eu de fato fechei a operação", explicou.

*Estagiárias sob a supervisão de Odail Figueiredo

CAIXA Consórcio

XS5 ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 40.011.095/0001-63

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da XS5 ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia iniciou a comercialização dos produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA") em 23 de agosto de 2021 conforme o acordo de distribuição firmado em 30/03/2021 entre os acionistas de suas controladoras diretas, CNP Assurances Participações Ltda. e Caixa Seguridade Participações S.A..

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto da Companhia, de 75% sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal. Não houve provisionamento de dividendos no período em virtude da aferição do prejuízo de prejuízo de R$ 12.505 milhões no período.

O patrimônio líquido da Companhia em dezembro de 2021 atingiu R$ 363,36 milhões.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A XS5 ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. agradece o apoio e a confiança das acionistas e Conselheiros. Agradecemos também o apoio dado pelo Banco Central do Brasil (BCB) à regulação do setor e, em particular, aos nossos colaboradores e aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Brasília, 23 de fevereiro de 2022.

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020 Não auditado
Ativo circulante		**83.207**	**1.400**
Disponibilidade		**209**	**1.400**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	**80.495**	–
Carteira própria		80.495	–
Outros créditos		**2.441**	–
Diversos	6.1	2.441	–
Outros valores e bens		**62**	–
Despesas antecipadas		62	–
Ativo realizável a longo prazo		**49.409**	–
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	**42.453**	–
Carteira própria		42.453	–
Outros créditos		**6.956**	–
Diversos	6.1	6.956	–
Permanente		**240.700**	–
Imobilizado de uso		**75**	
Outras imobilizações de uso		78	–
Depreciações acumuladas		(3)	–
Intangível		**240.625**	–
Ativos intangíveis	7	250.000	–
Amortização acumulada		(9.375)	–
TOTAL DO ATIVO		**373.316**	**1.400**

PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020 Não auditado
Passivo circulante		**9.960**	–
Outras obrigações	8	**9.960**	–
Sociais e estatutárias	8.a	496	–
Fiscais e previdenciárias	8.b	961	–
Diversas	8.c	8.503	–
Patrimônio líquido	9	**363.356**	**1.400**
Capital		126.867	1.400
De domiciliados no país	9.a	126.867	1.400
Reservas de capital	9.b	250.000	–
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.006)	–
Prejuízos acumulados		(12.505)	–
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**373.316**	**1.400**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2º semestre de 2021	31/12/2021
Receitas da intermediação financeira	11	4.259	5.186
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.259	5.186
Resultado bruto da intermediação financeira		**4.259**	**5.186**
Outras receitas/despesas operacionais		(20.312)	(23.484)
Receitas de prestação de serviços	12	3.282	3.282
Despesas de pessoal	13	(5.574)	(5.574)
Outras despesas administrativas	14	(16.636)	(19.765)
Despesas tributárias	15	(668)	(711)
Outras receitas operacionais	16	2	2
Outras despesas operacionais	16	(718)	(718)
Resultado operacional		**(16.053)**	**(18.298)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**(16.053)**	**(18.298)**
Imposto de renda e contribuição social	17	5.675	6.438
Provisão para imposto de renda		461	461
Provisão para contribuição social		166	166
Ativo fiscal diferido		5.048	5.811
Participações estatutárias no lucro		(645)	(645)
Prejuízo do semestre/exercício		**(11.023)**	**(12.505)**
Quantidade de ações		**2.999.528**	**2.999.528**
Prejuízo por ação em Reais		**(3,68)**	**(4,17)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas Capital	Ganhos/Perdas não Realizados com T.V.M.	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	–	–	–	–	–	–
Capital de constituição conforme escritura pública em 12/12/2020	1.400	–	–	–	–	1.400
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (não auditado)	**1.400**	–	–	–	–	**1.400**
Aumento de capital AGE em 30/03/2021	–	125.467	–	–	–	**125.467**
Aumento de reserva de capital AGE em 30/03/2021	–	–	250.000	–	–	**250.000**
Aprovação do aumento de capital	125.467	(125.467)	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(12.505)	**(12.505)**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	(1.006)	–	**(1.006)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**126.867**	–	**250.000**	**(1.006)**	**(12.505)**	**363.356**
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	**1.400**	**125.467**	**250.000**	–	**(1.482)**	**375.385**
Aprovação do aumento de capital	125.467	(125.467)	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(11.023)	**(11.023)**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	(1.006)	–	**(1.006)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**126.867**	–	**250.000**	**(1.006)**	**(12.505)**	**363.356**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º semestre de 2021	31/12/2021
Prejuízo do semestre/exercício	**(11.023)**	**(12.505)**
Outros lucros abrangentes	**(1.006)**	**(1.006)**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(1.524)	(1.524)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	518	518
Total dos prejuízos abrangentes para o semestre/exercício	**(12.029)**	**(13.511)**
Quantidade de ações	**2.999.528**	**2.999.528**
Prejuízo por ação em Reais	**(4,01)**	**(4,50)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020 Não auditado
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre/exercício antes do IR/CS	**(11.023)**	**(12.505)**	–
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações	6.252	9.378	–
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros	2.630	(123.954)	–
Créditos fiscais e previdenciários	(5.639)	(6.611)	–
Ativo fiscal diferido	(1.145)	(1.145)	–
Despesas antecipadas	123	(62)	–
Outros ativos	(1.642)	(1.642)	–
Impostos e contribuições	944	960	–
Outras contas a pagar	3.179	3.180	–
Outros passivos	5.828	5.828	–
Caixa (consumido) pelas operações	**(493)**	**(126.573)**	–
Juros pagos	(7)	(7)	–
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	**(500)**	**(126.580)**	–
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Pagamento pela compra:	**(78)**	**(250.078)**	–
Imobilizado	(78)	(78)	–
Intangível	–	(250.000)	–
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	**(78)**	**(250.078)**	–
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento de capital	–	375.467	1.400
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	–	**375.467**	**1.400**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(578)**	**(1.191)**	**1.400**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	**787**	**1.400**	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	**209**	**209**	**1.400**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2º semestre de 2021	31/12/2021
ATIVO			
Circulante		**9.229**	**9.229**
Disponibilidades		**211**	**211**
Depósitos bancários		211	211
Aplicações interfinanceiras de liquidez	19	**4.779**	**4.779**
Disponibilidade do grupo		765	765
Aplicações financeiras vinculadas à contemplação - SELIC		4.014	4.014
Outros créditos		**4.239**	**4.239**
Direitos junto a consorciados contemplados - normais		4.239	4.239
Compensação		**1.270.802**	**1.270.802**
Previsão mensal receitas a receber de consorciados		2.134	2.134
Contribuições devidas ao grupo		643.373	643.373
Valor dos bens ou serviços a contemplar		625.295	625.295
TOTAL GERAL DO ATIVO		**1.280.031**	**1.280.031**
PASSIVO			
Circulante		**9.229**	**9.229**
Obrigações com consorciados		4.697	4.697
Valores a repassar		166	166
Obrigações por contemplações a entregar		4.014	4.014
Recursos a devolver a consorciados		33	33
Recursos do grupo		319	319
Compensação		**1.270.802**	**1.270.802**
Recursos mensais a receber de consorciados		2.134	2.134
Obrigações do grupo por contribuições		643.373	643.373
Bens ou serviços a contemplar		625.295	625.295
TOTAL GERAL DO PASSIVO		**1.280.031**	**1.280.031**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021
Disponibilidades no início do período	–
(+) Recursos coletados	**9.060**
Contribuições para aquisição de bem	2.912
Taxa de administração	2.058
Contribuições ao fundo de reserva	139
Rendimento de aplicações financeiras	22
Multas e juros moratórios	4
Prêmios de seguros	18
Outros	3.907
(–) Recursos utilizados	**4.070**
Aquisição de bens	702
Taxa de administração	3.282
Multas e juros moratórios	2
Devolução a consorciados desligados	3
Outros	81
Disponibilidades no final do período	**4.990**
Depósitos bancários	211
Aplicações financeiras - grupos	765
Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações	4.014

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A XS5 Administradora de Consórcios S.A., doravante referida também como "Companhia", iniciou suas atividades em 03/12/2020, com autorização de funcionamento por parte do Banco Central do Brasil em 12/03/2021, com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, é uma sociedade por ações, de capital fechado, e uma *Joint Venture* cujos controladores são a Caixa Seguridade Participações S.A.(controlada pela Caixa Econômica Federal) e a CNP Assurances Participações Ltda. (controlada pela CNP Assurances S.A.).

A Companhia tem por objeto social a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis e serviços, conforme definido na legislação em vigor, sendo a Caixa Econômica Federal - CAIXA sua principal parceira na comercialização de seus produtos.

A Companhia obteve autorização para funcionamento por parte do regulador em 12/03/2021, sendo que o regulador concedeu a homologação da nova estrutura acionária e administrativa em 26/07/2021. Dessa forma foram cumpridas todas as condições necessárias para o começo das operações.

1.1 Acordo de acionistas para comercialização no Balcão CAIXA

A XS5 Administradora de Consórcios S.A. foi constituída de forma a potencializar os pontos fortes de cada acionista, observando as melhores práticas de governança corporativa. O acordo entre os acionistas foi efetivado em 30 de março de 2021 com o aporte de capital de R$375.465, sendo que o montante aportado pela CNP Assurances S.A. de R$250.000 foi registrado como reserva de capital e o restante como aumento de capital. No mesmo dia, a Companhia pagou o montante de R$250.000 à Caixa Econômica Federal, em troca do direito de acesso exclusivo, pela Companhia, à rede de distribuição da Caixa Econômica Federal para a comercialização dos produtos de consórcios pelo período de 20 anos.

Em 23/08/2021, a Companhia iniciou a comercialização dos produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA"), conforme o acordo de distribuição firmado em 30/03/2021 entre os acionistas de suas controladoras diretas, CNP Assurances Participações Ltda. e Caixa Seguridade Participações S.A.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas disposições com observância às normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil, específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF e práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 4.

Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior; e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

Conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, são apresentadas as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades dos grupos.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2022.

3. Principais práticas contábeis da Administradora

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b. Disponibilidades

A Companhia considera como caixa e bancos e os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

c. Ativos e passivos circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas quando aplicável. Os passivos são demonstrados pelo vencimento e são baseados nos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

d. Títulos, valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

O registro e a avaliação da carteira própria de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração, sendo a carteira própria alocada em títulos para negociação (a valor justo por meio do resultado), disponíveis para venda e mantidos até o vencimento:

- Títulos mantidos para negociação: os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício.

- Títulos disponíveis para venda: nessa categoria os títulos são ajustados ao valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações são levadas aos resultados, quando das realizações dos respectivos títulos.

- Títulos mantidos até o vencimento: a Companhia mantém nessa categoria os títulos que foram adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

e. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

O intangível refere-se à aquisição do direito de uso do balcão ("Balcão CAIXA") para comercialização dos produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal (veja nota 1.1).

A amortização é realizada pelo método linear durante o prazo do contrato de direito de uso, de 20 anos, a partir de 30/03/2021.

f. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com aquisição de direito de uso, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

g. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Até o momento a Companhia não apresenta registros de provisões para ativos e passivos contingentes.

h. Apuração do resultado

A apuração do resultado obedece ao regime de competência, exceto pela taxa de administração, que é reconhecida quando do seu efetivo recebimento. As despesas relacionadas à utilização do balcão da CAIXA são reconhecidas por ocasião da venda das cotas de consórcios e as de formalização de garantia e custo de contemplação por ocasião da contemplação dos consorciados. As despesas com formalização de garantia são liquidadas no momento da efetiva utilização da carta de crédito.

i. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

j. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas contábeis que entraram em vigor ainda não foram aprovadas pelo órgão regulador e a que pode gerar um efeito relevante encontra-se a IFRS 9 e a IFRS 16. Tendo em vista que tais alterações não são obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras até o momento, estas normas terão adoção em períodos futuros.

IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil: Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - *Leases*, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

A Companhia pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador.

k. Gerenciamento de riscos

O Gerenciamento de Riscos segue a política de riscos adotada na estrutura do Grupo CNP Seguros. Neste contexto, os riscos que foram mapeados e aplicáveis à operação de Consórcios são: Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional. Contudo não observamos exposição significativa da Companhia.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pelo BACEN, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

§ Nota 5 - Títulos e Valores Mobiliários - TVM

5. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os fundos de investimentos exclusivos são compostos por títulos públicos federais, operações compromissadas e valores a receber, a pagar e de tesouraria que estão apresentados na linha de outros valores.

Descrição	31/12/2021 Valor de Mercado	31/12/2021 Valor do Custo Atualizado	31/12/2021 Sem Vencimento	31/12/2021 Entre 01 e 05 anos
Títulos para negociação				
Fundos de investimento	80.495	80.495	80.495	–
Total	**80.495**	**80.495**	**80.495**	–
Disponível para venda				
Letras do tesouro nacional	42.453	43.977	–	42.453
Total	**42.453**	**43.977**	–	**42.453**

5.1. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2021
Saldo inicial	–
Aplicações	170.080
Resgates	(50.794)
Rendimentos	5.186
Ajustes TVM	(1.524)
Saldo final	**122.948**

5.2. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	31/12/2021 Nível 1	31/12/2021 Total
Títulos para negociação		
Fundos de investimento	80.495	**80.495**
Total	**80.495**	**80.495**
Disponíveis para a venda		
Letras do tesouro nacional	42.453	**42.453**
Total	**42.453**	**42.453**

6. Outros créditos - Administradora

6.1 Créditos diversos

Os valores registrados como outros créditos diversos podem ser assim apresentados:

Outros créditos - diversos	31/12/2021
Créditos tributários (nota 6.2)	7.755
Adiantamentos e antecipações salariais	23
Títulos e créditos a receber s/característica de concessão crédito	1.612
Outros valores	7
Total dos outros créditos - diversos	**9.397**

6.2 Créditos Tributários

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

a. Composição

31/12/2021	Contribuição Social Não Circulante	Imposto de Renda Circulante	Imposto de Renda Não Circulante	Total
A compensar	–	799	–	799
Adições temporárias	166	–	461	627
Tributos diferidos - TVM	137	–	381	518
Base Negativa/Prejuízo fiscal	1.538	–	4.273	5.811
Total	**1.841**	**799**	**5.115**	**7.755**

b. Expectativa de efetiva realização dos créditos tributários

Ano de Realização	Diferenças Temporárias Valor	Diferenças Temporárias %	Ajustes TVM Valor	Ajustes TVM %	Base negativa/Prejuízo fiscal Valor	Base negativa/Prejuízo fiscal %
2022	627	100%	–	0%	–	0%
2023	–	0%	518	100%	5.811	100%
Total	**627**	**100%**	**518**	**100%**	**5.811**	**100%**

c. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido

31/12/2021	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
Saldo inicial dos Créditos Tributários	–	–	–
Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias			
Outras provisões	166	461	627
Prejuízo fiscal e base negativa	1.538	4.273	5.811
Ajuste de títulos a valor justo - TVM	137	381	518
Saldo Atual dos Créditos Tributários	**1.841**	**5.115**	**6.956**
Efeito no resultado das constituições e realizações	(1.704)	(4.734)	(6.438)

7. Intangível

O intangível refere-se ao direito de uso do balcão ("Balcão CAIXA") para comercialização dos produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal, sendo sua amortização linear pelo prazo do contrato de direito de uso de 20 anos.

Intangível	Saldo em 31/12/2020	Movimentações: Aquisição	Movimentações: Amortização do período	Amortização acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021
Direito de uso - Balcão Caixa	–	250.000	(9.375)	(9.375)	240.625
Total	–	**250.000**	**(9.375)**	**(9.375)**	**240.625**

8. Outras obrigações - Administradora

a. Obrigações sociais e estatutárias

As obrigações sociais e estatutárias estão representadas integralmente por gratificações e participações. Saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 496.

continua→

COMBUSTÍVEIS

Consumidores em alerta

Perspectiva de novo aumento dos preços da gasolina, devido à invasão da Ucrânia pela Rússia, tira o sono de motoristas

» GABRIELA BERNARDES*
» MARIA EDUARDA ANGELI*

Com a invasão da Ucrânia por tropas russas, os combustíveis podem ter aumento significativo de preços. A gasolina e o diesel, inclusive, já estavam com defasagem de R$ 0,50 e R$ 0,30, respectivamente, em relação ao mercado internacional, segundo analistas. Agora, com um conflito armado envolvendo dois países que são grandes fornecedores no setor de energia, a situação pode ficar ainda mais difícil para os consumidores.

Morador de Águas Claras, o servidor público Anderson Sena, 43 anos, afirmou que uma nova alta da gasolina deve complicar o orçamento. "Se aumentar, vai ficar bem pesado. Minha esposa trabalha no Sudoeste e, todo dia, tenho que trazê-la e levá-la, além de buscar meu filho, que estuda no Sudoeste também", explicou.

Na última quinta-feira, o barril do petróleo Brent chegou a passar dos US$ 105, o maior nível desde 2014. Ontem, o insumo fechou em US$ 97,93. O WTI, dos Estados Unidos, terminou o dia em US$ 95,64. Os valores são importantes porque ditam o preço em que os derivados vão chegar à população.

Na opinião da analista do Sebrae Luciana Borges, 36, "a tendência é piorar". A profissional se desloca todos os dias da Asa Sul para o SIA (Setor de Indústria e Abastecimento) para trabalhar. Para ela, se o combustível subir, "vai ficar mais difícil a situação financeira de todo mundo". "Está complicado manter um carro. Acho que aumentar o combustível vai mais do que isso é insustentável", afirmou.

Borges também contou que, recentemente, trocou de carro e optou por um veículo mais econômico. "Já está pesado para mim, que tenho um carro econômico. Eu fico pensando nos que não são tão econômicos. Está complicado", completou.

Christopher Horta, 29, técnico de TI, diz que, caso os preços subam, pode recorrer à bicicleta para se deslocar no dia a dia. "Como moro perto do trabalho, iria de bicicleta. Não aderiria ao transporte público, até porque tenho receio da covid. Com mais um aumento na gasolina — que já está cara — não tem condição de andar de carro", justificou.

* Estagiárias sob a supervisão de Odail Figueiredo

Maria Eduarda Angeli/Esp.CB/D.A Press

Christopher Horta diz que pode optar pela bicicleta

VISÃO DO CORREIO

A obrigação de repúdio à Rússia

Não podia ser diferente. Apesar do silêncio contundente do presidente Jair Bolsonaro em relação à invasão da Ucrânia pela Rússia, o representante do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), embaixador Ronaldo Costa Filho, não só votou a favor da resolução por ações contundentes contra o país de Vladimir Putin, como deixou claro o quanto o conflito provocado pelos russos está colocando em risco o equilíbrio global. Nas palavras dele, o mundo vive uma situação sem precedentes de ameaça à ordem internacional. "As preocupações de segurança manifestadas pela Federação Russa nos últimos anos, particularmente em relação ao equilíbrio estratégico na Europa, não dão à Rússia o direito de ameaçar a integridade territorial e a soberania de outro Estado", disse.

O embaixador acrescentou: "À medida que ouvimos relatos de crescentes baixas civis, medo e devastação na Ucrânia, um cenário que qualquer guerra inevitavelmente gera, nosso principal objetivo, agora, é interromper imediatamente as hostilidades em andamento. Como devemos fazer isso? Primeiro, o Conselho de Segurança deve reagir rapidamente ao uso da força contra a integridade territorial de um Estado-membro. Uma linha foi cruzada, e este Conselho não pode ficar calado". Para ele, o mundo não pode chegar ao ponto de não retorno. Infelizmente, o Brasil e outros 10 países que votaram a favor de ações contra a Rússia, que tinha poder de veto, foram derrotados.

A pressão por um posicionamento claro do Brasil contra a Rússia é enorme. Pouco antes de Costa Filho falar no Conselho de Segurança da ONU, deu-se um movimento inédito em Brasília. Embaixadores dos sete países que compõe o G7, o grupo das sete economias mais industrializadas do planeta, foram pessoalmente ao Itamaraty cobrar a condenação do ataque à Ucrânia. O Brasil se meteu nessa enrascada, que certamente lhe custará caro, com a visita de Bolsonaro a Putin pouco antes da deflagração do conflito armado no Lesta Europeu. No encontro, o presidente brasileiro afirmou que o país era solidário à Rússia. Com essa declaração, em vez de ganhos econômicos, o chefe do Executivo trouxe na bagagem o repúdio da comunidade internacional.

A postura de Costa Filho no Conselho de Segurança foi um grande avanço, mas o estrago provocado por Bolsonaro, que se colocou ao lado de um ditador, só será revertido quando ele assumir, publicamente, que repudia o genocídio que está sendo cometido na Ucrânia. Não é possível que ele fique do lado errado da história, ao endossar ações violentas que agridem a soberania e a integridade territorial de um país. A Rússia é uma agressora, que manchou de sangue a Carta da ONU que prega a paz e o respeito às nações. Muitos se perguntam se o presidente brasileiro, que calou seu vice, vê como normal Putin agora ameaçar a Suécia e a Finlândia.

O mundo, ao menos sua parcela civilizada, tem pressa pela retirada efetiva da Rússia da Ucrânia. É inaceitável que crianças, jovens, mulheres, homens, idosos sejam mortos sem piedade ou retirados de suas casas, de seu país, pelo desejo de um único ser desprezível com sede de poder. As cenas exibidas para o mundo são chocantes demais. Interromper os massacres é mais do que urgente. Um país inteiro, a Ucrânia, foi colocado de joelhos. Seus cidadãos que não conseguiram fugir terão de se submeter a uma ditadura cruel. Quantos mais invasões, bombardeios, mortes ainda teremos de assistir impotentes? Que os governantes do lado bom da história evitem a barbárie. Todos estão em risco.

MARCOS PAULO LIMA
marcospaulo.df@dabr.com.br

O futebol explica a guerra

Rússia e Ucrânia só se enfrentaram duas vezes depois da extinção da União Soviética (URSS). Ambas no fim do século passado, pelo Grupo 4 das Eliminatórias da Euro-2000. Os ucranianos venceram por 3 x 2, em 5 de setembro de 1998, em Kiev. Houve empate por 1 X 1, em Moscou. Daquele 9 de outubro de 1999 em diante, os países em guerra desde a última quinta-feira viraram fardos controversos para a Fifa e a Uefa.

Enquanto as entidades máximas do futebol mundial e europeu agiam diplomaticamente nos bastidores com sorteios dirigidos, a fim de evitar que as seleções e os clubes dos dois países se encontrassem, dirigentes das ligas nacionais das duas nações articulavam explicitamente a fusão dos campeonatos russo e ucraniano. A Crise da Crimeia, em 2014, abortou o plano embrionário.

A Revolução Ucraniana engatinhava quando os campeões e os respectivos vices das duas ligas nacionais disputavam, em Petah-Tikva, Israel, a Supercopa Unificada. Shakhtar Donetsk e Metalist representavam a Ucrânia. A Rússia competia com CSKA Moscou e Zenit São Petersburgo. Na última rodada, o Metalist derrotou o Zenit; e o Shakhtar venceu o CSKA. Era fevereiro de 2014.

Aqueles duelos foram os últimos entre times dos dois países. Um mês depois, a Rússia anexou a Crimeia, região ucraniana pró-Moscou. Na sequência, houve prolongado conflito armado na região de Donbass — onde fica Donetsk. O estádio do Shakhtar foi bombardeado e o time virou sem teto. Passou a mandar jogos em Lviv e Kiev.

Protótipo de uma liga nacional unificada, a Supercopa disputada em Israel distribuía premiação de 1 milhão de euros, mas era considerada pirata. Não havia aval das respectivas federações. Muito menos da Uefa e da Fifa. O evento era influenciado pelo ex-jogador e técnico russo Valery Gazzaev, turbinado pela gigante russa Gazprom.

Uma Supercopa unificada disputada em Israel, país neutro, explica a guerra entre Rússia e Ucrânia. À época, um dirigente que pediu anonimato praticamente implodiu a fusão das ligas nacionais. "Nossa posição sempre foi e é claramente negativa. A tentativa de realizar o Torneio Unificado, assim como a tentativa de criar um campeonato conjunto, é considerada um passo puramente político, uma traição aos interesses nacionais de ambos os países."

Mais uma prova do jogo ideológico: em 17 de agosto de 1969, o Karpat Lviv, da Ucrânia, venceu o SKA Rostov por 2 X 1 na final da Copa da União Soviética. Os torneios eram unificados, mas havia sentimento separatista. Ingressos dos jogos do Karpaty eram fornecidos a agentes da KGB. O serviço secreto soviético flagrava, na arena, gritos de conotação política. Pois naquela decisão, os torcedores do Karpaty entoaram canções ucranianas no Estádio Luzhnik, em Moscou. O povo de Lviv chorou ao escutar seu idioma ecoar na capital russa. O futebol explica a guerra.

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» **E-mail: sredat.df@dabr.com.br**

Boas-vidas

Esta parece ser uma cidade dos boas-vidas: ao contrário do resto do mundo, o comércio de rua abre às 9h, os shoppings, às 10h, e os bancos, às 11h. Quanto a esses últimos "privilégios", nem o Banco Central, com toda a sua austeridade e competência, dá jeito. Certa vez, conversando com um líder do governo, da época, sobre essa absurda discrepância em relação às demais agências bancárias do país, ele me respondeu, orgulhosamente, que "o horário de Brasília era diferente dos outros por que o sindicato daqui era mais forte que os demais". Que tal?

» **Lauro A. C. Pinheiro,**
Asa Sul

Conflito

O caótico e preocupante estado de guerra entre Rússia e Ucrânia, sugere que por lá urubu está voando de costas, diria Stanislaw Ponte Preta, criação do sábio Sérgio Porto. O quadro é tão grave ao ponto dos terroristas do Talibã pedirem, imaginem, diálogo entre os envolvidos.

» **Vicente Limongi Netto,**
Lago Norte

Afinidade

Os veículos de comunicação cobram do presidente Bolsonaro, assim como a Embaixada dos Estados Unidos, uma condenação à invasão russa na Ucrânia, uma guerra criada com base em inverdades de Vladimir Putin. A pressão é legítima para expor o alinhamento de Bolsonaro a violência e a negação da neutralidade. Aliás, ser neutro destoa das regras internacionais, das quais o Brasil é signatário. Mas o presidente não vai condenar o desatino medieval de Putin. Pelo contrário, ele concorda com a descabida violência em pleno século 21, pois a truculência faz parte do seu DNA despótico. Quando desautorizou o vice-presidente, Hamilton Mourão, a criticar a ação russa, reafirmou, nas entrelinhas, a sua concordância com a guerra deflagrada pela Rússia contra o governo ucraniano. Diferentemente do que afirmou na tradicional live das quintas-feiras, o Brasil pode ser da paz — o que é uma meia-verdade —, mas o presidente é da truculência e do descaso em relação à vida.

» **Leonora Lima,**
Núcleo Bandeirante

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Rússia avança de forma avassaladora sobre a Ucrânia. Triste pelo povo ucraniano. Tempos difíceis.

José Matias-Pereira — Lago Sul

Tite disse que vai deixar o comando da seleção brasileira depois da Copa do Catar. Ele poderia entregar o cargo há muito tempo.

Sebastião Machado Aragão — Asa Sul

A bancada religiosa apostou contra o projeto que legaliza cassinos e jogos. Deu azar!...

Vital Ramos de V. Júnior — Jardim Botânico

Bolsonaro afirmou que o futuro do país depende da escolha dos eleitores. Deu a deixa para outubro e, assim vai se despedir do Planalto Central.

Joaquim Honório — Asa Sul

Evangélicos indignados com a aprovação do projeto que legaliza os jogos de azar. O senador Flávio Bolsonaro, por sua vez, comemora a decisão dos deputados.

Marco Antônio de Assis — Águas Claras

Czar da Rússia

É hora de o Brasil assumir o seu ponto de independência em relação ao mundo. O que a Rússia está fazendo em relação a Ucrânia é uma vergonha para dizer o mínimo. Nessa hora é de se perguntar para que serve a Organização das Nações Unidas (ONU). Pelo visto, não tem poder nenhum para sanar e resolver os conflitos no mundo. A Organização do Atlântico Norte (Otan) parece ter mais força e determinação do que a ONU, criada no final da Segunda Guerra Mundial, com o intuito de evitar as guerras e conflitos mundiais. Nada disso está acontecendo. Por fim, como Bolsonarista, entendo que o presidente da República foi muito radical com o seu vice. Queira, ou não, essas atitudes só o prejudica. Voltando à Rússia, eles são obcecados por querer ser melhores do que os outros. Lembre-se de o Pedro, o Grande; sem falar no czar da Rússia.

» **José Bonifácio,**
Plano Piloto

Crises

Governos em crise política e econômica profunda não caem por ruins, incompetentes ou corruptos. Governos caem quando um presidente da República se torna altamente impopular e perde o apoio no Congresso. No parlamentarismo, a queda de um gabinete é ainda mais natural, sem traumas e não deixa sequelas. Está fora do jogo o primeiro-ministro que vê escapar a maioria da casa ou, simplesmente, perder a confiança do próprio partido. O presidente Jair Bolsonaro reúne atualmente as condições que, à luz da história democrática, é necessária para minar e reforçar sua reeleição: reúne maciçamente o povo, sem ter a necessidade de oferecer pão com mortadela. Em contrapartida, pasmem, alguns meios de comunicação citam que aquele cidadão compulsivo da aguardente e ex-recluso da carceragem da Polícia Federal tem 46% de intenções de votos e Bolsonaro 23%. Qual fórmula de cálculo foi utilizada? O sapo barbudo como Brizola o chamava, vive enclausurado em casa com sua nova companheira e, nas poucas vezes que saiu para fora do seu ninho para contactar com seus militantes, não reúne mais que dois times de futebol. Infelizmente, esses índices são manipulados, são os legítimos fakes, divulgados por "canetas" iradas e nefastas.

» **Renato Mendes Prestes,**
Águas Claras

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA
Diretor Presidente

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Paulo Cesar Marques
Diretor de Comercialização e Marketing

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Diretor Financeiro

Plácido Fernandes Vieira e Vicente Nunes
Editores executivos

CORPORATIVO
Josemar Gimenez
Vice-presidente de Negócios Corporativos

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1102 - Redação: (61) 3214.1100; Fax (61) 3214.1155 - Comercial: (61) 3214.1526, 3214-1211; Fax. (61) 3214.1205 - **Sucursal São Paulo**: End.: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732, 7º andar – Jardim Paulista – CEP: 01403-000 – São Paulo/ SP, Tel: (11) 3372-0022; E-mail: associadossp@uaigiga.com.br. **Sucursal Rio de Janeiro**: End.: Rua Fonseca Teles, nº 114 a 120, Bloco 2, 1º andar – São Cristóvão – CEP: 20940-200 – Rio de Janeiro/ RJ, Tel: (21) 2263-1945; E-mail: sucursalrj@uaigiga.com.br. **REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: Minas Gerais e Espírito Santo** – Mídia Brasil, Rua Tenente Brito Melo, 1223, sala 602 – Barro Preto – CEP: 30.180-070 – Belo Horizonte/MG; Tel.: (31) 3048-2310; E-mail: comercial@midiabrasilcomunicacao.com.br. **Região Sul** – HRM Representações Publicitárias, Rua Saldanha Marinho, 33 sala 608 – Menino Deus – CEP: 90.160-240 – Porto Alegre/RS; Tel.: (51) 3231-6287; E-mail: hrm@hrmmultimidia.com.br. **Regiões Nordeste e Centro Oeste – Goiânia**: Êxito Representações — Rua Leonardo da Vinci, Quadra 24, Lote 1, C 2, Jardim Planalto — CEP: 74333-140, Goiânia-GO — Telefones: 62 3085-4770 e 62 98142-6119. **Brasília**: Sá Publicidade e Representações, SCS Qda 02 Bl. D – 15º andar – Ed. Oscar Niemeyer – salas 1502/3 – CEP: 70.316-900 – Brasília/DF; (61) 3201-0071/0072; E-mail: Thiago@sapublicidade.com.br. **Região Norte** – Meio & Mídia, SRTVS Qda 701, Bl. K – Ed Embassy Tower, salas 701/2 – CEP: 73.340-000 – Brasília/DF; Tel.: (61) 3964-0963; E-mail: atendimento@meioemidia.com.

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela Reuters, AFP, Agência Noticiosa Intercontinental, Agência Estado, Agência O Globo, Agência A Tarde, Agência Folha, Agência O Dia e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131.

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O CORREIO
Assinante/leitor/ classificados: 3342-1000

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R$ 3,00	R$ 5,00

ASSINATURAS *
SEG a DOM
R$ 837,27
360 EDIÇÕES
(promocional)

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568/0800-647-7377. Fax: (61) 3214.1595.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

DIÁRIOS ASSOCIADOS

Agenciamento de Publicidade

Da gênese da humanidade ao apocalipse da sociedade por meio do racismo

» LEILA NEGALAIZE LOPES
Jornalista, produtora cultural, ativista afrolésbica da rede Sapatá, integrante da Coalizão Negra por Direitos

Para os iorubás, tudo que há no mundo visível e invisível é dotado de uma força que o sustenta e o faz existir. Essa força se encontra em toda parte, é vida e energia. Força que fica fora da experiência dos olhos do corpo, ainda que continuamente experimentada. É misteriosa e mantida por um sistema invisível de força e energias. É essa força, chamada "axé" na língua nagô ou iorubá, que assegura a existência dinâmica, permitindo o acontecer e o devir.

Sem axé, a existência ficaria paralisada, desprovida de toda possibilidade de realização. Ela é o princípio que torna possível o processo vital. O que isso tem a ver com a gênesis da humanidade e o apocalipse da sociedade? Ora, se paleontólogos, arqueólogos, antropólogos, entre outros cientistas, quase todos brancos, buscam respostas diferentes para a gênese da humanidade, e todas essas respostas os levam para o continente africano. Portanto, África é o berço da humanidade!

Segundo declara Laurent Duret, cientista atuante na França (Lyon): "Ainda que o DNA das mulheres negras de hoje não tenha "todas as variações [genéticas] possíveis para cada tipo de ser humano" na Terra e que o 'Eve gene' não exista, o DNA mitocondrial de cada ser humano descende de uma mulher africana que viveu há cerca de 200 mil anos. Além disso, como a espécie se originou na África antes de migrar para outras regiões, as populações desse continente têm a maior diversidade genética".

Assim, a afirmativa de Angela Davis se confirma: "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela". Tendo isto "escurecido" seguimos. Onde quero chegar com essa "escrevivência" (como define Conceição Evaristo)?

No Brasil, o que temos vivido é uma constante violência racial, onde apenas por sermos negros/as já nos colocam como alvo das mais diversas violações dos direitos humanos; do reconhecimento facial ao linchamento público por reivindicar o pagamento de salário atrasado ou por cobrar por um serviço que não foi pago via app. Morremos baleados na porta de casa, em frente à esposa e aos filhos, no mercado, nas periferias, o que nos coube no direito à cidade.

Desde o nutricídio (expressão que tem como sinônimo o genocídio alimentar), criada pelo norte-americano Llaila Afrika. Ele nos alerta que o agronegócio determina a nossa alimentação, à precariedade de acesso a políticas públicas básicas. Promovem o flagelo da extrema pobreza e dos salários baixos e, assim, a população negra e periférica, por meio da insegurança alimentar, desenvolve muitas comorbidades. Alinhada a essa necropolítica alimentar, social e territorial, ainda temos que lidar com a usurpação de nossos conhecimentos em fitoterápicos e alimentos que ainda são preservados nos terreiros de matriz africana que sofrem com depredações.

Uma constante e exaustiva investida em apagar nossas memórias e contribuições históricas; estratégias para o apagamento de nossa identidade.

E, com tudo isso, tem a "cara de gente branca" dizendo que nós negras e negros só falamos de racismo. Não! O que estamos falando é que somos seres humanos, que movemos esta sociedade e que somos guardiões de um mundo que está sendo destruído em nome do desenvolvimento neoliberal, antagônico a nossa filosofia do bem viver. O racismo ambiental não está apenas nos exterminando, está exterminando a todos; com a Terra devastada, não existirá seres humanos, nem negros e nem brancos.

"Tudo que nós tem é nós!", canta Emicida. Já não acreditamos mais em um caminho apontado por quem não respeita nossa cultura, nossa arte, nossa fé; estamos nos recuperando mesmo que na "dororidade", segundo Vilma Piedade; mas ainda no amor pela vida universal. Resistimos com a força invisível, sagrada de toda divindade, chamada Axé.

Seguimos nos organizando em uma coalizão negra denunciando que, com racismo, não há democracia, não há natureza, não há mundo. Portanto, se somos a gênese, o apocalipse do racismo está próximo de ser exterminado, em nome de Zumbi, Dandara, Marielle, Moïse e tantas e tantos heróis e heroínas que tombaram abrindo caminhos para que uma nova geração possa recomeçar uma sociedade igualitária, sem racismo. Com a força do Axé, as sementes germinarão com o poder de salvaguardar o que mais temos de precioso, a vida humana. O vento é o devir!

Lição a aprender

» JOSÉ HORTA MANZANO
Empresário e blogueiro

Na quinta-feira em que escrevo, a Europa acordou sobressaltada. A ameaça em que ninguém queria acreditar se realizou. O pesadelo virou realidade. Já de manhã, jornais e tuítes confirmam: estão acontecendo coisas que a gente imaginava que tivessem ficado nos livros de história. Estourou uma guerra no continente. E não é uma guerra fria como a que durou de 1945 até o desmanche da União Soviética. A que estalou hoje é quente, com aviões, mísseis e tanques em movimento.

Imagine o distinto leitor, por um instante, que instalações industriais estivessem sendo alvo de mísseis em Salvador, em Belo Horizonte, em Porto Alegre, no Rio, ou em São Paulo. Imagine que bases aéreas como as de Anápolis e Santa Cruz estivessem sendo destruídas por bombas vindas não se sabe de onde, tudo ao mesmo tempo. Imagine que os principais aeroportos do país estivessem sofrendo o mesmo destino. É o que está acontecendo, no momento em que escrevo, na Ucrânia — país tão longe do mundo e tão perto da Rússia.

É a primeira vez, desde o fim da última guerra, que um grande país está sendo atacado por uma potência nuclear. Na Europa, em extensão territorial, a Ucrânia fica em segundo lugar, só perdendo para a própria Rússia. De 1945 para cá, houve, sim, incursão de potências nucleares em pequenos países. Em 1983, os EUA invadiram Granada, minúsculo país caribenho. Em 2008, a própria Rússia interveio na Ossétia do Sul, pequenina fração da Geórgia. Que um dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU ataque militarmente um país de área maior que a de 25 países europeus reunidos é pesadelo que, até poucas semanas atrás, não estava nos radares.

Curiosamente, essa Rússia gigantesca que mostra os músculos e assusta o mundo tem um PIB menor que o do Brasil. O PIB russo equivale, grosso modo, ao da Espanha. Isso demonstra o esforço especial que o governo tem feito em favor da despesa militar. A aritmética não falha: quando se investe demasiado aqui, há de faltar ali. Não há milagre. Os serviços públicos essenciais do país — educação, saúde, transporte, segurança pública, infraestrutura — hão de sentir o baque.

Os acontecimentos desta madrugada nos dão interessantes informações. A insistência de Biden, que, há semanas, vinha reafirmando vigorosamente que o ataque da Rússia era iminente, prova que os serviços americanos de espionagem funcionam. É de crer que haja infiltração de informantes no entourage próximo de Putin.

Será interessante observar agora a reação da China. Manterá o apoio a Moscou? De olho em Taiwan, ilha considerada "província rebelde", Pequim há de estar anotando cada detalhe da reação mundial ao ataque russo. Do que acontecer nas próximas semanas, dependerá a decisão de invadir Taiwan num futuro próximo.

Todos os países europeus, com a notável exceção de uma Bielo-Rússia enfeudada a Moscou, condenaram a invasão militar da Ucrânia nos termos mais vigorosos permitidos pela linguagem diplomática. Será interessante acompanhar a reação do governo brasileiro, que não se manifestou até o momento em que escrevo.

Há que ter em mente a intempestiva viagem de Bolsonaro à Rússia semana passada. Mais que isso, é preciso levar em consideração sua irresponsável afirmação de solidariedade para com aquele país. À vista disso, o Itamaraty está, como se costuma dizer, metido numa saia justa. Estamos do lado errado da História. Como pode o Brasil condenar a agressão militar russa à Ucrânia se, apenas uma semana antes, nosso presidente se declarava solidário à causa russa? Para contornar a situação, será preciso um contorcionismo verbal.

Vladimir Putin tornou-se dirigente da Rússia há 22 anos. Sua permanência no topo não teria sido possível sem ampla cooptação da intelligentsia do país e da oligarquia enriquecida na esteira do desmonte da União Soviética. O sistema é vertical e funciona em circuito fechado. Putin depende da elite cooptada, e esta só sobrevive graças a ele.

Embora mais tênue, o risco de instauração de semelhante sistema existe entre nós. Temos, no poder, um candidato a ditador autocrata. É bom tomar cuidado. Se bobear, o bicho pode pegar.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Erros históricos

Erros históricos são aqueles que, por suas dimensões e efeitos negativos ao longo do tempo, ficam registrados para sempre, marcando seus personagens em episódios que obscurecem não só a imagem de seus autores como a do país que representam, prejudicando ambos indistintamente. A história da humanidade está repleta de exemplos, bastando ao interessado consultar os registros do passado.

No Brasil, alguns dos muitos erros históricos cometidos no passado nos conduziram para o que somos hoje como país e nação. Dos erros históricos mais significativos e que levaram a nos distanciar de países, como os Estados Unidos, colonizados no mesmo período, destacam-se a perpetuação do regime da escravidão, a manutenção dos latifúndios, a monocultura de produtos para a exportação e a exploração, além da depredação da colônia, exaurida e renegada a ser apenas uma economia complementar à metrópole.

Um erro histórico e contemporâneo imenso, capaz de empurrar todo o país para uma crise institucional que desembocaria na desventura do regime militar, foi a renúncia, até hoje mal explicada, do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. Os efeitos deletérios desses cometimentos impensados marcam e afetam o país, o que mostra, com clareza, que nossas autoridades em todo o tempo e lugar, sempre desprezaram as lições do passado. Não é por outra razão que repetia o filósofo de Mondubim: "Quem não aprende com a história, está condenado a repeti-la".

Deixando de lado os muitos e repetidos erros históricos cometidos durante a década petista e que nos levaram à mais profunda brutal recessão que experimentamos, todos eles decorrentes de um misto entre má gestão e corrupção sistêmica, chama a atenção a recente visita feita pelo atual presidente Bolsonaro à Rússia. Não bastasse a presença do chefe do Executivo ao Kremlin, num momento absolutamente inoportuno, contrariando todas as recomendações de assessores que lidam profissionalmente e no dia a dia com as relações internacionais.

O presidente, sob o pretexto de que trataria de assuntos relativos ao fornecimento de insumos agrícolas, ainda cometeu o erro histórico de afirmar, com todas as letras e no plural: "Somos solidários à Rússia".

Com isso, falando em nome do Estado que representa, colocou todo o Brasil e sua população ao lado do fratricídio que vem sendo cometido pelo atual Napoleão de hospício, na figura do ditador russo. São não só uma vergonha para todos nós que fatos como esses tenham acontecido e registrados em vídeo para a posteridade, como continuem a ser confirmados pela tibieza de nossos representantes na Organização as Nações Unidas (ONU).

Errar historicamente é persistir no erro, quer por voluntarismo, quer por total falta de senso ou razão. Não satisfeito com essa gafe internacional, o chefe do Executivo, em pronunciamento durante essas costumeiras e patéticas lives, condenou o pronunciamento do seu vice-presidente, general Hamilton Mourão, que defendeu reprimenda dura às ações de Putin, se posicionando ao lado da soberania dos países e da democracia.

Os Estados Unidos e seus aliados deixaram entender que as nações que, agora, apoiam as atrocidades desse Napoleão de hospício russo ficarão marcadas como inimigas da democracia. Ir contra a corrente internacional, passou a ser, desde 2018, o que nosso país tem feito. Questões como o aquecimento global, a preservação do meio ambiente, a vacinação, entre outras, mostram que seguimos à deriva, sem um norte, guiados por um néscio.

» A frase que foi pronunciada

"A guerra é um lugar onde jovens, que não se conhecem e não se odeiam, se matam, por decisões de velhos que se conhecem e se odeiam, mas não se matam."

Erich Hartman

Sina

» Tem sido a sina de todos os grandes ditadores e tiranos deixarem, atrás de si, um gigantesco cemitério com milhares de vítimas e uma paisagem de escombros e cinzas, que testemunham sua passagem ruinosa entre os humanos.

Ditadores

» Um dos mais antigos e utilizados estratagemas que ditadores de hospício, como o russo e outros ao longo da história humana, sempre recorreram para manterem-se em evidência e, com isso, desviar a atenção do cidadão comum, é eleger um inimigo externo, debitando a ele todas as causas, agruras e infortúnios experimentados pela população. Esse inimigo da nação devem ser monopolizados toda a força do país para derrotá-lo, obviamente sob o comando supremo do chefe ou, comumente, como preferem, o "pai da pátria".

» História de Brasília

A W-4, também, está um encanto. A agressividade do conjunto arquitetônico, com cor única e linhas retas, teve a monotonia quebrada com os jardins, que estão dando mais beleza para a vista. (**Publicada em 18/2/1962**)

Drogas redirecionadas para evitar a covid

Medicamentos contra diabetes, hepatite e até o HIV podem enfraquecer a ação do Sars-CoV-2 em células humanas, reduzindo sua capacidade de infecção. Efeito constatado por cientistas dos EUA abre as portas para o surgimento de nova classe de vacinas

Diversos medicamentos aprovados pelo órgão regulatório dos EUA, a Food and Drug Administration (FDA), incluindo para diabetes tipo 2, hepatite C e HIV, reduzem significativamente a capacidade da variante delta do Sars-CoV-2 de se espalhar pelo corpo humano. Uma equipe liderada por cientistas da Universidade de Penn State descobriu que esses remédios inibem enzimas virais chamadas proteases, que são essenciais para a replicação do coronavírus nas células.

"As vacinas para Sars-CoV-2 têm como alvo a spike, mas essa proteína está sob forte pressão de seleção e, como vimos com a ômicron, pode sofrer mutações significativas. Permanece uma necessidade urgente ter agentes terapêuticos que tenham como alvo partes do vírus, além da proteína spike, que não são tão prováveis de evoluir", afirma Joyce Jose, professora-assistente de bioquímica e biologia molecular da Penn State e uma das autoras do estudo, publicado na revista *Communications Biology*.

Pesquisas anteriores demonstraram que duas proteases do Sars-CoV-2 — a Mpro e a Plpro — são alvos promissores para o desenvolvimento de antivirais. Segundo Joyce José, essas enzimas são relativamente estáveis. Portanto, é improvável que desenvolvam mutações resistentes aos remédios rapidamente. O medicamento para covid-19 da Pfizer, o Paxlovid, por exemplo, tem como alvo a Mpro.

Katsuhiko Murakami, professor de bioquímica e biologia molecular da Penn State, explica que, devido à capacidade de clivar ou cortar proteínas, as proteases são essenciais para a replicação do Sars-CoV-2 em células infectadas.

Niaid/Divulgação

Coronavírus (amarelo) ataca células humanas: busca por abordagens em partes estáveis do vírus

"O coronavírus produz proteínas longas de seu genoma de RNA, as poliproteínas, que, de maneira ordenada, devem ser clivadas em proteínas individuais por essas proteases, levando à formação de enzimas e proteínas virais funcionais para iniciar a replicação do vírus assim que ele entra na célula", detalha. "Se você inibir uma dessas proteases, a disseminação do Sars-CoV-2 na pessoa infectada pode ser interrompida."

Testes

Em busca desse efeito, a equipe projetou um ensaio para identificar rapidamente os inibidores das proteases Mpro e PLpro em células humanas vivas, o que os permitiu avaliar, também, toxicidade de possíveis inibidores. Para isso, testaram uma biblioteca de 64 compostos — incluindo inibidores das proteases do HIV e da hepatite C, proteases de cisteína, que ocorrem em certos parasitas protozoários, e dipeptidil peptidase, uma enzima humana envolvida no diabetes tipo 2 — pela capacidade deles de inibir a Mpro ou a PLpro.

Dos 64 compostos, a equipe identificou 11 que afetaram a atividade de Mpro e cinco que afetaram a atividade de Plpro, tendo como base um corte de 50% de redução na atividade de protease com 90% de viabilidade celular. Em seguida, avaliou-se a atividade antiviral desses 16 inibidores contra o Sars-CoV-2 em células humanas vivas. "Descobrimos que, quando as células foram pré-tratadas com os inibidores selecionados, apenas o MG-101 afetou a entrada do vírus nas células", conta Anoop Narayanan, professor-associado de pesquisa de bioquímica e biologia molecular da universidade americana.

Variantes

Ao investigar mais a fundo o mecanismo pelo qual o MG-101 inibe a atividade da Mpro, os cientistas descobriram que esse inibidor imita a poliproteína e se liga de maneira semelhante à protease, bloqueando, assim, a sua ligação. "Ao entender como o MG-101 se liga ao sítio ativo, podemos projetar novos compostos que podem ser ainda mais eficazes", aposta Murakami. Agora, a equipe está no processo de projetar novos compostos com base nas estruturas descobertas. Eles também planejam testar as drogas combinadas que já demonstraram ser eficazes em testes in vitro e em camundongos.

Embora os cientistas tenham estudado a variante delta, eles enfatizam que os medicamentos provavelmente serão eficazes contra a ômicron e cepas futuras, porque visam partes do vírus que, provavelmente, não sofrerão mutações significativas. "O desenvolvimento de medicamentos antivirais de amplo espectro contra uma gama extensa de coronavírus é a estratégia final de tratamento para infecções circulantes e emergentes por esse vírus", enfatiza Joyce José. "Nossa pesquisa mostra que o redirecionamento de certos medicamentos aprovados pelo FDA que demonstram eficácia na inibição das atividades de Mpro e PLpro pode ser uma estratégia útil na luta contra o Sars-CoV-2."

» Queda na eficácia

Um estudo divulgado no *The Lancet Respiratory Medicine* pela Providence, um dos maiores sistemas de saúde dos Estados Unidos, confirma a eficácia geral das vacinas na prevenção de infecções graves resultantes de hospitalização por covid-19, mas também mostra um declínio substancial na proteção após seis meses. Concluído por uma equipe de médicos e cientistas da Providence Research Network, a pesquisa examinou dados de quase 50 mil internações hospitalares entre abril e novembro de 2021, descobrindo que as vacinas foram 94% eficazes na prevenção da hospitalização de 50 a 100 dias após o recebimento da injeção, mas a efetividade caiu para 80,4% entre 200 e 250 dias, com declínios ainda mais rápido, acima desse prazo.

» Tubo de ensaio | Fatos científicos da semana

Segunda-feira, 21

DAS PROFUNDEZAS DO GELO

Pesquisadores britânicos anunciaram que a primeira fase de perfuração do gelo profundo e mais antigo da Antártida foi bem-sucedida. A missão, realizada na remota Dome Circe, em uma altitude de 3.233 metros, tem como objetivo descobrir informações sobre a evolução das temperaturas, além de desvendar segredos relacionados à composição da atmosfera e ao ciclo do carbono nos últimos 1,5 milhão de anos. Os especialistas anunciaram que já perfuraram cerca de 130 metros, mas a meta é atingir uma profundidade bem maior: 2,7 mil metros. A campanha é um esforço inédito em estudos de paleoclimatologia e trará dados novos sobre o clima do passado e os gases de efeito estufa que estavam na atmosfera durante a Transição do Pleistoceno Médio (MPT), entre 900 mil e 1,2 milhão de anos atrás.

Terça-feira, 22

FIM DAS TRANSFUSÕES

Mais de 90% dos pacientes com talassemia, uma doença hereditária do sangue, não precisaram mais de transfusões sanguíneas regulares anos após receberem terapia genética, de acordo com um ensaio clínico internacional de fase 3, que incluiu, pela primeira vez, crianças com menos de 12 anos. Pessoas com a enfermidade não produzem hemoglobina funcional suficiente em seus glóbulos vermelhos, o que interfere no oxigênio distribuído a todas as partes do corpo. Aquelas com o tipo mais grave da doença precisam de transfusões de glóbulos vermelhos todos os meses para sobreviver. Quando frequentes, no entanto, esses procedimentos podem causar sérias complicações devido à sobrecarga de ferro e a infecções, especialmente quando o baço é removido.

Mark Witton/Divulgação

PEGANDO FOGO

As mudanças climáticas e o uso da terra devem tornar os incêndios florestais mais frequentes e intensos, com um aumento global de fenômenos extremos de 14% até 2030, 30% até o fim de 2050, e 50% no fim do século, de acordo com um novo relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. O documento pede uma revisão radical nos gastos dos governos com incêndios florestais, mudando os investimentos de reação e a resposta para prevenção e preparação. O relatório encontra um risco elevado mesmo para o Ártico e outras regiões anteriormente não afetadas por ocorrências do tipo.

Quarta-feira, 23

ÚLTIMO DIA DOS DINOS

O asteroide que matou quase todos os dinossauros atingiu a Terra durante a primavera. Essa conclusão foi tirada por uma equipe internacional de pesquisadores depois de examinar seções finas, varreduras de raio X síncrotron de alta resolução e registros de isótopos de carbono dos ossos de peixes que morreram menos de 60 minutos após o impacto do asteroide. O choque abalou a placa continental e causou enormes ondas estacionárias em corpos d'água. Esses mobilizaram enormes volumes de sedimentos que engoliram os peixes e os enterraram vivos enquanto as esferas choviam do céu. Uma linha adicional de evidência foi fornecida pela distribuição, pelas formas e pelos tamanhos das células ósseas, que também flutuam com as estações do ano, afirmaram os pesquisadores.

JOSH EDELSON

Quinta-feira, 24

MEIO AMBIENTE E TDAH

Crianças que vivem em áreas com maior poluição do ar devido a partículas de PM 2,5 e níveis muito baixos de espaço verde podem ter um risco até 62% maior de desenvolver transtorno de deficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Ao contrário, as que moram em regiões arborizadas e menos poluídas têm um risco 50% menor de apresentar o problema. Essas são as conclusões de um artigo canadense com dados de 37 mil meninos e meninas. Os resultados são consistentes com estudos anteriores que encontraram associações entre espaço verde e poluição do ar com TDAH. No entanto, a maioria das pesquisas realizadas até agora se concentrou na avaliação de exposições únicas e raramente avaliou os efeitos conjuntos de múltiplas exposições ambientais, disseram os autores.

Crescer junto é nosso jeito de fazer negócio.

BALANÇO PATRIMONIAL 2021

Números dizem muito, mas não dizem tudo. Por isso, se há uma palavra capaz de complementar a história refletida em nosso Balanço Patrimonial 2021, ela é PARCERIA. Nós, da CNP Seguros Holding Brasil, fazemos parte da CNP Assurances, uma empresa francesa com mais de 170 anos no mercado mundial de seguros e que atua no Brasil há 21 anos, em parceria com a Caixa. Foi fazendo assim, lado a lado, que crescemos juntos e rentabilizamos cada oportunidade, gerando lucros e bons negócios para todos de forma sustentável, social e ambientalmente. No ano em que completamos duas décadas no País, ampliamos nossa rede de parceiros usando nossa expertise para atender às necessidades de ainda mais brasileiros. Desse modo, divulgar os dados a seguir é mais que mostrar ao mercado a força da CNP Seguros Holding Brasil, é uma forma de comemorar, juntos, ótimos resultados com nossos acionistas, parceiros, clientes e colaboradores.

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A. (anteriormente designada CAIXA SEGUROS HOLDING S.A.) ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia foi constituída com a finalidade de controlar, direta e indiretamente, as seguintes empresas: Caixa Seguradora S.A., Caixa Capitalização S.A., Caixa Consórcios S.A. - Administradora de Consórcios, CNP Seguradora Especializada em Saúde S.A., Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda, CNP Participações Securitárias Brasil Ltda, Companhia de Seguros Previdência do Sul – Previsul, Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda., Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. e Youse Seguradora S.A., além de deter participação societária na Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A..

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA

Ao final do exercício de 2021, a Companhia registrou um resultado de R$ 963,7 milhões, gerando assim uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio em 2021 de 22,4%. As receitas com equivalência patrimonial nas investidas em 2021 totalizaram R$ 1.003,2 milhões, uma redução de 59,6% em relação ao valor alcançado em 2020, sendo este fato explicado pela reestruturação societária ocorrida no final de 2020, onde as operações de (i) seguros de vida e prestamista e (ii) previdência foram transferidas para um novo grupo.

A Companhia terminou o ano de 2021 com um total de R$ 328,9 milhões em ativos financeiros livres e obteve ao longo do exercício de 2021 um resultado financeiro de R$ 28,4 milhões. O patrimônio líquido, em 2021, totalizou R$ 3.830,0 milhões, o que representa uma redução de 19,8% em relação ao patrimônio líquido final do exercício de 2020, sendo esta redução explicada principalmente pela distribuição de dividendos e pela variação negativa da reserva latente de instrumentos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda.

Com relação ao processo de apuração interna independente instaurado pela Companhia para apuração das denúncias da 13ª fase da Operação Descarte (denominada Canal Seguro), informamos que a investigação, conduzida pela Companhia, com o acompanhamento dos auditores independentes, foi concluída sem que fossem encontradas evidências de atos ilícitos na base de dados da Companhia.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados - a títulos de dividendos – a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no exercício.

REESTRUTURAÇÃO E NOVA MARCA

Como resultado das mudanças societárias, a Companhia diversificou seu modelo de negócios, que passou a ter foco maior na construção de parcerias sólidas e duradouras para a distribuição de produtos completos para cuidar do patrimônio, da família e do futuro dos brasileiros. Para acompanhar o novo momento de reestruturação, lançamos uma nova marca proprietária, a CNP Brasil, que será apresentada ao mercado ao longo de 2022.

IMPACTOS DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Um fato relevante do exercício de 2021 foi o aumento das indenizações por sinistros ocorridos em consequência da Covid-19. O valor pago pelas sociedades supervisionadas investidas em indenizações passou de R$ 137 milhões, em 2020, para R$ 552 milhões, em 2021, o que impactou o resultado consolidado da Companhia. Além das mortes, a pandemia continuou impactando o cenário macroeconômico. Apesar da retomada do PIB, com crescimento estimado em 4,7%, houve aumento das pressões inflacionárias e o IPCA fechou o ano com crescimento acima de 10%, o que levou o Banco Central a iniciar um novo ciclo de alta dos juros.

CRITÉRIOS ESG

A Companhia tem avançado cada vez mais nas práticas de integração dos aspectos ambientais, sociais e de governança - ESG - em todas as etapas do seu negócio. No exercício de 2021, a Companhia buscou identificar possíveis riscos socioambientais, mitigar seus efeitos e propor soluções sustentáveis, como a possibilidade de inserir produtos mais inclusivos em seu portfólio. Sempre alinhado com as melhores práticas do mercado, o Grupo criou novas áreas de controle e conformidade, garantindo governança transparente e alinhada à conduta ética. Para o próximo biênio (2022-2024), a Companhia firmou o compromisso de realizar três metas socioambientais: aderir à Política de Plástico Zero, de sua acionista francesa CNP Assurances; aumentar em 30% o uso de energia de origem solar na sede da Companhia; e implementar seu Programa de Diversidade. Em 2022, o Instituto Social CNP Brasil se prepara para lançar seu novo posicionamento social estratégico, que terá como foco a educação.

Considerações Finais e Agradecimentos

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas - representados pela CNP Assurances S.A., CAIXA Seguridade Participações S.A. e CNP Assurances Latam Holding Ltda.

A Companhia reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, representada pela figura da CAIXA Seguridade Participações S.A., e de novos parceiros, além, é claro, do corpo funcional de todas as empresas da Holding.

O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os desafios dessa nova fase da Companhia.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	NOTA	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
CIRCULANTE		569.109	845.387	4.289.273	5.446.502
Caixa e equivalentes de caixa		206	411	23.190	18.468
Ativos financeiros	5	328.923	297.545	2.603.136	3.593.429
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		328.923	297.545	2.094.091	2.050.254
Ativos financeiros disponíveis para venda		–	–	509.045	1.406.897
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		–	–	–	136.278
Créditos das operações com seguros	6	3.674	1.443	1.490.785	1.423.885
Prêmios a receber de segurados	6.1	–	–	798.972	826.339
Títulos e créditos a receber	6.2	3.674	1.443	691.813	597.546
Ativos de resseguro	8	–	–	30.796	36.062
Ativo fiscal corrente	9	12.287	121.428	41.396	238.992
Despesas de comercialização diferidas	10	–	–	64.176	97.915
Dividendos a receber	11	224.019	424.238	–	–
Outros ativos		–	322	35.794	37.751
NÃO CIRCULANTE		3.549.387	4.032.118	10.661.185	11.182.052
Ativos financeiros	5	–	266.836	5.630.005	6.634.005
Ativos financeiros disponíveis para venda		–	266.836	5.630.005	6.634.005
Créditos das operações com seguros	6	–	–	1.029.397	913.187
Prêmios a receber de segurados	6.1	–	–	188.624	113.541
Títulos e créditos a receber	6.2	–	–	840.773	799.646
Depósitos judiciais e fiscais	7	–	–	1.749.270	1.681.291
Ativos de resseguro	8	–	–	41.319	54.421
Ativo fiscal diferido	9	107.330	16.706	1.279.972	864.050
Despesas de comercialização diferidas	10	–	–	295.321	351.754
Outros ativos		–	–	1.418	1.541
Investimentos em controladas e coligadas	12	3.434.167	3.739.928	108.174	107.328
Propriedades para investimento		–	–	108.692	118.623
Imobilizado	13	3.191	2.479	223.837	222.142
Intangível		4.699	6.169	193.780	233.710
TOTAL DO ATIVO		4.118.496	4.877.505	14.950.458	16.628.554

PASSIVO	NOTA	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
CIRCULANTE		287.872	94.216	6.146.309	6.853.069
Passivos financeiros e de seguros	14	–	–	4.071.558	5.047.966
Débitos de operações de seguro e resseguro	16	–	–	570.038	602.565
Débitos de operações de capitalização	17	–	–	10.836	11.652
Débitos de outras operações	18	–	–	35.830	40.965
Dividendos e JSCP a pagar	19	228.887	43.220	241.398	56.266
Passivo fiscal corrente	20	11.368	10.026	560.778	377.669
Outros passivos	23	47.617	40.970	655.871	715.986
NÃO CIRCULANTE		584	6.680	4.784.718	4.716.605
Passivos financeiros e de seguros	14	–	–	1.410.795	1.352.769
Passivo fiscal diferido	20	–	6.680	1.326	55.788
Provisões para processos judiciais	22	–	–	3.361.735	3.308.048
Outros passivos	23	584	–	10.862	–
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24	3.830.040	4.776.609	4.019.431	5.058.880
Capital social	24.1	2.675.000	2.675.000	2.675.000	2.675.000
Reservas	24.2	1.366.128	1.953.067	1.349.262	1.940.819
Ajuste com títulos e valores mobiliários		(181.573)	166.516	(181.573)	166.516
Ajuste de avaliação patrimonial		(29.515)	(17.974)	(29.514)	(17.974)
Participação dos acionistas não controladores		–	–	206.256	294.519
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.118.496	4.877.505	14.950.458	16.628.554
Patrimônio atribuível aos					
Acionistas controladores				3.813.175	4.764.361
Acionistas não controladores				206.256	294.519

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações Continuadas	NOTA	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receitas da operação	26.1	–	–	4.398.714	4.694.226
Custos/Despesas da operação	26.2	–	–	(2.337.147)	(2.457.135)
Lucro Bruto		–	–	2.061.567	2.237.091
Despesas administrativas	26.3	(82.519)	(19.946)	(546.611)	(645.104)
Despesas com tributos	26.4	(3.939)	(8.554)	(210.357)	(226.386)
Resultado patrimonial	26.6	1.002.443	1.051.518	67.884	18.285
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	26.7	(3)	(30.701)	(51.118)	(137.976)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		915.982	992.317	1.321.365	1.245.910
Resultado financeiro	26.5	28.401	67.767	353.722	579.124
Resultado antes dos impostos		944.383	1.060.084	1.675.087	1.825.034
Imposto de renda	27	14.217	2.547	(394.180)	(447.706)
Contribuição social	27	5.135	908	(263.316)	(262.471)
Lucro líquido das operações continuadas		963.735	1.063.539	1.017.591	1.114.857
Operações Descontinuadas					
Lucro líquido das operações descontinuadas	31	–	1.441.268	–	1.441.268
Lucro líquido do exercício		963.735	2.504.807	1.017.591	2.556.125
Atribuível aos					
Acionistas controladores		–	–	959.118	2.500.653
Lucro líquido das operações continuadas		–	–	959.118	1.059.385
Lucro líquido das operações descontinuadas		–	–	–	1.441.268
Acionistas não controladores		–	–	58.473	55.473
Lucro líquido das operações continuadas		–	–	58.473	55.473

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Lucro líquido do exercício atribuível ao				
Acionistas controladores	963.735	2.504.807	959.118	2.500.653
Acionistas não controladores	–	–	58.473	55.473
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Outros resultados abrangentes	(348.089)	(129.716)	(436.951)	(129.120)
Disponíveis para venda	(584.519)	(224.691)	(732.623)	(223.698)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	236.430	94.975	295.672	94.578
Total dos resultados abrangentes para o exercício	615.646	2.375.091	580.640	2.427.006
Atribuível aos				
Acionistas controladores	615.646	2.375.091	611.029	2.370.938
Acionistas não controladores	–	–	(30.389)	56.068

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Capital Social	Reservas: Lucros	Reservas: Legal	Reservas: Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ganhos não realizados com T.V.M.	Lucros acumulados	Total atribuível aos acionistas controladores	Ajustes de consolidação	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.370.000	4.972.414	113.702	16.210	(17.974)	302.099	–	8.756.451	(11.847)	227.091	8.971.695
Dividendos complementares: AGOE de 27.04.2020	–	(532.048)	–	–	–	–	–	(532.048)	–	(61.767)	(593.815)
Aumento de Capital: AGOE de 27.04.2020	595.000	(481.298)	(113.702)	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos intermediários: AGE 03.09.2020	–	(2.650.000)	–	–	–	–	–	(2.650.000)	–	–	(2.650.000)
Dividendos intermediários: AGE 04.12.2020	–	(700.000)	–	–	–	–	–	(700.000)	–	–	(700.000)
Cisão parcial - conforme AGE de 17.12.2020	(1.290.000)	(476.174)	–	–	–	(108.146)	–	(1.874.320)	–	–	(1.874.320)
Ajustes de Títulos e valores Mobiliários	–	–	–	–	–	(27.437)	–	(27.437)	–	596	(26.841)
Efeito da Cisão de acervo líquido	–	–	–	–	–	–	–	–	3.753	86.172	89.925
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	2.504.807	2.504.807	(4.154)	55.472	2.556.125
Dividendos intercalares: AGE de 17.12.2020	–	–	–	–	–	–	(650.000)	(650.000)	–	–	(650.000)
Proposta de destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	–	–	125.240	–	–	–	(125.240)	–	–	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	1.678.723	–	–	–	–	(1.678.723)	–	–	–	–
Dividendos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(13.045)	(13.045)
Juros sobre o capital próprio propostos - R$ 10,76 por lote de mil ações	–	–	–	–	–	–	(50.844)	(50.844)	–	–	(50.844)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.675.000	1.811.617	125.240	16.210	(17.974)	166.516	–	4.776.609	(12.248)	294.519	5.058.880
Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2021	–	(1.321.788)	–	–	–	–	–	(1.321.788)	–	(39.138)	(1.360.926)
Títulos e valores Mobiliários	–	–	–	–	–	(348.089)	–	(348.089)	–	(88.862)	(436.951)
Avaliação patrimonial investida	–	–	–	–	(11.541)	–	–	(11.540)	–	(6.225)	(17.765)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	963.735	963.735	(4.617)	58.473	1.017.591
Proposta de destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	–	–	48.187	–	–	–	(48.187)	–	–	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	686.662	–	–	–	–	(686.661)	–	–	–	–
Dividendos - R$ 48,42 por lote de mil ações	–	–	–	–	–	–	(228.887)	(228.887)	–	(12.511)	(241.398)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.675.000	1.176.491	173.427	16.210	(29.515)	(181.573)	–	3.830.040	(16.865)	206.256	4.019.431

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício incluindo operações descontinuadas	963.735	2.504.807	1.017.591	2.556.125
Ajustes para:				
Depreciação e amortizações	1.682	1.263	92.421	81.291
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	–	(74.440)	5.506	(37.908)
Variação de juros em passivos de arrendamento IFRS 16	51	–	9.533	–
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	3	–	10.945	43.088
Resultado de Equivalência Patrimonial e JSCP	(1.003.191)	(2.485.517)	(36.734)	(58.941)
Outros Ajustes - diversos	645	98.384	996	100.263
Ajuste de prescrição e penalidades de títulos	–	–	(55.588)	(19.141)
Custos de Aquisição Diferidos	–	–	91.822	(523.194)
Variação de Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	–	–	(89.101)	1.787.015
Variação nas contas patrimoniais:				
Ativos financeiros	224.118	494.163	1.560.268	(13.211.593)
Créditos das operações	–	–	(19.944)	(193.229)
Créditos das operações de previdência complementar	–	–	–	104
Ativos de resseguro	–	–	15.440	61.323
Créditos fiscais e previdenciários	80.499	38.799	167.902	62.078
Ativo fiscal diferido	(61.982)	(4.266)	(386.229)	45.355
Depósitos judiciais e fiscais	–	–	(67.980)	(326.895)
Despesas antecipadas	322	688	2.484	(1.543)
Custos de aquisição diferidos	–	–	(1.650)	(96.504)
Outros ativos	(4.266)	(7.540)	(158.432)	(72.542)
Impostos e contribuições	(3.578)	1.192	637.230	1.406.771
Outras contas a pagar	6.082	729	(101.046)	169.160
Débitos de operações	–	–	(32.527)	180.591
Débitos de operações com previdência complementar	–	–	–	3.775
Débitos de operações com capitalização	–	–	(815)	(2.941)
Depósitos de terceiros	–	–	29.630	(160.963)
Provisões técnicas	–	–	(708.704)	14.592.806
Provisões técnicas - previdência complementar	–	–	–	5.740
Passivos financeiros	–	–	(62.062)	322.380
Provisões para contingências	–	–	53.686	372.046
Outros passivos	146	791	(38.916)	33.343
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	204.266	569.053	1.935.726	7.117.860
Juros pagos	–	(1)	(720)	(967)
Juros recebidos	2.086	6.593	6.804	10.368
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	1.160.881	3.546.744	24.368	30.329
Imposto sobre o lucro pagos	(1.759)	(50)	(482.488)	(1.783.674)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.365.474	4.122.339	1.483.690	5.373.916
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Recebimento pela Venda:	–	–	3.209	16.819
Investimentos	–	–	2.207	171
Imobilizado	–	–	142	16.260
Intangível	–	–	860	388
Pagamento pela Compra:	(385)	–	(35.396)	(56.880)
Investimentos	–	–	–	(837)
Imobilizado	(385)	–	(2.432)	(5.095)
Intangível	–	–	(32.964)	(50.948)
Outros	–	950.000	–	(389.007)
Outros fluxos de investimento (nota 1.1.c) e (nota 1.1.d)	–	950.000	–	(389.007)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	(385)	950.000	(32.187)	(429.068)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.365.005)	(5.072.133)	(1.417.189)	(5.154.490)
Outros	(289)	–	(29.592)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(1.365.294)	(5.072.133)	(1.446.781)	(5.154.490)
Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(205)	206	4.722	(209.642)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	411	205	18.468	228.110
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	206	411	23.190	18.468

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais

A CNP Seguros Holding Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora") e a CNP Seguros Holding Brasil S.A. e suas controladas ("Grupo" ou "Consolidado") está sediada na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050. Sendo controlada pelo grupo francês Caisse des Dépôts.

A Companhia tem por objeto social a participação, como acionista, ou sócia, em sociedades empresariais, que exploram: i) atividade de seguros em todos os ramos, incluindo saúde e dental; ii) segmento de capitalização; iii) administração de consórcio; iv) atividades correlatas ou complementares às atividades descritas anteriormente.

1.1. Restruturação societária

a. Acordo de acionistas para comercialização no Balcão da CAIXA

No dia 29 de agosto de 2018, a CNP Assurances (CNP) e a Caixa Seguridade S.A. (Caixa Seguridade), acionistas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que é a controladora indireta da Caixa Seguradora S.A. e Caixa Vida e Previdência S.A., firmaram um acordo para a formação de uma nova sociedade que explorará conjuntamente, até fevereiro de 2041, os ramos de seguros de vida e prestamista e os produtos de previdência na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA"). Os negócios da nova sociedade serão desenvolvidos por um novo veículo societário. Em 19 de setembro de 2019 foi assinado aditivo ao referido acordo, estendendo o prazo da parceria para 2046. A referida operação foi concluída e implementada em 30 de dezembro de 2020.

b. Restruturações internas do Grupo

Em atendimento aos requisitos previstos no processo de implementação do acordo firmado entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade S.A., mencionado na nota 1.1.a acima, foram realizadas duas operações societárias de cisão dentro do Grupo, conforme descrito a seguir.

No dia 01 de julho de 2020, foi realizada a cisão parcial da Caixa Seguradora S.A. para a Caixa Vida e Previdência S.A., tendo como objeto de acervo cindido, os ativos e passivos vinculados às carteiras dos segmentos de vida e prestamista. Tendo em vista que é uma operação interna do Grupo, ela foi realizada a valores contábeis e não provocou nenhum impacto econômico ou financeiro no Grupo, tampouco para os clientes dessas carteiras.

No dia 31 de julho de 2020, foi realizada a cisão parcial da CNP Seguros Participações Securitárias Ltda. para a CNP Seguros Holding Brasil S.A., sendo o acervo cindido dessa cisão composto pela totalidade de ações representativas do capital social da Caixa Vida e Previdência S.A., de forma que CNP Seguros Holding Brasil S.A. passou a ser a controladora direta da Caixa Vida e Previdência S.A.. Neste caso também, por se tratar de uma operação interna do Grupo, a mesma foi realizada a valores contábeis e não provocou nenhum impacto econômico ou financeiro no Grupo, tampouco para os clientes da Caixa Vida e Previdência S.A..

c. Cisão do investimento na Caixa Vida e Previdência S.A.

No dia 30 de dezembro de 2020, foi realizada a cisão parcial do investimento da Companhia para a Holding XS 1 S.A., passando a totalidade das ações representativas do capital social da Caixa Vida e Previdência S.A., para a nova holding, em conexão com o acordo entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade, conforme destacado na nota 1.1a. O controle acionário da Holding XS1 S.A. é detido pelo grupo CNP Assurances com participação 51% das ações ordinárias e de 40% no total geral das ações, sendo que a Caixa Seguridade detém 49% das ações ordinárias e 60% no total geral das ações.

d. Redução de capital social da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.

Em reunião dos acionistas das Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A., em 09 de julho de 2020, foi deliberado pela redução de parte do excesso de capital social, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades Anônimas, no montante de R$950.000, mediante a restituição de à única Acionista da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. e sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, portanto, inalterado o número de ações do capital social da Companhia.

e. Acordo de acionistas para comercialização do ramo de Consórcios

A Caixa Seguridade, em continuidade ao processo competitivo para reestruturação de sua operação de consórcios, firmou, em 13 de agosto de 2020, com a CNP Assurances para a formação de uma nova sociedade que explorará, pelo prazo de 20 anos, o ramo Consórcios no Balcão CAIXA.

A Companhia obteve autorização para funcionamento por parte do regulador em 12/03/2021, sendo que a homologação da nova estrutura acionária e administrativa ocorreu no dia 26/07/2021. Dessa forma foram cumpridas todas as condições necessárias para o começo das operações.

Em 23/08/2021, a Companhia iniciou a comercialização dos produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA").

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os ajustes de práticas contábeis são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas em atendimento ao CPC 18 e 36/IAS 28 e IFRS 10.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações contábeis preparadas com base no princípio de continuidade.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 22 de fevereiro de 2022.

2.1. Consolidação

2.1.1. Controladas

São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional. A Companhia exerce controle sobre uma investida quando ela possui (i) poder sobre a investida (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As operações entre as Companhias do Grupo, compreendendo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados são eliminados.

As políticas contábeis das controladas foram ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

Destacamos as principais Companhias e fundos de investimento exclusivos, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas de 2021 e 2020.

Companhias com controle integral, salvo quando indicado de outra forma:

a. CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (Anteriormente denominada Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.) - Controlada da Companhia, tem como objeto social a participação em outras sociedades que atuam no segmento regulado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

b. Caixa Seguradora S.A. - Controlada da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., tem como objeto social a exploração de seguros de ramos elementares e vida.

c. Caixa Capitalização S.A. - Controlada pela CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., (51% das ações), e tem como objeto social a comercialização de produtos de capitalização.

d. Caixa Consórcios S.A. - Administradora de Consórcios - Controlada da Companhia, tem como objeto social a administração de grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.

e. Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. - Controlada da Companhia, tem como objeto social a atuação como seguradora especializada em seguro-saúde.

f. Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda. Controlada da Companhia, tem como objeto social no ramo de consultoria e assessoria.

g. Companhia de Seguros Previdência do Sul (Previsul) - Controlada pela CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., tem como objeto social a exploração de seguros de pessoas.

h. Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda. - Controlada da Companhia, tem como objeto social a participação em outras sociedades.

i. Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. - Controlada da Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda., tem como objeto social a atuação como operadora especializada em planos odontológicos.

j. Youse Seguradora S.A. - Controlada da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., a exploração de operações de seguros de danos e de pessoas, em quaisquer de suas modalidades ou formas.

Fundos de investimentos exclusivos:

Fundos controlados	2021 Direto	2021 Indireto	2020 Direto	2020 Indireto
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO ANGICO	75%	0%	75%	0%
FI CAIXA MARFIM RF	100%	0%	100%	0%
FI CAIXA ANGELIN RF	100%	0%	100%	0%
FI EXCLUSIVO CAIXA JEQUITIBÁ RF LP	100%	0%	100%	0%
MARUPÁ FIRF CRÉDITO PRIVADO	100%	0%	100%	0%
FI EXCLUSIVO CAIXA NOGUEIRA RF	100%	0%	100%	0%
BNP PARIBAS ARAUCÁRIA FIC FIM CRED PRIV	100%	0%	100%	0%
FI CAIXA MOGNO	100%	0%	100%	0%
ANDIROBA FI RF REFERENCIADO DI	100%	0%	100%	0%
IMBUIA FIC FIM CRÉD PRIV INVEST NO EXT	100%	0%	100%	0%
PEROBA FIC FIM CRÉD PRIV INVEST NO EXT	100%	0%	100%	0%
EBANO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	100%	0%	100%	0%
BNP PARIBAS ACAIACÁ FIC FIM	100%	0%	100%	0%

(Percentual de participação)

2.1.2. Participações de acionistas não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma controlada que não resulte em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.1.3. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados.

2.1.4. Fundos imobiliários exclusivos

Ajustes de consolidação relacionados a imóveis em fundos imobiliários exclusivos, quando aplicável, são realizados para refletir depreciações não reconhecidas nestes fundos, bem como a eliminação de ajustes a valor de mercado dos referidos imóveis.

2.2. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o Real a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Foram considerados, como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são registrados inicialmente ao valor justo, e consequentemente, pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários, e apresentadas no patrimônio líquido. Quando esse ativo sofre perdas por redução ao valor recuperável ou é vendido, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pelo Grupo para o administrador do fundo, nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perda.

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

b. Créditos das operações de seguros
Esse ativos financeiros são representados por prêmios a receber, ativos de resseguro e outros créditos operacionais (créditos do SFH). Esses créditos são contabilizados pelo custo amortizado e são avaliados por *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

2.4.2. Mensuração
O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações abaixo:
a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
b. Ações: com base nas cotações de preço médio divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no último pregão em que foram negociadas.
c. Dívida privada emitida por empresas ou por instituições financeiras: debêntures, certificados de depósitos bancários, letras financeiras, letras de crédito imobiliário e letras de crédito do agronegócio: com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor.

2.4.3. Instrumentos financeiros derivativos
A política de utilização de instrumentos derivativos ocorre na gestão dos fundos de investimento, de acordo com os limites estabelecidos em seu o regulamento com foco na proteção, sem operação de *hedge*.
O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pelo gestor de risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos.

2.5. Impairment
2.5.1. *Impairment* de ativos financeiros
a. Ativos mensurados ao custo amortizado
O Grupo avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.
Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
• Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
• Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
• O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.
O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*:
• A redução ao valor recuperável sobre operações de seguros e resseguros é constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos e que leva em consideração os prêmios vencidos há mais de 60 dias e 180 dias respectivamente, líquidos de recuperações e cessões, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;
• Para cálculo da provisão para risco de crédito dos valores a receber do FCVS a Companhia adota metodologia específica que está descrita na nota 6.2.1;
• Demais operações: constituída através de análises individualizadas e em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.
Mediante avaliações, o Grupo entende que a redução ao valor recuperável está adequada e reflete o histórico de perdas internas, conforme regra do CPC 38.

b. Ativos classificados como disponíveis para venda
O Grupo avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.
No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada no patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.
Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

2.5.2. Impairment de ativos não financeiros
Os ativos compostos pelos gastos com *software*, são registrados ao preço de custo, estão sujeitos à amortização (20% ao ano) e são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6. Ativos relacionados à resseguros
A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da transferência de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.

2.7. Imobilizado e intangível
O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pelo Grupo são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática e veículos - 20% a.a.. Além do imobilizado descrito acima, a Companhia detém ativos de direitos de uso conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, vide notas 2.14 e 13.b.
O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização. A taxa de amortização utilizada pelo Grupo é predominantemente de 20% a.a.

2.8. Contratos de seguros e contratos de investimento
Em linha com o CPC 11, a Companhia efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco significativo de seguro, risco financeiro ou ambos.
Como guia geral, a Companhia define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra.
Os contratos classificados como contratos de investimento são relacionados aos produtos de capitalização, um tipo de poupança programada combinada com sorteios periódicos de prêmios em dinheiro que não transfere risco de seguro significativo.

2.9. Provisões técnicas de contratos de seguros
As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

2.9.1. Segmento de seguros de pessoas e danos
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) e parcela de Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE)
A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos ativos de contratos emitidos até a data do fechamento relativo ao balanço. A Administração constitui, adicionalmente, a parcela relativa aos Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (RVNE) da PPNG, obtida através do valor médio observado dos prêmios emitidos com atraso nos últimos 12 meses.
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)
A provisão é constituída (e atualizada monetariamente nos termos da legislação) para a cobertura dos valores que a Administração estima serem necessários para arcar com os pagamentos futuros de indenização dos sinistros já avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os sinistros judiciais, a provisão é calculada através da probabilidade de pagamento do sinistro por provável, possível, remota.
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)
A provisão é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos, mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço.
Sendo estimada pelo método *Chain Ladder* com observações de 4 trimestres para o grupo Patrimonial, observações de 16 trimestres para o Habitacional (Morte e Invalidez por Acidente), observações de 8 trimestres para o Automóvel, observações de 12 trimestres para o Crédito, com observações de 20 trimestres para o Habitacional (Danos Físicos) e 24 trimestres para Habitacional (Fora do SFH) para a Caixa Seguradora S.A.. Sendo estimada pelo método *Chain Ladder* e *Bornhuetter-Ferguson*, com observações de 4 trimestres para o grupo de Vida e 8 trimestres para o grupo de Crédito.
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR)
A provisão é constituída para cobrir as reavaliações dos valores de indenização dos sinistros realizadas posteriormente à constituição inicial da PSL, reavaliações estas que poderão se dar ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.
Sendo estimada pelo método *Chain Ladder* com observações de 8 trimestres para o grupo de Vida e 8 trimestres para o grupo de Crédito.
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)
A provisão é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros/eventos já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a Administração ainda constitui uma parcela de PDR relativa a despesas de sinistros/eventos e a ocorrer. A estimativa da provisão é obtida através da relação entre despesas avisadas e sinistros avisados.
Provisão Complementar de Cobertura (PCC)
A provisão é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP).

2.9.2. Segmento de saúde e odonto
Provisão para Prêmios ou Contribuições Não Ganhas (PPCNG)
A provisão é constituída para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, apurando a parcela de prêmio/contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco.
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL)
A provisão é constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador ou a ser reembolsado ao segurado, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, bruto de qualquer operação de resseguro.
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)
A provisão é constituída mensalmente, considerando o total de eventos indenizáveis.
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS (PEONA-SUS)
A provisão é constituída mensalmente, considerando o total de eventos indenizáveis provenientes do SUS.
Provisão para Remissão
A provisão é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência saúde, firmadas com o beneficiário, calculada mensalmente.

2.9.3. Segmento de capitalização
Provisão Matemática para Capitalização (PMC)
A provisão é constituída por um percentual aplicado sobre os valores recebidos dos subscritores, sendo atualizada mensalmente, nas datas de aniversário dos respectivos títulos, pela Taxa Referencial (TR), definida na Lei 8177/1991, e capitalizada de acordo com a taxa de juros da PMC. Esses parâmetros estão definidos nas notas técnicas e nas condições gerais de cada produto de Capitalização.
Provisão para Resgate (PR)
A provisão contempla as transferências da PMC e é subdividida em: i) Provisão de Resgates Antecipados: títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador de resgate; e ii) Provisão de Resgates Vencidos: títulos vencidos. Na impossibilidade de efetuar os pagamentos dos saldos em resgate, os valores serão prescritos no prazo máximo de 6 (seis) anos a serem contados a partir da data de fim de vigência do título. A provisão é atualizada mensalmente pela TR, conforme parâmetros definidos nas notas técnicas e condições gerais de cada produto de Capitalização.
Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)
A provisão é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e considera um percentual definido em Nota Técnica para cada plano de capitalização. Nos planos do tipo Pagamento Único essa provisão é calculada pelo método de "risco" com remuneração mensal pela TR e taxa de juros da PSR estabelecidas nas notas técnicas e condições gerais de cada produto de Capitalização.
Provisão de Sorteios a Pagar (PSP)
A provisão é constituída para todos os títulos já sorteados e ainda não pagos. O fato gerador da PSP é a realização do sorteio e os valores são atualizados monetariamente pela TR desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento.
Provisão para Despesas Administrativas (PDA)
A provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas, observadas as regulamentações específicas vigentes.

2.10. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros
a. Passivos de contratos de seguros
Os contratos que transferem risco significativo de seguro para o Grupo são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. Em linha com a legislação vigente, a Companhia utilizou as regras do CPC 11 para avaliação destes contratos. Essas regras preveem uma isenção que permite que uma Seguradora utilize suas políticas contábeis anteriores a adoção do CPC 11, utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro.
Além da utilização desta importante isenção, o Grupo aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro ou, Teste de Adequação de Passivo (TAP); i) processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro; ii) identificação de derivativos embutidos.
b. Custos incorridos na aquisição de contratos de seguros
O Grupo registra como um ativo os gastos que são diretamente incrementais e que possam ser avaliados com confiabilidade, relacionados à origem ou renovação de contratos de seguro, à emissão de títulos de capitalização e à aquisição de cotas de consórcios. Esses gastos são representados principalmente por comissões e arrendamento de balcão. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos. A amortização deste ativo ocorre de acordo com o período de vigência dos contratos, seu prazo médio de vigência dos contratos em 2021 foi de 36 meses (49 em 31 de dezembro de 2020).
c. Teste de adequação dos passivos (TAP)
Conforme requerido pelo CPC 11, a Companhia promoveu um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.
Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme os ramos por riscos similares.
No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida, conforme abaixo:
a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices, conforme rol divulgado pela SUSEP;
b) Sinistralidade: para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de mortalidade em suas projeções, foram utilizadas as tábuas BR-EMS 2021; para sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de invalidez, foi utilizada a tábua Álvaro Vindas; para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que não utilizem tábuas biométricas e foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado, de cada produto que compõe o estudo. Para projeção por grupo foi utilizada a sinistralidade abaixo:
• Automóvel: 61,5%;
• Patrimonial: 25,3%;
• Pessoas Caixa Seguradora: 29,6%;
• Pessoas Previsul: 30,5%;
• Habitacional Danos: 3,9%;
• Odonto: 29,6;
• Crédito Previsul: 58,8%.
c) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de ativos observados de cada produto que compõe os grupos testados;
d) Despesas: as estimativas das despesas foram segregadas em despesas administrativas, despesas com tributos e despesas operacionais, considerando a média da relação histórica anual das despesas sobre o prêmio emitido;
Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro.
Como conclusão dos testes realizados, não foram identificadas insuficiências nos agrupamentos realizados.

2.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.
A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.12. Apuração do resultado
a. Os prêmios de seguro, cosseguro aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização, são registrados quando da emissão das apólices e ajustados, com base em estimativas dos prêmios relativos a operações nas quais o risco coberto só é conhecido após o início do período de cobertura.
b. As receitas de seguros de vida com cobertura de sobrevivência, são reconhecidas no momento do seu efetivo recebimento que coincidem com o regime de competência. Os custos relacionados são apropriados por meio da constituição de provisões técnicas. Os custos de comercialização são diferidos por ocasião da emissão da apólice ou contrato e apropriados aos resultados, pela vigência do contrato.
c. A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado a partir da data de emissão do título, ou momento de solicitação dos resgates. No caso dos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos, o fato gerador do registro da receita será emissão do título para a primeira parcela, e para as demais parcelas a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor.
d. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem. Já a taxa de administração de grupos de consórcios é reconhecida como receita quando do efetivo recebimento pela Administradora de consórcios, conforme o estabelecido na circular vigente e exigido pelo órgão regulador.
e. As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos de assistência à saúde e odonto são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - pro rata dia - do período de cobertura de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. O resultado das transações é apurado pelo regime de competência de exercícios.
f. As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento.
g. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social
A despesa de imposto de renda e contribuição social inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. São reconhecidos no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A alíquota de contribuição social sobre o lucro foi de 15% até junho de 2021 e 20% para o segundo semestre de 2021 para as Controladas equiparadas a financeiras e 9% para as demais Controladas e Controladora, conforme legislação em vigor.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas na rubrica de impostos e contribuições no passivo circulante.
Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Controladora e de suas Controladas individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

2.14. Operações de arrendamento
No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.
Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.
O reconhecimento pelo valor presente de contratos de arrendamentos com prazos superiores a 12 meses e com valores substanciais para os arrendatários. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.
Os ativos de direito de uso (contrato de aluguel de imóvel) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado de acordo com taxa de juros de mercado.
O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.
2.14.1. Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17
Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17.
Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1° de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:
Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.
A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

2.15. Novas normas e interpretações ainda não adotadas
As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir:
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Com vigência a partir de 01 de janeiro de 2018, a adoção do CPC 48/IFRS 9, que substitui o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos financeiros, tem entre outras diretrizes a alteração das classificações de ativos financeiros. As três classificações de ativos financeiros previstas pela norma são: mensurados ao custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo através do resultado (VJR).
A classificação dos ativos financeiros no alcance do CPC 48/IFRS 9 nas categorias acima citadas se baseia no modelo de negócios o qual um ativo financeiro é gerenciado e as características dos seus fluxos de caixa. Assim, o CPC 48/IFRS 9 elimina as classificações de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda previstas no CPC 38/IAS 39.
Adicionalmente, derivativos embutidos não são separados de um contrato principal se este for um instrumento financeiro no escopo do CPC 48/IFRS 9, em vez disso o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.
Outra mudança relevante está na avaliação de perda ao valor recuperável *(impairment)*. O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de perdas incorridas do CPC 38/IAS 39 para um modelo que considera informações prospectivas de perdas esperadas. O novo modelo se aplica a instrumentos mensurados ao custo amortizado, instrumentos de dívidas mensurados ao VJORA e recebíveis de contratos de arrendamento. Consequentemente, o modelo de perdas esperadas reconhece as perdas de crédito de maneira antecipada ao modelo de perdas incorridas.
Ainda, no CPC 48/IFRS 9 a contabilidade de *hedge* deve ser alinhada com os objetivos e estratégias de gestão de risco da entidade, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade de *hedge*. Entretanto na aplicação inicial da norma, a entidade pode como escolha de política contábil continuar adotando os requerimentos de contabilidade de *hedge* do CPC 38/IAS 39.
Conforme indicado pelo CPC 48/IFRS 9 a entidade não é obrigada a reapresentar períodos anteriores para refletir a aplicação das alterações aqui descritas.
A Administração concluiu que as atividades da Companhia estavam até 2020 predominantemente relacionadas com seguro, com base nos critérios estabelecidos nos itens 20b a 20k pela Revisão de pronunciamentos n° 12 aprovada em 1 de dezembro de 2017 (*amendments* do IFRS 4), diante disso, optou pelo benefício da isenção temporária do CPC 48/IFRS 9, permitida pela Revisão, e aplicou o CPC 38/IAS 39 para os períodos anuais até 31 de dezembro de 2021, adotando o referido pronunciamento a partir de 01 de janeiro de 2022.
IFRS 17 - Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro, norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4/CPC 11 - Contratos de Seguro emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4/CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.
Em março de 2020, o IASB emitiu uma emenda à IFRS 17, que prorrogou a data de entrada em vigor da norma, que passará a ser para os períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023.
A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. A Companhia pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor, cuja data prevista é para 1° de janeiro de 2023.
Os principais modelos de mensuração dos passivos de contratos de seguros estabelecidos pela norma são o *Building Block Approach* (BBA), que é o modelo padrão, e o *Premium Allocation Approach* (PAA), que é o modelo simplificado de mensuração que pode ser adotado caso sejam atendidos alguns critérios como por exemplo, os limites dos contratos não excedem 12 meses da data de emissão. Adicionalmente há a abordagem de *Variable Fee Approach* (VFA) que não é opcional e sim obrigatório se forem atendidos os requisitos da norma, ele considera o impacto da participação do segurado no resultado financeiro de determinados ativos. Também, segundo a norma, os contratos considerados como onerosos na sua emissão, terão o valor total da perda mensurada reconhecido no resultado na data de reconhecimento inicial.
Como ponto de partida, antes de definir o modelo de mensuração, o Grupo deve avaliar o nível de agregação dos contratos, bem como se há componentes contidos nesses contratos que não se caracterizem como seguros e, portanto, deveriam ser mensurados de acordo com outra norma (por exemplo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros ou CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes).
O Grupo está em fase de implementação sendo os principais destaques, no momento:
• Agrupamento - Os portfolios IFRS 17 foram estabelecidos considerando riscos homogêneos gerenciados em conjunto. Sob essa premissa entre as duas entidades subsidiárias teremos a princípio oito portfólios. Para cada portfólio teremos os valores dos passivos separados por safra e por carimbo de rentabilidade, que é o nível de granularidade exigido pela norma.
• Modelos de mensuração - Os portfólios de seguros (vida, prestamista etc.) serão classificados no modelo BBA (*Building Block Approach*). Já os produtos de previdência (por exemplo PGBL/VGBL) estarão no modelo VFA (*Variable Fee Approach*);
• A data de transição será 31 de dezembro de 2021 e em 1° de janeiro de 2022 será feito o balanço de abertura para poder ter, no ano 2023, o comparativo com 2022. A metodologia para boa parte do perímetro será MRA (*Modified Retrospective Approach*);
• Estão sendo feitos exercícios de simulação tanto da transição como de fechamento contábil com o intuito de testar ferramentas, processos e dados e que servem como referência para os desenvolvimentos da implementação que continua em curso.

2.16. Reapresentação de saldos comparativos
Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentados, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de:
(i) compensação de ativos e passivos correntes e diferidos, conforme CPC 32.
(ii) reclassificação entre circulante e não circulante da provisão de sinistros a liquidar judicial.
Os impactos dessas reclassificações no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Saldos anteriormente apresentados	Reclassificado	Saldos reapresentados	Saldos anteriormente apresentados	Reclassificado	Saldos reapresentados
CIRCULANTE	**845.428**	**(41)**	**845.387**	**6.206.662**	**(760.160)**	**5.446.502**
Ativos de resseguro	–	–	–	85.060	(48.998)	36.062
Ativo fiscal corrente	121.469	(41)	121.428	950.154	(711.162)	238.992
Outros	723.959	–	723.959	5.171.448	–	5.171.448
NÃO CIRCULANTE	**4.032.118**	**–**	**4.032.118**	**11.228.706**	**(46.654)**	**11.182.052**
Ativos de resseguro	–	–	–	5.423	48.998	54.421
Ativo fiscal diferido	16.706	–	16.706	959.702	(95.652)	864.050
Outros	4.015.412	–	4.015.412	10.263.581	–	10.263.581
TOTAL DO ATIVO	**4.877.546**	**(41)**	**4.877.505**	**17.435.368**	**(806.814)**	**16.628.554**
CIRCULANTE	**94.257**	**(41)**	**94.216**	**8.463.570**	**(1.610.501)**	**6.853.069**
Provisões técnicas de seguros e saúde	–	–	–	5.947.305	(899.339)	5.047.966
Passivo fiscal corrente	10.067	(41)	10.026	1.088.831	(711.162)	377.669
Outros	84.190	–	84.190	1.427.434	–	1.427.434
NÃO CIRCULANTE	**6.680**	**–**	**6.680**	**3.912.918**	**803.687**	**4.716.605**
Provisões técnicas de seguros e saúde	–	–	–	453.430	899.339	1.352.769
Passivo fiscal diferido	6.680	–	6.680	151.440	(95.652)	55.788
Outros	–	–	–	3.308.048	–	3.308.048
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.776.609**	**–**	**4.776.609**	**5.058.880**	**–**	**5.058.880**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.877.546**	**(41)**	**4.877.505**	**17.435.368**	**(806.814)**	**16.628.554**

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre

continua

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

• Notas 2.9,2.10.b e 14.3 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;
• Nota 5 - Ativos Financeiros; e
• Nota 22 - Provisões para processos judiciais.

4. Gerenciamento de riscos

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA) exige a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos. As responsabilidades da Diretoria de Riscos - DIRRIS são:

• Definir a visão estratégica do *Risk Appetite*;
• Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, e operacionais, socioambientais e de *Compliance*;
• Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as políticas definidas pela Direção Geral do Grupo e monitorar sua implementação dentro de Unidades de Negócios;
• Gerar Alertas para as gerências quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
• Implementar todos os pilares dos normativos Solvência II e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
• Certificar todo o monitoramento e a eficácia dos dispositivos existentes para acompanhamento dos riscos em todas as operações do Grupo;
• Promover o risco na cultura do Grupo para a tomada de decisões, de acordo com as políticas do Grupo;
• Garantir a aplicação de controles em todas as subsidiárias do Grupo.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado de modo integrado, dentro de um processo, e apoiado na sua estrutura de Controles Internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Organização permite que os riscos de Seguro, Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

O Grupo conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, o Grupo vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Risco de seguro

4.1.1. Riscos inerentes

Risco inerente é a hipótese de ocorrência de irregularidades, equívocos ou mesmo grandes erros capazes de comprometer uma atividade.

O Grupo dispõe de grande diversidade de produtos, incluindo seguro de vida, patrimoniais, saúde e odonto para pessoas físicas e jurídicas. Neste ambiente, os riscos inerentes às atividades do Grupo são:

a. Risco estratégico - Falta de capacidade em proteger-se, adaptar-se ou antecipar-se a mudanças (econômicas, tecnológicas, mercadológicas e etc.) que possam impedir o alcance dos objetivos e metas estabelecidas.

b. Risco atuarial - Metodologias e/ou cálculos incorretos da tarifação do seguro, pela insuficiência da manutenção de tabelas de preços, bem como de reajustes periódicos a serem aplicados nas apólices, e pela inadequada constituição das provisões técnicas.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar de valor.

4.1.2. Controle do risco de seguro

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A Companhia conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

4.1.3. Estratégia de subscrição

A política de aceitação de riscos abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais na avaliação de viabilidade dos produtos. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

4.1.4. Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro do Grupo é baseada numa estrutura central de contratos por risco e catastróficos que se aplicam de forma corporativa a riscos de diversas carteiras, sendo segregados principalmente em Vida e Não-Vida. Ao redor dessa estrutura central, contratos de menor porte são direcionados à cobertura de riscos específicos, negociados caso a caso. Qualquer que seja o tipo de contrato, o atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência. O programa de resseguro reflete a posição estratégica estabelecida pelo Comitê de Governança de Riscos, priorizando a retenção de prêmios pela seguradora. Há casos, também, em que a parceria com um ou mais resseguradores se destina mormente à aquisição de conhecimento e sua correspondente solidificação dentro do Grupo.

O Grupo adota uma postura bastante prudente e conservadora na linha dos chamados riscos especiais, onde não atua como líder. Os riscos especiais abrangem os segmentos de seguros Rurais, Garantia, Riscos de Engenharia Grupo II, Responsabilidade Civil, Riscos Operacionais e Nomeados, Transportes, Valores, Obras de Arte, Cascos (*Aviation e Marine*) ou, de modo geral, todo e qualquer risco ou atividade excluídos dos contratos de resseguro corporativos, de modo a resguardar a seguradora não somente no aspecto financeiro, mas também quanto ao risco de imagem.

O quadro a seguir apresenta, por contrato de resseguro, as carteiras cobertas, os resseguradores e seus respectivos *ratings*:

CONTRATO DE RESSEGURO	CARTEIRA	RESSEGURADORES	PARTICIPAÇÃO	RATING(1)	CONDIÇÃO
Garantia	Riscos Financeiros	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	40,0%	A-	LOCAL
		TRANSATLANTIC REINSURANCE COMPANY	60,0%	A+	ADMITIDO
Excesso de Danos Patrimonial por Risco	Residencial, Empresarial, Lotéricos, Risco de Engenharia, Habitacional (DFI)	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A	50,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	20,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
		LIBERTY SYNDICATE LLOYD'S 4472	10,0%	A	ADMITIDO
Catástrofe De Riscos Patrimoniais	Residencial, Empresarial, Lotéricos, Risco de Engenharia, Automóvel, Habitacional (DFI)	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A	65,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	15,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	10,0%	A-	LOCAL
		LIBERTY SYNDICATE LLOYD'S 4472	10,0%	A	ADMITIDO
Catástrofe Umbrella	Residencial, Empresarial, Lotéricos, Risco de Engenharia, Automóvel, Habitacional (Mip/DFI), Vida Individual	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A	48,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	25,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
		AWAC LLOYD'S 2232	7,0%	A	ADMITIDO
Catástrofe de Riscos Pessoais	Habitacional (MIP), Vida Individual	HANNOVER RE	20,0%	A+	ADMITIDO
		MAPFRE BRASIL RE	60,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
Excesso de Danos por Risco em Seguros de Pessoas	Habitacional (MIP), Vida Individual	AUSTRAL RESSEGURADORA S/A	20,0%	B+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	60,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
Belo Monte	Risco de Engenharia	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	28,0%	A-	LOCAL
		MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A	19,4%	A+	LOCAL
		MUNCHENER RÜCKVERSICHERUNGS-GE	6,5%	A+	EVENTUAL
		MAPFRE BRASIL RE	1,1%	A	LOCAL
		ALLIANZ GLOBAL CORP & SPEC SE	5,2%	A+	ADMITIDO
		QBE UNDERWRITING LIMITED (LLOYD'S)	2,7%	A	ADMITIDO
		CANOPIUS MANAGING AGENTS LTD (LLOYD'S)	1,0%	A	ADMITIDO
		ACE PROPERTY & CASUALTY INSURANCE CO.	2,0%	A++	EVENTUAL
		FEDERAL INSURANCE COMPANY	6,7%	A++	ADMITIDO
		HDI - GERLING WELT SERVICE AG	1,3%	A	ADMITIDO
		CHUBB MANAGING AGENCY LTD (LLOYD'S)	2,1%	A	ADMITIDO
		TORUS (LLOYD'S SYNDICATE 1301)	1,1%	A	ADMITIDO
		STARR (LLOYD'S)	3,1%	A	ADMITIDO
		TOKIO MARINE GLOBAL (LLOYD'S)	1,9%	A	ADMITIDO
		VALIDUS REASEGUROS, INC (LLOYD'S)	2,4%	A	ADMITIDO
		XL INSURANCE COMPANY SE	5,7%	A+	ADMITIDO
		ZURICH INSURANCE COMPANY	8,8%	A+	ADMITIDO
		MARLBOROUGH RE (LLOYD'S)	1,0%	A	ADMITIDO
Facultativo Empresarial CEF	Empresarial (Patrimônio da Caixa Econômica Federal)	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	50,0%	A-	LOCAL
		SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A+	LOCAL
		CHUBB RESSEGURADORA DO BRASIL S/A (2)	20,0%	AA	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	10,0%	A	LOCAL

(1) Ratings pela A.M.Best (rating da casa matriz para resseguradores estrangeiros ou locais de origem estrangeira)
(2) Ratings pela agência Fitch

4.1.5. Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

Um dos métodos de grande relevância no gerenciamento de riscos de uma seguradora é a Gestão de Ativos e Passivos - *Asset Liability Management (ALM)*. Utilizando dentre diversas metodologias reconhecidas mundialmente, o casamento dos fluxos de caixa de ativos e passivos, engloba o gerenciamento ativo dos investimentos financeiros, com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo é otimizar a relação entre volatilidade e taxa de desconto, alinhando os desinvestimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração a mitigação dos riscos, duração, rentabilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. Trimestralmente são realizados estudos gerenciais de ALM para as carteiras da Seguradora, Capitalização, além dos estudos específicos em atendimento à legislação, bem como acompanhamento mensal dos indicadores de ALM.

4.1.6. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade do Grupo considerando-se às mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, líquidos dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no resultado e no patrimônio líquido:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
Sensibilidade	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Taxa +1%	0,00%	0,00%	-1,83%	-1,83%	-1,04%	-1,04%	-1,63%	-1,63%
Taxa -1%	0,00%	0,00%	1,91%	1,91%	1,06%	1,06%	1,70%	1,70%
Sobrevivência +10%	NA	NA	0,00%	0,00%	NA	NA	0,00%	0,00%
Sobrevivência -10%	NA	NA	0,00%	0,00%	NA	NA	0,00%	0,00%
Mortalidade/Sinistralidade +5%	NA	NA	NA	NA	5,15%	5,17%	-3,31%	2,27%
Mortalidade/Sinistralidade -5%	NA	NA	NA	NA	-5,15%	-5,17%	-3,31%	-2,27%
Inflação +1%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%
Inflação -1%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-0,01%	-0,01%

Notas:

a) A sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de *duration* e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 *basis points* para cima e para baixo;

b) Para o teste de sensibilidade da mortalidade/sobrevivência, consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +- 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação:

IMPACTO % = *Resultado antes dos impostos e participações + (Sinistros Ocorridos - Sinistros A) Resultado antes dos impostos e participações - 1;*

c) O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o apreçamento dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descasamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação;

4.2. Risco de crédito

Representa a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

As áreas-chave em que o Grupo está exposto ao risco de crédito são:

i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.

O Grupo está exposto a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's* entre outras. Atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (exceto derivativos, que se encontra descrita na Nota 5.4).

	Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
Composição dos ativos	BB	Sem Rating	Total	BB	Sem Rating	Total
Valor justo por meio do resultado	**79.863**	**249.060**	**328.923**	**29.531**	**268.014**	**297.545**
Fundos de investimentos	–	248.381	248.381	–	268.815	268.815
Letras financeiras do tesouro	29.782	–	29.782	8.000	–	8.000
Notas do tesouro nacional	–	–	–	330	–	330
Operações compromissadas	50.081	–	50.081	21.201	–	21.201
Outros valores	–	679	679	–	(801)	(801)
Disponíveis para venda	–	–	–	**266.836**	–	**266.836**
Letras do tesouro nacional	–	–	–	155.085	–	155.085
Notas do tesouro nacional	–	–	–	111.751	–	111.751
Títulos e créditos a receber	–	3.674	3.674	–	1.443	1.443
Exposição máxima	**79.863**	**252.734**	**332.597**	**296.367**	**269.457**	**565.824**

	Consolidado							
	31/12/2021				31/12/2020			
Composição dos ativos	AA+	BB	Sem Rating	Total	AA+	BB	Sem Rating	Total
Valor justo por meio do resultado	–	**1.337.845**	**756.245**	**2.094.090**	–	**467.481**	**1.582.773**	**2.050.254**
Ações	–	–	55.135	55.135	–	–	92.149	92.149
Fundos de investimentos	–	–	701.110	701.110	–	–	1.490.624	1.490.624
Letras financeiras do tesouro	–	333.902	–	333.902	–	110.852	–	110.852
Notas do tesouro nacional	–	9.465	–	9.465	–	3.179	–	3.179
Operações compromissadas	–	994.478	–	994.478	–	353.450	–	353.450
Disponíveis para venda	–	**6.139.051**	–	**6.139.051**	–	**7.907.048**	**133.854**	**8.040.902**
Letras do tesouro nacional	–	3.278.191	–	3.278.191	–	4.316.923	–	4.316.923
Notas do tesouro nacional	–	2.860.860	–	2.860.860	–	3.561.077	–	3.561.077
Letras financeiras	–	–	–	–	–	–	131.660	131.660
Outros valores	–	–	–	–	–	29.048	2.194	31.242
Mantidos até o vencimento	–	–	–	–	–	**136.333**	–	**136.333**
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	136.333	–	136.333
Prêmios de seguros	–	–	987.596	987.596	–	–	939.880	939.880
Títulos e créditos a receber (*)	1.214.277	–	318.309	1.532.586	1.168.957	–	228.235	1.397.192
Ativos de resseguro	–	–	72.115	72.115	–	–	90.483	90.483
Exposição máxima	**1.214.277**	**7.476.896**	**2.134.265**	**10.825.438**	**1.168.957**	**8.510.862**	**2.975.225**	**12.655.044**

(*) AA+ - Refere-se a contraparte destes créditos é o fundo público gerido pelo Governo Federal, desta forma, consideramos o *rating* do risco Brasil (tesouro nacional).

4.3. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo. Por meio da política de gerenciamento de liquidez são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

A liquidez de médio e longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) definido na Política de Investimentos. O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

	31/12/2021			
	Até 1 ano	Mais de 1 ano até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	1.751.846	235.529	106.716	2.094.091
Ativos financeiros disponíveis para a venda	509.045	5.629.245	760	6.139.050
Prêmios a receber de segurados	798.972	188.624	–	987.596
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	691.813	840.773	–	1.532.586
Ativos de resseguro - provisões técnicas	28.954	45.991	1.910	76.855
Total dos ativos financeiros	**3.777.645**	**6.940.162**	**109.386**	**10.827.193**
Provisões técnicas	605.890	1.210.512	37.374	1.853.776
Passivos financeiros - capitalização	1.167.221	1.868.748	–	3.035.969
Passivos financeiros	1.739.257	106.284	–	1.845.541
Total dos passivos financeiros	**3.512.368**	**3.185.544**	**37.374**	**3.735.286**

(*) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa.

(**) O fluxo dos passivos considerou a projeção de sorteios, de despesas administrativas, resgates concedidos a pagar e das provisões matemáticas.

4.4. Risco de mercado

a. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras do Grupo de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de preço de ações, e risco de derivativos.

b. Controle do risco de mercado

A metodologia utilizada pelo Grupo para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros utilizados são os mesmos definidos pelo CPC 38, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

• Modelo não-paramétrico;
• Intervalo de confiança de 99%;
• Horizonte temporal de um dia; e
• Volatilidade sob o critério EWMA.

O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia e suas Controladas para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

c. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

• Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
• Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
• Acompanhar diariamente os limites de risco de cada fundo, verificando seu enquadramento;
• Produzir os relatórios de risco de mercado do Grupo, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
• Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pelo Grupo.

Cabe à área de controle de risco do Grupo:

• Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
• Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, se certificando do seu enquadramento;
• Informar aos gestores, os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
• Solicitar aos gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos;
• Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
• Informar mensalmente o *VaR* dos ativos aos reguladores das entidades controladas.

4.5. Risco operacional

a. Gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades de uma organização em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e, ainda, em função da globalização dos negócios.

Os principais pontos de partida para desenvolvimento de uma boa gestão de riscos envolvem:

• Conhecer, controlar e mitigar o impacto dos eventos negativos;
• Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos;
• Criar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor agregado;
• Estabelecer, alinhar e divulgar o apetite de risco da companhia com as estratégias adotadas;
• Prover melhorias competitivas de alocação de capital.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é apoiado na sua estrutura de controles internos e *Compliance*, que permite o aprimoramento contínuo da gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

O sistema de controles internos é baseado na metodologia e princípios do COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, segundo cinco componentes que, inter-relacionados, constituem uma base integrada de riscos ERM - *Enterprise Risk Management*, visando dar suporte à companhia para gerenciar seus riscos de forma efetiva por meio da aplicação do processo de gestão de riscos em vários níveis e dentro de contextos específicos.

A gestão de riscos e controles é composta pelas Unidades de Auditoria, Controle e Conformidade, Contabilidade e Orçamento, Atuária e Controles dos Riscos Técnicos; independentes entre si, elas trabalham de forma coordenada com o objetivo de garantir com razoável certeza a proteção dos ativos e o alcance dos objetivos estratégicos.

Essa estrutura de gerenciamento de riscos permite que os riscos operacionais sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados e mitigados de maneira unificada.

b. Gestão do risco operacional

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais.

Para assegurar a singularidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Controle Interno, o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos e de tratamento de ocorrências operacionais, instituindo-se dispositivos de controle permanente.

Como atribuição, voltada à gestão dos riscos operacionais a Gerência de Controle Interno deve:

• Atuar efetivamente como segunda linha de defesa;
• Propor e/ou consolidar as políticas de controle interno, conformidade, de governança de riscos, de prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva;
• Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles;
• Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle;
• Orientar e apoiar os managers na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
• Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.

Os *managers* além de suas responsabilidades específicas à função, devem:

• Atuar efetivamente como primeira linha de defesa;
• Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
• Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos;
• Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico, com formação nas áreas de finanças, controladoria, auditoria, controles internos, tecnologia, jurídica, gestão de riscos e contabilidade.

A Diretoria Executiva define políticas que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office*.

continua

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

5. Ativos financeiros

5.1. Resumo da classificação

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados, em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021			
Controladora	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Valor justo por meio do resultado								
Fundos de investimento	248.381	248.381	268.815	268.815	248.381	–	–	–
Letras financeiras do tesouro	29.782	29.770	8.000	7.972	–	–	14.481	15.301
Notas do tesouro nacional	–	–	330	331	–	–	–	–
Operações compromissadas (i)	50.081	50.081	21.201	21.201	–	50.081	–	–
Outros valores	679	679	(801)	(802)	679	–	–	–
Total	**328.923**	**328.911**	**297.545**	**297.517**	**249.060**	**50.081**	**14.481**	**15.301**

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021			
Controladora	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Disponível para venda								
Letras do tesouro nacional	–	–	155.085	144.195	–	–	–	–
Notas do tesouro nacional	–	–	111.751	104.620	–	–	–	–
Total Global	–	–	**266.836**	**248.815**	–	–	–	–

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021			
Consolidado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Valor justo por meio do resultado								
Ações	55.135	54.758	92.149	78.733	55.134	1	–	–
Fundos de investimento	701.110	701.110	1.490.624	1.490.624	701.110	–	–	–
Letras financeiras do tesouro	333.902	334.186	110.852	111.860	–	1.123	230.861	101.918
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–	–
Notas do tesouro nacional	9.465	10.351	3.179	3.182	–	–	4.667	4.798
Operações compromissadas (i)	994.478	994.478	353.450	353.450	–	994.478	–	–
Total	**2.094.090**	**2.094.883**	**2.050.254**	**2.037.849**	**756.244**	**995.602**	**235.528**	**106.716**

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021			
Consolidado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Disponível para venda								
Letras financeiras do tesouro	–	–	29.048	29.052	–	–	–	–
Letras do tesouro nacional	3.278.191	3.460.701	4.316.923	4.098.670	–	509.045	2.769.146	–
Notas do tesouro nacional	2.860.860	3.045.845	3.561.077	3.413.417	–	–	2.860.100	760
Letras financeiras	–	–	131.660	132.441	–	–	–	–
Outros investimentos	–	–	2.194	2.194	–	–	–	–
Total	**6.139.051**	**6.506.546**	**8.040.902**	**7.675.774**	–	**509.045**	**5.629.246**	**760**

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021			
Consolidado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Mantidos até o vencimento								
Notas do tesouro nacional	–	–	136.333	136.278	–	–	–	–
Total	–	–	**136.333**	**136.278**	–	–	–	–

(i) Operações compromissadas tem rendimento atrelado diretamente ao CDI, em média rendendo 98% deste, e tem liquidez D+.

Os empréstimos e recebíveis, compostos de prêmios a receber e títulos e créditos a receber, estão descritos na Nota 6.

5.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Saldo inicial	**564.381**	**10.227.434**
Aplicações	594.313	6.926.517
Resgates	(837.994)	(8.823.462)
Rendimentos	26.243	635.276
Ajustes TVM	(18.020)	(732.624)
Saldo final	**328.923**	**8.233.141**

(i) refere-se à baixa de operações descontinuadas do acervo cindido relacionado à Caixa Vida e Previdência em 30/12/2020, conforme indicado na nota 1.1.

5.3. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Controladora

Valor justo por meio do resultado	31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos de investimento	248.381	–	248.381	268.815	–	268.815
Letras financeiras do tesouro	29.782	–	29.782	8.000	–	8.000
Notas do tesouro nacional	–	–	–	330	–	330
Operações compromissadas	–	50.081	50.081	–	21.201	21.201
Outros valores	679	–	679	(801)	–	(801)
Total	**278.842**	**50.081**	**328.923**	**276.344**	**21.201**	**297.545**
Disponível para venda						
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Letras do tesouro nacional	–	–	–	155.085	–	155.085
Notas do tesouro nacional	–	–	–	111.751	–	111.751
Total	–	–	–	**266.836**	–	**266.836**

Consolidado

Valor justo por meio do resultado	31/12/2021			31/12/2020			
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ações	55.135	–	55.135	92.149	–	–	92.149
Fundos de investimento	701.110	–	701.110	1.490.624	–	–	1.490.624
Letras financeiras do tesouro	333.902	–	333.902	110.852	–	–	110.852
Notas do tesouro nacional	9.465	–	9.465	3.179	–	–	3.179
Operações compromissadas	–	994.478	994.478	–	353.450	–	353.450
Total	**1.099.612**	**994.478**	**2.094.090**	**1.696.804**	**353.450**	–	**2.050.254**
Disponível para venda							
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	29.048	–	–	29.048
Letras do tesouro nacional	3.278.191	–	3.278.191	4.316.923	–	–	4.316.923
Notas do tesouro nacional	2.860.860	–	2.860.860	3.561.077	–	–	3.561.077
Letras financeiras	–	–	–	–	131.660	–	131.660
Outros investimentos	–	–	–	–	–	2.194	2.194
Total	**6.139.051**	–	**6.139.051**	**7.907.048**	**131.660**	**2.194**	**8.040.902**
Mantidos até o vencimento							
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Notas do tesouro nacional	–	–	–	136.333	–	–	136.333
Total	–	–	–	**136.333**	–	–	**136.333**

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos derivativos ocorre na gestão dos fundos de investimentos, de acordo com o regulamento do fundo, com foco em proteção de carteira.

As operações objetivam a compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros. A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pela área de monitoramento do risco financeiro, subordinada à Diretoria de Risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos associados às aplicações financeiras.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme quadros abaixo:

			Vencimento		
Controladora	31/12/2021	31/12/2020	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
DI - Compromissos/Venda					
Valor de referência	–	95	–	–	–
Valor justo	–	95	–	–	–
Resultado acumulado	–	58	–	–	–

			Vencimento		
Consolidado	31/12/2021	31/12/2020	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
DI - Compromissos/Compra					
Valor de referência	–	20.985.628	–	–	–
Valor justo	–	20.985.628	–	–	–
Resultado acumulado	–	(526.454)	–	–	–
DI - Compromissos/Venda					
Valor de referência	–	783	–	–	–
Valor justo	–	783	–	–	–
Resultado acumulado	(20)	155	(33)	50	(37)

5.5. Análise de sensibilidade

a. Carteira de ativos

A carteira de investimentos do Grupo possui ativos classificados como: títulos Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, disponível para venda e mantidos até o vencimento.

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos do Grupo é o de *Stress Test*, o qual é feito para essa classificação disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras utilizando-se o choque de 1 ponto-base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado	
Fatores de Risco	Value-at-Risk	DV-1
Moeda	1	–
Ações	79	–
Fundos	307	–
Juros Pré	20.791	(74.044)
LFT	–	(109)
NTNB	164	(11.578)
Total	**21.341**	**(85.731)**

b. Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros pré-fixada

O Grupo contabiliza parte de sua carteira de ativos com taxa de juros pré e pós-fixada pelo valor justo por meio do resultado, mas não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de *hedge* usando o modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório impactará o resultado do Grupo.

Consolidado	Resultado do Exercício		Patrimônio líquido, líquido de impostos	
	100pb aumento	100pb diminuição	100pb aumento	100pb diminuição
31 de dezembro de 2021				
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada	–	–	(227.876)	240.459
31 de dezembro de 2020				
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada	–	–	(271.045)	282.685

c. Carteira de derivativos

A carteira de derivativos do Grupo possui apenas contratos futuros de taxa de juros.

Nos contratos futuros de taxa de juros, as partes envolvidas no negócio se comprometem a comprar ou vender certa quantidade de um ativo por um preço estipulado para a liquidação em data futura. Os compromissos são ajustados diariamente às expectativas do mercado referentes ao preço futuro daquele bem, por meio do ajuste diário, mecanismo que apura perdas e ganhos.

As operações de contrato de taxa de juros são utilizadas para mitigação do risco de mercado atrelado aos ativos prefixados existentes na carteira. O risco a que essa modalidade de derivativo está exposta refere-se às variações na taxa de juros, mais especificamente uma queda na taxa de juros, que implica uma perda em cada vencimento de DI.

A análise de sensibilidade foi baseada em três cenários, "provável", "possível" e "remoto", os quais avaliam os impactos sobre as posições da carteira em derivativos. O cenário "provável" foi elaborado a partir da série histórica de dados dos derivativos, enquanto o "possível" e o "remoto" foram obtidos com a proporção de 25% e 50% de perda, respectivamente.

A exposição em derivativos do Grupo e nas subsidiárias consecutivamente está concentrada na modalidade DI- Compromisso - Compra, o risco assumido é de alta de juros e os valores em cada cenário estão assim distribuídos:

Controladora	31/12/2020			
Descrição/Tipo	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DI - Compromissos/Compra	Alta de Juros	21.870	22.893	23.319
Total		**21.870**	**22.893**	**23.319**

Consolidado	31/12/2020			
Descrição/Tipo	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DI - Compromissos/Compra	Alta de Juros	(21.717)	(21.900)	(22.302)
Total		**(21.717)**	**(21.900)**	**(22.302)**

A Companhia não possuía operações com derivativos em 31.12.2021.

Somente são admitidas posições em derivativos cujos vencimentos coincidem com o vencimento do respectivo ativo-base, sendo vedadas posições sem a devida cobertura do ativo-base.

Ressaltamos que as perdas incorridas numa possível desvalorização dos derivativos são compensadas por ganhos nas posições dos ativos.

6. Créditos das operações de seguros

6.1. Prêmios a receber de segurados

a. Prêmios a receber e provisão para redução ao valor recuperável por ramo

Consolidado	31/12/2021			31/12/2020		
Ramo	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
Habitacional	386.015	(880)	385.135	390.261	(669)	389.592
Vida em grupo	10.719	(972)	9.747	5.701	(518)	5.183
Prestamista	2.546	(87)	2.459	10.862	(61)	10.801
Riscos de engenharia	107	–	107	1.085	–	1.085
Acidentes pessoais	18.129	(1.635)	16.494	7.375	(642)	6.733
Automóvel	315.887	(2.402)	313.485	262.264	(811)	261.453
Responsabilidade civil - veículos	73.149	(525)	72.624	58.127	(155)	57.972
Outras coberturas - veículos	936	(18)	918	12.560	(17)	12.543
Compreensivo residencial	84.508	(8.472)	76.036	170.121	(8.929)	161.192
Compreensivo empresarial	90.798	(1.288)	89.510	19.497	(1.405)	18.092
Demais ramos	24.387	(3.306)	21.081	30.309	(15.075)	15.234
Total	**1.007.181**	**(19.585)**	**987.596**	**968.162**	**(28.282)**	**939.880**

O Grupo opera com prêmio parcelado exclusivamente nos produtos de riscos diversos e automóvel, sendo que o prazo médio de parcelamento em 31 de dezembro de 2021 era de 08 meses (31 de dezembro de 2020 - 08 meses).

b. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para redução ao valor recuperável

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**939.880**	**1.065.326**
Prêmios emitidos	4.399.003	10.341.310
IOF	2.280	3.293
Adicional de fracionamento	54	214
Prêmios cancelados	(594.950)	(569.561)
Recebimentos	(3.773.541)	(9.635.524)
Constituição/(reversão) de provisão para perda	–	(6.782)
Prêmios de RVNE	6.823	8.447
Outras constituições e reversões	(650)	293
Baixa de cisão parcial *(i)*	–	(251.900)
Saldo final	**978.899**	**955.116**
Constituição/(reversão) de provisão para perda	8.697	(15.236)
Saldo total	**987.596**	**939.880**

(i) refere-se à baixa de operações descontinuadas do acervo cindido relacionado à Caixa Vida e Previdência em 30/12/2020, conforme indicado na nota 1.1.

6.2. Títulos e créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FESA (i)	–	–	1.214.275	1.168.956
Ressarcimentos - crédito interno	–	–	71.358	49.283
Adiantamentos para funcionários	22	–	3.824	3.009
Disponibilidades com bloqueio judicial	169	169	66.229	70.900
Outros títulos e créditos a receber	3.483	1.274	176.900	105.044
Total	**3.674**	**1.443**	**1.532.586**	**1.397.192**

6.2.1 Créditos decorrentes do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Créditos a receber do FESA *(i)*	1.346.094	1.289.354
Valores recuperáveis *(ii)*	(131.819)	(120.398)
Outros créditos	–	11
Total	**1.214.276**	**1.168.957**

(i) É composto por créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. As seguradoras sempre atuaram como prestadoras de serviço, realizando a operação relativa ao seguro público, mediante recebimento mensal de taxa de administração, sem, contudo, assumir qualquer risco e incorporar a integralidade dos prêmios ao seu patrimônio. Entretanto, passaram a figurar no polo passivo de demandas judiciais com fundamento na apólice pública, em que os segurados buscavam indenização pelos danos físicos ao imóvel ou morte e invalidez permanente, suportando todos os ônus do passivo judicial. Dessa forma, a Cia. realiza a defesa dos interesses do Fundo em juízo e, em razão dessas demandas judiciais, é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS, uma vez que a Lei nº 12.409/2011, com nova redação dada pela Lei nº 13.000/2014, bem como a Resolução CCFCVS nº 364/2014 atribuíram expressamente ao FCVS a responsabilidade pelos direitos e obrigações do SH/SFH e pela cobertura direta aos contratos de financiamento habitacional averbados na extinta apólice SH/SFH, além de atribuir à CAIXA, na qualidade de Administradora do Fundo, a competência para representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da execução dos processos judiciais.

(ii) Representa a provisão para risco de crédito dos valores a receber do FCVS. Considerando que parte dos valores que a Companhia busca o ressarcimento são glosados pelo fundo, por diversos motivos, como por exemplo: (i) ausência de comprovação de vínculo; e (ii) ausência de documentos relacionados ao processo. A Companhia, após avaliar a natureza e motivo das glosas, avalia o ingresso de uma ação de cobrança, na esfera judicial, com objetivo de obter o ressarcimento daquilo que foi glosado e que, na sua avaliação, não tem substância ou argumento para tal. Diante deste cenário, a Companhia mensura uma provisão ao valor recuperável, por meio de metodologia específica, que é baseada em médias históricas da experiência da Companhia que considera: (i) percentual de glosa administrativa realizada diretamente pelo FCVS; e (ii) percentual de perda das ações judiciais de cobrança. Desta forma, a provisão corresponde à estimativa dos montantes que serão efetivamente glosados administrativamente, ponderado pelas recuperações das ações judiciais de cobrança.

6.2.2 Apresentamos a movimentação dos créditos a receber do FCVS:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**1.168.957**	**1.068.834**
Adições - Pagamentos realizados	88.645	149.014
Baixas - Por recebimentos	(31.905)	(45.399)
Recuperação ao valor recuperável	(11.421)	(3.492)
Saldo final	**1.214.276**	**1.168.957**

7. Depósitos judiciais e fiscais

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Natureza cível	63.645	58.983
Natureza trabalhista	19.079	17.473
Natureza fiscal - contingências	2.754	1.898
Natureza fiscal - obrigações legais	1.663.792	1.602.937
Total	**1.749.270**	**1.681.291**

8. Ativos de resseguro

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Sinistros a recuperar pendentes de pagamento	51.491	66.628
Sinistros pagos a recuperar	553	809
Prêmios de resseguro	16.321	18.723
IBNR	1.809	796
Outros	1.941	3.527
Total	**72.115**	**90.483**

9. Ativo fiscal corrente e diferido

9.1. Créditos tributários e previdenciários

A composição dos créditos tributários e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

a. Composição dos créditos tributários e previdenciários

	31/12/2021						
Controladora	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	Outros Tributos	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
Antecipações	430	–	1.188	–	–	–	1.618
A compensar	–	817	10.199	57.807	470	–	69.293
Adições temporárias	–	5.311	–	14.753	–	–	20.064
Base negativa/Prejuízo fiscal	–	7.594	–	21.048	–	–	28.642
Total	**430**	**13.722**	**11.387**	**93.608**	**470**	–	**119.617**

	31/12/2020						
Controladora	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	Outros Tributos	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
A compensar	1.900	–	106.411	–	470	–	108.781
Adições temporárias	–	4.422	–	12.284	–	–	16.706
Base negativa/Prejuízo fiscal	3.348	–	9.299	–	–	–	12.647
Total	**5.248**	**4.422**	**115.710**	**12.284**	**470**	–	**138.134**

	31/12/2021						
Consolidado	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	Outros Tributos	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
Antecipações	508	–	1.298	–	–	–	1.806
A compensar	6.722	5.939	27.866	122.467	6.285	9.141	178.420
Adições temporárias	–	354.384	–	597.098	–	–	951.482
Tributos diferidos - TVM	(1.283)	54.328	–	91.451	–	–	144.496
Base Negativa/Prejuízo fiscal	–	13.401	–	30.728	–	–	44.129
Outros créditos	–	388	–	647	–	–	1.035
Total	**5.947**	**428.440**	**29.164**	**842.391**	**6.285**	**9.141**	**1.321.368**

	31/12/2020						
Consolidado	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	Outros Tributos	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
Antecipações	1.669	–	2.737	–	–	–	4.406
A compensar	11.828	–	194.140	190	16.058	585	222.801
Adições temporárias	–	342.236	–	580.492	–	–	922.728
Tributos diferidos - TVM	–	(22.770)	(87)	(40.825)	–	–	(63.682)
Base Negativa/Prejuízo fiscal	3.348	–	9.299	–	–	–	12.647
Outros créditos	–	1.553	–	2.589	–	–	4.142
Total	**16.845**	**321.019**	**206.089**	**542.446**	**16.058**	**585**	**1.103.042**

continua

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

b. Expectativa de efetiva realização

	Controladora					
	Diferenças Temporárias		Base negativa/Prejuízo fiscal		Total	
Ano de Realização	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2022	8.043	40%	28.642	100%	36.685	75%
2023	7.893	39%	–	0%	7.893	16%
2024	1.546	8%	–	0%	1.546	3%
2025	1.546	8%	–	0%	1.546	3%
2026	1	0%	–	0%	1	0%
A partir 2027	1.035	5%	–	0%	1.035	2%
Total	20.064	100%	28.642	100%	48.706	100%

	Consolidado									
	Diferenças Temporárias		Ajustes TVM		Base negativa/Prejuízo fiscal		Outros		Total	
Ano de Realização	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2022	63.930	7%	3.288	2%	28.641	65%	1.035	100%	96.894	8%
2023	496.049	52%	33.298	23%	2.352	5%	–	0%	531.699	47%
2024	49.972	5%	47.259	33%	4.794	11%	–	0%	102.025	9%
2025	42.566	4%	58.588	41%	6.740	15%	–	0%	107.894	9%
2026	27.537	3%	1.997	1%	1.602	4%	–	0%	31.136	3%
A partir 2027	271.428	29%	66	0%	–	0%	–	0%	271.494	24%
Total	951.482	100%	144.496	100%	44.129	100%	1.035	100%	1.141.142	100%

c. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido

	Controladora 31/12/2021		Consolidado 31/12/2021	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Saldo inicial de Créditos/Débitos Tributários	7.770	21.583	313.994	534.553
Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias				
Contingências tributárias	–	–	3.263	5.439
Contingências cíveis	–	–	(3.744)	(6.544)
Contingências trabalhistas	–	–	(66)	6
Provisão para risco de crédito	–	–	5.631	8.300
Provisão para participações nos lucros	–	–	(491)	(809)
Operações de arrendamento - CPC 06	2	5	612	1.021
Outras provisões	887	2.464	(7.708)	(12.639)
Prejuízo fiscal e base negativa	4.246	11.749	10.054	21.428
Ágio incorporação	–	–	(1.165)	(1.942)
Tributos diferidos - TVM	–	–	100.840	171.110
Saldo Atual dos Créditos/Débitos Tributários	12.905	35.801	421.218	719.924
Efeito no resultado das constituições e realizações	(5.135)	(14.218)	(7.545)	(16.498)

9.2. Créditos fiscais não reconhecidos

Apresentamos a seguir os valores de créditos fiscais não reconhecidos no balanço patrimonial de controladas que não possuem expectativa de resultado futuro que absorva os referidos créditos:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Odonto Empresas	Caixa Saúde	Total	Odonto Empresas	Caixa Saúde	Total
Adições temporárias	22.312	57.986	80.298	22.610	57.188	79.798
Prejuízo fiscal	3.654	3.208	6.862	4.827	7.789	12.616
Total	25.966	61.194	87.160	27.437	64.977	92.414

10. Despesa de comercialização diferida (DCD)

10.1. Abertura por ramo/operação

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Ramos	Despesas de comercialização diferidas	Despesas de comercialização diferidas
Vida em grupo	485	820
Assistência de bens em geral	1.141	1.980
Responsabilidade civil de veículos	1.603	1.071
Garantia segurada	3.921	4.348
Riscos de engenharia	991	1.669
Acidentes pessoais coletivos	1.495	2.951
Automóvel	5.155	5.029
Prestamista	780	422
Compreensivo residencial	62.570	123.547
Compreensivo empresarial	12.976	10.893
Consórcio	241.482	250.717
Demais ramos	26.898	46.222
Total	359.497	449.669

O prazo médio de diferimento em 31 de dezembro de 2021 era de 36 meses e 31 de dezembro de 2020 era de 49 meses.

11. Dividendos a receber

Os dividendos a receber registrados estão demonstrados a seguir:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Caixa Seguros Participações Ltda.	195.704	402.944
Caixa Consórcios S.A. - Administradora de Consórcios	28.315	21.294
Total	224.019	424.238

12. Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos são formados preponderantemente pelas participações societárias de controladas e coligadas, conforme a seguir:

12.1. Participações societárias

a. Composição

Demonstramos a seguir a composição das participações societárias da Controladora:

31/12/2021	CNP Participações Securitárias Brasil	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros	Caixa Consórcios	Caixa Seguros Saúde	Caixa Seguros Participações em Saúde	Total
Capital social integralizado	1.265.000	15.600	105.000	192.000	146.750	
Patrimônio líquido societário individual	2.644.651	39.215	286.942	131.447	23.038	
Ajuste para fins de consolidação	–	–	159.378	–	–	
Patrimônio líquido individual do consolidado	2.644.651	39.215	446.319	131.447	23.038	
Lucro líquido do período	824.017	14.496	119.222	9.727	4.635	
Participação no capital social	100%	100%	100%	100%	100%	
Quantidade de ações	1.967.070.753	15.600.000	7.711.637	1.142.000.000	146.750.100	
Equivalência patrimonial	824.017	14.496	119.222	9.727	5.090	972.552
Equivalência patrimonial - Ajuste de prática contábil	–	–	(6.095)	–	–	(6.095)
Equivalência patrimonial das Coligadas	–	–	–	–	–	36.734
Total da equivalência patrimonial	–	–	–	–	–	1.003.191
Total das participações societárias	2.644.651	39.215	446.319	131.447	23.038	3.284.670
Investimento em empresas não consolidadas						149.707
Agio + Aj vl mercado - Incorporação PREVISUL						(210)
Total das participações societárias						3.434.167

31/12/2020	CNP Participações Securitárias Brasil	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros	Caixa Consórcios	Caixa Seguros Saúde	Caixa Seguros Participações em Saúde	Total
Capital social integralizado	1.265.000	15.600	100.000	192.000	146.750	
Patrimônio líquido societário individual	2.979.114	32.532	267.964	128.252	18.403	
Ajuste para fins de consolidação	–	–	165.473	–	–	
Patrimônio líquido individual do consolidado	2.979.114	32.532	433.437	128.252	18.403	
Lucro líquido do exercício	1.696.608	8.225	89.658	53.930	3.589	
Participação no capital social	100%	100%	100%	100%	100%	
Quantidade de ações	1.743.070.753	15.600.000	7.711.637	1.142.000.000	146.750.100	
Equivalência patrimonial societária individual	1.696.608	8.225	89.658	53.930	3.134	1.851.555
Equivalência patrimonial - Ajuste de prática contábil	–	–	21.709	(8.723)	–	12.986
Equivalência patrimonial das Coligadas	–	–	–	–	–	620.976
Total da equivalência patrimonial	–	–	–	–	–	2.485.517
Investimento em controladas	2.979.114	32.532	433.437	128.252	18.403	3.591.738
Investimento em empresas não consolidadas						148.855
Agio + Aj vl mercado - Incorporação PREVISUL						(211)
Redução ao valor recuperável - CNPX SAS						(455)
Total das participações societárias						3.739.928

b. Movimentação

Demonstramos a seguir a movimentação ocorrida nas participações societárias da Controladora:

31/12/2021	CNP Participações Securitárias Brasil	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros	Caixa Consórcios	Caixa Seguros Saúde	Caixa Seguros Participações em Saúde	Total
Saldo inicial dos investimentos	2.979.114	32.532	433.437	128.252	18.403	3.591.738
Equivalência patrimonial	824.017	14.497	119.222	9.727	4.635	972.098
Dividendos destacados ou recebidos	(837.191)	(7.814)	(91.315)	–	–	(936.320)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(321.289)	–	(8.930)	(6.532)	–	(336.751)
Ajuste de consolidação desp comerc diferidas	–	–	(6.095)	–	–	(6.095)
Saldo final dos investimentos	2.644.651	39.215	446.319	131.447	23.038	3.284.670
Investimento em empresas não consolidadas	–	–	–	–	–	149.497
Saldo total das participações acionárias	2.644.651	39.215	446.319	131.447	23.038	3.434.167

31/12/2020	CNP Participações Securitárias Brasil	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros	Caixa Consórcios	Caixa Seguros Saúde	Caixa Seguros Participações em Saúde	CNPX SAS	Total
Saldo inicial dos investimentos	5.891.382	24.307	356.942	1.116.750	14.814	86.905	7.491.100
Aumento/(Redução) de capital	(2.190.609)	–	–	(950.000)	–	(86.905)	(3.227.514)
Equivalência patrimonial	1.696.608	8.225	89.657	53.930	3.134	–	1.851.555
Dividendos destacados ou recebidos	(2.312.577)	–	(34.098)	–	–	–	(2.346.675)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(105.690)	–	(773)	(21.255)	–	–	(127.718)
Ajuste de consolidação créd. tributário	–	–	–	(71.173)	–	–	(71.173)
Ajuste de consolidação desp. comerc. diferidas	–	–	21.709	–	–	–	21.709
Saldo final dos investimentos	2.979.114	32.532	433.437	128.252	17.948	–	3.591.284
Investimento em empresas não consolidadas	–	–	–	–	–	–	148.644
Saldo total das participações acionárias	2.979.114	32.532	433.437	128.252	17.948	–	3.739.928

13. Imobilizado

	31/12/2021			31/12/2020		
Controladora	Custo	Depreciação/amortização acumulada	Total	Custo	Depreciação/amortização acumulada	Total
Equipamentos	247	(247)	–	247	(247)	–
Veículos	385	(51)	334	–	–	–
Ativo de direito de uso	1.187	(260)	927	–	–	–
Outros	3.822	(1.892)	1.930	3.829	(1.350)	2.479
Total	5.641	(2.450)	3.191	4.076	(1.597)	2.479

	31/12/2021			31/12/2020		
Consolidado	Custo	Depreciação/amortização acumulada	Total	Custo	Depreciação/amortização acumulada	Total
Terrenos	50.457	–	50.457	50.457	–	50.457
Terrenos e edificações	187.031	(55.218)	131.813	187.031	(45.674)	141.357
Equipamentos	18.311	(14.835)	3.476	17.892	(13.061)	4.831
Móveis, máquinas e utensílios	27.517	(17.604)	9.913	28.375	(15.653)	12.722
Veículos	6.009	(3.627)	2.382	6.222	(2.858)	3.364
Sistemas e aplicativos	786	(782)	4	786	(780)	6
Ativo de direito de uso	25.214	(8.305)	16.909	–	–	–
Outros	13.795	(4.912)	8.883	12.684	(3.279)	9.405
Total	329.120	(105.283)	223.837	303.447	(81.305)	222.142

a. Movimentação do imobilizado

Controladora	Saldo em 30/12/2020	Aquisições	Amortização/depreciação do período	Vendas	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Veículos	–	385	(51)	–	–	334
Ativo de direito de uso	–	1.187	(260)	–	–	927
Outros	2.479	–	(546)	–	(3)	1.930
Total	2.479	1.572	(857)	–	(3)	3.191

Consolidado	Saldo em 30/12/2020	Aquisições	Amortização/depreciação do período	Vendas	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Terrenos	50.457	–	–	–	–	50.457
Edificações	141.357	–	(9.544)	–	–	131.813
Equipamentos	4.831	693	(1.955)	–	(93)	3.476
Móveis, máquinas e utensílios	12.722	22	(2.551)	–	(280)	9.913
Veículos	3.364	592	(1.233)	(59)	(282)	2.382
Sistemas e aplicativos	6	–	(2)	–	–	4
Ativo de direito de uso	–	25.294	(8.305)	–	(80)	16.909
Outros	9.405	1.124	(1.637)	–	(9)	8.883
Total	222.142	27.725	(25.227)	(59)	(744)	223.837

b. Ativo de direito de uso

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.6), descontado a valor presente:

Controladora – Direito de uso	Saldo em 01/01/2021	Novos contratos	Alterações/cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Imóveis	695	707	(216)	(260)	1.186	(260)	927
Total	695	707	(216)	(260)	1.186	(260)	927

Consolidado – Direito de uso	Saldo em 01/01/2021	Novos contratos	Alterações/cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Imóveis	8.523	9.233	(3.584)	(3.343)	14.172	(3.343)	10.830
Máquinas e Equipamentos	10.037	1.005	–	(4.963)	11.041	(4.963)	6.079
Total	18.560	10.238	(3.584)	(8.305)	25.214	(8.305)	16.909

(*) Não são apresentados valores comparativos, haja vista que a adoção inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pela IFRS 16/CPC 06 (R2).

Controladora: A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando uma taxa de 31,49% a.a. em 31 de dezembro de 2021;

Consolidado: A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando uma taxa de 17,08% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

14. Passivos financeiros e de seguros

14.1. Composição

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Provisão para resgates	2.978.115	3.093.572
Provisão para sorteio	37.481	38.849
Outras provisões	16.142	13.323
Passivos financeiros	3.031.738	3.145.744
Provisão de prêmios não ganhos	781.554	901.542
Provisão de sinistros a liquidar administrativo	283.656	934.879
Provisão de sinistros a liquidar judicial	848.440	774.050
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	441.412	509.390
Provisão de despesas relacionadas	2.459	16.883
Outras provisões	93.094	118.247
Passivos de seguros	2.450.615	3.254.991
Total dos passivos financeiros e de seguros	5.482.353	6.400.735

14.2. Garantia das provisões técnicas

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Passivos financeiros	3.031.738	3.145.744
Passivos de seguros	2.450.615	3.254.991
Total dos passivos financeiros e de seguros	5.482.353	6.400.735
Ajuste do TAP	131.151	87.487
Total das exclusões	592.608	1.376.657
Provisões técnicas - Resseguro	60.484	78.008
Direito creditórios	465.424	398.496
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	47.052	79.869
Depósitos Judiciais	19.648	15.039
Provisões do Consórcio DPVAT	–	805.245
Total a ser coberto	4.889.745	5.024.078
Total dos ativos garantidores:	7.398.536	8.417.473
Títulos da dívida pública	5.888.026	7.467.955
Letra Financeira	–	131.660
Quotas de outros fundos financeiros	1.510.510	817.858
Suficiência/(insuficiência) de cobertura	2.508.791	3.393.395

15. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

15.1. Sinistros brutos de resseguro *(i)*

Conciliação	31/12/2021
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	1.124.639
PSL Retrocessão	167
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	(3.070)
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	1.121.736

Data de Aviso	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	44.424	51.333	450.457	541.548	628.541	695.915	803.397	883.287	836.830	1.612.243	
1 ano depois	45.512	120.232	533.092	638.253	757.109	795.546	914.195	1.067.764	1.073.936	–	
2 anos depois	53.265	135.032	544.008	650.035	777.684	819.890	939.765	1.182.583	–	–	
3 anos depois	60.578	143.357	550.960	657.540	792.674	833.878	1.029.649	–	–	–	
4 anos depois	65.826	146.276	553.975	663.542	799.904	930.100	–	–	–	–	
5 anos depois	67.946	148.838	555.655	667.397	904.640	–	–	–	–	–	
6 anos depois	69.493	149.871	558.582	724.852	–	–	–	–	–	–	
7 anos depois	70.391	151.747	602.995	–	–	–	–	–	–	–	
8 anos depois	72.954	191.925	–	–	–	–	–	–	–	–	
9 anos depois	119.781	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Estimativa corrente	119.781	191.925	602.995	724.852	904.640	930.100	1.029.649	1.182.583	1.073.936	1.612.243	8.372.704
Pagamentos acumulados até a data-base	73.730	152.896	560.476	670.717	806.642	836.773	947.512	1.081.978	971.988	1.346.416	7.449.128
Passivo reconhecido no balanço	46.051	39.029	42.519	54.135	97.999	93.326	82.137	100.605	101.947	265.827	923.575
Passivo em relação a anos anteriores a 2012	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	168.967
PSL de Retrocessão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	39.338
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	73.186
Total do passivo incluso no balanço	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.124.639

15.2. Sinistros líquidos de resseguro *(i)*

Conciliação	31/12/2021
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	1.075.439
PSL de resseguro referente a contratos na modalidade não-proporcional	1.524
PSL Retrocessão	167
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	(3.070)
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	1.074.060

Data de Aviso	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	40.760	48.295	449.711	540.443	627.774	694.903	800.356	878.657	827.317	1.602.822	
1 ano depois	42.192	117.163	532.347	637.211	755.404	792.664	901.474	997.242	1.050.205	–	
2 anos depois	49.798	131.875	543.255	648.923	775.559	816.164	924.685	1.083.488	–	–	
3 anos depois	56.905	140.059	550.190	656.443	789.167	828.020	1.010.513	–	–	–	
4 anos depois	62.242	142.909	552.217	661.306	796.030	911.460	–	–	–	–	
5 anos depois	64.340	145.730	553.484	665.157	891.355	–	–	–	–	–	
6 anos depois	66.061	146.694	556.411	720.429	–	–	–	–	–	–	
7 anos depois	66.810	148.570	600.652	–	–	–	–	–	–	–	
8 anos depois	69.373	187.837	–	–	–	–	–	–	–	–	
9 anos depois	115.993	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Estimativa corrente	115.993	187.837	600.652	720.429	891.355	911.460	1.010.513	1.083.488	1.050.205	1.602.822	8.174.754
Pagamentos acumulados até a data-base	70.150	149.719	558.304	668.477	802.633	828.010	930.728	986.654	954.577	1.339.428	7.288.680
Passivo reconhecido no balanço	45.843	38.117	42.348	51.952	88.723	83.450	79.785	96.834	95.628	263.394	886.074
Passivo em relação a anos anteriores a 2012	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	157.266
PSL de Retrocessão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7.037
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(7.239)
Ajuste Atuarial de PSL (IBNER)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	32.301
Total do passivo incluso no balanço	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.075.439

Notas:

(i) Os valores informados nos itens (15.1) e (15.2) não incluem despesas relacionadas com a regulação de sinistros administrativos ou judiciais, inclusive sucumbência;

(ii) Não foram considerados no desenvolvimento de sinistro os montantes relativos à Provisão de sinistro a liquidar das controladas Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. e Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.

16. Débitos de operações de seguro e resseguro

Consolidado	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Prêmios a restituir	412.378	408.954
Operações com seguradoras	12.098	39.079
Operações com resseguradoras	104.648	57.109
Corretores de seguros e resseguros	(8.581)	6.444
Contas a pagar - DPVAT	–	14.435
Custos de comercialização a pagar	49.642	75.741
Comissão e juros sobre prêmios	(1.060)	(386)
Outros débitos	913	1.189
Total	570.038	602.565

17. Débitos de operações de capitalização

Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Comissões de corretagem a pagar	9.523	9.523
Custos de comercialização a pagar	114	1.027
Mensalidades a devolver	1.199	1.102
Total	10.836	11.652

continua

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

18. Débitos de outras operações

Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Comissões de corretagem a pagar	26.874	30.080
Custos de comercialização a pagar	2.488	3.838
Outros débitos	6.468	7.047
Total	**35.830**	**40.965**

19. Dividendos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CNP Assurances	116.160	21.935	116.160	21.935
Caixa Seguridade Participações S.A.	110.438	20.836	110.438	20.836
CNP Assurances Brasil Holding Ltda.	2.289	432	2.289	432
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	–	17	–	17
Icatu Capitalização S.A.	–	–	12.511	13.046
Total	**228.887**	**43.220**	**241.398**	**56.266**

20. Passivo fiscal corrente e diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRRF	229	533	20.184	6.584
ISS	7	–	1.687	1.914
IOF	–	–	43.008	40.841
INSS e FGTS	(56)	142	9.093	9.740
PIS, COFINS e CSLL retidos	510	17	1.891	2.085
IRPJ e CSLL	–	519	385.088	214.762
PIS e COFINS	370	365	24.300	18.111
Tributos sobre ajustes TVM	–	6.680	4	54.245
IRPJ e CSLL - PPA	–	–	1.322	1.722
Outros impostos e contribuições	10.308	8.450	75.527	83.453
Total	**11.368**	**16.706**	**562.104**	**433.457**

21. Passivo de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

Controladora	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	**794**	**(98)**	**695**
Apropriação de juros transcorridos	–	59	59
Constituições/reavaliações de contratos	768	(60)	708
Pagamentos	(289)	–	(289)
Outras/Baixas	(244)	20	(224)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.029**	**(80)**	**949**
Circulante	**412**	**(48)**	**365**
Não circulante	**616**	**(32)**	**584**

Consolidado	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	**20.108**	**(1.549)**	**18.560**
Apropriação de juros transcorridos	–	1.284	1.284
Constituições/reavaliações de contratos	10.825	(1.412)	9.413
Pagamentos	(8.974)	–	(8.974)
Outras/Baixas	(2.108)	200	(1.908)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**19.851**	**(1.477)**	**18.374**
Circulante	**8.336**	**(823)**	**7.512**
Não circulante	**11.516**	**(654)**	**10.862**

(*) Não são apresentados valores comparativos, haja vista que a adoção inicial da norma ocorreu em 1° de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pela IFRS 16/CPC 06 (R2).

Controladora: A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 6,35% a.a. em 31 de dezembro de 2021;

Consolidada: A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 6,00% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

22. Provisões para processos judiciais

22.1. Composição

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ações judiciais cíveis	641.118	627.060
Ações judiciais trabalhistas	24.184	24.160
Ações judiciais fiscais	1.392	2.075
Obrigações legais - fiscal	2.692.588	2.650.992
Outras Obrigações	2.453	3.761
Totais	**3.361.735**	**3.308.048**

Cíveis

As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente, a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente, de: (i) doenças pré-existentes; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) danos físicos ao imóvel por vício de construção e; (iv) falta de pagamento/devolução de prêmio.

Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida em 7.370 (2020 - 7.525) ações judiciais relacionadas ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH. O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS. Em razão dessas demandas judiciais, a Companhia é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS. Desta forma, considerando os processos em que a companhia é requerida judicialmente, sem uma perspectiva efetiva de ser totalmente ressarcida pelo FCVS, a Administração entendeu ser adequado efetuar uma provisão para contingenciar parte dos valores que estão em discussão. A provisão é composta pela expectativa de desembolso futuro, líquida dos valores que a Companhia espera ser reembolsada administrativamente pelo fundo, e por fim, desse saldo desembolsado e não ressarcido, aplica-se um percentual estimado de perda das ações judiciais de cobrança. O montante provisionado corresponde a melhor estimativa do saldo líquido que será efetivamente desembolsado, mas que devem ter seu reembolso definitivamente glosado tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. A provisão constituída em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 422.534 (R$ 391.032 em 31 de dezembro de 2020).

Trabalhistas

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

Fiscais

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - axa seguros). As empresas que estão discutindo a causa são as controladas Caixa Seguradora e Caixa Capitalização. Período de 02/1999 a 12/2014. Valor total provisionado R$ 1.114.858 (R$ 1.093.310 em 31 de dezembro de 2020);

(ii) Aumento da alíquota da CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. Período discutido a partir de 01/2009. A probabilidade de perda é provável. No entanto, temos uma decisão que negou provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário da Capitalização em razão do julgamento desfavorável da ADI nº 4101 e, com isso, não tendo mais como recorrer, optamos por desistir do processo. As empresas que estão discutindo a causa são as controladas Caixa Seguradora e Caixa Capitalização. Valor total provisionado R$ 1.542.749 (R$ 1.522.701 em 31 de dezembro de 2020);

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável e o processo encontra-se aguardando julgamento de Embargos de Declaração da Caixa Capitalização. Período de 09/2015 a 12/2018 - Valor total provisionado R$ 34.812 (R$ 34.812 em 31 de dezembro de 2020).

Além dos saldos acima, ainda temos discussões que foram integralmente provisionadas e recolhidas. Caso a decisão seja favorável, as Controladas obterão direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - Axa seguros). As empresas que estão discutindo a causa são as controladas Caixa Seguradora e Caixa Capitalização. Período de 02/1999 a 07/2007. Valor discutido - R$ 234.429;

(ii) PIS e COFINS - Lei 12.973/14: não incidência de PIS/COFINS sobre receita do ativo garantidor a partir de 2015. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento de recurso da Caixa Seguradora. Valor discutido - R$ 148.517;

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável. Os autos encontram-se aguardando julgamento e aplicação da decisão do STF no processo da Caixa Seguradora. Período de 09/2015 a 12/2018. Valor discutido R$ 385.515;

(iv) Discussão COFINS da empresa PREVISUL que não se encontra provisionada pois além a probabilidade de perda ser remota temos uma decisão judicial favorável que reconhece a impossibilidade de revogação da isenção da COFINS prevista na Lei Complementar nº 70/91, art. 11, parágrafo único, pela Lei nº 9.718/98. Apesar da União ter apresentado agravo interno na Ação Rescisória, em 2021 foi publicado o acórdão que negou provimento ao agravo interno da União, confirmando a decisão monocrática da Relatora, que havia extinguido a Ação Rescisória nº 4596, com base na aplicação da Súmula nº 343 do STF. Os valores atualizados, incluindo multa e juros, relativos à isenção da COFINS, relativos ao período de maio de 1999 até 31 de dezembro de 2021, totalizam R$ 170.630. Parte substancial dos valores foram objeto de autos de infração por parte das autoridades fiscais;

(v) Mandado de Segurança -Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. Ação distribuída - antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito." O processo encontra-se parado aguardando a modulação do STF. Todas as empresas do grupo estão discutindo a causa. O valor total discutido é R$ 35.338.

22.2. Segregação em função da probabilidade de perda

Nos saldos demonstrados a seguir está incluído o valor de R$ 50.503 referente a ação de natureza fiscal com classificação de probabilidade de perda considerada possível, onde a Controladora é parte solidária:

	31/12/2021			
Consolidado	Remota	Possível	Provável	Total
Ações judiciais cíveis	202.749	117.883	641.118	961.750
Ações judiciais trabalhistas	1.258	30.829	24.184	56.271
Ações judiciais fiscais	249.331	100.742	1.392	351.465
Obrigações legais - fiscal	–	1.115.027	1.577.561	2.692.588
Outras Obrigações	2.958	387	2.453	5.798
	456.296	**1.364.868**	**2.246.708**	**4.067.872**

	31/12/2020			
Consolidado	Remota	Possível	Provável	Total
Ações judiciais cíveis	252.435	101.138	627.060	980.633
Ações judiciais trabalhistas	1.401	17.101	24.160	42.662
Ações judiciais fiscais	75.660	258.889	2.075	336.624
Obrigações legais - fiscal	–	1.128.282	1.522.710	2.650.992
Outras Obrigações	2.315	772	3.761	6.848
	331.811	**1.506.182**	**2.179.766**	**4.017.759**

22.3. Movimentação das ações judiciais

	Saldo 31/12/2020	Reversões	Baixas	Adições/atualizações monetárias	Saldo 31/12/2021
Natureza cível	**627.060**	(67.642)	(12.340)	94.040	**641.118**
Natureza trabalhista	**24.160**	(2.440)	(3.176)	5.640	**24.184**
Provisões judiciais fiscais	**2.075**	(51)	(383)	(249)	**1.392**
Obrigações legais - fiscais	**2.650.992**	(919)	–	42.515	**2.692.588**
Outras obrigações	**3.761**	(935)	(1.224)	851	**2.453**
Totais	**3.308.048**	**(71.987)**	**(17.123)**	**142.797**	**3.361.735**

23. Outros passivos

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	220	252	11.520	18.226
Honorários e remunerações a Pagar	298	1.640	58.363	65.434
CNP Assurances	27.322	21.439	27.322	21.439
Depósitos de terceiros *(i)*	–	–	193.337	165.116
Provisão de férias e 13° a pagar	1.014	858	20.356	17.901
Recursos não procurados de grupos encerrados	–	–	130.396	133.705
Contas a pagar despesas operacionais	–	–	30.548	70.382
Contas a pagar despesas administrativas	18.177	16.527	155.213	190.132
Passivo de arrendamento	949	–	18.374	–
Outras obrigações a pagar	221	254	21.304	33.651
Total	**48.201**	**40.970**	**666.733**	**715.986**

(i) Valores ainda em fase de identificação e aceitação do risco

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é representado por 4.726.868 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

24.2. Gestão do capital

A Gestão de capital é realizada de forma corporativa e busca assegurar que o Grupo mantenha uma sólida base de capital para fazer frente aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para isso, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas.

24.3. Reservas de lucros

a. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 173.427 (31 de dezembro de 2020 - R$ 125.240).

b. Reserva de retenção de lucros - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 1.176.490 (31 de dezembro de 2020 - R$ 1.811.617).

c. Reserva de Capital - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e poderá ser utilizada conforme os fins previstos na referida lei. O saldo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 era de R$ 16.210.

24.4. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente. Os montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	963.735	2.504.807
(–) Reserva Legal	(48.187)	(125.240)
Base de cálculo de dividendos	**915.548**	**2.379.567**
Dividendo mínimo - 25%	228.887	594.892
Juros sobre o capital próprio bruto	–	50.844
IR retido de juros sobre o capital próprio pagos	–	(7.623)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	–	43.220
Dividendos propostos	228.887	–
Dividendos e juros sobre o capital próprio líquido de IR	**228.887**	**43.220**

24.5. Juros sobre o capital próprio

A seguir apresentamos a demonstração de cálculo dos juros sobre o capital próprio:

	31/12/2020
Patrimônio líquido no início do ano	**8.756.451**
Ajustes na distribuição de dividendos	(532.048)
Parcela não realizada de TVM	(302.100)
Ajuste positivo de exercício anterior	17.974
Reserva de ágio	(16.212)
Realização de reserva de reavaliação tributada	1
Base de cálculo de JCP	**7.924.066**
Taxa de juros de longo prazo do período (TJLP)	4,84%
Máximo de juros sobre o capital próprio a ser provisionado	**383.525**
Juros sobre o capital próprio proposto	**50.843**
Imposto de renda retido na fonte	(7.623)
Juros sobre o capital próprio a pagar	**43.220**

25. Resultado operacional segregado por operação

Demonstramos abaixo a abertura do resultado operacional do Grupo, segregado por tipo de operação:

31/12/2021	Seguros	Capitalização	Consórcio	Saúde	Odonto	Outros	Total
Prêmios retidos	3.288.466	–	–	885	60.551	–	3.349.902
Variação das provisões técnicas	(1.503.014)	–	–	(7.837)	388	–	(1.510.463)
Resultado com títulos de capitalização	–	145.726	–	–	–	–	145.726
Despesas de comercialização	(208.650)	(26.984)	(213.825)	(24)	(11.643)	–	(461.126)
Receitas de contribuições e prêmios	247.440	–	–	–	–	–	247.440
Benefícios e sinistros	136.547	–	–	(5.624)	(21.023)	–	109.900
Receita líquida com título de capitalização	544	–	–	–	–	7.016	7.560
Despesa com títulos resgatados e sorteados	–	(39.699)	–	–	–	–	(39.699)
Receitas de outras operações	–	–	500.842	–	–	–	500.842
Operações de resseguros	(2.683)	–	–	–	–	–	(2.683)
Outras receitas e despesas operacionais	(312.271)	(5.127)	(5.581)	15.370	(1.343)	23.120	(285.832)
Margem operacional	**1.646.379**	**73.916**	**281.436**	**2.770**	**26.930**	**30.136**	**2.061.567**
Resultado administrativo	(403.629)	(52.042)	(131.095)	(4.420)	(22.009)	(143.773)	(756.968)
Resultado financeiro	135.530	150.778	22.019	11.075	1.068	33.252	353.722
Resultado patrimonial	(21.027)	(891)	(1.336)	–	–	91.138	67.884
Resultado operacional	**1.357.253**	**171.761**	**171.024**	**9.425**	**5.989**	**10.753**	**1.726.205**

31/12/2020	Seguros	Capitalização	Consórcio	Saúde	Odonto	Outros	Total
Prêmios retidos	4.471.841	–	–	1.430	66.991	–	4.540.262
Variação das provisões técnicas	(1.699.403)	–	–	7.682	(263)	–	(1.691.984)
Resultado com títulos de capitalização	–	228.332	–	–	–	–	228.332
Despesas de comercialização	(223.706)	(45.271)	(180.957)	4.799	(13.846)	–	(458.981)
Receitas de contribuições e prêmios	240.744	–	–	–	–	–	240.744
Benefícios e sinistros	597.916	–	–	(7.595)	(20.384)	–	569.937
Receita líquida título de capitalização	4.102	–	–	–	–	693	4.795
Despesa títulos resgatados e sorteados	–	(58.252)	–	–	–	–	(58.252)
Receitas de outras operações	(938.462)	–	514.693	–	–	–	(423.769)
Outras receitas e despesas	(647.292)	(20.498)	(44.360)	(13.723)	(1.634)	13.514	(713.993)
Margem operacional	**1.805.740**	**104.311**	**289.376**	**(7.407)**	**30.864**	**14.207**	**2.237.091**
Resultado administrativo	(565.599)	(61.228)	(132.974)	(4.803)	(25.345)	(81.541)	(871.490)
Resultado financeiro	262.450	139.404	13.989	92.067	(630)	71.844	579.124
Resultado patrimonial	(21.024)	(891)	(1.336)	–	–	41.536	18.285
Resultado operacional	**1.481.567**	**181.596**	**169.055**	**79.857**	**4.889**	**46.046**	**1.963.010**

26. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

Demonstramos abaixo a abertura dos principais grupos de contas do resultado:

26.1. Receitas da operação

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Seguros Pessoas e Danos	3.572.970	3.782.395
Operações de Capitalização	145.726	228.332
Operações de Consórcio	595.535	600.921
Operações de Saúde e Odonto	60.597	68.552
Outras operações	23.886	14.026
Total	**4.398.714**	**4.694.226**

26.2. Custos/Despesas da operação

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Seguros Pessoas e Danos	(1.927.135)	(1.984.978)
Operações de Capitalização	(63.340)	(115.005)
Operações de Consórcio	(314.099)	(311.545)
Operações de Saúde e Odonto	(31.806)	(45.095)
Outras operações	(767)	(512)
Total	**(2.337.147)**	**(2.457.135)**

26.3. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal próprio	(2.159)	(6.116)	(218.430)	(234.262)
Serviços de terceiros	(77.553)	(11.769)	(151.090)	(219.106)
Localização	(2.238)	(1.812)	(84.869)	(126.625)
Publicidade e propaganda	(3)	(5)	(55.271)	(45.310)
Outras despesas administrativas	(566)	(244)	(36.951)	(19.801)
Total	**(82.519)**	**(19.946)**	**(546.611)**	**(645.104)**

26.4. Despesas com tributos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IPTU e ISS	(350)	(723)	(15.889)	(907)
PIS/COFINS	(2.822)	(6.019)	(184.770)	(225.052)
Outras despesas com tributos	(767)	(1.812)	(9.698)	(427)
Total	**(3.939)**	**(8.554)**	**(210.357)**	**(226.386)**

26.5. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita com Título público de renda fixa	11.086	32.820	530.461	859.137
Despesa com Título público de renda fixa	–	–	221	(6.038)
Receita Título privado de renda fixa	–	–	8.181	34.190
Despesa Título privado de renda fixa	(2.342)	(6.265)	(2.337)	(18.947)
Receita com Fundos de investimento	25.811	67.298	162.048	11.598.662
Despesa Fundos de investimento	(8.312)	(27.854)	(83.555)	(11.385.484)
Encargos sobre impostos	–	–	(21.792)	(24.883)
Depósitos e fundos retidos	–	–	165	215
Receita das operações de seguros	–	–	11	(244.250)
Despesa das operações de seguros	–	–	(137.433)	(84.472)
Receita das operações de previdência	–	–	296	1.686.570
Despesa das operações de previdência	–	–	–	(1.686.418)
Despesa das operações de capitalização	–	–	(110.230)	(108.909)
Outras receitas financeiras	6.171	8.942	22.148	24.348
Outras despesas financeiras	(4.013)	(7.174)	(14.462)	(64.597)
Total	**28.401**	**67.767**	**353.722**	**579.124**

26.6. Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado de equivalência patrimonial	1.003.191	1.044.249	36.734	59.395
Receita de aluguel com imóveis de renda	–	–	33.278	32.469
Perda com ativos não correntes	(103)	7.914	(103)	(70.661)
Outros resultados patrimoniais	(645)	(645)	(2.025)	(2.918)
Total	**1.002.443**	**1.051.518**	**67.884**	**18.285**

26.7. Ganhos ou perdas com ativos não correntes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Redução ao valor recuperável *(i)*	–	(30.701)	(11.547)	(34.194)
Outras despesas não correntes *(ii)*	–	–	(31.502)	(66.535)
Outras despesas	(3)	–	(8.069)	(37.247)
Total	**(3)**	**(30.701)**	**(51.118)**	**(137.976)**

(i) Os valores de redução ao valor recuperável referem-se à reversão da provisão para perda de créditos a recuperar junto ao SH/SFH.
(ii) Substancialmente a constituição de provisão para riscos de demandas judiciais do SH/SFH, vide nota 22.1.

27. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

Controladora	31/12/2021		31/12/2020	
Descrição	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	944.383	944.383	2.501.352	2.501.352
(–) Juros sobre o capital próprio	–	–	(50.844)	(50.844)
(–) Resultado de equivalência patrimonial	(1.003.191)	(1.003.191)	(2.485.517)	(2.485.517)
(–) Outras variações	–	–	23.432	23.432
Base de cálculo	**(58.808)**	**(58.808)**	**(11.577)**	**(11.577)**
Taxa nominal do tributo	9,00%	25,00%	9,00%	25,00%
Tributos calculados à taxa nominal	**5.293**	**14.701**	**1.042**	**2.894**
Ajustes do lucro real	11.631	11.813	14.771	14.771
Ajustes temporários diferidos	(9.877)	(9.877)	(12.546)	(12.546)
Aproveitamento/Const. Prejuízo fiscal	–	–	(737)	(737)
Total ajustes do lucro real	**1.755**	**1.937**	**1.487**	**1.487**
Tributos sobre os ajustes	**(158)**	**(484)**	**(134)**	**(372)**
Incentivos fiscais	–	–	–	25
Despesa contabilizada	**5.135**	**14.217**	**908**	**2.547**
Taxa efetiva	**8,73%**	**24,18%**	**7,84%**	**22,00%**

continua

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

				Consolidado
		31/12/2021		31/12/2020
Descrição	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	1.675.087	1.675.087	1.825.034	1.825.034
(–) Juros sobre o capital próprio	(96.000)	(96.000)	(50.844)	(50.844)
(–) Resultado de equivalência patrimonial	(1.774.968)	(1.774.968)	(4.185.859)	(4.185.859)
(–) Outras variações	(876)	(876)	(5.264)	(5.264)
Base de cálculo	**(196.757)**	**(196.757)**	**(2.416.933)**	**(2.416.933)**
Taxa nominal do tributo	9,00%	25,00%	9,00%	25,00%
Tributos calculados à taxa nominal	**(305.814)**	**(412.455)**	**(616.414)**	**(1.041.270)**
Ajustes do lucro real	(33.999)	(32.472)	339.280	338.960
Benefícios incentivados	(10.108)	(10.108)	32.892	32.892
Ajustes temporários diferidos	13.848	20.539	(308.302)	(308.302)
Prejuízo fiscal	–	–	(737)	(737)
Ajuste de exercício anterior	16.516	(8.825)	–	–
Efeito do diferencial de alíquota até jun/21	(198.011)	–	–	–
Total ajustes do lucro real	**(211.756)**	**(30.867)**	**63.133**	**62.813**
Tributos sobre os ajustes	**42.498**	**15.328**	**353.943**	**587.586**
Incentivos fiscais	–	2.948	–	5.978
Despesa contabilizada	**(263.316)**	**(394.180)**	**(262.471)**	**(447.706)**

28. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas ao Grupo: sua controladora CNP Assurances S.A., suas acionistas Caixa Seguridade Participações S.A., INSS - Instituto Nacional do Seguro Social e CNP Assurances Brasil Holding Ltda., suas Controladas e Coligada, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares.

O Grupo atua de forma integrada com suas controladas e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.

As movimentações decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

								Controladora
				31/12/2021				31/12/2020
	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)
Disponibilidades:								
Caixa Econômica Federal	104	–	–	–	198	–	–	–
Dividendos								
Caixa Consórcios S.A.	28.315	–	–	–	21.294	–	–	–
CNP Assurances Latam Holding Ltda.	–	(2.289)	–	–	–	–	–	–
CNP Assurances	–	(116.160)	–	–	–	–	–	–
Caixa Seguridade Participações S.A.	–	(110.438)	–	–	–	–	–	–
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	195.704	–	–	–	402.944	–	–	–
Juros sobre capital próprio								
CNP Assurances Latam Holding Ltda.	–	–	–	–	–	(432)	–	–
CNP Assurances	–	–	–	–	–	(21.935)	–	–
Caixa Seguridade Participações S.A.	–	–	–	–	–	(20.836)	–	–
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	–	–	–	–	–	(17)	–	–
Contribuições para plano de previdência privada								
Caixa Vida e Previdência S.A.	–	–	–	(233)	–	–	–	(371)
Prestação de serviços e reembolsos:								
Caixa Seguradora S.A.	–	–	–	–	–	–	–	(32)
Caixa Consórcios S.A.	83	–	–	–	545	–	–	–
CNP Assurances	–	(27.322)	–	(6.114)	–	(21.439)	–	(6.403)
Caixa Seguros Saúde	–	–	–	–	218	–	–	–
Operações de seguros								
Caixa Seguradora S.A.	–	–	–	(1)	–	–	–	(1)
Remuneração do pessoal								
Remuneração e benefícios de curto prazo	–	–	–	(1.959)	–	–	–	(2.391)

								Consolidado
				31/12/2021				31/12/2020
	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)
Disponibilidades:								
Caixa Econômica Federal	11.001	–	–	–	5.468	–	–	–
Dividendos								
CNP Assurances Latam Holding Ltda.	–	(2.289)	–	–	–	–	–	–
CNP Assurances	–	(116.160)	–	–	–	–	–	–
Caixa Seguridade Participações S.A.	–	(110.438)	–	–	–	–	–	–
Icatu Seguros S.A.	–	(12.511)	–	–	–	(13.046)	–	–
Juros sobre capital próprio								
Caixa Seguradora S.A.	81.600	–	–	–	–	–	–	–
CNP Assurances Latam Holding Ltda.	–	–	–	–	–	(432)	–	–
CNP Assurances	–	–	–	–	–	(21.935)	–	–
Caixa Seguridade Participações S.A.	–	–	–	–	–	(20.836)	–	–
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	–	–	–	–	–	(17)	–	–
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	–	(81.600)	–	–	–	–	–	–
Contribuições para plano de previdência privada								
Prestação de serviços e reembolsos: *(i)*								
CNP Holding do Brasil	1.624	–	–	–	132	–	–	–
CNP Assurances	–	(27.322)	–	(6.114)	–	(21.439)	–	(6.403)
Caixa Econômica Federal	–	(10.647)	–	(171.755)	–	(19.060)	–	(1.087.415)
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. *(ii)*	–	(300)	–	(143.297)	–	(9.641)	–	(942.374)
Operações de seguros								
Caixa Econômica Federal *(iii)*	105	(12.213)	6.200	(3.130)	105	(9.850)	631	(574)
Seguradora Líder - DPVAT	954	–	1.203	–	1.861	–	410	(1.279)
Remuneração do pessoal								
Remuneração e benefícios de curto prazo	–	–	–	(15.190)	–	–	–	(12.608)

(i) Compreendem as receitas e despesas relativas ao apoio administrativo prestado às ligadas, além da remuneração à Caixa Econômica Federal, decorrente do uso do balcão na comercialização dos produtos;
(ii) Despesas referentes ao comissionamento e incentivos às vendas;
(iii) Refere-se a contratos ativos de seguros contratados, sendo os valores apresentado os prêmios e sinistros dessas apólices.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

29. Plano de previdência patrocinado

Suas controladas são co-patrocinadoras de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL Previnvest). O Previnvest é um plano de previdência aberto que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado.

Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

No exercício findo de 2021, o Grupo efetuou contribuições no montante de R$ 17.206 (31 de dezembro de 2020 - R$ 19.608).

30. Impairment ativos não financeiros

Baixa de crédito tributário

Em junho de 2020, foi realizado a baixa da totalidade do crédito tributário da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A., em função da revisão de expectativa de rentabilidade futura, que permitiria a sua compensação, no montante de R$ 62.450.

31. Operações descontinuadas

Conforme mencionado na nota 1.1, em 30 de dezembro de 2020 foi concluída a operação de restruturação societária o que resultou na cisão do investimento da Caixa Vida e Previdência para constituição do novo grupo societário (Holding XS1 S.A.), o valor do acervo líquido cindido foi de R$ 1.874.320, que representou a totalidade da participação societária na Caixa Vida e Previdência.

A seguir apresentamos o resultado das operações descontinuadas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020:

Operações Descontinuadas	31/12/2020
Receitas da operação	30.742.582
Custos/despesas da operação	(28.313.393)
Margem operacional	**2.429.189**
Despesas administrativas	(189.399)
Despesas com tributos	(220.516)
Resultado financeiro	388.860
Resultado operacional	**2.408.134**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(3.866)
Resultado antes dos impostos e participações	**2.404.268**
Imposto de renda	(601.875)
Contribuição social	(361.125)
Lucro líquido das operações descontinuadas	**1.441.268**
Lucro por ação das operações descontinuadas	
Básico	304,91
Diluído	304,91

Os fluxos de caixas líquidos das operações descontinuadas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 eram:

	31/12/2020
Atividades operacionais	2.898.075
Atividades de investimentos	(3.346)
Atividades de financiamentos	(2.343.054)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**551.674**

32. Outras informações

a) Informações complementares - investigação Canal Seguro:

Em 26/11/2020, foi deflagrada uma nova fase da operação Descarte (13a) - Canal Seguro pela Polícia Federal ("Operação Canal Seguro"), que investiga um esquema pelo qual haveria a simulação e/ou superfaturamento de prestação de serviços para a Caixa Seguradora S.A., dentre outras empresas não pertencentes ao seu Grupo CNP Seguros Holding Brasil S.A.

É importante ressaltar que dentre as empresas do Grupo, somente a Caixa Seguradora S.A. foi mencionada nas peças do Inquérito Penal, instaurado para investigar os fatos relatados na Operação Canal Seguro.

Diante desse contexto, a Administração da CNP Seguros Holding Brasil S.A., determinou a constituição de um Comitê de Investigação e tomou várias medidas para lidar com a situação, como: criação de um Comitê de Crise; afastamento temporário das atividades dos profissionais que poderiam estar envolvidos no alegado esquema; contratação de empresas especializadas para assessoramento nesse processo, tendo sendo iniciado o processo de investigação interna conduzido pelo Comitê de Investigação constituído por auditor externo independente, escritório de advocacia especializado e um consultor independente.

Em 14/02/2022, o Relatório de Investigação, resultado da investigação conduzida pela Companhia, foi concluído e apresentado ao Presidente do Conselho de Administração, sem qualquer apontamento de violação de lei, bem como não foram identificados e apontados atos ou condutas ilícitas cometidas pela Companhia ou seus administradores anteriores ou atuais. Nesse contexto, frente à ausência de apontamento de violação de lei ou prática de atos ilícitos pela CNP Seguros Holding Brasil S.A. e/ou seus administradores, os trabalhos de investigação foram dados como concluídos e encerrados.

Conselho de Administração

Xavier Larnaudie-Eiffel - Presidente
Véronique Denise Andreé Weill
Hervé Remi Marcel Thoumyre
Stephane Dedeyan
Michel Patrick Dubernet
Marco Antônio da Silva Barros
Camila de Freitas Aichinger
Jair Luis Mahl
Asma Zidani Ep Baccar
Pedro Duarte Guimarães

Diretoria Executiva

Asma Zidani Ep Baccar – Diretora Presidente
Paulo Otavio Silva Câmara – Diretor de Operações Centralizadas
Eduardo Fabiano Alves da Silva – Diretor Financeiro

Contador

Marco Antonio Barbosa Pires
Contador - CRC DF 014151/O-6

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Comitê de Auditoria - Coaud é um órgão estatutário, instalado na CNP Seguros Holding Brasil S.A., líder do Conglomerado e com atuação sobre todas as subsidiárias do Grupo, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração da Holding. É composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de cinco anos.

Para o exercício de sua missão institucional, o Comitê realiza reuniões periódicas, de acordo com seu Planejamento Anual, aprovado pelo Conselho de Administração.

As atividades desenvolvidas no período estão registradas em atas, cobrem o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões com a participação da Diretora-Presidente e de Diretores Executivos do Grupo, dos Auditores Independentes, de representantes da Auditoria Interna, da Conformidade, do Controle de Riscos, da Governança Corporativa e da Ouvidoria. Referidas reuniões tiveram a agenda definida pelo Coaud e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.

Ao longo de 2021, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da administração, debatendo principais aspectos e detalhes do material com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as Demonstrações Financeiras de 31/12/2021 da CNP Seguros Holding Brasil S.A. e das seguintes controladas: Caixa Seguradora S.A., Caixa Capitalização S.A., Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios, Companhia de Seguros Previdência do Sul-Previsul, Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.. e Youse Seguradora S.A., também revisou as notas explicativas, o Relatório da Administração e os relatórios dos Auditores Independentes.

Conclusões:

Com base em suas avaliações ao longo do período e tendo presentes as atribuições e limitações inerentes ao seu escopo de atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

Não foram constadas evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 144 da Resolução CNSP n.° 321/15.

A auditoria contábil externa foi efetiva e realizou suas atividades de forma objetiva e independente. As informações fornecidas pela KPMG constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras.

A auditoria interna foi efetiva, concluiu o conjunto de trabalhos ajustados com o Coaud para o exercício e desempenhou suas funções com independência e objetividade.

O sistema de controles internos mostrou-se adequado e preparado para os desafios que o Grupo está enfrentando, em razão da reorganização societária e das reestruturações internas.

Não foram constatadas evidências de falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares pertinentes que possam colocar em risco a continuidade do negócio.

As práticas contábeis relevantes utilizadas pela CNP Seguros Holding Brasil S.A. e empresas controladas, na elaboração das demonstrações financeiras, estão alinhadas aos princípios fundamentais de contabilidade, à legislação societária brasileira e às demais normas aplicáveis.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022
Jefferson Moreira - Presidente do Comitê de Auditoria
João Decio Ames
Rogério Vergara

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
CNP Seguros Holding Brasil S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CNP Seguros Holding Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota explicativa 2.16, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo nessa data, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 23 de fevereiro de 2021, sem modificação. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA SEGURADORA S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia, uma das empresas mais rentáveis do mercado segurador, apresentou no último exercício uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 33,2%, encerrando o exercício com o lucro líquido de R$ 827,2 milhões. A Companhia registrou prêmios ganhos de R$ 3.449,1 milhões no exercício de 2021, já seu resultado financeiro foi de R$ 133,1 milhões.

Os ativos financeiros alcançaram o patamar de R$ 4.069,8 milhões e as provisões técnicas fecharam o exercício de 2021 em R$ 2.297,7 milhões, o que representa reduções de 11,3% e 2,1%, respectivamente, em relação aos saldos do ano de 2020.

O saldo do patrimônio líquido da Companhia ao final do exercício de 2021 foi de R$ 2.342,2 milhões, inferior ao valor de R$ 2.638,4 milhões alcançado em 2020, sendo essa redução justificada principalmente pela distribuição de dividendos e pela variação negativa da reserva latente de instrumentos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda.

Priorizando a continuidade de negócios, a Companhia continua administrando as apólices que foram assinadas antes da mudança societária. E o principal ramo nessa modalidade é o Seguro Habitacional, no qual a Companhia é líder absoluta, com quase 60% de participação de mercado.

Distribuição de Dividendos

A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Diante da atual capacidade financeira, os títulos classificados na categoria "até o vencimento", conforme Circular SUSEP nº 648/21, serão mantidos até o vencimento.

Com relação ao processo de apuração interna independente instaurada pelo Conselho de Administração de sua controladora para apuração das denúncias sobre a 13ª fase da Operação Descartes (denominada Canal Seguro), informamos que a investigação, conduzida pela Companhia, com o acompanhamento dos auditores independentes, foi concluída sem que fossem encontradas evidências de atos ilícitos na base de dados da Companhia.

Considerações Finais e Agradecimentos

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas, dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal.

Agradecemos também o apoio recebido da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), da CNSEG, dos corretores e, em especial, agradecemos os nossos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir uma relação ética e duradoura com nossos clientes.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		2.551.788	2.676.574
Disponível		9.648	3.898
Caixa e bancos		2.451	3.898
Equivalente de caixa		7.197	–
Aplicações	5	1.062.619	1.154.025
Créditos das operações com seguros e resseguros		775.090	827.188
Prêmios a receber	6.1	757.469	796.717
Operações com seguradoras		11.171	15.640
Operações com resseguradoras	7	6.450	14.831
Outros créditos operacionais	6.2	373.682	369.850
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	7	26.724	32.122
Títulos e créditos a receber	9	217.038	171.780
Títulos e créditos a receber	9.1	145.245	74.082
Créditos tributários e previdenciários	9.2	3.986	25.766
Outros créditos	9.3	67.807	71.932
Outros valores e bens	8	18.161	19.043
Bens a venda		14.869	15.476
Outros valores		3.292	3.567
Despesas antecipadas		12.418	12.280
Custos de aquisições diferidos	10	56.408	86.388
Seguros		56.408	86.388
NÃO CIRCULANTE		6.801.876	6.869.267
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.645.578	6.674.821
Aplicações	5	3.007.213	3.434.879
Créditos das operações com seguros e resseguros		188.624	113.541
Prêmios a receber	6.1	188.624	113.541
Outros créditos operacionais	6.2	503.082	503.082
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	7	41.198	54.421
Títulos e créditos a receber	9	2.759.993	2.504.836
Créditos tributários e previdenciários	9.2	987.010	828.208
Depósitos judiciais e fiscais	16	1.435.471	1.380.593
Outros créditos	6.2	337.512	296.035
Outros valores e bens	8	112.896	36
Custos de aquisição diferidos	10	32.572	64.026
Seguros		32.572	64.026
Investimentos		221	2.078
Participações societárias		–	1.851
Outros Investimentos		221	227
Imobilizado	2.8	18.802	22.941
Bens móveis		13.674	18.336
Outras imobilizações		5.128	4.605
Intangível	2.8	137.275	169.427
Outros intangíveis		137.275	169.427
TOTAL DO ATIVO		9.353.664	9.545.841

PASSIVO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		2.452.831	2.544.462
Contas a pagar	13	819.103	822.687
Obrigações a pagar	13.1	254.183	359.963
Impostos e encargos sociais a recolher		69.102	53.859
Encargos trabalhistas		16.718	13.050
Impostos e contribuições	13.2	316.236	179.748
Outras contas a pagar	13.3	162.864	216.067
Débitos de operações com seguros e resseguros	17	552.337	584.122
Prêmios a restituir	17.1	412.222	407.936
Operações com seguradoras		10.612	30.215
Operações com resseguradoras		67.517	31.726
Corretores de seguros e resseguros		10.770	29.324
Outros débitos operacionais	17.2	51.216	84.921
Depósitos de terceiros	15	166.680	140.805
Provisões técnicas - seguros	10.3	895.895	996.848
Danos		435.948	536.901
Pessoas		458.052	459.357
Vida individual		1.895	590
Outros débitos		18.816	–
Débitos diversos	14	18.816	–
NÃO CIRCULANTE		4.558.674	4.362.946
Contas a pagar	13	4	7.441
Tributos diferidos	13.4	4	7.441
Provisões técnicas - seguros	10.3	1.401.838	1.350.697
Danos		855.687	1.049.339
Pessoas		545.876	301.113
Vida individual		275	245
Outros débitos		3.059.491	3.004.808
Provisões judiciais	16	3.059.491	3.004.808
Débitos diversos	14	97.341	–
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	2.342.159	2.638.433
Capital social	18.1	1.081.350	1.081.350
Reservas de lucros	18.2	1.386.315	1.466.003
Ajuste de avaliação patrimonial		(125.506)	91.080
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.353.664	9.545.841

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	Exercício findo 31/12/2021	Exercício findo 31/12/2020
Prêmios emitidos		3.333.042	5.222.799
Variações das provisões técnicas de prêmios		116.098	(371.370)
Prêmios ganhos	25	3.449.140	4.851.429
Sinistros ocorridos	21.a	(1.329.213)	(1.328.894)
Custos de aquisição	21.b	(350.327)	(844.496)
Outras receitas e despesas operacionais	21.c	(76.491)	(262.471)
Resultado com resseguro		(55.230)	(19.989)
Receita com resseguro		11.228	25.201
Despesa com resseguro		(66.745)	(45.635)
Outros resultados com resseguro		287	445
Despesas administrativas	21.d	(231.793)	(437.495)
Despesas com tributos	21.e	(111.085)	(196.531)
Resultado financeiro	21.f	133.115	431.215
Resultado patrimonial		(897)	–
Resultado operacional		1.427.219	2.192.768
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	21.g	(50.266)	(111.999)
Resultado antes dos impostos e participações		1.376.953	2.080.769
Imposto de renda	22	(304.072)	(512.573)
Contribuição social	22	(215.883)	(308.839)
Participações sobre o resultado		(29.847)	(38.322)
Lucro líquido do exercício		827.151	1.221.035
Quantidade de ações		8.465.054	8.465.054
Lucro líquido por ação em R$		97,71	144,24

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Exercício findo 31/12/2021	Exercício findo 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	827.151	1.221.035
Outros lucros abrangentes	(216.586)	(106.887)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(368.414)	(186.891)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	151.828	80.004
Total dos lucros abrangentes para o exercício	610.565	1.114.148
Quantidade de ações	8.465.054	8.465.054
Lucro líquido por ação em R$	72,13	131,62

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Discriminação	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.410.000	2.644.485	197.967	–	4.252.452
Dividendos complementares: AGOE de 27.04.2020	–	(384.521)	–	–	(384.521)
Aprovação aumento de capital - Portaria SUSEP nº 392 de 12.06.2020	425.000	(425.000)	–	–	–
Redução de capital por cisão parcial - Ata AGE 01.07.2020	(753.650)	–	(133.713)	–	(887.363)
Dividendos intermediários: AGE de 03.09.2020	–	(800.000)	–	–	(800.000)
Títulos e valores mobiliários	–	–	26.826	–	26.826
Dividendos complementares: AGOE de 07.12.2020	–	(500.000)	–	–	(500.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.221.035	1.221.035
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	61.051	–	(61.051)	–
Reserva de lucros	–	869.988	–	(869.988)	–
Dividendos	–	–	–	(289.996)	(289.996)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.081.350	1.466.003	91.080	–	2.638.433
Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2021	–	(695.990)	–	–	(695.990)
Títulos e valores mobiliários	–	–	(216.586)	–	(216.586)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	827.151	827.151
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	41.358	–	(41.358)	–
Reserva de lucros	–	574.944	–	(574.944)	–
Dividendos e Juros sobre capital próprio	–	–	–	(210.849)	(210.849)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.081.350	1.386.315	(125.506)	–	2.342.159

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	827.151	1.221.035
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	79.369	67.972
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	4.760	31.548
Variação de juros em passivos de arrendamento IFRS 16	8.817	–
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	9.369	42.338
Custos de Aquisição Diferidos	61.434	(87.750)
Variação de Provisões Técnicas - Seguros	(116.858)	513.994
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	302.486	1.483.782
Créditos das operações de seguros e resseguros	(20.155)	(155.848)
Ativos de Resseguro	15.364	62.140
Créditos fiscais e previdenciários	21.778	2.984
Ativo fiscal diferido	(158.802)	(39.108)
Depósitos judiciais e fiscais	(54.878)	(235.835)
Despesas antecipadas	(137)	1.956
Custos de Aquisição Diferidos	–	(11.052)
Outros Ativos	(111.880)	(98.968)
Impostos e contribuições	501.615	741.241
Outras contas a pagar	(79.835)	88.870
Débitos de operações com seguros e resseguros	(24.177)	46.785
Depósitos de terceiros	25.875	(14.405)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	70.302	(499.105)
Provisões para contingências	54.683	239.100
Outros passivos	(12.734)	(3.795)
Caixa gerado pelas operações	1.403.547	3.397.879
Juros pagos	(23)	(17)
Juros recebidos	786	659
Imposto sobre o lucro pagos	(357.320)	(1.294.289)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.046.990	2.104.232
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento pela venda:	2.793	610
Investimentos	1.857	–
Imobilizado	76	234
Intangível	860	376
Pagamento pela compra:	(31.538)	(45.423)
Investimentos	–	(772)
Imobilizado	(2.014)	(4.215)
Intangível	(29.524)	(40.436)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(28.745)	(44.813)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(985.986)	(2.069.043)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	(26.509)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(1.012.495)	(2.069.043)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	5.750	(9.624)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.898	13.522
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.648	3.898

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Caixa Seguradora S.A., com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, doravante referida também como "Companhia", tem como controladora direta a CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances. Anteriormente atuava em parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA") na distribuição de produtos nas modalidades de seguros e de ramos elementares no âmbito do território nacional na rede de distribuição da CAIXA ("Balcão CAIXA").

A Companhia deixou de comercializar em 1 de julho de 2020 os produtos do ramo de vida e prestamista, e em meados de fevereiro de 2021 cessou as vendas dos produtos do ramo habitacional, de acordo com a reestruturação da rede de distribuição da CAIXA, conforme explicado no item 1.1. Ainda assim, a Companhia auferirá receita até o fim da vigência do estoque dos contratos já firmados.

Além disso, a Companhia continuará comercializando os produtos dos ramos de automóvel e empresarial no Balcão CAIXA e estuda novas parcerias para distribuição dos seus produtos.

1.1. Cisão da carteira Vida e Prestamista

A Caixa Seguridade S.A., em continuidade ao processo competitivo para reestruturação de sua operação de seguros, firmou em 29 de agosto de 2018, o acordo com a CNP Assurances, acionista controladora da CNP Seguros Holding Brasil S.A., para a formação de um novo grupo societário (Holding XS1 S.A.) que explorará, até fevereiro de 2041, os ramos de seguros de vida e prestamista e os produtos de previdência na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA"). Em 19 de setembro de 2019 foi assinado aditivo ao referido acordo, estendendo o prazo da parceria até 2046, sendo que todos os trâmites operacionais e legais foram concluídos em 30 de dezembro de 2020.

A seguir as restruturações ocorridas que possibilitaram a implementação do referido acordo:

No dia 01 de julho de 2020 foi realizada a cisão parcial da Caixa Seguradora S.A. para a Caixa Vida e Previdência S.A., tendo como objeto de acervo cindido, os ativos e passivos vinculados às carteiras dos segmentos de vida e prestamista. Tendo em vista que essa operação é uma operação interna entre as controladas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., a mesma foi realizada a valores contábeis e não provocou nenhum impacto para os clientes dessas carteiras.

O valor do acervo líquido cindido, conforme o laudo de avaliação, foi de R$ 887.362. A seguir apresentamos um resumo do acervo transferido no dia 1 de julho de 2020:

Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido	
Circulante	1.408.119	**Circulante**	1.938.875
Aplicações	677.860	Contas a pagar	11.628
Créditos das operações	199.551	Débitos de operações	40.478
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	3.953	Provisões técnicas	1.886.769
Títulos e créditos a receber	12.176	**Passivo não Circulante**	3.016.594
Custos de aquisições diferidos	514.579	Contas a pagar	100.010
Ativo não Circulante	4.434.712	Provisões técnicas	2.858.072
Aplicações	3.240.372	Outros débitos	58.512
Títulos e créditos a receber	100.648	**Patrimônio Líquido**	887.362
Custos de aquisição diferidos	1.081.775	Capital social	753.650
Intangível	11.918	Ajuste de avaliação patrimonial	133.713
TOTAL DO ATIVO	5.842.831	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	5.842.831

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 que entrou em vigor em 3 de janeiro de 2022), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP".

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações contábeis preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2022.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e bancos

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são valorados pelo valor investido acrescido dos rendimentos incorridos até a data-base do balanço. Os títulos sujeitos à negociação (valor justo por meio do resultado), antes de seu vencimento, têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "valor justo por meio do resultado") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponíveis para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pela Companhia para o administrador do fundo, nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perda.

b. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber, ativos de resseguro e outros créditos operacionais (créditos do SFH). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado e são avaliados por *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

2.4.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

b. Ações: com base nas cotações de preço médio divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no último pregão em que foram negociadas.

c. Dívida privada emitida por empresas ou por instituições financeiras: debêntures, certificado de depósitos bancários, cédula de certificado bancário e letras financeiras, com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor.

d. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

e. Instrumentos financeiros derivativos: reconhecidos inicialmente pelo valor justo com os custos de transação incorridos no resultado do período, sendo classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.4.3. Instrumentos financeiros derivativos

A política de utilização de instrumentos derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente. As operações objetivam a compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros.

A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pelo gestor de risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos.

2.5. Impairment

***2.5.1. Impairment* de ativos financeiros**

a. Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

continua

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.
- A redução ao valor recuperável sobre operações de seguros é constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos e que leva em consideração os prêmios vencidos há mais de 60 dias, líquidos de recuperações e cessões, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;
- Para os valores a recuperar de resseguro é constituído uma provisão para perda, caso a recuperação não ocorra em até 180 dias.
- Para cálculo da provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS a Companhia adota metodologia específica que está descrita na nota 6.1.2;
- Demais operações: Constituída através de análises individualizadas e em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

b. Ativos classificados como disponível para venda

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.

No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.

Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

***2.5.2. Impairment* de ativos não financeiros**

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6. Ativos relacionados a resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da transferência de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.

2.7. Outros valores e bens

2.7.1. Bens a venda - Salvados

Salvados a venda são estoques constituídos através de recuperações, oriundas das indenizações integrais aos segurados.

Salvados estimados são calculados através de técnicas estatísticas e atuariais especificadas em nota técnica atuarial, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros, de um determinado histórico. Registra-se esse ativo no grupo de "Outros valores e bens" conforme Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021).

2.8. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática e veículos - 20% a.a..

O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada é de 20% a.a..

2.9. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos ativos de contratos emitidos até a data do fechamento relativo ao balanço. A Administração constitui, adicionalmente, a parcela relativa aos Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (RVNE) da PPNG, obtida através do valor médio observado dos prêmios emitidos com atraso nos últimos 12 meses, a metodologia está em Nota Técnica Atuarial.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores que as áreas operacionais e jurídicas estimam serem necessários para arcar com os pagamentos futuros de indenização dos sinistros já avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os sinistros judiciais, a provisão é calculada através da probabilidade de pagamento do sinistro por provável, possível, remota, a metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuarial.

A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos, mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço, que é estimada pelo método *Chain Ladder* com observações de 4 trimestres para o grupo Patrimonial, observações de 16 trimestres para o Habitacional (Morte e Invalidez por Acidente), observações de 8 trimestres para o Automóvel, observações de 12 trimestres para o Crédito, com observações de 20 trimestres para o Habitacional (Danos Físicos) e 24 trimestres para Habitacional (Fora do SFH), a metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuarial.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. A estimativa da provisão é obtida através da relação entre despesas avisadas e sinistros avisados, a metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuarial.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP).

2.9.1. Tábuas

No quadro a seguir apresentamos o conjunto das tábuas e taxas de carregamento dos principais produtos comercializados pela Companhia em 31 de dezembro de 2021:

Ramo	Produto	Tábua	Taxas de Carregamento
14	SEGURO LAR+		Corretagem: de 0,01% a 1,0% Estipulante: de 0,01% a 30% Prolabore: de 15% a 30% Despesas Administrativas: de 15% a 36%
18	MULTIRISCO LOTÉRICO		Corretagem: de 0,00% a 40,00% Despesas Administrativas e Margem de Lucro: de 0,00% a 100,00%
51	MULTIRISCO LOTÉRICO		Corretagem: de 0,00% a 40,00% Despesas Administrativas e Margem de Lucro: de 0,00% a 100,00%
20	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
31	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
42	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
53	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
61	SBPE 2013 - MIP	AT 2000 M	Corretagem: de 0,01% a 14,50% Despesas Administrativas: de 1,00% a 18,00% Margem de Lucro: de 1,00% a 17,50%
65	SBPE 2013 - DFI		Corretagem: de 0,01% a 14,50% Despesas Administrativas: de 1,00% a 18,00% Margem de Lucro: de 1,00% a 17,50%
71	RD - EQUIP. ARREND. E CEDIDOS A TERCEIROS		Despesas Administrativas: de 5,00% a 30,00% Margem de Lucro: de 0,50% a 10,00% Corretagem: de 0,10% a 30,00%
14	COMPREENSIVO RESIDENCIAL APORTE CAIXA		Corretagem: de 0,01% a 1,0% Estipulante: de 0,01% a 30% Prolabore: de 15% a 30% Despesas Administrativas: de 15% a 36%
71	RD - EQUIP. ARREND. E CEDIDOS A TERCEIROS		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 5,00% a 30,00% Margem de Lucro: de 0,50% a 10,00%
20	AUTO CONSÓRCIO/FINANCIAMENTO AUTO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
31	AUTO CONSÓRCIO/FINANCIAMENTO AUTO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
42	AUTO CONSÓRCIO/FINANCIAMENTO AUTO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
53	AUTO CONSÓRCIO/FINANCIAMENTO AUTO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
61	SBPE 2011 - MIP	AT 2000 M	Corretagem: de 0,01% a 16,50% Despesas Administrativas: de 1,00% a 32,50% Margem de Lucro: de 1,00% a 20,00% Agenciamento: de 0,01% a 100,00%
65	SBPE 2011 - DFI		Corretagem: de 0,01% a 16,50% Despesas Administrativas: de 1,00% a 32,50% Margem de Lucro: de 1,00% a 20,00% Agenciamento: de 0,01% a 100,00%

2.10. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros

2.10.1. Passivos de contratos de seguros

Os contratos que transferem risco significativo de seguro para Companhia são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. A Companhia utilizou as regras do CPC 11, quando não contrarie as regras da SUSEP e CNSP para avaliação destes contratos. Com isso, a Companhia aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem, principalmente: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro (TAP); ii) processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro ou contratos de investimento; e iii) identificação de derivativos embutidos.

2.10.2. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos são compostos por gastos que possuem uma relação direta e incremental com à emissão ou renovação de contratos de seguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais custos de aquisição que não possuam essa relação direta e incremental são registrados como despesa, conforme incorridos. Para os custo diferidos, a amortização é realizada segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de expiração do risco e seu prazo médio de diferimento em 2021 foi de 27 meses.

2.10.3. Teste de adequação dos passivos (TAP)

O Estudo atuarial contendo o TAP foi assinado pelo Atuário Técnico Responsável e pelo Diretor Técnico e está disponível na sede da Companhia para o órgão regulador e demais fiscalizações. A Companhia efetuou um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.

Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) definidas pela SUSEP, conforme determina a legislação. No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida, conforme abaixo:

a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices, conforme rol divulgado pela SUSEP;

b) Sinistralidade: para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de mortalidade em suas projeções, foram utilizadas as tábuas BR-EMS 2021; para sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de invalidez, foi utilizada a tábua Álvaro Vindas; para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que não utilizem tábuas biométricas e foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado, de cada produto que compõe o estudo. Para projeção por grupo foi utilizada a sinistralidade abaixo:
- Automóvel: 61,5%;
- Patrimonial: 25,3%;
- Pessoas: 20,5% para os produtos que não se aplicam tábua, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez;
- Habitacional: 3,9% cobertura de danos físicos ao imóvel, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez.

c) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de ativos observados de cada grupo que compõe o estudo;

d) Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro.

Como conclusão dos testes realizados não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para a data-base de 31 de dezembro de 2021.

2.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.12. Apuração do resultado

Os prêmios de seguro, cosseguro aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização, são registrados quando da emissão das apólices ou do recebimento para os produtos de risco, o que ocorrer primeiro, em linha com a Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP 648/21, a partir de 03 de janeiro de 2022), com base em estimativas dos prêmios relativos a operações nas quais o risco coberto só é conhecido após o início do período de cobertura. A referida Circular alterou a prática contábil reconhecendo como receita os prêmios pagos antes da emissão, anteriormente registrados em conta de compensação.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado até o mês de junho de 2021 e em decorrência da Medida Provisória 1.034/2021, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSLL das pessoas jurídicas de seguros privados para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social referente ao lucro ajustado desse período foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.183, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2021 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

2.14. Dentre as políticas contábeis adotadas em 2021, considera-se:

Adoção inicial da IFRS 16/ CPC 06 (R2)

A adoção ao normativo IFRS 16/CPC 06 (R2) consiste no reconhecimento pelo valor presente de contratos de arrendamentos com prazos superiores a 12 meses e com valores substanciais para os arrendatários. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo. Anteriormente, a Companhia registrava seus aluguéis como despesa do período. Os ativos de direito de uso (em grande parte aluguéis de imóveis) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado de acordo com taxa incremental de financiamento.

Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.

As notas explicativas nº 8.5 e nº 14 apresentam as novas informações e abertura dos saldos conforme exigência da norma.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17.

Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

A norma foi referendada pela SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, gerando impactos no balanço da Companhia a partir de 1/1/2021.

2.15. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas e não adotadas, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

Para empresas não reguladas pela SUSEP, o CPC 48/IFRS 9 entrou em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, e será adotado pela Companhia quando a SUSEP aprovar este pronunciamento.

A Companhia já iniciou os estudos de classificação, mensuração e cálculo de perda esperada de seus ativos financeiros. Os estudos incluem a definição dos modelos de negócios, teste de SPPI (sigla em inglês para somente pagamento de principal e juros) e cálculo do ECL (sigla em inglês para expectativa de perda esperada). A companhia não tem intenção de contabilizar hedge em função da adoção da norma do IFRS 09.

IFRS 17 - Contratos de Seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro, norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4/CPC 11 - Contratos de Seguro emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contratos de seguros (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4/CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.

Em março de 2020, o IASB emitiu uma emenda à IFRS 17, que prorrogou a data de entrada em vigor da norma, que passará a ser para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, para empresas não reguladas pela SUSEP, sendo que a Companhia adotará essa norma somente quando a SUSEP efetivamente aprová-la.

Os principais modelos de mensuração dos passivos de contratos de seguros estabelecidos pela norma são o *Building Block Approach* (BBA), que é o modelo padrão, e o *Premium Allocation Approach* (PAA), que é o modelo simplificado de mensuração que pode ser adotado caso sejam atendidos alguns critérios como por exemplo, os limites dos contratos não excedem 12 meses da data de emissão. Adicionalmente há a abordagem de *Variable Fee Approach* (VFA) que não é opcional e sim obrigatório se forem atendidos os requisitos da norma, ele considera o impacto da participação do segurado no resultado financeiro de determinados ativos. Também, segundo a norma, os contratos considerados como onerosos na sua emissão, terão o valor total da perda mensurada reconhecido no resultado na data de reconhecimento inicial.

Como ponto de partida, antes de definir o modelo de mensuração, a Companhia deve avaliar o nível de agregação dos contratos, bem como se há componentes contidos nesses contratos que não se caracterizem como seguros e, portanto, deveriam ser mensurados de acordo com outra norma (por exemplo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros ou CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes).

A Companhia está em fase de implementação sendo os principais destaques, no momento:

- Agrupamento - Os portfólios IFRS 17 foram estabelecidos considerando riscos homogêneos gerenciados em conjunto. Sob essa premissa entre as duas entidades subsidiarias teremos a princípio oito portfólios. Para cada portfólio teremos os valores dos passivos separados por safra e por carimbo de rentabilidade, que é o nível de granularidade exigido pela norma.
- Modelos de mensuração - Os portfólios de seguros (vida, prestamista etc.) serão classificados no modelo BBA (*Building Block Approach*).
- A data de transição será 31 de dezembro de 2021 e em 1º de janeiro de 2022 será feito o balanço de abertura para poder ter, no ano 2023, o comparativo com 2022. A metodologia para boa parte do perímetro será MRA (*Modified Retrospective Approach*);
- Foram feitos exercícios de simulação tanto da transição como de fechamento contábil com o intuito de testar ferramentas, processos e dados e que servem como referência para os desenvolvimentos da implementação que continua em curso.

2.16. Reapresentação de saldos comparativos

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentados, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de:

(i) compensação de ativos e passivos correntes e diferidos, conforme CPC 32.

(ii) reclassificação entre circulante e não circulante da provisão de sinistros a liquidar judicial.

Os impactos dessas reclassificações no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados abaixo:

	Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2020	Reclassificação	Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2020
Circulante	**3.340.615**	**(664.041)**	**2.676.574**
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas (ii)	81.120	(48.998)	32.122
Créditos tributários e previdenciários (i)	640.809	(615.043)	25.766
Outros	2.618.686	–	2.618.686
Não Circulante	**6.880.990**	**(11.723)**	**6.869.267**
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas (ii)	5.423	48.998	54.421
Créditos tributários e previdenciários (i)	888.929	(60.721)	828.208
Outros	5.986.638	–	5.986.638
Total do Ativo	**10.221.605**	**(675.764)**	**9.545.841**
Circulante	**4.058.844**	**(1.514.382)**	**2.544.462**
Impostos e contribuições (i)	794.792	(615.044)	179.748
Provisões técnicas - seguros (ii)	1.896.186	(899.338)	996.848
Outros	1.367.866	–	1.367.866
Não Circulante	**3.524.327**	**838.619**	**4.362.946**
Tributos diferidos (i)	68.161	(60.720)	7.441
Provisões técnicas - seguros (ii)	451.358	899.339	1.350.697
Outros	3.004.808	–	3.004.808
Patrimônio Líquido	**2.638.433**	**–**	**2.638.433**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**10.221.604**	**(675.763)**	**9.545.841**

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Nota 2.10.1 - Classificação dos contratos de seguro;

Notas 2.9, 2.10.3 e 10.3 - Provisões técnicas, teste de adequação dos passivos;

Nota 5 - Aplicações; e

Notas 6.2.1 e 16 - Outros créditos operacionais- valores recuperáveis e Provisões judiciais.

4. Gerenciamento de riscos

A implementação do Acordo de Basiléia II, nas diretrizes formuladas *pela European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 521, de 24/11/2015 e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos *(Chief Risk Officer)*, independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar de valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da DIRRIS são:
- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency* II e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comités d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Riscos de seguro

O Risco de Seguro é o risco preexistente, transferido do segurado para a seguradora, ou seja, é o risco que a seguradora aceita do segurado em troca de um prêmio.

O gerenciamento de capital visa assegurar que a Companhia mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características da empresa.

continua

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

O quadro a seguir demonstra a concentração de risco por região e por ramo baseado nos prêmios ganhos no exercício:

a. Bruto de resseguro

Região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
						31/12/2021
Vida individual	1.343	716	195	4.536	1.191	7.981
Habitacional fora do SFH	299.116	462.596	100.163	1.288.066	511.726	2.661.667
Riscos de engenharia	660	3.761	1.055	4.873	2.064	12.413
Acidentes pessoais	87	50	18	335	92	582
Automóvel	43.987	38.544	7.800	125.564	43.838	259.733
Compreensivo residencial	25.766	47.878	12.541	159.961	80.369	326.515
Compreensivo empresarial	13.183	25.426	8.101	39.370	18.736	104.816
Demais ramos	15.273	9.984	2.046	32.484	15.646	75.433
Total	**399.415**	**588.955**	**131.919**	**1.655.189**	**673.662**	**3.449.140**

Região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
						31/12/2020
Vida em Grupo	564.331	178.090	52.651	386.471	207.391	1.388.934
Vida individual	1.242	653	153	4.255	1.043	7.346
Habitacional fora do SFH	304.947	436.170	93.691	1.261.948	494.116	2.590.872
Riscos de engenharia	1.428	3.440	863	6.703	2.142	14.576
Acidentes pessoais	4.479	6.290	1.752	16.053	9.113	37.687
Automóvel	51.948	49.282	9.061	144.184	51.998	306.473
Compreensivo residencial	35.461	57.825	16.083	148.700	84.802	342.871
Compreensivo empresarial	17.799	30.093	9.752	57.706	27.580	142.930
Demais ramos	4.583	530	(362)	10.724	4.265	19.740
Total	**986.218**	**762.373**	**183.644**	**2.036.744**	**882.450**	**4.851.429**

b. Líquido de resseguro

Região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
						31/12/2021
Vida individual	1.332	711	194	4.500	1.182	7.919
Habitacional fora do SFH	297.390	459.925	99.585	1.280.630	508.771	2.646.301
Riscos de engenharia	603	3.439	964	4.456	1.887	11.349
Acidentes pessoais	87	50	18	335	92	582
Automóvel	43.877	38.448	7.781	125.250	43.728	259.084
Compreensivo residencial	25.025	46.501	12.181	155.362	78.058	317.127
Compreensivo empresarial	12.619	24.337	7.754	37.684	17.933	100.327
Demais ramos	13.955	9.123	1.870	29.683	14.297	68.928
Total	**394.888**	**582.534**	**130.347**	**1.637.900**	**665.948**	**3.411.617**

Região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
						31/12/2020
Vida em Grupo	561.414	177.170	52.378	384.474	206.319	1.381.755
Vida individual	1.242	653	153	4.255	1.043	7.346
Habitacional fora do SFH	302.539	432.726	92.951	1.251.984	490.214	2.570.414
Riscos de engenharia	1.387	3.342	838	6.512	2.081	14.160
Acidentes pessoais	4.479	6.290	1.752	16.053	9.113	37.687
Automóvel	51.890	49.227	9.051	144.022	51.940	306.130
Compreensivo residencial	35.265	57.505	15.994	147.876	84.332	340.972
Compreensivo empresarial	16.802	28.407	9.206	54.474	26.035	134.924
Demais ramos	3.095	357	(245)	7.243	2.881	13.331
Total	**978.113**	**755.677**	**182.078**	**2.016.893**	**873.958**	**4.806.719**

4.1.1. Controle do risco de seguro

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, o qual inclui funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A CNP Seguros conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

4.1.2. Estratégia de subscrição

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela Alta Administração na forma de apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos da Companhia.

4.1.3. Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da CNP Seguros Holding Brasil é baseada numa estrutura central de contratos por risco e catastróficos que se aplicam de forma corporativa a riscos de diversas carteiras, sendo segregados principalmente em Vida e Não-Vida. Ao redor dessa estrutura central, contratos de menor porte são direcionados à cobertura de riscos específicos, negociados caso a caso. Qualquer que

seja o tipo de contrato, o atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência. O programa de resseguro reflete a posição estratégica estabelecida pelo Comitê de Governança de Riscos, priorizando a retenção de prêmios pela seguradora. Há casos, também, em que a parceria com um ou mais resseguradores se destina mormente à aquisição de conhecimento e sua correspondente solidificação dentro do Grupo.

O Grupo adota uma postura bastante prudente e conservadora na linha dos chamados riscos especiais, onde não atua como líder. Os riscos especiais abrangem os segmentos de seguros Rurais, Garantia, Riscos de Engenharia Grupo II, Responsabilidade Civil, Riscos Operacionais e Nomeados, Transportes, Valores, Obras de Arte, Cascos (*Aviation e Marine*) ou, de modo geral, todo e qualquer risco ou atividade excluídos dos contratos de resseguro corporativos, de modo a resguardar a seguradora não somente no aspecto financeiro, mas também quanto ao risco de imagem.

O quadro a seguir apresenta, por contrato de resseguro, as carteiras cobertas, os resseguradores e seus respectivos *ratings*:

CONTRATO DE RESSEGURO	CARTEIRA	RESSEGURADORES	PARTICIPAÇÃO	RATING (1)	CONDIÇÃO
GARANTIA	RISCOS FINANCEIROS	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	40,0%	A-	LOCAL
		TRANSATLANTIC REINSURANCE COMPANY	60,0%	A+	ADMITIDO
EXCESSO DE DANOS PATRIMONIAL POR RISCO	RESIDENCIAL, EMPRESARIAL, LOTÉRICOS, RISCO DE ENGENHARIA, HABITACIONAL (DFI)	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A	50,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	20,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
		LIBERTY SYNDICATE LLOYD'S 4472	10,0%	A	ADMITIDO
CATÁSTROFE DE RISCOS PATRIMONIAIS	RESIDENCIAL, EMPRESARIAL, LOTÉRICOS, RISCO DE ENGENHARIA, AUTOMÓVEL, HABITACIONAL (DFI)	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A	65,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	15,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	10,0%	A-	LOCAL
		LIBERTY SYNDICATE LLOYD'S 4472	10,0%	A	ADMITIDO
CATÁSTROFE UMBRELLA	RESIDENCIAL, EMPRESARIAL, LOTÉRICOS, RISCO DE ENGENHARIA, AUTOMÓVEL, HABITACIONAL (MIP/DFI), VIDA INDIVIDUAL	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A	48,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	25,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
		AWAC LLOYD'S 2232	7,0%	A	ADMITIDO
CATÁSTROFE DE RISCOS PESSOAIS	HABITACIONAL (MIP), VIDA INDIVIDUAL	HANNOVER RE	20,0%	A+	ADMITIDO
		MAPFRE BRASIL RE	60,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
EXCESSO DE DANOS POR RISCO EM SEGUROS DE PESSOAS	HABITACIONAL (MIP), VIDA INDIVIDUAL	AUSTRAL RESSEGURADORA S/A	20,0%	B++	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	60,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
BELO MONTE	RISCO DE ENGENHARIA	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	28,0%	A-	LOCAL
		MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A	19,4%	A+	LOCAL
		MUNCHENER RÜCKVERSICHERUNGS-GE	6,5%	A+	EVENTUAL
		MAPFRE BRASIL RE	1,1%	A	LOCAL
		ALLIANZ GLOBAL CORP & SPEC SE	5,2%	A+	ADMITIDO
		QBE UNDERWRITING LIMITED (LLOYD'S)	2,7%	A	ADMITIDO
		CANOPIUS MANAGING AGENTS LTD (LLOYD'S)	1,0%	A	ADMITIDO
		ACE PROPERTY & CASUALTY INSURANCE CO.	2,0%	A++	EVENTUAL
		FEDERAL INSURANCE COMPANY	6,7%	A++	ADMITIDO
		HDI - GERLING WELT SERVICE AG	1,3%	A	ADMITIDO
		CHUBB MANAGING AGENCY LTD (LLOYD'S)	2,1%	A	ADMITIDO
		TORUS (LLOYD'S SYNDICATE 1301)	1,1%	A	ADMITIDO
		STARR (LLOYD'S)	3,1%	A	ADMITIDO
		TOKIO MARINE GLOBAL (LLOYD'S)	1,9%	A	ADMITIDO
		VALIDUS REASEGUROS, INC (LLOYD'S)	2,4%	A	ADMITIDO
		XL INSURANCE COMPANY SE	5,7%	A+	ADMITIDO
		ZURICH INSURANCE COMPANY	8,8%	A+	ADMITIDO
		MARLBOROUGH RE (LLOYD'S)	1,0%	A	ADMITIDO
FACULTATIVO EMPRESARIAL CEF	EMPRESARIAL (PATRIMÔNIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	50,0%	A-	LOCAL
		SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A+	LOCAL
		CHUBB RESSEGURADORA DO BRASIL S/A (2)	20,0%	AA	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	10,0%	A	LOCAL

(1) Ratings pela A.M.Best (rating da casa matriz para resseguradores estrangeiros ou locais de origem estrangeira)

(2) Ratings pela agência Fitch

4.1.4. Gerenciamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As reservas de acumulação de clientes, por serem resgatáveis imediatamente, estão sendo apresentadas no passivo circulante, enquanto que alguns ativos, que podem ser usados para cobrir essas reservas, estão sendo apresentados no ativo não circulante, em função do seu vencimento, entretanto, também são resgatáveis imediatamente, assim sendo, a Administração entende que não existe um problema de capital circulante líquido para o Grupo.

4.1.5. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade da Companhia, considerando-se as mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, líquidas dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido:

Sensibilidade	31/12/2021 Bruto de resseguro	31/12/2021 Líquido de resseguro	31/12/2020 Bruto de resseguro	31/12/2020 Líquido de resseguro
Taxa +1%	-1,52%	-1,52%	-1,36%	-1,36%
Taxa -1%	1,56%	1,56%	1,42%	1,42%
Mortalidade/Sinistralidade +5%	4,83%	4,87%	2,45%	3,25%
Mortalidade/Sinistralidade -5%	-4,83%	-4,87%	-2,45%	-3,25%
Inflação +1%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Inflação -1%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

a) A sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de duration e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 basis points para cima e para baixo;

*b) Para o teste de sensibilidade da mortalidade/sobrevivência, consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +- 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação:*

IMPACTO % = Resultado antes dos impostos e particpações+(Sinistros Ocorridos−Sinistros A) Resultados antes dos impostos e participações−1;

c) O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o apreçamento dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descasamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação.

Para o teste de conversibilidade, não se aplica a essa Companhia por não ter produtos de previdência.

4.2. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. As áreas-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referentes a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's* entre outras, e atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (exceto derivativos, que encontra-se descrita na Nota 5.4) - (Os *ratings* não são auditados).

Composição dos ativos	31/12/2021 BB-	31/12/2021 Sem Rating	31/12/2021 Total	31/12/2020 BB-	31/12/2020 Sem Rating	31/12/2020 Total
Valor justo por meio do resultado	**767.446**	**298.834**	**1.066.280**	**190.033**	**294.942**	**484.975**
Ações	–	49.958	49.958	–	92.149	92.149
Caixa	–	16	16	–	41	41
Contas a pagar e receber	–	(57)	(57)	–	674	674
Fundos de investimentos	–	248.917	248.917	–	202.078	202.078
Letras financeiras do tesouro	4.062	–	4.062	3.108	–	3.108
Notas do tesouro nacional	9.465	–	9.465	–	–	–
Operações compromissadas (**)	753.919	–	753.919	186.925	–	186.925
Disponíveis para venda	**3.003.552**	–	**3.003.552**	**3.930.337**	**131.660**	**4.061.997**
Letras do tesouro nacional	762.226	–	762.226	1.407.413	–	1.407.413
Notas do tesouro nacional	2.241.326	–	2.241.326	2.522.924	–	2.522.924
Letras financeiras	–	–	–	–	131.660	131.660
Mantidos até o vencimento	–	–	–	**41.949**	–	**41.949**
Notas do tesouro nacional	–	–	–	41.949	–	41.949
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	**963.714**	**963.714**	–	**940.729**	**940.729**
Créditos a receber junto ao FCVS (*)	**1.214.276**	–	**1.214.276**	**1.168.957**	–	**1.168.957**
Exposição máxima ao risco de crédito	**4.985.274**	**1.262.548**	**6.247.822**	**5.331.276**	**1.367.331**	**6.698.607**

(*) A contraparte destes créditos é o fundo público gerido pelo Governo Federal, desta forma, consideramos o *rating* do risco Brasil (tesouro nacional);

(**) O lastro total é em título público federal.

4.3. Risco de liquidez

Possibilidades de a Companhia não conseguir ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

4.3.1. Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política Políticas de Gestão de Ativos e Passivos (ALM), Política de Investimentos, juntamente com a Declaração de Apetite ao Risco tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez

A política de liquidez, para atendimento regulamentar, está em desenvolvimento e será concluída no 1º semestre de 2022.

Corporativamente, é estabelecido na Declaração de Apetite ao Risco, o limite mínimo de 25% em relação ao total de recursos disponíveis de curto prazo e aqueles direcionados para cobertura de reserva.

Os monitoramentos demonstram que a Companhia está acima do percentual estabelecido.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

	Até 1 ano	Mais de 1 ano Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
				31/12/2021
Valor justo por meio do resultado	1.053.876	7.606	4.798	1.066.280
Disponíveis para a venda	–	3.002.792	760	3.003.552
Prêmios a receber de segurados	757.469	188.624	–	946.093
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	611.552	840.594	–	1.452.146
Ativos de resseguro - provisões técnicas	28.954	45.991	1.910	76.855
Total dos ativos financeiros (*)	**2.444.654**	**4.085.607**	**7.468**	**6.537.729**
Provisões técnicas (**)	461.102	1.210.512	37.374	1.708.988
Passivos financeiros	1.556.936	97.345	–	1.654.281
Total dos passivos financeiros	**2.018.038**	**1.307.857**	**37.374**	**3.363.269**

(*) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa.

(**) O fluxo dos passivos considerou a projeção de despesas administrativas, resgates concedidos a pagar e das provisões matemáticas.

4.4. Risco de mercado

4.4.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de preço de ações e risco de derivativos.

4.4.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value at Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 25.386 (31 de dezembro de 2020 - R$ 5.597).

O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

4.4.3. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à área de controle de risco da Companhia:

- Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
- Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, se certificando do seu enquadramento;
- Informar aos Gestores os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos;
- Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
- Informar mensalmente o *VaR* dos ativos à SUSEP.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Resumo da classificação das aplicações

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

	31/12/2021 Valor de Mercado	31/12/2021 Valor do Custo Atualizado	31/12/2020 Valor de Mercado	31/12/2020 Valor do Custo Atualizado	31/12/2021 Sem Vencimento	31/12/2021 Até 01 ano	31/12/2021 Entre 01 e 05 anos	31/12/2021 Acima de 05 anos	31/12/2021 Percentual
Valor justo por meio do resultado									
Ações	49.958	49.620	92.149	78.733	49.957	1	–	–	1,23%
Fundos de investimento	248.917	248.917	202.078	202.078	248.917	–	–	–	6,12%
Letras financeiras do tesouro	4.062	4.059	3.108	3.109	–	1.123	2.939	–	0,10%
Notas do tesouro nacional	9.465	10.351	–	–	–	–	4.667	4.798	0,23%
Operações compromissadas	753.919	753.919	186.925	186.925	–	753.919	–	–	18,52%
Outros valores	(41)	(41)	715	715	(41)	–	–	–	0,00%
Subtotal	**1.066.280**	**1.066.825**	**484.975**	**471.560**	**298.833**	**755.043**	**7.606**	**4.798**	**26,20%**
Disponível para venda									
Letras do tesouro nacional	762.226	810.744	1.407.413	1.338.032	–	–	762.226	–	18,73%
Notas do tesouro nacional	2.241.326	2.401.982	2.522.924	2.432.282	–	–	2.240.566	760	55,07%
Letras financeiras	–	–	131.660	132.441	–	–	–	–	0,00%
Subtotal	**3.003.552**	**3.212.726**	**4.061.997**	**3.902.755**	–	–	**3.002.792**	**760**	**73,80%**
Mantidos até o vencimento									
Notas do tesouro nacional	–	–	41.949	41.932	–	–	–	–	0,00%
Subtotal	–	–	**41.949**	**41.932**	–	–	–	–	**0,00%**

O saldo do balanço patrimonial é composto da seguinte forma: "Valor justo por meio do resultado" e "Disponível para venda" pelo "Valor a mercado" e "Mantidos até o vencimento" pelo "Valor do Custo atualizado".

5.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**4.588.904**	**9.964.092**
Aplicações	2.371.967	9.203.177
Resgates	(2.808.936)	(11.272.563)
Rendimentos	286.311	799.320
Ajustes TVM	(368.414)	(186.891)
Baixa de acervo cindido *(i)*	–	(3.918.231)
Saldo final	**4.069.832**	**4.588.904**

(i) refere-se à baixa de operações descontinuadas do acervo cindido relacionado à Caixa Vida e Previdência em 30/12/2020, conforme indicado na nota 1.1.

5.3. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável;

Valor justo por meio do resultado	31/12/2021 Nível 1	31/12/2021 Nível 2	31/12/2021 Total	31/12/2020 Nível 1	31/12/2020 Nível 2	31/12/2020 Total
Ações	49.958	–	**49.958**	92.149	–	**92.149**
Fundos de investimento	248.917	–	**248.917**	202.078	–	**202.078**
Letras financeiras do tesouro	4.062	–	**4.062**	3.108	–	**3.108**
Notas do tesouro nacional	9.465	–	**9.465**	–	–	–
Operações compromissadas	–	753.919	**753.919**	–	186.925	**186.925**
Outros valores	(41)	–	**(41)**	–	–	–
Total	**312.361**	**753.919**	**1.066.280**	**298.050**	**186.925**	**484.975**
Disponível para venda	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Letras do tesouro nacional	762.226	–	**762.226**	1.407.413	–	**1.407.413**
Notas do tesouro nacional	2.241.326	–	**2.241.326**	2.522.924	–	**2.522.924**
Letras financeiras	–	–	–	–	131.660	**131.660**
Total	**3.003.552**	–	**3.003.552**	**3.930.337**	**131.660**	**4.061.997**
Mantidos até o vencimento	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Notas do tesouro nacional	–	–	–	41.949	–	**41.949,00**
Total	–	–	–	**41.949**	–	**41.949**

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

A política de utilização de instrumentos derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente. As operações objetivam a compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros.

A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à B3 S.A. -

continua

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pela área de monitoramento do risco financeiro, subordinada à Diretoria de Risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos associados às aplicações financeiras.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme quadros a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
DI - Compromissos/Compra		
Valor de referência	–	259.758
Valor justo	–	259.758
Resultado acumulado	–	2.950

5.5. Análise de sensibilidade

5.5.1. Carteira de ativos

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: títulos para negociação, disponível para venda e mantidos até o vencimento. O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras e o choque de 1 ponto base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice Bovespa; curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	Value-at-Risk	DV-1
Moeda	1	–
Ações	79	–
Fundos	283	–
Juros Pré	12.525	(42.680)
LFT	–	(12)
NTNB	164	(1.396)
Total	**13.052**	**(44.088)**

5.5.2. Carteira de derivativos

A carteira de investimentos da Companhia possui apenas contratos futuros de taxa de juros.

Nos contratos futuros de taxa de juros, as partes envolvidas no negócio se comprometem a comprar ou vender certa quantidade de um ativo por um preço estipulado para a liquidação em data futura. Os compromissos são ajustados diariamente às expectativas do mercado referentes ao preço futuro daquele bem, por meio do ajuste diário, mecanismo que apura perdas e ganhos.

As operações de contrato de taxa de juros são utilizadas para mitigação do risco de mercado atrelado aos ativos prefixados existentes na carteira. O risco a que essa modalidade de derivativo está exposta refere-se às variações na taxa de juros, mais especificamente uma alta na taxa de juros, que implica uma perda em cada vencimento de DI.

A análise de sensibilidade foi baseada em três cenários, "provável", "possível" e "remoto", os quais avaliam os impactos sobre as posições da carteira em derivativos. O cenário "provável" foi elaborado a partir da série histórica de dados dos derivativos, enquanto o "possível" e o "remoto" foram obtidos com a proporção de 25% e 50% de perda, respectivamente.

Não há exposição em derivativos no período em análise e em 31 de dezembro de 2020.

Somente são admitidas posições em derivativos cujos vencimentos coincidem com o vencimento do respectivo ativo-base, sendo vedadas posições sem a devida cobertura do ativo-base.

Ressaltamos que as perdas incorridas numa possível desvalorização dos derivativos são compensadas por ganhos nas posições dos ativos.

5.6. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	31/12/2021	31/12/2020
Letras do tesouro nacional	Pré 5,51% a 8,49%	Pré 5,51% a 8,49%
Notas do tesouro nacional	Pré 4,89% a 7,44%	Pré 4,89% a 13,62%
Letras financeiras	–	IGPM + 6,07 % a.a.

6. Créditos das operações

6.1. Prêmios a receber de segurados

6.1.1. Prêmios a receber e provisão para risco de crédito por ramo

	31/12/2021			31/12/2020		
Ramo	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
Habitacional - prestamista	259.030	(658)	258.372	258.194	(495)	257.699
Habitacional fora do SFH	54.008	(51)	53.957	58.272	(53)	58.219
Habitacional - Demais coberturas	72.976	(171)	72.805	73.794	(121)	73.673
Riscos de engenharia	107	–	107	1.085	–	1.085
Automóvel	315.886	(2.401)	313.485	262.263	(810)	261.453
Responsabilidade civil - veículos	73.150	(525)	72.625	58.127	(155)	57.972
Outras coberturas - veículos	937	(18)	919	12.560	(17)	12.543
Compreensivo residencial	84.283	(8.434)	75.849	169.722	(8.910)	160.812
Compreensivo empresarial	90.756	(1.274)	89.482	19.476	(1.404)	18.072
Demais ramos	9.778	(1.286)	8.492	10.141	(1.411)	8.730
Total	**960.911**	**(14.818)**	**946.093**	**923.634**	**(13.376)**	**910.258**

6.1.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**910.258**	**1.002.296**
Prêmios emitidos	3.991.418	6.302.697
IOF	2.301	2.517
Adicional de fracionamento	54	214
Prêmios cancelados	(445.820)	(439.999)
Recebimentos	(3.518.228)	(5.754.509)
Prêmios de RVNE	8.202	(29.778)
Outras constituições/reversões	(650)	293
Baixa de cisão parcial	–	(169.065)
Saldo	**947.535**	**914.666**
Constituição/(reversão) de provisão para perda	(1.442)	(4.408)
Saldo total	**946.093**	**910.258**

6.1.3. Faixas de vencimento

	31/12/2021			31/12/2020		
Prêmios a vencer	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
De 1 a 60 dias	482.182	(2.488)	479.694	469.265	(1.310)	467.955
De 61 a 120 dias	58.888	(626)	58.262	70.979	(645)	70.334
De 121 a 180 dias	55.053	(590)	54.463	58.868	(541)	58.327
De 181 a 365 dias	143.693	(1.581)	142.112	123.680	(1.030)	122.650
Superior a 365 dias	191.273	(2.650)	188.623	142.104	(2.473)	139.631
Prêmios Vencidos						
De 1 a 60 dias	23.435	(496)	22.939	52.432	(1.071)	51.361
De 61 a 120 dias	434	(434)	–	701	(701)	–
De 121 a 180 dias	362	(362)	–	550	(550)	–
De 181 a 365 dias	1.171	(1.171)	–	1.640	(1.640)	–
Superior a 365 dias	4.420	(4.420)	–	3.415	(3.415)	–
Total	**960.911**	**(14.818)**	**946.093**	**923.634**	**(13.376)**	**910.258**

A Companhia opera com prêmio parcelado exclusivamente nos produtos de riscos diversos e automóvel, sendo que o prazo médio de parcelamento em 31 de dezembro de 2021 era 8 meses e 31 de dezembro de 2020 era de 8 meses.

6.2. Outros créditos operacionais

6.2.1. Apresentamos a seguir informações referentes a outros créditos operacionais:

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos a receber do FCVS *(i)*	1.346.094	1.289.354
Valores recuperáveis *(ii)*	(131.819)	(120.398)
Outros créditos	–	10
Total	**1.214.276**	**1.168.967**

(i) É composto por créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. As seguradoras sempre atuaram como prestadoras de serviço, realizando a operação relativa ao seguro público, mediante recebimento mensal de taxa de administração, sem, contudo, assumir qualquer risco e incorporar a integralidade dos prêmios ao seu patrimônio. Entretanto, passaram a figurar no polo passivo de demandas judiciais com fundamento na apólice pública, em que os segurados buscavam indenização pelos danos físicos ao imóvel ou morte e invalidez permanente, suportando todos os ônus do passivo judicial. Dessa forma, a Companhia realiza a defesa dos interesses do Fundo em juízo e, em razão dessas demandas judiciais, é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS, uma vez que a Lei nº 12.409/2011, com nova redação dada pela Lei nº 13.000/2014, bem como a Resolução CCFCVS nº 364/2014 atribuíram expressamente ao FCVS a responsabilidade pelos direitos e obrigações do SH/SFH e pela cobertura direta aos contratos de financiamento habitacional averbados na extinta apólice SH/SFH, além de atribuir à CAIXA, na qualidade de Administradora do Fundo, a competência para representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da execução dos processos judiciais.

(ii) Representa a provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS.

Considerando que parte dos valores que a Companhia busca o ressarcimento são glosados pelo fundo, por motivos como: (i) ausência de comprovação de vínculo; (ii) ausência de documentos relacionados ao processo, entre outros. A Companhia, após avaliar a natureza e motivo das glosas, avalia o ingresso de uma ação de cobrança, na esfera judicial, com objetivo de obter o ressarcimento daquilo que foi glosado e que, na sua avaliação, não tem substância ou argumento para tal. Diante deste cenário, a Companhia mensura uma provisão ao valor recuperável, por meio de metodologia específica, que é baseada em médias históricas da experiência da Companhia que considera: (i) percentual de glosa administrativa realizada diretamente pelo FCVS; e (ii) percentual de perda das ações judiciais de cobrança. Desta forma, a provisão corresponde a estimativa dos montantes que serão efetivamente glosados administrativamente, ponderado pelas recuperações das ações judiciais de cobrança.

6.2.2. Apresentamos a movimentação dos créditos a receber do FCVS:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**1.168.957**	**1.068.834**
Adições - Pagamentos realizados	88.645	149.014
Baixas - Por recebimentos	(31.905)	(45.399)
Recuperação ao valor recuperável	(11.421)	(3.492)
Saldo final	**1.214.276**	**1.168.957**

7. Operações de resseguradora

Apresentamos a seguir informações referentes às operações de resseguro:

	31/12/2021	31/12/2020
Sinistros pagos a recuperar	19.537	27.320
Provisão para risco de crédito	(13.087)	(12.489)
Operações com resseguradoras	**6.450**	**14.831**
Provisão de sinistros a liquidar	51.777	65.823
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	4.638	7.618
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	10.188	11.887
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	729	406
Provisão de despesas relacionadas	590	809
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	**67.922**	**86.543**
Total	**74.372**	**101.374**

8. Outros valores e bens

Apresentamos a seguir as informações referentes a bens a venda e outros valores:

8.1. Composição

	31/12/2021	31/12/2020
Bens a venda-salvados automóveis (8.2)	14.869	15.476
Direito a salvados - estimado (8.4)	1.813	2.106
Bens de direitos de uso (8.5)	111.907	–
Outros	2.468	1.497
Total	**131.057**	**19.079**

8.2. Movimentação de bens a venda - salvados

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**15.476**	**10.178**
Aviso de ressarcimento	39.077	28.167
Reabertura de ressarcimento	(1.346)	(978)
Cancelamento de ressarcimento	203	261
Recebimentos	(46.748)	(23.745)
Saldo final	**14.869**	**15.476**

8.3. Faixas de vencimento

	31/12/2021	31/12/2020
De 1 a 60 dias	2.417	3.439
De 61 a 120 dias	3.419	3.825
De 121 a 180 dias	2.174	1.765
De 181 a 365 dias	2.013	2.524
Superior a 365 dias	4.846	3.923
	14.869	**15.476**

8.4. Direitos e salvados estimados

	31/12/2021			
	Salvados		Ressarcimentos	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
No mês do pagamento	1.328	73,28%	29	73,22%
1 mês após o pagamento	298	16,44%	6	16,43%
2 meses após o pagamento	68	3,75%	1	3,75%
3 meses após o pagamento	29	1,59%	1	1,60%
4 meses após o pagamento	19	1,06%	0	1,07%
5 meses após o pagamento	18	1,00%	0	0,99%
6 meses após o pagamento	12	0,65%	0	0,66%
7 meses após o pagamento	9	0,52%	0	0,51%
8 meses após o pagamento	4	0,22%	0	0,28%
9 meses após o pagamento	6	0,31%	0	0,30%
10 meses após o pagamento	4	0,21%	0	0,20%
11 meses após o pagamento	5	0,28%	0	0,28%
De 12º ao 17º mês	10	0,58%	0	0,58%
De 18º ao 23º mês	2	0,12%	0	0,13%
De 24º ao 29º mês	–	0,00%	–	0,00%
Após 30º mês	–	0,00%	–	0,00%
	1.813	**100,00%**	**39**	**100,00%**
Circulante	1.813	–	39	–

Atualmente a expectativa está baseada no primeiro ano.

8.5. Ativo de direito de uso

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.6), descontado a valor presente:

		Movimentações			31/12/2021		
Direito de uso	Saldo em 01/01/2021	Novos contratos	Alterações/ cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imóveis	118.994	7.004	(3.288)	(16.882)	122.710	(16.882)	105.828
Máquinas e Equipamentos	10.037	1.005	–	(4.963)	11.041	(4.963)	6.079
Total	**129.030**	**8.009**	**(3.288)**	**(21.845)**	**133.751**	**(21.845)**	**111.907**

(*) Não são apresentados valores comparativos, haja visto que a adoção inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pelo CPC 06 (R2).

A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando uma taxa de 16,39% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

9. Títulos e créditos a receber

9.1. Títulos e créditos a receber

Os títulos e créditos a receber são representados substancialmente por Rateio de despesas compartilhadas. O saldo dessa rubrica, em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 146.378 (31 de dezembro de 2020 - R$ 89.656).

9.2. Créditos tributários e previdenciários

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

9.2.1. Composição dos créditos tributários e previdenciários

31/12/2021	Contribuição social		Imposto de renda		Outros tributos		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Longo Prazo	Total
A compensar	748	2.816	1.771	6.501	1.467	7.370	20.673
Adições temporárias	–	332.583	–	554.070	–	–	886.653
Tributos diferidos - TVM	–	31.376	–	52.294	–	–	83.670
Total	**748**	**366.775**	**1.771**	**612.865**	**1.467**	**7.370**	**990.996**

31/12/2020	Contribuição social		Imposto de renda		Outros tributos		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Longo Prazo	Total
A compensar	2.052	–	15.229	–	8.485	–	25.766
Adições temporárias	–	333.348	–	555.580	–	–	888.928
Tributos diferidos - TVM	–	(22.770)	–	(37.950)	–	–	(60.720)
Total	**2.052**	**310.578**	**15.229**	**517.630**	**8.485**	**–**	**853.974**

9.2.2. Expectativa da efetiva realização

	Diferenças Temporárias		Ajustes TVM		Total	
Ano de Realização	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2022	48.849	6%	–	0%	48.849	5%
2023	460.503	52%	31.790	38%	492.293	51%
2024	46.311	5%	6.779	8%	53.090	5%
2025	37.905	4%	45.035	54%	82.940	9%
2026	24.076	3%	–	0%	24.076	2%
A partir 2027	269.009	30%	66	0%	269.075	28%
Total	**886.653**	**100%**	**83.670**	**100%**	**970.323**	**100%**

9.2.3. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido

31/12/2021	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
Saldo inicial de créditos tributários	**310.578**	**517.630**	**828.208**
Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias			
Contingências tributárias	3.232	5.387	8.619
Contingências cíveis	(2.247)	(3.745)	(5.992)
Contingências trabalhistas	(166)	(277)	(443)
Provisão para risco de crédito	5.268	8.545	13.813
Provisão para participações nos lucros	(459)	(766)	(1.225)
Operações de arrendamento - CPC 06	570	949	1.519
Outras provisões	(6.963)	(11.604)	(18.567)
Tributos diferidos - TVM	54.147	90.244	144.391
Saldo atual dos créditos tributários	**363.959**	**606.364**	**970.323**
Efeito no resultado das constituições e realizações	765	1.510	2.275

9.3. Outros créditos

Os valores de outros créditos registrados no ativo circulante são representados substancialmente por saldos bancários bloqueados por decisão judicial. O saldo dessa rubrica, em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 64.828 (31 de dezembro de 2020 - R$ 69.482).

10. Provisões técnicas e custos de aquisições diferidos

Apresentamos a seguir informações referentes às provisões técnicas e custos de aquisição diferidos:

10.1. Abertura por ramo

31/12/2021 Ramos	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Total das Provisões Técnicas	Custos de aquisição diferidos
Habitacional prestamista	–	398.307	296.262	27.137	721.706	–
Habitacional demais coberturas	–	261.936	39.282	27.522	328.740	–
Habitacional fora do SFH	1	227.159	31.537	22.483	281.180	–
Créd. doméstico risco pessoa física	–	353	108	101	562	–
Crédito doméstico risco comercial	–	1.587	1.074	159	2.820	–
Automóvel	293.523	38.716	1.568	1.315	335.122	5.155
Responsabilidade civil - veículos	68.641	15.199	381	952	85.173	1.603
Compreensivo residencial	261.422	6.135	3.375	2.145	273.077	62.547
Compreensivo empresarial	108.537	21.205	3.042	694	133.478	12.967
Riscos de engenharia	7.274	3.217	386	64	10.941	991
Demais ramos	34.192	70.401	13.860	6.481	124.934	5.717
Total	**773.590**	**1.044.215**	**390.875**	**89.053**	**2.297.733**	**88.980**

31/12/2020 Ramos	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Total das Provisões Técnicas	Custos de aquisição diferidos
Habitacional prestamista	–	353.324	297.567	40.773	691.664	–
Habitacional demais coberturas	–	209.314	14.477	34.148	257.939	–
Habitacional fora do SFH	–	222.448	39.235	33.354	295.037	–
Créd. doméstico risco pessoa física	–	240	336	61	637	–
Crédito doméstico risco comercial	–	1.557	403	226	2.186	–
Automóvel	243.113	29.678	2.148	5.950	280.889	5.029
Responsabilidade civil - veículos	54.308	11.865	600	2.225	68.998	1.071
Compreensivo residencial	479.326	6.673	3.328	2.145	491.472	123.536
Compreensivo empresarial	44.070	22.929	3.350	2.623	72.972	10.889
Riscos de engenharia	15.661	3.423	317	385	19.786	1.669
Demais ramos	53.209	79.979	13.584	19.193	165.965	8.220
Total	**889.687**	**941.430**	**375.345**	**141.083**	**2.347.545**	**150.414**

10.2. Movimentação

	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Total das Provisões Técnicas	Custos de aquisição diferidos
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2021	**889.687**	**941.430**	**375.345**	**141.083**	**2.347.545**	**150.414**
Constituições	703.763	2.450	50.075	10.230	766.518	23.158
Diferimentos/reversões	(819.860)	(2.024)	(34.545)	(33.108)	(889.537)	(84.592)
Aviso de sinistros/despesas de sinistro	–	1.364.747	–	33.923	1.398.670	–
Pagamento de sinistros/benefícios/ despesas de sinistro	–	(1.423.348)	–	(26.302)	(1.449.650)	–
Ajuste de estimativa de sinistros/ despesas de sinistro	–	22.525	–	(36.773)	(14.248)	–
Atualização monetária e juros	–	138.435	–	–	138.435	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**773.590**	**1.044.215**	**390.875**	**89.053**	**2.297.733**	**88.980**

	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Total das Provisões Técnicas	Custos de aquisição diferidos
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2020	**4.773.221**	**1.268.202**	**899.101**	**158.686**	**7.099.210**	**1.647.964**
Constituições	724.073	–	–	10.297	734.370	98.802
Diferimento/reversões	(352.704)	(62.529)	(353.059)	–	(768.292)	–
Aviso de sinistros/despesas de sinistro	–	1.061.428	–	–	1.061.428	–
Pagamento de sinistros/ benefícios/despesas de sinistro	–	(1.149.040)	–	–	(1.149.040)	–
Ajuste de estimativa de sinistros/ despesas de sinistro	–	50.558	–	–	50.558	–
Atualização monetária e juros	–	64.046	–	–	64.046	–
Baixa de acervo cindido (i)	(4.254.903)	(291.235)	(170.697)	(27.900)	(4.744.735)	(1.596.352)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	**889.687**	**941.430**	**375.345**	**141.083**	**2.347.545**	**150.414**

(i) refere-se à baixa do acervo cindido relacionado as carteiras do Vida e Prestamista em 01/07/2020, conforme indicado na nota 1.1.

10.3. Garantia das provisões técnicas

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões técnicas	**2.297.733**	**2.347.545**
Total das exclusões	**588.744**	**567.229**
Provisões técnicas - Resseguro (PSL, IBNR,PDR)	57.005	74.251
Direito creditórios	465.424	398.496
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	47.052	79.869
Depósitos judiciais	19.264	14.613
Total a ser coberto	**1.708.989**	**1.780.316**
Total dos ativos garantidores:	**3.946.023**	**4.549.338**
Títulos da dívida pública	3.000.108	3.968.331
Letra Financeira	–	131.660
Quotas fundos de investimentos	945.915	449.347
Suficiência de cobertura	**2.237.034**	**2.769.022**

11. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

11.1. Sinistros brutos de resseguro

Conciliação	31/12/2021
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	1.044.215
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	**1.044.215**

a. **Sinistros administrativos**

Data de Aviso	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	–	–	402.487	482.102	557.219	597.385	685.811	758.995	735.574	1.456.581	–
1 ano depois	–	67.401	483.583	576.200	683.913	695.280	785.239	901.208	866.390	–	–
2 anos depois	5.801	79.449	492.429	585.174	699.725	710.989	791.978	908.799	–	–	–
3 anos depois	10.478	85.519	495.026	589.669	711.353	715.054	797.145	–	–	–	–
4 anos depois	12.789	86.863	496.161	591.612	714.165	720.815	–	–	–	–	–
5 anos depois	13.717	87.314	496.974	592.228	716.903	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	14.108	87.509	497.164	593.780	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	14.384	87.878	497.682	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	14.989	87.942	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	15.234	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	15.234	87.942	497.682	593.780	716.903	720.815	797.145	908.799	866.390	1.456.581	6.661.271
Pagamentos acumulados até a data-base	15.116	87.941	497.675	593.715	715.012	715.971	794.224	905.126	851.511	1.265.951	6.442.242
Passivo reconhecido no balanço	118	1	7	65	1.891	4.844	2.921	3.673	14.879	190.630	219.029
Passivo em relação a anos anteriores a 2012	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	448
PSL de Retrocessão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7.037
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(7.239)
Total do passivo incluso no balanço	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**219.276**

b. **Sinistros judiciais**

Data de Aviso	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	–	–	2.742	647	374	1.178	804	738	3.073	51.367	–
1 ano depois	–	616	4.084	2.488	2.697	3.456	3.037	27.302	86.468	–	–
2 anos depois	800	2.262	5.181	4.395	6.645	5.145	6.556	122.832	–	–	–
3 anos depois	1.937	3.948	8.926	6.727	11.003	9.581	85.878	–	–	–	–
4 anos depois	3.235	5.180	11.032	11.542	14.792	98.909	–	–	–	–	–
5 anos depois	4.489	7.193	11.852	14.726	114.603	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	6.293	7.732	14.737	70.528	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	7.029	9.371	58.598	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	9.187	49.575	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	55.811	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	55.811	49.575	58.598	70.528	114.603	98.909	85.878	122.832	86.468	51.367	794.569
Pagamentos acumulados até a data-base	9.983	10.977	16.277	17.228	20.018	12.734	10.219	31.122	4.389	1.317	134.264
Passivo reconhecido no balanço	45.828	38.598	42.321	53.300	94.586	86.175	75.659	91.710	82.079	50.050	660.305
Passivo em relação a anos anteriores a 2012	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	164.634
Total do passivo incluso no balanço	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**824.939**

11.2. Sinistros líquidos de resseguro

Valores em Reais mil	31/12/2021
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	996.537
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	**996.537**

continua

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

a. **Sinistros administrativos** *(i)*

Data de Aviso	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	–	–	402.474	481.990	556.985	597.376	682.770	755.109	726.064	1.448.043	–
1 ano depois	–	67.401	483.569	576.076	683.680	693.403	773.765	843.282	843.997	–	–
2 anos depois	5.746	79.408	492.415	585.050	699.073	708.450	778.290	832.521	–	–	–
3 anos depois	10.344	85.415	495.013	589.453	709.838	710.325	780.739	–	–	–	–
4 anos depois	12.655	86.758	496.148	591.169	712.283	711.547	–	–	–	–	–
5 anos depois	13.583	87.210	496.950	591.782	713.743	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	13.974	87.393	497.140	593.333	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	14.230	87.763	497.658	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	14.835	87.826	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	15.022	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	15.022	87.826	497.658	593.333	713.743	711.547	780.739	832.521	843.997	1.448.043	6.524.430
Pagamentos acumulados até a data-base	14.962	87.825	497.651	593.269	712.995	709.745	778.830	830.680	834.794	1.259.250	6.320.001
Passivo reconhecido no balanço	60	1	7	65	749	1.802	1.909	1.841	9.203	188.793	204.429
Passivo em relação a anos anteriores a 2012	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	334
PSL de Retrocessão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7.037
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(7.239)
Total do passivo incluso no balanço	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**204.561**

b. **Sinistros judiciais** *(i)*

Data de Aviso	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	–	–	2.485	645	364	1.172	804	738	3.073	50.643	–
1 ano depois	–	616	3.826	2.487	2.653	3.450	3.037	15.502	85.526	–	–
2 anos depois	799	2.262	4.923	4.394	6.600	5.139	6.339	100.866	–	–	–
3 anos depois	1.936	3.948	8.669	6.726	10.439	9.574	84.154	–	–	–	–
4 anos depois	3.233	5.180	9.867	10.740	14.228	92.162	–	–	–	–	–
5 anos depois	4.474	7.193	10.687	13.924	105.906	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	6.278	7.732	13.573	67.544	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	7.014	9.371	57.262	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	9.172	48.664	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	55.647	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	55.647	48.664	57.262	67.544	105.906	92.162	84.154	100.866	85.526	50.643	748.374
Pagamentos acumulados até a data base	9.969	10.977	15.112	16.426	19.454	12.728	9.835	11.019	3.785	1.030	110.335
Passivo reconhecido no balanço	45.678	37.686	42.150	51.117	86.452	79.434	74.319	89.847	81.741	49.613	638.039
Passivo em relação a anos anteriores a 2012	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	153.937
Total do passivo incluso no balanço	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**791.976**

Nota:

i. Os valores informados nos itens (a) e (b) não incluem despesas relacionadas com a regulação de sinistros administrativos ou judiciais, inclusive sucumbência.

12. Discriminação das provisões de sinistros judiciais

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	**753.785**	**794.984**
Total pago no período	(31.299)	(66.427)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período	44.538	53.779
Quantidade de ações pagas no período	**561**	**958**
Novas constituições no período	**128.598**	**121.068**
Novas constituições referentes a citações do exercício-base	103.863	17.287
Novas constituições referentes a citações do exercício N-1	20.010	42.762
Novas constituições referentes a citações do exercício N-2	530	30.367
Novas constituições referentes a citações do exercício N-3 e anteriores	4.195	30.652
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	**1.766**	**1.964**
Baixa da provisão por êxito	(7.520)	(18.791)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidade	(158.636)	(11.355)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	140.011	55.597
Baixa de acervo cindido (i)	–	(121.291)
Total de sinistros judiciais	**824.939**	**753.785**

(i) refere-se à baixa do acervo cindido relacionado às carteiras do Vida e Prestamista em 1/7/2020, conforme indicado na nota 1.1.

13. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

13.1. Obrigações a pagar

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	6.025	14.790
Dividendos	196.449	289.996
Honorários e remunerações a Pagar	47.870	51.649
Outras Obrigações a Pagar	3.839	3.528
Total	**254.183**	**359.963**

13.2. Impostos e contribuições

São representados substancialmente pelo IRPJ e pela CSLL. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 306.800 (31 de dezembro de 2020 - R$ 167.687).

13.3. Outras contas a pagar

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros operacional	21.043	38.665
Serviços de terceiros administrativo	135.123	172.423
Outras obrigações a pagar	6.698	4.979
Total	**162.864**	**216.067**

13.4. Tributos diferidos passivos

São representados substancialmente pela provisão dos tributos incidentes sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários, com a contrapartida contabilizada diretamente no patrimônio líquido. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 4 (31 de dezembro de 2020 - R$ 7.441).

14. Débitos diversos

14.1. Passivo de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	**163.898**	**(34.868)**	**129.030**
Apropriação de juros transcorridos	–	8.560	8.560
Constituições/reavaliações de contratos	8.391	(1.208)	7.183
Pagamentos	(26.980)	–	(26.980)
Outras/Baixas	(1.815)	179	(1.636)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**143.494**	**(27.337)**	**116.157**
Circulante	**26.107**	**(7.291)**	**18.816**
Não circulante	**117.387**	**(20.046)**	**97.341**

(*) Não são apresentados valores comparativos, haja visto que a adoção inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pelo CPC 06 (R2).

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 6,01% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

15. Depósitos de terceiros

A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Prêmios antecipados	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos	Total	Prêmios antecipados	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos	Total
De 1 a 30 dias	889	56	33.756	34.701	1.744	7.715	10.952	20.411
De 31 a 60 dias	1.159	7	6.499	7.665	–	2.219	8.762	10.981
De 61 a 120 dias	3	49	10.141	10.193	–	1.327	699	2.026
De 121 a 180 dias	–	94	578	672	–	13.383	18.862	32.245
De 181 a 365 dias	–	1.872	73	1.945	–	36.299	6.265	42.564
Acima de 365 dias	236	72.962	38.306	111.504	–	20.807	11.772	32.579
Total	**2.287**	**75.040**	**89.353**	**166.680**	**1.744**	**81.750**	**57.312**	**140.806**

16. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões judiciais	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ações judiciais cíveis	55.781	53.422	625.342	608.821
Ações judiciais trabalhistas	17.923	16.714	21.760	22.868
Ações judiciais fiscais	857	–	–	–
Obrigações legais - fiscal	1.360.910	1.310.457	2.411.593	2.372.204
Outras Obrigações	–	–	796	915
Total	**1.435.471**	**1.380.593**	**3.059.491**	**3.004.808**

Os depósitos judiciais de causas cíveis correspondem substancialmente a depósitos para cobertura de sinistros que estão em discussão judicial, contabilizados na conta de Sinistros a Liquidar. O valor contabilizado para os sinistros judiciais em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 824.939 (31 de dezembro de 2020 - R$ 753.785).

Cíveis

As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente, a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente, de: (i) doenças pré-existentes; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) danos físicos ao imóvel por vício de construção e; (iv) falta de pagamento/devolução de prêmio.

Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida em 7.370 (2020 - 7.525) ações judiciais relacionadas ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH. O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. Em razão dessas demandas judiciais, a Companhia é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS. Desta forma, considerando os processos em que a Companhia é requerida judicialmente, sem uma perspectiva efetiva de ser totalmente ressarcida pelo FCVS, a Administração entendeu ser adequado efetuar uma provisão para contingenciar parte dos valores que estão em discussão. A provisão é composta pela expectativa de desembolso futuro, líquida dos valores que a Companhia espera ser reembolsada administrativamente pelo fundo, e por fim, desse saldo desembolsado e não ressarcido, aplica-se um percentual estimado de perda das ações judiciais de cobrança. O montante provisionado corresponde a melhor estimativa do saldo líquido que será efetivamente desembolsado, mas que devem ter seu reembolso definitivamente glosado tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. A provisão constituída em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 422.534 (31 de dezembro de 2020 - R$ 391.032).

Trabalhistas

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

Fiscais

A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/RJ - Axa Seguros). Período de 02/1999 a 12/2014. Valor provisionado R$ 1.051.124 (R$ 1.029.576 em 31 de dezembro de 2020);

(ii) Aumento da alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. A probabilidade de perda é provável. Em decorrência do histórico das decisões em negar provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário em razão do julgamento desfavorável da ADI nº 4101 e, não tendo mais matéria para agravar, o grupo optou por desistir do processo da Caixa Seguradora em outubro de 2021. Período discutido a partir de 01/2009. Valor provisionado R$ 1.360.310 (R$ 1.342.469 em 31 de dezembro de 2020).

Além dos saldos acima, a Companhia tem ações no polo ativo, que em caso de êxito da causa, os valores recolhidos poderão ser revertidos para a Companhia, que poderá ter o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/RJ - Axa Seguros). Período de 02/1999 a 07/2007 - R$ 203.719 (R$ 203.719 em 31 de dezembro de 2020);

(ii) PIS e COFINS - Lei 12.973/14: não incidência de PIS/COFINS sobre receita do ativo garantidor a partir de 2015. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento de recurso - R$ 148.517 (R$ 142.208 em 31 de dezembro de 2020);

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é Provável. Os autos encontram-se aguardando julgamento e aplicação da decisão do STF no processo. Período de 09/2015 a 12/2018 - R$ 385.514 (R$ 385.514 em 31 de dezembro de 2020);

(iv) Mandado de Segurança - Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é Possível. Antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito." O processo encontra-se parado aguardando a modulação do STF - R$ 4.123. (R$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

16.1. Segregação em função da probabilidade de perda

	Remota	Possível	Provável	31/12/2021 Total
Cíveis	197.410	107.124	625.342	929.876
Trabalhistas	287	20.032	21.760	42.079
Natureza fiscal - Obrigações legais	–	1.051.283	1.360.310	2.411.593
Natureza fiscal - Contingências	–	27.844	–	27.844
Outras Obrigações	–	–	796	796
	197.697	**1.206.283**	**2.008.208**	**3.412.188**

	Remota	Possível	Provável	31/12/2020 Total
Cíveis	236.532	89.560	608.821	934.913
Trabalhistas	395	11.402	22.868	34.665
Natureza fiscal - Obrigações legais	–	1.029.735	1.342.469	2.372.204
Natureza fiscal - Contingências	–	27.617	–	27.617
Outras Obrigações	–	–	915	915
	236.927	**1.158.314**	**1.975.073**	**3.370.314**

16.2. Movimentação das ações judiciais

	Saldo 31/12/2020	Reversões	Baixas	Adições/atualizações monetárias	Saldo 31/12/2021
Ações judiciais cíveis	608.821	(59.699)	(2.192)	78.412	625.342
Ações judiciais trabalhistas	22.868	(2.440)	(2.987)	4.319	21.760
Provisões judiciais fiscais	–	–	–	–	–
Obrigações legais - fiscais	2.372.204	(919)	–	40.308	2.411.593
Outras Obrigações	915	(392)	–	273	796
Total	**3.004.808**	**(63.450)**	**(5.179)**	**123.312**	**3.059.491**

17. Débitos de operações com seguros e resseguros

17.1. Prêmios a restituir

Refere-se substancialmente às parcelas de prêmios de seguros cancelados que estão pendentes de restituição. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 412.222 (31 de dezembro de 2020 - R$ 407.936).

17.2. Outros débitos operacionais

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Comercialização	21.726	34.029
Arrendamento balcão	–	4.091
Outros débitos	29.490	46.801
Total	**51.216**	**84.921**

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 8.465.054 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

18.2. Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

18.3. Reservas de lucros

a. **Reserva legal** - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital, sendo constituída no final de cada exercício. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 102.409 (31 de dezembro de 2020 - R$ 61.052).

b. **Reserva de retenção de lucros** - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio, a cada final de exercício. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro 2021 era de R$ 1.283.906 (31 de dezembro de 2020 - R$ 1.404.951).

18.4. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do período	827.151	1.221.035
(–) Reserva Legal	(41.357)	(61.052)
Base de cálculo de dividendos	**785.794**	**1.159.983**
Dividendo mínimo - 25%	196.448	289.996
Juros sobre o capital próprio bruto	96.000	–
IR retido de juros sobre o capital próprio pagos	(14.400)	–
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	81.600	–
Dividendos propostos	114.849	289.996
Dividendos e juros sobre o capital próprio líquido de IR	**196.449**	**289.996**

19. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

	31/12/2021
Patrimônio líquido	**2.342.159**
(+) Ajustes contábeis	**(1.049.690)**
Despesas antecipadas	(12.418)
Créditos tributários de dif. Temporárias que excederem 15% do CMR	(869.534)
Ativos Intangíveis	(137.275)
Obras de arte	(221)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(30.242)
(–) PLA Nível 3 - (C)	**100.790**
PLA Nível 1 - (A)	**1.191.680**
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
(+) Valor do ajuste = menor (60% do item 2.4.17, Limite def. item 2.4.19) (*)	206.866
PLA Nível 2 - (B)	**206.866**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	100.790
PLA Nível 3 - (C)	**100.790**
PLA Nível 2 - (B) + PLA Nível 3 - 50% do CMR	0
PLA Nível 3 - 15% do CMR	0
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 - (D)	**0**
Patrimônio líquido ajustado (A) + (B) + (C) + (D)	**1.499.336**
Capital base e capital adicional	
Capital base	**15.000**
Capital de risco de crédito	177.466
Capital de risco de subscrição	520.589
Capital de risco de mercado	83.996
Capital de risco de operação	15.223
Benefício da correção entre risco	(125.342)
Capital mínimo requerido (CMR) - (E)	**671.932**
Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)	**827.404**
% Suficiência - (PLA Total (A) + (B) + (C) - (E) / (E))	**123%**

(*) Ajuste refere-se ao acréscimo do superávit entre as provisões constituídas que são passíveis de gerar PCC - líquidas dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados à PPNG e dos ativos de resseguro ou retrocessão relacionados àquelas provisões - e o fluxo realista de entradas e saídas decorrentes de prêmios/contribuições registradas - considerando as operações de resseguro ou de retrocessão relacionadas, líquido dos efeitos tributários e limitado ao efeito no capital mínimo requerido da parcela de risco de subscrição.

20. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (Controladora direta), CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora indireta), CNP Assurances (Controladora indireta), CNP Assurances Brasil Holding Ltda. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), a sua controladora direta ou indireta é controladora ou acionista das demais empresas identificadas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

A Companhia atua de forma integrada com as empresas de controle comum da sua Controladora e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela Administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.

Os saldos decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)
Disponibilidades:								
Caixa Econômica Federal	1.015	–	–	–	2.746	–	–	–
Dividendos								
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	–	(114.849)	–	–	–	(289.996)	–	–
Juros sobre capital próprio								
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	–	(81.600)	–	–	–	–	–	–
Contribuições para plano de previdência privada								
Caixa Vida e Previdência S.A.	–	–	–	(14.250)	–	–	–	(14.877)
Contribuições para plano de odonto								
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	–	–	–	(1.020)	–	–	–	(2.118)
Prestação de serviços e reembolsos: (i)								
Caixa Vida e Previdência S.A.	67.679	(1.257)	123.167	–	14.219	–	80.316	–
Caixa Capitalização S.A.	3.716	(63)	29.447	–	3.391	(131)	31.165	–
Caixa Consórcios S.A.	5.133	–	32.826	–	4.201	–	35.943	–
Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.	–	(324)	–	–	–	(196)	–	–
CNP Assurances Brasil Holding Ltda.	1.624	–	–	–	132	–	–	–
Caixa Econômica Federal	–	(10.616)	–	(144.142)	–	(17.057)	–	(400.737)
Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.	–	–	1.665	–	–	–	–	–
CNP Seguros Holding Brasil S.A.	–	–	–	–	–	–	32	–
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	–	–	–	–	–	–	184	–
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (ii)	–	(300)	–	(138.650)	–	(7.106)	–	(468.562)
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	79	–	(1)	–	96	–	–	–
Companhia de Seguros Previdência do Sul	915	(139)	1.659	–	–	(20)	–	–
XS5 Administradora de Consórcios S.A.	902	–	1.277	–	–	–	–	–
Fundos de Investimento Exclusivos	–	–	17	(112)	–	–	17	(558)
Títulos de capitalização (iii)								
Caixa Capitalização S.A.	1.082	(63)	82	(1.049)	1.816	(131)	922	(7.085)
Operações de seguros								
Caixa Vida e Previdência S.A.	–	–	23	–	–	–	27	–
Caixa Capitalização S.A.	–	–	9	–	–	–	13	–
Caixa Consórcios S.A.	–	–	3.219	(8)	–	–	15.062	(15)
Caixa Econômica Federal (iv)	105	(12.213)	6.200	(3.130)	105	(9.850)	630	(574)
Seguradora Líder - DPVAT	954	–	1.203	–	1.861	–	410	(1.279)
Youse Seguradora S.A.	–	–	1	–	–	–	–	–
Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.	–	–	7	–	–	–	8	–
CNP Seguros Holding Brasil S.A.	–	–	1	–	–	–	1	–
Companhia de Seguros Previdência do Sul	919	(146)	30	(1.662)	5.568	(15.397)	27.084	(10.021)
XS2 Vida e Previdência S.A.	–	–	18	–	–	–	–	–
XS5 Admin. Consórcio S.A	–	–	4	–	–	–	–	–
Remuneração do pessoal-chave da administração								
Remuneração e benefícios de curto prazo	–	–	–	(4.777)	–	–	–	(5.597)

(i) Compreendem as receitas e despesas relativas ao apoio administrativo prestado às ligadas, além da remuneração à Caixa Econômica Federal, decorrente do uso do balcão na comercialização dos produtos;

(ii) Despesas referentes ao comissionamento e incentivos às vendas;

(iii) Referem-se aos produtos acoplados adquiridos junto à Caixa Capitalização S.A.;

(iv) Refere-se a contratos ativos de seguros contratados, sendo os valores apresentado os prêmios e sinistros dessas apólices.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

21. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

	31/12/2021	31/12/2020
a) Sinistros ocorridos		
Indenizações avisadas	(1.409.429)	(1.148.580)
Despesas com sinistros	11.948	(58.994)
Serviços de assistência	(25.441)	(62.381)
Recuperação de sinistros	23.378	38.608
Salvados e ressarcimentos	85.569	22.831
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(15.238)	(120.378)
Total	**(1.329.213)**	**(1.328.894)**
b) Custos de aquisição		
Comissões de corretagem sobre vendas	(159.271)	(360.247)
Remuneração CAIXA	(137.469)	(523.916)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(36.339)	78.205
Outras despesas de comercialização	(17.248)	(38.538)
Total	**(350.327)**	**(844.496)**
c) Outras receitas/despesas operacionais		
Outras receitas com operações de seguros	(2.920)	(15.208)
Consórcio DPVAT	1.203	344
Tarifa de cobrança e uso de balcão	(8.662)	(25.103)
Despesas com administração de apólices ou contratos	–	(15.032)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	6.661	(43.471)
Despesas com provisões cíveis	14.981	(17.988)
Títulos de capitalização	(1.049)	(7.222)
Custos processuais	(35.532)	(36.399)
Serviços com manuseio de documentos	(3.490)	(9.252)
Central de relacionamento	(5.560)	(9.545)
Serviços técnicos e vistorias	(3.152)	(13.386)
Publicidade e propaganda - produto	(7.639)	(12.788)
Despesas sobre faturamento	(13.289)	(24.944)
Serviços de terceiros	(14.315)	(18.470)
Outras despesas operacionais	(3.728)	(14.007)
Total	**(76.491)**	**(262.471)**
d) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(101.830)	(128.361)
Serviços de terceiros	(34.885)	(190.377)
Localização	(29.123)	(90.038)
Publicidade e propaganda	(35.687)	(27.433)
Direito de uso - arrendamento	(22.493)	–
Outras despesas administrativas	(7.775)	(1.286)
Total	**(231.793)**	**(437.495)**

continua

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

e) Despesas com tributos	31/12/2021	31/12/2020
IPTU e ISS	(1.064)	(1.294)
PIS/COFINS	(104.303)	(190.363)
Taxa de fiscalização	(4.376)	(4.335)
Tributos federais	(1.293)	(8)
Outras despesas com tributos	(49)	(531)
Total	**(111.085)**	**(196.531)**
f) Receitas/despesas financeiras		
Resultado com títulos de renda variável	(10.315)	(36.189)
Resultado com títulos de renda fixa	242.280	507.140
Resultado com fundos de investimentos	54.615	86.606
Receitas financeiras com operações de seguros	3.256	3.812
Despesas financeiras com operações de seguros	(142.372)	(60.937)
Juros e atualizações - contingências tributárias	(22.343)	(24.151)
Outras receitas e despesas financeiras	7.994	(45.066)
Total	**133.115**	**431.215**
g) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		
Redução ao valor recuperável *(i)*	(11.421)	(3.492)
Outras despesas não correntes *(i)*	(31.502)	(66.535)
Outras despesas	(7.343)	(41.972)
Total	**(50.266)**	**(111.999)**

(i) Os valores de "Redução ao valor recuperável" e "Outras despesas não correntes" são relacionados a atividade do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, vide nota 6.2.

23. Imposto de renda e contribuição social

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2021		31/12/2020	
Descrição	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**
Resultado antes dos tributos e após participações	1.347.106	1.347.106	2.042.447	2.042.447
(–) Juros sobre o capital próprio	(96.000)	(96.000)	–	–
Base de cálculo	**1.251.106**	**1.251.106**	**2.042.447**	**2.042.447**
Taxa nominal do tributo	20,00%	25,00%	15,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**(250.221)**	**(312.777)**	**(306.367)**	**(510.612)**
Ajustes do lucro real	(15.454)	(14.329)	266.050	266.050
Benefícios incentivados	(10.108)	(10.108)	–	–
Ajustes temporários diferidos	3.827	6.041	(249.569)	(249.569)
Ajuste de exercício anterior	19.761	(5.866)	–	–
Diferencial de alíquota até junho/2021	(169.715)	–	–	–
Total dos ajustes a base de cálculo	**(171.689)**	**(24.262)**	**16.481**	**16.481**
Tributos sobre os ajustes	**34.338**	**6.066**	**(2.472)**	**(4.120)**
Incentivos fiscais		2.639		2.159
Despesa contabilizada	**(215.883)**	**(304.072)**	**(308.839)**	**(512.573)**
Taxa efetiva	**17,26%**	**24,30%**	**15,12%**	**25,10%**

24. Plano de previdência patrocinado

A Companhia é co-patrocinadora de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*). O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do plano, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, aplicados sobre o salário-base do empregado. Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 14.250 (31 de dezembro de 2020 - 14.877).

24. Abertura de prêmio por ramo, índice de sinistralidade e comissionamento

Demonstramos a seguir os principais ramos de atuação da Companhia, além do índice de sinistralidade e de comercialização:

	31/12/2021			31/12/2020		
Ramos	**Prêmio ganho**	**Índice de sinistralidade*(i)***	**Índice de comissionamento**	**Prêmio ganho**	**Índice de sinistralidade*(i)***	**Índice de comissionamento**
Vida em grupo	–	0,00%	0,00%	1.388.934	19,59%	27,87%
Vida individual	7.981	43,37%	39,70%	7.346	15,19%	32,98%
Habitacional prestamista	1.869.029	53,65%	8,38%	1.751.700	33,51%	8,63%
Habitacional demais apólices	582.014	5,53%	8,69%	564.154	17,37%	8,64%
Habitacional fora do SFH	210.624	8,68%	0,82%	275.018	17,42%	0,74%
Riscos de engenharia	12.413	28,17%	9,62%	14.576	14,14%	9,94%
Acidentes pessoais	582	134,07%	0,00%	37.687	12,00%	33,37%
Automóvel	259.733	64,37%	12,65%	306.473	56,16%	12,68%
Compreensivo residencial	326.515	16,14%	24,76%	342.871	22,02%	44,63%
Compreensivo empresarial	104.816	31,46%	19,69%	142.930	34,63%	25,75%
Demais ramos	75.433	20,32%	3,11%	19.740	96,37%	52,74%
Total	**3.449.140**	**38,54%**	**10,16%**	**4.851.429**	**27,39%**	**17,41%**

(i) - Índice de sinistralidade obtido através da divisão dos Sinistros Ocorridos pelos Prêmios Ganhos.

25. Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 321/15, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa líder do Grupo.

26. Outras informações

a. Informações complementares - Investigação Canal Seguro.

Em 26/11/2020, foi deflagrada uma nova fase da operação Descarte (13a) – Canal Seguro pela Polícia Federal ("Operação Canal Seguro"), que investiga um esquema pelo qual haveria a simulação e/ou superfaturamento de prestação de serviços para a Caixa Seguradora S.A., dentre outras empresas não pertencentes ao seu Grupo CNP Seguros Holding Brasil S.A.

É importante ressaltar que dentre as empresas do Grupo, somente a Caixa Seguradora S.A. foi mencionada nas peças do Inquérito Penal, instaurado para investigar os fatos relatados na Operação Canal Seguro.

Diante desse contexto, a Administração da CNP Seguros Holding Brasil S.A., determinou a constituição de um Comitê de Investigação e tomou várias medidas para lidar com a situação, como: criação de um Comitê de Crise; afastamento temporário das atividades dos profissionais que poderiam estar envolvidos no alegado esquema; contratação de empresas especializadas para assessoramento nesse processo, tendo sendo iniciado o processo de investigação interna conduzido pelo Comitê de Investigação constituído por auditor externo independente, escritório de advocacia especializado e um consultor independente.

Em 14/02/2022, o Relatório de Investigação, resultado da investigação conduzida pela Companhia, foi concluído e apresentado ao Presidente do Conselho de Administração, sem qualquer apontamento de violação de lei, bem como não foram identificados e apontados atos ou condutas ilícitas cometidas pela Companhia ou seus administradores anteriores ou atuais. Nesse contexto, frente à ausência de apontamento de violação de lei ou prática de atos ilícitos pela CNP Seguros Holding Brasil S.A. e/ou seus administradores, os trabalhos de investigação foram dados como concluídos e encerrados.

Conselho de Administração

Xavier Larnaudie-Eiffel
Presidente

Pedro Duarte Guimarães

Asma Zidani Ep Baccar

Eduardo Fabiano Alves da Silva

Camila de Freitas Aichinger

Diretoria Executiva

Asma Zidani EP Baccar
Diretora Presidente

Paulo Otavio Silva Camara
Diretor de Operações Centralizadas

Eduardo Fabiano Alves da Silva
Diretor Financeiro

Conselho Fiscal

José Marcolino Lincoln
Membro do Conselho Fiscal

Sergio Ruffoni Guedes
Membro do Conselho Fiscal

Gryecos Attom Valente Loureiro
Membro do Conselho Fiscal

Contador

Marco Antonio Barbosa Pires
Contador - CRC DF 014151/O-6

Atuário

Andrés Marco Botalla
Atuário MIBA nº 3663

Parecer do Conselho Fiscal

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório com ênfase emitido pela KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Seguradora S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Seguradora S.A.
Brasília - DF

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Caixa Seguradora S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Caixa Seguradora S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Caixa Seguradora S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Caixa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A.
04711-904
São Paulo - SP - Brasil

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Anexo I - Caixa Seguradora S.A. *(Em milhares de Reais)*

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	**31/12/2021**
Total de provisões técnicas auditadas	2.297.733
Total de ativos de resseguro	67.922
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	6.428
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2021**
Provisões Técnicas auditadas (a)	2.297.733
Valores redutores auditados (b)	588.744
Total a ser coberto (a-b)	**1.708.989**
3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	**31/12/2021**
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	671.932
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**671.932**
4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2021**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.499.336
Ajustes Econômicos do PLA	206.866
Exigência de Capital (CMR) (b)	671.932
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**827.404**
Ativos Garantidores (d)	3.946.023
Total a ser Coberto (e)	1.708.989
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	**2.237.034**
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	**31/12/2021**
0112	50
1601	1.100
0141, 0173, 0195, 0234, 0351, 0433, 0435, 0524, 0544, 0621, 0622, 0644, 0746, 0969, 0980, 1101, 1102, 1103, 1104, 1108, 1109, 1162, 1163, 1164, 1417, 1597	1.450
0310	2.500
0116, 0520, 0991, 1381, 1384, 1387, 1390, 1391	3.000
0745	4.500
0114, 0118, 0167, 0171, 0531, 0542, 0553, 0654, 0740, 0819, 0870, 0929, 0981, 0982, 0984, 0986, 0987, 0993, 1065, 1068, 1198, 1377, 1433, 1535	5.750
1061	7.900
0775, 0776	8.550
0748, 0860	10.000
0111	11.000
0196	15.000
0977	20.000

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Seguradora S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Caixa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção a nota 2.16, às demonstrações financeiras, que indica que as informações comparativas no exercício findo de 31 de dezembro de 2020 foram reapresentadas em função da compensação de certos ativos e passivos fiscais correntes e diferidos, além da reclassificação entre circulante e não circulante da provisão de sinistros a liquidar judicial. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - créditos do SFH

Principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativo ao seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, conforme detalhado na nota explicativa nº 6.2. A Companhia vem realizando, ao longo dos últimos anos, desembolsos relativos a processos judiciais associados à apólice pública do SFH. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da condenação nos processos judiciais. A mensuração da redução ao valor recuperável dos referidos créditos está baseada em premissas e metodologia que levam em conta a expectativa de perda com base na experiência de perdas históricas nestes processos. Consideramos a avaliação das premissas e metodologia adotadas pela administração para a mensuração da provisão para perdas sobre os créditos a receber do FCVS, como principal assunto de auditoria, em função da magnitude dos valores envolvidos e do julgamento envolvido na determinação do saldo da referida provisão.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos relacionados à identificação e registro dos créditos a receber do FCVS relativo ao seguro habitacional do SFH, bem como o processo de mensuração da respectiva redução ao valor recuperável; (ii) avaliação da razoabilidade da metodologia e das premissas utilizadas pela administração na mensuração da redução ao valor recuperável dos créditos a receber do FCVS, tais como índice histórico de glosa e de recuperabilidade das ações de cobrança; (iii) recálculo da referida provisão com base no método e premissas adotadas pela Administração; (iv) inspeção, com base em amostragem, dos documentos suportes das transações que originaram os créditos a receber, incluindo a avaliação da precisão dos dados utilizados para cálculo da redução ao valor recuperável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Provisões técnicas de seguros (PSL, PDR e IBNR) e teste de adequação de passivos

Principal assunto de auditoria

A Seguradora mantém provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 conforme notas explicativas nº 2.9 e 10. Para mensurar o teste de adequação de passivos e certas provisões técnicas de - seguros, tais como provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de despesas relacionadas (PDR), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), a Seguradora utiliza técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem a expectativa de sinistralidade e taxas de desconto. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e de determinadas provisões técnicas como um principal assunto de auditoria dada a subjetividade e julgamento envolvidos na determinação dos métodos e premissas chave relacionadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo: (i) entendimento do processo de mensuração, revisão e aprovação dos cálculos relativos a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de despesas relacionadas (PDR) e teste de adequação dos passivos. (ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram: (vi) na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistralidade e taxas de desconto utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR e PDR) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia; (vii) na determinação, com base em amostragem, de estimativa independente das provisões técnicas (IBNR e PDR), incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas; (viii) na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; (iv) testes de integridade e precisão das bases de dados que contém as informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, por meio do confronto com as bases analíticas suportes aos registros contábeis; bem como, testes de precisão dos sinistros avisados e pagos por meio do confronto com as respectivas documentações suportes incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota explicativa 2.16, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo nessa data, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. (Em processo de alteração para CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.)
CNPJ: 01.599.296/0001-71

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. ("Companhia") (em fase de alteração da razão social para CNP Capitalização S.A.), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

O lucro líquido da Companhia atingiu R$ 107,5 milhões, propiciando assim uma expressiva rentabilidade sobre patrimônio líquido médio de 32,1%. A receita com arrecadação de títulos de capitalização em 2021 foi de R$ 1.139,3 milhões, ficando 17,3% inferior ao valor registrado em 2020 de R$ 1.377,8 milhões. Já o resultado financeiro de 2021 de R$ 156,8 milhões, superou o resultado alcançado em 2020 em 15,7%.

Os ativos financeiros da Companhia ao final do exercício de 2021 totalizaram R$ 3.220,7 milhões, indicando um decréscimo de 10,9% em relação ao valor alcançado em 2020, que foi de R$ 3.614,9 milhões, sendo que essa variação teve um forte impacto da redução de reserva latente de instrumentos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda. As provisões técnicas totalizaram R$ 3.036,0 milhões, o que representa um decréscimo de 3,6% em relação ao saldo de 2020. O patrimônio líquido da Companhia no final do exercício de 2021 atingiu o patamar de R$ 244,8 milhões.

Continuamos com resultados sólidos, apesar de todos os desafios impostos pela Covid-19. A empresa terminou o ano com 1,3 milhão de clientes ativos. Destes, 7,7 mil foram contemplados no último ano e receberam um total de R$ 26,4 milhões em prêmios.

Distribuição de Dividendos

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados - a títulos de dividendos - a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no exercício. Diante da atual capacidade financeira, os títulos classificados na categoria "até o vencimento", conforme Circular SUSEP nº 648/21, serão mantidos até o vencimento.

Considerações Finais e Agradecimentos

A CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas - representados pela CNP Seguros Participações Securitárias Ltda. (nova denominação social de Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.) e Icatu Seguros S.A. - do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo Financeiro, do Conselho Fiscal e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir uma relação ética e duradoura com nossos clientes.

Brasília, 21 de fevereiro de 2022.

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		844.673	1.081.115
Disponível		561	1.417
Caixa e bancos		561	1.417
Aplicações	5	820.570	1.054.026
Títulos e créditos a receber	6	18.698	17.213
Títulos e créditos a receber	6.1	17.598	9.274
Créditos tributários e previdenciários	6.2	943	7.827
Outros créditos		157	112
Outros valores e bens		208	211
Outros valores		208	211
Despesas antecipadas		108	132
Custos de aquisições diferidos		4.528	8.116
Capitalização		4.528	8.116
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.824.440	2.893.655
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.822.443	2.890.948
Aplicações	5	2.400.166	2.560.902
Títulos e créditos a receber		397.041	294.545
Créditos tributários e previdenciários	6.2	92.053	–
Depósitos judiciais e fiscais	11	304.988	294.545
Outros valores e bens	7	4.690	–
Custos de aquisição diferidos		20.546	35.501
Capitalização		20.546	35.501
Investimentos		4	4
Outros Investimentos		4	4
Imobilizado		13	74
Bens móveis		13	74
Intangível		1.980	2.629
Outros intangíveis		1.980	2.629
TOTAL DO ATIVO		3.669.113	3.974.770

PASSIVO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		3.136.567	3.237.991
Contas a pagar		88.441	76.451
Obrigações a pagar	8.1	31.252	32.241
Impostos e encargos sociais a recolher		1.064	1.307
Encargos trabalhistas		474	481
Impostos e contribuições	8.2	52.541	38.729
Outras contas a pagar	8.3	3.110	3.693
Débitos de operações com capitalização		10.836	11.652
Débitos operacionais		10.836	11.652
Depósitos de terceiros	10	748	892
Provisões técnicas - capitalização	12	3.035.968	3.148.996
Provisão para resgates		2.982.345	3.096.824
Provisão para sorteio		37.481	38.849
Provisão administrativa		16.142	13.323
Outros débitos		574	–
Débitos diversos	9	574	–
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		287.706	312.689
Contas a pagar	8	–	31.346
Tributos diferidos	8.4	–	31.346
Outros débitos		287.706	281.343
Provisões judiciais	11	283.440	281.343
Débitos diversos	9	4.266	–
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	244.840	424.090
Capital social	13.1	210.000	210.000
Reservas de lucros	13.2	116.775	114.673
Ajuste de avaliação patrimonial		(81.935)	99.417
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.669.113	3.974.770

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida com títulos de capitalização		128.418	231.071
Arrecadação com títulos de capitalização		1.139.345	1.377.770
Variação da provisão para resgate		(1.010.927)	(1.146.699)
Variação das provisões técnicas		(2.819)	501
Resultado com sorteio		(34.660)	(48.151)
Custos de aquisição	16.a	(49.839)	(96.225)
Outras receitas e despesas operacionais	16.b	41.582	26.282
Outras receitas operacionais		56.122	43.482
Outras despesas operacionais		(14.540)	(17.200)
Despesas administrativas	16.c	(44.069)	(49.552)
Pessoal próprio		(17.662)	(21.188)
Serviços de terceiros		(10.876)	(11.375)
Localização e funcionamento		(7.159)	(8.278)
Publicidade e propaganda		(7.945)	(7.865)
Publicações		(102)	(68)
Donativos e contribuições		(183)	(192)
Despesas administrativas diversas		(142)	(586)
Despesas com tributos	16.d	(8.470)	(12.083)
Resultado financeiro	16.e	156.826	135.545
Receitas financeiras		267.848	249.267
Despesas financeiras		(111.022)	(113.722)
Resultado operacional		186.969	187.388
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(40)	–
Resultado antes dos impostos e participações		186.929	187.388
Imposto de renda	17	(47.532)	(46.056)
Contribuição social	17	(31.481)	(28.284)
Participações sobre o resultado	18	(408)	(946)
Lucro líquido do exercício		107.508	112.102
Quantidade de ações		8.000	8.000
Lucro líquido por ação em R$		13.438,57	14.012,78

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	107.508	112.102
Outros resultados abrangentes	(181.352)	1.216
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(302.253)	2.027
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	120.901	(811)
Total dos resultados abrangentes para o exercício	(73.844)	113.318
Quantidade de ações	8.000	8.000
Lucro líquido por ação em R$	(9.230,43)	14.164,79

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	210.000	155.251	98.201	–	463.452
Dividendos complementares: AGOE de 27.04.2020	–	(126.056)	–	–	(126.056)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	–	–	1.216	–	1.216
Lucro líquido do exercício	–	–	–	112.102	112.102
Proposta de destinação do Resultado					
Reserva legal	–	5.605	–	(5.605)	–
Reserva de lucros	–	79.873	–	(79.873)	–
Dividendos (R$ 3.328,03 por ação)	–	–	–	(26.624)	(26.624)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	210.000	114.673	99.417	–	424.090
Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2021	–	(79.873)	–	–	(79.873)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	–	–	(181.352)	–	(181.352)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	107.508	107.508
Proposta de destinação do Resultado					
Reserva legal	–	5.375	–	(5.375)	–
Reserva de lucros	–	76.600	–	(76.600)	–
Dividendos (R$ 3.191,66 por ação)	–	–	–	(25.533)	(25.533)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	210.000	116.775	(81.935)	–	244.840

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	107.509	112.102
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	1.361	683
Variação de juros em passivos de arrendamento IFRS 16	355	–
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	40	–
Ajuste de prescrição e penalidades de títulos	(55.588)	(19.141)
Custos de Aquisição Diferidos	18.543	16.746
Variação de Provisões Técnicas - Seguros, Resseguros e Capitalização	2.819	(501)
Variação nas contas patrimoniais:		–
Ativos financeiros	212.839	(202.501)
Créditos fiscais e previdenciários	6.883	4.376
Ativo fiscal diferido	(92.053)	35.144
Depósitos judiciais e fiscais	(10.442)	(17.267)
Despesas antecipadas	23	(67)
Outros ativos	(8.373)	(1.559)
Impostos e contribuições	42.017	28.813
Outras contas a pagar	(481)	(172)
Débitos de operações com capitalização	(815)	(2.941)
Depósitos de terceiros	(143)	(2.308)
Provisões técnicas - capitalização	(60.259)	293.459
Provisões judiciais	2.097	12.073
Outros passivos	(362)	(146)
Caixa gerado pelas operações	165.970	256.793
Juros recebidos	361	685
Imposto sobre o lucro pagos	(59.794)	(94.825)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	106.537	162.653
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamento pela compra:	(5)	(2)
Intangível	(5)	(2)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(5)	(2)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Distribuição de dividendos	(106.497)	(168.075)
Outros	(891)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(107.388)	(168.075)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(856)	(5.424)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.417	6.841
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	561	1.417

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Caixa Capitalização S.A. (Em processo de alteração para CNP Capitalização S.A.), sediada na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, doravante referida também como "Companhia", tem como controladora direta a CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances e tem por objeto social atuar no segmento de capitalização. A Companhia iniciou suas operações em julho de 1997 e mantém atualmente a comercialização dos seguintes produtos:

- Pagamento mensal: Cap Vencedor
- Pagamento único: Acoplados

A partir de 01/08/2021 a Companhia deixou de comercializar os produtos de capitalização na rede de distribuição da Caixa ("Balcão CAIXA"), em função da reestruturação da rede de distribuição da CAIXA. A Companhia auferirá receita até o fim da vigência dos contratos já firmados. Além disso, continuará comercializando os produtos em outros canais de venda.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP 648, de 12 de novembro de 2021, que entrou em vigor em 3 de janeiro de 2022) incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP".

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real (R$) a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3 Caixa e bancos

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4 Ativos Financeiros

2.4.1 Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são valorados pelo valor investido acrescido dos rendimentos incorridos até a data base do balanço. Os títulos da categoria valor justo por meio do resultado, antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício (títulos classificados como "valor justo por meio do resultado") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponível para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pela Companhia para o administrador do fundo, nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.

2.4.2 Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

b. Dívida privada emitida por empresas ou por instituições financeiras: debêntures, certificado de depósitos bancários, cédula de certificado bancário e letras financeiras, com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor.

c. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos; ou

d. Instrumentos financeiros derivativos: reconhecidos inicialmente pelo valor justo com os custos de transação incorridos no resultado do período, sendo classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.5 *Impairment*

2.5.1 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

a. Ativos registrados ao custo amortizado

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

b. Ativos classificados como disponível para venda

No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.

Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

2.5.2 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6 Adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2)

A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2021, utilizando a abordagem retrospectiva modificada com a simplificação permitida pela norma, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2021. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2020 não serão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.

As notas explicativas nº 7 e nº 9.1 apresentam as novas informações e abertura dos saldos conforme exigência da norma.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17.

Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

A norma foi referendada pela SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, gerando impactos no balanço da Companhia a partir de 4/1/2021.

2.7 Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída por um percentual aplicado sobre os valores recebidos dos subscritores, sendo atualizada mensalmente, nas datas de aniversário dos respectivos títulos, pela Taxa Referencial (TR), definida na Lei 8177/1991, e capitalizada de acordo com a taxa de juros da PMC. Esses parâmetros estão definidos nas notas técnicas e nas condições gerais de cada produto.

A Provisão para Resgate (PR) contempla as transferências da PMC e é subdividida em: i) Provisão de Resgates Antecipados: títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador de resgate; e ii) Provisão de Resgates Vencidos: títulos vencidos. Na impossibilidade de efetuar os pagamentos dos saldos em resgate, os valores serão prescritos no prazo máximo de 6 (seis) anos a serem contados a partir da data de fim de vigência do título. A provisão é atualizada mensalmente pela TR, conforme parâmetros definidos nas notas técnicas e condições gerais de cada produto.

A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e considera um percentual definido em Nota Técnica para cada plano. Nos planos do tipo Pagamento Único essa provisão é calculada pelo método de "risco" com remuneração mensal pela TR e taxa de juros da PSR estabelecidas nas notas técnicas e condições gerais de cada produto.

A Provisão de Sorteios a Pagar (PSP) é constituída para todos os títulos já sorteados e ainda não pagos. O fato gerador da PSP é a realização do sorteio e os valores são atualizados monetariamente pela TR desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento.

A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas, através de comparação da projeção do valor presente esperado das despesas administrativas futuras e com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao carregamento dos pagamentos futuros dos títulos, sendo a parcela de carregamento líquida das despesas de comercialização e todas as projeções efetuadas considerando um cenário de *run-off*.

2.7.1 Características dos Produtos

O quadro a seguir apresenta as modalidades, taxas de carregamento e taxa de juros dos produtos comercializados pela Companhia em 31/12/2021:

Produto	Modalidade	Taxas de carregamento	Taxas de juros
CAP Ganhador PM72	PM	1ª a 3ª 88,2905% 4ª a 17ª 28,2905% 18ª a 72ª 0,4687%	0,35%
CAP Vencedor	PM	1ª a 3ª 88,2905% 4ª a 17ª 28,2905% 18ª a 72ª 0,4687%	0,35%
CAP Ganhador PU48	PU	12,1916%	0,35%
CAP Aluguel 15 meses 95	PU	9,80917%	0,35%
CAP Aluguel 12 meses 95	PU	10,50231%	0,50%
SuperXCap (versão 2019)	PM	1ª 85,6415% 2ª 86,4184% 3ª 85,4159% 4ª a 5ª 26,4184% A partir da 6ª Parcelas múltiplas de 3: 0,0583% Demais: 1,0608%	0,35%
Acoplados	Acoplados	Entre 11,1693% e 33,3185%	0,16%

2.8 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados pelo vencimento e são baseados nos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.9 Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos, são aqueles pagos pelas vendas realizadas no balcão dos Correios e da CEF (comissão de balcão e indicador), e que possuem uma relação direta e incremental com a emissão dos títulos de capitalização, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais custos de aquisição que não possuam essa relação direta e incremental são registrados como despesa, conforme incorridos. Para os custos diferidos, a amortização é realizada segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de vigência do título e seu prazo médio de diferimento em 2021 foi de 68 meses (31 de dezembro de 2020 - 67 meses).

2.10 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.11 Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática e veículos - 20% a.a.

O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização. A taxa de amortização utilizada pela companhia é de 20% a.a.

2.12 Apuração do resultado

As receitas decorrentes da venda de títulos de capitalização e os respectivos custos apropriados por meio da constituição de provisões técnicas são registrados no resultado da Companhia quando do efetivo recebimento.

Em relação aos títulos de pagamento único (PU), conforme previsto no inciso II, parágrafo 3º, art. 8º do anexo I à Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP 648), a partir de 1º de janeiro de 2022), a Companhia mantém o reconhecimento de suas correspondentes receitas de forma integral no mês de sua emissão.

continua

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. (Em processo de alteração para CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.)
CNPJ: 01.599.296/0001-71

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até 11 de novembro de 2003 e de 5 anos após esta data.

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado até o mês de junho de 2021 e em decorrência da Medida Provisória 1.034/2021, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSLL das pessoas jurídicas de Capitalização para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social referente ao lucro ajustado desse período foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.183, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2021 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

2.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*. A administração aguarda aprovação do órgão regulador para implementação da referida norma.

2.15 Reapresentação de saldos comparativos

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentados, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de compensação de ativos e passivos correntes e tributos diferidos, conforme CPC 32.

Os impactos dessas reclassificações no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2020	Reclassificação	Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2020
CIRCULANTE	**1.105.778**	**(24.663)**	**1.081.115**
Créditos tributários e previdenciários	32.490	(24.663)	7.827
Outros	1.073.288	–	1.073.288
NÃO CIRCULANTE	**2.928.587**	**(34.932)**	**2.893.655**
Créditos tributários e previdenciários	34.932	(34.932)	–
Outros	2.893.655	–	2.893.655
TOTAL DO ATIVO	**4.034.365**	**(59.595)**	**3.974.770**
CIRCULANTE	**3.262.655**	**(24.663)**	**3.237.992**
Impostos e contribuições	63.392	(24.663)	38.729
Outros	3.199.263	–	3.199.263
NÃO CIRCULANTE	**347.620**	**(34.932)**	**312.688**
Tributos diferidos	66.278	(34.932)	31.346
Outros	281.342	–	281.342
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**424.090**	**–**	**424.090**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.034.365**	**(59.595)**	**3.974.770**

3. Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Nota 2.7 e 12 - Provisões técnicas;

Nota 5 - Instrumentos financeiros; e

Nota 11 - Provisões judiciais

4. Gestão de risco

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 521, de 24/11/2015 e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros Holding foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As responsabilidades da Diretoria de Riscos - DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency II e Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da companhia.

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os Comitês *d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1 Risco de liquidez

Possibilidades de a Companhia não conseguir ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

4.1.1 Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política Políticas de Gestão de Ativos e Passivos (ALM), Política de Investimentos, juntamente com a Declaração de Apetite ao Risco tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

A política de liquidez, para atendimento regulamentar, está em desenvolvimento e será concluída no 1º semestre de 2022.

Corporativamente, é estabelecido na Declaração de Apetite ao Risco, o limite mínimo de 25% em relação ao total de recursos disponíveis de curto prazo e aqueles direcionados para cobertura de reserva.

Os monitoramentos demonstram que a Companhia está acima do percentual estabelecido.

	31/12/2021			
	Até 1 ano	Mais de 1 ano Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	191.471	210.618	86.484	488.573
Ativos financeiros disponíveis para a venda	331.997	2.400.166	–	2.732.163
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	17.755	–	–	17.755
Total dos ativos financeiros	**541.223**	**2.610.784**	**86.484**	**3.238.491**
Passivos financeiros - capitalização	1.167.220	1.868.748	–	3.035.968
Passivos financeiros	100.599	4.267	–	104.866
Total dos passivos financeiros	**1.267.819**	**1.873.015**	**–**	**3.140.834**

(*) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa.

(**) O fluxo dos passivos considerou a projeção de sorteios, de despesas administrativas, resgates concedidos a pagar e das provisões matemáticas.

4.2 Risco de mercado

4.2.1 Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras, ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia destacam-se: risco de taxa de juros, risco de derivativo e o risco de liquidez.

4.2.2 Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value at Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 7.582 (31 de dezembro de 2020 - R$ 5.597).

Esse valor representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

4.2.3 Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os Fundos e Carteiras dos Clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos Fundos, conforme regras preestabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de risco de cada Fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à Área de Controle de Risco da Companhia:

- Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
- Acompanhar diariamente os limites de cada Fundo, se certificando do seu enquadramento;
- Informar aos Gestores, os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos;
- Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
- Informar mensalmente o *VaR* dos ativos à SUSEP.

4.3 Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (os *ratings* são obtidos com base nas agências avaliadoras de riscos que são *Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's*). Atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*.:

	31/12/2021			31/12/2020		
Composição dos ativos	BB-	Sem *Rating*	Total	BB-	Sem *Rating*	Total
Valor justo por meio do resultado	**486.959**	**1.614**	**488.573**	**236.071**	**91.403**	**327.474**
Fundos de investimento	–	1.664	1.664	–	91.428	91.428
Letras financeiras do tesouro	297.102	–	297.102	89.635	–	89.635
Notas do tesouro nacional	–	–	–	2.757	–	2.757
Operações compromissadas (*)	189.857	–	189.857	143.679	–	143.679
Outros	–	(50)	(50)	–	(25)	(25)
Disponíveis para venda	**2.732.163**	**–**	**2.732.163**	**3.193.108**	**–**	**3.193.108**
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	29.048	–	29.048
Letras do tesouro nacional	2.164.255	–	2.164.255	2.369.832	–	2.369.832
Notas do tesouro nacional	567.908	–	567.908	794.228	–	794.228
Mantidos até o vencimento	**–**	**–**	**–**	**94.384**	**–**	**94.384**
Notas do tesouro nacional	–	–	–	94.384	–	94.384
Títulos e créditos a receber	**–**	**17.598**	**17.598**	**–**	**6.481**	**6.481**
Exposição máxima ao risco de crédito	**3.219.122**	**19.212**	**3.238.334**	**3.523.563**	**97.884**	**3.621.447**

(*) O lastro total é em título público federal.

5. Instrumentos financeiros

5.1 Resumo da classificação das aplicações

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão apresentados em outros valores.

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021				
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos	Percentual
Valor justo por meio do resultado									
Fundos de investimento não exclusivo	1.664	1.664	91.428	91.428	1.664	–	–	–	0,05%
Letras financeiras do tesouro	297.102	297.401	89.636	90.680	–	–	210.618	86.484	9,22%
Notas do tesouro nacional	–	–	2.756	2.759	–	–	–	–	0,00%
Operações compromissadas	189.857	189.857	143.679	143.679	–	189.857	–	–	5,89%
Outros valores	(50)	(50)	(25)	(25)	(50)	–	–	–	0,00%
Total	**488.573**	**488.872**	**327.474**	**328.521**	**1.614**	**189.857**	**210.618**	**86.484**	**15,17%**
Disponível para venda									
Letras financeiras do tesouro	–	–	29.048	29.052	–	–	–	–	0,00%
Letras do tesouro nacional	2.164.255	2.281.475	2.369.832	2.246.709	–	331.997	1.832.258	–	67,20%
Notas do tesouro nacional	567.908	587.246	794.228	751.652	–	–	567.908	–	17,63%
Total	**2.732.163**	**2.868.721**	**3.193.108**	**3.027.413**	**–**	**331.997**	**2.400.166**	**–**	**84,83%**
Mantidos até o vencimento									
Notas do tesouro nacional	–	–	94.384	94.346	–	–	–	–	0,00%
Total	**–**	**–**	**94.384**	**94.346**	**–**	**–**	**–**	**–**	**0,00%**

O saldo do balanço patrimonial é composto da seguinte forma: "Valor justo por meio do resultado" e "Disponível para venda" pelo "valor a mercado" e "Mantidos até o vencimento" pelo "Valor do Custo atualizado".

5.2 Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2021
Saldo inicial	**3.614.928**
Aplicações	3.183.686
Resgates	(3.542.526)
Rendimentos	266.901
Ajuste ao valor justo	(302.253)
Saldo final	**3.220.736**

5.3 Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	31/12/2021			31/12/2020		
Valor justo por meio do resultado	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Letras do tesouro nacional	2.164.255	–	2.164.255	2.369.832	–	2.369.832
Notas do tesouro nacional	567.908	–	567.908	794.228	–	794.228
Total	**2.732.163**	**–**	**2.732.163**	**3.193.108**	**–**	**3.193.108**
Disponível para venda	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos de investimento	1.664	–	1.664	91.428	–	91.428
Letras financeiras do tesouro	297.102	–	297.102	89.637	–	89.637
Operações compromissadas	–	189.857	189.857	–	143.679	143.679
Outros	(50)	–	(50)	2.731	–	2.731
Total	**298.716**	**189.857**	**488.573**	**183.795**	**143.679**	**327.474**
Mantidos até o vencimento						
Notas do tesouro nacional	–	–	–	94.384	–	94.384
Total	**–**	**–**	**–**	**94.384**	**–**	**94.384**

5.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de utilização de instrumentos derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente. As operações objetivam a compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros.

A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pela área de monitoramento do risco financeiro, subordinada à Diretoria de Riscos, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos associados às aplicações financeiras.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme quadros a seguir:

			Vencimento em 31/12/2021		
	31/12/2021	31/12/2020	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
DI - Compromissos/Venda					
Valor de referência	–	346	–	–	–
Valor justo	–	346	–	–	–
Resultado acumulado	(20)	36	(33)	50	(37)

5.5 Análise de sensibilidade

5.5.1 Carteira de ativos

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: mantidos até o vencimento, disponível para venda e valor justo por meio do resultado.

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras e o choque de 1 ponto base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice Bovespa; curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	*Value-at-Risk*	DV-1
Fundos	22	
LFT	11	(10.182)
Curva de juros Pré	7.550	(28.819)
Total	**7.582**	**(39.001)**

5.6 Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia dos títulos possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	31/12/2021	31/12/2020
Letras do tesouro nacional	Pré 5,34% a 8,74%	Pré 2,38% a 8,74%
Notas do tesouro nacional	Pré 6,77% a 8,76%	Pré 6,77% a 13,75%
Notas do tesouro nacional	–	IPCA + 0,28% a 1,31% a.a

6. Títulos e créditos a receber

6.1 Títulos e créditos a receber

A composição dos títulos e créditos a receber é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos a receber - Seguradora	63	131
Créditos a receber - Diversos	16.702	8.172
Outros títulos e créditos a receber	833	971
Total	**17.598**	**9.274**

6.2 Créditos tributários e previdenciários

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

6.2.1 Composição dos créditos tributários e previdenciários

	31/12/2021						
	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	Outros Tributos	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
A compensar	–	–	–	5.381	943	–	6.324
Adições temporárias	–	12.318	–	19.731	–	–	32.049
Tributos diferidos - TVM	–	20.484	–	34.140	–	–	54.624
Total dos créditos tributários	**–**	**32.802**	**–**	**59.252**	**943**	**–**	**92.997**

	31/12/2020						
	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	Outros Tributos	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
A compensar	–	–	6.742	–	1.085	–	7.827
Total dos créditos tributários	**–**	**–**	**6.742**	**–**	**1.085**	**–**	**7.827**

continua

CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. (Em processo de alteração para CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.)
CNPJ: 01.599.296/0001-71

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

6.2.2 Expectativa de efetiva realização dos créditos tributários

	31/12/2021					
	Diferenças Temporárias		Ajustes TVM		Total	
Ano de Realização	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2022	5.251	16,38%	–	0,00%	5.251	6,06%
2023	25.764	80,39%	1.508	2,76%	27.272	31,47%
2024	252	0,79%	37.568	68,78%	37.820	43,64%
2025	249	0,78%	13.551	24,81%	13.800	15,92%
2026	255	0,80%	1.997	3,66%	2.252	2,60%
A partir 2027	278	0,87%	–	0,00%	278	0,32%
Total	**32.049**	**100,00%**	**54.624**	**100,00%**	**86.673**	**100,00%**

6.2.3 Movimentação do ativo e passivo diferido

	31/12/2021		
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
Saldo inicial de Créditos Tributários	(11.755)	(19.591)	(31.346)
Contingências cíveis	(12)	(20)	(32)
Contingências trabalhistas	(2)	(3)	(5)
Provisão para risco de crédito	(73)	(921)	(994)
Provisão para participações nos lucros	(46)	(76)	(122)
Operações de arrendamento - CPC 06	23	38	61
Outras provisões	(671)	(1.119)	(1.790)
Tributos diferidos - TVM	45.338	75.563	120.901
Saldo Atual dos Créditos Tributários	**32.802**	**53.871**	**86.673**
Efeito no resultado das constituições e realizações	781	2.101	2.882

7. Outros valores e bens - Ativo de direito de uso

Refere se ao imóvel onde está situada a sede para a condução dos negócios da Companhia. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.6), descontado a valor presente:

	Movimentações		31/12/2021		
Direito de uso	Saldo em 01/01/2021	Despesa de depreciação do período	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Imóveis	5.377	(686)	5.377	(686)	4.690
Total	**5.377**	**(686)**	**5.377**	**(686)**	**4.690**

A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando uma taxa de 12,77% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

8. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

8.1 Obrigações a pagar

A composição de obrigações a pagar, é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	204	195
Dividendos	25.533	26.624
Honorários e remunerações a pagar	519	970
Ressarcimento de custos a pagar	3.716	3.391
Outras obrigações a pagar	1.280	1.061
Total	**31.252**	**32.241**

8.2 Impostos e contribuições

A composição de impostos e contribuições, é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL a recolher	52.312	38.183
PIS e COFINS a recolher	229	546
Total	**52.541**	**38.729**

(i) os saldos de 31/12/2020 dos créditos tributários e previdenciários do grupo do ativo e impostos e contribuições do grupo do passivo foram reapresentados, em função da compensação entre as antecipações de tributos com as obrigações a pagar de mesma natureza, tal como preconiza o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

8.3 Tributos diferidos

Não apresentou saldo em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 - R$ 31.346).

9. Débitos diversos

9.1 Passivo de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	6.979	(1.602)	5.378
Apropriação de juros transcorridos	–	355	355
Pagamentos	(893)	–	(893)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.086	(1.246)	4.840
Circulante	**891**	**(317)**	**574**
Não circulante	**5.197**	**(932)**	**4.266**

(*) Não são apresentados valores comparativos, haja visto que a adoção inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pela IFRS 16/ CPC 06 (R2).

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 7,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

10. Depósitos de terceiros

A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Depósito de terceiros	Outros depósitos	Total	Depósito de terceiros	Outros depósitos	Total
De 1 a 30 dias	256	–	256	17	142	159
De 31 a 60 dias	2	–	2	11	72	83
De 61 a 120 dias	6	–	6	33	–	33
De 121 a 180 dias	10	–	10	3	2	5
De 181 a 365 dias	39	–	39	22	51	73
Acima de 365 dias	112	323	435	479	60	539
Total	**425**	**323**	**748**	**565**	**327**	**892**

11. Depósitos judiciais e fiscais, passivos contingentes e obrigações fiscais

A composição em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais		Contingências passivas	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ações judiciais cíveis	12	10	1.589	1.668
Ações judiciais trabalhistas	196	157	450	460
Ações judiciais fiscais	1.898	1.898	–	–
Obrigações legais - fiscal	302.882	292.480	280.994	278.788
Outras Obrigações	–	–	407	427
Total	**304.988**	**294.545**	**283.440**	**281.343**

As contingências cíveis referem-se, basicamente, a: (i) questões relativas a sorteios e; (ii) questões relativas ao valor de resgates e devoluções.

Fiscais -A companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - axa seguros). Período de 02/1999 a 12/2014. Valor provisionado R$ 63.734.

(ii) Aumento da alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. A probabilidade de perda é provável. No entanto, em 2021 tivemos uma decisão que negou provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário da Capitalização em razão do julgamento desfavorável da ADI nº 4101 e, com isso, não tendo mais como recorrer, optamos por desistir do processo. Período discutido a partir de 01/2009. Valor provisionado R$ 182.439;

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável e o processo encontra-se aguardando julgamento de Embargos de Declaração. Período de 09/2015 a 12/2018- R$ 34.812.

Além dos saldos acima, a Companhia tem ações no polo ativo, que em caso de êxito da causa os valores recolhidos poderão ser revertidos para a Companhia, que poderá ter o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - Axa seguros). Período de 02/1999 a 07/2007 - R$ 30.710;

(ii) Mandado de Segurança -Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. Ação distribuída - antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito." O processo encontra-se parado aguardando a modulação do STF. R$ 1.188.

11.1 Segregação em função da probabilidade de perda

	31/12/2021			
	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	635	674	1.589	2.898
Trabalhistas	–	1.281	450	1.731
Natureza fiscal - Obrigações legais	–	63.743	217.251	280.994
Natureza fiscal - Contingências	–	1.912	–	1.912
Outras Obrigações	–	–	407	406
	635	**67.610**	**219.290**	**287.535**

	31/12/2020			
	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	1.039	1.541	1.668	4.248
Trabalhistas	–	1.536	460	1.996
Natureza fiscal - Obrigações legais	–	98.547	180.241	278.788
Natureza fiscal - Contingências	–	1.912	–	1.912
Outras Obrigações	–	–	427	427
	1.039	**103.536**	**182.796**	**287.371**

11.2 Movimentação das contingências

	Saldo 31/12/2020	Reversões	Baixas	Adições/ atualizações monetárias e juros	Saldo 31/12/2021
Contingências cíveis	**1.668**	(4)	(662)	587	**1.589**
Contingências trabalhistas	**460**	–	(62)	52	**450**
Obrigações legais - fiscal	**278.788**	–	–	2.206	**280.994**
Outras Obrigações	**427**	(43)	–	23	**407**
Total	**281.343**	**(47)**	**(724)**	**2.868**	**283.440**

12. Provisões técnicas

12.1 Abertura e movimentação das provisões técnicas

	Provisão Matemática para Capitalização	Provisão para Resgates	Total das Provisões para Resgates	Provisão para Sorteios a Realizar	Provisão para Sorteios a Pagar	Total das Provisões para Sorteios	Demais Provisões	Total
Saldos em 31/12/2020	2.690.243	406.581	3.096.824	30.766	8.083	38.849	13.323	3.148.996
Constituição de provisão	1.014.492	–	**1.014.492**	33.502	35.876	**69.378**	150.276	**1.234.146**
Cancelamento de títulos ou reversão de provisão	(4.269)	(2.513)	**(6.782)**	(35.123)	–	**(35.123)**	(147.457)	**(189.362)**
Encargos financeiros sobre provisões	108.795	388	**109.183**	924	123	**1.047**	–	**110.230**
Solicitações de resgates antecipados	(588.202)	588.202	–	–	–	–	–	–
Prescrição de títulos	–	(30.518)	**(30.518)**	–	(125)	**(125)**	–	**(30.643)**
Vencimento de títulos	(830.362)	830.362	–	–	–	–	–	–
Reativação de títulos	3.170	(3.161)	**9**	–	–	–	–	**9**
Revenda de títulos	–	(49.140)	**(49.140)**	–	–	–	–	**(49.140)**
Pagamentos efetuados	–	(1.129.802)	**(1.129.802)**	–	(36.545)	**(36.545)**	–	**(1.166.347)**
Outras movimentações de provisões	–	(21.921)	**(21.921)**	–	–	–	–	**(21.921)**
Saldos em 31/12/2021	**2.393.867**	**588.478**	**2.982.345**	**30.069**	**7.412**	**37.481**	**16.142**	**3.035.968**

	Provisão Matemática para Capitalização	Provisão para Resgates	Total das Provisões para Resgates	Provisão para Sorteios a Realizar	Provisão para Sorteios a Pagar	Total das Provisões para Sorteios	Demais Provisões	Total
Saldos em 31/12/2019	2.477.955	343.377	2.821.332	36.177	3.847	40.024	13.824	2.875.180
Constituição de provisão	1.152.671	–	**1.152.671**	40.914	54.335	**95.249**	163.633	**1.411.553**
Cancelamento de títulos ou reversão de provisão	(7.421)	(1.934)	**(9.355)**	(47.516)	–	**(47.516)**	(164.134)	**(221.005)**
Encargos financeiros sobre provisões	107.721	111	**107.832**	1.191	(114)	**1.077**	–	**108.909**
Solicitações de resgates antecipados	(470.192)	470.192	–	–	–	–	–	–
Prescrição de títulos	–	(23.620)	**(23.620)**	–	(135)	**(135)**	–	**(23.755)**
Vencimento de títulos	(573.691)	573.691	–	–	–	–	–	–
Reativação de títulos	3.200	(3.190)	**10**	–	–	–	–	**10**
Revenda de títulos	–	(132.011)	**(132.011)**	–	–	–	–	**(132.011)**
Pagamentos efetuados	–	(804.072)	**(804.072)**	–	(49.850)	**(49.850)**	–	**(853.922)**
Outras movimentações de provisões	–	(15.963)	**(15.963)**	–	–	–	–	**(15.963)**
Saldos em 31/12/2020	**2.690.243**	**406.581**	**3.096.824**	**30.766**	**8.083**	**38.849**	**13.323**	**3.148.996**

12.2 Garantia das provisões técnicas

A composição da garantia das provisões técnicas em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões técnicas	**3.035.968**	**3.148.996**
Total a ser coberto	**3.035.968**	**3.148.996**
Total dos ativos garantidores:	**3.219.072**	**3.613.426**
Títulos da dívida pública	2.732.163	3.287.454
Quotas de outros fundos financeiros *(i)*	486.909	325.972
Suficiência de cobertura	**183.105**	**464.430**

(i) Para a cobertura de reserva técnica é utilizado um único fundo, o Nogueira, pois somente ele é exclusivo e pode ser oferecido para a cobertura das reservas.

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 8.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

13.2 Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

13.3 Reservas de lucros

a. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 40.175 (31 de dezembro de 2020 - R$ 34.800).

b. Reserva de retenção de lucros - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo mínimo e a reserva legal. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 76.600 (31 de dezembro de 2020 - 79.873).

13.4 Dividendos

Aos acionistas, é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	107.508	112.102
(–) Reserva Legal	(5.375)	(5.605)
Base de cálculo de dividendos	**102.133**	**106.497**
Dividendo mínimo - 25%	25.533	26.624
Total provisionado de dividendos propostos	**25.533**	**26.624**

14. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio líquido ajustado - PLA igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre o Capital base e o Capital de risco - CR.

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

	31/12/2021
Patrimônio líquido	**244.840**
(+) Ajustes contábeis	**(104.696)**
Despesas antecipadas	(108)
Créditos tributários de dif. temporárias que excederem 15% do CMR	(77.529)
Ativos Intangíveis	(1.980)
Obras de arte	(4)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(25.075)
(–) PLA Nível 3 - (C)	9.143
PLA Nível 1 - (A)	**131.001**
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
(+) Valor do ajuste = menor (60% do item 2.6.14, Limite def. item 2.6.16) (*)	22.129
PLA Nível 2 - (B)	**22.129**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	9.143
PLA Nível 3 - (C)	**9.143**
PLA Nível 2 - (B) + PLA Nível 3 - 50% do CMR	795
PLA Nível 3 - 15% do CMR	–
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 - (D)	**(795)**
Patrimônio líquido ajustado (A) + (B) + (C) + (D)	**161.478**
Capital base e capital adicional	
Capital base	**10.800**
Capital de risco de crédito	9.018
Capital de risco de subscrição	34.649
Capital de risco de mercado	32.517
Capital de risco de operação	2.973
Benefício da correção entre risco	(18.204)
Capital mínimo requerido (CMR) - (E)	**60.953**
Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)	**100.523**
% Suficiência - (PLA Total (A) + (B) + (C) / (E))	**165%**

(*) Acréscimo do *superávit* entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista das sociedades de capitalização, líquido dos efeitos tributários e limitado ao efeito no capital mínimo requerido da parcela de risco de subscrição.

15. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (Controladora direta), CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora indireta), CNP Assurances (Controladora da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), as demais empresas identificadas são Controladas e Coligadas de sua Controladora direta ou indireta, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

Os saldos relativos às operações realizadas com partes relacionadas podem ser demonstrados como segue:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)
Disponibilidades:								
Caixa Econômica Federal	445	–	–	–	1.136	–	–	–
Dividendos								
Icatu Seguros S.A.	–	(12.511)	–	–	–	(13.046)	–	–
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	–	(13.022)	–	–	–	(13.578)	–	–
Contribuições para plano de previdência privada								
Caixa Vida e Previdência S.A.	–	–	–	(269)	–	–	–	(438)
Contribuições para plano de odonto								
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	–	–	–	(20)	–	–	–	–
Prestação de serviços e reembolsos:								
Caixa Seguradora S.A. *(i)*	63	(3.716)	–	(29.447)	131	(3.391)	–	(31.165)
Caixa Econômica Federal *(ii)*	–	–	–	(5.550)	–	(606)	–	–
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. *(iii)*	–	–	–	(528)	–	(195)	–	(6.461)
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	1	–	–	–	–	–	–	–
Fundos de investimento Exclusivos	–	–	–	(186)	–	–	–	–
Títulos de capitalização								
Caixa Seguradora S.A.	62	(1.082)	1.049	(82)	131	(1.816)	7.085	(922)
Caixa Vida e Previdência S.A.	506	(8.649)	8.863	(805)	809	(13.118)	7.230	(582)
Companhia de Seguros Previdência do Sul	46	(617)	557	(248)	161	(1.120)	1.081	(508)
XS2 Vida e Previdência S.A.	265	(4.621)	4.596	(162)	–	–	–	–
Operações de seguros								
Caixa Seguradora S.A.	–	–	–	(9)	–	–	–	(13)
Remuneração do pessoal-chave da administração								
Remuneração e benefícios de curto prazo	–	–	–	(1.446)	–	–	–	(1.409)

(i) Compreendem as despesas relativas ao apoio administrativo dos membros do conselho da administração e diretoria executiva;

(ii) Despesas comerciais, que abrangem a remuneração decorrente do uso do balcão, e a prestação de serviços pela CAIXA de cobrança e administração de ativos;

(iii) Despesas referentes ao comissionamento e incentivos às vendas;

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

continua →

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. (Em processo de alteração para CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.)
CNPJ: 01.599.296/0001-71

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

16. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

O quadro a seguir traz o detalhamento das contas de resultado:

	31/12/2021	31/12/2020
a) Custos de aquisição		
Despesas de corretagem	(236)	(765)
Despesas de custeamento	(49.603)	(95.460)
Total	**(49.839)**	**(96.225)**
b) Outras receitas e despesas operacionais		
Resgates antecipados	24.945	19.140
Resultado com títulos prescritos	30.643	23.755
Central de relacionamento	(3.454)	(3.779)
Incentivo e manutenção de vendas	(59)	(598)
Fretes e correspondências	(1.788)	(1.833)
Custos processuais	(886)	(1.505)
Publicidade e propaganda - produto	(2.380)	(934)
Serviços com manuseio de documentos	(150)	(195)
Serviços de terceiros	(2.224)	(2.743)
Outras receitas e despesas operacionais	(3.065)	(5.026)
Total	**41.582**	**26.282**
c) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(17.662)	(21.188)
Serviços de terceiros	(10.876)	(11.375)
Localização	(7.159)	(8.278)
Publicidade e propaganda	(7.945)	(7.865)
Publicações	(102)	(68)
Donativos e contribuições	(183)	(192)
Outras despesas administrativas	(142)	(586)
Total	**(44.069)**	**(49.552)**
d) Despesas com tributos		
PIS	(979)	(1.499)
COFINS	(6.027)	(9.228)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(1.340)	(1.278)
Outras despesas com tributos	(124)	(78)
Total	**(8.470)**	**(12.083)**

e) Receitas e despesas financeiras	31/12/2021	31/12/2020
Resultado com títulos de renda fixa	246.673	235.899
Resultado com fundos de investimentos	20.228	7.722
Despesas com provisões técnicas - capitalização	(110.230)	(108.909)
Outras receitas e despesas financeiras	155	833
Total	**156.826**	**135.545**

17. Imposto de renda e contribuição social

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2021		31/12/2020	
Descrição	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**
Resultado antes dos tributos e após participações	186.521	186.521	186.442	186.442
Base de cálculo	**186.521**	**186.521**	**186.442**	**186.442**
Taxa nominal do tributo	20,00%	25,00%	15,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**(37.304)**	**(46.630)**	**(27.966)**	**(46.611)**
	–	–	–	–
Ajustes do lucro real	(4.860)	(4.633)	1.590	1.590
Ajustes temporários diferidos	3.908	8.405	531	531
Efeito do diferencial da alíquota até jun/21	(28.166)	–	–	–
Total dos ajustes a base de cálculo	**(29.118)**	**3.772**	**2.121**	**2.121**
	–	–	–	–
Tributos sobre os ajustes	**5.824**	**(943)**	**(318)**	**(530)**
Efeito do adicional de IR e incentivos fiscais	–	**42**	–	**1.085**
Despesa contabilizada	**(31.481)**	**(47.532)**	**(28.284)**	**(46.056)**
Taxa efetiva	**16,88%**	**25,48%**	**15,17%**	**25,48%**

18. Plano de previdência

A Companhia é co-patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*) contratado junto à coligada Caixa Vida e Previdência S.A.. O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado. Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 269 (31 de dezembro de 2020 - R$ 438).

19. Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 321/15, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa líder do Grupo.

Conselho de Administração

Asma Zidani Ep Baccar - Presidente

Alexandre Petrone Vilardi
Luciano Snel Corrêa
Pedro Duarte Guimarães
Paulo Otavio Silva Camara

Conselho Fiscal

Humberto Cavalcante Lacerda – Membro do Conselho Fiscal
José Francisco da Conceição – Membro do Conselho Fiscal
Anderson Alves Bastos – Membro do Conselho Fiscal

Diretoria Executiva

André Mourão Passos Coutinho – Diretor Superintendente
Rubens Bordinhão de Camargo Junior – Diretor Presidente

Contador

Marco Antonio Barbosa Pires – Contador - CRC DF 014151/O-6

Atuário

Andrés Marco Botalla – Atuário MIBA nº 3663

Parecer do Conselho Fiscal

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Capitalização S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Capitalização S.A.
Brasília - DF

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Caixa Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Caixa Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Caixa Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Caixa Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11° Andar, Edifício EZ Towers, torre A.
04711-904
São Paulo - SP - Brasil

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Anexo I - Caixa Capitalização S.A. - *(Em milhares de Reais)*

1. Provisões Técnicas	**31/12/2021**
Total de provisões técnicas auditadas	3.035.968

2. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	**31/12/2021**
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	60.953
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**60.953**

3. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2021**
Patrimônio Líquido Ajustado Total (a)	161.478
Ajustes Econômicos do PLA	22.129
Exigência de Capital (CMR) (b)	60.953
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**100.525**
Ativos Garantidores (d)	3.219.072
Total a ser Coberto (e)	3.035.968
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	**183.105**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Capitalização S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Caixa Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para resgates	
Principal assunto de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.7 e 12, a Caixa Capitalização possui provisão para resgates. Para mensurar estas provisões, a Companhia adota como metodologia a aplicação do percentual de quotas, definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. Consideramos as provisões para resgates como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos perante as demonstrações financeiras.	Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram: i) Entendimento do processo de mensuração das provisões para resgates, compreendendo: (i) parametrização do cálculo da provisão no sistema operacional de acordo com as condições gerais do produto; (ii) processo de aprovação e liquidação financeira dos resgates; e (iii) precisão dos dados dos títulos de capitalização que foram utilizados no cálculo da provisão para resgates oriundos do sistema de administração de títulos; ii) testes, com base em amostragem, da existência e precisão dos valores pagos de resgates, bem como dos valores arrecadados com os respectivos comprovantes de liquidação financeira; iii) envolvimento de especialistas atuariais para o recálculo da provisão para resgates, conforme as condições gerais do produto, bem como da respectiva incidência de juros e atualização monetária; iv) avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes pela Companhia.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota explicativa 2.15, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo nessa data, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

– A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

– Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

– A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

CAIXA CONSÓRCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da CAIXA CONSÓRCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS ("Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
A Companhia obteve no exercício de 2021, um lucro líquido de R$ 119,2 milhões, um expressivo incremento de 33,0% quando comparado ao resultado alcançado no ano de 2020. Com esse resultado, a taxa de rentabilidade sobre o seu patrimônio líquido médio foi 43,0%.
Ao longo do ano de 2021, a Companhia acumulou uma receita de prestação de serviços de R$ 500,8 milhões, representando uma pequena redução de 2,7% em relação aos R$ 514,7 milhões auferidos em 2020.
O patrimônio líquido da Companhia em dezembro de 2021 atingiu R$ 286,9 milhões, o que representa um crescimento de 7,1% em relação ao valor de R$ 268,0 milhões alcançado em 2020.
Os investimentos em instrumentos financeiros atingiram o valor de R$ 435,2 milhões em 2021, ficando praticamente no mesmo patamar do exercício de 2020, que foi de R$ 428,1 Milhões.
A Companhia tem como prática a distribuição de seus resultados, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.
A Companhia encerrou o exercício de 2021 com 29 mil bens entregues.

Considerações Finais e Agradecimentos

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas e Conselheiros. Agradecemos também o apoio dado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) à regulação do setor e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Por fim, a Companhia reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e de todos os parceiros que distribuem os produtos da Empresa. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os desafios dessa nova fase da Companhia

Brasília, 21 de fevereiro de 2022

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante		**361.828**	**424.840**
Disponibilidade		**304**	**947**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	**350.454**	**360.621**
Carteira própria		350.878	361.553
(Provisões para desvalorizações)		(424)	(932)
Outros créditos		**10.910**	**62.576**
Créditos específicos		–	42
Diversos	6.1	10.910	62.534
Outros valores e bens		**160**	**696**
Outros valores e bens		160	170
Despesas antecipadas		–	526
Ativo realizável a longo prazo		**153.263**	**79.826**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	**84.761**	**67.459**
Carteira própria		84.761	67.459
Outros créditos		**68.502**	**12.367**
Diversos	6.1	68.502	12.367
Permanente		**3.558**	**4.261**
Imobilizado de uso		**158**	**275**
Outras imobilizações de uso		319	452
Depreciações acumuladas		(161)	(177)
Intangível		**3.400**	**3.986**
Ativos intangíveis		8.615	8.027
Amortização acumulada		(5.215)	(4.041)
TOTAL DO ATIVO		**518.649**	**508.927**

PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante		**225.495**	**234.149**
Outras obrigações	7	**225.495**	**234.149**
Sociais e estatutárias	7.a	30.499	23.393
Fiscais e previdenciárias	7.b	12.486	11.129
Diversas	7.c	182.510	199.627
Passivo exigível a longo prazo		**6.213**	**6.814**
Outras obrigações		**6.213**	**6.814**
Fiscais e previdenciárias	7.b	–	1.770
Diversas	7.c	6.213	5.044
Patrimônio líquido	8	**286.941**	**267.964**
Capital		105.000	100.000
De domiciliados no país	8.a	105.000	100.000
Reservas de lucros	8.b	187.908	165.002
Ajustes de avaliação patrimonial		(5.967)	2.962
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**518.649**	**508.927**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado	Nota	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Receitas da intermediação financeira	11	14.018	24.302	15.936
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		14.018	24.302	15.936
Resultado bruto da intermediação financeira		**14.018**	**24.302**	**15.936**
Outras receitas/despesas operacionais		**88.973**	**158.407**	**121.523**
Receitas de prestação de serviços	12	244.911	500.842	514.693
Despesas de pessoal	13	(14.605)	(30.012)	(30.534)
Outras despesas administrativas	14	(140.339)	(299.483)	(331.941)
Despesas tributárias	15	(34.416)	(69.938)	(69.687)
Outras receitas operacionais	16	49.703	97.764	87.018
Outras despesas operacionais	16	(16.281)	(40.766)	(48.026)
Resultado operacional		**102.991**	**182.709**	**137.459**
Resultado não operacional		412	354	–
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**103.403**	**183.063**	**137.459**
Imposto de renda e contribuição social	17	(34.607)	(61.335)	(45.521)
Provisão para imposto de renda	17	(25.431)	(45.068)	(33.244)
Provisão para contribuição social	17	(9.176)	(16.267)	(12.277)
Participações estatutárias no lucro		(1.418)	(2.507)	(2.280)
Lucro líquido do semestre/exercício		**67.378**	**119.221**	**89.658**
Quantidade de ações		**7.711.637**	**7.711.637**	**7.711.637**
Lucro por ação em Reais		**8,74**	**15,46**	**11,63**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Retenção de lucros	Ganhos/Perdas não Realizados com T.V.M.	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**100.000**	**–**	**14.285**	**95.158**	**3.735**	**–**	**213.178**
Dividendos complementares AGOE de 29/04/2020	–	–	–	(12.804)	–	–	**(12.804)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	89.658	**89.658**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	(773)	–	**(773)**
Proposta de destinação do lucro líquido:							–
Reserva legal - (Nota 8.b)	–	–	4.483	–	–	(4.483)	–
Dividendos propostos (R$ 2761,24 por lote de mil ações) - (Nota 8.c)	–	–	–	–	–	(21.295)	**(21.295)**
Reserva de retenção de lucros - (Nota 8.b)	–	–	–	63.880	–	(63.880)	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**100.000**	**–**	**18.768**	**146.234**	**2.962**	**–**	**267.964**
Aumento de capital AGOE em 30/03/2021	–	5.000	(5.000)	–	–	–	–
Dividendos complementares AGOE de 29/04/2021	–	–	–	(63.000)	–	–	**(63.000)**
Aprovação de aumento de capital Ofício 17.435/2021-BCB/Deorf/GTCUR	5.000	(5.000)	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	119.221	**119.221**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	(8.929)	–	**(8.929)**
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Reserva legal - (Nota 8.b)	–	–	5.961	–	–	(5.961)	–
Dividendos propostos (R$ 3671,74 por lote de mil ações) - (Nota 8.c)	–	–	–	–	–	(28.315)	**(28.315)**
Reserva de retenção de lucros - (Nota 8.b)	–	–	–	84.945	–	(84.945)	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**105.000**	**–**	**19.729**	**168.179**	**(5.967)**	**–**	**286.941**
SALDOS EM 30 JUNHO DE 2021	**100.000**	**5.000**	**16.360**	**120.172**	**(2.432)**	**–**	**239.100**
Aprovação de aumento de capital Ofício 17.435/2021-BCB/Deorf/GTCUR	5.000	(5.000)	–	–	–	–	–
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	67.378	**67.378**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	(3.535)	–	**(3.535)**
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	–	–	3.369	–	–	(3.369)	–
Dividendos propostos (R$ 2.075,09 por lote de mil ações)	–	–	–	–	–	(16.002)	**(16.002)**
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	48.007	–	48.007	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**105.000**	**–**	**19.729**	**168.179**	**(5.967)**	**–**	**286.941**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do período	**67.378**	**119.221**	**89.658**
Outros lucros abrangentes	**(3.535)**	**(8.929)**	**(773)**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(5.387)	(13.772)	(1.204)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	1.852	4.844	430
Total dos lucros abrangentes para o período	**63.843**	**110.292**	**88.885**
Quantidade de ações	**7.711.637**	**7.711.637**	**7.711.637**
Lucro por ação em Reais	**8,28**	**14,30**	**11,53**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre/exercício	**67.378**	**119.221**	**89.658**
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações	645	1.239	876
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	8	66	–
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros	14.442	(16.062)	(108.723)
Créditos fiscais e previdenciários	50.054	49.959	(6.181)
Ativo fiscal diferido	(53.843)	(54.866)	(999)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.027)	(1.270)	(160)
Despesas antecipadas	531	526	(187)
Outros Ativos	(2.799)	(1.348)	(2.149)
Impostos e contribuições	37.871	57.048	49.510
Outras contas a pagar	(9.954)	(10.544)	6.278
Depósitos de terceiros	1.722	2.160	1.156
Provisões para contingências	1.456	1.169	214
Outros passivos	(9.776)	(8.643)	41.341
Caixa gerado pelas operações	**91.708**	**138.655**	**70.634**
Juros pagos	–	(5)	(2)
Juros recebidos	2.843	3.065	687
Imposto sobre o lucro pagos	(32.035)	(57.462)	(42.840)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**62.516**	**84.253**	**28.479**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Pagamento pela compra:	**(4)**	**(603)**	**(2.359)**
Imobilizado	–	–	(79)
Intangível	(4)	(603)	(2.280)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(4)**	**(603)**	**(2.359)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(63.000)	(84.293)	(25.609)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(63.000)**	**(84.293)**	**(25.609)**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(488)**	**(643)**	**511**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	**792**	**947**	**436**
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	**304**	**304**	**947**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO				
Circulante		**5.122.460**	**5.122.460**	**4.752.763**
Disponibilidades		**666**	**666**	**939**
Depósitos bancários		666	666	939
Aplicações interfinanceiras de liquidez	19	**2.206.851**	**2.206.851**	**2.094.891**
Disponibilidade do grupo	19	185.087	185.087	188.751
Aplicações financeiras vinculadas à contemplação - SELIC	19	2.021.764	2.021.764	1.906.140
Outros créditos		**2.914.943**	**2.914.943**	**2.656.933**
Direitos junto a consorciados contemplados - normais		2.863.759	2.863.759	2.614.975
Direitos junto a consorciados contemplados - em atraso		51.184	51.184	41.958
Compensação		**22.414.365**	**22.414.365**	**24.165.452**
Previsão mensal receitas a receber de consorciados		136.726	136.726	131.765
Contribuições devidas ao grupo		11.798.092	11.798.092	12.676.020
Valor dos bens ou serviços a contemplar		10.479.547	10.479.547	11.357.667
TOTAL GERAL DO ATIVO		**27.536.825**	**27.536.825**	**28.918.215**
Circulante		**5.122.460**	**5.122.460**	**4.752.763**
Obrigações com consorciados		1.988.665	1.988.665	1.779.083
Valores a repassar		56.941	56.941	54.615
Obrigações por contemplações a entregar		2.021.764	2.021.764	1.906.140
Recursos a devolver a consorciados		715.055	715.055	681.198
Recursos do grupo		340.035	340.035	331.727
Compensação		**22.414.365**	**22.414.365**	**24.165.452**
Recursos mensais a receber de consorciados		136.726	136.726	131.765
Obrigações do grupo por contribuições		11.798.092	11.798.092	12.676.020
Bens ou serviços a contemplar		10.479.547	10.479.547	11.357.667
TOTAL GERAL DO PASSIVO		**27.536.825**	**27.536.825**	**28.918.215**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades no início do período	**2.152.702**	**2.095.831**	**2.107.548**
Depósitos bancários	791	940	945
Aplicações financeiras - grupos	178.957	188.751	182.695
Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações	1.972.954	1.906.140	1.923.908
(+) Recursos coletados	**1.613.166**	**3.183.136**	**3.127.848**
Contribuições para aquisição de bem	1.234.755	2.445.561	2.392.269
Taxa de administração	249.035	510.320	527.177
Contribuições ao fundo de reserva	52.835	105.032	103.171
Rendimento de aplicações financeiras	52.881	73.875	48.658
Multas e juros moratórios	5.364	10.990	12.545
Prêmios de seguros	12.021	25.008	30.297
Custas judiciais	1	160	733
Outros	6.274	12.190	12.998
(–) Recursos utilizados	**1.558.351**	**3.071.450**	**3.139.566**
Aquisição de bens	1.112.384	2.154.879	2.192.945
Taxa de administração	249.401	510.356	523.641
Multas e juros moratórios	2.601	5.402	6.256
Prêmios de seguros	12.198	25.419	30.928
Custas judiciais	1	162	727
Devolução a consorciados desligados	71.480	143.929	124.040
Outros	110.286	231.303	261.029
Disponibilidades no final do período	**2.207.517**	**2.207.517**	**2.095.830**
Depósitos bancários	666	666	939
Aplicações financeiras - grupos	185.087	185.087	188.751
Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações	2.021.764	2.021.764	1.906.140

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios, doravante referida também como "Companhia", iniciou suas atividades em 16 de outubro de 2002, com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, é controlada pela CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances. A Companhia tem por objeto social a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis e serviços, conforme definido na legislação em vigor.
A partir de 23/08/2021, a Companhia deixou de comercializar os produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa ("Balcão CAIXA"), em função da reestruturação da rede de distribuição da CAIXA. A Companhia auferirá receita até o fim da vigência dos contratos já firmados. Além disso, continua comercializando os produtos nos mais de 250 parceiros comerciais que atuam em parceria com a Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas disposições com observância às normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil, específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF e práticas contábeis adotadas no Brasil.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.
Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior; e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.
Conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, são apresentadas as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades dos grupos.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2022.

3. Principais práticas contábeis da Administradora

a. Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.
b. Disponibilidades
A Companhia considera como caixa e bancos e os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.
c. Ativos e passivos circulantes
Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas quando aplicável. Os passivos são demonstrados pelo vencimento e são baseados nos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.
d. Títulos, valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
O registro e a avaliação da carteira própria de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração, sendo a carteira própria alocada em títulos para negociação (valor justo por meio do resultado) e disponíveis para venda.
- Títulos para negociação (valor justo por meio do resultado): os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício.
- Títulos disponíveis para venda: nessa categoria os títulos são ajustados ao valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações são levadas aos resultados, quando das realizações dos respectivos títulos.

e. Imobilizado de uso e intangível
O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.
O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização.
f. Provisões, ativos e passivos contingentes
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.
A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.
g. Apuração do resultado
A apuração do resultado obedece ao regime de competência, exceto pela taxa de administração, que é reconhecida quando do seu efetivo recebimento. As despesas relacionadas à utilização do balcão da CAIXA são reconhecidas por ocasião da venda das cotas de consórcios e as de formalização de garantia e custo de contemplação por ocasião da contemplação dos consorciados. As despesas com formalização de garantia são liquidadas no momento da efetiva utilização da carta de crédito.
h. Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.
As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.
i. Novas normas e interpretações ainda não adotadas
Novas normas contábeis que entraram em vigor ainda não foram aprovadas pelo órgão regulador e a que pode gerar um efeito relevante encontra-se a IFRS 9 e a IFRS 16. Tendo em vista que tais

continua →

CAIXA CONSÓRCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

alterações não são obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras até o momento, estas normas terão adoção em períodos futuros. A Companhia está finalizando os trabalhos de avaliação para os efeitos que as IFRS podem vir a apresentar nas demonstrações financeiras e suas divulgações e aguardará referendo do órgão regulador para adoção.

IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil: Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - *Leases*, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional IAS 17. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

A Companhia pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador.

j. Gerenciamento de riscos

O Gerenciamento de Riscos segue a política de riscos adotada na estrutura do Grupo CNP Seguros. Neste contexto, os riscos que foram mapeados e aplicáveis à operação de Consórcios são: Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional. Contudo não observamos exposição significativa da Companhia.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados, e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, à prevenção à fraude, entre outros.

3.1 Reapresentação de saldos comparativos

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de compensação de ativos e passivos correntes, em função da entrada em vigor da Resolução BCB nº 15/20.

Os impactos dessas reclassificações no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados a seguir:

Balanço Patrimonial

	Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2020	Reclassificação	Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2020
Diversos (circulante)	105.374	(42.840)	62.534
Outros	446.394	–	446.393
TOTAL DO ATIVO	**551.768**	**(42.840)**	**508.927**
Fiscais e Previdenciárias (circulante)	53.970	(42.840)	11.130
Outros	497.797	–	497.797
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**551.768**	**(42.840)**	**508.927**

A seguir apresentamos o impacto na demonstração do resultado pela reclassificação de saldos de outras despesas operacionais para outras despesas administrativas, conforme orientação do Banco Central:

Demonstração do resultado

	Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2020	Reclassificação	Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2020
Outras despesas administrativas	(15.026)	(144.713)	(159.739)
Outras despesas operacionais	(169.355)	144.713	(24.642)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**69.861**	–	**69.861**
Lucro líquido do período	**45.471**	–	**45.471**

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pelo BACEN, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

- Nota 5 - Títulos e Valores Mobiliários - TVM
- Nota 7.d - Depósitos judiciais e provisões passivas

5. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os fundos de investimentos exclusivos são compostos por títulos públicos federais, operações compromissadas e valores a receber, a pagar e de tesouraria que estão apresentados na linha de outros valores.

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021			
Descrição	**Valor de Mercado**	**Valor do Custo Atualizado**	**Valor de Mercado**	**Valor do Custo Atualizado**	**Sem Vencimento**	**Até 01 ano**	**Entre 01 e 05 anos**	**Acima de 05 anos**
Títulos para negociação								
Ações	5.177	5.138	–	–	5.177	–	–	–
Fundos de investimento	301.556	301.556	257.049	257.049	301.556	–	–	–
Letras financeiras do tesouro	1.086	1.087	1.073	1.076	–	–	953	133
Notas do tesouro nacional	–	–	92	92	–	–	–	–
Operações compromissadas	602	602	484	484	–	602	–	–
Outros valores	103	103	(12)	(12)	103	–	–	–
Total	**308.524**	**308.486**	**258.686**	**258.689**	**306.836**	**602**	**953**	**133**
Disponível para venda								
Letras do tesouro nacional	126.691	135.731	164.304	159.574	–	41.930	84.761	–
Notas do tesouro nacional	–	–	5.090	5.088	–	–	–	–
Total	**126.691**	**135.731**	**169.394**	**164.662**	**–**	**41.930**	**84.761**	**–**

5.1. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**428.080**	**320.131**
Aplicações	503.262	606.585
Resgates	(506.657)	(513.585)
Rendimentos	24.302	16.153
Ajustes TVM	(13.772)	(1.204)
Saldo final	**435.215**	**428.080**

5.2. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Títulos para negociação						
Ações	5.177	–	**5.177**	–	–	**–**
Fundos de investimento	301.556	–	**301.556**	257.049	–	**257.049**
Letras financeiras do tesouro	1.086	–	**1.086**	1.073	–	**1.073**
Notas do tesouro nacional	–	–	**–**	92	–	**92**
Operações compromissadas	–	602	**602**	–	484	**484**
Outros valores	103	–	**103**	(12)	–	**(12)**
Total	**307.922**	**602**	**308.524**	**258.202**	**484**	**258.686**
Disponíveis para a venda						
Letras do tesouro nacional	126.691	–	**126.691**	164.304	–	**164.304**
Notas do tesouro nacional	–	–	**–**	5.090	–	**5.090**
Total	**126.691**	**–**	**126.691**	**169.394**	**–**	**169.394**

6. Outros créditos - Administradora

6.1 Créditos diversos

Os valores registrados como outros créditos diversos podem ser assim apresentados:

Outros créditos - diversos	31/12/2021	31/12/2020
Créditos tributários (nota 6.2)	70.067	65.160
Adiantamentos e antecipações salariais	115	66
Títulos e créditos a receber s/ característica de concessão de crédito	3.620	5.559
Depósitos judiciais cíveis e trabalhistas (nota 7d)	4.808	3.538
Outros valores	802	578
Total dos outros créditos - diversos	**79.412**	**74.901**

6.2 Créditos Tributários

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

a. Composição

31/12/2021

	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos		
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Longo Prazo**	**Total**
A compensar *(i)*	1	2.163	6.303	50.855	68	1.164	60.554
Adições temporárias	–	1.704	–	4.735	–	–	6.439
Tributos diferidos - TVM	–	814	–	2.260	–	–	3.074
Total	**1**	**4.681**	**6.303**	**57.850**	**68**	**1.164**	**70.067**

31/12/2020

	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos		
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Longo Prazo**	**Total**
A compensar *(i)*	2.206	–	52.933	–	1.193	–	56.332
Adições temporárias	–	2.336	–	6.492	–	–	8.828
Total	**2.206**	**2.336**	**52.933**	**6.492**	**1.193**	**–**	**65.160**

(i) Referem-se a tributos retidos pendentes de compensação e ou homologação de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

Os saldos de 31/12/2020 dos Diversos (créditos tributários) do grupo do ativo e Fiscais e Previdenciários do grupo do passivo foram reapresentados, em função da compensação entre as antecipações de tributos com as obrigações a pagar de mesma natureza.

b. Expectativa de efetiva realização dos créditos tributários

	Diferenças Temporárias		Ajustes TVM	
Ano de Realização	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
2022	3.699	57%	161	5%
2023	445	7%	–	0%
2024	417	6%	2.913	95%
2025	458	7%	–	0%
2026	315	5%	–	0%
De 2027 a 2031	1.105	17%	–	0%
Total	**6.439**	**100%**	**3.074**	**100%**

c. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido

31/12/2021

	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
Saldo inicial de Créditos Tributários	**2.337**	**6.492**	**8.829**
Contingências cíveis	–	1	1
Contingências trabalhistas	105	292	397
Provisão para risco de crédito	(46)	(127)	(173)
Provisão para participações nos lucros	8	21	29
Outras provisões	(700)	(1.944)	(2.644)
Ajuste de títulos a valor justo - TVM	814	2.260	3.074
Saldo Atual dos Créditos Tributários	**2.518**	**6.995**	**9.513**
Efeito no resultado das constituições e realizações	633	1.757	2.390

7. Outras obrigações - Administradora

a. Obrigações sociais e estatutárias

Os valores que compõem as obrigações sociais e estatutárias são representados substancialmente por dividendos provisionados a pagar e podem ser assim apresentados:

Sociais e estatutárias	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos a pagar	28.315	21.295
Gratificações e participações	2.184	2.098
Total	**30.499**	**23.393**

b. Obrigações fiscais e previdenciárias

Os valores que compõem as obrigações fiscais e previdenciárias podem ser assim apresentados:

Fiscais e previdenciárias	31/12/2021	31/12/2020
Impostos retidos	2.485	2.727
Impostos e contribuições sobre o lucro	10.001	8.402
Impostos sobre ajustes TVM	–	1.770
Total	**12.486**	**12.899**

Os saldos de 31/12/2020 dos Diversos (créditos tributários) do grupo do ativo e Fiscais e Previdenciários do grupo do passivo foram reapresentados, em função da compensação entre as antecipações de tributos com as obrigações a pagar de mesma natureza.

c. Outras obrigações - diversas

Os valores que compõem as outras obrigações diversas podem ser assim apresentadas:

	31/12/2021	31/12/2020
Recursos não procurados de grupos encerrados	130.396	133.704
Despesas de pessoal	1.297	1.327
Comissões a pagar	26.874	30.080
Incentivos e manutenção de vendas	2.488	2.441
Contingências cíveis (nota 7.d)	4.423	4.420
Contingências trabalhistas (nota 7.d)	1.790	624
Serviços de terceiros operacional	3.261	12.699
Honorários	6.468	7.046
Ressarcimento de custos a pagar	5.230	4.759
Outros valores	6.496	7.571
Total	**188.723**	**204.671**

d. Depósitos judiciais e provisões passivas

Demonstramos a seguir composição dos depósitos judiciais e provisões constituídas na Companhia:

	Depósitos judiciais		Contingências passivas	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ações judiciais cíveis	4.147	3.252	4.423	4.420
Ações judiciais trabalhistas	661	286	1.790	624
Total	**4.808**	**3.538**	**6.213**	**5.044**

Os depósitos judiciais cíveis correspondem substancialmente a valores oriundos de demandas judiciais envolvendo as devoluções de valores e parcelas pagas pelos consorciados, cujos grupos não tenham sido encerrados.

Os critérios levados em consideração pelos assessores jurídicos para quantificar as provisões para contingências são: a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. Mediante esta avaliação, a constituição de provisão ocorre para as causas judiciais classificadas com probabilidade de perda provável.

A Companhia tem uma ação no polo ativo que foi integralmente recolhida e por isso não está contingenciada. Caso a decisão seja favorável, transitando em julgado, obterá o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos: (i) PIS e COFINS - Lei 9.718/98 desde 1999, R$ 4.589.

Demonstramos a seguir a segregação em função da probabilidade de perda:

31/12/2021

	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	2.258	3.616	4.423	10.297
Trabalhistas	9	8.215	1.790	10.014
	2.267	**11.831**	**6.213**	**20.311**

31/12/2020

	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	4.970	4.083	4.420	13.473
Trabalhistas	8	2.650	624	3.282
	4.978	**6.733**	**5.044**	**16.755**

e. Movimentação das ações judiciais e provisões passivas

	Saldo 31/12/2020	Reversões	Baixas	Adições/ atualizações monetárias	Saldo 31/12/2021
Natureza cível	**4.420**	(704)	(629)	1.336	**4.423**
Natureza trabalhista	**624**	–	(65)	1.231	**1.790**
Total	**5.044**	**(704)**	**(694)**	**2.567**	**6.213**

	Saldo 31/12/2019	Reversões	Baixas	Adições/ atualizações monetárias	Saldo 31/12/2020
Natureza cível	**4.316**	(600)	(252)	956	**4.420**
Natureza trabalhista	**513**	–	(91)	202	**624**
Total	**4.829**	**(600)**	**(343)**	**1.158**	**5.044**

8. Patrimônio líquido - Administradora

a. Capital social

O capital social no valor de R$ 105.000, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 7.711.637 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Reservas de lucros

i. A Reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada semestre até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 19.729 (31 de dezembro de 2020 - R$ 18.767).

ii. Reserva de retenção de lucros é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do semestre após considerar o dividendo proposto e a reserva legal. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 168.179 (31 de dezembro de 2020 - R$ 146.235).

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto da Companhia, de 25% sobre o lucro líquido do semestre/exercício, após a destinação da reserva legal. Os dividendos provisionados foram calculados como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do semestre/exercício	67.378	119.221	89.658
(–) Reserva Legal	(3.369)	(5.961)	(4.483)
Base de cálculo de dividendos	**64.009**	**113.260**	**85.175**
Dividendo mínimo - 25%	16.002	28.315	21.295
Dividendo provisionado - 25%	**16.002**	**28.315**	**21.295**

9. Transações com partes relacionadas - Administradora

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora direta), CNP Assurances (Controladora indireta), CNP Assurances Latam Holding Ltda. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), empresas ligadas que são controladas por seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

A Companhia atua de forma integrada com as empresas de controle comum da sua Controladora e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela Administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.

Os saldos relativos às operações realizadas com partes relacionadas podem ser demonstrados como segue:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativos	**(Passivos)**	**Receitas**	**(Despesas)**	**Ativos**	**(Passivos)**	**Receitas**	**(Despesas)**
Disponibilidades								
Caixa Econômica Federal	131	–	–	–	406	–	–	–
Dividendos								
CNP Seguros Holding Brasil S.A.	–	(28.315)	–	–	–	(21.294)	–	–
Contribuições para plano de previdência privada								
Caixa Vida e Previdência S.A.	–	–	–	(977)	–	–	–	(925)
Contribuições para plano de odonto								
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	–	–	–	(81)	–	–	–	(71)

	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativos	**(Passivos)**	**Receitas**	**(Despesas)**	**Ativos**	**(Passivos)**	**Receitas**	**(Despesas)**
Prestação de serviços e reembolsos								
Caixa Seguradora S.A. *(i)*	–	(5.133)	–	(32.826)	–	(4.201)	–	(35.943)
Caixa Econômica Federal *(ii)*	–	(31)	–	(14.627)	–	(1.397)	–	(23.711)
Caixa Seguradora especializada em Saúde S.A..	–	(14)	–	(151)	–	(13)	–	(169)
CNP Seguros Holding Brasil S.A.	–	(83)	–	–	–	(544)	–	–
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. *(iii)*	–	–	–	(4.118)	–	(2.340)	–	(34.877)
XS5 Admin. Consórcio S.A.	256	–	–	–	–	–	–	–
Fundos de investimento Exclusivos	–	–	75	(29)	–	–	2	(14)

	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativos	**(Passivos)**	**Receitas**	**(Despesas)**	**Ativos**	**(Passivos)**	**Receitas**	**(Despesas)**
Operações de seguros								
Caixa Seguradora S.A. *(iv)*	–	–	8	(3.219)	–	–	15	(15.062)
Caixa Vida e Previdência S.A. *(v)*	–	(5)	18	(16.436)	–	(1.469)	14	(9.676)
Companhia de Seguros Previdência do Sul *(v)*	478	(7.803)	6.616	(94.717)	841	(8.430)	8.121	(85.406)
XS2 Vida e Previdência S.A. *(v)*	–	–	–	(175)	–	–	–	–
Remuneração do pessoal-chave da administração								
Remuneração e benefícios de curto prazo	–	–	–	(1.469)	–	–	–	(1.195)

(i) Compreendem as despesas relativas ao apoio administrativo prestado pela companhia indicada;
(ii) São decorrentes do uso do balcão na comercialização dos produtos e custos relacionados às contemplações;
(iii) Valores referentes ao comissionamento e incentivos a vendas;
(iv) Compreendem os valores relativos as apólices de seguros dos funcionários e as apólices de seguros dos grupos de consórcios; e
(v) Compreendem os valores relativos as apólices de seguros dos grupos de consórcios.

A Companhia não fornece benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

10. Plano de previdência patrocinado - Administradora

A Companhia é copatrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*).

O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Foram efetuadas contribuições no *Previnvest* no montante de R$ 977 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 - R$ 925).

11. Receitas da intermediação financeira

A composição das receitas da intermediação financeira pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Receita com títulos de renda fixa	4.494	10.931	10.944
Receita com fundos de investimento	9.524	13.371	4.992
	14.018	**24.302**	**15.936**

12. Receitas de prestação de serviços - Administradora

São representadas integralmente por taxa de administração recebida de consorciados.

13. Despesas de pessoal - Administradora

A composição das despesas de pessoal pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Honorários	(294)	(534)	(469)
Benefícios	(1.666)	(3.745)	(3.506)
INSS e FGTS	(1.092)	(2.118)	(1.802)
Salários	(3.653)	(7.716)	(7.200)
Despesas compartilhadas	(6.789)	(14.791)	(17.475)
Outras despesas de pessoal	(1.111)	(1.108)	(82)
Total	**(14.605)**	**(30.012)**	**(30.534)**

continua

CAIXA CONSÓRCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

14. Outras despesas administrativas - Administradora

A composição das despesas administrativas pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros	(1.696)	(4.087)	(4.757)
Localização e funcionamento	(1.874)	(3.717)	(3.903)
Publicidade e propaganda	(2.245)	(4.968)	(5.389)
Eventos administrativos	(1)	(2)	(2)
Serviços do sistema financeiro	(28)	(52)	(62)
Publicações legais	(38)	(68)	(71)
Ressarcimentos de recursos não procurados	(3.726)	(5.068)	(2.513)
Despesas compartilhadas	(8.508)	(17.967)	(18.455)
Comissões	(120.091)	(255.498)	(272.538)
Arrendamento de balcão	(2.497)	(8.042)	(23.711)
Outras despesas administrativas	365	(14)	(539)
Total	**(140.339)**	**(299.483)**	**(331.940)**

15. Despesas tributárias - Administradora

A composição das despesas tributárias pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
ISS	(6.599)	(13.405)	(13.216)
PIS e COFINS	(27.811)	(56.399)	(56.363)
Despesas compartilhadas	(3)	(68)	(11)
Outras despesas tributárias	(3)	(66)	(98)
Total	**(34.416)**	**(69.938)**	**(69.688)**

16. Outras receitas e (despesas) operacionais - Administradora

A composição das outras receitas e despesas operacionais pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Receita com multas e juros	5.712	8.900	12.746
Taxa de permanência	33.601	67.352	58.430
Honorarios e custas processuais	(2.817)	(5.503)	(5.013)
Outras rendas operacionais	10.390	21.512	15.842
Formalização e custo de contemplação	(969)	(2.035)	(2.774)
Propaganda e correspondência	6.984	6.050	(2.295)
Despesas acessórias com vendas	(657)	(711)	(330)
Serviço de recuperação de crédito	(566)	(1.304)	(1.314)
Mídia produto	(3.577)	(3.678)	(24)
Central de relacionamento	(915)	(1.817)	(1.513)
Serviços de terceiros	(4.549)	(14.031)	(17.969)
Indenizações judiciais	(1.406)	(4.972)	(5.595)
Pagamento obrigatório ao estipulante	(5.980)	(8.056)	(3.956)
Outras despesas operacionais	(1.829)	(4.709)	(7.243)
Total	**33.422**	**56.998**	**38.992**

17. Imposto de renda e contribuição social - Administradora

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	180.556	180.556	135.179	135.179
Base de cálculo	**180.556**	**180.556**	**135.179**	**135.179**
Taxa nominal do tributo	9%	25%	9%	25%
Tributos calculado a taxa nominal	**(16.250)**	**(45.139)**	**(12.166)**	**(33.795)**
Ajustes do lucro real	(6.840)	(6.802)	4.172	4.172
Ajustes temporários diferidos	7.029	7.029	(2.939)	(2.939)
Total dos ajustes a base de cálculo	**189**	**227**	**1.233**	**1.233**
Tributos sobre os ajustes	**(17)**	**(57)**	**(111)**	**(308)**
Incentivos fiscais	–	128	–	859
Despesa contabilizada	**(16.267)**	**(45.068)**	**(12.277)**	**(33.244)**
Taxa efetiva	**9,01%**	**24,96%**	**9,08%**	**24,59%**

18. Principais práticas contábeis - Grupos de Consórcios

a. Ativo circulante

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos aplicados, segundo determinações do Banco Central do Brasil.
Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração.
O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.
Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de rateio diário proporcionais à participação de cada grupo no total das receitas.

ii. Direitos junto a consorciados contemplados

Representam os valores a receber de consorciados que já foram contemplados.

b. Passivo circulante

i. Obrigações com consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e também os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

ii. Valores a repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento a terceiros, a título de Taxa de Administração e Seguros, Multas e Juros Moratórios, Custas Judiciais e Prêmios de Seguros.

iii. Obrigações por contemplações a entregar

Representam os recursos a repassar aos consorciados contemplados destinados à aquisição de bens.

iv. Recursos a devolver a consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

v. Recursos do grupo

Representam os registros dos recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

c. Compensação

i. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

ii. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições totais (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.

iii. Valor dos bens ou serviços a contemplar

Corresponde ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente no período.

d. Demonstração consolidada das variações das disponibilidades de grupos

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

i. Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio no período e incluem os rendimentos deles decorrentes.
O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebida dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva e dos seguros.
O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento de prestações, além de outras possibilidades previstas em Lei. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

ii. Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como: cartas de crédito, taxa de administração, seguros e outros.
A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens ou no decorrer do recebimento das prestações.

e. Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios podem ser resumidas como segue:

	Quantidades	
Operações de consórcios:	31/12/2021	31/12/2020
Grupos em andamento	157	182
Consorciados ativos	158.423	171.034
Consorciados desistente ou excluídos - total [1]	159.257	147.882
Consorciados desistente ou excluídos - no período	30.010	34.855
Consorciados contemplados	142.326	136.119
Bens pendentes de entrega	45.169	44.066
Bens entregues - total [2]	97.157	92.053
Bens entregues - no período	29.255	30.158
Taxa média de inadimplência dos contemplados [3]	13,41%	12,68%

[1] Representa o total de cotas desistentes e excluídas de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;
[2] Representa a utilização total da carta de crédito de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;
[3] A partir de 30/06/2015, o percentual de inadimplência calculado representa as cotas contempladas de consorciados ativos cujo percentual em atraso é igual ou superior ao percentual de amortização mensal, na data-base, sobre a quantidade total de cotas contempladas de consorciados ativos.

19. Aplicações financeiras - Grupos

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) podem ser resumidas como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Letras financeiras do tesouro	2.017.626	2.017.626	1.972.985
Quotas de fundos de investimento	189.225	189.225	121.906
Total	**2.206.851**	**2.206.851**	**2.094.891**

20. Provisões

As ações judiciais em que a companhia é ré, em sua maior parte envolvem pedido de devolução de valores pagos. Os valores pagos pelos consorciados ficam registrados nas rubricas: i) obrigações com consorciados; ou ii) recursos a devolver a consorciados até o encerramento dos grupos, quando então são devolvidos aos consorciados.
Para as ações que envolvem pedido de indenização por danos morais é realizada provisão na Administradora para aquelas em que a probabilidade de perda for considerada provável. (Nota 7.d.)

Conselho de Administração

Paulo Otavio Silva Camara - Presidente | **Rosana Techima Salsano** | **Antônio Carlos Paiva Futuro** | **Maximiliano Alejandro Villanueva** | **Pedro Duarte Guimarães**

Parecer do Conselho Fiscal

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório com ênfase emitido pela KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Conselho Fiscal

Humberto Fernandes de Moura
Membro do Conselho Fiscal

José Marcolino Lincoln
Membro do Conselho Fiscal

José Antônio Lima Tenório
Membro do Conselho Fiscal

Diretoria Executiva

Maximiliano Alejandro Villanueva
Diretor Presidente

Mozart de Oliveira Farias
Diretor Operacional

Contador

Ana Paula Rodrigues Coelho
CRC PE - 020428/O-0 T-DF

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Comitê de Auditoria - Coaud é um órgão estatutário, instalado na CNP Seguros Holding Brasil S.A., líder do Conglomerado e com atuação sobre todas as subsidiárias do Grupo, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração da Holding. É composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de cinco anos.
Para o exercício de sua missão institucional, o Comitê realiza reuniões periódicas, de acordo com seu Planejamento Anual, aprovado pelo Conselho de Administração.
As atividades desenvolvidas no período estão registradas em atas, cobrem o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões com a participação da Diretora-Presidente e de Diretores Executivos do Grupo, dos Auditores Independentes, de representantes da Auditoria Interna, da Conformidade, do Controle de Riscos, da Governança Corporativa e da Ouvidoria. Referidas reuniões tiveram a agenda definida pelo Coaud e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.
Ao longo de 2021, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da administração, debatendo principais aspectos e detalhes do material com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis.
O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as Demonstrações Financeiras de 31/12/2021 da CNP Seguros Holding Brasil S.A. e das seguintes controladas : Caixa Seguradora S.A., Caixa Capitalização S.A., Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios, Companhia de Seguros Previdência do Sul-Previsul, Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.. e Youse Seguradora S.A., também revisou as notas explicativas, o Relatório da Administração e os relatórios dos Auditores Independentes.

Conclusões:

Com base em suas avaliações ao longo do período e tendo presentes as atribuições e limitações inerentes ao seu escopo de atuação, o Comitê de Auditoria considera que:
Não foram constadas evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 144 da Resolução CNSP n.º 321/15.
A auditoria contábil externa foi efetiva e realizou suas atividades de forma objetiva e independente. As informações fornecidas pela KPMG constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras.
A auditoria interna foi efetiva, concluiu o conjunto de trabalhos ajustados com o Coaud para o exercício e desempenhou suas funções com independência e objetividade.
O sistema de controles internos mostrou-se adequado e preparado para os desafios que o Grupo está enfrentando, em razão da reorganização societária e das reestruturações internas.
Não foram constatadas evidências de falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares pertinentes que possam colocar em risco a continuidade do negócio.
As práticas contábeis relevantes utilizadas pela CNP Seguros Holding Brasil S.A. e controladas, na elaboração das demonstrações financeiras, estão alinhadas aos princípios fundamentais de contabilidade, à legislação societária brasileira e às demais normas aplicáveis.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022
Jefferson Moreira - Presidente do Comitê de Auditoria
João Decio Ames
Rogério Vergara

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2021 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2021 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre o exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção a nota 3.1, às demonstrações financeiras, que indica que as informações comparativas no exercício findo de 31 de dezembro de 2020 foram reapresentadas em função da compensação de certos ativos e passivos fiscais correntes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício anterior

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota explicativa 3.1, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa relativas ao semestre e exercício findos nessa data e as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2020, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Administradora referentes ao semestre e exercício findos nessa data e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

YOUSE SEGURADORA S.A.
CNPJ: 24.856.160/0001-03

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da YOUSE SEGURADORA S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
A Companhia encerrou o exercício com um lucro líquido de R$ 752,0 mil, o que representa uma taxa de rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 1,5%. Como a Companhia ainda não está comercializando produtos, esse resultado foi alcançado substancialmente em decorrência do resultado financeiro dos recursos aplicados.
Os ativos financeiros da Companhia, ao final do exercício de 2021, totalizaram o valor de R$ 49.045,0 mil, superando em 1,2% o valor alcançado no final do ano anterior, já seu patrimônio líquido alcançou o valor de R$ 48.767,0 mil.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados a títulos de dividendos a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no período.

Considerações Finais e Agradecimentos

A YOUSE SEGURADORA S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e dos conselheiros.

Brasília, 21 de fevereiro de 2022

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
CIRCULANTE		49.256	35.087
Disponível		168	395
Caixa e bancos		168	395
Aplicações	5	49.045	33.296
Títulos e créditos a receber	6	–	1.353
Créditos tributários e previdenciários	6.1	–	1.353
Despesas antecipadas		43	43
NÃO CIRCULANTE		422	15.206
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		405	15.179
Aplicações	5	–	15.169
Títulos e créditos a receber	6	405	10
Créditos tributários e previdenciários	6.1	405	10
Imobilizado		4	8
Bens móveis		4	8
Intangível		13	19
Outros intangíveis		13	19
TOTAL DO ATIVO		49.678	50.293

	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO			
CIRCULANTE		911	1.119
Contas a pagar		911	1.119
Obrigações a pagar	7.1	258	331
Impostos e encargos sociais a recolher		44	60
Encargos trabalhistas		64	20
Impostos e contribuições	7.2	448	662
Outras contas a pagar		97	46
NÃO CIRCULANTE		–	457
Contas a pagar		–	457
Tributos diferidos	7.3	–	457
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	48.767	48.717
Capital social	8.1	40.000	40.000
Reservas de lucros	8.2	8.889	8.032
Ajuste de avaliação patrimonial		(122)	685
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		49.678	50.293

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
Despesas administrativas	11	(1.222)	(630)
Despesas com tributos	11	(191)	(182)
Resultado financeiro	11	2.799	2.917
Resultado operacional		1.386	2.105
Resultado antes dos impostos e participações		1.386	2.105
Imposto de renda	12	(310)	(529)
Contribuição social	12	(245)	(332)
Participações sobre o resultado		(79)	(48)
Lucro líquido do exercício		752	1.196
Quantidade de ações		40.000.000	40.000.000
Lucro líquido por ação em R$		0,02	0,03

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	752	1.196
Outros lucros abrangentes	(807)	(171)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(1.345)	(285)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	538	114
Total dos (Prejuízos)/Lucros abrangentes para o exercício	(55)	1.025
Quantidade de ações	40.000.000	40.000.000
(Prejuízo)/Lucro líquido por ação em R$	(0,00)	0,03

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Discriminação	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.000	6.857	857	–	47.714
Reserva de lucros - reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGO de 27.04.2020	–	263	–	–	263
Títulos e valores mobiliários	–	–	(171)	–	(171)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.196	1.196
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	60	–	(60)	–
Reserva de lucros	–	852	–	(852)	–
Dividendos	–	–	–	(284)	(284)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.000	8.032	685	–	48.717
Reserva de lucros - reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGO de 30.03.2021	–	284	–	–	284
Títulos e valores mobiliários	–	–	(807)	–	(807)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	752	752
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	37	–	(37)	–
Reserva de lucros	–	536	–	(536)	–
Dividendos	–	–	–	(179)	(179)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	40.000	8.889	(122)	–	48.767

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	752	1.196
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	9	10
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(1.388)	(1.182)
Créditos fiscais e previdenciários	1.353	325
Ativo fiscal diferido	(395)	(6)
Despesas antecipadas	–	(43)
Outros ativos	(19)	(188)
Impostos e contribuições	87	745
Outras contas a pagar	84	62
Outros passivos	46	–
Caixa gerado pelas operações	529	919
Juros pagos	(3)	–
Juros recebidos	19	188
Imposto sobre o lucro pagos	(772)	(864)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	(227)	243
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamento pela compra:	–	(5)
Imobilizado	–	(5)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	–	(5)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(227)	238
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	395	157
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	168	395

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Youse Seguradora S.A."Companhia", foi constituída em 11 de maio de 2016, com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, controlada pela CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances e atua em parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA") na distribuição de seus produtos nas modalidades de seguros e de ramos elementares no âmbito do território nacional. Tem por objeto social a exploração de operações de seguros de danos e de pessoas, em quaisquer de suas modalidades ou formas, em todo o território nacional, podendo, ainda, participar do capital social de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes.

A autorização para exploração das operações de seguros de danos e pessoas foi publicada pela SUSEP em 26 de março de 2018, mas as operações de seguros não foram iniciadas até o momento da aprovação dessas demonstrações financeiras.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP 648, de 12 de novembro de 2021, que entrou em vigor em 3 de janeiro de 2022), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP".

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em de 21 de fevereiro 2022.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e bancos

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

A Companhia não possui títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "para valor justo por meio do resultado") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponíveis para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.

2.4.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

b. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.5. Impairment

***2.5.1. Impairment* de ativos financeiros**

a. Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais.

b. Ativos classificados como disponível para venda

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.

No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.

Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

***2.5.2. Impairment* de ativos não financeiros**

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática - 20% a.a.

O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada pela Companhia é de 20% a.a.

2.7. Ativos e passivos circulante e não circulante

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.8. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.9. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado até o mês de junho de 2021 e em decorrência da Medida Provisória 1.034/2021, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSLL das pessoas jurídicas de seguros privados para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social referente ao lucro ajustado desse período foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.183, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2021 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

2.10. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 entrou em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, porém a administração avaliou que a Companhia cumpre os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e optou por adiar a aplicação do IFRS 9/CPC 48 até a data efetiva da nova norma de contratos de seguro (IFRS 17), em 1º de janeiro de 2023, tendo em vista que suas operações, quando iniciadas, serão predominantemente relacionadas a seguros. Além disso, dependerá da aprovação do órgão regulador.

IFRS 17 - Contratos de seguro - Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro, norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 Contratos de Seguro emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.

Em março de 2020, o IASB emitiu uma emenda à IFRS 17, que prorrogou a data de entrada em vigor da norma, que passará a ser para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

A Companhia pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A nota explicativa 5 - Instrumentos Financeiros (Aplicações) inclui: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

3.1. Estimativas utilizadas para cálculo de *impairment* de ativos financeiros

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

4. Gestão de riscos

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas *pela European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 521, de 24/11/2015 e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos *(Chief Risk Officer)*, independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar de valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency* II e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comitês d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

continua→

YOUSE SEGURADORA S.A.
CNPJ: 24.856.160/0001-03

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

4.1. Risco de crédito

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

	31/12/2021			31/12/2020		
Composição dos ativos	**BB-**	**Sem Rating**	**Total**	**BB-**	**Sem Rating**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**–**	**34.817**	**34.817**	**–**	**12.347**	**12.347**
Fundos de investimentos	–	34.817	34.817	–	12.347	12.347
Disponíveis para venda	**14.228**	**–**	**14.228**	**36.118**	**–**	**36.118**
Letras do tesouro nacional	14.228	–	14.228	35.069	–	35.069
Notas do tesouro nacional	–	–	–	1.049	–	1.049
Exposição máxima ao risco de crédito	**14.228**	**34.817**	**49.045**	**36.118**	**12.347**	**48.465**

4.2. Risco de liquidez

Possibilidades de a Companhia não conseguir ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

4.2.1. Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política Políticas de Gestão de Ativos e Passivos (ALM), Política de Investimentos, juntamente com a Declaração de Apetite ao Risco tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

A política de liquidez, para atendimento regulamentar, está em desenvolvimento e será concluída no 1° semestre de 2022.

Corporativamente, é estabelecido na Declaração de Apetite ao Risco, o limite mínimo de 25% em relação ao total de recursos disponíveis de curto prazo e aqueles direcionados para cobertura de reserva.

Os monitoramentos demonstram que a Companhia está acima do percentual estabelecido.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Resumo da classificação das aplicações

As carteiras dos fundos de investimentos são apresentadas segregadas por tipo de investimento, classificação e prazo de vencimento.

	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Percentual
Valor justo por meio do resultado								
Fundos de investimento	34.817	34.817	12.347	12.347	34.817	–	–	70,99%
Subtotal	**34.817**	**34.817**	**12.347**	**12.347**	**34.817**	**–**	**–**	**70,99%**
Disponível para venda								
Letras do tesouro nacional	14.228	14.432	35.069	33.927	–	14.228	–	29,01%
Notas do tesouro nacional	–	–	1.049	1.048	–	–	–	0,00%
Subtotal	**14.228**	**14.432**	**36.118**	**34.975**	**–**	**14.228**	**–**	**29,01%**

5.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**48.465**	**47.455**
Aplicações	49.299	608
Resgates	(50.238)	(2.118)
Rendimentos	2.864	2.805
Ajustes TVM	(1.345)	(285)
Saldo final	**49.045**	**48.465**

5.3. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

A totalidade das aplicações apresentadas na nota 5.1 está classificada no Nível 1 - Títulos com cotação em mercado ativo.

b. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	31/12/2021	31/12/2020
Letras do Tesouro Nacional	Pré 8,10%	Pré 7,33% a 9,01%
Notas do Tesouro Nacional	–	Pré 9,80%

6. Títulos e créditos a receber

6.1. Créditos tributários e previdenciários

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

	31/12/2021				
	Contribuição social		Imposto de renda		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
A compensar	–	–	–	282	282
Adições temporárias	–	16	–	26	42
Tributos diferidos - TVM	–	30	–	51	81
Total	**–**	**46**	**–**	**359**	**405**

	31/12/2020				
	Contribuição social		Imposto de renda		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
A compensar	–	–	1.353	–	1.353
Adições temporárias	–	4	–	6	10
Total	**–**	**4**	**1.353**	**6**	**1.363**

7. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

7.1. Obrigações a pagar

Os saldos são demonstrados conforme a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	–	47
Dividendos	179	284
Participação nos lucros - bônus	79	–
Total	**258**	**331**

7.2. Impostos e contribuições

São representados integralmente pelo IRPJ e pela CSLL a recolher. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 448 (31 de dezembro de 2020 - R$ 662).

7.3. Tributos diferidos

São representados integralmente pela provisão dos tributos incidentes sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários, com a contrapartida contabilizada diretamente no patrimônio líquido. Não apresentou saldo nessa rubrica em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 - R$ 457).

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado está composto por 40.000.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada.

8.2. Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

8.3. Reservas de lucros

a. Reserva legal - É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 453 (31 de dezembro de 2020 - R$ 416).

b. Reserva de retenção de lucros - É constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 8.436 (31 de dezembro de 2020 - R$ 7.616).

8.4. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do período	752	1.196
(–) Reserva Legal	(37)	(60)
Base de cálculo de dividendos	**715**	**1.136**
Dividendo mínimo - 25%	179	284
Dividendos propostos	179	284
Dividendos provisionados	**179**	**284**

9. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

	31/12/2021
Patrimônio líquido	**48.767**
(+) Ajustes contábeis	**(55)**
Despesas antecipadas	(43)
Ativos Intangíveis	(12)
(–) PLA Nível 3 - (C)	**124**
PLA Nível 1 - (A)	**48.588**
PLA Nível 2 - (B)	**–**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	124
PLA Nível 3 - (C)	**124**
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 - (D)	**–**
Patrimônio líquido ajustado (A) + (B) + (C)	**48.712**

Capital base e capital adicional	**31/21/2021**
Capital base	**15.000**
Capital de risco de crédito	2.866
Capital de risco de mercado	7.458
Benefício da correção entre risco	(1.691)
Capital mínimo requerido (CMR) - (E)	**15.000**
Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)	**33.712**
% Suficiência – (F)/(E)	**225%**

10. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (Controladora direta), CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora indireta), CNP Assurances (Controladora indireta), CNP Assurances Brasil Holding Ltda. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), empresas ligadas que são controladas por seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

As movimentações decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)
Disponibilidades:								
Caixa Econômica Federal	94	–	–	–	194	–	–	–
Dividendos								
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	–	(179)	–	–	–	(284)	–	–
Operações de seguros								
Caixa Seguradora S.A.	–	–	–	1	–	–	–	–
Remuneração do pessoal-chave da administração								
Remuneração e benefícios de curto prazo	–	–	–	(703)	–	–	–	(240)

11. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

Despesas administrativas	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal próprio	(910)	(355)
Serviços de terceiros	(216)	(106)
Localização	(28)	(21)
Publicações legais	(40)	(40)
Contribuições para entidade de classe	(28)	(108)
Total	**(1.222)**	**(630)**

Despesas com tributos	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de fiscalização	(191)	(182)
Total	**(191)**	**(182)**

Receitas/despesas financeiras	31/12/2021	31/12/2020
Resultado com títulos de renda fixa	1.484	2.504
Resultado com fundos de investimentos	1.380	301
Outras receitas e despesas financeiras	(65)	112
Total	**2.799**	**2.917**

12. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

	31/12/2021		31/12/2020	
Descrição	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	1.307	1.307	2.057	2.057
Base de cálculo	**1.307**	**1.307**	**2.057**	**2.057**
Taxa nominal do tributo	20,00%	25,00%	15,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**(261)**	**(327)**	**(308)**	**(514)**
Ajustes do lucro real	108	108	171	171
Ajustes temporários diferidos	(60)	(80)	(13)	(13)
Efeito do diferencial da alíquota até jun/21	(131)	–	–	–
Total dos ajustes a base de cálculo	**(83)**	**28**	**158**	**158**
Tributos sobre os ajustes	**16**	**(7)**	**(24)**	**(39)**
Incentivos fiscais	**–**	**24**	**–**	**24**
Despesa contabilizada	**(245)**	**(310)**	**(332)**	**(529)**
Taxa efetiva	**18,73%**	**23,69%**	**16,14%**	**25,74%**

13. Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 321/15, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no • 3° do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa líder do Grupo.

Conselho de Administração

Eduardo Fabiano Alves da Silva - Presidente | **Claudio Salituro** | **Maximiliano Alejandro Villanueva** | **Pedro Duarte Guimarães** | **Asma Zidani Ep Baccar**

Diretoria Executiva

Marcos Centin Dornelles
Diretor Presidente

Federico Javier Tapia Salazar
Diretor Financeiro

Contador

Marco Antonio Barbosa Pires
Contador - CRC DF 014151/O-6

Atuário

Andrés Marco Botalla
Atuário MIBA nº 3663

Relatório do Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Youse Seguradora S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Youse Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Youse Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Aplicações financeiras	
Principal assunto de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Conforme descrito na notas explicativas nº1, 2.4 e 5, a Companhia ainda não iniciou a comercialização de seguros, todavia possui aplicações financeiras em títulos públicos e fundos de investimentos não exclusivos, que representam parte substancial do total do ativo. Devido a relevância das aplicações financeiras e sua representatividade sobre as demonstrações financeiras da Companhia, consideramos as aplicações financeiras como o principal assunto de auditoria.	Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de registro, valorização e custódia das aplicações financeiras; (ii) com o auxílio dos nossos especialistas de instrumentos financeiros efetuamos o recálculo independente do valor justo e do custo amortizado das aplicações financeiras, utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos; (iii) avaliação da existência desses ativos por meio de confirmação independente com os órgãos custodiantes; e (iv) avaliação ainda se, as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SÁBADO, 26 DE FEVEREIRO DE 2022
NÚMERO 21.530 • 54 PÁGINAS • R$ 3,00

Alexey Nikolsky

Vadim Ghirda/AP Photo

Ele insiste na GUERRA

AFP
Tolga Akmen/AFP
Filippo Monteforte/AFP

Eles querem a PAZ

Depois de invadir a Ucrânia, a Rússia de Vladimir Putin (no alto, à esquerda) ameaça agora a Finlândia e a Suécia de consequências "militares e políticas" sérias, caso os vizinhos se juntem à Otan, que decidiu reforçar o poderio bélico nos países aliados. Contrariando expectativas da comunidade internacional, a ofensiva russa esbarrou em inesperada resistência de Kiev. Sem conseguir tomar nenhuma grande cidade nos dois primeiros dias de ataque, o exército vermelho intensificou os bombardeios na manhã de hoje. Em diversas capitais, como Londres, Roma e Tbilisi, houve manifestações em defesa da paz. Em reunião do Conselho de Segurança da ONU, o Brasil e 10 países condenaram a guerra deflagrada por Putin, mas a Rússia — que tem poder de veto — impediu que a moção de repúdio fosse aprovada.

Embaixadores a Bolsonaro: "Não é hora de ficar no muro"

Artistas do mundo inteiro condenam ataque à Ucrânia

Brasileiros são chamados para ir de trem a Romênia

BC monta plano para conter eventual disparada do dólar

PÁGINAS 2 A 5 E 45

25% a menos **de IPI**

Governo reduz imposto para a indústria. Cigarro fica de fora. PÁGINA 9

Nova troca **na PF**

Delegado Márcio Nunes de Oliveira assume a corporação. PÁGINA 6

Novidades **na Ceasa**

No *CB.Agro*, dirigente confirma a criação do Mercado Central. PÁGINA 42

AFP
Fotografia perde a arte de Dida Sampaio

Referência para diversas gerações de jornalistas, Dida sofreu um AVC e teve morte cerebral, ontem, aos 52 anos. Um dos mais talentosos profissionais em atuação na capital, ele passou pelos principais veículos de imprensa, ganhou prêmios e fez história. PÁGINA 41

Luiz Carlos Azedo
O pacto que faz Bolsonaro se calar diante dos abusos de Putin. PÁGINA 6

Carlos Alexandre de Souza
STF começa o cerco a perfis de usuários do Telegram. PÁGINA 7

Jéssica Eufrásio
Após trégua, policiais do DF dão prazo para reajuste. PÁGINA 42

Jane Godoy
A bela festa da Língua Materna promovida pela AIC. PÁGINA 43

AFP
Conquista na Suprema Corte

Ketanji Brown Jackson é a primeira mulher negra a ser indicada à mais alta esfera da Justiça americana. PÁGINA 8

Maioria do STF aprova revisão de aposentadoria

Beneficiários do INSS que começaram a contribuir antes de 1994 e se aposentaram depois de 1999 poderão pedir a análise e a eventual correção dos benefícios. A medida, com aval do Supremo, dará o direito ao segurado de aproveitar no cálculo todo o tempo trabalhado na vida. PÁGINA 9

ISSN 1808-2661

CONTRARIANDO A EXPECTATIVA DA OTAN, AS TROPAS RUSSAS NÃO CONSEGUIRAM TOMAR NENHUMA GRANDE CIDADE, DEPOIS DE DOIS DIAS DE ATAQUES A INSTALAÇÕES MILITARES E DE INFRAESTRUTURA. BAIRROS DE KIEV FORAM BOMBARDEADOS

Ucrânia **resiste sozinha**

» VINICIUS DORIA
Especial para o **Correio**

Quando o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, divulgou no fim da manhã de ontem um vídeo para dizer à população do país que as tropas ucranianas estão resistindo ao avanço de blindados e soldados da Rússia, o barulho de explosões já era ouvido nas cercanias do Palácio do Governo. A primeira batalha em solo para a tomada da capital já estava sendo travada em um bairro da Zona Norte de Kiev, no segundo dia da invasão russa.

"Estamos todos aqui, nossos militares estão aqui, os cidadãos, a sociedade, estamos todos aqui, defendendo nossa independência, nosso Estado", declarou Zelensky, acompanhado dos principais auxiliares do gabinete.

Do outro lado da fronteira, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, também acionava a máquina de propaganda para pressionar as Forças Armadas da Ucrânia a derrubar o governo Zelensky, por meio de um golpe de Estado. Depois de declarar que o governo ucraniano é formado por "drogados e neonazistas", Putin conclamou: "tomem o poder com suas mãos. Parece-me que será mais fácil negociar entre mim e vocês".

No front, as forças russas avançaram rapidamente em direção a Kiev e às principais cidades ucranianas. Os homens ucranianos foram convocados a não deixar o país, para reforçar as forças de defesa. Nas cidades, a população civil está recebendo armas do governo, como fuzis e pistolas, e treinamento de uso.

Quem não conseguiu deixar a capital, buscou abrigo em estações do metrô. Uma das mais procuradas é a Arsenalna, a mais profunda do mundo, mais de 100 metros abaixo do nível da rua. Os moradores levaram mantimentos, roupas e animais de estimação. Depois das 22 horas, Kiev parecia uma cidade-fantasma, com o início do toque de recolher imposto pelo governo.

Fonte do Departamento de Defesa dos Estados Unidos informou que a resistência ucraniana no acesso às principais cidades fez com que o avanço russo perdesse força, ontem. "Seu impulso, particularmente no que diz respeito a Kiev, desacelerou nas últimas 24 horas", disse o funcionário. Ele revelou também que os russos ainda não haviam conseguido controlar o espaço aéreo do país invadido, apesar da supremacia de armamento.

O secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Jens Stoltenberg, revelou que a aliança de defesa reforçará a presença militar no chamado "flanco Leste" (países do Leste Europeu integrados à Otan), posicionando mais soldados e aviões em bases aliadas. A Otan ativou o plano de resposta para a região e anunciou que irá distribuir mais 100 aviões de combate em 30 locais diferentes.

Daniel Leal/AFP

Homem vasculha os escombros de um edifício residencial atingido por bombas na Koshytsa Street, um subúrbio residencial ao Norte de Kiev

Genya Savilov/AFP

Civis ucranianos recebem armas e treino para resistir aos russos

Já o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, alertou que nenhuma "polegada de território da Otan" será cedida. O Pentágono enviará mais sete mil soldados para a Alemanha.

Sanções

Enquanto bombas e mísseis explodiam em instalações estratégicas de infraestrutura da Ucrânia e atingiam também áreas residenciais, líderes do mundo todo passaram o dia em negociações e reuniões de análise de cenários, cada vez mais incertos por causa das declarações dos senhores da guerra da Rússia.

O ministro das Relações Exteriores, Serguei Lavrov, por exemplo, pediu a rendição. "Estamos prontos para negociações assim que as Forças Armadas ucranianas depuserem as armas."

O Kremlin confirmou a pretensão de enviar negociadores à capital de Belarus, Minsk, para dialogar com representantes do governo Zelensky.

Até agora, os países da Otan vem concentrando as pressões sobre Putin em sanções econômicas cada vez mais severas, restringindo acesso aos mercados financeiros internacionais. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, ampliou o escopo de ameaças: "Os líderes russos enfrentarão um isolamento sem precedentes".

Mas os 27 aliados da Otan não cruzaram a linha proposta, principalmente, pela França, que é a de excluir a Federação Russa do sistema bancário internacional Swift, uma exigência de Kiev. Para Zelensky, os aliados estão fazendo pouco.

"Cancelar vistos para russos? Desconexão do Swift? Isolamento total da Rússia? Expulsão de embaixadores? Embargo ao petróleo? Hoje, tudo deveria estar sobre a mesa", disse.

Pouco depois, Paris e Berlim anunciaram mais sanções, que atingem as finanças de lideranças políticas e militares da Rússia, incluindo Putin e Lavrov.

A guerra afetou eventos esportivos e culturais. A etapa de Sochi da Fórmula 1, marcada para 25 de setembro, foi cancelada. Assim como a temporada de verão do balé Bolshoi, na Royal Opera House, em Londres. E os times de futebol dos dois países não poderão disputar jogos internacionais em seus próprios territórios. A decisão da Champions League, que seria disputada em Moscou, em 28 de maio, passou para Paris. (**Leia mais nas páginas 3 a 5, e 47**)

» Alerta de radiação em Chernobyl

A Ucrânia registrou dados preocupantes de radiação na usina nuclear de Chernobyl, que caiu nas mãos do exército russo. Moscou afirma que está tudo sob controle, "mas não podemos verificar, porque todos os funcionários foram evacuados", disse o vice-diretor do departamento ucraniano que cuida das questões de segurança em instalações nucleares, Alexander Grigorach. Igor Konashenkov, porta-voz do Ministério da Defesa russo, descartou qualquer problema com a usina, fechada desde 1986, quando o reator nuclear explodiu e provocou a maior contaminação radioativa da Europa. "A radiação na área da central nuclear está em conformidade com a norma", assegurou.

Mais de 100 mil pessoas cruzaram a fronteira

A ONU pede "acesso livre e seguro" para quem presta ajuda humanitária na Ucrânia, invadida militarmente na quinta-feira pela Rússia. Também clama pela proteção de crianças e adolescentes, segundo informaram duas emissárias para a infância em conflitos armados e para a violência contra os menores de idade, Virginia Gamba e Najat Maalla M'jid, funcionários da organização.

Mais de 100 mil ucranianos já fugiram do país desde o início da invasão russa, na quinta-feira, segundo informou o alto comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Filippo Grandi.

Para quem precisa ajudar quem não pode sair do país, as equipes de ajuda humanitária devem poder desfrutar de "proteção" ao levar ajuda à população "em todas as regiões da Ucrânia afetadas pelo conflito", declarou o secretário-geral adjunto para Assuntos Humanitários, Martin Griffiths.

Antes do início do conflito, a ONU prestava assistência a cerca de 3 milhões de pessoas, em particular no leste da Ucrânia, lembrou. Além disso, Griffiths esclareceu que, neste momento, todos as equipes do sistema das Nações Unidas continuam na Ucrânia, apenas o pessoal não essencial e parentes foram evacuados.

Também indicou que haverá uma solicitação de recursos em Genebra nos próximos dias para fazer frente a uma "escalada de necessidades" que deverá figurar "entre as mais altas". O impacto das sanções econômicas impostas à Rússia para o trabalho das organizações humanitárias está sendo avaliado em conjunto com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), acrescentou o funcionário.

Proteção às crianças

Em comunicado conjunto, as emissárias da ONU Virginia Gamba e Najat Maalla M'jid lembraram a "todas as partes" envolvidas no conflito que a proteção aos civis, em especial as crianças, deve ser "a principal prioridade".

"Os 7,5 milhões de menores na Ucrânia devem ser protegidos das consequências do conflito" e "não devem ser recrutados ou utilizados", diz a nota. "Instamos todas as partes a que se abstenham de atacar infraestruturas civis, em particular, as que têm impacto para as crianças, como escolas e instalações médicas, assim como sistemas de água e saneamento."

Attila Kisbenedek/AFP

Número de refugiados a caminho da fronteira aumenta a cada dia

Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br e
Tels.: 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

LEGISLATIVO

CPIs NA CÂMARA têm poucos resultados

Instrumento de fiscalização do parlamento, as comissões de inquérito servem como pressão política sobre o Executivo. Dois requerimentos são motivos de embate: CPI do Iges e a da Pandemia. Único processo finalizado nesta legislatura foi o do feminicídio

» EDIS HENRIQUE PERES
» PABLO GIOVANNI*

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) são importantes ferramentas de fiscalização do Poder Legislativo. Ao longo do atual governo, uma CPI foi concluída, duas estão em andamento na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), e sete aguardam assinaturas suficientes para serem prioridade no parlamento. No entanto, além de um dispositivo de fiscalização, as comissões desempenham um papel de articulação política e estratégia.

No governo Ibaneis Rocha (MDB), a CLDF concluiu a CPI do Feminicídio, com a entrega do relatório final em maio de 2021. Presidente da Comissão, Cláudio Abrantes (PDT) destaca que a investigação desafiou todos os envolvidos. "Foi um mergulho na realidade da mulher que, de alguma forma, vive em situação de risco, vítima de abusos e agressões. Vale lembrar, por exemplo, que a condução dos trabalhos teve como um dos entraves a pandemia, em um período de ainda mais incertezas e sem a presença das vacinas. O principal recado que a CPI deixa, inclusive para a política, é a necessidade de que haja integração entre toda a sociedade e do poder público. A educação, o engajamento permanente de todos, o combate ao silêncio, sem espaço para qualquer tipo de omissão ou procrastinação, é o que vai construir uma realidade positiva para a mulher", pondera.

O relatório final produzido avaliou que "os serviços especializados funcionassem de forma integrada e fossem coibidas práticas de violência institucional" as "trágicas mortes de mulheres entre 2019 e 2020 poderiam ser evitadas". Diversas ações foram propostas pelos parlamentares, incluindo medidas para o Judiciário, para o Legislativo e para o Executivo, entre elas, a criação de um Observatório do Feminicídio e o monitoramento integrado das medidas protetivas de urgências. Em agosto, o *Diário Oficial do Distrito Federal* (*DODF*) publicou a decisão que acrescentou o observatório entre as medidas de proteção à mulher.

No entanto, desde 2019, não houve outra CPI finalizada pela CLDF. Cientista política, Fernanda Barros destaca que a comissão "tem um caráter de identificar os atos omissos e as improbidades feitas pelo Poder Executivo". "Ela também tem um papel na proposta política, enquanto um grupo de pressão da agenda governamental, e tem uma função bastante precisa. Essa medida (da CPI) está dentro do nosso rito constitucional, justamente para que o nosso Legislativo possa judicializar e fiscalizar o Executivo, cobrando aquilo que se espera dos governantes", explica.

Essa ação é considerada um instrumento de minoria, pois prevê o quorum de aprovação de um terço dos parlamentares, conforme detalha o advogado e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB) Caio Morau. "Os membros da comissão tem poderes iguais aos de autoridade judiciais, e a CPI oferece uma leva de instrumentos muito grande de investigação, como convocação de autoridade para depor, quebra de sigilo fiscal, bancário e de telefone, busca e apreensão e uma série de dispositivos previstos na Constituição", enumera.

Caio cita que, ao final do processo, a CPI entrega um relatório com duas partes principais. "O indiciamento das pessoas, se há indício de autoria e materialidade de possíveis crimes; e o aperfeiçoamento de determinadas normas para que sejam criadas novas leis ou medidas referente ao tema", complementa o professor. Após essa fase o documento é entregue ao Ministério Público (MP), que vai decidir se oferece uma denúncia.

Raio-X

Entre 2019 e 2022, a CLDF concluiu uma CPI e tem duas em andamento na Casa, além de sete requerimentos protocolados. Confira:

REQUERIMENTOS

CPI do Iges
Investigar denúncias de direcionamento de contratação de empresas, sobrepreço em contratos, gastos em cartões corporativos e aluguel de imóveis em superfaturamento. Assinado em 28 de abril de 2021. De autoria da base do governo e da oposição.

CPI da Pandemia
Investigar a regularidade dos atos praticados pelo Executivo em decorrência da pandemia. Assinado em 4 de agosto de 2020. De autoria da oposição.

CPI dos Contratos da Saúde
Investigar irregularidades em auditorias e inspeções da Controladoria Geral do DF na execução de despesas, formalização e execução de contratos com a Secretaria de Saúde. Assinado em 16 de setembro de 2020. De autoria da base do governo.

CPI da Secretaria de Saúde
Investigar irregularidades e causas de desvios endêmicos entre 1º de janeiro de 2011 a 10 de setembro de 2020. Assinado em 15 de setembro de 2020. De autoria da base do governo.

CPI da Papuda
Investigar superfaturamento e prejuízo de mais de R$ 4 milhões em obras dos Centros de Detenção Provisória no Complexo Penitenciário da Papuda. Assinado em 15 de setembro de 2020. De autoria da base do governo.

CPI das Pirâmides Financeiras
Investigar operações fraudulentas em empresas de serviços financeiros ligados a criptomoedas e na divulgação de informações falsas. Assinado em 26 de agosto de 2020. De autoria da base do governo.

CPI da Fake News
Investigar a produção e propagação de notícias falsas, desinformações e boatos. Assinado em 14 de abril de 2020. De autoria da base do governo e da oposição.

EM ANDAMENTO

CPI da Sonegação Fiscal
Investiga instituições financeiras por possíveis fraudes na arrecadação de Impostos Sobre Serviços (ISS). Assinada em 8 de setembro de 2020. De autoria da oposição e da base do governo.

CPI dos Maus-tratos contra animais
Investiga diversos maus-tratos a animais. Assinada em 26 de março de 2019. De autoria da base do governo.

CONCLUÍDA

CPI do Feminicídio
Investigou os casos de feminicídio no DF e apontou diversas recomendações para o Executivo, Legislativo e Judiciário, com o objetivo de reduzir as vítimas desse crime. Assinada em 12 de setembro de 2019. De autoria da base do governo e da oposição.

Pacífico/CB/D.A Press

Poliana Gomes/Divulgação

Após a CPI, foi estabelecida a criação do Observatório do Feminicídio, conforme o *Diário Oficial do DF*

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Votação para composição de membros da CPI do Feminicídio. Única concluída neste mandato

Em mãos

Duas CPIs estão em andamento na Câmara Legislativa. Presidente da Comissão de Sonegação Fiscal, Rodrigo Delmasso (Republicanos) avalia que os trabalhos estão "em bom andamento". "Fizemos alguns requerimentos e pedimos informações para a Secretaria de Economia. Recebemos parte desse retorno. A área técnica está analisando, e esperamos concluir a primeira etapa até 7 de março. A ideia é verificar se existe uma sonegação por parte dos bancos e, caso exista, queremos aumentar a arrecadação do DF", adianta o deputado.

A segunda CPI em andamento trata sobre maus-tratos a animais. Daniel Donizet (PL), presidente da Comissão, argumenta que diariamente os animais são vítimas de violência. "A natureza dos casos registrados vai desde atos de crueldade até a morte, perseguição, caça, apanho e utilização de espécimes da fauna silvestre. Portanto, é incontestável a necessidade de que a situação seja investigada e fiscalizada", defende o parlamentar.

Apesar disso, segundo Donizet, "as próprias autoridades do DF confessaram não fiscalizar e apurar boa parte das denúncias de crimes contra animais por falta de efetivo ou de local para levar os animais resgatados. Eu recebo inúmeras mensagens, diariamente, de cidadãos reclamando". O deputado ressalta que a CPI busca mapear os casos de maus-tratos e "solicitar informações aos órgãos do governo, à Polícia Civil, ai Instituto Brasília Ambiental e ao Tribunal de Justiça do DF e Territórios".

Interferência

Com tais prerrogativas, as CPIs desempenha um papel de articulação política. Neste governo, dois requerimentos estão parados: a da Pandemia, que pretende investigar a regularidade dos atos praticados pelo Poder Executivo; e a do Instituto de Gestão Estratégica (Iges) que avalia a contratação de empresas e o sobrepreço em contratos e gastos corporativos do instituto. Uma das parlamentares que assinou e propôs as duas CPIs é Arlete Sampaio (PT), oposição da base do governo.

A parlamentar destaca que "13 deputados fizeram o requerimento da CPI da pandemia, ou seja, a maioria da Casa, pois somos 24 parlamentares". "Era obrigação da Mesa conseguir prioridade para a CPI da Pandemia. Contudo, depois, um deputado retirou a assinatura. O que vale dizer é que o nosso objetivo não é a condenação prévia de ninguém, é uma apuração séria do que aconteceu com a Saúde. Da mesma forma com a CPI do Iges, que temos as oito assinaturas necessárias, mas não o suficiente para ela ser considerada prioridade, e só podemos ter, pelo regulamento da Casa, duas CPIs em andamento. A gente percebe que algumas propostas de CPIs são apenas uma manobra de direcionamento do governo", opina Arlete.

Cientista político e advogado, Valdir Pucci explica que esse é um movimento comum dentro da política. "A CPI é instrumento desse jogo, porque, muitas vezes, um deputado que é desprestigiado pelo governador coloca o nome em um pedido de CPI, uma vez que o instrumento permite a retirada do nome até a Comissão ser instaurada, afim de buscar um prestígio junto ao Poder Executivo", conta.

Na avaliação de Valdir, algumas CPIs que aguardam para serem aprovadas na CLDF não devem ser emplacadas até o fim desta legislatura. "Pela força do governador, não acredito na instauração de CPI contra a (Secretaria) de Saúde e o Iges passarem por esse processo, porque os deputados assinaram e, depois, retiraram a assinatura. O apoio ao governo é majoritário na Câmara", destaca.

Apesar dos esforços para a aprovação de uma CPI, e do tempo que dura a investigação da Comissão, nem sempre o MP considera que há materialidade para instaurar um inquérito. Especialista em direito público, Amanda Caroline explica o motivo de a população muitas vezes ficar com a impressão de que a investigação "acabou em pizza". "A CPI no relatório final pode arquivar o fato, caso não tenha indício de fraude ou crime, ou apresentar o processo ao Ministério Público, pois ele é o detentor da ação penal", afirma.

"Muitas pessoas pensam que a CPI vai punir os responsáveis, porque, passados tantos dias ouvindo-os, se acredita que esse será o fim do procedimento. No entanto, a Comissão não tem esse poder. Será o MP que avaliará se a denúncia tem provas e indícios fortes, com materialidade e autoria, para que a ação seja iniciada. Nem sempre o processo vai adiante, e o MP pode simplesmente dizer que as provas são frágeis, como no caso que todo o país presenciou, da CPI da Covid-19, quando o Ministério Público, sem exemplificar quais provas, apenas disse que o indicimento estava frágil", detalha Amanda Caroline.

***Estagiário sob a supervisão de Guilherme Marinho**

Palavras de especialista

Poderes Investigativos

"As Comissões Parlamentares de Inquérito estão previstas no art. 58, § 3º, da Constituição, tendo seu regramento detalhado na Lei nº 1.579/52 e nos Regimentos Internos das Casas (Senado Federal, Câmara dos Deputados Federal e Congresso). A instauração da CPI somente ocorrerá após o preenchimento de três requisitos: o requerimento de, no mínimo, um terço dos parlamentares; a indicação do fato determinado que será o objeto da apuração; e o prazo de sua duração.

Importante esclarecer que, preenchidos os três requisitos, a CPI deve ser instaurada, não havendo qualquer discricionariedade por parte do presidente da Casa ou da Mesa Diretora para impedir sua criação. Isso porque, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o direito constitucional de investigar, expressamente outorgado às minorias das Casas, deve prevalecer.

Ainda, necessário pontuar que, embora a CPI tenha poderes investigativos, a Comissão não tem autonomia para indicar qualquer autoridade pública que figure como investigada, bem como não possui competência para julgar ou punir os investigados, se limitando a encaminhar, ao final, um relatório com suas conclusões ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União (AGU) para que sejam adotadas as medidas criminais e cíveis aplicáveis."

Raíssa Isac, advogada criminalista

GUERRA NO LESTE EUROPEU

KREMLIN AMEAÇA FINLÂNDIA E SUÉCIA DE CONSEQUÊNCIAS "MILITARES E POLÍTICAS" SÉRIAS, CASO ENTREM PARA A OTAN, QUE REFORÇARÁ PRESENÇA MILITAR NOS PAÍSES ALIADOS

Moscou mira a Escandinávia

AFP

Manifestantes usam as cores da bandeira ucraniana, em Estocolmo

AFP

Finlandeses protestam contra a guerra em frente à embaixada russa em Helsinque: ajuda financeira ao governo de Zelensky

Depois de entrar em guerra com a Ucrânia, a Rússia, agora, ameaça as vizinhas Finlândia e Suécia de "repercussões militares e políticas sérias", caso as nações escandinavas optem por se juntar à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) após a invasão de Kiev. "A Finlândia e a Suécia não devem garantir sua segurança prejudicando a de outros países", disse, em uma coletiva de imprensa, a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores russa, Maria Zakharova. A Aliança Atlântica anunciou que reforçará a presença militar em países membros da organização.

Segundo Zakharova, "claramente, a adesão da Finlândia e da Suécia à Otan, que é, antes de tudo, uma aliança militar, teria sérias repercussões político-militares, que exigiriam uma resposta de nosso país", destacou. Na quinta-feira, a primeira-ministra finlandesa, Sanna Marin, disse que o debate interno sobre a adesão à Otan "mudará após o início de uma guerra na Ucrânia". Tanto Marin quanto o presidente do país, Sauli Niinisto, condenaram veementemente o ataque da Rússia ao vizinho.

"Condeno veementemente as medidas militares que a Rússia iniciou na Ucrânia", tuitou Niinisto. O presidente, contudo, descartou a possibilidade de a Finlândia aderir à Otan, em resposta à guerra. "Agora, estamos ouvindo comentários sobre a inscrição e a adesão. Essas reações sensíveis são compreensíveis, mas não podem realmente funcionar no mundo real", disse ele.

A primeira-ministra sueca, Magdalena Andersson, também manifestou-se contra a invasão de Kiev pelo Twitter, dizendo que "os atos da Rússia são, também, um ataque à segurança europeia". Assim como o colega finlandês, Andersson não sinalizou para uma possível adesão à Otan.

As ameaças anunciadas pela porta-voz do Ministério das Relações Exteriores russo vieram depois de o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, confirmar que o país estava recebendo apoio de ambas as nações. "Agradecido (à Finlândia) por alocar US$ 50 milhões em ajuda. É uma contribuição efetiva para a coalizão antiguerra. Continuamos trabalhando. Precisamos aumentar as sanções e o apoio à defesa (da Ucrânia)", escreveu ele, em um tuíte. Também pela rede social, o governante informou que "a Suécia fornece assistência militar, técnica e humanitária à Ucrânia. Grato por seu apoio efetivo. Construindo juntos uma coalizão anti-Putin".

Histórico

Essa não é a primeira vez que Moscou entra em conflito com os vizinhos escandinavos. Em 30 de novembro de 1939, durante a Segunda Guerra Mundial, a então União Soviética reivindicou a região, no que ficou conhecido como Guerra de Inverno. O conflito durou até 12 de março do ano seguinte, com a assinatura de um tratado de paz. O resultado foi considerado misto, com Helsinque concordando em ceder 10% do território e 20% da sua capacidade industrial à URSS.

Durante a Guerra Fria, embora a Suécia tenha se mantido neutra, colaborou com as nações ocidentais contra a União Soviética, infiltrando oficiais em missões que tinham Moscou como alvo. Nos anos de 1980, o país se viu ameaçado pela ronda constante de barcos e submarinos russos em suas águas, levando o então primeiro-ministro, Carl Bildt, a enviar uma nota de censura ao presidente da URSS na época, Boris Iéltsin.

A Otan terá novos reforços de militares dos EUA para auxiliar os aliados europeus. "Ordenei o envio de forças adicionais para aumentar nossas capacidades na Europa para apoiar os aliados da Otan", disse o presidente norte-americano, Joe Biden. "Como disse ontem (quinta-feira), os Estados Unidos defenderão cada centímetro do território da Otan."

Horas antes, o secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, havia afirmado que a aliança incrementará as defesas no flanco leste com soldados e meios aéreos. "A Rússia lançou uma invasão contra a Ucrânia com o objetivo claro de chegar a Kiev e acabar com o governo. Mas os objetivos do Kremlin não se limitam à Ucrânia", alertou. A força da Otan é composta por 40 mil soldados.

> **"A Rússia lançou uma invasão contra a Ucrânia com o objetivo claro de chegar a Kiev e acabar com o governo. Mas os objetivos do Kremlin não se limitam à Ucrânia"**
>
> ***Jens Stoltenberg,*** *secretário-geral da Otan*

Bens de Putin congelados

Em ações sintonizadas, Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia decidiram, ontem, impor sanções ao presidente russo, Vladimir Putin, e a seu ministro das Relações Exteriores, Serguei Lavrov. Inicialmente, uma ação direta contra o chefe do Kremlin estava praticamente descartada pela Casa Branca, mas, com o agravamento da ofensiva na Ucrânia, a situação mudou. A proibição de entrada em território americano está entre as medidas.

A reação de Moscou não tardou. A porta-voz da chancelaria russa, Maria Zakharova, considerou que a iniciativa mostra a "impotência" dos países do Ocidente. Ela alertou que as relações entre Moscou e as potências ocidentais estão se aproximando de um "ponto de não retorno". "Não foi nossa opção. Queríamos o diálogo, mas os anglo-saxões fecharam essas opções uma atrás da outra e começaram a agir de forma diferente", acusou a porta-voz.

Primeiro a adotar as sanções, o bloco europeu aprovou o congelamento de ativos de Putin e do chanceler, ainda pela manhã. "O presidente e o ministro das Relações Exteriores estão na lista. Haverá todo um trabalho (...) para identificar os bens a serem congelados", anunciou o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, ao fim de uma reunião de emergência.

Além de Putin e Lavrov, Borrell disse que serão alvo da ofensiva "os membros restantes da Duma russa (câmara baixa do parlamento) que apoiam essa agressão".

Em Londres, o Tesouro britânico incluiu Putin e Lavrov na lista de oligarcas russos que já tiveram suas propriedades e contas bancárias no Reino Unido congeladas.

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, fez um apelo dramático para endurecer as sanções europeias à Rússia. No entanto, o principal pedido, para que o sistema financeiro russo fosse excluído do sistema interbancário Swift, não foi adotado pela UE.

Celebridades condenam invasão

A ofensiva da Rússia contra a Ucrânia desencadeou uma forte reação de artistas do mundo inteiro contra o conflito. Cantores, atores e outras personalidades da mídia pediram a paz entre os dois países. Apesar de criticarem os atos violentos, as celebridades russas preferiram não "cruzar a linha vermelha", evitando mencionar diretamente o nome do presidente Vladimir Putin.

"Medo e dor. Não à guerra", postou em uma rede social Ivan Urgant, um famoso apresentador de um programa de televisão russo. Oxxxymiron, o rapper mais popular do país, declarou, em vídeo, que era "contra essa guerra que a Rússia está desencadeando contra a Ucrânia". Ele chamou a invasão de "uma catástrofe e um crime". Elena Tchernenko, correspondente do Kommersant, jornal considerado próximo do poder, organizou uma petição contra a guerra, assinada por uma centena de pessoas.

O mesmo tipo de posicionamento também foi assumido por Yan Nepomniachtchi, o melhor jogador de xadrez da Rússia. "A história conheceu muitos dias sombrios. Mas hoje é ainda mais sombrio", escreveu em seu perfil no twitter no dia da invasão russa.

Apesar de não atacarem o governo russo diretamente, as personalidades nacionais enfrentam consequências do posicionamento contrário ao Kremlin. Tchernenko perdeu seu credenciamento de imprensa concedido pelo Ministério das Relações Exteriores por "falta de profissionalismo", relatou a repórter no Telegram, e uma apresentação de Ivan Urgant, que seria realizada ontem, foi cancelada devido a "mudanças de grade relacionadas à situação atual", informou em um comunicado o canal público Pervy Kanal.

Celebridades de outros países, sem essa pressão, defenderam abertamente a Ucrânia. O ator e diretor americano Sean Penn está na capital Kiev para filmar um documentário e "dizer ao mundo a verdade sobre a invasão russa ao nosso país", informou a Presidência ucraniana.

"Não podemos ficar de braços cruzados quando uma criança grande bate em uma menor", declarou o escritor norte-americano Stephen King. "Apoio à Ucrânia", tuitou o ator Ashton Kutcher, casado com a atriz Mila Kunis, nascida na Ucrânia.

Por sua vez, o ator Gérard Depardieu não se manifestou após a invasão. Há poucos dias, o francês, que ganhou a nacionalidade russa em 2013, postou no Instagram uma foto beijando o presidente Putin com a legenda "amizade".

Divulgação/Governo da Ucrânia

O ator americano Sean Penn, em Kiev, onde grava um documentário sobre o conflito

DESCASO / Jovens promoveram aglomeração e desfilaram da 408 até a 413 Norte, em um bloco de carnaval. A maioria dos participantes estava sem máscaras. Evento surpreendeu e gerou protestos de comerciantes e moradores

Desrespeito ao decreto do GDF

» ARTHUR DE SOUZA

Reprodução/Arquivo pessoal

Moradores protestaram contra o desfile do bloco promovido por jovens sem máscara e aglomerados, em plena pandemia

Mesmo com a proibição do Governo do Distrito Federal, por meio de decreto publicado em janeiro, centenas de pessoas se reuniram para desfilar num bloco de pré-carnaval que começou na noite de quinta-feira e só parou na madrugada de ontem, percorrendo várias quadras comerciais da Asa Norte. Comerciantes e moradores da região contaram ao **Correio** que foram surpreendidos pela algazarra e que a concentração do bloco aconteceu na 408 Norte, e passou pela 410 e pela 413.

A Polícia Militar (PMDF) e a Secretaria DF Legal foram chamadas ao local para intervir. A pasta informou que os integrantes não estavam utilizando máscaras no momento da abordagem, além de não estarem respeitando o distanciamento, mas acrescentou que não foi possível identificar os organizadores do bloco. "Para não prejudicar os comerciantes, que não tinham relação com a folia não autorizada, foi solicitado e acordado por eles que os estabelecimentos fechassem enquanto ocorria a dispersão das pessoas, para que não corressem o risco de serem multados", revelou o DF Legal.

Repercussão

Um morador, que não quis se identificar, relatou que a família mora na 410 Norte há 42 anos e considerou o ocorrido como uma falta de respeito. "Vivemos um momento de pandemia, com milhares de pessoas ainda doentes, no hospital ou morrendo, e a gente ficou impressionado com a quantidade de gente que estava ali", comentou. No bloco, ainda de acordo com o morador, poucas pessoas estavam utilizando máscara, confirmando a informação dada pelo DF Legal. "Não é momento da gente estar se aglomerando dessa forma, eu acho que o momento disso acontecer vai voltar, mas, por enquanto, a gente precisa ter consciência, respeito e esperar o momento disso acontecer", lamentou.

O **Correio** procurou um dos estabelecimentos por onde o bloco passou. João Vitor de Oliveira é proprietário do bar e restaurante Recanto Favorito, no bloco D da 410 Norte. O dono do estabelecimento, que está no ponto desde 2017, afirma que não teve nada a ver com o fato. De acordo com João, o bloco estava passando pela quadra e parou em frente ao bar, por cerca de cinco minutos. O proprietário comenta que não concorda com o ocorrido e, desde que a pandemia se instaurou, respeita as normas de saneamento, o distanciamento, além de todas as precauções que são indicadas pelas autoridades de saúde.

Prevenção

João também destaca que não tem segurança de trabalhar na pandemia. "Fiquei extremamente preocupado ontem, quando o bloco passou pela quadra", protestou. O empresário explica que o ocorrido não corresponde à forma de trabalhar do bar. "Todo mundo está passando por esse período de crise, uma pandemia que tirou e está tirando a vida de muitas pessoas. Nós, como uma empresa, temos uma função social, e a gente preza por ela ao máximo", ressalta João. "Qualquer tipo de aglomeração ou evento, que seja irresponsável e traga mais malefícios do que benefícios a nossa comunidade, é fortemente repreendido por nós", frisou João.

Na tentativa de combater as festas clandestinas, o GDF vai intensificar a fiscalização durante o feriado de carnaval. As equipes de segurança e órgãos fiscalizadores, como os agentes da DF Legal, farão uma força-tarefa que contará com policiais civis, militares, bombeiros, agentes do Departamento de Trânsito (Detran) e do DF Legal, da Vigilância Sanitária, do Procon, do Instituto Brasília Ambiental (Ibram) e da Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob).

O que pode e o que não pode?

Proibidos:

- Eventos carnavalescos (pagos ou não), sejam eles bailes, shows, blocos, desfiles ou em bares, restaurantes, casas de festas, casas noturnas, etc;
- Shows e festivais com cobrança de ingresso ou qualquer contribuição do público, ainda que revertida em consumo;
- Bares, restaurantes, boates e casas noturnas que tenham espaço para dança;
- Festas com cobrança de ingresso.

Permitidos:

- Funcionamento de bares com música ao vivo, sem cobrança de ingresso e sem pista de dança;
- Shows, festivais sem cobrança e sem espaço para dança;
- Eventos esportivos, mediante uso de máscara pelos participantes;
- Casas e estabelecimentos de festas (casamento, aniversário ou batizado) sem cobrança de ingressos ou contribuição;
- Festas privadas, em condomínios e residências, sem cobrança de ingresso e/ou qualquer contribuição.

Fonte: GDF

PANDEMIA

Elevado índice de mortes em 2020

» ANA MARIA POL

O Distrito Federal está entre as unidades federativas com maior taxa de mortalidade registrada no primeiro ano da pandemia: foram 1.397 óbitos por milhão de habitantes. O dado faz parte de uma análise do Ministério da Saúde, publicada neste mês, que traça um raio X da pandemia no país no período que vai de 26 de fevereiro de 2020 até 2 de janeiro de 2021. Para especialistas, o resultado do mapeamento é um reflexo da falta de vigilância epidemiológica na capital federal, que sofre, ainda hoje, com a deficiência de políticas públicas relacionadas ao enfrentamento da covid-19.

CORONA VÍRUS

A análise detalha, ainda, a crise que aconteceu no Complexo Penitenciário da Papuda, que viveu um surto de covid-19 entre 1º de abril e 17 de julho de 2020. De acordo com o levantamento, dos 1.877 casos registrados no período, 1.648 (87,8%) ocorreram entre os integrantes da população privada de liberdade; 201 (10,7%) entre policiais penais; 17 (0,9%) entre profissionais da saúde; e 11 (0,6%) entre trabalhadores de serviços terceirizados. A letalidade geral por covid-19 foi de 0,2%. Para o doutor em saúde pública e professor na Universidade Católica, Roberto José Bittencourt, o estudo revela que não houve medidas eficazes de combate à pandemia.

De acordo com Roberto, existem três modelos de combate à disseminação do vírus, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS): supressão (isolamento seletivo), contenção (distanciamento social e uso de máscaras, por exemplo) e inação. "O modelo de inação significa deixar a infecção acontecer e, através da contaminação ou imunidade em massa, as taxas caem. À medida que as pessoas ficam doentes, o sistema de atenção hospitalar entra em ação", diz.

O especialista avalia que no DF houve falta de vigilância epidemiológica. "Nós tínhamos, todos os dias, o levantamento de casos e óbitos no DF. Os agentes das UBSs tinham que ser notificados e as equipes deveriam visitar essas pessoas contaminadas, realizar o isolamento e, dessa forma, fazer a supressão e contenção do vírus. Mas isso não foi feito", lamenta.

Para Roberto, ainda hoje colhemos as consequências das altas taxas registradas no primeiro ano de pandemia. As consequências biológicas são as sequelas, mas há também o ponto de vista coletivo. "A economia não consegue se reestruturar, são ondas e ondas de contaminação que afastam as pessoas das ruas, da convivência, de uma economia que precisa se reerguer", aponta. Ele diz que é preciso que o governo aja. "Nenhuma sociedade vai se reerguer sem a participação do governo, e ele existe para isso. Para quando houver uma tragédia, providenciar uma forte ação estatal. Muitas lições ficaram, do ponto de vista individual, de política, de saúde, de estrutura hospitalar, de turbinar a atenção básica, reestruturar a vigilância epidemiológica", completa.

Ed Alves/CB

Sara Mota lamenta perda do padrinho para a covid-19

Óbitos por milhão de habitantes em 2020

Região / Estado	Óbitos
Sul	
1º) Rio Grande do Sul	782
2º) Santa Catarina	730
3º) Paraná	695
Sudeste	
1º) Rio de Janeiro	1.475
2º) Espírito Santo	1.258
3º) São Paulo	1.011
4º) Minas Gerais	565
Nordeste	
1º) Ceará	1.090
2º) Sergipe	1.078
3º) Pernambuco	1.006
4º) Paraíba	914
5º) Piauí	868
6º) Rio Grande do Norte	847
7º) Alagoas	747
8º) Maranhão	634
9º) Bahia	615
Norte	
1º) Amazonas	1.266
2º) Roraima	1.247
3º) Amapá	1.076
4º) Rondônia	1.016
5º) Acre	892
6º) Pará	830
7º) Tocantins	779
Centro-Oeste	
1º) DF	1.397
2º) Mato Grosso	1.269
3º) Goiás	957
4º) Mato Grosso	840

O **Correio** procurou a Secretaria de Saúde e questionou acerca das medidas adotadas durante o período de 2020. Até a publicação da reportagem, a pasta não havia se pronunciado.

A família da psicóloga Renata Teixeira, 38 anos, viveu de perto os rastros que a pandemia deixou. Além de ser contaminada no pós parto, ela sofreu o luto de perder o padrinho para a doença, em maio do ano passado. "Foi um momento muito difícil porque aconteceu no auge dos casos do ano passado, não tinha mais vagas nos hospitais para UTI", diz. Ela lembra que a família se mobilizou para buscar uma vaga na unidade de tratamento intensiva, e o padrinho ficou cerca de 50 dias internado. "Ele faleceu no dia do meu aniversário. A perda foi um baque para todos nós porque ele era um homem forte, e infelizmente a vacina não chegou em tempo pra ele. Se ele tivesse se vacinado estaria aqui, com certeza", lamenta.

Renata conta que após todo o sofrimento da família, fica o sentimento de impotência, dor e raiva. "Como o governo se despreocupou em fazer a parte dele. Tudo poderia ter sido diferente para muitas famílias. Assim como para minha. Fica um vazio.

A estudante universitária Sara Moreira Mota, 22, conta que também se contaminou com o vírus. No final de setembro do ano passado, recebeu o diagnóstico. "Amanheci num sábado cedo desconfiando da minha temperatura e vi que era febre. Tive um mal estar horrível, dores no corpo e resolvi fazer o teste", recorda. Ela diz que os sintomas foram leves. "A vacina serve como atenuante de sintomas, e, por isso, a sua importância. As pessoas se descuidam, o que acaba não ajudando em nada a situação da nova variante", completa.

Presídios

Já é sabido que o novo coronavírus pode se espalhar amplamente em ambientes confinados como as instituições penais. O sistema prisional do DF, por exemplo, viveu um surto de covid-19 em 2020. Segundo o epidemiologista Wildo Navegantes de Araújo, a ocorrência destes surtos se dá pelas falta de iluminação por incidência solar, umidade, falta de distanciamento e dificuldade de implementação das demais medidas de controle da pandemia.

Ele compara a transmissibilidade da covid-19 a "uma faísca em gasolina". "A doença se dissemina muito rapidamente, podendo demandar leitos clínicos e de UTI, em espaço curto de tempo. Seja para a massa prisional, seja para os profissionais que trabalham no sistema, além de familiares que os visitam", ressalta.

A reportagem procurou a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seape). Até a publicação da reportagem, a pasta não se pronunciou.

Menor taxa de transmissão do ano

» RAFAELA MARTINS

A taxa de transmissão do novo coronavírus caiu pelo décimo segundo dia e chegou a 0,74, de acordo com o Boletim Epidemiológico divulgado ontem pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). O número demonstra que um grupo de 100 pessoas contaminadas pode infectar outras 74. Quando o índice está abaixo de 1, aponta controle da pandemia.

Em 24 horas, a pasta notificou 11 mortes em decorrência da covid-19. Ao todo, 11.409 mil vítimas morreram na capital do país desde o início da pandemia. Destas, 984 residiam em outro estado, sendo 846 de Goiás e 138 de localidades não informadas.

A média móvel de infecções está em 1.887, o que representa queda de 62% em relação a 14 dias atrás. Já a média móvel de óbitos está em 13 — aumento de 4%, indicando estabilidade.

Segundo a Secretaria de Saúde, nas últimas 24 horas, 929 novos casos positivos para covid-19 foram registrados e o total de infectados chegou a 680.841. A secretaria contabiliza que mais de 606 mil são moradores do DF, 35 mil de Goiás, 8 mil de outros estados e 29 mil estão em investigação.

A 1ª dose foi aplicada em 2,4 mil pessoas, e 2,2 milhões já têm o ciclo vacinal completo. Já foram aplicadas 926.181 doses de reforço. E 139.252 crianças de 5 a 11 anos já estão vacinadas.

GUERRA NO LESTE EUROPEU

ITAMARATY SE AFASTA DA POSTURA DE BOLSONARO E, EM TOM CAUTELOSO, EMBAIXADOR BRASILEIRO NO CONSELHO DE SEGURANÇA CRITICA ATAQUE À UCRÂNIA. RESOLUÇÃO CONTRÁRIA À INVASÃO FOI DERRUBADA PELO VOTO RUSSO

ONU: Brasil condena ataque

» MICHELLE PORTELA

Numa postura descolada daquela que vem adotando o presidente Jair Bolsonaro, o Brasil condenou a invasão da Rússia à Ucrânia, durante a reunião de ontem do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). A resolução de condenação recebeu 11 votos a favor e três abstenções. A moção, porém, não foi aprovada, pois o voto de qualidade da Rússia — que é membro permanente do colegiado, e também ocupa atualmente sua presidência — foi suficiente para rejeitá-la.

A posição brasileira era muito aguardada, já que o Ministério das Relações Exteriores vem adotando uma postura alinhada com Bolsonaro — que, por ter estado há poucos dias com Putin, tem se esquivado de criticar o presidente russo. Porém, no voto lido pelo embaixador brasileiro na ONU, Ronaldo Costa Filho, o Brasil se colocou contra a invasão à Ucrânia e a guerra entre os dois países.

"A integridade territorial e a soberania [dos países] não são palavras vazias. É nosso dever dar significado concreto a elas. Precisamos criar condições de diálogo enquanto garantimos que a invasão no território soberano seja inaceitável", condenou.

Costa Filho alertou que o mundo vive um momento "sem precedentes" e uma "violação à Carta da ONU". Por isso, segundo o embaixador, o Brasil está "profundamente preocupado" com a operação militar russa e alertou: "uma linha foi cruzada".

Ainda que não tenha usado palavras duras como os representantes dos Estados Unidos e do Reino Unido, para o representante brasileiro é importante retomar as negociações para pôr fim ao conflito. "Precisamos buscar caminhos para a paz na Ucrânia, não recuar nas negociações diplomáticas. As vidas de milhões estão sob ameaça. No fim, a paz precisa prevalecer", defendeu.

A resolução pedia que a Rússia "retirasse imediata, completa e incondicionalmente" as forças militares da Ucrânia e "revertesse" a decisão de reconhecer a independência das províncias de Donetsk e Luhansk, uma vez que "viola a integridade territorial". Votaram pela condenação ao ataque russo Albânia, Brasil, EUA, França, Gabão, Gana, Irlanda, México, Noruega, Quênia e Reino Unido. China, Emirados Árabes Unidos e Índia se abstiveram e Rússia foi contra.

> **"Integridade territorial e a soberania não são palavras vazias"**
>
> *Trecho do voto brasileiro lido pelo embaixador Ronaldo Costa Filho*

Pelo Twitter, o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, agradeceu o voto brasileiro de condenação à Rússia

Pressão de Washington

Mais cedo, antes da votação no Conselho de Segurança, o ministro de Relações Exteriores, Carlos França, conversou por telefone com o secretário de estado norte-americano, Antony Blinken, em mais um movimento de pressão de Washington para que o Brasil assuma uma postura mais dura contra Moscou. O chanceler brasileiro escutou que os EUA consideraram insuficiente a nota emitida pelo Itamaraty, na última quinta-feira, na qual afirmava que "o Brasil não pretende contribuir para rufar os tambores da guerra".

ONU/Divulgação

Voto lido por Ronaldo Costa Filho não foi de veemente condenação à Rússia, mas mostrou reposicionamento diplomático

Trem rumo à Romênia é esperança de fuga

Depois de o Ministério das Relações Exteriores anunciar, na última quinta-feira, que não teria condições de ajudar na retirada dos brasileiros residentes na Ucrânia, a embaixada em Kiev deu, ontem, uma pequena esperança àqueles que desejam deixar o país. Na página da representação diplomática, anunciou vagas no trem que liga a cidade a Chernivtsi, na fronteira com a Romênia. Porém, o fez de forma desorganizada e com poucos detalhes, segundo relatos de brasileiros que moram na Ucrânia.

Isso porque as instruções e o aviso para o embarque foram publicados, na página da embaixada no Facebook, pouco tempo antes da partida do trem. Dessa forma, somente 20 pessoas teriam conseguido as vagas para fugir da iminente invasão russa de Kiev.

De acordo com o comunicado da representação brasileira, "haverá hoje (ontem) trem que partirá às 22h (17h pelo horário de Brasília) da Estação Central de Kiev com destino à cidade de Chernivtsi". O texto traz, ainda, que "caso considerem que a situação de segurança em suas localidades o permita, cidadãos brasileiros e latino-americanos registrados junto à embaixada poderão dirigir-se à estação".

O comunicado destacou, também, que "a situação de segurança e de disponibilidade de transporte na cidade é instável e sujeita a mudanças repentinas, de modo que não é possível garantir a partida ou lugares suficientes". Segundo a representação, quem tiver interesse em ir embora da Ucrânia deve se apresentar à administração da estação — que, segundo a nota, está avisada para a chegada de brasileiros — na plataforma 5 e embarcar em qualquer vagão.

Porém, relatos de quem chegou à fronteira da Ucrânia com a Romênia — são mais de 11 horas de viagem — dão conta de que não existem locais de hospedagem. E que a fila para validar a entrada no país vizinho é grande.

As autoridades brasileira em Kiev avisaram que a prioridade é para mulheres, crianças e idosos. Mais: alertaram que não garantem a segurança dos brasileiros que decidirem fazer o trajeto rumo à fronteira romena. Isso porque os russos também estão atacando pelo ar e o trem corre o risco de ser atacado pelo ar ou ser bloqueado pelas tropas em avanço no território ucraniano.

"Os cidadãos que decidirem escolher essa viagem o farão por conta e risco próprio. A embaixada terá condições mínimas de prestar ajuda durante o trajeto até a fronteira com a Romênia", adverte a nota. **(MP com Fabio Grecchi)**

Aviso para "descer" do muro

» LUANA PATRIOLINO

Incomodados com a falta de clareza do Brasil sobre o ataque à Ucrânia, embaixadores da União Europeia, de países das Américas e do Japão cobraram, ontem, uma "condenação veemente" do presidente Jair Bolsonaro. E alertaram: "ignorar a situação" pode gerar futuras ameaças a outras nações.

Douglas Koneff, encarregado de negócios da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, não usou de meias palavras para deixar claro que a omissão de Bolsonaro é prejudicial. "Não é tempo de ficar no muro. Todos os países devem condenar o ataque. A voz do Brasil importa. Temos confiança de que o Brasil vai fazer o correto", cobrou.

A reunião entre os embaixadores precedeu um encontro deles com representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE). O representante da União Europeia, Ignacio Ybañez, avisou: o Brasil, por ser membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, não pode se esconder na neutralidade. "Estamos passando uma mensagem muito clara ao governo brasileiro, que tem a responsabilidade grande por estar no Conselho de Segurança", alertou.

"Esse não é só um problema europeu, é um problema internacional. Se ignorarmos, agora, uma agressão como essa, no futuro o mesmo pode ocorrer na Ásia ou na América Latina", argumentou o embaixador japonês, Teiji Hayashi

Heiko Thoms, representante da Alemanha, foi enfático ao afirmar que Bolsonaro deve ser explícito. "Precisamos de uma condenação clara e unânime de todas as nações membros da ONU, incluindo o Brasil", cobrou.

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Koneff deu o tom que quer de Bolsonaro: de condenação à Rússia

Sanções comerciais

Mas, nos bastidores do Itamaraty, a postura permanece sendo de condenar os ataques, mas sem fechar diálogo com Moscou. Isso porque o temor é que uma condenação veemente pode levar o presidente Vladimir Putin a mandar suspender acordos bilaterais e impor sanções às mercadorias brasileiras que fazem parte da pauta comercial entre os dois países.

Bolsonaro, porém, não deu qualquer indício de que vá abandonar a postura que adotou até agora. Sua única manifestação foi, na live da última quinta-feira, ao lado do chanceler Carlos França, uma crítica irritada com a opinião do vice-presidente Hamilton Mourão — que condenou a invasão, comparou Putin ao ditador nazista Adolf Hitler e que não basta impor sanções econômicas aos russos, mas que se deve agir militarmente contra eles.

Agressão à democracia, diz Tkach

» TAÍSA MEDEIROS

A falta de contundência do governo do presidente Jair Bolsonaro à invasão russa recebeu, ontem, severas críticas do encarregado de Negócios da Ucrânia no Brasil, Anatoliy Tkach. Segundo ele, não se trata mais de "apoiar um país ou outro", mas de uma violação à Carta das Nações Unidas e uma agressão aos princípios democráticos.

"Estamos observando uma violação do direito internacional e a própria Carta das Nações Unidas. Isso já quer dizer que a situação não é apoiar um país ou outro. A situação é estar a favor dos valores democráticos", disse.

Na reunião com diplomatas de várias representações em Brasília, Tkach pediu para que os países mostrem solidariedade com os ucranianos impondo sanções à Rússia e ajudando na resistência ao invasor.

"Apoio à Ucrânia com armas, equipamentos de proteção, combustíveis e fornecer o apoio financeiro. Apreciamos as sanções já impostas pela União Europeia, Austrália, Canadá, especialmente as sanções muito fortes que já foram impostas por Estados Unidos e Reino Unido, que estão prejudicando severamente a economia russa. Pedimos que o mundo reforce ainda mais essas sanções", salientou.

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Representante da Ucrânia cobrou do Brasil sanções à Rússia

Tkach ressaltou a importância do Brasil num processo de retomada da paz. Para ele, é preciso que o país também imponha sanções econômicas à Rússia e se una aos demais países na condenação à guerra.

Segundo Tkach, a ofensiva russa contra a capital ucraniana, Kiev, causou a morte dos quatro civis e ferimento de outras 15 pessoas. Mas, conforme disse, o ataque do invasor está sendo indiscriminado e atingindo locais que deveriam ser preservados.

"Um dos mísseis atingiu um orfanato nas proximidades de Kiev, com 50 crianças dentro. Por sorte, não tivemos informações de mortes", comentou. Tkach assegurou que os russos perderam cerca de mil soldados até agora, além de 80 tanques e 516 blindados.

O representante ucraniano também se mostrou preocupado com a tomada da área da central nuclear de Chernobyl, que em 1986 foi palco de um dos maiores desastres nucleares do século 20. Conforme Tkach, o aumento nos índices de radiação mostra que os russos praticam alguma espécie de manipulação do local. "Só podemos acreditar que o aumento do nível (da radiatividade) foi causado pelo movimento dos armamentos pesados", relatou.

Crônica da Cidade

ADSON BOAVENTURA | adsonboaventura.df@dabr.com.br

Imunizadão

Li no **Correio** que exercitar-se logo após tomar a vacina contra a covid-19 aumenta a produção de anticorpos. Foi o que descobriu uma pesquisa da Universidade Estadual de Iowa, nos Estados Unidos. Inicialmente, me senti mega imunizado.

Há 20 dias tomei a terceira dose. Ao contrário da testagem, quando penei por mais de sete horas na fila para saber se estava ou não com covid, a vacinação foi tranquila, todas as três vezes. Tomei a dose de reforço na UBS da Praça do Bicalho, em Taguatinga. Fiquei menos de 20 minutos na fila para completar o ciclo vacinal.

Era uma segunda-feira de folga, o clima estava agradável e o preço do carro por aplicativo nas alturas. Pensei: "Quer saber? Vou dar uma caminhada". Vindo de uma pessoa sedentária, essa escolha merecia ser acompanhada por aquela musiquinha que anuncia uma notícia bombástica na tevê (Tam-tam-tam-tam-tam, tantamtantam... "Estamos aqui com Adson Boaventura, que deixou de chamar um carro por aplicativo para, acreditem, caminhar", noticiaria o repórter).

E fui caminhando em direção ao Pistão Norte. A missão era percorrer praticamente toda a via, em direção ao centro de Taguatinga. Passei por vários trechos arborizados, o que tornou a experiência mais prazerosa e menos cansativa. Não lembrava que aquela parte da cidade era tão verde e agradável. Pessoas corriam ou caminhavam no calçadão, outras andavam de bicicleta. Enquanto isso, no asfalto, os carros estavam em um longo engarrafamento. Realmente, foi uma boa ideia caminhar.

Estava nublado, não fazia calor e nem senti que havia caminhado por 30 minutos. Me dei conta do tempo de exercício quando decidi mudar a rota e passar pelas quadras residenciais de Taguatinga Norte. E eis que no meio do caminho tinha um boteco. Tinha um boteco no meio do caminho. Pensei: "pô, deu uma sede essa caminhada, heim? E eu todo imunizadão, bonitão. Merece uma cervejinha, né?". E todo o meu momento saudável seria anulado. Em questão de minutos, ganharia as calorias que havia perdido na caminhada.

Obviamente, ainda na primeira dose (da vacina), havia pesquisado na internet: "pode beber depois de tomar vacina?". Essa, por sinal, foi uma das perguntas mais feitas pelos brasileiros ao Google durante a pandemia. Como não há restrição, fui tomar umas geladas.

Graças ao esforço físico, pelo menos eu estava com mais anticorpos contra o coronavírus. Bacana... Só que não. Relendo a matéria sobre a pesquisa norte-americana, reparei um pequeno detalhe: eu teria de ter caminhado por, pelo menos, 90 minutos, e não 40 como eu havia feito. Poxa vida, por 50 minutos eu não me tornei um mega imunizado. Era isso mesmo? Será que os anticorpos não dão um desconto pelo meu sedentarismo e levam em conta a caminhada, mesmo finalizada com uma cervejinha?

Mas tudo bem. Pelo menos eu completei o ciclo vacinal, fiz uma caminhada bucólica e economizei a grana do carro por aplicativo. Grande dia. Brinquem o carnaval com moderação e sem aglomeração, com a 'responsa' de que a pandemia ainda está na área. E a crônica até dá marchinha em ritmo de funk: "Esse é o bonde do imunizadão/Bora tomar vacina e dar um corridão..." Credo, meu Deus. Não. Enfim, pelo menos vacinem-se e não se aglomerem. E bebam água.

HOMENAGEM / Dida Sampaio sofreu um AVC em 10 de fevereiro, não conseguiu se recuperar e teve morte cerebral

Fotojornalismo de luto

» RAFAELA MARTINS

O fotojornalismo brasileiro perdeu uma referência profissional, política, social e humanitária. O fotógrafo Francisco de Assis Sampaio, mais conhecido como Dida Sampaio, 52 anos, contava histórias por meio das lentes e dos cliques de suas câmeras. Os registros do fotógrafo rodaram o mundo e ganharam prêmios importantes da América Latina. O comunicólogo sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC) em 10 de fevereiro e teve morte cerebral confirmada, ontem, pelos médicos.

"Estou tentando absorver a notícia ainda. Dida Sampaio foi excepcional, uma pessoa e jornalista ímpares, e um fotógrafo que não tem outro igual. Fizemos diversas coberturas internacionais e nacionais juntos, e ele me ajudava sempre. Costumo dizer que o Dida era o melhor e o pior concorrente, porque ele tirava o melhor de mim", disse o fotógrafo e amigo Alan Marques. Casado, Dida deixa a esposa Ana e três filhos.

Nascido em 1969, no Ceará, Dida mudou-se ainda jovem para Brasília, onde, além de trabalhar no **Correio Braziliense**, também foi correspondente de outros jornais e portais de fora da capital federal. Com uma foto da ex-presidente Dilma Rousseff pedalando em uma via pública de Brasília, com um lava-jato ao fundo (uma referência à extinta operação da Polícia Federal), Dida Sampaio ganhou o Prêmio Exxonmobil de Fotografia em 2015.

No mesmo ano, ele ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo, na categoria Regional Sudeste, o Vladimir Herzog e o Direitos Humanos de Jornalismo, Esso de Fotografia. O jornalista trabalhava atualmente no jornal *O Estado de S. Paulo*.

O trabalho de Dida também fez parte de exposições, como uma realizada no Centro Português de Fotografia, em janeiro de 2011, com o título *Narrativas Brasileiras*, em Lisboa. Em 2020, no começo da pandemia no Brasil, Dida Sampaio foi agredido por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, em frente ao Palácio do Planalto. A ação foi repudiada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ), que apoiaram o fotógrafo.

Referência

Educado, comunicativo e sorridente, Dida Sampaio andava pelos anexos da Câmara dos Deputados dia e noite. Quem teve a possibilidade de cruzar com o profissional, comenta que ele era extremamente cuidadoso e exigente com o trabalho, porém ajudava a todos. É o caso do diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal Wanderlei Pozzembom.

Arquivo Pessoal

O fotojornalista Dida Sampaio, de 52 anos, deixa esposa e três filhos

"Neste momento que precisamos sair em defesa do jornalismo. A perda de Dida Sampaio nos deixa um pouco órfãos. Ele ajudaria a salvar essa profissão, mas com certeza ele eternizou a história fotográfica da política brasileira. Como profissional, ele era excelente, então, ele deixa um legado enorme para o fotojornalismo. Sem contar que o Dida era um amigo de verdade", ressaltou.

O empresário Ailton de Freitas também lembra de Dida como um grande amigo. Ailton foi parceiro de trabalho do fotógrafo e lembra do companheirismo e do profissionalismo que ele tinha. "Sempre foi muito companheiro. Eu tive uma demissão há três anos e ele me ligava e falava comigo diariamente, para saber como eu estava. Sem máquinas, éramos grandes amigos, mas não brincava quando entrava em serviço: era muito profissional e sempre aplicado. Ganhou todos os prêmios possíveis", lembra.

Ailton destacou o lado familiar do repórter fotográfico, que priorizava a esposa e os filhos. "Dida Sampaio vai fazer muita falta para a família dele. Quando voltava de viagens internacionais, ele compensava o tempo para aproveitar em família", disse o amigo.

Depoimentos

"Conheci Dida no início de carreira. Fomos colegas juntos no Estadão ao lado de uma geração de brilhantes repórteres-fotográficos que só aparecem de tempos em tempos, quando o universo permite. Sua genialidade está marcada e sua amizade será sempre eterna"

Bartolomeu Rodrigues, secretário de Cultura do Distrito Federal

"É com uma dor sem tamanho que recebi a notícia de que perdemos o Dida Sampaio. Mais do que um dos maiores fotógrafos e jornalistas do Brasil, ele era daqueles amigos que marcam a nossa vida. Foram muitas aulas de jornalismo e de vida que ele me deu. Descanse em paz, amigo querido"

Clarissa Oliveira, colunista de Política na revista *Veja*

"Dida Sampaio foi um gigante. Tinha o jornalismo na veia. Vibrava com a notícia. Dia triste para todos nós, que tivemos a honra de trabalhar com ele. Siga em paz, amigo"

Rodrigo Rangel, diretor da *Revista Crusoé*

VIOLÊNCIA

Criança é agredida na saída da escola

» DARCIANNE DIOGO

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) investiga o caso de uma criança, de 11 anos, agredida por Stéfanie Mendes de Araújo, 35, na saída do Centro de Ensino Fundamental 19, em Ceilândia, na quinta-feira. A agressora foi intimada a comparecer na 23ª Delegacia de Polícia (P Sul) para prestar esclarecimentos acerca do fato. Câmeras de segurança de um comércio captaram o momento das agressões.

Em entrevista ao **Correio**, a mãe da criança lamentou a situação e disse não acreditar no que aconteceu. A gerente de negócios estava no trabalho quando recebeu a ligação do esposo informando o fato. "Minha filha chegou em casa por volta de 13h40. Era para o meu marido ter ido buscá-la, mas ele acabou ficando preso no trânsito. Quando ela chegou, contou tudo e ele me telefonou. Fiquei desesperada na hora", desabafou.

A mãe da criança viu o vídeo das agressões somente depois. Nas imagens, Stéfanie desce de um carro prata, vai até a criança, que está uniformizada e no meio-fio, e começa a agredi-la com socos, tapas, empurrões e puxões de cabelo. "Ela ainda retorna por duas vezes e dá continuidade às agressões. Depois, entra no veículo e sai", afirmou o delegado-adjunto da 23ª Delegacia de Polícia (P Sul), Vander Braga.

Segundo as investigações, a filha da agressora teria se envolvido em uma briga com uma colega da vítima, mas a situação teria se resolvido na própria escola. Não satisfeita, Stéfanie seguiu a criança e a agrediu. Após o ocorrido, a suspeita ainda voltou na escola e confessou ter agredido a menina e afirmou que, se pudesse, "teria passado o carro por cima". A conversa foi filmada por testemunhas. "Minha filha nunca deu trabalho na escola, sempre foi uma aluna exemplar", disse a mãe. "É revoltante. A gente geralmente sente medo de assalto, acidente ou sequestro, mas não de uma coisa dessas. Uma mulher fazer isso, nesse ato de covardia, é revoltante", acrescentou.

Histórico de crimes

Stéfanie Mendes tem 10 passagens criminais por injúria, ameaça e lesão corporal. Ela chegou a ficar presa na Penitenciária Feminina do DF (PFDF) e está em liberdade provisória em decorrência de uma sentença condenatória de 2017. "Diante das práticas, vamos oficiar o caso à Vara de Execuções Penais (VEP) e há a possibilidade de a Justiça regredir a pena e ficar em regime fechado", acrescentou o delegado que investiga o caso.

O **Correio** apurou que, após a repercussão do caso, a acusada alegou aos familiares que precisou viajar a trabalho.

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: *cidades.df@dabr.com.br*

Sepultamentos realizados no dia 25 de fevereiro de 2022

» Campo da Esperança

Antônio Saraiva de Sousa Neto, 56 anos
Eni Domingues Abate, 69 anos
Eunack Jorge Mendes Maciel, 86 anos
Gersonita Alves No, 82 anos
Gustavo Costa Nascimento dos Reis, 14 anos
Higino Dias Silva, 64 anos
José Domingos, 94 anos
Joselita Gomes Torquato, 91 anos
Juvencio Bizerra da Silva, 75 anos
Maria Creusa de Lima, 75 anos
Marisa dos Santos Pereira, 58 anos
Neusa Maria Pereira Peixoto da Silva, 69 anos
Valdomiro da Silva Lima, 67 anos
Walmir de Freitas Cavalcante, 58 anos

» Brazlândia

Senhorinha Pereira de Souza, 90 anos

» Gama

Delzuite Josina de Souza, 86 anos
Jorge Basto, 57 anos
Zélia Paulo de Morais, 80 anos

» Planaltina

Cândido Barboza dos Santos, 81 anos
Izabel Vieira Pereira, 85 anos
Joaquina Lopes dos Santos, 95 anos
Marcos Darlan Bonfim de Oliveira, 39 anos

» Sobradinho

Edinei Nunes de Jesus, 19 anos
Lucas Araújo de Andrade, 27 anos
Severino Alves de Araújo, 56 anos

» Taguatinga

Antonio Barbosa da Silva, 73 anos
Antonio Vaz da Silva, 87 anos
Clarinda dos Santos Barbosa, 66 anos
Ernando Edson de Barros, 59 anos
Francisca Maria de Aguiar Machado, 85 anos
Gabriel Henrique de Godois Heloterio, 6 anos
Jaci Candido de Souza, 77 anos
João Bosco Issa Mesquita, 67 anos
João Simplicio Borges de Carvalho, 68 anos
Maria Helena Baiano da Costa, 74 anos
Maurício dos Santos Borges, 52 anos
Odilon de Freitas, 59 anos
Sebastião José da Costa, 77 anos
Sérgio Cardoso de Souza, 51 anos
Verônica Lopes dos Santos, 19 anos
Virna Lis Araújo Pazos, 28 anos
Wanderson José Pereira da Silva, 41 anos

» Jardim Metropolitano

Álvaro de Freitas Martins, 85 anos
Ercilia Pires da Silva, 90 anos
Joel da Conceição Oliveira, 22 anos
Ligiane da Silva Claro Lima, 37 anos
Maria Lúcia de Sousa da Costa, 61 anos
Vicente Alves Sousa, 71 anos
Dinah Marques de Abreu, 89 anos (cremação)
Isabel Maria Aparecida Silva, 65 anos (cremação)
Luiz Puppim Netto, 87 anos (cremação)
Maria Vitória Ferreira da Silva, menos de 1 ano (cremação)
Rosalvo Pereira, 80 anos (cremação)
Teresinha Ladeira de Medeiros, 87 anos (cremação)
Vanessa Rossi Rosa Galli Manso, 38 anos (cremação)

AUTORIDADE MONETÁRIA AVISA AO MERCADO QUE SEPAROU UMA PARTE DAS RESERVAS INTERNACIONAIS PARA CONTER UMA EVENTUAL DISPARADA DOS PREÇOS DO DÓLAR POR CAUSA DO CONFLITO ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA

Banco Central monta seu **arsenal**

» DEBORAH HANA CARDOSO

O Banco Central avisou ao mercado que já montou seu arsenal para enfrentar uma possível turbulência no câmbio, caso a guerra entre a Rússia e a Ucrânia se prolongue e ganhe proporções ainda maiores. Em comunicado feito por intermédio do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef), a autoridade monetária informou que separou uma parte das reservas internacionais do país, que chegam a US$ 357 bilhões, para conter a disparada do dólar. A moeda norte-americana tem forte influência na inflação brasileira, por ditar dos preços do pãozinho francês aos valores dos combustíveis nas bombas.

A estratégia do BC inclui, ainda, a taxa básica da economia (Selic), que está em 10,75% ao ano. O Comitê de Política Monetária (Copom) já avisou que continuará aumentando os juros até que o aperto faça com que a inflação convirja para a meta deste ano, de 3,5%, podendo oscilar 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima. Por enquanto, a ideia da instituição é não pisar mais no acelerador, uma vez que a Selic saiu de 2%, no início do ano passado, para o nível atual. A alta de 8,75 pontos é a maior desde que o regime de metas foi adotado, em 1999.

Commodities

Segundo Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central, é natural que a autoridade monetária se prepare para tempos de incertezas, como os atuais. "O Brasil tem centenas de bilhões de reservas, e é para isso que estão lá, para eventos incertos", disse. Ele ressaltou que o conflito armado no Leste Europeu tende a ser inflacionário, por impactar as cotações das commodities, em especial do petróleo. "No horizonte de 12 meses, não há perspectiva de diminuição dos juros, eles continuarão em um patamar elevado. Isso não depende só da nossa economia, mas dos rumos da economia global", explicou.

Para o economista Roberto Luiz Troster, o BC está corretíssimo em se preparar para intervir no câmbio em caso de aumentos expressivos do dólar, uma vez que a inflação já está muito alta no país — mais de 10% ao ano. "A medida é boa, oportuna. Não dá para se concentrar apenas na política de juros", frisou. Na avaliação de Eduardo Velho, da JF Trust, as reservas internacionais do país estão acima do nível ótimo. E serão fundamentais casos outros conflitos ocorram no mundo, como a invasão de Taiwan pela China. "O BC precisa mostrar suas armas, até para deixar claro ao mercado", assinalou.

Analista de renda variável da Ouro Preto Investimentos, Bruno Komura afirmou que o BC deve conter todos os movimentos especulativos no câmbio, para dar mais previsibilidade aos agentes econômicos. No entender dele, a venda de moeda norte-americana no mercado à vista é a melhor estratégia para evitar volatilidade extrema. Ele destacou ainda que a inflação continuará no radar dos investidores, especialmente por causa do petróleo, que voltou para a casa dos US$ 100 o barril.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Economistas veem como boa a decisão da autoridade monetária de intervir no câmbio quando necessário. Juros vão subir mais

> O Brasil tem centenas de bilhões de reservas, e é para isso que estão lá, para eventos incertos"
>
> *Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central*

Brasil sofrerá bastante

A economia brasileira sentirá o peso do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, acredita a economista sênior da LCA Consultores, Thaís Zara. Segundo ela, a guerra chega em um momento complexo para o país, de desaceleração da atividade, por um lado, e de pressões inflacionárias, por outro. Dependendo do tempo que se prolongar a guerra, o Brasil será impactado pelo gargalo de oferta nas cadeias produtivas, uma vez que boa parte dos insumos industrializados passa pela região conflagrada.

"O prolongamento dos gargalos de oferta nas cadeias produtivas e as pressões sobre preços tendem a agravar o quadro inflacionário doméstico, que já terá de lidar com as incertezas internas relativas ao ciclo eleitoral que se aproxima. Isso tende a turvar ainda mais as perspectivas para a economia brasileira, tanto do ponto de vista de crescimento quanto de inflação", afirmou. Ela destacou que é importante entender quais são as possíveis implicações econômicas do conflito.

Para Thaís, o principal receio é de perturbações prolongadas na oferta global de matérias primas — em especial trigo, petróleo e gás natural — das quais tanto a Ucrânia quanto a Rússia são importantes exportadores. "Um aumento duradouro dos preços desses produtos agravaria as dificuldades globais para lidar com a forte alta recente da inflação. E, assim, o crescimento global também seria prejudicado. Não é só. "A tensão geopolítica também leva à maior aversão ao risco global, o que costuma ser desfavorável a economias emergentes.

Guedes busca investidores

» FERNANDA STRICKLAND

O ministro da Economia, Paulo Guedes, vai aproveitar o carnaval para se reunir com investidores estrangeiros a fim de convencê-los de que o Brasil está preparado para enfrentar toda a turbulência internacional, no caso de prolongamento da guerra entre Rússia e Ucrânia. Ele pretende conversar com bancos e investidores institucionais dos Estados Unidos. Guedes levará aos donos do dinheiro o repetitivo discurso de que o "Brasil está condenado a crescer" e que tem hoje pelo menos R$ 825 bilhões em projetos contratados, cifra que pode ir a R$ 1,3 trilhão até o fim do ano. Não será fácil para o ministro reverter o pessimismo com o governo de Jair Bolsonaro, considerado uma fonte constante de crises.

Ontem, depois de muito nervosismo, houve um certo respiro nos mercados. O Ibovespa, principal índice de lucratividade da Bolsa de Valores de São Paulo, registrou alta de 1,39%, nos 113.142 pontos. Os investidores viram oportunidades de compras depois de dois dias de tombo. Já o dólar, visto como um ativo de proteção em períodos de incertezas, avançou 1,25%, para R$ 5,17. "Vínhamos de duas quedas seguidas na Bolsa, mas, ontem, o impulso de entrada de estrangeiros salvou o dia. O saldo do mês de recursos vindos de fora para a Bolsa ficou em R$ 24 bilhões", disse Fabrício Gonçalves, CEO da Box Asset Management.

O quadro de incertezas, porém, continua latente, ressaltou o CEO da Top Gain, Alisson Correia. Para ele, a calmaria que se viu ontem tem a ver com a percepção dos investidores de que não se espera uma retaliação com armas de países do Ocidente contra a Rússia. A tendência é de que todas as ações em direção ao país de Vladimir Putin se deem por meio de sanções econômicas. "Vamos ver como tudo irá se desenrolar nos próximos dias", frisou.

Conexão diplomática

silvioqueiroz.df@gmail.com

E o Itamaraty falou mais alto

A expectativa que cercou a definição do voto do Brasil na reunião extraordinária de ontem do Conselho de Segurança da ONU, sobre a guerra na Ucrânia, teve um desfecho que, à primeira vista, parece dizer que prevaleceu a linha de intervenção defendida pelo corpo profissional da diplomacia. Ainda que o presidente Jair Bolsonaro não tivesse feito um pronunciamento claro sobre a crise — depois de ter visitado Moscou e se declarado "solidário" ao colega Vladimir Putin — o representante do país no Conselho endossou o projeto de resolução apresentado pelos EUA, condenando como uma "agressão" a ofensiva da Rússia contra o vizinho.

Desde o avanço das tropas russas, na madrugada de quinta-feira, aguardava-se um pronunciamento do governo brasileiro — o Planalto mantinha silêncio até ontem. O Itamaraty divulgou nota no fim da manhã, na qual exercitou um difícil equilíbrio entre a pressão externa por uma condenação expressa ao uso da força por um Estado contra outro e a reticência do presidente a se indispor com um parceiro a quem acabara de prestigiar com uma visita, bem em meio à escalada de tensões.

Entre as conveniências do Planalto e os parâmetros adotados pelo Itamaraty, o voto favorável à resolução proposta por Washington representou tempo diplomático para que o Brasil tente se acomodar entre pressões contraditórias que incidem sobre um governo que, além de tudo, olha com atenção máxima para a eleição de outubro, quando o presidente disputará a reeleição.

Corda-bamba

Por dois dias, o governo Bolsonaro se viu sob pressão interna e externa para tomar posição clara na crise ucraniana. De um lado, Bolsonaro foi desafiado a escolher entre uma afinidade pessoal com o colega russo e uma política, anunciada ainda em campanha eleitoral, de realinhar o Brasil com a diplomacia de Washington.

Inspirada pelo entusiasmo do presidente com as linhas de ação de Donald Trump, na Casa Branca, essa linha-mestra da política externa nos primeiros dois anos de mandato foi posta em xeque com a derrota do presidente americano para o desafiante democrata Joe Biden, em 2020.

O voto alinhado aos EUA, na crítica reunião de ontem, pode ter dissipado uma das áreas de turbulência, mas resta para o Planalto e o Itamaraty lidarem com os desdobramentos da opção, feita nos últimos dias, de subestimar os riscos de guerra. Com a Ucrânia sufocada pelo avanço russo e virtualmente isolada do exterior, o governo pena para elaborar um plano eficaz para a retirada de cerca de 500 brasileiros até ontem retidos em território ucraniano.

Até a véspera do ataque russo, a orientação da embaixada brasileira em Kiev era para que os cidadãos se mantivessem em casa. Nenhum plano de retirada foi colocado em prática até que a situação real tornasse inviável qualquer iniciativa prática.

Ao pé da letra

E, como o diabo mora nos detalhes, nessa crise da Ucrânia ele pode estar em uma letrinha apenas. Porque o nome que se dá a um lugar em disputa pode implicar a tomada de partido — consciente ou não. É o que acontece com uma dessas duas regiões separatistas que a Rússia reconheceu como Estados soberanos.

Luhansk é como vemos grafado (e pronunciado) por aqui, em linha com o padrão adotado pela mídia ocidental. Assim, com "h" (aspirado), é como se fala em ucraniano. Em russo, que é a língua de dois terços da população local, se escreve e se fala Lugansk (é o mesmo com "herói", que, em russo, é escrito e pronunciado "guerói"). Como se vê, "h" ou "g", nesse caso, é bem mais do que uma questão de fonética...

Muro de Berlim

Por fora da questão diretamente entre Rússia-Ucrânia-Otan, interessante acompanhar a Alemanha. A ministra de Relações Exteriores, Annalena Baerbock, é dos Verdes, o partido ecopacifista surgido nos anos 1980 — com uma das raízes nos protestos em massa contra a instalação de mísseis nucleares da Otan no território alemão.

Nessas quatro décadas, os Verdes foram tradicionalmente adversários da participação do país em missões militares externas. Acontece que, na reunificação alemã, em 1989/90, a legenda incorporou os movimentos que combateram o regime socialista da hoje finada Alemanha Oriental. E, com eles, internalizou um pronunciado viés antirrusso.

Agora, Annalena Baerbock se coloca em tom bem mais próximo ao dos EUA e da Otan que o chanceler (chefe de governo), o social-democrata Olaf Scholtz — que, como ex-ministro da Economia e realpolitiker, sabe do lugar central que a Rússia ocupa na política externa alemã, mais ainda nessas três décadas de pós-Guerra Fria.

Terceira Guerra

O desenrolar da crise no Leste Europeu reconfirma a máxima de que "a vida imita a arte". Na virada dos anos 1970 para os 1980, momento decisivo para a disputa entre EUA e URSS, o general britânico sir John Hackett, que chegou a integrar o comando da Otan, lançou o livro *Terceira Guerra Mundial/1985*. A trama se baseia, em grande parte, nos estudos estratégicos da aliança ocidental em torno dos cenários militares de uma ofensiva do Pacto de Varsóvia — a réplica do bloco pró-soviético à Otan.

Curiosamente, mas não de todo surpreendente, o episódio que serve como estopim para o conflito se relaciona ao nacionalismo na Ucrânia — na época, uma das repúblicas que formavam a União Soviética.

Jovem Guarda

Como subsídio para entender como a crise na Ucrânia remete a substratos profundos da psique coletiva, vale a leitura de um romance da prolífica literatura soviética ambientada na 2ª Guerra Mundial. *A Jovem Guarda*, de Alexander Fadeyev, tem no centro do enredo um grupo de jovens da região do Donbass — a mesma que é pivô do conflito atual — na resistência à ocupação nazista.

Eixo Capital

JÉSSICA EUFRÁSIO
jessicaeufrasio.df@dabr.com.br

Sinpol-DF/Divulgação

Polícia Civil quer posicionamento sobre recomposição salarial até 11 de março

A suspensão da paralisação do serviço voluntário gratificado (SVG) nas delegacias, anunciada ontem pelo Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF), tem data-limite: 11 de março. A expectativa é de que o GDF resolva a questão da recomposição salarial e a regulamentação da assistência à saúde da categoria até lá. Caso contrário, os servidores da Polícia Civil pretendem reagir novamente.

Voto de confiança

Os movimentos do Palácio do Buriti em prol dos policiais civis agradaram a categoria, que decidiu dar um voto de confiança ao Executivo local. A interrupção do SVG — e o consequente comprometimento dos serviços prestados — funcionou como forma de chamar atenção do governo às reivindicações dos servidores.

Conquistas

Recentemente, os policiais civis da ativa comemoraram duas vitórias relevantes: a criação do auxílio-uniforme e a suplementação do auxílio-alimentação. Na segunda-feira, Ibaneis Rocha (MDB) assinou a lei que trata dos temas. Dois dias depois, o governador se reuniu com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, para tratar do reajuste das forças de segurança do DF.

Promessas

Nesta semana, Anderson Torres e representantes do Sinpol-DF se encontraram duas vezes. Na primeira ocasião, o ministro teria se prontificado a dar encaminhamento ao pedido. Na segunda, informou que faria a interlocução com o presidente Jair Bolsonaro (PL). A previsão é de que a demanda chegue ao Palácio do Planalto na semana seguinte ao carnaval.

"Indignação e adoecimento"

Integrantes de 14 entidades que representam servidores das forças de segurança do DF debateram o tema, ontem. Eles querem a recomposição dos salários pela variação inflacionária e enfatizaram que a "indignação e (o) adoecimento dos nossos profissionais, em face da falta de recomposição salarial, já (se) refletem na qualidade da prestação de serviços à sociedade".

Sinpol-DF/Divulgação

Divulgação/Agência Alagoas

Um terço dos trabalhadores sem carteira assinada

Com 1,52 milhão de pessoas ocupadas entre outubro e dezembro, o DF teve aumento de 33,7% na quantidade de trabalhadores sem carteira assinada, na comparação com o trimestre anterior. No período considerado, 169 mil brasilienses atuavam na informalidade, segundo dados divulgados nesta semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa corresponde a pouco mais de um terço do total de empregados no Distrito Federal.

327 MIL
Empregados do setor público no quarto trimestre

318 MIL
Brasilienses atuavam por conta própria

111 MIL
Exerciam função de trabalhador doméstico

STF cobra informações do GDF sobre vacinação infanto-juvenil

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu 10 dias para o Governo do Distrito Federal (GDF) se manifestar sobre a não exigência do passaporte de vacinação nas escolas públicas. O Partido Verde (PV) entrou com arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) na Corte, depois de uma recomendação emitida pelo Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) à Secretaria de Educação não prever a cobrança do documento para a volta às salas de aula.

Getty Images

"Experimental"?

Desde o início do ano letivo, não há exigência do cartão de vacinação dos estudantes no DF. E a ADPF destaca que o Executivo local teria acolhido a recomendação do Ministério Público — a qual, entre os pontos mais polêmicos, menciona que os imunizantes atualmente em uso teriam caráter "experimental".

Previsão legal

A arguição acrescenta que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê a obrigatoriedade da vacinação de meninas e meninos nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. Para o advogado da sigla, Lauro Rodrigues, "o quadro que se passa hoje em relação à vacinação infantil está prenhe de um terraplanismo que, para os parâmetros jurídicos, é inaceitável".

SIGA O DINHEIRO

R$ 504.897.965,00

Crédito suplementar que a Secretaria de Economia do DF quer abrir para atender despesas com "manutenção do equilíbrio financeiro do sistema de transporte público coletivo"

Observação

Ao contrário do mencionado neste espaço ontem, a federação da qual o PV deve fazer parte não inclui a Rede Sustentabilidade. As tratativas do Partido Verde envolvem PCdoB, PSB e PT.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | **FABIO SOUSA,** PRESIDENTE DA CEASA

CB.Agro debate o papel da central de abastecimento durante a pandemia e as ações solidárias de segurança alimentar

DF ganhará um Mercado Central

» CARLOS SILVA*

*Ao CB.Agro — parceria do **Correio** com a TV Brasília —, o presidente da Central de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa/DF), Fabio Sousa confirmou a criação de um mercado central em Brasília, além de 10 novas unidades para comerciantes na central. Entre outros temas, foi debatido o papel da Ceasa durante a pandemia e a segurança alimentar dos brasilienses. Na bancada, a entrevista foi conduzida pela jornalista Samanta Sallum.*

Como é a movimentação de público na central?

A gente tem uma diversidade enorme de público, tem espaço para todos. Tanto para comercialização, quanto para consumo. Nós temos três grandes dias na Ceasa, que são os de grande movimento, atraindo cerca de 15 mil pessoas na segunda, na quinta e no sábado. Sendo que na segunda-feira é o atacado. O comerciante que vai comprar para revender no sacolão, verdurão, hipermercado ou restaurante. É uma venda em grandes volumes na segunda e na quinta-feira. Geralmente, quem compra na segunda é para manter o seu restaurante até quinta. Temos também o sábado, que é o público do varejo. O varejo são pessoas que vão lá diariamente comprar um quilo, meio quilo, uma dúzia de produtos diversos. Nós queremos ampliar esse consumo com o lançamento do Mercado Central. É uma grande novidade que a gente fala aqui em primeira mão: o lançamento do Mercado Central. A licitação vai acontecer neste ano. Brasília é a capital de um país, a gente não tem um, como os grandes centros, São Paulo, Belo Horizonte, Florianópolis. Foi um trabalho de muita pesquisa, uma comissão que montou esse projeto do Mercado Central de Brasília que vai funcionar da Ceasa, se assemelhando não só aos mercados centrais municipais do país, mas de Barcelona e Lisboa, trazendo algo muito moderno, totalmente sustentável. Não será só um ambiente de comercialização de produtos diferenciados, como os outros mercados, mas também um polo gastronômico que Brasília merece.

A licitação já foi divulgada?

Estamos no processo de análise do Tribunal de Contas, finalizamos todos os trâmites processuais, o edital está pronto. Lembrando que não vai ter investimento nenhum do GDF e nem da própria Ceasa, será uma concessão. Então a Ceasa só vai ganhar, porque a empresa que for construir, vai administrar essa concessão e repassará o recurso para a Central. Deixo sempre muito claro, a Ceasa é uma empresa e não recebe recursos do Distrito Federal, tudo que é produzido, tudo que é gasto dentro da Central ou investido é recurso próprio. A gente tem autonomia administrativa e financeira. Assim, a Ceasa é uma empresa, apesar de o GDF ser o sócio majoritário. Não existe recurso público dentro da Ceasa.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

E a infraestrutura está sendo melhorada?

Estamos fazendo um grande trabalho nesses 49 anos de criação para que a Ceasa chegue ao seu cinquentenário com a qualidade que ela merece. Estamos trocando toda a iluminação externa do local, com a iluminação moderna de Led. A Ceasa vai ficar muito mais bonita, muito mais iluminada e isso vai trazer mais segurança. Porque a Central começa a funcionar de madrugada. Às 3h, a gente está lá abrindo, 3h30 e 4h os consumidores e produtores estão lá, no escuro ainda.

A Central aborda também a questão da segurança alimentar. Como funciona?

Temos programas nessa área, como o banco de alimentos, que atende instituições filantrópicas cadastradas. Essas entidades atendem crianças, adultos e pessoas em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal. O governo também adquire alimentos diretos dos produtores rurais. Esse programa tem duas vertentes positivas. Uma é adquirir produtos, por exemplo, da agricultura familiar, gerando renda no campo. Também formamos cestas desses produtos agrícolas e as entregamos para instituições filantrópicas, previamente cadastradas. Durante a pandemia, isso foi de grande importância, porque a gente sabe que várias famílias tiveram uma perda econômica muito grande. A outra vertente é o desperdício zero dentro da Ceasa. A gente trabalha ali com os comerciantes, com os produtores que comercializam dentro da Ceasa para não jogar nada fora e transformar o lixo. Temos uma equipe que recolhe produtos descartados, faz uma seleção e, a partir daí, montamos cestas e distribuímos para essas instituições.

No período da pandemia, com as escolas fechadas, os estudantes precisaram de uma distribuição de cestas com frutas e legumes para as famílias desses alunos. Como isso era feito?

O governo do Distrito Federal inovou com isso, e a coincidência é que eu estava na gestão da Secretaria de Educação quando a gente trabalhou essa Cesta Verde. Foi uma inovação, e a preocupação do governador Ibaneis Rocha era atender nossos estudantes com alimentação nutritiva e de qualidade. A pandemia atingiu a todos nós, todas as famílias. Esse programa estava fazendo diferença. Era também uma forma de ajudar o produtor, porque ninguém esperava uma pandemia.

*Estagiário sob a supervisão de José Carlos Vieira

PODER

Alta rotatividade no comando da PF

Delegado Márcio Nunes de Oliveira assume como quarto diretor-geral da corporação no governo Bolsonaro. Ele substitui Paulo Maiurino

» MICHELLE PORTELA

O presidente Jair Bolsonaro trocou, mais uma vez, o diretor-geral da Polícia Federal. O delegado Márcio Nunes de Oliveira será o quarto chefe da corporação neste governo. Até então secretário-executivo do Ministério da Justiça, ele substitui Paulo Maiurino, que estava na função desde abril do ano passado.

A troca foi publicada na edição extra do *Diário Oficial da União* (*DOU*) de ontem. A decisão foi assinada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, um dos caciques do Centrão, base de apoio do governo.

Em postagem nas redes sociais, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, anunciou as mudanças. Maiurino assumirá o comando da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad).

"Ao dr. Maiurino, meu reconhecimento pelo trabalho diário de reforçar o papel da Polícia Federal como instituição autônoma, sim, mas com respeito a preceitos fundamentais da corporação, como hierarquia e disciplina. Sua experiência profissional será fundamental à frente da Senad", escreveu o ministro no Twitter.

A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) e a Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (Fenadepol) ressaltaram, em nota, que Márcio Nunes de Oliveira "possuiu vasta experiência na corporação e currículo condizente com as responsabilidades e desafios do cargo que agora passa a ocupar". As entidades, no entanto, mostraram preocupação com mais uma mudança na cúpula da corporação. "Sucessivas trocas no comando da instituição geram consequências administrativas e de gestão, que podem prejudicar a celeridade e a continuidade do trabalho de excelência apresentado pela PF", enfatizaram.

Tom Costa/MJSP

Márcio Nunes de Oliveira foi superintendente da Polícia Federal no Distrito Federal e é respeitado dentro da instituição

Cargo da insegurança

Veja quem já ocupou a cadeira número 1 da PF no governo Bolsonaro e por quanto tempo

- » **Maurício Valeixo:** 1 ano e três meses
- » **Rolando de Souza**: 11 meses
- » **Paulo Maiurino**: 10 meses

Investigação

Eventos ocorridos nos últimos meses podem ter contribuído para a movimentação na Polícia Federal. No início de fevereiro, a corporação entregou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o relatório da investigação contra Bolsonaro na qual concluiu que o presidente cometeu crime ao divulgar informações sigilosas de inquérito sobre ataque hacker aos sistemas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O chefe do Executivo não foi indiciado, porém, sob justificativa de foro privilegiado, conforme sustentou a delegada Denisse Ribeiro, responsável pelo caso e que assina o documento.

Na quinta-feira, o Ministério da Justiça nomeou Cristiano Barbosa Sampaio para exercer o cargo de coordenador-geral de pesquisa e inovação da Secretaria Nacional de Segurança Pública. A portaria foi assinada por Márcio Nunes de Oliveira.

Sampaio é investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) por suposta participação em organização criminosa que atuaria obstruindo e vazando informações a investigados pela Polícia Federal em Tocantins.

No ano passado, ele foi alvo da operação que afastou o governador de Tocantins, Mauro Carlesse (PSL), do cargo.

Por meio de nota, o Ministério da Justiça explicou que "o inquérito está em andamento, não havendo nenhuma conclusão sobre as suspeitas levantadas". "Por outro lado, o delegado de Polícia Federal Cristiano Barbosa Sampaio apresenta elevada experiência profissional e tem muito a contribuir com o Ministério da Justiça e Segurança Pública" completou o comunicado.

Gestão com muitas rusgas

Nos bastidores da Polícia Federal, delegados comentam que, quando Paulo Maiurino assumiu a Direção-Geral da corporação, foi por uma indicação interna, aceita pelo ministro da Justiça, Anderson Torres. Mas há relatos divergentes sobre o relacionamento entre os dois: parte dos delegados diz que eles eram bem alinhados, outra parte afirma que não tinham uma relação próxima.

O novo diretor-geral, porém, é afinado com Anderson Torres. Márcio Nunes de Oliveira foi superintendente da Polícia Federal no Distrito Federal e é respeitado dentro da instituição.

A gestão de Paulo Maiurino na Polícia Federal ficará marcada por desentendimentos com delegados. Ele demitiu, por exemplo, o delegado Hugo de Barros Correia um dia após ficar sabendo, de última hora, da realização de uma operação que envolvia aliados bolsonaristas.

Os peritos criminais federais, importante braço da PF que cuida exclusivamente da análise de documentos e outras provas que abastecem os inquéritos de polícia judiciária, receberam com "preocupação" mais uma troca no topo da instituição.

O presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, Marcos Camargo, ressaltou que mudanças frequentes na chefia da PF fragilizam a instituição. "A prerrogativa de mudar a direção da PF não deve ser confundida com uma espécie de carta branca para destituir, em períodos tão curtos e sem apresentação de critérios objetivos, os dirigentes máximos do órgão", ressaltou, em nota.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Existe muita empatia entre Putin e Bolsonaro

Todos os homens do Kremlin — os bastidores do poder na Rússia de Vladimir Putin, de Mikhail Zygar (Vestígio), é um livro-reportagem com detalhes reveladores sobre o círculo íntimo de Putin e sua longa permanência no poder. É a história de um líder ardiloso e perigoso, mas também de um grupo que assumiu o controle da Federação Russa. Putin "se tornou rei por acaso", levado ao poder por oligarcas e políticos regionais, que o acolheram ao mesmo tempo em que manipulavam seus medos e ambições. Com o tempo, demonstrou uma habilidade incomum para se manter no poder e assumir o controle do grupo com mão de ferro, em meio a intrigas, conspirações e muita corrupção.

Putin assumiu com apoio do grupo de Boris Yeltsin, que promoveu reformas liberalizantes radicais, contra os comunistas, que ainda eram fortes no Parlamento, cujo candidato era Ievgeni Primakov, um antiamericano radical e revanchista. Ataques terroristas em Moscou e o conflito na Chechênia catapultaram a candidatura do ex-diretor da FSB, a antiga KGB. A imagem de líder jovem e modernizador, que seduziu o público doméstico, não convenceu o Ocidente. Seu projeto inicial de integração da Federação Russa à União Europeia, inclusive à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), foi rejeitado pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e pela primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel.

Essa rejeição, que considerou uma humilhação, e a ambição de se perpetuar no poder levaram Putin à guinada nacionalista e autoritária que vem marcando sua trajetória, inicialmente alternando a Presidência e o cargo de primeiro-ministro com Dmitry Medvedev, que presidiu a Rússia entre 2008 e 2012. A consolidação de seu poder se deu em razão do apoio popular à ideia de restabelecer o status de potência mundial da Rússia e à agenda conservadora dos costumes, da aliança com os militares e com a Igreja Ortodoxa, e do controle dos meios de comunicação, dos órgãos de segurança, do Ministério Público e do Judiciário.

É aí que nasce a empatia entre Putin e Jair Bolsonaro, que ficou evidente na recente visita do presidente brasileiro à Rússia. Há um terreno fértil para essa aliança política pessoal. Bolsonaro não tinha um projeto político claro quando foi eleito, bafejado muito mais pela sorte do que em razão de suas virtudes. Tem o mesmo discurso nacionalista, a agenda conservadora, uma aliança religiosa fundamentalista, o apoio de setores militares e do sistema de segurança, porém não controla os meios de comunicação e o Judiciário.

O VERDADEIRO TEOR DA CONVERSA PRIVADA ENTRE OS DOIS EM MOSCOU É UM ICEBERG, NÃO FICOU RESTRITA À VENDA DE CARNE E À COMPRA DE FERTILIZANTES

O isolamento de Bolsonaro no Ocidente, antipatizado pela opinião pública e em litígio com os principais líderes mundiais, inclusive o presidente norte-americano, Joe Biden, faria de Putin um parceiro natural de Bolsonaro na cena mundial, após a viagem a Moscou, não fosse a crise da Ucrânia ter virado uma guerra quente. O verdadeiro teor da conversa privada entre Bolsonaro e Putin é um iceberg ainda, não ficou restrita à venda de carne e à compra de fertilizantes, estratégica para os dois países. Houve conversas no âmbito da cooperação tecnológica e militar, na qual a Rússia, sim, pode vir a fazer diferença. E, para a oposição, existe o fantasma da interferência de hackers russos nas eleições.

Cooperação

O silêncio de Bolsonaro em relação à guerra na Ucrânia é um sinal de que há, de fato, um pacto entre ambos, mal dissimulado pela atuação do Itamaraty e do chanceler, Carlos França, durante a crise. Na quinta-feira, Bolsonaro desautorizou o vice-presidente Hamilton Mourão, que condenou o ataque russo por desrespeitar a soberania da Ucrânia. A nota do Itamaraty pedindo a suspensão das "hostilidades" na Ucrânia, porém, não condenou a invasão. O Itamaraty disse apenas que acompanha as operações militares "com grave preocupação".

A invasão da Ucrânia é o maior ataque de um país europeu contra outro do mesmo continente desde a Segunda Guerra. Putin ameaçou com "consequências nunca experimentadas na história" para quem interferisse, o que pode fazer escalar o conflito, ainda mais com a reação da Polônia, da Lituânia e da Suécia, que também têm históricas relações com o povo ucraniano. É uma reação sem precedentes contra a Rússia, desde o fim da antiga União Soviética. Entretanto, os países do G7 — Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Canadá, Japão e Estados Unidos — exigiram que o governo brasileiro condenasse a invasão da Rússia à Ucrânia sem subterfúgios. No Conselho de Segurança da ONU, o Brasil votou a favor da condenação.

Na viagem a Moscou, Bolsonaro havia agradecido a Putin pela histórica oposição da Rússia à internacionalização da Amazônia. Esse é um tema sensível para as Forças Armadas, principalmente o Exército. Mas qual a razão de o vice-presidente Hamilton Mourão ter sido tão enfático na condenação à invasão da Ucrânia, mesmo correndo risco de ser desautorizado, como foi, pelo presidente Bolsonaro? Sem dúvida, devido ao alinhamento do Alto Comando do Exército com o Ocidente nesta crise da Ucrânia. Entretanto, existe outra fronteira de cooperação entre os dois países no âmbito militar: a venda de equipamentos e transferência de tecnologia em áreas estratégicas para a nossa indústria de Defesa.

"O que mais preocupa não é nem o grito dos violentos, dos corruptos, dos sem caráter, dos sem ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons!"

Martin Luther King

Por Jane Godoy • janegodoy.df@dabr.com.br

Fotos: Grazi Goulart/Divulgação

As acadêmicas antigas e as empossadas em foto oficial

O Dia Internacional da Língua Materna

Fundada por Nazareth Tunholi, em 1997, a convite dela, Palmerinda Donato assumiu a primeira gestão como presidente da Academia Internacional de Cultura (AIC).

Desde então, o mundo cultural e artístico de Brasília ficou movimentado, pois a AIC se encarregava de promover eventos importantes, sempre apoiados por órgãos públicos sediados no DF, como o Tribunal de Contas da União (TCU), Foyer do Teatro Nacional de Brasília, entre outros.

Com o isolamento social que a atual circunstância exigiu, as acadêmicas recomeçaram suas atividades.

A gerontóloga Shirley Pontes, eleita presidente para o biênio 2022/2024 recebeu da presidente anterior, Nazareth Tunholi, o bastão de comando da entidade, sendo empossada em 2021.

O violinista Roberto Veríssimo

Para dar início às atividades de 2022, foi comemorado o Dia da Língua Materna, em sessão solene no auditório do Edifício City Offices, no SIG. Houve, também, a posse de duas confreiras: Andréia Sales e Maia Benchimol.

O Dia Internacional da Língua Materna tem como objetivo promover a diversidade linguística e cultural, entre as diferentes nações. Além de preservar as particularidades linguísticas e culturais, de cada sociedade.

"O movimento começou em Bangladesh, em 1952, com uma história de heroísmo de um povo que lutou por décadas pelo direito de manter viva a sua língua materna", informa Shirley.

O violinista Roberto Veríssimo se apresentou e, após a cerimônia, houve um coquetel de confraternização.

O juramento da escritora Maia Benchimol (patroneada por Golda Meyir) e da escritora e jornalista Andreia Sales (patroneada pelo escritor e jornalista italiano Alberto Moravia)

Nazareth Tunholi, Andreia Sales, Shirley Pontes e Maia Benchimol

>>PAINEL

Fernando Ouriques/Divulgação

Uma homenagem austríaca / Foi o que o maestro Claudio Cohen mereceu, na terça-feira (22). No Museu Nacional da República, às 20h. A Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro apresentou o concerto austríaco em homenagem ao escritor Stefan Zweig, tocando Gustav Mahler, W. A. Mozart e Richard Strauss, com Ellyos Lucas (trompa solista). Antes do concerto, logo após a abertura do evento, o embaixador Stefan Scholz prestou uma homenagem ao Maestro Cláudio Cohen, concedendo a ele a Cruz de Ouro da Arte e da Ciência, do governo da Áustria. Depois do concerto, no Museu nacional da República, o embaixador Stefan Scholz e a embaixatriz Angelika receberam o maestro para um jantar na residência oficial daquela embaixada. Uma noite de cultura, boa música e gastronomia.

>>PINCELADAS

Donizete Garcia/Divulgação

» Na quarta-feira (23), na Galeria Fayga Ostrower, no Eixo Monumental, às 10h foi inaugurada a exposição *Maravilhas do México*, começando as iniciativas Ibero-Americanas, que farão parte do programa Brasília Ibero-Americana da Cultura, em 2022. A artista Plástica Irany Poubel (foto) participou com uma belíssima obra, que batizou de *Pensativa* e fez o maior sucesso entre os presentes.

Irany Poubel/Divulgação

» Ainda sobre a exposição na Galeria Fayga Ostrower, na quarta-feira, uma visitante, diplomata da embaixada da Colômbia, Stefanny Moncada (foto) se identificou muito com obra *Pensativa* e, como ela, fez pose.

» Funcionárias da Embaixada do México se apresentaram caraterizando personagens do folclore e da cultura mexicana, como Frida Kahlo, Nayarit e o famoso Charro (foto), são conhecidos e admirados no mundo inteiro. Nomes que ilustraram muito bem a exposição.

Donizete Garcia/Divulgação

LOTERIA / Brasilienses procuram as lotéricas para fazer as apostas da Mega-Sena acumulada e tentar levar o prêmio de R$ 50 milhões. O sorteio ocorre hoje, às 20h, e os jogos podem ser feitos até as 19h. Ainda dá tempo de ficar rico

Sonho milionário no carnaval

» JÚLIA ELEUTÉRIO
» ANA MARIA POL

O prêmio da Mega-Sena acumulou mais uma vez e a expectativa é alta para aqueles que planejam passar o carnaval com vida nova. Isso porque a estimativa para o próximo concurso é de R$ 50 milhões para quem acertar os seis números. Motivados pela possibilidade de ganhar, muitos brasilienses buscaram lotéricas espalhadas pelo Distrito Federal para arriscar um palpite e, quem sabe, se tornar o próximo milionário na cidade. O sorteio ocorre hoje, às 20h. O evento será transmitido ao vivo nas redes sociais da Caixa Econômica Federal. Os apostadores podem fazer tentativas até as 19h nas lotéricas credenciadas ou pela internet.

Pensando em mudar de vida, José Medeiros, 62 anos, faz frequentemente jogos da Mega-Sena. Ele conta que costuma alternar os números, mas não deixa de apostar toda semana. "Quando vejo o prêmio aumentando, é quando eu corro mesmo para a lotérica para fazer um jogo", diz o comerciante. Morador de Taguatinga Sul, José sonha em ter um descanso, após anos de trabalho. "Já trabalhei demais, meu plano, se eu ganhar, é ter um sossego, poder viajar mais, aproveitar mais minha casa e minha família", planeja o apostador.

O cobrador de ônibus Raimundo Souza, 46, aproveitou para fazer uma aposta enquanto pagava as contas de casa. "Eu quase não jogo na Mega-Sena, mas vi o prêmio e decidi tentar dessa vez", diz Raimundo. "Se eu ganhasse, iria ajudar minha família. Não tenho um sonho de comprar casa e carro, queria mesmo ajudá-los", conta o morador de São Sebastião, sobre o planos enquanto fazia o jogo na lotérica da Rodoviária do Plano Piloto.

Ed Alves/CB/D.A Press

Apostadores fazem uma fezinha no prêmio acumulado

Assim como Raimundo, a servidora pública Graça Galvino, 55, não costuma jogar. "Estava passando e resolvi arriscar dessa vez. As chances são muito pequenas, mas vai que dá certo e eu seja uma das ganhadoras", comenta, ao pagar um dos jogos já prontos, os chamados bolões. "Eu não tenho um sonho para caso ganhe, mas garanto que vou continuar com o meu trabalho", revela a servidora, destacando que viagens, por agora, estão fora de possibilidade devido à pandemia, mas que daria para viver tranquila com o valor do prêmio.

Ao contrário de Graça, a vendedora Sônia Ferreira, 47, faz vários planos com o dinheiro do prêmio. "Eu quero viajar bastante e ajudar minha família também, além de quitar minhas dívidas", ressalta, com humor, a moradora de Ceilândia Norte. "Eu aposto mais na Lotofácil, é mais frequente do que na Mega-Sena. Só que, com um prêmio desse tamanho, quem não quer arriscar?", acrescenta a vendedora. Ela comenta que fez três jogos, mas está pensando em fazer um bolão com a família para ter mais chances.

O concurso 2.457, que aconteceu na última quinta-feira, realizado no Espaço Loterias Caixa, no terminal Rodoviário Tietê, em São Paulo, sorteou as dezenas 10 - 19 - 46 - 47 - 49 - 50. Apesar de ninguém ter ganhado o prêmio no último concurso, 51 apostas acertaram a quina e levaram R$ 62 mil. Um dos ganhadores foi de Brasília. A quadra também teve ganhadores, com 4.414 apostas premiadas com R$ 1.038,76. A arrecadação total do concurso chegou a R$ 55.668.172,50.

Confira como jogar on-line

» Para as pessoas que costumam ou pretendem fazer seus jogos pela internet, é preciso ter alguns cuidados na hora de apostar. Primeiro é necessário esclarecer que somente pessoas maiores de 18 anos com CPF podem se cadastrar nas Loterias Online. Para apostar, é preciso fazer um cadastro e possuir cartão de crédito.

» Dois passos são necessários: informar seus dados pessoais e depois fazer a validação do token de cadastramento, encaminhado para o e-mail. A senha deve ser cadastrada com 6 números. Uma dica da Caixa é que o salvamento de senhas não seja feito, pois é a palavra-chave o que garante sua identidade no portal, controlando suas apostas e eventuais premiações. Caso não se lembre da senha, basta clicar em acessar e acionar a opção "Esqueci minha senha" no Login CAIXA. Depois siga os passos do e-mail enviado.

» No Loterias Online, o apostador pode efetivar as apostas de no mínimo R$ 31,50 e no máximo R$ 945,00 por dia. O portal recebe 24h as apostas. Mas, é preciso ter atenção com o horário de fechamento de concurso, que é o mesmo praticado nas Casas Lotéricas (1h antes dos sorteios).

» As apostas on-line são feitas como se fossem no volante de papel. O jogador vai selecionar os números em um volante virtual e depois colocá-los no carrinho de apostas. Vale lembrar que o portal não comercializa o bolão.

» Outro fator importante é que não se pode fazer jogos para outras pessoas, no Loterias Online. As apostas estão vinculadas ao CPF do cadastro e o pagamento de eventual prêmio também. É possível visualizar as apostas do carrinho, com detalhamento individual, assim como o valor total do carrinho. Será solicitado um Cartão de Crédito válido para processar o pagamento via Mercado Pago.

» Caso ganhe algum prêmio, é preciso imprimir o comprovante de aposta e geração do Código de Resgate (que deve ser memorizado) e ir até a lotérica de preferência, onde serão digitados CPF e código gerado.

» Para excluir seu cadastro ligue para: 3004 1104 (Capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 726 0104 (demais regiões).

Cautela para gastar

O educador financeiro Francisco Rodrigues avalia esse próximo sorteio como uma grande chance para melhorar de vida, mas é preciso ter calma ao ganhar a bolada do prêmio. "Somos a segunda cidade mais premiada do país. A primeira é São Paulo. Nós temos uma situação muito positiva e devemos aproveitar essa oportunidade. A dica é ter muita cautela, identificar o perfil financeiro, evitar cair em armadilhas nesse primeiro momento, não sair ajudando amigos e parentes, respirar fundo, agradecer e buscar informações de qualidade para saber gastar esse dinheiro com consciência. Aqui, nós temos também o dado relevante: de cada 10 ganhadores da loteria, sete ficam muito mais pobres do que eram antes", comenta o especialista.

Além de ter atenção e cuidado caso ganhe, Francisco ressalta que investir sempre é uma boa opção. No entanto, o tipo de investimento vai variar conforme o perfil de cada pessoa, se é mais conservador, moderado ou agressivo. "Esse perfil é que vai dar o direcionamento de como fazer esse melhor investimento, porque o melhor investimento está relacionado ao que a pessoa deseja alcançar. É importante saber colocar no devido lugar a emoção e a razão. Então, o que eu digo é tenha emoção para jogar e tenha razão para gastar", destaca o educador. "Ganhar na loteria é bom, mas saber cuidar e investir para ter tranquilidade financeira é melhor ainda", conclui.

Como jogar

A aposta mínima, com seis números, custa R$ 4,50. O valor aumenta, assim como a probabilidade de ganhar, quanto mais números forem marcados, podendo ser escolhidos até 15 números. Sete números custam R$ 31,50 e têm probabilidade de acerto de 1 em 7.151.980. Já 15 números custam R$ 22.522,50 e têm probabilidade de acerto de 1 em 10.003. As apostas também podem ser realizadas pelo portal Loterias Caixa ou aplicativo Loterias Caixa.

Para receber o prêmio o ganhador pode optar por ir a uma casa lotérica, portando comprovante da aposta e número de resgate (em memória), gerado no portal Loterias Caixa, com validade de 24h. Apostas realizadas no portal ou pelo aplicativo também podem ser recebidas em qualquer agência Caixa, para valores líquidos de até R$ 1.332,78 (ou R$ 1.903,98 bruto).

Ed Alves/CB/D.A Press

Manuela Lima teve seu filho, Fernando, um dia após o domingo de carnaval de 2019

Arquivo Pessoal

Mariana Carvalho e a família passam o carnaval juntos desde quando ela tinha meses de idade

Arquivo pessoal

Gabriela de Oliveira, 23, foi ao carnaval pela primeira vez aos 16 anos e desde então ousa nas fantasias e no glitter

QUE SAUDADE DA FOLIA!

Após dois anos de ruas vazias, brasilienses contam sobre suas lembranças de épocas carnavalescas

» ARTHUR RIBEIRO*
» EDUARDO FERNANDES*

"Ai que saudade que eu tenho, dos carnavais de outrora..." Como já diz a tradicional marchinha, os dois anos sem carnaval deixaram saudosos aqueles que são fanáticos pela celebração e colecionam memórias e bons momentos da folia. Diante desse hiato causado pela pandemia da covid-19, as alegrias, roupas e histórias são os meios encontrados por muitos para acalentar a falta das festas nas ruas e da energia proporcionada durante o período.

A tradição do carnaval de Brasília se confunde com a trajetória da cidade, conforme Ian Viana, de 25 anos, sociólogo e fundador do Setor Carnavalesco Sul. Com o tempo, o Distrito Federal se tornou um dos destinos de turistas, especialmente por causa dos carnavais de rua, como explica o jovem. "A capital passou por um momento de declínio. Com os blocos característicos, a cidade voltou a ter força no cenário nacional, o que tornou Brasília uma alternativa para aqueles que desejam se desvencilhar do eixo Rio/São Paulo", conta.

A paixão pelo carnaval está enraizada na vida de Mariana Carvalho, 20, desde quando era pequena. Com meses de idade, ela era levada no colo da mãe para os bloquinhos da capital, o que ajudou na construção do sentimento pela data que tanto leva com carinho. Segundo a jovem, chegou a participar de dez carnavais no DF, deixando de ir somente em quatro. Contudo, aos 14 anos, o pai conseguiu um trabalho no exterior e precisou se mudar para Portugal.

Mesmo passando três anos longe do Brasil, o amor pelo clima carnavalesco não foi deixado de lado. Ela se juntou a outros brasileiros para aproveitar os blocos de rua. "A gente ia de casaco, porque é um período frio no início do ano. Lá é mais simples, porque a festa não tem todo esse apoio cultural como tem no Brasil", diz.

Ainda que não houvesse o calor e a alegria dos brasilienses, ela destaca que saudade do carnaval brasileiro foi minimizada quando ela participou da folia em solo português. Ao voltar para o Distrito Federal, em 2018, não perdeu a oportunidade de presenciar as festas e de reaproveitar o tempo perdido, indo em todos os carnavais até o início da pandemia.

Apesar de todas as dificuldades vividas em decorrência da covid-19, ela procurou uma maneira de curtir a folia neste ano. "A minha família e a do meu namorado sempre comemoram juntas aqui em casa, as duas viraram uma só. A família dele sempre amou o carnaval e, há muitos anos, criaram o próprio bloquinho: os Maruins, que é inspirado no bloco Muriçoca, de João Pessoa", pontua.

Mãe no carnaval

O sangue nordestino e festeiro sempre fez parte da trajetória da Manuela Bennett, 38 anos, nascida em Aracaju. Enquanto morou na cidade, a sergipana pulou em vários carnavais. Em 2007, ela se mudou para Brasília e se deparou com um ambiente de festejo menos animado. "Naquele período, os carnavais de rua não tinham tanta força entre os moradores da capital", lembra.

Porém, Manuela viu que a alegria carnavalesca passou a crescer em Brasília, com o passar do tempo, e começou a frequentar os eventos da cidade. E foi assim que, em 2019, um dos momentos mais memoráveis de sua vida aconteceu. No dia 2 de março, Manuela estava grávida de 35 semanas.

Como o nascimento do filho estava previsto somente para o próximo mês, ela alega que resolveu sair para aproveitar a folia. A tranquilidade era tanta que decidiu fazer a mala da maternidade apenas na quarta-feira de cinzas. Buscando alguma festa que chamasse sua atenção, andou por todos os lugares até encontrar o bloco Concentra. Pulou, dançou, ficou até o fim, comeu acarajé com pimenta e depois foi para casa.

Durante a madrugada, Manuela se sentiu estranha, mas achou que era um mal-estar e não se importou. Na manhã do dia 3, pediu ao marido que comprasse pão na padaria, mas quando o pai voltou o bebê estava prestes a nascer. "Corremos para a maternidade e minha obstetra demorou a chegar porque estava num bloquinho com a filha. Chegou maquiada no hospital, e meu bebê nasceu cinco minutos depois, em pleno domingo de carnaval", complementa.

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Frederico Tomé gosta de se fantasiar de vários "Freds", dentre eles, Fred Flintstone

Os amigos e primos que festejaram com ela no dia anterior não acreditaram quando a mãe falou sobre a chegada do pequeno Fernando, hoje com dois anos. Ainda que tenha nascido longe do dia imaginado, o pequeno não teve complicações e veio ao mundo com 2,645kg e 47cm. Descontraída, ela afirma que a farra e a comida tiveram uma parcela de responsabilidade na chegada antecipada do filho.

Fantasia nota 10!

Gabriela de Oliveira, 23 anos, demorou um pouco para pular seu primeiro carnaval. Os pais permitiram que a filha fosse aproveitar a folia com conhecidos aos 16. Foi quando ela não parou mais. "Eu costumava ir para o Galinho e o BabyDoll de Nylon", cita. Mas, conforme os anos foram passando, o desejo de viajar tornou-se realidade. Em dois anos seguidos, ela foi curtir a folia na Bahia. Quando pensou em conhecer o carnaval de Belo Horizonte, não conseguiu devido à pandemia.

Um ritual do carnaval que ela cumpre desde o início é a paixão pela liberdade em usar fantasias. Em sua visão, a magia da época carnavalesca está justamente no fato de se fantasiar e celebrar. "Cada ponto do carnaval é importante e, sem sombra de dúvidas, o personagem que ganha o papel principal nesse enredo é a fantasia", destaca. Em todos os carnavais que foi, não deixou de exagerar e ousar no glitter, combinar roupas e fantasias com os amigos. Para ela, esse ritual torna tudo mais lúdico e envolvente.

Relembrar

Para o psicanalista Frederico Tomé, 45, o carnaval é, além da celebração, uma rememoração e recriação de suas memórias, desde a infância, quando saía com sua família para curtir a folia em Uberaba (MG), sua terra natal. Hoje morador da Asa Norte, ele mantém os costumes de jovem e é figurinha marcada nos blocos de rua na capital. Já no segundo ano sem carnaval, Fred se diz melancólico sobre a realidade, mas tem esperança de que a folia volte no próximo ano.

Ansioso para o próximo carnaval, ele diz não haver uma "fantasia perfeita" para o retorno dos bloquinhos, porém, tem uma tradição especial para os adereços carnavalescos. "Eu tinha o costume de me fantasiar de Fred, é um alter ego. Era uma metalinguagem, digamos assim, uma meta-fantasia de carnaval, estar fantasiado e ser um outro, mas ao mesmo tempo ser o Fred. Era o Freddie Mercury, Freddy Krueger, Fred Flintstone, Fred da Turma do Scooby-Doo e o Quico, do Chaves, que na verdade é Frederico. Com esses cinco 'Freds' eu desfilei pelas ruas de Brasília", lembra.

Com a bagagem de 45 anos no festejo, ele acumula diversas memórias, especialmente nos bloquinhos "Vai Quem Fica" e "Calango Careta", seus preferidos. "Foram muitos momentos. Cada dia, uma história, um amor, um encantamento. Um marcante foi quando venci um concurso de fantasias do Calango Careta, estava de Freddie Mercury. Talvez não seja a mais marcante, mas deve ser a mais emblemática nesse sentido, sair fantasiado, subverter uma certa ordem, viver uma fantasia de uma outra pessoa. Tenho essa memória com carinho. E que venham outras, que essa pandemia acabe e que possamos construir memórias carnavalescas", finaliza.

***Estagiários sob a supervisão de Adson Boaventura**

Brasília-DF

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Quem avisa...

Há poucas semanas, o então presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, enviou um alerta à empresa fundada na Rússia. "O Brasil não é casa da sogra para ter aplicativos que façam apologia ao nazismo, ao terrorismo, que vendam armas ou que sejam sede de ataques à democracia que a nossa geração lutou tanto para construir", disse, em entrevista ao *O Globo*.

É caro, mas pode

O Supremo Tribunal Federal decidiu que o Poder Judiciário não pode proibir aumento de tarifa telefônica acima da inflação, se foi autorizado por uma agência reguladora. A maioria do plenário acompanhou o voto do ministro relator, Marco Aurélio (aposentado), segundo o qual uma interferência do Judiciário em ato autorizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) contraria o princípio constitucional de separação dos Poderes.

Missão cumprida

O embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, anunciou ontem que está encerrando o seu ciclo no país. "Os três anos que passei neste nobre país foram uma experiência valiosa na minha carreira diplomática, uma oportunidade pela qual me sinto profundamente honrado e orgulhoso", escreveu o diplomata nas redes sociais.

STF reage à guerra eleitoral no Telegram

Uma semana depois de o Tribunal Superior Eleitoral firmar parceria com plataformas digitais a fim de evitar a desinformação durante a campanha das eleições, o futuro presidente da Corte, ministro Alexandre de Moraes, jogou duro com uma das empresas ausentes na assinatura do acordo. Moraes determinou que a plataforma Telegram suspenda, em até 24 horas, alguns perfis de usuários. Caso descumpra a ordem judicial, a plataforma pode sofrer multa e bloqueio por um período inicial de 48 horas. A decisão de Moraes mira um personagem que acumula embates frequentes com a Corte máxima de Justiça no Brasil: o blogueiro Allan dos Santos.

Segundo Moraes, o jornalista utilizou três perfis no Telegram para a "propagação de ataques ao Estado Democrático de Direito" e a diferentes instituições da República, dentres as quais o Supremo. O ministro também se manifestou especificamente à rede social que se tornou a coqueluche dos bolsonaristas. "Efetivamente, o uso do Telegram se revela como mais um dos artifícios utilizados pelo investigado para reproduzir o conteúdo que já foi objeto de bloqueio nestes autos, burlando decisão judicial, o que pode caracterizar, inclusive, o crime de desobediência a decisão judicial", disse o ministro.

Com regras de funcionamento menos rígidas, o Telegram atrai extremistas banidos de redes como Facebook, Twitter e YouTube. É por meio da plataforma que o blogueiro Allan dos Santos, foragido da Justiça, se comunica diariamente com seus apoiadores. Mais de 121 mil pessoas o acompanham na rede.

Má recordação

Wanming também enfrentou dissabores em Brasília. Em março de 2020, respondeu de forma ríspida ao deputado federal Eduardo Bolsonaro (União Brasil-SP), que acusou a China de omitir ao mundo a gravidade do novo coronavírus. O embaixador classificou as palavras do 03 de "insulto maléfico contra a China", exigiu retratação imediata e disse que o parlamentar havia contraído um "vírus mental".

Promessa é dívida

Fonte de preocupação de dez entre dez governadores, a mobilização de policiais por melhores salários provocou uma crise em Minas Gerais. "O problema da revolta não é a greve, é a mentira. Eu concordo com o governador. Se não tem dinheiro, não pague, porque não tem dinheiro. E principalmente: não prometa. Não pode prometer", afirmou Kalil. "Quem provocou essa confusão foi o governo (Zema) que prometeu 40%. Não foi a polícia nem as forças de segurança", disse. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais determinou que policiais civis e penais do estado, duas das dez categorias das forças de segurança em greve, voltem ao trabalho.

Guerra só não é a mais sórdida de todas as palavras porque perde para o nome de quem a inicia"

***Carlos Ayres Britto**, ex-presidente do STF*

PODER

Insatisfação no Republicanos

Integrante do Centrão, o partido está descontente com o tratamento que tem recebido do Planalto e pode deixar a base do governo

» TAÍSA MEDEIROS
» TAINÁ ANDRADE

Integrantes do Republicanos estão descontentes com o tratamento recebido por parte do governo Jair Bolsonaro e já há rumores de que o partido pode deixar a base do governo.

"Os membros estão indo, em sua maioria, ao PL, em detrimento do Republicanos. Nós não estamos sendo tratados com o mesmo tipo de posicionamento dado aos demais partidos", reclamou o deputado Vinícius Carvalho (PRB-SP). Ele frisou que a legenda tem sido leal ao governo.

Um interlocutor do partido disse ao **Correio** que o motivo da eventual saída da base do governo são as próprias atitudes do presidente. "A partir do momento em que a gente começou a conhecer mais de perto as ações do mandato de Bolsonaro, que são as mesmas da época de deputado federal, a coisa ficou difícil", afirmou, sob a condição de anonimato. "A gente esperou para ver se a coisa ia melhorar. Ferir menos a imprensa, aglomerar menos, falar menos. Não foi nada daquilo. Quem está ficando com ele é só por interesse."

Um parlamentar afirmou, também sob sigilo, que o maior descontentamento ocorreu quando Bolsonaro, supostamente, orientou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas; e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, a não se filiarem ao Republicanos e, sim, à sua legenda, o PL. "Ele quer fazer uma política partidária apenas com o PL e com o PP. Não acredito que a gente fique neutro. Vamos definir, mais em abril, o caminho que o partido irá seguir", comentou.

Para o deputado Celso Russomano (PRB-SP), porém, não há possibilidade de a sigla deixar a base do governo. "Há alguns deputados que têm um viés mais voltado para o centro, a esquerda... Eles ficam plantando isso. Essa vontade interna não é da maioria", assegurou.

Na quarta-feira, o presidente da sigla, Marcos Pereira, disse que Bolsonaro "só atrapalha" as negociações para que a legenda atraia nomes na janela partidária. "Está caminhando bem a vinda de novos parlamentares. A gente vai sair um pouco maior do que é, sem a ajuda do presidente, porque, até agora, ele só atrapalhou", disparou.

Elogios de Moro

O pré-candidato à Presidência Sergio Moro (Podemos) fez questão de parabenizar o vice-presidente Hamilton Mourão pelo anúncio de sua filiação ao Republicanos. Em publicação, na noite de quinta-feira, nas redes sociais, o presidenciável descreveu o general como "uma voz sensata na República" e aproveitou para fazer um aceno ao presidente da legenda, Marcos Pereira. Com a relação estremecida do Republicanos com o Planalto, o ex-ministro vê espaço para tentar estreitar sua relação com o partido, que é ligado à Igreja Universal.

Mourão

A data prevista para a filiação do vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB-RS) ao Republicanos é 16 de março. Segundo interlocutores, o general vai concorrer a uma vaga no Senado. A chegada do vice ao partido poderá ser uma maneira de "acalmar os ânimos".

Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Carvalho reclamou que Bolsonaro não dispensa ao partido o mesmo tratamento dado a outras siglas

» Propaganda partidária começa hoje

A veiculação da propaganda partidária gratuita em emissoras de rádio e televisão tem início hoje. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na modalidade de inserções nacionais, o PSol será a primeira legenda a levar ao ar o anúncio. A divulgação será das 19h30 às 22h30, às terças, quintas e sábados. Diferentemente da propaganda eleitoral, que propõe, de fato, conquistar o voto do eleitor e deve começar em agosto, a propaganda partidária tem como objetivo mostrar a execução do programa da legenda e divulgar as atividades do partido.

Frente evangélica revoltada com governo

» RAPHAEL FELICE
» TAÍSA MEDEIROS
» TAINÁ ANDRADE

A aprovação na Câmara do PL 442/91, que regulariza os jogos de azar no Brasil, causou revolta entre os deputados da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Apesar das traições dentro do próprio grupo — em que 15 dos 196 deputados votaram a favor —, o sentimento de indignação foi direcionado a outros dois alvos: o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), um dos caciques do Centrão; e o líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR). Na avaliação de deputados, o governo não trabalhou para conter a proposta.

O aval ao projeto também causou uma espécie de ruptura velada com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), entusiasta da matéria. De forma reservada, um deputado da Frente disse que houve desgaste na imagem do político alagoano entre os evangélicos da Casa. Ele acredita que haverá impacto no apoio à reeleição do parlamentar ao comando da Câmara.

Responsável por articular o movimento contrário à votação do projeto e autor do requerimento de retirada da pauta, o líder da bancada evangélica, Sóstenes Cavalcante (União-RJ), acredita que houve pressão de líderes de partidos.

"O que nos deixou mais incomodados foi a atitude da liderança em liberar a votação. Arthur Lira e Ciro Nogueira, assim como Ricardo Barros, são interessados nessa liberação, que é uma antiga meta do PP. Os três estão totalmente divorciados do pensamento ideológico do presidente Jair Bolsonaro (PL) e usaram a Casa Civil para aprovar", declarou.

Mesmo com ameaças de retaliações, não há consenso na ala evangélica. Deputados defendem os dogmas da igreja, mas enfatizam os benefícios que a regulamentação trará ao país. Apesar de ter votado contra, Celso Russomano (PRB-SP) destacou que a mudança pode ter benefícios na área econômica. "O lado ruim (dos jogos) é que as pessoas perdem o controle, mas tem o lado bom. Vamos parar de ver o jogo sendo presente na vida das pessoas, mas não presente na arrecadação do Estado", disse.

Representante de um dos estados com maior potencial de lucro com a legalização, o deputado federal Aluísio Mendes (PSC-MA) frisou os ganhos para a economia e reforçou que o jogo já existe no Brasil, mas o lucro acaba indo para outros países, como no caso dos jogos on-line.

"Eu acho um pouco de hipocrisia dizer que jogo no Brasil não acontece. Acontece em várias modalidades. Além da arrecadação, o jogo vai fomentar a criação de empregos", opinou.

Autotestes chegam no início de março

Ao menos dois fabricantes que tiveram o registro autorizado pela Anvisa prometem entregar o produto para venda após o carnaval. Kits ainda não têm preço definido. Em Nova York, Marcelo Queiroga fala na "liberdade" do brasileiro de se vacinar

» MARIA EDUARDA CARDIM

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, ontem, o registro de mais dois autotestes para covid-19. Um deles é o primeiro a detectar a infecção pelo novo coronavírus a partir de uma amostra de saliva do paciente, em vez de secreção do nariz. Ao todo, quatro autotestes obtiveram o registro aprovado pelo órgão e já podem ser vendidos no Brasil. Mas os consumidores só devem encontrar os exames nas gôndolas das farmácias na próxima semana.

Essa é a previsão feita pela primeira empresa que obteve o registro do autoteste de covid-19 no Brasil, a CPMH Comércio e Indústria de Produtos Médicos-Hospitalares e Odontológicos. Com sede em Brasília, no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), a CPMH indicou que o primeiro lote dos autotestes estará disponível para a população brasileira somente na próxima semana. O lote inicial previsto para farmácias, lojas de artigos médicos e respectivos e-commerces é composto por 20 milhões de unidades de exames.

A empresa atende a todo Brasil e informou que a quantidade dos próximos lotes ainda está sendo definida com as farmácias. A CPMH Produtos Hospitalares não indicou uma estimativa de preço que será cobrado pelo produto. "Ainda não há uma expectativa oficial sobre o preço dos autotestes, produzidos pela empresa chinesa Bioscience (Tianjin) Diagnostic Technology Co.,Ltd", disse em comunicado. O preço final depende da política comercial das farmácias e lojas que irão realizar a venda.

Quem também prevê autotestes disponíveis para os consumidores no início de março é a empresa Eco Diagnóstica. O fabricante teve aprovado o registro de dois autotestes. Um deles é o exame que utiliza a saliva para detectar a infecção, aprovado ontem pela Anvisa. A coleta do material requer que o usuário deposite a saliva em um copo. O kit possui o item para que a pessoa produza a quantidade certa de secreção bucal para o exame.

O outro autoteste da Eco Diagnóstica aprovado pela agência reguladora utiliza o swab (cotonete) nasal, mais comum entre os exames realizados pelo próprio paciente. Os dois tipos serão produzidos no Brasil, e o que coleta a amostra nasal já teve a produção iniciada na quarta (23), na fábrica em Corinto (MG).

> **Reiteramos o compromisso do Brasil com o acesso justo e equitativo às vacinas contra a covid-19. Nesse sentido, já doamos mais de 5,6 milhões de doses em ações bilaterais e por meio da iniciativa Covax Facility"**
>
> ***Marcelo Queiroga,*** *ministro da Saúde, em discurso na ONU*

Ontem, a Anvisa aprovou o autoexame da empresa Kovalent do Brasil. O kit também será produzido em território nacional e estará disponível nas farmácias em versões com um, dois e cinco testes em uma mesma embalagem. O primeiro registro de autoteste foi concedido pela Anvisa na última semana, em 17 de fevereiro.

O aval do registro ocorreu 20 dias após a diretoria colegiada da agência aprovar, por unanimidade, a venda desse tipo de exame no Brasil, atendendo o pedido feito pelo Ministério da Saúde. Atualmente, 81 pedidos de registro desse tipo de exame já foram feitos à Anvisa, que reprovou 13 solicitações.

Ministro na ONU

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, voltou a falar, ontem, na doação de vacinas contra a covid-19 por parte do Brasil. Em discurso na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o ministro reiterou o apoio do Brasil ao acesso justo e igualitário às vacinas contra a covid-19 e ressaltou ainda que, este ano, o país terá oportunidade de doar um número maior de vacinas do que o ofertado no ano passado.

"Reiteramos o compromisso do Brasil com o acesso justo e equitativo às vacinas contra a covid-19. Nesse sentido, já doamos mais de 5,6 milhões de doses em ações bilaterais e por meio da iniciativa Covax Facility. Ao longo de 2022, é possível aumentar esse número, em linha com a meta estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS)", afirmou.

Nesta semana, Queiroga indicou que, com a produção de vacinas contra covid-19 em território nacional, já realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Brasil poderá exportar a vacina e ampliar o acesso global aos imunizantes. A Fiocruz já deu início ao processo de pré-qualificação para exportação da vacina covid-19 (recombinante) na OMS. Para ser exportada, a vacina produzida no Brasil precisa obter o registro emergencial perante a organização.

"Neste momento, a Fiocruz está dando início ao processo de pré-qualificação para exportação da vacina covid-19 (recombinante) na Organização Mundial de Saúde (OMS) e avaliando, junto à AstraZeneca e à Opas (Organização Pan-Americana da Saúde), a melhor estratégia para contribuir com o esforço global de vacinação contra a covid-19", disse a fundação em nota.

Durante o discurso, Queiroga voltou a expressar a opinião contrária à obrigatoriedade da vacinação contra a covid-19, citando a liberdade dada aos cidadãos brasileiros como causa do sucesso da campanha de imunização no país. "O sucesso da Política Nacional de Imunizações, criada em 1976, decorre da forte cultura vacinal da população brasileira, que tem como princípio a liberdade que cada brasileiro tem de acessar as mais de 38 mil salas de vacinação do nosso país", disse. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 70% da população do país está com o ciclo vacinal completo e 25% recebeu a dose de reforço.

Queiroga reforçou que uma das prioridades do governo brasileiro é o fortalecimento do complexo industrial da saúde. "O setor privado vem investindo em novas plantas no Brasil. Recentemente, a OMS selecionou o país como hub de desenvolvimento e produção de vacinas de plataforma RNA", destacou. O ministro da Saúde permanece em agenda nos Estados Unidos até amanhã, quando deve retornar ao Brasil. Hoje, ele se encontra com o presidente e diretor executivo da Fundação de Pesquisa Cardiovascular da Universidade de Columbia, dr. Juan F. Granada.

Como fazer o autoteste de covid-19

1 Lave as mãos antes de começar o teste

2 Colete a amostra nasal ou de saliva (dependendo do teste utilizado) com o swab (cotonete)

3 Insira o swab com amostra coletada no tubo com a solução diluente, gire e depois remova o swab e o descarte. Mantenha o tubo com a mistura da solução diluente + amostra

4 Aplique quatro gotas da mistura da solução diluente + amostra no dispositivo de teste

5 Espere 15 minutos e leia o resultado

***Explicação resumida e baseada no vídeo do autoteste da Eco Diagnóstica. Leia a bula e o guia explicativo do exame quando for realizá-lo

Veja o panorama do registro de autotestes no Brasil

4 autotestes possuem registro da Anvisa e podem ser vendidos no Brasil

13 pedidos de registros de autotestes foram negados pela Anvisa

64 pedidos estão em alguma etapa da análise pela Anvisa

Fique atento!
A partir do resultado positivo de um autoteste, é necessária a confirmação do diagnóstico para que a notificação do caso seja feita. O indivíduo deve procurar uma unidade de atendimento de saúde (ou teleatendimento) para que um profissional da saúde realize a confirmação e notificação

Fontes: Ministério da Saúde, Anvisa e Eco Diagnóstica

SOCIEDADE

Uma negra para fazer justiça

Assim como no Brasil, a escravidão deixou marcas profundas na sociedade norte-americana. Ontem, o país que elegeu Barack Obama por duas vezes como presidente dos Estados Unidos, mas também foi palco do assassinato de George Floyd, deu mais um passo em direção à igualdade racial.

O presidente Joe Biden confirmou o nome de Ketanji Brown Jackson, de 51 anos, como a primeira mulher negra na história dos EUA a ser indicada para a Suprema Corte. "Ela é uma das nossas mentes jurídicas mais brilhantes e será uma juíza excepcional", disse o chefe da Casa Branca.

Mas, em outra semelhança entre Brasil e os EUA, a indicação de Jackson à mais alta instância da Justiça norte-americana está marcada pela luta política. Dada a forte polarização entre republicanos e democratas, a audiência de confirmação de Jackson no Senado provavelmente será tempestuosa.

Alguns parlamentares já reagiram negativamente. "A juíza Jackson foi a opção preferida dos interesses financeiros obscuros da extrema-esquerda", criticou o líder da bancada republicana no Senado, Mitch McConnell.

O governo Biden ressaltou a qualificação da candidata à Suprema Corte. "A juíza Jackson é extraordinariamente qualificada e é uma indicação histórica", afirmou a Casa Branca em nota.

O ex-presidente Barack Obama se manifestou prontamente. "Já é uma fonte de inspiração para mulheres negras, como minhas filhas, permitindo a elas que sonhem mais alto", aplaudiu.

Mãe de duas filhas, Ketanji Brown Jackson cresceu na Flórida e é casada com um cirurgião. Formou-se na Harvard University Law School.

A indicação à Suprema Corte, a primeira feita por Biden, não mudará o equilíbrio de poder no tribunal de nove magistrados de maioria conservadora que velam pela constitucionalidade das leis americanas. Em 232 anos de existência, o tribunal teve apenas dois juízes negros. Um deles, Clarence Thomas, foi nomeado por George Bush pai e ainda atua.

SAUL LOEB

Ketanji Jackson após a nomeação por Biden: primeira negra na Suprema Corte em 232 anos

Fax: 3214-1166 • e-mail: grita.df@dabr.com.br

Tome Nota

As informações para esta seção são publicadas gratuitamente. O material de divulgação deve ser enviado com informações completas do evento (inclusive data e preço), no mínimo cinco dias úteis antes de sua realização.

CURSOS

Profissionais da saúde
O Hospital Alemão Oswaldo Cruz, em parceria com a Johnson & Johnson Brasil, disponibiliza um curso on-line e gratuito para agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal. O curso tem quatro horas de duração, com estratégia pedagógica que apresenta simulações realísticas da atuação durante visitas domiciliares, videoaulas, além de orientações para esses profissionais na hora de identificar sinais e sintomas da covid-19. Inscrições: *inova.eadhaoc.org.br*.

Audiovisual
A TV Cultura oferece em seu canal no YouTube uma série de palestras com grandes nomes do audiovisual. Especialistas em áreas relacionadas ao universo da comunicação, do jornalismo e da produção cinematográfica dividem com alunos e com o público em geral experiências profissionais e questões de interesse dos jovens. Todos os vídeos contam com tradução em Libras e uma versão com audiodescrição. Inscrições: *bit.ly/36LtSIM*.

Escrita criativa
O Instituto Brasileiro de Estudos do Inconsciente (Ibei) oferece curso prático de escrita criativa por meio de videoaulas e para grupos de até três pessoas. Serão três encontros virtuais pelo Skype. Informações pelo WhatsApp: 61 9 9225-3849.

Compreensão
Visando acelerar a criatividade, compreensão e a criticidade dos leitores, a pedagoga e escritora Dinorá Couto Cançado promove oficinas personalizadas virtuais para crianças e adultos. A aprendizagem ocorre de forma individualizada, lúdica e, depois, compartilhada. O curso inclui certificado de 40 horas. Para se inscrever, é necessário comprar os seis livros do kit da autora. Informações: 61 9 9970-1366.

Transações imobiliárias
O Centro de Ensino Tecnológico de Brasília (Ceteb) promove curso técnico em transações imobiliárias. O pagamento pode ocorrer por meio de boleto bancário, com entrada mais seis parcelas. Informações: (61) 3352-6527, (61) 3218-8330 ou pelo WhatsApp (61) 98597-1252.

Desligamentos programados de energia

» SOBRADINHO
Horário: 9h às 12h
Local: Vila Basevi, ARs 01 a 05; Chapada Contagem, ARs 01, 03 ao 05.

Tecnologia e sustentabilidade
A Universidade Católica de Brasília EAD disponibiliza em sua plataforma o curso Tecnologia e Sustentabilidade, que abrange a relação entre os dois temas. Além disso, durante as aulas, estudos sobre o problema do e-lixo, a abordagem ecológica nas empresas e entre outros assuntos também serão apresentados. O curso é gratuito e tem seus temas divididos em sete unidades. A carga horária máxima é de 40h. Mais informações: *https://ead.catolica.edu.br/esperancar/tecnologia-e-sustentabilidade?hsLang=pt-br*.

Alimentação e saúde
A Fundação Bradesco disponibiliza o curso Biologia: Alimentação e Saúde, onde o aluno terá a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a composição nutricional de cada alimento. Além disso, o curso ensinará a interpretar da melhor maneira os rótulos de alimentos industrializados e as tabelas nutricionais. O curso é dividido em quatro etapas e tem carga horária de 3h. Mais informações: *https://www.ev.org.br/cursos/Biologia-Alimentacao-Saude*.

Capacitação
O Sebrae possui cursos on-line e gratuitos para você investir na sua capacitação e não parar de evoluir. Separados em mais de 15 categorias, os cursos do Sebrae oferecem ebooks, webinares, aulas por WhatsApp e jogos para te auxiliar a aprender. Os cursos do Sebrae possuem um certificado digital de participação após a conclusão do curso.

Arteterapia
O UP Cursos Online Gratuitos disponibiliza o curso de Arteterapia, em que são apresentados os princípios da arteterapia e as vantagens da metodologia. O curso conta com apostilas em PDF, que podem ser baixadas para serem estudadas até mesmo sem acesso à internet. A carga horária é de 40h, e para concluir, basta responder e ser aprovado em uma avaliação ao final. Para emitir o certificado é preciso pagar uma taxa de R $59,90. Os cursos estão disponíveis por tempo permanente. Mais informações: *https://upcursosgratis.com.br/curso-online-gratis/arteterapia*

OUTROS

Mostra Sonora
Está em exibição a Mostra Sonora: John Williams, no CCBB. O espaço fica aberto das 9h às 21h e a exposição acontece até 4 de março. Obras raras podem ser encontradas no local, como Tubarão (1975), de Steven Spielberg e Esqueceram de Mim (1990), de Chris Columbus. A entrada é gratuita e o ingresso deve ser retirado na bilheteria 1h antes da entrada na sessão. Para saber mais, acesse: *ccbb.com.br/brasilia/programacao/mostra-sonora-john-williams/*

Organizando o orçamento
O coletivo Jovem de Expressão promove um workshop virtual e gratuito nesta quinta-feira, das 19h às 20h. O evento orientará os participantes a respeito da organização de orçamentos de vendas. As empreendedoras Dayane Gonçalves e Wemmia Anita estarão presentes no workshop. Para se inscrever basta retirar um ingresso, de forma gratuita, na plataforma virtual do Sympla. Para mais informações, acesse o Instagram do coletivo, *@jovemdeexpressao*.

Athos Bulcão
A exposição Brasília em 10 Athos fica até 11 de abril na galeria do Sesc Estação 504 Sul Alberto Salvatore Giovanni Vilardo. Estão em exibição os diferentes trabalhos que o pintor, escultor e arquiteto executou em edifícios de Brasília. A curadoria foi motivada pela inauguração do painel de azulejos Bulcão na fachada principal do Sesc 504 Sul. A seleção apresenta obras com diferentes cores e formas, e com distintas maneiras de composição. A entrada é gratuita.

Telefones úteis

Polícia Militar	190
Polícia Civil	197
Aeroporto Internacional	3364-9000
SLU - Limpeza	3213-0153
Caesb	115
CEB - Plantão	116
Corpo de Bombeiros	193
Correios	3003-0100
Defesa Civil	3355-8199
Delegacia da Mulher	3442-4301
Detran	154
DF Trans	156, opção 6
Doação de Órgãos	3325-5055
Farmácias de Plantão	132
GDF - Atendimento ao Cidadão	156
Metrô - Atendimento ao Usuário	3353-7373
Passaporte (DPF)	3245-1288
Previsão do Tempo	3344-0500
Procon - Defesa do Consumidor	151
Programação de Filmes	3481-0139
Pronto-Socorro (Ambulância)	192
Receita Federal	3412-4000
Rodoferroviária	3363-2281

Autorização para vaga especial
Divtran I - Plano Piloto SAIN, Lote A, Bloco B, Ed. Sede - Detran/DF 12h e 14h às 18h
Divpol - Plano Piloto SAM, Bloco T, Depósito do Detran
Divtran II - Taguatinga QNL 30, Conjunto A, Lotes 2 a 6, Tag. Norte
Sertran I - Sobradinho Quadra 14 - ao lado do Colégio La Salle
Sertran II - Gama SAIN, Lote 3, Av. Contorno - Gama-DF

Isto é Brasília

Jardim Botânico de Brasília/Divulgação

Jardim do Cerrado

O Jardim Botânico de Brasília é um museu vivo e abriga coleções de Jardins Temáticos abertos à visitação pública. Os jardins Evolutivo, de Cheiros, Japonês e de Contemplação proporcionam o contato com a diversidade das espécies existentes no planeta . Predominantemente composto por vegetação do Cerrado, o JBB tem excelentes trilhas para se percorrer a pé e também de bicicleta. Aberto de terça-feira a domingo, inclusive feriados, das 9h às 17h, com entrada permitida até às 16h40.

Poste sua foto com a hashtag *#istoebrasiliacb* e ela pode ser publicada nesta coluna aos domingos *#istoebrasiliacb*

» Destaques

Congresso
» A UnB realizará, de 9 a 10 de março, o Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria. O evento reunirá tomadores de decisão de empresas de todos os portes, representantes do governo, da academia e de instituições de ciência e tecnologia. O foco do encontro é pensar e debater a inovação como principal estratégia de crescimento e competitividade. Para acessar o site do evento e saber mais, acesse: *https://www.congressodeinovacao.com.br/*

Semana da mulher
» A Casa Jasmim, localizada na SGHN 716, realizará a Semana da Mulher Jasminas Cultural a partir de 4 de março. O evento recebe inscrições até segunda-feira (28/2) e a ficha de inscrição está disponível na descrição do Instagram (*@acasajasmim*). O evento é voltado para mulheres, especialmente negras, e contará com shows de artistas locais, feira de expositoras, aula de kundalini yoga, sessão de cinema para mulheres, colagem de lambe lambe pela cidade, contação de histórias, palestra, e muito mais. O evento ocorrerá até o dia 8/3, gratuitamente.

Acompanhe o Correio nas redes sociais

(61) 99256.3846

Quem quiser fazer sugestões ao **Correio** pode usar o canal de interação com a redação do jornal por meio do WhatsApp. Com o programa instalado em um smartphone, adicione o telefone à sua lista de contatos.

/correiobraziliense
@cbfotografia

@correio

O tempo em Brasília

Muitas nuvens, com pancadas de chuva isoladas.

Umidade relativa

Máxima **95%** Mínima **40%**

A temperatura

O sol

Nascente **6h11**
Poente **18h40**

A lua

Cheia **18/3**
Minguante **25/3**
Nova **2/3**
Crescente **10/3**

grita geral

grita.df@dabr.com.br (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

GAMA

RUA ESBURACADA

O engenheiro civil Raphael Gomes de Lima, 29 anos, morador do Gama, entrou em contato com a coluna *Grita Geral* para relatar problemas com buracos em sua rua, na Quadra 19, Setor Oeste da cidade: "No Gama, buraco é o que não falta. Nas entrequadras está absurdo, sem falar na pista que liga o Recanto das Emas ao Gama, que também é uma coisa de louco", afirma. Raphael diz que, quando são realizados reparos nas ruas da cidade, são paliativos com pouca qualidade que não corrigem realmente o asfalto : "A massa fria não aguenta a primeira chuva".

» A Administração Regional do Gama informa que realiza reparos em vias todos os dias. A massa fria é utilizada quando, devido à forte chuva, há impossibilidade de trazer massa quente da Novacap, uma vez que ela não suporta água. A fim de não suspender o tapa buracos, a massa fria é utilizada em casos tecnicamente viáveis, avaliados por engenheiros da RA. A Administração do Gama tem mapeado os buracos que surgem na cidade, e verificou-se que, devido às repentinas chuvas, o asfalto do Gama tem sofrido mais com intempéries.

GOMEZ

PLANALTINA

PARQUINHO ABANDONADO

A estudante Maiza Alves, 24 anos, moradora de Planaltina, entrou em contato com a coluna *Grita Geral* para relatar problemas com um parquinho localizado na Estância 4, no Setor Mestre D'Armas, próximo à Unidade Básica de Saúde (UBS): "Há mais de quatro anos que o parquinho está abandonado, todos os brinquedos enferrujados, quebrados; o solo está apenas com cascalho e com o mato crescendo ao redor. As crianças não têm lugar para brincar, meus irmãos pequenos me pedem para levá-los, mas não há condições de brincar ali", diz.

» A Administração de Planaltina informa que o parque infantil em questão encontra-se em uma área particular, por isso o GDF não pode realizar nenhum serviço na região. Porém, há um projeto para construção de um Complexo de Esporte e Lazer na área ao lado que irá contemplar quadras esportivas, praça e parque infantil. Informamos ainda que foi construída uma quadra sintética no local que será entregue para comunidade nos próximos dias. Posteriormente serão construídos os demais equipamentos públicos no local, quando houver disponibilidade orçamentária. A Administração de Planaltina vem revitalizando dezenas de espaços públicos na região. Ao todo, mais de 20 quadras esportivas e parques infantis já foram revitalizados e entregues para a comunidade.

Bolsas — Na sexta-feira: 1,39% São Paulo; 2,51% Nova York

Pontuação B3 — Ibovespa nos últimos dias: 111.725 — 113.142 (22/2, 23/2, 24/2, 25/2)

Salário mínimo — R$ 1.212

Dólar — Na sexta-feira: R$ 5,156 (+0,99%)

Últimas cotações (em R$)	
21/fevereiro	5,107
22/fevereiro	5,052
23/fevereiro	5,004
24/fevereiro	5,105

Euro — Comercial, venda na sexta-feira: R$ 5,808

Capital de giro — Na sexta-feira: 6,76%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 11,13%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Setembro/2021	1,16
Outubro/2021	1,25
Novembro/2021	0,95
Dezembro/2021	0,73
Janeiro/2022	0,54

PREVIDÊNCIA

STF aprova revisão de aposentadorias

Decisão pode beneficiar segurados que começaram a contribuir para o INSS antes de 1994 e se aposentaram depois de 1999

» FERNANDA STRICKLAND
» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, ontem, para que aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tenham direito à chamada "revisão da vida toda". A revisão de aposentadorias levando em consideração todo o tempo trabalhado permite o recálculo do valor do benefício.

A revisão poderá ser pedida pelos trabalhadores que começaram a contribuir para o INSS antes de 1994 e que se aposentaram depois de 1999. Nesse último ano, o cálculo do valor dos benefícios começou a ser feito considerando apenas as contribuições recolhidas depois da criação do Plano Real. Ou seja, para calcular a média dos salários que servirá como base de pagamento da aposentadoria, o instituto usa apenas os pagamentos em reais.

Para o governo, segundo uma fonte, a decisão é um "desastre para as contas públicas". Estimativas mostram que o impacto para a Previdência será de, ao menos, R$ 46 bilhões até 2029, considerando revisões e concessões. De acordo com interlocutores do governo, o INSS não possui o mecanismo e o fluxo financeiro para uma revisão dessa espécie. A fila de requerimentos está com 1,7 milhão de pedidos e a tendência é de que cresça ainda mais.

A Advocacia-Geral da União (AGU) deve aguardar a proclamação do resultado final do julgamento para se manifestar. A advogada Gabriela Sabino, especialista em direito previdenciário, destaca que todas as contribuições dos segurados anteriores a julho de 1994 eram desconsideradas no cálculo do valor das aposentadorias. "Isso fazia com que segurados que recebiam altos salários, antes desse período, no auge dos seus 30, 40 anos de idade, não tivessem esses altos salários considerados no valor do benefício", frisou.

"Ou seja, muitos acabaram se aposentando com o salário mínimo ou um pouco mais, porque o valor do benefício era calculado apenas com as contribuições realizadas a partir de julho de 1994 — quando houve a conversão do real", completou Gabriela.

O voto do ministro do STF Alexandre de Moraes definiu o julgamento, que terminou com seis votos favoráveis contra cinco contrários. A decisão pode ser aplicada para todos os processos sobre o tema na Justiça brasileira.

Não cabe mais recurso ao INSS, só embargo de declaração, mas isso não deve mudar o resultado do julgamento. Ainda é preciso, porém, aguardar a publicação da decisão, pois a ação no plenário virtual da Corte está prevista para ser encerrada até 8 de março.

Rosinei Coutinho/SCO/STF

Alexandre de Moraes deu o voto decisivo para formar a decisão da Corte. Governo não tem mais possibilidade de recurso

Impacto

O advogado previdenciário Wanderson Farias de Camargos explicou que a medida não beneficiará todos os aposentados. Para quem tinha, antes de 1994, ganhos menores do que os considerados na aposentadoria, o pedido de revisão não é interessante.

O especialista concordou com a análise a respeito do impacto financeiro. "Terá o poder de causar um desastre aos cofres públicos, tendo em vista a limitação em sua aplicabilidade aos segurados do INSS", disse.

Segundo a economista Catharina Sacerdote, o maior impacto será no déficit previdenciário, com reflexo de gastos de outros recursos para cobri-lo. "Em uma comparação simplificada com um orçamento doméstico, é preciso retirar recursos que poderiam estar destinados para investimentos para pagar esses custos", afirmou.

Fique atento

Veja o que é preciso para ter direito à revisão:

Ter aposentadoria com data de início entre 29/11/1999 e 12/11/2019. Neste caso, a média salarial calculada pelo INSS tomou como base os 80% maiores salários desde julho de 1994, quando o Plano Real entrou em vigor;

Ter se aposentado antes da reforma de 2019, que mudou novamente as regras de cálculo.

Ter começado a contribuir com o INSS antes de julho de 1994.

IMPOSTOS

Governo anuncia corte de 25% no IPI

» ROSANA HESSEL

O governo reduziu em 25% o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a maioria dos produtos, como automóveis, geladeiras, freezers, máquinas de lavar roupa e secadoras. A exceção foi o cigarro. A estimativa do Ministério da Economia é de que a medida gere uma perda de receita de R$ 19,6 bilhões.

O decreto presidencial que reduz o imposto foi publicado, ontem, em edição extra do *Diário Oficial da União*. A medida passa a ter validade imediata e não depende de aprovação do Congresso Nacional. Em nota, o ministério explicou que, no caso de automóveis, em razão de políticas de incentivo fiscal vigentes, as alíquotas serão reduzidas em 18,5%.

Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, a redução das alíquotas deve ter impacto na inflação no curto prazo, mas o objetivo da medida é fortalecer a indústria. "Tem um impacto de curto prazo, sim, no IPCA, mas é uma medida de política industrial e não de política inflacionária", frisou.

Guedes disse, ainda, que a redução do IPI abre espaço para uma nova redução do Imposto sobre Importação sobre bens industrializados, que já tiveram um corte de 10% no fim do ano passado. "Não é a nossa intenção, mas pode haver uma nova rodada neste ano", avisou. O ministro ponderou, no entanto, que seria injusto com o setor industrial abrir mais o mercado sem, antes, aliviar a situação das empresas.

De acordo com o Ministério da Economia, a redução do IPI possibilitará um incremento de R$ 467 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) em 15 anos viabilizará R$ R$ 314 bilhões em investimentos nesse mesmo período.

Segundo comunicado do ministério, a redução tributária ocorre "após a elevação da arrecadação dos tributos federais observada ao longo do ano passado, e não afetará a solvência da dívida pública e o compromisso do governo com a consolidação fiscal".

A arrecadação federal com o IPI, em 2021, somou R$ 67,6 bilhões, dos quais R$ 5,2 bilhões foram da tributação sobre o fumo. Metade desses recursos são repassados para estados e municípios e, portanto, os entes federativos também sofrerão perda de receita. Por conta disso, o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), criticou a medida. "O novo benefício fiscal ao IPI causa prejuízo ao financiamento de serviços públicos estaduais e municipais", disse o órgão, em nota.

O governo queria anunciar a redução do IPI antes de um pacote de R$ 100 bilhões de estímulo ao crédito que promete para depois do carnaval. O objetivo é turbinar o consumo, já que as perspectivas do mercado para a economia neste ano não são animadoras e preveem crescimento de apenas 0,3% do PIB.

Comunicado divulgado pela Secretaria-Geral da Presidência da República sobre o corte do IPI afirma que "por se tratar de tributo extrafiscal, de natureza regulatória, é dispensada a apresentação de medidas de compensação, como autorizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal".

Ed Alves/CB

Segundo Paulo Guedes, medida visa fortalecer a indústria

Imóveis: mudança no ITBI

» GABRIELA BERNARDES*
» MARIA EDUARDA ANGELI*

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, ontem, que o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), cobrado pelos municípios na compra e venda de imóveis, deve ser calculado com base no valor de mercado — ou seja, no que foi realmente pago no negócio.

Hoje, a base de cálculo do tributo é o valor fixado pelas prefeituras para definir o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Em geral, esse valor costuma ser menor do que os preços de mercado, ou seja, a tendência seria de elevação do imposto. No entanto, especialistas afirmam que é comum ocorrer o contrário, isto é, as prefeituras fixarem valores de referência mais elevados que os de mercado.

Para Hiram David, CEO da Elo Imóveis e vice-presidente do Sindicato da Habitação do Distrito Federal (Secovi-DF), a decisão do STJ vem para "resguardar os direitos da parte mais fraca, que é a sociedade civil". "São recorrentes as avaliações pelas prefeituras e secretarias de fazenda que extrapolam o valor de mercado. O consumidor se via obrigado a recorrer administrativamente, que normalmente era negado, e acabava por absorver o ônus, visto que o ajuizamento de demanda contra o Estado, além de moroso, é oneroso e muitas vezes não compensava. Ademais, com as transações eletrônicas, sempre monitoradas, é praticamente impossível declarar valor inferior ao efetivamente negociado", disse.

Na avaliação de David, a medida deve incentivar, ou ao menos facilitar, a compra de imóveis. "O ITBI é um alto custo para quem compra imóvel. Pagar imposto sobre valor presumido pelo Estado, e ainda superior ao efetivo, é um desestímulo. O custo do imposto é importante na decisão de aquisição, basta observar quanto a redução para 1% do valor do ITBI (de janeiro a março deste ano), ativou o mercado imobiliário de Brasília", detalhou.

A opinião de Leonardo Vasconcellos, da Imobiliária Aguiar de Vasconcellos, também é de que a medida pode favorecer o consumidor. "É mais justo porque nem sempre o valor é condizente. Por exemplo, quando comprei um apartamento, há 9 anos, o valor que o governo distrital calculou e me cobrou foi bem maior que o valor que eu de fato fechei a operação", explicou.

***Estagiárias sob a supervisão de Odail Figueiredo**

CAIXA Consórcio

XS5 ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 40.011.095/0001-63

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da XS5 ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia iniciou a comercialização dos produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA") em 23 de agosto de 2021 conforme o acordo de distribuição firmado em 30/03/2021 entre os acionistas de suas controladoras diretas, CNP Assurances Participações Ltda. e Caixa Seguridade Participações S.A..

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto da Companhia, de 75% sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal. Não houve provisionamento de dividendos no período em virtude da aferição do prejuízo de prejuízo de R$ 12.505 milhões no período.

O patrimônio líquido da Companhia em dezembro de 2021 atingiu R$ 363,36 milhões.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A XS5 ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. agradece o apoio e a confiança das acionistas e Conselheiros. Agradecemos também o apoio dado pelo Banco Central do Brasil (BCB) à regulação do setor e, em particular, aos nossos colaboradores e aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Brasília, 23 de fevereiro de 2022.

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020 Não auditado
Ativo circulante		**83.207**	**1.400**
Disponibilidade		**209**	**1.400**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	**80.495**	–
Carteira própria		80.495	–
Outros créditos		**2.441**	–
Diversos	6.1	2.441	–
Outros valores e bens		**62**	–
Despesas antecipadas		62	–
Ativo realizável a longo prazo		**49.409**	–
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	**42.453**	–
Carteira própria		42.453	–
Outros créditos		**6.956**	–
Diversos	6.1	6.956	–
Permanente		**240.700**	–
Imobilizado de uso		**75**	
Outras imobilizações de uso		78	–
Depreciações acumuladas		(3)	–
Intangível		**240.625**	–
Ativos intangíveis	7	250.000	–
Amortização acumulada		(9.375)	–
TOTAL DO ATIVO		**373.316**	**1.400**

PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020 Não auditado
Passivo circulante		**9.960**	–
Outras obrigações	8	**9.960**	–
Sociais e estatutárias	8.a	496	–
Fiscais e previdenciárias	8.b	961	–
Diversas	8.c	8.503	–
Patrimônio líquido	9	**363.356**	**1.400**
Capital		126.867	1.400
De domiciliados no país	9.a	126.867	1.400
Reservas de capital	9.b	250.000	–
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.006)	–
Prejuízos acumulados		(12.505)	–
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**373.316**	**1.400**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2º semestre de 2021	31/12/2021
Receitas da intermediação financeira	11	4.259	5.186
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.259	5.186
Resultado bruto da intermediação financeira		**4.259**	**5.186**
Outras receitas/despesas operacionais		(20.312)	(23.484)
Receitas de prestação de serviços	12	3.282	3.282
Despesas de pessoal	13	(5.574)	(5.574)
Outras despesas administrativas	14	(16.636)	(19.765)
Despesas tributárias	15	(668)	(711)
Outras receitas operacionais	16	2	2
Outras despesas operacionais	16	(718)	(718)
Resultado operacional		**(16.053)**	**(18.298)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**(16.053)**	**(18.298)**
Imposto de renda e contribuição social	17	5.675	6.438
Provisão para imposto de renda		461	461
Provisão para contribuição social		166	166
Ativo fiscal diferido		5.048	5.811
Participações estatutárias no lucro		(645)	(645)
Prejuízo do semestre/exercício		**(11.023)**	**(12.505)**
Quantidade de ações		**2.999.528**	**2.999.528**
Prejuízo por ação em Reais		**(3,68)**	**(4,17)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º semestre de 2021	31/12/2021
Prejuízo do semestre/exercício	**(11.023)**	**(12.505)**
Outros lucros abrangentes	**(1.006)**	**(1.006)**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(1.524)	(1.524)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	518	518
Total dos prejuízos abrangentes para o semestre/exercício	**(12.029)**	**(13.511)**
Quantidade de ações	**2.999.528**	**2.999.528**
Prejuízo por ação em Reais	**(4,01)**	**(4,50)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas Capital	Ganhos/Perdas não Realizados com T.V.M.	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	–	–	–	–	–	–
Capital de constituição conforme escritura pública em 12/12/2020	1.400	–	–	–	–	**1.400**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (não auditado)	**1.400**	–	–	–	–	**1.400**
Aumento de capital AGE em 30/03/2021	–	125.467	–	–	–	**125.467**
Aumento de reserva de capital AGE em 30/03/2021	–	–	250.000	–	–	**250.000**
Aprovação do aumento de capital	125.467	(125.467)	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(12.505)	**(12.505)**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	(1.006)	–	**(1.006)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**126.867**	–	**250.000**	**(1.006)**	**(12.505)**	**363.356**
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	**1.400**	**125.467**	**250.000**	–	**(1.482)**	**375.385**
Aprovação do aumento de capital	125.467	(125.467)	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(11.023)	**(11.023)**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	(1.006)	–	**(1.006)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**126.867**	–	**250.000**	**(1.006)**	**(12.505)**	**363.356**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020 Não auditado
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre/exercício antes do IR/CS	**(11.023)**	**(12.505)**	–
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações	6.252	9.378	–
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros	2.630	(123.954)	–
Créditos fiscais e previdenciários	(5.639)	(6.611)	–
Ativo fiscal diferido	(1.145)	(1.145)	–
Despesas antecipadas	123	(62)	–
Outros ativos	(1.642)	(1.642)	–
Impostos e contribuições	944	960	–
Outras contas a pagar	3.179	3.180	–
Outros passivos	5.828	5.828	–
Caixa (consumido) pelas operações	**(493)**	**(126.573)**	–
Juros pagos	(7)	(7)	–
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	**(500)**	**(126.580)**	–
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Pagamento pela compra:	**(78)**	**(250.078)**	–
Imobilizado	(78)	(78)	–
Intangível	–	(250.000)	–
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	**(78)**	**(250.078)**	–
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento de capital	–	375.467	1.400
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	–	**375.467**	**1.400**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(578)**	**(1.191)**	**1.400**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	**787**	**1.400**	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	**209**	**209**	**1.400**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2º semestre de 2021	31/12/2021
ATIVO			
Circulante		**9.229**	**9.229**
Disponibilidades		**211**	**211**
Depósitos bancários		211	211
Aplicações interfinanceiras de liquidez	19	**4.779**	**4.779**
Disponibilidade do grupo		765	765
Aplicações financeiras vinculadas à contemplação - SELIC		4.014	4.014
Outros créditos		**4.239**	**4.239**
Direitos junto a consorciados contemplados - normais		4.239	4.239
Compensação		**1.270.802**	**1.270.802**
Previsão mensal receitas a receber de consorciados		2.134	2.134
Contribuições devidas ao grupo		643.373	643.373
Valor dos bens ou serviços a contemplar		625.295	625.295
TOTAL GERAL DO ATIVO		**1.280.031**	**1.280.031**
PASSIVO			
Circulante		**9.229**	**9.229**
Obrigações com consorciados		4.697	4.697
Valores a repassar		166	166
Obrigações por contemplações a entregar		4.014	4.014
Recursos a devolver a consorciados		33	33
Recursos do grupo		319	319
Compensação		**1.270.802**	**1.270.802**
Recursos mensais a receber de consorciados		2.134	2.134
Obrigações do grupo por contribuições		643.373	643.373
Bens ou serviços a contemplar		625.295	625.295
TOTAL GERAL DO PASSIVO		**1.280.031**	**1.280.031**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021
Disponibilidades no início do período	–
(+) Recursos coletados	**9.060**
Contribuições para aquisição de bem	2.912
Taxa de administração	2.058
Contribuições ao fundo de reserva	139
Rendimento de aplicações financeiras	22
Multas e juros moratórios	4
Prêmios de seguros	18
Outros	3.907
(–) Recursos utilizados	**4.070**
Aquisição de bens	702
Taxa de administração	3.282
Multas e juros moratórios	2
Devolução a consorciados desligados	3
Outros	81
Disponibilidades no final do período	**4.990**
Depósitos bancários	211
Aplicações financeiras - grupos	765
Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações	4.014

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A XS5 Administradora de Consórcios S.A., doravante referida também como "Companhia", iniciou suas atividades em 03/12/2020, com autorização de funcionamento por parte do Banco Central do Brasil em 12/03/2021, com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, é uma sociedade por ações, de capital fechado, e uma *Joint Venture* cujos controladores são a Caixa Seguridade Participações S.A.(controlada pela Caixa Econômica Federal) e a CNP Assurrances Participações Ltda. (controlada pela CNP Assurrances S.A.).

A Companhia tem por objeto social a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis e serviços, conforme definido na legislação em vigor, sendo a Caixa Econômica Federal - CAIXA sua principal parceira na comercialização de seus produtos.

A Companhia obteve autorização para funcionamento por parte do regulador em 12/03/2021, sendo que o regulador concedeu a homologação da nova estrutura acionária e administrativa em 26/07/2021. Dessa forma foram cumpridas todas as condições necessárias para o começo das operações.

1.1 Acordo de acionistas para comercialização no Balcão CAIXA

A XS5 Administradora de Consórcios S.A. foi constituída de forma a potencializar os pontos fortes de cada acionista, observando as melhores práticas de governança corporativa. O acordo entre os acionistas foi efetivado em 30 de março de 2021 com o aporte de capital de R$375.465, sendo que o montante aportado pela CNP Assurances S.A. de R$250.000 foi registrado como reserva de capital e o restante como aumento de capital. No mesmo dia, a Companhia pagou o montante de R$250.000 à Caixa Econômica Federal, em troca do direito de acesso exclusivo, pela Companhia, à rede de distribuição da Caixa Econômica Federal para a comercialização dos produtos de consórcios pelo período de 20 anos.

Em 23/08/2021, a Companhia iniciou a comercialização dos produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA"), conforme o acordo de distribuição firmado em 30/03/2021 entre os acionistas de suas controladoras diretas, CNP Assurances Participações Ltda. e Caixa Seguridade Participações S.A.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas disposições com observância às normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil, específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF e práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 4.

Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior; e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

Conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, são apresentadas as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades dos grupos.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2022.

3. Principais práticas contábeis da Administradora

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b. Disponibilidades

A Companhia considera como caixa e bancos e os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

c. Ativos e passivos circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas quando aplicável. Os passivos são demonstrados pelo vencimento e são baseados nos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

d. Títulos, valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

O registro e a avaliação da carteira própria de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração, sendo a carteira própria alocada em títulos para negociação (a valor justo por meio do resultado), disponíveis para venda e mantidos até o vencimento:

- Títulos mantidos para negociação: os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício.

- Títulos disponíveis para venda: nessa categoria os títulos são ajustados ao valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações são levadas aos resultados, quando das realizações dos respectivos títulos.

- Títulos mantidos até o vencimento: a Companhia mantém nessa categoria os títulos que foram adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

e. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

O intangível refere-se à aquisição do direito de uso do balcão ("Balcão CAIXA") para comercialização dos produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal (veja nota 1.1).

A amortização é realizada pelo método linear durante o prazo do contrato de direito de uso, de 20 anos, a partir de 30/03/2021.

f. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com aquisição de direito de uso, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

g. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Até o momento a Companhia não apresenta registros de provisões para ativos e passivos contingentes.

h. Apuração do resultado

A apuração do resultado obedece ao regime de competência, exceto pela taxa de administração, que é reconhecida quando do seu efetivo recebimento. As despesas relacionadas à utilização do balcão da CAIXA são reconhecidas por ocasião da venda das cotas de consórcios e as de formalização de garantia e custo de contemplação por ocasião da contemplação dos consorciados. As despesas com formalização de garantia são liquidadas no momento da efetiva utilização da carta de crédito.

i. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

j. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas contábeis que entraram em vigor ainda não foram aprovadas pelo órgão regulador e a que pode gerar um efeito relevante encontra-se a IFRS 9 e a IFRS 16. Tendo em vista que tais alterações não são obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras até o momento, estas normas terão adoção em períodos futuros.

IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil: Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - *Leases*, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

A Companhia pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador.

k. Gerenciamento de riscos

O Gerenciamento de Riscos segue a política de riscos adotada na estrutura do Grupo CNP Seguros. Neste contexto, os riscos que foram mapeados e aplicáveis à operação de Consórcios são: Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional. Contudo não observamos exposição significativa da Companhia.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pelo BACEN, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

§ Nota 5 - Títulos e Valores Mobiliários - TVM

5. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os fundos de investimentos exclusivos são compostos por títulos públicos federais, operações compromissadas e valores a receber, a pagar e de tesouraria que estão apresentados na linha de outros valores.

Descrição	31/12/2021 Valor de Mercado	31/12/2021 Valor do Custo Atualizado	31/12/2021 Sem Vencimento	31/12/2021 Entre 01 e 05 anos
Títulos para negociação				
Fundos de investimento	80.495	80.495	80.495	–
Total	**80.495**	**80.495**	**80.495**	–
Disponível para venda				
Letras do tesouro nacional	42.453	43.977	–	42.453
Total	**42.453**	**43.977**	–	**42.453**

5.1. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2021
Saldo inicial	–
Aplicações	170.080
Resgates	(50.794)
Rendimentos	5.186
Ajustes TVM	(1.524)
Saldo final	**122.948**

5.2. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

• Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;

• Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	31/12/2021 Nível 1	31/12/2021 Total
Títulos para negociação		
Fundos de investimento	80.495	**80.495**
Total	**80.495**	**80.495**
Disponíveis para a venda		
Letras do tesouro nacional	42.453	**42.453**
Total	**42.453**	**42.453**

6. Outros créditos - Administradora

6.1 Créditos diversos

Os valores registrados como outros créditos diversos podem ser assim apresentados:

Outros créditos - diversos	31/12/2021
Créditos tributários (nota 6.2)	7.755
Adiantamentos e antecipações salariais	23
Títulos e créditos a receber s/característica de concessão crédito	1.612
Outros valores	7
Total dos outros créditos - diversos	**9.397**

6.2 Créditos Tributários

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

a. Composição

31/12/2021	Contribuição Social Não Circulante	Imposto de Renda Circulante	Imposto de Renda Não Circulante	Total
A compensar	–	799	–	799
Adições temporárias	166	–	461	627
Tributos diferidos - TVM	137	–	381	518
Base Negativa/Prejuízo fiscal	1.538	–	4.273	5.811
Total	**1.841**	**799**	**5.115**	**7.755**

b. Expectativa de efetiva realização dos créditos tributários

Ano de Realização	Diferenças Temporárias Valor	Diferenças Temporárias %	Ajustes TVM Valor	Ajustes TVM %	Base negativa/Prejuízo fiscal Valor	Base negativa/Prejuízo fiscal %
2022	627	100%	–	0%	–	0%
2023	–	0%	518	100%	5.811	100%
Total	**627**	**100%**	**518**	**100%**	**5.811**	**100%**

c. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido

31/12/2021	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
Saldo inicial dos Créditos Tributários	–	–	–
Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias			
Outras provisões	166	461	627
Prejuízo fiscal e base negativa	1.538	4.273	5.811
Ajuste de títulos a valor justo - TVM	137	381	518
Saldo Atual dos Créditos Tributários	**1.841**	**5.115**	**6.956**
Efeito no resultado das constituições e realizações	(1.704)	(4.734)	(6.438)

7. Intangível

O intangível refere-se ao direito de uso do balcão ("Balcão CAIXA") para comercialização dos produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal, sendo sua amortização linear pelo prazo do contrato de direito de uso de 20 anos.

Intangível	Saldo em 31/12/2020	Movimentações Aquisição	Movimentações Amortização do período	Amortização acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021
Direito de uso - Balcão Caixa	–	250.000	(9.375)	(9.375)	240.625
Total	–	**250.000**	**(9.375)**	**(9.375)**	**240.625**

8. Outras obrigações - Administradora

a. Obrigações sociais e estatutárias

As obrigações sociais e estatutárias estão representadas integralmente por gratificações e participações. Saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 496.

continua →

CORREIO BRAZILIENSE

SUPER ESPORTES

www.df.superesportes.com.br - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

COI sugere cancelamentos

O comitê executivo do Comitê Olímpico Internacional (COI) instou, ontem, que todas as federações internacionais cancelem ou realoquem as competições marcadas na Rússia e em Belarus. Além disso, pediu que as bandeiras das regiões em ofensiva contra os ucranianos não sejam hasteadas em nenhum evento esportivo mundial e que não toquem o hino nacional dos dois países, especificou a organização em um comunicado, que estimou que ambas as nações violaram a trégua olímpica.

GUERRA NO LESTE EUROPEU

Após covid-19, guerra provoca terceira mudança seguida na final da Liga dos Campeões. Com avanço do conflito entre russos e ucranianos, Uefa tirou de São Petersburgo e levou a Orelhuda para Paris. FIA também cancela GP de Sochi

Rota reprogramada

DANILO QUEIROZ

Referência no modelo de final única com palco pré-definido meses, ou até anos antes, a Uefa encara, mais uma vez, a necessidade de mudar o palco da final da Liga dos Campeões por uma situação extra-campo. Nos últimos dois anos, a entidade europeia precisou agir pelo avanço da covid-19. Ontem, no segundo dia de elevação das tensões da guerra entre Rússia e Ucrânia, a organizadora do futebol no Velho Continente anunciou a retirada da decisão de São Petersburgo e a transferência para a França. As seleções e os clubes dos dois países terão de jogar em campo neutro.

Embora em escala muito menor de proporção, a Uefa vive o drama enfrentado pela Conmebol na final da Libertadores de 2019. Na ocasião, a entidade sul-americana organizava a primeira decisão única em campo neutro e havia escolhido o Estádio Nacional, em Santiago, para abrigar o jogo. Porém, as tensões provocadas por protestos sociais no Chile forçaram uma mudança para o Monumental, em Lima, no Peru. À época, a decisão foi tomada com pouco mais de 20 dias para o confronto entre Flamengo e River Plate, vencido pelo rubro-negro.

No Leste Europeu, o clima bélico causado pelo avanço das tropas russas na Ucrânia causam tensões humanitárias muito além do esporte. Após advertir a Rússia e "condenar fortemente" o conflito, a Uefa decidiu em reunião, ontem, tirar a final da Gazprom Arena, em São Petersburgo, e colocar a partida no Stade de France, em Paris. "A Uefa gostaria de expressar seu agradecimento ao presidente Emmanuel Macron pelo apoio pessoal e comprometimento para que o jogo de clubes mais prestigiado da Europa fosse movido para a França neste tempo de crise sem paralelos", disse a entidade, em comunicado.

Susana Vera/AFP

Com ataque russo sobre a Ucrânia, entidade europeia optou por levar a taça do seu principal torneio para Paris, na França

> "A Uefa gostaria de expressar seu agradecimento ao presidente Emmanuel Macron pelo apoio pessoal e comprometimento para que o jogo de clubes mais prestigiado da Europa fosse movido para a França neste tempo de crise sem paralelos"
>
> **Uefa**, através de comunicado

Precursora do modelo de final única com palco pré-definido, a Uefa encara a necessidade de mudança de planos de última hora pelo terceiro ano seguido. Com as facilidades logísticas de deslocamento pela Europa, a entidade popularizou o formato de antecipação do palco da final, adotado desde os anos 1950, quando a competição ainda se chamava Taça dos Clubes Campeões Europeus. Nos últimos dois anos, a pandemia de covid-19 provocou a realocação das decisões. Nas duas ocasiões, Istambul, na Turquia, deu lugar a Lisboa, em Portugal, por questões ligadas à doença.

Kremlin critica

Pouco depois da mudança de sede, o Kremlin criticou a transferência da final da Liga dos Campeões para Paris. "É uma pena que tal decisão tenha sido tomada", disse o porta-voz do poder russo, Dmitry Peskov. "São Petersburgo teria proporcionado as condições ideais para a realização do evento", completou. Presidente da Federação Russa de Futebol (RFU) e do conselho de administração da Gazprom, patrocinadora da entidade, Alexander Dyukov endossou a reclamação. "Acreditamos que a decisão de mudar o local foi ditada por razões políticas. A RFU sempre aderiu ao princípio do esporte estar fora da política", ressaltou.

O Comitê Executivo da entidade também decidiu sobre clubes e seleções dos dois países. Até "segunda ordem", essas equipes terão de atuar em estádios considerados neutros durante os torneios. A ação é uma resposta ao pedido da Polônia sobre o jogo contra a Rússia pela repescagem das Eliminatórias da Copa do Mundo. A Ucrânia também está envolvida, mas pega a Escócia, fora de casa, no fim de março. "A Uefa vai dar suporte a vários envolvidos para garantir o resgate de jogadores de futebol e suas famílias na Ucrânia, que enfrentam terríveis sofrimentos humanos, destruição e deslocamento", destacou.

Fórmula 1 cancela prova da Rússia

O Grande Prêmio da Rússia de Fórmula 1, previsto para 25 de setembro, em Sochi, foi cancelado, anunciou, ontem, a empresa que administra o Mundial da categoria. Assim como a saída da final da Liga dos Campeões da Europa de São Petersburgo, a ação é uma consequência da invasão da Ucrânia pelo exército russo. O circuito integrava a lista oficial da temporada desde 2014.

"Na quinta-feira à noite, a Fórmula 1, a Federação Internacional de Automobilismo (FIA) e as equipes discutiram o posicionamento do nosso esporte e a conclusão é que, levando-se em consideração a opinião de todas as partes afetadas, é impossível organizar o GP da Rússia nas atuais circunstâncias", afirmou a empresa Formula One Group, em um comunicado. "Acompanhamos os acontecimentos na Ucrânia com tristeza, assustados e esperamos uma solução rápida e pacífica para a situação atual", acrescentou a nota.

Essa decisão ocorre um dia depois de vários pilotos do grid, incluindo os campeões mundiais Max Verstappen (2021) e Sebastian Vettel (2010, 2011, 2012 e 2014), exigirem o cancelamento da corrida. "É horrível ver o que está acontecendo. De minha parte, minha opinião é que não devo ir. Não vou", declarou Vettel, em uma coletiva de imprensa durante os treinos de pré-temporada que estão ocorrendo no circuito de Montmeló, perto de Barcelona (nordeste da Espanha). "Quando um país está em guerra, o correto é não correr lá, com certeza. Mas o que conta não é o que eu penso, será decidido por todo paddock", acrescentou o atual campeão mundial, o holandês Max Verstappen, da Red Bull Racing.

Ontem, no último dia de treinos de pré-temporada da categoria, a equipe Haas, cujos carros costumam usar as cores azul, branco e vermelho, que coincidem com as da bandeira russa, trouxe chassis totalmente brancos, sem referências ao seu principal patrocinador Uralkali, uma empresa russa especializada em potássio. O chefe da equipe, Günther Steiner, declarou que anuncia, na próxima semana, o futuro da colaboração entre as partes.

Kirill Kudryavtsev/AFP

Disputada desde 2014, corrida da Rússia foi cortada do calendário

Destaque do dia

Apoio iluminado

Ontem, a Allianz Arena e o Wanda Metrolitano casas de Bayern de Munique e do Atlético de Madrid, se iluminaram de azul e amarelo, cores da bandeira ucraniana, em apoio ao país do Leste Europeu, assolado pelo avanço do ataque da Rússia. "O Bayern está apoiando a cidade de Munique na defesa da paz e da solidariedade com a Ucrânia e a cidade irmã Kiev. A Prefeitura de Munique está hasteando a bandeira da Europa e da Ucrânia e está iluminada com as cores da Ucrânia, assim como a Torre Olímpica", diz o comunicado do clube alemão.

Divulgação/Bayern de Munique

Jogadores continuam na Ucrânia

Ontem, a Embaixada do Brasil em Kiev emitiu um comunicado divulgando a possibilidade de fuga para a fronteira com a Romênia aos brasileiros em solo ucraniano. Os jogadores tupiniquins que atuam no campeonato do país do Leste Europeu, porém, alegaram falta de segurança e optaram por não tentar embarcar no trem com destino a Chernivtsi, no oeste da região em guerra. Ao todo, 43 atletas nacionais estão espalhados entre times das três divisões do futebol do Ucrânia.

De acordo com os atletas, seria necessário caminhar cerca de 52 quilômetros para chegar na Romênia, após eventual desembarque na cidade ucraniana. O percurso, porém, precisaria ser feito de madrugada, quando as tropas russas costumam intensificar os ataques sobre o território da Ucrânia. A incerteza de segurança causou temor nos atletas. A maioria deles está acompanhado de familiares, principalmente mulheres e crianças.

"Começou o bombardeio e nos avisaram que vai ter bastante confronto nas ruas. A gente não pegou esse trem, continuamos no hotel", explicou o atacante Vitinho, ex-Athletico-PR, em entrevista ao portal GE.com.

Em conversa com o **Correio** no primeiro dia da invasão russa à Ucrânia, o volante Maycon, revelado pelo Corinthians, relatou a situação tensa dos brasileiros em meio ao conflito entre os países do Leste Europeu.

"Temos duas preocupações: uma delas é com a alimentação. Não sabemos até quando teremos comida, principalmente para as crianças. Muitos de nós estamos com os filhos aqui. A outra questão é a comunicação. Não sabemos até quando teremos internet para falar com os nossos parentes e, principalmente, solicitar ajuda", explicou.

CAIXA Consórcio

XS5 ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 40.011.095/0001-63

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

b. Obrigações fiscais e previdenciárias

Os valores que compõem as obrigações fiscais e previdenciárias podem ser assim apresentados:

	31/12/2021
Impostos retidos	743
Impostos e contribuições sobre o lucro	218
Total	**961**

c. Outras obrigações - diversas

Os valores que compõem as outras obrigações diversas podem ser assim apresentadas:

	31/12/2021
Fornecedores	177
Despesas de pessoal	1.394
Arrendamento de balcão	1.877
Comissões a pagar	2.711
Serviços de terceiros - operacional	417
Ressarcimento de custos a pagar *(i)*	1.158
Outros valores	769
Total	**8.503**

(i) Compreendem as despesas relativas ao apoio administrativo prestado pela Caixa Seguradora e Caixa Consórcios.

9. Patrimônio líquido - Administradora

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 2.999.528 ações, sendo 1.499.764 ações ordinárias e 1.499.764 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus.

b. Reservas

i. A Reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada semestre até atingir 20% do capital. A reserva não possuía saldo em 31 de dezembro de 2021.

ii. Reserva de retenção de lucros é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do semestre após considerar o dividendo proposto e a reserva legal. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. A reserva não possuía saldo em 31 de dezembro de 2021.

iii. Reserva de capital formada pela parcela de contribuição do subscritor, que não foi destinada ao capital da Companhia, correspondendo ao montante de R$250.000 em 31 de dezembro de 2021.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto da Companhia, de 75% sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal. Não houve provisionamento de dividendos no período.

10. Transações com partes relacionadas - Administradora

A Administração identificou como partes relacionadas da Companhia: suas controladoras diretas CNP Participações Ltda. e Caixa Seguridade Participações S.A., Caixa Econômica Federal - CAIXA, empresas ligadas que são controladas por seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

Os saldos decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

	31/12/2021			
	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)
Disponibilidades				
Caixa Econômica Federal	209	–	–	–
Contribuições para plano de previdência privada				
Caixa Vida e Previdência S.A.	–	–	–	(99)
Prestação de serviços e reembolsos				
Caixa Seguradora S.A. *(i)*	–	(902)	–	(1.277)
Caixa Consórcios S.A. *(i)*	–	(256)	–	–
Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A. *(ii)*	–	(4.587)	–	(8.153)
Operações de seguros				
Caixa Seguradora S.A.	–	–	–	4
Remuneração do pessoal chave da administração				
Remuneração e benefícios de curto prazo	–	–	–	(153)

(i) Compreendem as despesas relativas ao apoio administrativo e operacional;
(ii) Custos e despesas referentes à comercialização dos produtos;

Além das transações demonstradas na tabela acima a Companhia realizou em 30.03.2021 o pagamento de R$ 250.000 referente à aquisição de direto de uso do balcão para distribuição dos produtos de consórcios à Caixa Econômica Federal (vide notas 1.1 e 7).

A Companhia não fornece benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

11. Receitas da intermediação financeira

A composição das receitas da intermediação financeira pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021
Receita com títulos de renda fixa	1.273	1.272
Receita com fundos de investimento	2.986	3.914
Total	**4.259**	**5.186**

12. Receitas de prestação de serviços - Administradora

São representadas integralmente por taxa de administração recebida de consorciados.

13. Despesas de pessoal - Administradora

A composição das despesas de pessoal pode ser resumida como segue:

Despesas de Pessoal	2º semestre de 2021	31/12/2021
Benefícios	(827)	(827)
Encargos sociais	(850)	(850)
Proventos	(3.160)	(3.160)
Despesas compartilhadas	(724)	(724)
Outras despesas de pessoal	(13)	(13)
Total	**(5.574)**	**(5.574)**

14. Outras despesas administrativas - Administradora

A composição das despesas administrativas pode ser resumida como segue:

Outras despesas administrativas	2º semestre de 2021	31/12/2021
Serviços de terceiros	(1.038)	(1.038)
Localização e funcionamento	(6.767)	(9.892)
Publicidade e propaganda	(533)	(533)
Comissões	(3.895)	(3.895)
Arrendamento de balcão	(4.258)	(4.258)
Outras despesas administrativas	(145)	(149)
Total	**(16.636)**	**(19.765)**

15. Despesas tributárias - Administradora

A composição das despesas tributárias pode ser resumida como segue:

Despesas tributárias	2º semestre de 2021	31/12/2021
ISS	(166)	(166)
PIS e COFINS	(502)	(545)
Total	**(668)**	**(711)**

16. Outras receitas e (despesas) operacionais - Administradora

A composição das outras receitas e despesas operacionais pode ser resumida como segue:

Outras receitas e despesas operacionais	2º semestre de 2021	31/12/2021
Outras receitas	3	3
Formalização e custo de contemplação	(28)	(28)
Serviços de terceiros	(419)	(419)
Outras despesas operacionais	(269)	(269)
Total	**(716)**	**(716)**

17. Imposto de renda e contribuição social - Administradora

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2021	
	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	(18.943)	(18.943)
Base de cálculo	**(18.943)**	**(18.943)**
Taxa nominal do tributo	9%	25%
Tributos calculado a taxa nominal	**1.705**	**4.736**
Ajustes do lucro real	1.852	1.852
Ajustes temporários diferidos	(1.843)	(1.843)
Total dos ajustes a base de cálculo	**9**	**9**
Tributos sobre os ajustes	**(1)**	**(2)**
Tributo contabilizado	**1.704**	**4.734**
Taxa efetiva	**9,00%**	**24,99%**

18. Principais práticas contábeis - Grupos de Consórcios

a. Ativo circulante

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos aplicados, segundo determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido de ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de rateio diário proporcionais à participação de cada grupo no total das receitas.

ii. Direitos junto a consorciados contemplados

Representam os valores a receber de consorciados que já foram contemplados.

b. Passivo circulante

i. Obrigações com consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

ii. Valores a repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento a terceiros, a título de Taxa de Administração e Seguros, Multas e Juros Moratórios, Custas Judiciais e Prêmios de Seguros.

iii. Obrigações por contemplações a entregar

Representam os recursos a repassar aos consorciados contemplados destinados à aquisição de bens.

iv. Recursos a devolver a consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

v. Recursos do grupo

Representam os registros dos recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

c. Compensação

i. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

ii. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições totais (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.

iii. Valor dos bens ou serviços a contemplar

Corresponde ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente no período.

d. Demonstração consolidada das variações das disponibilidades de grupos

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

i. Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio no período e incluem os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebido dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva e dos seguros.

O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento de prestações, além de outras possibilidades previstas em Lei. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

ii. Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como: cartas de crédito, taxa de administração, seguros e outros.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens ou no decorrer do recebimento das prestações.

e. Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios podem ser resumidas como segue:

Operações de consórcios:	Quantidades 31/12/2021
Grupos em andamento	12
Consorciados ativos	3.494
Consorciados desistente ou excluídos - total [1]	96
Consorciados desistente ou excluídos - no período	96
Consorciados contemplados	36
Bens pendentes de entrega	34
Bens entregues - total [2]	2
Bens entregues - no período	2
Taxa média de inadimplência dos contemplados [3]	0,00%

[1] Representa o total de cotas desistentes e excluídas de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;

[2] Representa a utilização total da carta de crédito de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;

[3] A partir de 30/06/2015, o percentual de inadimplência calculado representa as cotas contempladas de consorciados ativos cujo percentual em atraso é igual ou superior ao percentual de amortização mensal, na data-base, sobre a quantidade total de cotas contempladas de consorciados ativos.

19. Aplicações financeiras - Grupos

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) estão integralmente representadas por Quotas de fundo de investimento, o saldo do 2º semestre de 2021 e em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 4.779.

20. Provisões

A Companhia não constitui provisão para causas cíveis em grupos por entender que os valores pleiteados pelos consorciados já se encontram provisionados, nas rubricas de: i) obrigações com consorciados; ii) recursos a devolver a consorciados.

Conselho de Administração

Pedro Duarte Guimarães – Presidente do Conselho de Administração
Stéphane Marie Christian Abel Dedeyan – Vice-Presidente do Conselho de Administração
Camila de Freitas Aichinger – Membro do Conselho de Administração
Laurent Pierre Jean François Jumelle – Membro do Conselho de Administração
Xavier Larnaudie-Eiffel – Membro do Conselho de Administração

Parecer do Conselho Fiscal

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da KPMG, os membros do Conselho Fiscal da XS5 Administradora de Consórcios S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Conselho Fiscal

José Francisco da Conceição – Presidente do Conselho Fiscal
Sérgio Ruffoni Guedes – Membro titular do Conselho Fiscal
Marcos Vinícius e Silva – Membro titular do Conselho Fiscal
Mateus de Mendonça Marques – Membro titular do Conselho Fiscal

Diretoria Executiva

Maximiliano Alejandro Villanueva – Diretor Presidente
Elerson Leris – Diretor de Operações e Tecnologia
Vanessa Regina Gobi Cattinne – Diretora Comercial/Diretora Financeira

Contadora

Ana Paula Rodrigues Coelho – CRC PE - 020428/O-0 T-DF

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da XS5 Administradora de Consórcios S.A. - Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da XS5 Administradora de Consórcios S.A. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2021 e das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da XS5 Administradora de Consórcios S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios para o semestre e exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Administradora em 31 de dezembro de 2020 ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 23 de fevereiro de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

COMBUSTÍVEIS

Consumidores em alerta

Perspectiva de novo aumento dos preços da gasolina, devido à invasão da Ucrânia pela Rússia, tira o sono de motoristas

» GABRIELA BERNARDES*
» MARIA EDUARDA ANGELI*

Com a invasão da Ucrânia por tropas russas, os combustíveis podem ter aumento significativo de preços. A gasolina e o diesel, inclusive, já estavam com defasagem de R$ 0,50 e R$ 0,30, respectivamente, em relação ao mercado internacional, segundo analistas. Agora, com um conflito armado envolvendo dois países que são grandes fornecedores no setor de energia, a situação pode ficar ainda mais difícil para os consumidores.

Morador de Águas Claras, o servidor público Anderson Sena, 43 anos, afirmou que uma nova alta da gasolina deve complicar o orçamento. "Se aumentar, vai ficar bem pesado. Minha esposa trabalha no Sudoeste e, todo dia, tenho que trazê-la e levá-la, além de buscar meu filho, que estuda no Sudoeste também", explicou.

Na última quinta-feira, o barril do petróleo Brent chegou a passar dos US$ 105, o maior nível desde 2014. Ontem, o insumo fechou em US$ 97,93. O WTI, dos Estados Unidos, terminou o dia em US$ 95,64. Os valores são importantes porque ditam o preço em que os derivados vão chegar à população.

Na opinião da analista do Sebrae Luciana Borges, 36, "a tendência é piorar". A profissional se desloca todos os dias da Asa Sul para o SIA (Setor de Indústria e Abastecimento) para trabalhar. Para ela, se o combustível subir, "vai ficar mais difícil a situação financeira de todo mundo". "Está complicado manter um carro. Acho que aumentar o combustível mais do que isso é insustentável", afirmou.

Borges também contou que, recentemente, trocou de carro e optou por um veículo mais econômico. "Já está pesado para mim, que tenho um carro econômico. Eu fico pensando nos que não são tão econômicos. Está complicado", completou.

Christopher Horta, 29, técnico de TI, diz que, caso os preços subam, pode recorrer à bicicleta para se deslocar no dia a dia. "Como moro perto do trabalho, iria de bicicleta. Não aderiria ao transporte público, até porque tenho receio da covid. Com mais um aumento na gasolina — que já está cara — não tem condição de andar de carro", justificou.

* **Estagiárias sob a supervisão de Odail Figueiredo**

Maria Eduarda Angeli/Esp.CB/D.A Press

Christopher Horta diz que pode optar pela bicicleta

ESTADUAIS Longe da elite nacional em 2022, Vasco e Grêmio têm em confrontos locais contra Fluminense e Internacional jogos ideais para avaliar evolução no ano

Clássicos testes de fogo

DANILO QUEIROZ

Fadados à disputa da Série B do Campeonato Brasileiro de 2022, Vasco e Grêmio encaram a temporada como ano de reconstrução na tentativa de retornar à elite nacional. Hoje, com pouco mais de um mês de atividade nos Campeonatos Estaduais, o cruzmaltino e o tricolor terão clássicos encarados como verdadeiros testes de fogo em seus projetos. Às 17h, os cariocas encaram o Fluminense, no Nilton Santos. Às 19h, os gaúchos medem forças com o Internacional, no Beira-Rio.

Organizando a casa para disputar a divisão de acesso pelo segundo ano seguido, o Vasco pode encaminhar a classificação para a etapa final do Campeonato Carioca se tiver sucesso sobre o rival. O tricolor lidera a primeira fase, mas está focado no compromisso de terça-feira contra o Millonarios, pela Libertadores. Após perder o primeiro confronto regional para o Botafogo, por 2 x 0, o Cruzmaltino vê no Fluminense a possibilidade de aumentar o grau de dificuldade dos enfrentamentos regionais.

"Acho que não merecemos perder para o Botafogo, tivemos uma performance para pelo menos empatar. O Fluminense vai ser um jogo complicado, montou um elenco forte, tem um treinador experiente. Trabalhar com o máximo de atenção, fazer uma boa estratégia para fazer um bom jogo e conquistar um bom resultado", alertou o técnico Zé Ricardo. O tricolor deve, inclusive, entrar em campo com um time misto no clássico.

Lucas Uebel/Gremio

Tricolor gaúcho recebeu apoio da torcida antes de encarar o rival em partida-chave para o crescimento

Líder da primeira fase do Gaúcho, o Grêmio passou por instabilidade com troca de técnico no início do ano, mas vê no confronto com o Internacional a possibilidade de se afirmar de vez de olho na sequência da temporada e na tentativa de retornar à primeira divisão. Recém-chegado ao comando, o treinador Roger Machado não cogita, sequer, poupar jogares diante da partida contra o maior rival, mesmo com o compromisso do meio de semana pela Copa do Brasil. "Como posso dizer que vou preservar jogadores? Vão tirar o meu rim. Vamos com força máxima. Trabalhar para chegar nas melhores condições", disse.

No primeiro confronto do ano contra o Grêmio, o Internacional também chega muito pressionado. Contratado no início da temporada, o técnico Alexander Medina convive com a cobrança por vitórias. "Sabemos o que significa jogar um Gre-Nal. É uma partida diferente de todas as outras. Aqui não é decepção, se vê com muita paixão. É evidente que, se chegássemos ganhando, nos daria outro estado de ânimo, mas isso tem que ser uma motivação para todos os jogadores e o entorno", avaliou.

» Santos anuncia técnico

O Santos anunciou oficialmente, ontem, que o argentino Fabián Bustos é o novo técnico da equipe. O treinador, que estava no Barcelona de Guayaquil-EQU, assinou o acordo, restando ainda o contrato definitivo para assumir o comando do time nos próximos dias. "A proposta é sempre trazer um profissional que seja vencedor, que busque títulos. Junto com o Departamento de Futebol, buscamos a melhor opção do mercado. Que ele faça um grande trabalho", disse o presidente Andres Rueda.

SELEÇÃO

Tite diz que deixará o comando do Brasil após Copa do Mundo

VICTOR PARRINI*

A Copa do Mundo do Catar ainda está longe de começar, mas o técnico Tite revelou que essa será a sua última grande disputa com a prancheta tupiniquim nas mãos. O comandante canarinho garantiu, em entrevista ao programa *Redação SporTV*, que não seguirá no cargo de líder da Seleção Brasileira após dezembro de 2022, quando termina o torneio internacional.

A declaração veio após o técnico tentar fugir da pergunta sobre o futuro. "Estou muito focado no meu trabalho. Sei do ciclo. Sou, talvez, um cara que tenha tido a oportunidade como tantos outros ao longo da história. (...) Estou fugindo (da pergunta), né? Não convém responder agora, mas eu tenho consciência exata da minha participação", respondeu Tite.

Na sequência, o treinador retomou o assunto e fez a revelação de que não seguirá à frente da amarelinha após a Copa. "Vou até o fim do Mundial. Não tenho por que mentir aqui", garantiu. "Não quero vencer de qualquer forma. Venci tudo na minha carreira, só me falta o Mundial", continuou.

A história de Tite na Seleção Brasileira dura seis anos. O técnico chegou em 2016, com a missão de recolocar a equipe nos trilhos e garantir uma vaga na Copa do Mundo da Rússia, em 2018. De lá para cá, foram 70 jogos, com 51 vitórias, 14 empates e apenas cinco derrotas.

Hoje, o Brasil é líder invicto e isolado das Eliminatórias Sul-Americanas, com 39 pontos. O escrete canarinho é um dos 15 países garantidos na Copa do Mundo do Catar. Na mesma entrevista, Tite voltou a lamentar não enfrentar europeu durante a preparação para a busca do hexa. "Gostaríamos, mas não há possibilidade", lamentou ao falar sobre o calendário.

***Estagiário sob a supervisão de Danilo Queiroz**

Lucas Figueiredo/CBF

Técnico garantiu que sairá do cargo após a disputa do Mundial no Catar

VISÃO DO CORREIO

A obrigação de repúdio à Rússia

Não podia ser diferente. Apesar do silêncio contundente do presidente Jair Bolsonaro em relação à invasão da Ucrânia pela Rússia, o representante do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), embaixador Ronaldo Costa Filho, não só votou a favor da resolução por ações contundentes contra o país de Vladimir Putin, como deixou claro o quanto o conflito provocado pelos russos está colocando em risco o equilíbrio global. Nas palavras dele, o mundo vive uma situação sem precedentes de ameaça à ordem internacional. "As preocupações de segurança manifestadas pela Federação Russa nos últimos anos, particularmente em relação ao equilíbrio estratégico na Europa, não dão à Rússia o direito de ameaçar a integridade territorial e a soberania de outro Estado", disse.

O embaixador acrescentou: "À medida que ouvimos relatos de crescentes baixas civis, medo e devastação na Ucrânia, um cenário que qualquer guerra inevitavelmente gera, nosso principal objetivo, agora, é interromper imediatamente as hostilidades em andamento. Como devemos fazer isso? Primeiro, o Conselho de Segurança deve reagir rapidamente ao uso da força contra a integridade territorial de um Estado-membro. Uma linha foi cruzada, e este Conselho não pode ficar calado". Para ele, o mundo não pode chegar ao ponto de não retorno. Infelizmente, o Brasil e outros 10 países que votaram a favor de ações contra a Rússia, que tinha poder de veto, foram derrotados.

A pressão por um posicionamento claro do Brasil contra a Rússia é enorme. Pouco antes de Costa Filho falar no Conselho de Segurança da ONU, deu-se um movimento inédito em Brasília. Embaixadores dos sete países que compõe o G7, o grupo das sete economias mais industrializadas do planeta, foram pessoalmente ao Itamaraty cobrar a condenação do ataque à Ucrânia. O Brasil se meteu nessa enrascada, que certamente lhe custará caro, com a visita de Bolsonaro a Putin pouco antes da deflagração do conflito armado no Lesta Europeu. No encontro, o presidente brasileiro afirmou que o país era solidário à Rússia. Com essa declaração, em vez de ganhos econômicos, o chefe do Executivo trouxe na bagagem o repúdio da comunidade internacional.

A postura de Costa Filho no Conselho de Segurança foi um grande avanço, mas o estrago provocado por Bolsonaro, que se colocou ao lado de um ditador, só será revertido quando ele assumir, publicamente, que repudia o genocídio que está sendo cometido na Ucrânia. Não é possível que ele fique do lado errado da história, ao endossar ações violentas que agridem a soberania e a integridade territorial de um país. A Rússia é uma agressora, que manchou de sangue a Carta da ONU que prega a paz e o respeito às nações. Muitos se perguntam se o presidente brasileiro, que calou seu vice, vê como normal Putin agora ameaçar a Suécia e a Finlândia.

O mundo, ao menos sua parcela civilizada, tem pressa pela retirada efetiva da Rússia da Ucrânia. É inaceitável que crianças, jovens, mulheres, homens, idosos sejam mortos sem piedade ou retirados de suas casas, de seu país, pelo desejo de um único ser desprezível com sede de poder. As cenas exibidas para o mundo são chocantes demais. Interromper os massacres é mais do que urgente. Um país inteiro, a Ucrânia, foi colocado de joelhos. Seus cidadãos que não conseguiram fugir terão de se submeter a uma ditadura cruel. Quantos mais invasões, bombardeios, mortes ainda teremos de assistir impotentes? Que os governantes do lado bom da história evitem a barbárie. Todos estão em risco.

MARCOS PAULO LIMA
marcospaulo.df@dabr.com.br

O futebol explica a guerra

Rússia e Ucrânia só se enfrentaram duas vezes depois da extinção da União Soviética (URSS). Ambas no fim do século passado, pelo Grupo 4 das Eliminatórias da Euro-2000. Os ucranianos venceram por 3 x 2, em 5 de setembro de 1998, em Kiev. Houve empate por 1 X 1, em Moscou. Daquele 9 de outubro de 1999 em diante, os países em guerra desde a última quinta-feira viraram fardos controversos para a Fifa e a Uefa.

Enquanto as entidades máximas do futebol mundial e europeu agiam diplomaticamente nos bastidores com sorteios dirigidos, a fim de evitar que as seleções e os clubes dos dois países se encontrassem, dirigentes das ligas nacionais das duas nações articulavam explicitamente a fusão dos campeonatos russo e ucraniano. A Crise da Crimeia, em 2014, abortou o plano embrionário.

A Revolução Ucraniana engatinhava quando os campeões e os respectivos vices das duas ligas nacionais disputavam, em Petah-Tikva, Israel, a Supercopa Unificada. Shakhtar Donetsk e Metalist representavam a Ucrânia. A Rússia competia com CSKA Moscou e Zenit São Petersburgo. Na última rodada, o Metalist derrotou o Zenit; e o Shakhtar venceu o CSKA. Era fevereiro de 2014.

Aqueles duelos foram os últimos entre times dos dois países. Um mês depois, a Rússia anexou a Crimeia, região ucraniana pró-Moscou. Na sequência, houve prolongado conflito armado na região de Donbass — onde fica Donetsk. O estádio do Shakhtar foi bombardeado e o time virou sem teto. Passou a mandar jogos em Lviv e Kiev.

Protótipo de uma liga nacional unificada, a Supercopa disputada em Israel distribuía premiação de 1 milhão de euros, mas era considerada pirata. Não havia aval das respectivas federações. Muito menos da Uefa e da Fifa. O evento era influenciado pelo ex-jogador e técnico russo Valery Gazzaev, turbinado pela gigante russa Gazprom.

Uma Supercopa unificada disputada em Israel, país neutro, explica a guerra entre Rússia e Ucrânia. À época, um dirigente que pediu anonimato praticamente implodiu a fusão das ligas nacionais. "Nossa posição sempre foi e é claramente negativa. A tentativa de realizar o Torneio Unificado, assim como a tentativa de criar um campeonato conjunto, é considerada um passo puramente político, uma traição aos interesses nacionais de ambos os países."

Mais uma prova do jogo ideológico: em 17 de agosto de 1969, o Karpat Lviv, da Ucrânia, venceu o SKA Rostov por 2 X 1 na final da Copa da União Soviética. Os torneios eram unificados, mas havia sentimento separatista. Ingressos dos jogos do Karpaty eram fornecidos a agentes da KGB. O serviço secreto soviético flagrava, na arena, gritos de conotação política. Pois naquela decisão, os torcedores do Karpaty entoaram canções ucranianas no Estádio Luzhnik, em Moscou. O povo de Lviv chorou ao escutar seu idioma ecoar na capital russa. O futebol explica a guerra.

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Boas-vidas

Esta parece ser uma cidade dos boas-vidas: ao contrário do resto do mundo, o comércio de rua abre às 9h, os shoppings, às 10h, e os bancos, às 11h. Quanto a esses últimos "privilégios", nem o Banco Central, com toda a sua austeridade e competência, dá jeito. Certa vez, conversando com um líder do governo, da época, sobre essa absurda discrepância em relação às demais agências bancárias do país, ele me respondeu, orgulhosamente, que "o horário de Brasília era diferente dos outros por que o sindicato daqui era mais forte que os demais". Que tal?

» **Lauro A. C. Pinheiro,**
Asa Sul

Conflito

O caótico e preocupante estado de guerra entre Rússia e Ucrânia, sugere que por lá urubu está voando de costas, diria Stanislaw Ponte Preta, criação do sábio Sérgio Porto. O quadro é tão grave ao ponto dos terroristas do Talibã pedirem, imaginem, diálogo entre os envolvidos.

» **Vicente Limongi Netto,**
Lago Norte

Afinidade

Os veículos de comunicação cobram do presidente Bolsonaro, assim como a Embaixada dos Estados Unidos, uma condenação à invasão russa na Ucrânia, uma guerra criada com base em inverdades de Vladimir Putin. A pressão é legítima para expor o alinhamento de Bolsonaro a violência e a negação da neutralidade. Aliás, ser neutro destoa das regras internacionais, das quais o Brasil é signatário. Mas o presidente não vai condenar o desatino medieval de Putin. Pelo contrário, ele concorda com a descabida violência em pleno século 21, pois a truculência faz parte do seu DNA despótico. Quando desautorizou o vice-presidente, Hamilton Mourão, a criticar a ação russa, reafirmou, nas entrelinhas, a sua concordância com a guerra deflagrada pela Rússia contra o governo ucraniano. Diferentemente do que afirmou na tradicional live das quinta-feiras, o Brasil pode ser da paz — o que é uma meia-verdade —, mas o presidente é da truculência e do descaso em relação à vida.

» **Leonora Lima,**
Núcleo Bandeirante

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Rússia avança de forma avassaladora sobre a Ucrânia. Triste pelo povo ucraniano. Tempos difíceis.

José Matias-Pereira — Lago Sul

Tite disse que vai deixar o comando da seleção brasileira depois da Copa do Catar. Ele poderia entregar o cargo há muito tempo.

Sebastião Machado Aragão — Asa Sul

A bancada religiosa apostou contra o projeto que legaliza cassinos e jogos. Deu azar!...

Vital Ramos de V. Júnior — Jardim Botânico

Bolsonaro afirmou que o futuro do país depende da escolha dos eleitores. Deu a deixa para outubro e, assim vai se despedir do Planalto Central.

Joaquim Honório — Asa Sul

Evangélicos indignados com a aprovação do projeto que legaliza os jogos de azar. O senador Flávio Bolsonaro, por sua vez, comemora a decisão dos deputados.

Marco Antônio de Assis — Águas Claras

Czar da Rússia

É hora de o Brasil assumir o seu ponto de independência em relação ao mundo. O que a Rússia está fazendo em relação a Ucrânia é uma vergonha para dizer o mínimo. Nessa hora é de se perguntar para que serve a Organização das Nações Unidas (ONU). Pelo visto, não tem poder nenhum para sanar e resolver os conflitos no mundo. A Organização do Atlântico Norte (Otan) parece ter mais força e determinação do que a ONU, criada no final da Segunda Guerra Mundial, com o intuito de evitar as guerras e conflitos mundiais. Nada disso está acontecendo. Por fim, como Bolsonarista, entendo que o presidente da República foi muito radical com o seu vice. Queira, ou não, essas atitudes só o prejudica. Voltando à Rússia, eles são obcecados por querer ser melhores do que os outros. Lembre-se de o Pedro, o Grande; sem falar no czar da Rússia.

» **José Bonifácio,**
Plano Piloto

Crises

Governos em crise política e econômica profunda não caem por ruins, incompetentes ou corruptos. Governos caem quando um presidente da República se torna altamente impopular e perde o apoio no Congresso. No parlamentarismo, a queda de um gabinete é ainda mais natural, sem traumas e não deixa sequelas. Está fora do jogo o primeiro-ministro que vê escapar a maioria da casa ou, simplesmente, perder a confiança do próprio partido. O presidente Jair Bolsonaro reúne atualmente as condições que, à luz da história democrática, é necessária para minar e reforçar sua reeleição: reúne maciçamente o povo, sem ter a necessidade de oferecer pão com mortadela. Em contrapartida, pasmem, alguns meios de comunicação citam que aquele cidadão compulsivo da aguardente e ex-recluso da carceragem da Polícia Federal tem 46% de intenções de votos e Bolsonaro 23%. Qual fórmula de cálculo foi utilizada? O sapo barbudo como Brizola o chamava, vive enclausurado em casa com sua nova companheira e, nas poucas vezes que saiu para fora do seu ninho para contactar com seus militantes, não reúne mais que dois times de futebol. Infelizmente, esses índices são manipulados, são os legítimos fakes, divulgados por "canetas" iradas e nefastas.

» **Renato Mendes Prestes,**
Águas Claras

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA
Diretor Presidente

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Paulo Cesar Marques
Diretor de Comercialização e Marketing

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Diretor Financeiro

Plácido Fernandes Vieira e Vicente Nunes
Editores executivos

CORPORATIVO
Josemar Gimenez
Vice-presidente de Negócios Corporativos

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1102 - Redação: (61) 3214.1100; Fax (61) 3214.1155 - Comercial: (61) 3214.1526, 3214-1211; Fax. (61) 3214.1205 - **Sucursal São Paulo**: End.: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732, 7º andar – Jardim Paulista – CEP: 01403-000 – São Paulo/ SP, Tel: (11) 3372-0022; E-mail: associadossp@uaigiga.com.br. **Sucursal Rio de Janeiro**: End.: Rua Fonseca Teles, nº 114 a 120, Bloco 2, 1º andar – São Cristóvão – CEP: 20940-200 – Rio de Janeiro/ RJ, Tel: (21) 2263-1945; E-mail: sucursalrj@uaigiga.com.br. **REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: Minas Gerais e Espírito Santo** – Mídia Brasil, Rua Tenente Brito Melo, 1223, sala 602 – Barro Preto – CEP: 30.180-070 – Belo Horizonte/MG; Tel.: (31) 3048-2310; E-mail: comercial@midiabrasilcomunicacao.com.br. **Região Sul** – HRM Representações Publicitárias, Rua Saldanha Marinho, 33 sala 608 – Menino Deus – CEP: 90.160-240 – Porto Alegre/RS; Tel.: (51) 3231-6287; E-mail: hrm@hrmmultimidia.com.br. **Regiões Nordeste e Centro Oeste** – **Goiânia**: Êxito Representações — Rua Leonardo da Vinci, Quadra 24, Lote 1, C 2, Jardim Planalto — CEP: 74333-140, Goiânia-GO — Telefones: 62 3085-4770 e 62 98142-6119. **Brasília**: Sá Publicidade e Representações, SCS Qda 02 Bl. D – 15º andar – Ed. Oscar Niemeyer – salas 1502/3 – CEP: 70.316-900 – Brasília/DF; (61) 3201-0071/0072; E-mail: Thiago@sapublicidade.com.br. **Região Norte** – Meio & Mídia, SRTVS Qda 701, Bl. K – Ed Embassy Tower, salas 701/2 – CEP: 73.340-000 – Brasília/DF; Tel.: (61) 3964-0963; E-mail: atendimento@meioemidia.com.

ANJ IVC

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela Reuters, AFP, Agência Noticiosa Intercontinental, Agência Estado, Agência O Globo, Agência A Tarde, Agência Folha, Agência O Dia e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131.

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O CORREIO
Assinante/leitor/ classificados: 3342-1000

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R$ 3,00	R$ 5,00

ASSINATURAS *
SEG a DOM
R$ 837,27
360 EDIÇÕES
(promocional)

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

DIÁRIOS ASSOCIADOS

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568/0800-647-7377. Fax: (61) 3214.1595.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Agenciamento de Publicidade

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua míngua em Capricórnio.Projeta tua mente ao mais distante futuro possível, imagina a complexidade do cenário mundial em que precisarás continuar desenvolvendo tua incansável busca de bem-estar pessoal, porque o que vem vindo por aí desafiará tudo que davas por sabido. Nada mais dês por garantido, o reino humano ingressa num período de profunda reinvenção do processo mundial, conhecido por civilização, que não tem precedente em nada do que conhecemos como história. As forças que se digladiam não são apenas físicas e formais, céu e terra se envolvem de forma dramática, tanto é o que está em jogo. Porém, não te confundas com romantismos inúteis, pois, não é o apocalipse, mas o alvorecer de uma civilização madura e sábia. Os personagens torpes da atualidade não têm poder de frear esse movimento.

ÁRIES
21/03 a 20/04

Procure deixar de lado a necessidade de descansar, porque se encontra disponível a chance de avançar substancialmente nas questões que sejam do seu interesse, e que não avançarão por si sós, mas com sua ajuda.

TOURO
21/04 a 20/05

Cuide para não se distrair com ideias que são sedutoras, porém, carecem de qualquer aplicação prática para o momento em que você se encontra. Em primeiro lugar, resolva o que é prático, depois idealize na imaginação.

GÊMEOS
21/05 a 20/06

O temor é paralisante, mas não significa que você deva acreditar nele. O temor anuncia desastres que raramente se concretizam, mas isso você só fica sabendo depois de ter evitado fazer o que estava ao seu alcance.

CÂNCER
21/06 a 21/07

Nunca é fácil fazer caber todos os interesses que as pessoas têm, e pelos quais lutam. Há momentos, como agora, em que o conflito se manifesta e, de alguma maneira, há de se esperar que as coisas se acalmem um pouco.

LEÃO
22/07 a 22/08

Você não precisa de mais nada nem de ninguém, tudo que você precisa se encontra disponível. Porém, é como uma receita de cozinha, se você não mistura os ingredientes e segue os passos, o prato não acontece por si só.

VIRGEM
23/08 a 22/09

Leve a sério seu divertimento, porque é a oportunidade de você se libertar de um tanto de seus pudores e, assim, viver algumas experiências que enriquecerão seu caráter, por mostrar a você nuances desconhecidas.

LIBRA
23/09 a 22/10

Evite procrastinar, porque cair nessa tentação seria perder a chance de adiantar muito algumas questões que, se resolvidas, tirariam um peso enorme de suas costas. Tome a iniciativa, se desapegue dos resultados.

ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

ESCORPIÃO: Nem sempre estamos com essa bola toda para prestar atenção e valorizar o que se apresenta, inclusive porque, como agora, a apresentação do que é importante vem na forma de algo banal, superficial até.

SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Se você não produz benefícios para as pessoas com que você se relaciona, tenha certeza de que sua vida individual sofrerá com isso também. Seu bem-estar particular depende do bem-estar social que você produzir.

CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Remova os obstáculos que, aparentemente, impeçam seu avanço, porém, não se demore demais nessa atividade, porque assim correria o risco de ver todos seus recursos investidos num ambiente de conflito.

AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Se quiser evitar que suas palavras e ideias sejam mal interpretadas, a única alternativa é silenciar e, se quiser seguir em frente com suas intenções, agir da forma mais discreta possível. Assim daria certo.

PEIXES
20/02 a 20/03

Se a sua atividade beneficia um pouco o mundo, que é feito das pessoas com que você se relaciona, tenha certeza de que você está em processo de enriquecimento. O benefício dos grupos será seu enriquecimento.

CRUZADAS

- Hidrelétrica de RO inaugurada em 2016
- Consequência da insuficiência cardíaca
- Atrasar; delongar
- Divisão de prédio comercial
- O policial que foi alvo de desacato
- Sucesso de Gilberto Gil
- Penitente que vive isolado
- Significado de "empeine", em espanhol
- Mover-se com ondulações (a bandeira)
- Venda, em inglês
- Orelha, em inglês
- Centímetro (símbolo)
- Elogios (fig.)
- Passar por transformação
- Que produz resultado
- Prova de motociclismo "off-road"
- Santo festejado em 1º de dezembro
- "(?) Aqui", site de queixas do consumidor
- Inscrição nos carros da ONU (ing.)
- Sobra de metal que foi lixado
- Lei de Diretrizes e Bases (sigla)
- És-sudeste (abrev.)
- A (?): te
- Apelido do Santa Cruz-PE (fut.)
- "Muitos", em "multiface"
- Nome frequente entre islâmicos
- Orlando Rangel, químico brasileiro
- (?) Rossi, ator brasileiro
- 41, em romanos
- Dotar de asas
- Aço (?), material de certas panelas
- Genuína; autêntica
- Incômodo da sintonização de rádios
- "(?) País", jornal espanhol

BANCO 2/el. 3/ear. 4/sale. 5/coral. 6/lídima. 7/reclame. 8/drapejar. 9/peito do pé. 13/desrespeitado.

47

DIRETAS DE ONTEM

		W				V		
B	A	I	X	O	P	E	S	O
	G	L	I	C	E	R	O	L
	E	S	C	A	B	E	L	O
	N	O	A		A	D	I	R
L	T	N		R		I	D	O
	E		B	U	S	C	A	S
	S	C	R	I	P	T		O
	E	R	A		L	O	A	
	C		U	A	I		T	C
P	R	O	N	U	N	C	I	A
	E	N			T	RA	V	E
	T	I	E	T	E		O	T
	O	X		C	R	A	S	E

SUDOKU DE ONTEM

2	9	6	4	7	1	3	8	5
5	8	7	6	3	9	1	4	2
1	3	4	5	8	2	9	6	7
8	4	2	3	9	5	7	1	6
3	6	9	7	1	8	5	2	4
7	1	5	2	4	6	8	3	9
9	7	8	1	6	4	2	5	3
6	5	3	8	2	7	4	9	1
4	2	1	9	5	3	6	7	8

CARNAVAL

divulgação

Psirico se apresentando em roda de samba on-line

Folia virtual

» FELIPE MACEDO*

Com o cancelamento oficial do carnaval de rua de 2022, a celebração se assemelha com a do ano passado. Tendo em vista o avanço da pandemia da covid-19, prevalece o formato de shows virtuais. Os foliões acompanham de casa diversas atrações on-line na semana mais festejada do país. As lives ocorrem no Youtube, Instagram e TikTok; há programação de shows prevista até o dia 13 de março.

A semana da folia, que teve início oficial ontem, contou com uma grande variedade de apresentações. A escola de tambores afro-brasileiro, Olodum, junto a Alceu Valença e Barões da Pisadinha, serão algumas das atrações que se apresentam nas redes sociais. Os artistas entrarão ao vivo na página especial de carnaval do TikTok para levarem animação e boa música para todos.

O aplicativo de vídeos curtos, TikTok, preparou um conjunto de ações para animar o carnaval das pessoas que celebram a data de casa. Com muita música, histórias e efeitos especiais para os festeiros, a campanha, que começou dia 21 de fevereiro, contou com o lançamento da websérie Histórias de carnaval, em que participantes compartilham vivências memoráveis ocorridas durante a maior festa do mundo. São casos engraçados, histórias de amor, ou até mesmo dificuldades. Pela facilidade de produção e postagem, todos os carnavalescos são incentivados a participar.

Em Manaus, as escolas de samba adiaram as apresentações para os dias 17, 18 e 19 de março, no sambódromo do Centro de Convenções, sem a presença de público. Na primeira noite, nove escolas de samba do grupo de acesso B, irão desfilar. As nove agremiações do grupo de acesso A, comandam a live na segunda noite e, para encerrar, o grupo especial, com oito escolas, fecha as transmissões ao vivo na sexta-feira.

Carnaval no DF

O Carnaval em casa da rádio cafuné 2022, começou ontem, e segue até o dia primeiro de março. Os blocos e artistas se revezam em programação que fica 24hs no ar, em três salas simultâneas, dentro da plataforma do Zoom da rádio. Juliana Pagul, 41 anos, programadora do evento, coordenadora da rede carnavalesca e da plataforma Praça dos Prazeres, explica como será a programação: "As salas no Zoom ficam abertas 24 horas, simultaneamente, as pessoas vão trocando de acordo com a preferência. Nós da Praça dos Prazeres comandamos a sala de estreia do abre alas, da Rádio Cafuné. A praça dos Prazeres vai se apresentar de 18h às 21h."

"Os foliões podem esperar muita diversidade cultural, bastante interação entre as pessoas presentes", completa a coordenadora.

Nesta quinta-feira, o Galinho de Brasília recebe Asé Dudu, às 19h, em primeira transmissão do grupo em março. No dia seguinte, o Bloco dos Raparigueiros recebe Menino de Ceilândia, a partir das 19h; no dia 10 de março, às 19h, Menino de Ceilândia recebe Bloco dos Raparigueiros; as comemorações carnavalescas se estendem até 13 de março, com a Liga dos Blocos Tradicionais, que encerra o evento, entrando ao vivo a partir das 19h. Todas as transmissões ocorrem no Youtube.

Estagiário sob a supervisão de Severino Francisco

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

Quero ser
uma parede
açoitada
pelo vento.
A corrosão
do mar
me batendo
na cara
até sentir
a pele fervendo,
os olhos cheios
de água.
Ser musgo
líquen.
E então
pela primeira vez
saber quem sou.

Gracia Cantanhede

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

						8		9
		6		8	1			7
	3			5	7	6		
		1						
6						3	4	
			7		2			
	6			4	8	1		
		9	2	1	6			4

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

Editor: José Carlos Vieira
josecarlos.df@dabr.com.br
cultura.df@dabr.com.br
3214-1178/3214-1179

Correio Braziliense
Brasília, sábado, 26 de fevereiro de 2022

Música com novas cores

EM ENTREVISTA AO CORREIO, A BANDA GILSONS, INTEGRADA POR FILHO E NETOS DE GILBERTO GIL, FALA SOBRE O ÁLBUM *PRA GENTE ACORDAR* E SOBRE A INFLUÊNCIA DO MUSICO BAIANO

» PEDRO IBARRA

Em 2019, uma banda de três jovens músicos caiu na graça dos brasileiros revivendo *Várias queixas*, música conhecida pelo Olodum. Conhecidos como os Gilsons, Francisco, João e José Gil agora voam mais alto e lançaram nas plataformas de streaming o primeiro álbum do trio, que tem em comum o parentesco com o lendário músico Gilberto Gil. Pra gente acordar, mostra por meio de nove faixas a identidade dessa banda que, mesmo com apenas três anos de existência, já movimenta o país.

"Desde que os Gilsons começaram a alavancar mesmo, a gente estava na vontade de lançar um disco, de ter uma obra mais completa" conta João Gil em entrevista ao **Correio**. Ele entende que o EP havia aberto o caminho para a banda crescer e estão aproveitando o álbum para se consolidar como mais que um nome promissor da nova cena da música brasileira. "O EP é como se fosse um conto e o álbum é como um romance", completa.

O álbum é uma chance deles mostrarem mais, mas eles garantem que não é uma mudança e, sim, um crescimento. "Esse disco tem muito de uma estética que já vínhamos trabalhando. Ele traz coisas novas, outras cores, mas tudo dentro da paleta que a gente propôs lá no início", analisa João, que é neto de Gilberto Gil. "É uma expansão do que a gente estava construindo, só que com pinceladas e linguagens que a gente já havia utilizado", adiciona.

O título *Pra gente acordar* também é a faixa de abertura e transmite a mensagem inicial que os Gilsons querem: "Há de nascer um novo amanhã, pra gente acordar e dançar", canta Francisco. "*Pra gente acordar* é uma música pré-pandêmica. que ganha significado com a pandemia", conta José Gil, filho de Gilberto. "A gente não estava em um tempo muito fácil no Brasil, a gente já vem de pandemia política e de burrice há alguns anos", acrescenta o artista, que também produziu o disco, apontando que a banda tem um discurso para além do entretenimento.

Porém a música que pretendem fazer é popular e para todos. "Queremos fazer, mesmo que de uma forma moderna, música popular", afirma José sobre o projeto. O disco tem, além do discurso, influências que vão do MPB ao R&B americano; tem violão, mas explora sintetizadores; vai do simples ao complexo de forma natural. "São elementos tradicionais da nossa MPB que estão ali misturados com as nossas referências. Dá para atingir todos os gostos e várias idades", conclui.

Os Gilsons: José Gil, João Gil e Francisco Gil

Zabenzi/Divulgação

Influência de casa

Quando o assunto é Gilsons, um nome inevitável é o de Gilberto Gil. O trio é formado por dois netos e um filho do lendário artista e um dos criadores do movimento da tropicália na música brasileira. A banda exalta muito a figura do músico e dá muita importância para o parentesco. "Com certeza, a gente tem muito da influência de Seu Gilberto na nossa formação musical e principalmente da vivência do palco, do backstage, de saber como tudo aquilo acontece. Com ele, a gente aprendeu sobre equipamentos, a necessidade das pessoas, a valorizar quem trabalha por trás de tudo", pontua o produtor do álbum. "É um privilégio enorme ter contato com isso desde pequeno, a gente começou sabendo lidar com tudo", adiciona.

"A grande inspiração é ver como o Seu Gilberto tem uma obra diversa e abrange vários estilos. De cara, essa coisa de a gente misturar ritmos é uma referência clara que temos dele", pondera João. "O que mais pega, para mim, é a escrita. Seu Gilberto consegue falar sobre uma infinidade de temas, consegue escrever sobre muitos assuntos de diversos interesses. Esse é o maior desafio que eu sinto como músico hoje, é ter essa capacidade de composição, que é mágica", complementa José.

Contudo, a banda sabe o lugar e o tempo em que está e não quer só viver da referência do lendário parente. "Nos anos 1960, ele misturava uma coisa e a gente em 2020 vai misturar outra", afirma o João. "Ao mesmo tempo, a gente não quer fazer igual, nem pretende. A gente quer fazer o que gosta. Quer que saia de nós e as pessoas gostem do que nós fazemos do jeito que fazemos", continua.

O plano tem dado certo, os Gilsons têm cada vez mais se deparado com fãs que descobriram a relação deles com Gil após ouvi-los. "A gente tem contato com o público em shows e nas redes, e muitas pessoas começaram a ouvir Gilsons sem saber que nós éramos relacionados ao Gilberto Gil", conta José. "A gente acha isso muito legal", finaliza João.

Da gênese da humanidade ao apocalipse da sociedade por meio do racismo

» LEILA NEGALAIZE LOPES
Jornalista, produtora cultural, ativista afrolésbica da rede Sapatá, integrante da Coalizão Negra por Direitos

Para os iorubás, tudo que há no mundo visível e invisível é dotado de uma força que o sustenta e o faz existir. Essa força se encontra em toda parte, é vida e energia. Força que fica fora da experiência dos olhos do corpo, ainda que continuamente experimentada. É misteriosa e mantida por um sistema invisível de força e energias. É essa força, chamada "axé" na língua nagô ou iorubá, que assegura a existência dinâmica, permitindo o acontecer e o devir.

Sem axé, a existência ficaria paralisada, desprovida de toda possibilidade de realização. Ela é o princípio que torna possível o processo vital. O que isso tem a ver com a gênesis da humanidade e o apocalipse da sociedade? Ora, se paleontólogos, arqueólogos, antropólogos, entre outros cientistas, quase todos brancos, buscam respostas diferentes para a gênese da humanidade, e todas essas respostas os levam para o continente africano. Portanto, África é o berço da humanidade!

Segundo declara Laurent Duret, cientista atuante na França (Lyon): "Ainda que o DNA das mulheres negras de hoje não tenha "todas as variações [genéticas] possíveis para cada tipo de ser humano" na Terra e que o 'Eve gene' não exista, o DNA mitocondrial de cada ser humano descende de uma mulher africana que viveu há cerca de 200 mil anos. Além disso, como a espécie se originou na África antes de migrar para outras regiões, as populações desse continente têm a maior diversidade genética".

Assim, a afirmativa de Angela Davis se confirma: "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela". Tendo isto "escurecido" seguimos. Onde quero chegar com essa "escrevivência" (como define Conceição Evaristo)?

No Brasil, o que temos vivido é uma constante violência racial, onde apenas por sermos negros/as já nos colocam como alvo das mais diversas violações dos direitos humanos; do reconhecimento facial ao linchamento público por reivindicar o pagamento de salário atrasado ou por cobrar por um serviço que não foi pago via app. Morremos baleados na porta de casa, em frente à esposa e aos filhos, no mercado, nas periferias, o que nos coube no direito à cidade.

Desde o nutricídio (expressão que tem como sinônimo o genocídio alimentar), criada pelo norte-americano Llaila Afrika. Ele nos alerta que o agronegócio determina a nossa alimentação, à precariedade de acesso a políticas públicas básicas. Promovem o flagelo da extrema pobreza e dos salários baixos e, assim, a população negra e periférica, por meio da insegurança alimentar, desenvolve muitas comorbidades. Alinhada a essa necropolítica alimentar, social e territorial, ainda temos que lidar com a usurpação de nossos conhecimentos em fitoterápicos e alimentos que ainda são preservados nos terreiros de matriz africana que sofrem com depredações.

Uma constante e exaustiva investida em apagar nossas memórias e contribuições históricas; estratégias para o apagamento de nossa identidade.

E, com tudo isso, tem a "cara de gente branca" dizendo que nós negras e negros só falamos de racismo. Não! O que estamos falando é que somos seres humanos, que movemos esta sociedade e que somos guardiões de um mundo que está sendo destruído em nome do desenvolvimento neoliberal, antagônico a nossa filosofia do bem viver. O racismo ambiental não está apenas nos exterminando, está exterminando a todos; com a Terra devastada, não existirá seres humanos, nem negros e nem brancos.

"Tudo que nós tem é nós!", canta Emicida. Já não acreditamos mais em um caminho apontado por quem não respeita nossa cultura, nossa arte, nossa fé; estamos nos recuperando mesmo que na "dororidade", segundo Vilma Piedade; mas ainda no amor pela vida universal. Resistimos com a força invisível, sagrada de toda divindade, chamada Axé.

Seguimos nos organizando em uma coalizão negra denunciando que, com racismo, não há democracia, não há natureza, não há mundo. Portanto, se somos a gênese, o apocalipse do racismo está próximo de ser exterminado, em nome de Zumbi, Dandara, Marielle, Moïse e tantas e tantos heróis e heroínas que tombaram abrindo caminhos para que uma nova geração possa recomeçar uma sociedade igualitária, sem racismo. Com a força do Axé, as sementes germinarão com o poder de salvaguardar o que mais temos de precioso, a vida humana. O vento é o devir!

Lição a aprender

» JOSÉ HORTA MANZANO
Empresário e blogueiro

Na quinta-feira em que escrevo, a Europa acordou sobressaltada. A ameaça em que ninguém queria acreditar se realizou. O pesadelo virou realidade. Já de manhã, jornais e tuítes confirmam: estão acontecendo coisas que a gente imaginava que tivessem ficado nos livros de história. Estourou uma guerra no continente. E não é uma guerra fria como a que durou de 1945 até o desmanche da União Soviética. A que estalou hoje é quente, com aviões, mísseis e tanques em movimento.

Imagine o distinto leitor, por um instante, que instalações industriais estivessem sendo alvo de mísseis em Salvador, em Belo Horizonte, em Porto Alegre, no Rio, ou em São Paulo. Imagine que bases aéreas como as de Anápolis e Santa Cruz estivessem sendo destruídas por bombas vindas não se sabe de onde, tudo ao mesmo tempo. Imagine que os principais aeroportos do país estivessem sofrendo o mesmo destino. É o que está acontecendo, no momento em que escrevo, na Ucrânia — país tão longe do mundo e tão perto da Rússia.

É a primeira vez, desde o fim da última guerra, que um grande país está sendo atacado por uma potência nuclear. Na Europa, em extensão territorial, a Ucrânia fica em segundo lugar, só perdendo para a própria Rússia. De 1945 para cá, houve, sim, incursão de potências nucleares em pequenos países. Em 1983, os EUA invadiram Granada, minúsculo país caribenho. Em 2008, a própria Rússia interveio na Ossétia do Sul, pequenina fração da Geórgia. Que um dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU ataque militarmente um país de área maior que a de 25 países europeus reunidos é pesadelo que, até poucas semanas atrás, não estava nos radares.

Curiosamente, essa Rússia gigantesca que mostra os músculos e assusta o mundo tem um PIB menor que o do Brasil. O PIB russo equivale, grosso modo, ao da Espanha. Isso demonstra o esforço especial que o governo tem feito em favor da despesa militar. A aritmética não falha: quando se investe demasiado aqui, há de faltar ali. Não há milagre. Os serviços públicos essenciais do país — educação, saúde, transporte, segurança pública, infraestrutura — hão de sentir o baque.

Os acontecimentos desta madrugada nos dão interessantes informações. A insistência de Biden, que, há semanas, vinha reafirmando vigorosamente que o ataque da Rússia era iminente, prova que os serviços americanos de espionagem funcionam. É de crer que haja infiltração de informantes no entourage próximo de Putin.

Será interessante observar agora a reação da China. Manterá o apoio a Moscou? De olho em Taiwan, ilha considerada "província rebelde", Pequim há de estar anotando cada detalhe da reação mundial ao ataque russo. Do que acontecer nas próximas semanas, dependerá a decisão de invadir Taiwan num futuro próximo.

Todos os países europeus, com a notável exceção de uma Bielo-Rússia enfeudada a Moscou, condenaram a invasão militar da Ucrânia nos termos mais vigorosos permitidos pela linguagem diplomática. Será interessante acompanhar a reação do governo brasileiro, que não se manifestou até o momento em que escrevo.

Há que ter em mente a intempestiva viagem de Bolsonaro à Rússia semana passada. Mais que isso, é preciso levar em consideração sua irresponsável afirmação de solidariedade para com aquele país. À vista disso, o Itamaraty está, como se costuma dizer, metido numa saia justa. Estamos do lado errado da História. Como pode o Brasil condenar a agressão militar russa à Ucrânia se, apenas uma semana antes, nosso presidente se declarava solidário à causa russa? Para contornar a situação, será preciso um contorcionismo verbal.

Vladimir Putin tornou-se dirigente da Rússia há 22 anos. Sua permanência no topo não teria sido possível sem ampla cooptação da intelligentsia do país e da oligarquia enriquecida na esteira do desmonte da União Soviética. O sistema é vertical e funciona em circuito fechado. Putin depende da elite cooptada, e esta só sobrevive graças a ele.

Embora mais tênue, o risco de instauração de semelhante sistema existe entre nós. Temos, no poder, um candidato a ditador autocrata. É bom tomar cuidado. Se bobear, o bicho pode pegar.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Erros históricos

Erros históricos são aqueles que, por suas dimensões e efeitos negativos ao longo do tempo, ficam registrados para sempre, marcando seus personagens em episódios que obscurecem não só a imagem de seus autores como a do país que representam, prejudicando ambos indistintamente. A história da humanidade está repleta de exemplos, bastando ao interessado consultar os registros do passado.

No Brasil, alguns dos muitos erros históricos cometidos no passado nos conduziram para o que somos hoje como país e nação. Dos erros históricos mais significativos e que levaram a nos distanciar de países, como os Estados Unidos, colonizados no mesmo período, destacam-se a perpetuação do regime da escravidão, a manutenção dos latifúndios, a monocultura de produtos para a exportação e a exploração, além da depredação da colônia, exaurida e renegada a ser apenas uma economia complementar à metrópole.

Um erro histórico e contemporâneo imenso, capaz de empurrar todo o país para uma crise institucional que desembocaria na desventura do regime militar, foi a renúncia, até hoje mal explicada, do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. Os efeitos deletérios desses cometimentos impensados marcam e afetam o país, o que mostra, com clareza, que nossas autoridades em todo o tempo e lugar, sempre desprezaram as lições do passado. Não é por outra razão que repetia o filósofo de Mondubim: "Quem não aprende com a história, está condenado a repeti-la".

Deixando de lado os muitos e repetidos erros históricos cometidos durante a década petista e que nos levaram à mais profunda brutal recessão que experimentamos, todos eles decorrentes de um misto entre má gestão e corrupção sistêmica, chama a atenção a recente visita feita pelo atual presidente Bolsonaro à Rússia. Não bastasse a presença do chefe do Executivo ao Kremlin, num momento absolutamente inoportuno, contrariando todas as recomendações de assessores que lidam profissionalmente e no dia a dia com as relações internacionais.

O presidente, sob o pretexto de que trataria de assuntos relativos ao fornecimento de insumos agrícolas, ainda cometeu o erro histórico de afirmar, com todas as letras e no plural: "Somos solidários à Rússia".

Com isso, falando em nome do Estado que representa, colocou todo o Brasil e sua população ao lado do fratricídio que vem sendo cometido pelo atual Napoleão de hospício, na figura do ditador russo. São não só uma vergonha para todos nós que fatos como esses tenham acontecido e registrados em vídeo para a posteridade, como continuem a ser confirmados pela tibieza de nossos representantes na Organização as Nações Unidas (ONU).

Errar historicamente é persistir no erro, quer por voluntarismo, quer por total falta de senso ou razão. Não satisfeito com essa gafe internacional, o chefe do Executivo, em pronunciamento durante essas costumeiras e patéticas lives, condenou o pronunciamento do seu vice-presidente, general Hamilton Mourão, que defendeu reprimenda dura às ações de Putin, se posicionando ao lado da soberania dos países e da democracia.

Os Estados Unidos e seus aliados deixaram entender que as nações que, agora, apoiam as atrocidades desse Napoleão de hospício russo ficarão marcadas como inimigas da democracia. Ir contra a corrente internacional, passou a ser, desde 2018, o que nosso país tem feito. Questões como o aquecimento global, a preservação do meio ambiente, a vacinação, entre outras, mostram que seguimos à deriva, sem um norte, guiados por um néscio.

» A frase que foi pronunciada

"A guerra é um lugar onde jovens, que não se conhecem e não se odeiam, se matam, por decisões de velhos que se conhecem e se odeiam, mas não se matam."

Erich Hartman

Sina

» Tem sido a sina de todos os grandes ditadores e tiranos deixarem, atrás de si, um gigantesco cemitério com milhares de vítimas e uma paisagem de escombros e cinzas, que testemunham sua passagem ruinosa entre os humanos.

Ditadores

» Um dos mais antigos e utilizados estratagemas que ditadores de hospício, como o russo e outros ao longo da história humana, sempre recorreram para manterem-se em evidência e, com isso, desviar a atenção do cidadão comum, é eleger um inimigo externo, debitando a ele todas as causas, agruras e infortúnios experimentados pela população. Esse inimigo da nação devem ser monopolizados toda a força do país para derrotá-lo, obviamente sob o comando supremo do chefe ou, comumente, como preferem, o "pai da pátria".

» História de Brasília

A W-4, também, está um encanto. A agressividade do conjunto arquitetônico, com côr única e linhas retas, teve a monotonia quebrada com os jardins, que estão dando mais beleza para a vista. (**Publicada em 18/2/1962**)

CORREIO BRAZILIENSE

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, sábado, 26 de fevereiro de 2022

Para anunciar ▸ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.1 APARTHOTEL

REVENDA PaulOOctavio

BRASIL 21 - desocupado, canto, nascente, vista livre - esplanada, dividido, 60,12 mts, 2 varandas, sem mobília - 98238-0962/CJ-1700

VENDO HOTEL Tradicional em Brasília 110 apto. Ocupação de 90% ano. 99294-6408 c6271

VENDO HOTEL Tradicional em Brasília 110 apto. Ocupação de 90% ano. 99294-6408 c6271

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

RUA 12 SUL - Vilarindo Lima, desocupado, novo, canto, varanda, 72 mts priv, 01 vaga de garagem, lazer completo - 98313-1395/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

RUA 18 NORTE - WAVE Residênce, reformadíssimo, alto padrão, vista livre, 75 mts priv, 01 vaga de garagem, lazer completo - 98313-1395/CJ-1700

1.2 ÁGUAS CLARAS

REVENDA PaulOOctavio

RUA 12 SUL. Novo e Pronto p/morar 2 qts. Lazer Completo 62 a 68m². Ligue: 3326-2222

3 QUARTOS

R ALECRIM Grande oportunidade, vdo barato! 3qtos, armários em todos os cômodos, nascente, vista livre p/ estação metrô, comércios variados nas proximidades. Tratar com o proprietário. Jair 61 99986-0751

REVENDA PaulOOctavio

RUA ALECRIM - Villa Clara, nascente, armários 96 mts priv, 01 vaga de garagem, lazer seco - 98570-3210/CJ-1700

4 OU MAIS QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

AV. DAS ARAUCÁRIAS - PENINSULA, 3 suítes, home, 180mts, 3 vagas de garagem, lazer completo - 98313-1395/ CJ-1700

PaulOOctavio

PENÍNSULA PRONTO P/MORAR, 4 Qts 203m². Clube de Lazer. Grg. T: 3326-2222 CJ 1700

ASA NORTE

1 QUARTO

1.2 ASA NORTE

REVENDA PaulOOctavio

SHCGN 708/709 - dividido, 28,55 m² privativo, ótima localização - 98238-0962/CJ-1700

2 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

105 SQN - DESOCUPADO, nascente, vazado, original, 97m² privativo - 98238-0962/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

212 SQN - ZEFERINI VAZ - DESOCUPADO, ótima cobertura, nascente, vista livre, suíte, 187,37 mts privativos, 01 vaga de garagem - 98238-0962/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

CLN 410 - reformado, ótima localização, sala 2 amb. Ampla cozinha, 82,00 metros priv., - 98238-0962/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

SHCGN 704 -Baltazar Mendonça, cobertura Desocupada, sendo 01 suíte, completo de armários, 136,47 mts, 02 vagas no subsolo - 98238-0962/CJ-1700

4 OU MAIS QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

115, SQN - Desocupado - Nunca Habitado, completo de armário, 239,47 mts priv., Canto, vazado, 3 suites + closet, 3 vagas soltas - 98238-0962/CJ-1700

1.2 ASA NORTE

PaulOOctavio

208 Sqn Pronto P/ Morar 4 Qts, Novo, 127 M², 2 Vg Grg. T: 3326-2222 Cj 1700

REVENDA PaulOOctavio

AVALIA Gratuitamente, Vendecom rapidez, Clientes Cadastrados, Aprovamos Financiamento, Consulte-nos, CJ-1700 - 99619-2488

ASA SUL

2 QUARTOS

GRANDE OPORTUNIDADE
412 SQS 2qts todo reformado. P/ morar ou investir. 99567-0883 c10859

PARK SUL PRIME
SMAS TR 03 2 suítes dos sonhos ! Reforma de alto padrão, 70m², andar alto, duas vagas, lindo lazer, R$1.260.000,00. 98585-9000 c13429

3 QUARTOS

JOIA RARA!
SQS 204 3qts + DCE, 98m² andar alto, nascente, vista livre, prédio meio da quadra, fachada reformada. R$1.370.000,00. Desocupado. Tratar: 61 98585-9000 c13429

207 SUL Prédio todo reformado, o + bonito da 207. 170M² Vista livre vazio 3qtos sendo 2stes hidro, reformado. 4°andar Tr:99395-2720 c6271

216 3QTOS c/1ste refor nascente. 168m² vazio. Tr:99294-6408 c6271

316 REFORMADO 160m² 3quartos sendo 1suíte. Desocupado. Tr: 99395-2720 c6271

OPORTUNIDADE
411 SUL 3qts+DCE c/ 80m² todo reformado aceito imóvel 1qts na troca. 99567-0883 c10859

216 3QTOS c/1ste refor nascente. 168m² vazio. Tr:99294-6408 c6271

1.2 ASA SUL

COBERTURA LINEAR
SMAS TR 03 3 quartos - 126m² - 2 vagas, condomínio Villagio Ágio + Saldo devedor Valor total: R$1.800.000,00. 98585-9000 c13429

4 OU MAIS QUARTOS

309 BLOCO K p/ morar ou reformar, 171m2 interno + 92m2 área comum + 72m2 duas garagens, 5qts 1 suíte (de canto 6° andar). Particular! Só interessados R$ 1.890.000, Cel. (61) 98126-0009 (zap)

CRUZEIRO

3 QUARTOS

QD 1201 Vdo apto 3qts suite 1°and. Só R$ 490.000 Ac prop. Urgente 99983-1953 c3149

QD 605 Bl.D 3q R$380 mil 986214352 c21756

GUARÁ

3 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

QI 33 Novo e Pronto p/ morar 3 qts. Lazer Completo 114m². Ligue: 3326-2222

REVENDA PaulOOctavio

QI 04 - Lote em ótima localização, terreno de 200 mts, com uma casa antiga nele edificada - 98313-1395/CJ-1700

1.2 LAGO NORTE

LAGO NORTE

1 QUARTO

REVENDA PaulOOctavio

CA - 09 GREEN HILLS - desocupado, Duplex, armários, 57 mts privativos, 01 vaga de garagem - 98238-0962 / CJ-1700

NOROESTE

3 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

SQNW 103 Jacy Burmann, Canto, nascente, 02 suítes, 02 vagas soltas, 123m² priv, cobertura coletiva - 98238-0962/ CJ-1700

3 SUÍTES, VISTA LIVRE
SQNW 111 2vagas de gar 3°andar lazer compl. 98421-2587 c5263

4 OU MAIS QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

SQNW 310 LIBERTATE - 04 Suítes, Alto Padrão, nascente, canto, completo de armários, 298 mts, cobertura coletiva, 4 vagas - 98238-0962/CJ-1700

1.2 SUDOESTE

SUDOESTE

3 QUARTOS

OPORTUNIDADE ÚNICA
SQSW 105 3qtos 1ste arm°s DCE 4°and vista livre nascente, desocupado 1 garagem ac financ/ Fgts 98466-1844 c7432

4 OU MAIS QUARTOS

305 SQSW Cobertura c/ vista 386m² vazia, de canto c/ lazer. 3 vgas Prédio reformado Linda!! Tr:99395-2720 c6271

REVENDA PaulOOctavio

AVALIA Gratuitamente, Vende com Rapidez, Clientes Cadastrados, Aprovamos Financiamento, Consulte-nos, CJ-1700 - 99619-2488/98238-0962

TAGUATINGA

4 OU MAIS QUARTOS

1.2 VALPARAÍSO

VALPARAÍSO

2 QUARTOS

COND PARK Club 5, reformado, armários, gar escrit bom preço, aceito carro 985157777 c11447

COND PARK Club 5, reformado, armários, gar escrit bom preço, aceito carro 985157777 c11447

1.3 CASAS

ASA SUL

4 OU MAIS QUARTOS

710 4 QTOS casa reformada 2 pavimentos 329m2 de área útil, churrasq. 999707721 c5525

GUARÁ

2 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

QE 26 - Ótima localização, 02 qts, 46 mts privativos, casa nos fundos, lote de 200mts - 98313-1395/CJ 1700

REVENDA PaulOOctavio

QE 26 - Ótima localização, 02 qts, 46 mts privativos, casa nos fundos, lote de 200mts - 98313-1395/CJ 1700

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172

Drogas redirecionadas para evitar a covid

Medicamentos contra diabetes, hepatite e até o HIV podem enfraquecer a ação do Sars-CoV-2 em células humanas, reduzindo sua capacidade de infecção. Efeito constatado por cientistas dos EUA abre as portas para o surgimento de nova classe de vacinas

Diversos medicamentos aprovados pelo órgão regulatório dos EUA, a Food and Drug Administration (FDA), incluindo para diabetes tipo 2, hepatite C e HIV, reduzem significativamente a capacidade da variante delta do Sars-CoV-2 de se espalhar pelo corpo humano. Uma equipe liderada por cientistas da Universidade de Penn State descobriu que esses remédios inibem enzimas virais chamadas proteases, que são essenciais para a replicação do coronavírus nas células.

"As vacinas para Sars-CoV-2 têm como alvo a spike, mas essa proteína está sob forte pressão de seleção e, como vimos com a ômicron, pode sofrer mutações significativas. Permanece uma necessidade urgente ter agentes terapêuticos que tenham como alvo partes do vírus, além da proteína spike, que não são tão prováveis de evoluir", afirma Joyce Jose, professora-assistente de bioquímica e biologia molecular da Penn State e uma das autoras do estudo, publicado na revista *Communications Biology*.

Pesquisas anteriores demonstraram que duas proteases do Sars-CoV-2 — a Mpro e a Plpro — são alvos promissores para o desenvolvimento de antivirais. Segundo Joyce José, essas enzimas são relativamente estáveis. Portanto, é improvável que desenvolvam mutações resistentes aos remédios rapidamente. O medicamento para covid-19 da Pfizer, o Paxlovid, por exemplo, tem como alvo a Mpro.

Katsuhiko Murakami, professor de bioquímica e biologia molecular da Penn State, explica que, devido à capacidade de clivar ou cortar proteínas, as proteases são essenciais para a replicação do Sars-CoV-2 em células infectadas.

Niaid/Divulgação

Coronavírus (amarelo) ataca células humanas: busca por abordagens em partes estáveis do vírus

"O coronavírus produz proteínas longas de seu genoma de RNA, as poliproteínas, que, de maneira ordenada, devem ser clivadas em proteínas individuais por essas proteases, levando à formação de enzimas e proteínas virais funcionais para iniciar a replicação do vírus assim que ele entra na célula", detalha. "Se você inibir uma dessas proteases, a disseminação do Sars-CoV-2 na pessoa infectada pode ser interrompida."

Testes

Em busca desse efeito, a equipe projetou um ensaio para identificar rapidamente os inibidores das proteases Mpro e PLpro em células humanas vivas, o que os permitiu avaliar, também, toxicidade de possíveis inibidores. Para isso, testaram uma biblioteca de 64 compostos — incluindo inibidores das proteases do HIV e da hepatite C, proteases de cisteína, que ocorrem em certos parasitas protozoários, e dipeptidil peptidase, uma enzima humana envolvida no diabetes tipo 2 — pela capacidade deles de inibir a Mpro ou a PLpro.

Dos 64 compostos, a equipe identificou 11 que afetaram a atividade de Mpro e cinco que afetaram a atividade de Plpro, tendo como base um corte de 50% de redução na atividade de protease com 90% de viabilidade celular. Em seguida, avaliou-se a atividade antiviral desses 16 inibidores contra o Sars-CoV-2 em células humanas vivas. "Descobrimos que, quando as células foram pré-tratadas com os inibidores selecionados, apenas o MG-101 afetou a entrada do vírus nas células", conta Anoop Narayanan, professor-associado de pesquisa de bioquímica e biologia molecular da universidade americana.

Variantes

Ao investigar mais a fundo o mecanismo pelo qual o MG-101 inibe a atividade da Mpro, os cientistas descobriram que esse inibidor imita a poliproteína e se liga de maneira semelhante à protease, bloqueando, assim, a sua ligação. "Ao entender como o MG-101 se liga ao sítio ativo, podemos projetar novos compostos que podem ser ainda mais eficazes", aposta Murakami. Agora, a equipe está no processo de projetar novos compostos com base nas estruturas descobertas. Eles também planejam testar as drogas combinadas que já demonstraram ser eficazes em testes in vitro e em camundongos.

Embora os cientistas tenham estudado a variante delta, eles enfatizam que os medicamentos provavelmente serão eficazes contra a ômicron e cepas futuras, porque visam partes do vírus que, provavelmente, não sofrerão mutações significativas. "O desenvolvimento de medicamentos antivirais de amplo espectro contra uma gama extensa de coronavírus é a estratégia final de tratamento para infecções circulantes e emergentes por esse vírus", enfatiza Joyce José. "Nossa pesquisa mostra que o redirecionamento de certos medicamentos aprovados pelo FDA que demonstram eficácia na inibição das atividades de Mpro e PLpro pode ser uma estratégia útil na luta contra o Sars-CoV-2."

» Queda na eficácia

Um estudo divulgado no *The Lancet Respiratory Medicine* pela Providence, um dos maiores sistemas de saúde dos Estados Unidos, confirma a eficácia geral das vacinas na prevenção de infecções graves resultantes de hospitalização por covid-19, mas também mostra um declínio substancial na proteção após seis meses. Concluído por uma equipe de médicos e cientistas da Providence Research Network, a pesquisa examinou dados de quase 50 mil internações hospitalares entre abril e novembro de 2021, descobrindo que as vacinas foram 94% eficazes na prevenção da hospitalização de 50 a 100 dias após o recebimento da injeção, mas a efetividade caiu para 80,4% entre 200 e 250 dias, com declínios ainda mais rápido, acima desse prazo.

» Tubo de ensaio | Fatos científicos da semana

Segunda-feira, 21

DAS PROFUNDEZAS DO GELO

Pesquisadores britânicos anunciaram que a primeira fase de perfuração do gelo profundo e mais antigo da Antártida foi bem-sucedida. A missão, realizada na remota Dome Circe, em uma altitude de 3.233 metros, tem como objetivo descobrir informações sobre a evolução das temperaturas, além de desvendar segredos relacionados à composição da atmosfera e ao ciclo do carbono nos últimos 1,5 milhão de anos. Os especialistas anunciaram que já perfuraram cerca de 130 metros, mas a meta é atingir uma profundidade bem maior: 2,7 mil metros. A campanha é um esforço inédito em estudos de paleoclimatologia e trará dados novos sobre o clima do passado e os gases de efeito estufa que estavam na atmosfera durante a Transição do Pleistoceno Médio (MPT), entre 900 mil e 1,2 milhão de anos atrás.

Terça-feira, 22

FIM DAS TRANSFUSÕES

Mais de 90% dos pacientes com talassemia, uma doença hereditária do sangue, não precisaram mais de transfusões sanguíneas regulares anos após receberem terapia genética, de acordo com um ensaio clínico internacional de fase 3, que incluiu, pela primeira vez, crianças com menos de 12 anos. Pessoas com a enfermidade não produzem hemoglobina funcional suficiente em seus glóbulos vermelhos, o que interfere no oxigênio distribuído a todas as partes do corpo. Aquelas com o tipo mais grave da doença precisam de transfusões de glóbulos vermelhos todos os meses para sobreviver. Quando frequentes, no entanto, esses procedimentos podem causar sérias complicações devido à sobrecarga de ferro e a infecções, especialmente quando o baço é removido.

Mark Witton/Divulgação

PEGANDO FOGO

As mudanças climáticas e o uso da terra devem tornar os incêndios florestais mais frequentes e intensos, com um aumento global de fenômenos extremos de 14% até 2030, 30% até o fim de 2050, e 50% no fim do século, de acordo com um novo relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. O documento pede uma revisão radical nos gastos dos governos com incêndios florestais, mudando os investimentos de reação e a resposta para prevenção e preparação. O relatório encontra um risco elevado mesmo para o Ártico e outras regiões anteriormente não afetadas por ocorrências do tipo.

Quarta-feira, 23

ÚLTIMO DIA DOS DINOS

O asteroide que matou quase todos os dinossauros atingiu a Terra durante a primavera. Essa conclusão foi tirada por uma equipe internacional de pesquisadores depois de examinar seções finas, varreduras de raio X síncrotron de alta resolução e registros de isótopos de carbono dos ossos de peixes que morreram menos de 60 minutos após o impacto do asteroide. O choque abalou a placa continental e causou enormes ondas estacionárias em corpos d'água. Esses mobilizaram enormes volumes de sedimentos que engoliram os peixes e os enterraram vivos enquanto as esferas choviam do céu. Uma linha adicional de evidência foi fornecida pela distribuição, pelas formas e pelos tamanhos das células ósseas, que também flutuam com as estações do ano, afirmaram os pesquisadores.

JOSH EDELSON

Quinta-feira, 24

MEIO AMBIENTE E TDAH

Crianças que vivem em áreas com maior poluição do ar devido a partículas de PM 2,5 e níveis muito baixos de espaço verde podem ter um risco até 62% maior de desenvolver transtorno de deficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Ao contrário, as que moram em regiões arborizadas e menos poluídas têm um risco 50% menor de apresentar o problema. Essas são as conclusões de um artigo canadense com dados de 37 mil meninos e meninas. Os resultados são consistentes com estudos anteriores que encontraram associações entre espaço verde e poluição do ar com TDAH. No entanto, a maioria das pesquisas realizadas até agora se concentrou na avaliação de exposições únicas e raramente avaliou os efeitos conjuntos de múltiplas exposições ambientais, disseram os autores.

1.3 GUARÁ

1.3 CASAS

GUARÁ

2 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

QI 14 - reformada, sala, 02 qts, ampla cozinha, 97 mts de construção, área de serviço, despensa - 98313-1395 / CJ-1700

4 OU MAIS QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

QE 04 - 04 quartos, sendo 02 suítes, 550 mts de construção, com ELEVADOR - 98313-1395/ CJ-1700

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

VENDE-SE
CA 06 casa nova e moderna 4 suítes área lazer completa c/habit-se 99981-1117 c9027

QI 07 Conj.17 Casa c/ 2 pavimentos original 4 qtos Lazer completo. 99970-7721 c5525

REVENDA PaulOOctavio

QI 08 - Ótima localização, com 501,57 mts, construção, em lote de 1.200 mts, com 04 qts, sendo 1 suíte, 2 banheiros sociais, lazer completo - 98238-0962 / CJ-1700

LAGO SUL

4 OU MAIS QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

JARDIMBOTÂNICO-Ouro Vermelho II, reformadíssima, 07 qts com 04 suítes, lazer completo, 800 mts construção, lote 1.000m² - 98238-0962 / CJ-1700

QI 05 Casa c/ 2 pavtos lazer compl 7qtos sendo 4 suítes, R$ 3.800.000. 99970-7721 c5525

REVENDA PaulOOctavio

SHIS QI 19 c-05 suítes, lavabo, 300mts de construção, lazer completo - 98238-0962/CJ-1700

QI 21 Cs terrea, reformado, 4qtos 2stes 1mil m² área verde. Ótima casa. Tr: 99395-2720 c6271

1.3 LAGO SUL

REVENDA PaulOOctavio

SHIS QI29 casatérrea, ótima localização, em lote UNICO com 20 mil m², lazer - 98238-0962 / CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

SHIS QI 05 - Ótima localização, lote de 3.728 mts, escriturado, casa com 647 mts, 04 quartos, sendo 02, condomínio regularizado - 98238-0962/CJ-1700

QL 08 Vdo/Alugo 2 pav. 4Stes.ExcelenteResidência! 99395-2720 c6271

LUZIÂNIA

3 QUARTOS

CIDADEOSFAYA/Luziânia Vd exc cs 3qts 1st, 1banh social, cozinha e sala, lt 360m² R$80mil Ac carro(61)99901-0712

CIDADEOSFAYA/Luziânia Vd exc cs 3qts 1st, 1banh social, cozinha e sala, lt 360m² R$80mil Ac carro(61)99901-0712

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

QD 26 Cond. alto padrão casa 2 pav. 4qtos 4vgs gar lazer completo Tr: 99970-7721 c5525

PLANALTINA

4 OU MAIS QUARTOS

R 1° DE JUNHO Planaltina-DF Excel casa pavimento alto padrão R$ 800mil Tr: (61) 99603-8896

RIACHO FUNDO

3 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

QN07-REFORMADISSIMA, ótimo acabamento, completa de armários, Vale a pena conferir - 98313-1395/CJ-1700

SAMAMBAIA

3 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

COLÔNIA AGRÍCOLA SAMAMBAIA - Reformada, Otimo acabamento, armários, toda na Laje, piscina - 98313-1395 / CJ-1700

1.3 TAGUATINGA

TAGUATINGA

3 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

QNC 11, OTIMO para clínicas e laboratórios, próximo ao hospital Anchieta, lote 300mts - 98313-1395/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

QNE 23, desocupada, térrea, toda na laje, suíte, 150 mts de construção em lote de 300 mts - 98313-1395/CJ-1700

4 OU MAIS QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

SETOR DE MANSÕES de Taguatinga, conjunto 13, 4 suítes com varandas, reformada, lote de 900 mts, construído 350 mts - 98313-1395 / CJ-1700

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL

REVENDA PaulOOctavio

BRASIL 21 - desocupada, sem acabamento, monte seu negócio em área nobre de Brasília - 98238-0962/CJ-1700

NÚCLEO BANDEIRANTE

AVENIDA CENTRAL Prédio no Núcleo Bandeirante c/ 25 aptos - 1, 2 e 3qtos, todos alugados c/ vagas de Garagens. + 60 em construção + 1 loja. Com renda de R$45mil mensais. Tr: 99294-6408 c6271

1.4 VALPARAÍSO

VALPARAÍSO

OPORTUNIDADE ÚNICA
QD 01 prédio frente BR Shopping Valparaíso 1.500 m2 área construída. Alugado por R$ 29.500,00. 98466-1844/ 981751911 c7432

SALAS

SAAN/SIA/SIG/SOF

PaulOOctavio

C.E.PARQUE BSB. SI C/ Grg Excel. Local. Telefone: 3326-2222 Cj 1700

REVENDA PaulOOctavio

SIG- PARQUE BRASÍLIA, Sala dividida, armários, 36,54 mts privativa, 01 vaga de garagem - 98238-0962/CJ 1700

TAGUATINGA

ED ALAMEDA TOWER Alugo Sala com 67m², 02 wc, no 8° andar. Tratar Jorge 98122-9816

ED TAGUACENTER
OPORTUNIDADE, VENDO sala, frente nascente. 99585-8326 c4138

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

GAMA

REVENDA PaulOOctavio

QUADRA 01, ótimo lote, em excelente localização, medindo 312 mts - 98570-3210/CJ-1700

GUARÁ

COL AGRICOLA IAPI 800m²+744m² Ac casa 99982-2672 c7187

QE 30 Lote vazio de 200m² no Guará II pronto para construir DOC 100% R$630.000,00. Tr: 99294-6408 c6271

JARDIM INGÁ

PARQUE ESTRELA Dalva IX. Vendo 1.180m² todo mudado c/casa, todo asfaltado. 3354-4312 99585-8326 c3505

PARQUE ESTRELA Dalva 8, vdo terreno 1.000m2 Tr 98187-6947

LAGO SUL

QL 10 Lote esquina 1.320m² + 2.000m² área verde.R$6.000.000,00. Único 993952720 c6271

1.5 LAGO SUL

REVENDA PaulOOctavio

SCES TRECHO 02 - OPORTUNIDADE, lote beira lago, 1.000m², ótima localização - 98238-0962/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

SMDB 12 Excelente Lote, com 11.709,84 m² + área verde em, ótima localização - 98238-0962 / CJ-1700

PLANALTINA

PLANALTINA-DF 20.000m², comercial/resid, escriturado/ registrado R$ 2.900.000,00 Tr: (61) 99603-8896

TAGUATINGA

REVENDA PaulOOctavio

SIGTAGUATINGA, escriturado e registrado, ótimo para investimentos ou sede própria, 300 mts de construção - 98313-1395/CJ-1700

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

REVENDA PaulOOctavio

LAGO OESTE, Gleba 01, 40.000 m², toda cercada e plana, excelentes pastos - 98238-0962/ CJ-1700

OUTROS ESTADOS

ALEXÂNIA - GO 02 hectares c/córrego, plano, energia, internet, próx. asfalto. R$110.000,00 à vista. Tr c/ proprietário: (62) 99806-3490/ (62) 98406-5441/ (62) 98233-1836

TRINTADE-GO 53 alq, cultura, rica em água, 3 represas, 7km Trindade Tr: (62)99327-8228/ (62)98423-3134

VALE DO PARANÁ - GO distante 270 km BSB, 2.800 Ha, 1.500 Ha formado, bastante água, 40 divisões de pasto, boa sede, 2 currais, ót. preço. 99978-1485

1.7 SERVIÇOS E CRÉDITO IMOBILIÁRIO

CONSÓRCIO

VENDE-SE
CARTA NÃO CONTEMPLADA Bancorbrás R$542.850 pago 77x 1.880,87. Bom desconto 99981-1117 c9027

1.7 CONSÓRCIO

BANCORBRAS
OUTROS COMPRO, Vendo Carta Contemplada ou não. Tr: 99552-8132 Whats.

VENDE-SE
CARTA NÃO CONTEMPLADA Bancorbrás R$746.374 pago 58x 2.687. Bom desconto 99981-1117 c9027

CARTA CONTEMPLADA
TEMOS BASTANTE opções, comptramos e vendemos, faça sua cotação!! End: SBN QD 02 Bl J salas 1112/1115. 61-3326-1280/61-98406-1067/ 6199982-7676. visite o site: www.queroconteEmpladodf.com.br

2 IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 APARTHOTEL

IMPERIAL APARTS Frigo Ar, Tv, Wifi, coz. A.s Zap 99981-9265 c4559

2.2 APARTAMENTOS

ASA NORTE

1 QUARTO

706/707 Bl B ent 46 apt 201 alg 1qt arm. emb. cortina sl coz wc R$ 1.350 991577766 c9495

2 QUARTOS

708 W3 NORTE Alugo Apartamento c/02 quartos com armários, sala, cozinha, área serviço, todos cômodos separados 54m², em cima do comercio. Tratar: 98122-9816 Jorge

3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02 Bl B lt 13 ap 101 alg ap 3q a.emb sl cz R$1.400. 99157-7766 c9495

ASA SUL

1 QUARTO

504 SUL alugo, apt 1qt, sala, cozinha, varanda, armários, elevador. Particular. Tratar : 99977-1760

JARDIM BOTÂNICO

3 QUARTOS

COND JARDIM botanico V, apto 01, 3 qts, 1 st. Tr: 98260-2143

2.2 SUDOESTE

SUDOESTE

3 QUARTOS

101 SQSW Bl I, 1 ste, DCE, armários, decorado rede e telas janelas vista livre refor, ar cond, garagem cob. Vale a pena ver! R$ 3.900, cond R$ 740. F: 99972-3726

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SCLRN 705 Bloco A W3 Norte alugo loja 90m2. Tr 99961-9568

SALAS

ASA SUL

ED BRASIL 21 42m² c/ar, 02 ambientes, WC, ao lado Torre de TV, frente Park da Cidade. (61) 99987-9698 ou Whats.

SCS QD 02 Ed Ariston sala c/85m², 89m², 110m², 175m2 e 395m², c/opção de vaga de garagem. Dir. c/proprietário. 3964-3144 **Jorge**

2.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

CIDADES SATÉLITES

SIA TR 02 Alugo lote com 2.000m². Tratar direto com o proprietário Fone: 3964-3144 Jorge

SIA TR 02 Prédio comercial com 720m², composto por subsolo, térreo e piso superior, com vagas cobertas de estacionamento privado. Tr: 3964-3144 Jorge

3 VEÍCULOS

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

VOLKS

FOX 20/21 Connection 1.6 prata 9.000km R$63.000 F:99366-5053

3.6 PEÇAS E SEVIÇOS

ALUGUEL

LOCA VIP
AUTOMÓVEIS COM AR cond, dh e km livre. Não exigimos cartão. A partir de R$ 60,00. Tr: 98282-5660 whats

3.6 CONSÓRCIO

CONSÓRCIO

VENDE-SE
CARTA CONTEMPLADA Bancorbrás R$73.500 entrada R$ 27.000 + 42x R$ 1.607 99981-1117

CARTA CONTEMPLADA
TEMOS BASTANTE opções, compramos e vendemos, faça sua cotação!! End: SBN QD 02 Bl J salas 1112/1115. 61-3326-1280/61-98406-1067/ 61 99982-7676. visite o site: www.queroconteEmpladodf.com.br

CARTA CONTEMPLADA
TEMOS BASTANTE opções, compramos e vendemos, faça sua cotação!! End: SBN QD 02 Bl J salas 1112/1115. 61-3326-1280/61-98406-1067/ 61 99982-7676. visite o site: www.queroconteEmpladodf.com.br

4 CASA & SERVIÇOS

4.1 CONSTRUÇÃO E REFORMA

CONSTRUÇÃO

MATERIAIS

CALHAS, RUFOS, Pingadeiras 06 mts qquer qtde e bitola. 61 99623-5265

PISCINA

BANHEIRA DUPLA com hidro e aquecimento . Lucas 995535119

4.3 SAÚDE

MASSAGEM TERAPÊUTICA

ESPAÇO TERAPÊUTICO
MASSAGEM, DEPILAÇÃO masculina L2 Norte. Fone 61 99649-2935

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ENGENHARIA

CONSTRUÇÃO,REFORMAS e Projetos. Cobrimos orçamentos. Agenda aberta 99831-5874

CONSTRUÇÃO CIVIL do básico ao acabamento/ contruçoes /pintura/ piso/elétrica e etc... Interessados entrar em contato 61-996247880

Crescer junto é nosso jeito de fazer negócio.

BALANÇO PATRIMONIAL 2021

Números dizem muito, mas não dizem tudo. Por isso, se há uma palavra capaz de complementar a história refletida em nosso Balanço Patrimonial 2021, ela é PARCERIA. Nós, da CNP Seguros Holding Brasil, fazemos parte da CNP Assurances, uma empresa francesa com mais de 170 anos no mercado mundial de seguros e que atua no Brasil há 21 anos, em parceria com a Caixa. Foi fazendo assim, lado a lado, que crescemos juntos e rentabilizamos cada oportunidade, gerando lucros e bons negócios para todos de forma sustentável, social e ambientalmente. No ano em que completamos duas décadas no País, ampliamos nossa rede de parceiros usando nossa expertise para atender às necessidades de ainda mais brasileiros. Desse modo, divulgar os dados a seguir é mais que mostrar ao mercado a força da CNP Seguros Holding Brasil, é uma forma de comemorar, juntos, ótimos resultados com nossos acionistas, parceiros, clientes e colaboradores.

4.5 ENGENHARIA

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ENGENHARIA

CENTROSUL ENGENHARIA reformas c/ ART. Realizamos todos diversos serviços. Orçamento 61 9.9447-0999

ESPECIALIZADO

FABRICA DE BANHEIRAS, Spa e Ofurô 61-995535119 Lucas

OUTROS PROFISSIONAIS

DIAGRAMAÇÃO DE LIVROS Procuro escritores que precisem formatar livro. 61-998410469

INSTALACAO E MANUTENÇÃO de Ar condicionado 61-999746854

LADRILHEIROCONTRATO com experiência. Trabalhar em Águas Claras. 99606-0530

SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO

DETETIVE ALESSANDRA
ADULTÉRIO FOTOS Nº 1 com filmagens, flagrante. Sigilo e discrição. Gps / Monitoro 24h.Trabalho todas as áreas.(61)99810-6976

DETETIVE ALESSANDRA
ADULTÉRIO FOTOS Nº 1 com filmagens, flagrante. Sigilo e discrição. Gps / Monitoro 24h.Trabalho todas as áreas.(61)99810-6976

4.7 CÃES

4.7 DIVERSOS

ANIMAIS DOMÉSTICOS

CÃES

BULDOG FRANCES Filhotes. 98320-8154

PASTOR ALEMÃO - filhote 2 meses, c/ pedigree 61-981151109

MÓVEIS E ESTOFADOS

ELEGANCES MÓVEIS Fabricação própria e reformas 61-996946959

OUTROS

LEILÃO DE ARTE, Relógios e Joias. Casa Amarela 61-999053050

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

SEMENTES E MUDAS

SEMENTES FERNANDES pastagens 40 anos de tradição menor preço da região. Promoção da semana, Branquiarão, massai. Tr. 99876-9673 99904-5099

5.2 MÍSTICOS

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

DONA PERCÍLIA
PREVINA-SE CONTRA os obstáculos que se apresentam em seus caminhos e esclareça suas maiores dúvidas sobre sua vida amorosa, profissional ou familiar. Dona Percília faz e desfaz qualquer tipo de trabalho. Somente para o bem! Saúde, Amor não correspondido, Inveja, Depressão, Vício, Intriga, Insônia, Falta de paz, União de casal. Endereço: QSA 07 casa 14 Tag.Sul Rua do Colégio Guiness. Site: www.donaperciliamentoraespiritual.com F: 3561-1336 / 99666-0730 / 98363-5506 (Zap)

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

DINHEIRO NA HORA
DINHEIRO NA HORA Para funcionário público em geral com cheque, desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/ serasa. Tel: 4101-6727 98449-3461

DINHEIRO NA HORA
DINHEIRO NA HORA Para funcionário público em geral com cheque, desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/ serasa. Tel: 4101-6727 98449-3461

5.4 FRANQUIAS E SOCIEDADES

NEGÓCIOS

FRANQUIAS E SOCIEDADES

EMPRESA DE CONTABILIDADE vendo Ativa desde 2016 com 9 clientesmensalistas.Interessados: 61-991097494

PROCURO
INVESTIDOR PARA recompra imóveis Caixa lucro 10% ao mês c/ garantia real 61 98668-2008

PROCURO
INVESTIDOR PARA recompra imóveis Caixa lucro 10% ao mês c/ garantia real 61 98668-2008

5.5 PONTOS COMERCIAIS

CIDADES SATÉLITES E ENTORNO

EXCELENTE LOJA!!
ROUPAS E ACESSÓRIOS
LOJA COMPLETA e funcionando, mais de 13 anos na Asa Norte. Comece a recuperar seu investimento no dia seguinte! (61)98111-1531

PLANO PILOTO

CONSULTÓRIO MÉDICO
716 ED. MEDICAL Center. Vdo c/ CNPJ completo 35m² canto quitada 99970-7721 c5525

A REDE COLOR CONSTRUÇAO EIRELI
CNPJ: 18.114.995/0001-87
Torna público que está requerendo ao IBRAM/DF LICENÇA DE OPERAÇÃO atividade INDÚSTRIA DE TINTAS na QI 05 LOTES 33/34 Taguatinga/DF. SEI/DF 00391-00017746/2021-01

5.5 OUTROS ESTADOS

OUTROS ESTADOS

FRIGORÍFICO EM GOIÂNIA - VENDO
FRIGORÍFICO CIFE Federal abate 1.000 bois diários, 90% , Pronta a construção. Ótimo local (62) 98405-3733 Zap

FRIGORÍFICO EM GOIÂNIA - VENDO
FRIGORÍFICO CIFE Federal abate 1.000 bois diários, 90% , Pronta a construção. Ótimo local (62) 98405-3733 Zap

5.6 TELECOMUNICAÇÕES

SERVIÇOS

800 MEGA RESIDENCIAL
COMERCIAL a TV Top das Top Pega tudo! CLARO, VIVO e OI R$ 100,00 a mensalidade 98119-9280/99854-1714

5.7 TURISMO E LAZER

NEGÓCIOS

CLUBE

TÍTULO VENDO sócio remido, park aquático, chalés, camping Itiquira Park ac prop 981525063

VENDO 7 diárias Bancorbras. Valor : R$2.100,00 Interessados ligar: (61) 98227-4865

5.7 HOSPEDAGEM

SERVIÇOS

HOSPEDAGEM

CALDAS NOVAS-GO alugo apto para o Carnaval na Ilhas do Lago Eco Resort 998725678

PORTO SEGURO-BA Temporada apto 2 qtos na praia de Taperapuan 61-999896659

COMPRO TÍTULOS Sócio fundador ou vitalicio da Pousada Rio Quente 64-992364389

COMPRO TÍTULO pousada Rio Quente Ligar para: (64)99236-4389

CALDAS NOVAS-GO alugo apto para o Carnaval na Ilhas do Lago Eco Resort 998725678

PORTO SEGURO-BA Temporada apto 2 qtos na praia de Taperapuan 61-999896659

TEMPORADA

HOTEL HOT SPRINGS
CALDAS NOVAS (GO) Apto 7 piscina, sauna, frigobar, ar, banheira 4 pessoas. Whats 61 99987-9698

5.7 ACOMPANHANTE

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

ACÁSSIAGOSTOSA Tarada Oral guloso 2 relax 61 98482-3506 Cei

CRYSTAL LOIRA 80 Relax safada Asa Norte (61)99450-9440

MASSAGISTA PRECISO
COM/ SEM EXPERIÊNCIA p/ semana ou fim d semana 61 98474-3116

5.7 ACOMPANHANTE

APE DELIRIUS
VENHA SE DELICIAR 61 98528-1834

ORAL ATÉ O FIM
FAÇO ORAL até o fim em homens. Surpreenda-se!! 61 98473-3483

WWW.SEDUCAOBSB.COM modelos alto nível 61 98153-0736

MASSAGEM RELAX

ADÉLIA GOSTOSA Tarada oral guloso 2rlx+ mas 61 99339-3141 Cei

ANE COROA TOP
P/SRS massg oral até o fim 61 991921318 406N

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
BEMESTARMASSAGENS.COM .br as 20 todas lindas 61 985621273/ 3340-8627

PRISCILA FEITA A PINCEL
NAMORADA LINDA 21ª capa revista totalm d+ 406N 6199645-7413

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
BEMESTARMASSAGENS.COM .br as 20 todas lindas 61 985621273/ 3340-8627

EDITAL DE INTIMAÇÃO - LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei. etc. - F A Z S A B E R aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a BANCO BRADESCO S/A, na qualidade de CREDORES FIDUCIÁRIOS, pelo requerimento de 13/04/2021, requereu a este Serviço Registral as intimações de THIAGO DA SILVA TAVARES, autônomo, e sua mulher GABRIELLA DE MIRANDA FARIA TAVARES, advogada, brasileiros, inscritos no CPF sob os nºs 733.215.911-20 e 036.452.191-02, respectivamente, residentes e domiciliados nesta cidade, na Quadra QSS 06 Rua 310 Apartamento nº 306 — Lote 01, Bloco "D", Aguas Claras. DF, na qualidade de DEVEDORES FIDUCIANTES nos termos da Lei nº 9.514/1997. para que satisfaça o pagamento da importância de R$ 59.770,55 (cinquenta e nove mil e setecentos e setenta reais e cinquenta e cinco centavos), atualizada até o dia 17/02/2022. correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da escritura de compra e venda com alienação Fiduciária do Lote nº 23, da Rua COCAL — do loteamento denominado "Morada de Deus", desta cidade, objeto da matrícula nº 104.600. Os Devedores Fiduciantes não foram localizados nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com a certidão do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal. Desta forma, ficam os DEVEDORES FIDUCIANTES, acima qualificado, CONSTITUIDO EM MORA E INTIMADOS, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS — QUADRA 08 — BLOCO "B nº 60" — SALA 140C — "VENÂNCIO SHOPPING" anteriormente denominado "Venâncio 2000", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Lote nº 23, da Rua COCAL — do loteamento denominado "Morada de Deus", desta cidade, em nome do CREDOR FIDUCIÁRIO - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 07 (sete) dias do mês de janeiro de 2022. - LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL — OFICIAL

CUIDADO COM OS GOLPES E AS FALSAS VAGAS DE EMPREGO

Listamos abaixo alguns cuidados que você pode tomar para se proteger dos golpes que podem ocorrer na sua busca por uma vaga de emprego.

- Não pagar para obter um diploma para determinada vaga;
- Não transfira dinheiro e nem forneça dados bancários;
- Atente-se para as vagas que não exigem experiência e oferecem um bom salário;
- Não compre cartões, nem coloque créditos para terceiros;
- Desconfie se você precisa pagar por um curso necessário para sua contratação ou para participar do processo seletivo;
- Não forneça informações pessoais ou profissionais, seja por telefone ou Whatsapp;
- Pesquise a agência ou empresa que oferece o emprego;
- Fique em alerta com histórias longas e improváveis.

FIQUE ATENTO!

DISQUE-DENÚNCIA 181

Se alguma vaga foi publicada em nossas edições nos sinalize através do e-mail: classificados@correioweb.com.br. Não hesite em procurar uma delegacia de polícia.

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A. (anteriormente designada CAIXA SEGUROS HOLDING S.A.) ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia foi constituída com a finalidade de controlar, direta e indiretamente, as seguintes empresas: Caixa Seguradora S.A., Caixa Capitalização S.A., Caixa Consórcios S.A. - Administradora de Consórcios, CNP Seguradora Especializada em Saúde S.A., Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda, CNP Participações Securitárias Brasil Ltda, Companhia de Seguros Previdência do Sul – Previsul, Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda., Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. e Youse Seguradora S.A., além de deter participação societária na Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A..

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA

Ao final do exercício de 2021, a Companhia registrou um resultado de R$ 963,7 milhões, gerando assim uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio em 2021 de 22,4%. As receitas com equivalência patrimonial nas investidas em 2021 totalizaram R$ 1.003,2 milhões, uma redução de 59,6% em relação ao valor alcançado em 2020, sendo este fato explicado pela reestruturação societária ocorrida no final de 2020, onde as operações de (i) seguros de vida e prestamista e (ii) previdência foram transferidas para um novo grupo.

A Companhia terminou o ano de 2021 com um total de R$ 328,9 milhões em ativos financeiros livres e obteve ao longo do exercício de 2021 um resultado financeiro de R$ 28,4 milhões. O patrimônio líquido, em 2021, totalizou R$ 3.830,0 milhões, o que representa uma redução de 19,8% em relação ao patrimônio líquido final do exercício de 2020, sendo esta redução explicada principalmente pela distribuição de dividendos e pela variação negativa da reserva latente de instrumentos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda.

Com relação ao processo de apuração interna independente instaurado pela Companhia para apuração das denúncias da 13ª fase da Operação Descarte (denominada Canal Seguro), informamos que a investigação, conduzida pela Companhia, com o acompanhamento dos auditores independentes, foi concluída sem que fossem encontradas evidências de atos ilícitos na base de dados da Companhia.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados - a títulos de dividendos – a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no exercício.

REESTRUTURAÇÃO E NOVA MARCA

Como resultado das mudanças societárias, a Companhia diversificou seu modelo de negócios, que passou a ter foco maior na construção de parcerias sólidas e duradouras para a distribuição de produtos completos para cuidar do patrimônio, da família e do futuro dos brasileiros. Para acompanhar o novo momento de reestruturação, lançamos uma nova marca proprietária, a CNP Brasil, que será apresentada ao mercado ao longo de 2022.

IMPACTOS DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Um fato relevante do exercício de 2021 foi o aumento das indenizações por sinistros ocorridos em consequência da Covid-19. O valor pago pelas sociedades supervisionadas investidas em indenizações passou de R$ 137 milhões, em 2020, para R$ 552 milhões, em 2021, o que impactou o resultado consolidado da Companhia. Além das mortes, a pandemia continuou impactando o cenário macroeconômico. Apesar da retomada do PIB, com crescimento estimado em 4,7%, houve aumento das pressões inflacionárias e o IPCA fechou o ano com crescimento acima de 10%, o que levou o Banco Central a iniciar um novo ciclo de alta dos juros.

CRITÉRIOS ESG

A Companhia tem avançado cada vez mais nas práticas de integração dos aspectos ambientais, sociais e de governança - ESG - em todas as etapas do seu negócio. No exercício de 2021, a Companhia buscou identificar possíveis riscos socioambientais, mitigar seus efeitos e propor soluções sustentáveis, como a possibilidade de inserir produtos mais inclusivos em seu portfólio. Sempre alinhado com as melhores práticas do mercado, o Grupo criou novas áreas de controle e conformidade, garantindo governança transparente e alinhada à conduta ética. Para o próximo biênio (2022-2024), a Companhia firmou o compromisso de realizar três metas socioambientais: aderir à Política de Plástico Zero, de sua acionista francesa CNP Assurances; aumentar em 30% o uso de energia de origem solar na sede da Companhia; e implementar seu Programa de Diversidade. Em 2022, o Instituto Social CNP Brasil se prepara para lançar seu novo posicionamento social estratégico, que terá como foco a educação.

Considerações Finais e Agradecimentos

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas - representados pela CNP Assurances S.A., CAIXA Seguridade Participações S.A. e CNP Assurances Latam Holding Ltda.

A Companhia reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, representada pela figura da CAIXA Seguridade Participações S.A., e de novos parceiros, além, é claro, do corpo funcional de todas as empresas da Holding.

O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os desafios dessa nova fase da Companhia.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	NOTA	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO					
CIRCULANTE		569.109	845.387	4.289.273	5.446.502
Caixa e equivalentes de caixa		206	411	23.190	18.468
Ativos financeiros	5	328.923	297.545	2.603.136	3.593.429
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		328.923	297.545	2.094.091	2.050.254
Ativos financeiros disponíveis para venda		–	–	509.045	1.406.897
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		–	–	–	136.278
Créditos das operações com seguros	6	3.674	1.443	1.490.785	1.423.885
Prêmios a receber de segurados	6.1	–	–	798.972	826.339
Títulos e créditos a receber	6.2	3.674	1.443	691.813	597.546
Ativos de resseguro	8	–	–	30.796	36.062
Ativo fiscal corrente	9	12.287	121.428	41.396	238.992
Despesas de comercialização diferidas	10	–	–	64.176	97.915
Dividendos a receber	11	224.019	424.238	–	–
Outros ativos		–	322	35.794	37.751
NÃO CIRCULANTE		3.549.387	4.032.118	10.661.185	11.182.052
Ativos financeiros	5	–	266.836	5.630.005	6.634.005
Ativos financeiros disponíveis para venda		–	266.836	5.630.005	6.634.005
Créditos das operações com seguros	6	–	–	1.029.397	913.187
Prêmios a receber de segurados	6.1	–	–	188.624	113.541
Títulos e créditos a receber	6.2	–	–	840.773	799.646
Depósitos judiciais e fiscais	7	–	–	1.749.270	1.681.291
Ativos de resseguro	8	–	–	41.319	54.421
Ativo fiscal diferido	9	107.330	16.706	1.279.972	864.050
Despesas de comercialização diferidas	10	–	–	295.321	351.754
Outros ativos		–	–	1.418	1.541
Investimentos em controladas e coligadas	12	3.434.167	3.739.928	108.174	107.328
Propriedades para investimento		–	–	108.692	118.623
Imobilizado	13	3.191	2.479	223.837	222.142
Intangível		4.699	6.169	193.780	233.710
TOTAL DO ATIVO		4.118.496	4.877.505	14.950.458	16.628.554

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		287.872	94.216	6.146.309	6.853.069
Passivos financeiros e de seguros	14	–	–	4.071.558	5.047.966
Débitos de operações de seguro e resseguro	16	–	–	570.038	602.565
Débitos de operações de capitalização	17	–	–	10.836	11.652
Débitos de outras operações	18	–	–	35.830	40.965
Dividendos e JSCP a pagar	19	228.887	43.220	241.398	56.266
Passivo fiscal corrente	20	11.368	10.026	560.778	377.669
Outros passivos	23	47.617	40.970	655.871	715.986
NÃO CIRCULANTE		584	6.680	4.784.718	4.716.605
Passivos financeiros e de seguros	14	–	–	1.410.795	1.352.769
Passivo fiscal diferido	20	–	6.680	1.326	55.788
Provisões para processos judiciais	22	–	–	3.361.735	3.308.048
Outros passivos	23	584	–	10.862	–
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24	3.830.040	4.776.609	4.019.431	5.058.880
Capital social	24.1	2.675.000	2.675.000	2.675.000	2.675.000
Reservas	24.2	1.366.128	1.953.067	1.349.262	1.940.819
Ajuste com títulos e valores mobiliários		(181.573)	166.516	(181.573)	166.516
Ajuste de avaliação patrimonial		(29.515)	(17.974)	(29.514)	(17.974)
Participação dos acionistas não controladores		–	–	206.256	294.519
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.118.496	4.877.505	14.950.458	16.628.554
Patrimônio atribuível aos					
Acionistas controladores				3.813.175	4.764.361
Acionistas não controladores				206.256	294.519

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	Controladora		Consolidado	
Operações Continuadas		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas da operação	26.1	–	–	4.398.714	4.694.226
Custos/Despesas da operação	26.2	–	–	(2.337.147)	(2.457.135)
Lucro Bruto		–	–	2.061.567	2.237.091
Despesas administrativas	26.3	(82.519)	(19.946)	(546.611)	(645.104)
Despesas com tributos	26.4	(3.939)	(8.554)	(210.367)	(226.386)
Resultado patrimonial	26.6	1.002.443	1.051.518	67.884	18.265
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	26.7	(3)	(30.701)	(51.118)	(137.976)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		915.982	992.317	1.321.365	1.245.910
Resultado financeiro	26.5	28.401	67.767	353.722	579.124
Resultado antes dos impostos		944.383	1.060.084	1.675.087	1.825.034
Imposto de renda	27	14.217	2.547	(394.180)	(447.706)
Contribuição social	27	5.135	908	(263.316)	(262.471)
Lucro líquido das operações continuadas		963.735	1.063.539	1.017.591	1.114.857
Operações Descontinuadas					
Lucro líquido das operações descontinuadas	31	–	1.441.268	–	1.441.268
Lucro líquido do exercício		963.735	2.504.807	1.017.591	2.556.125
Atribuível aos					
Acionistas controladores		–	–	959.118	2.500.653
Lucro líquido das operações continuadas		–	–	959.118	1.059.385
Lucro líquido das operações descontinuadas		–	–	–	1.441.268
Acionistas não controladores		–	–	58.473	55.473
Lucro líquido das operações continuadas		–	–	58.473	55.473

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício atribuível ao				
Acionistas controladores	963.735	2.504.807	959.118	2.500.653
Acionistas não controladores	–	–	58.473	55.473
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Outros resultados abrangentes	(348.089)	(129.716)	(436.951)	(129.120)
Disponíveis para venda	(584.519)	(224.691)	(732.623)	(223.698)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	236.430	94.975	295.672	94.578
Total dos resultados abrangentes para o exercício	615.646	2.375.091	580.640	2.427.006
Atribuível aos				
Acionistas controladores	615.646	2.375.091	611.029	2.370.938
Acionistas não controladores	–	–	(30.389)	56.068

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Capital Social	Reservas: Lucros	Reservas: Legal	Reservas: Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ganhos não realizados com T.V.M.	Lucros acumulados	Total atribuível aos acionistas controladores	Ajustes de consolidação	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.370.000	4.972.414	113.702	16.210	(17.974)	302.099	–	8.756.451	(11.847)	227.091	8.971.695
Dividendos complementares: AGOE de 27.04.2020	–	(532.048)	–	–	–	–	–	(532.048)	–	(61.767)	(593.815)
Aumento de Capital: AGOE de 27.04.2020	595.000	(481.298)	(113.702)	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos intermediários: AGE 03.09.2020	–	(2.650.000)	–	–	–	–	–	(2.650.000)	–	–	(2.650.000)
Dividendos intermediários: AGE 04.12.2020	–	(700.000)	–	–	–	–	–	(700.000)	–	–	(700.000)
Cisão parcial - conforme AGE de 17.12.2020	(1.290.000)	(476.174)	–	–	–	(108.146)	–	(1.874.320)	–	–	(1.874.320)
Ajustes de Títulos e valores Mobiliários	–	–	–	–	–	(27.437)	–	(27.437)	–	596	(26.841)
Efeito da Cisão de acervo líquido	–	–	–	–	–	–	–	–	3.753	86.172	89.925
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	2.504.807	2.504.807	(4.154)	55.472	2.556.125
Dividendos intercalares: AGE de 17.12.2020	–	–	–	–	–	–	(650.000)	(650.000)	–	–	(650.000)
Proposta de destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	–	–	125.240	–	–	–	(125.240)	–	–	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	1.678.723	–	–	–	–	(1.678.723)	–	–	–	–
Dividendos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(13.045)	(13.045)
Juros sobre o capital próprio propostos - R$ 10,76 por lote de mil ações	–	–	–	–	–	–	(50.844)	(50.844)	–	–	(50.844)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.675.000	1.811.617	125.240	16.210	(17.974)	166.516	–	4.776.609	(12.248)	294.519	5.058.880
Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2021	–	(1.321.788)	–	–	–	–	–	(1.321.788)	–	(39.138)	(1.360.926)
Títulos e valores Mobiliários	–	–	–	–	–	(348.089)	–	(348.089)	–	(88.862)	(436.951)
Avaliação patrimonial investida	–	–	–	–	(11.541)	–	–	(11.540)	–	(6.225)	(17.765)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	963.735	963.735	(4.617)	58.473	1.017.591
Proposta de destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	–	–	48.187	–	–	–	(48.187)	–	–	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	686.662	–	–	–	–	(686.661)	–	–	–	–
Dividendos - R$ 48,42 por lote de mil ações	–	–	–	–	–	–	(228.887)	(228.887)	–	(12.511)	(241.398)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.675.000	1.176.491	173.427	16.210	(29.515)	(181.573)	–	3.830.040	(16.865)	206.256	4.019.431

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício incluindo operações descontinuadas	963.735	2.504.807	1.017.591	2.556.125
Ajustes para:				
Depreciação e amortizações	1.682	1.263	92.421	81.291
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	–	(74.440)	5.506	(37.908)
Variação de juros em passivos de arrendamento IFRS 16	51	–	9.533	–
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	3	–	10.945	43.088
Resultado de Equivalência Patrimonial e JSCP	(1.003.191)	(2.485.517)	(36.734)	(58.941)
Outros Ajustes - diversos	645	98.384	996	100.263
Ajuste de prescrição e penalidades de títulos	–	–	(55.588)	(19.141)
Custos de Aquisição Diferidos	–	–	91.822	(523.194)
Variação de Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	–	–	(89.101)	1.787.015
Variação nas contas patrimoniais:				
Ativos financeiros	224.118	494.163	1.560.268	(13.211.593)
Créditos das operações	–	–	(19.944)	(193.229)
Créditos das operações de previdência complementar	–	–	–	104
Ativos de resseguro	–	–	15.440	61.323
Créditos fiscais e previdenciários	80.499	38.799	167.902	62.078
Ativo fiscal diferido	(61.982)	(4.266)	(386.229)	45.355
Depósitos judiciais e fiscais	–	–	(67.980)	(326.895)
Despesas antecipadas	322	688	2.484	(1.543)
Custos de aquisição diferidos	–	–	(1.650)	(96.504)
Outros ativos	(4.266)	(7.540)	(158.432)	(72.542)
Impostos e contribuições	(3.578)	1.192	637.230	1.406.771
Outras contas a pagar	6.082	729	(101.046)	169.160
Débitos de operações	–	–	(32.527)	180.591
Débitos de operações com previdência complementar	–	–	–	3.775
Débitos de operações com capitalização	–	–	(815)	(2.941)
Depósitos de terceiros	–	–	29.630	(160.963)
Provisões técnicas	–	–	(708.704)	14.592.806
Provisões técnicas - previdência complementar	–	–	–	5.740
Passivos financeiros	–	–	(62.062)	322.380
Provisões para contingências	–	–	53.686	372.046
Outros passivos	146	791	(38.916)	33.343
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	204.266	569.053	1.935.726	7.117.860
Juros pagos	–	(1)	(720)	(967)
Juros recebidos	2.086	6.593	6.804	10.368
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	1.160.881	3.546.744	24.368	30.329
Imposto sobre o lucro pagos	(1.759)	(50)	(482.488)	(1.783.674)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.365.474	4.122.339	1.483.690	5.373.916
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Recebimento pela Venda:	–	–	3.209	16.819
Investimentos	–	–	2.207	171
Imobilizado	–	–	142	16.260
Intangível	–	–	860	388
Pagamento pela Compra:	(385)	–	(35.396)	(56.880)
Investimentos	–	–	–	(837)
Imobilizado	(385)	–	(2.432)	(5.095)
Intangível	–	–	(32.964)	(50.948)
Outros	–	950.000	–	(389.007)
Outros fluxos de investimento (nota 1.1.c) e (nota 1.1.d)	–	950.000	–	(389.007)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	(385)	950.000	(32.187)	(429.068)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.365.005)	(5.072.133)	(1.417.189)	(5.154.490)
Outros	(289)	–	(29.592)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(1.365.294)	(5.072.133)	(1.446.781)	(5.154.490)
Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(205)	206	4.722	(209.642)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	411	205	18.468	228.110
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	206	411	23.190	18.468

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais

A CNP Seguros Holding Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora") e a CNP Seguros Holding Brasil S.A. e suas controladas ("Grupo" ou "Consolidado") está sediada na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050. Sendo controlada pelo grupo francês Caisse des Dépôts.

A Companhia tem por objeto social a participação, como acionista, ou sócia, em sociedades empresariais, que exploram: i) atividade de seguros em todos os ramos, incluindo saúde e dental; ii) segmento de capitalização; iii) administração de consórcio; iv) atividades correlatas ou complementares às atividades descritas anteriormente.

1.1. Restruturação societária

a. Acordo de acionistas para comercialização no Balcão da CAIXA

No dia 29 de agosto de 2018, a CNP Assurances (CNP) e a Caixa Seguridade S.A. (Caixa Seguridade), acionistas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que é a controladora indireta da Caixa Seguradora S.A. e Caixa Vida e Previdência S.A., firmaram um acordo para a formação de uma nova sociedade que explorará conjuntamente, até fevereiro de 2041, os ramos de seguros de vida e prestamista e os produtos de previdência na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA"). Os negócios da nova sociedade serão desenvolvidos por um novo veículo societário. Em 19 de setembro de 2019 foi assinado aditivo ao referido acordo, estendendo o prazo da parceria para 2046. A referida operação foi concluída e implementada em 30 de dezembro de 2020.

b. Restruturações internas do Grupo

Em atendimento aos requisitos previstos no processo de implementação do acordo firmado entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade S.A., mencionado na nota 1.1.a acima, foram realizadas duas operações societárias de cisão dentro do Grupo, conforme descrito a seguir.

No dia 01 de julho de 2020, foi realizada a cisão parcial da Caixa Seguradora S.A. para a Caixa Vida e Previdência S.A., tendo como objeto de acervo cindido, os ativos e passivos vinculados às carteiras dos segmentos de vida e prestamista. Tendo em vista que é uma operação interna do Grupo, ela foi realizada a valores contábeis e não provocou nenhum impacto econômico ou financeiro no Grupo, tampouco para os clientes dessas carteiras.

No dia 31 de julho de 2020, foi realizada a cisão parcial da CNP Seguros Participações Securitárias Ltda. para a CNP Seguros Holding Brasil S.A., sendo o acervo cindido dessa cisão composto pela totalidade de ações representativas do capital social da Caixa Vida e Previdência S.A., de forma que CNP Seguros Holding Brasil S.A. passou a ser a controladora direta da Caixa Vida e Previdência S.A.. Neste caso também, por se tratar de uma operação interna do Grupo, a mesma foi realizada a valores contábeis e não provocou nenhum impacto econômico ou financeiro no Grupo, tampouco para os clientes da Caixa Vida e Previdência S.A..

c. Cisão do investimento na Caixa Vida e Previdência S.A.

No dia 30 de dezembro de 2020, foi realizada a cisão parcial do investimento da Companhia para a Holding XS 1 S.A., passando a totalidade das ações representativas do capital social da Caixa Vida e Previdência S.A., para a nova holding, em conexão com o acordo entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade, conforme destacado na nota 1.1a. O controle acionário da Holding XS1 S.A. é detido pelo grupo CNP Assurances com participação 51% das ações ordinárias e de 40% no total geral das ações, sendo que a Caixa Seguridade detém 49% das ações ordinárias e 60% no total geral das ações.

d. Redução de capital social da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.

Em reunião dos acionistas das Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A., em 09 de julho de 2020, foi deliberado pela redução de parte do excesso de capital social, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades Anônimas, no montante de R$950.000, mediante a restituição de à única Acionista da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. e sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, portanto, inalterado o número de ações do capital social da Companhia.

e. Acordo de acionistas para comercialização do ramo de Consórcios

A Caixa Seguridade, em continuidade ao processo competitivo para reestruturação de sua operação de consórcios, firmou, em 13 de agosto de 2020, com a CNP Assurances para a formação de uma nova sociedade que explorará, pelo prazo de 20 anos, o ramo Consórcios no Balcão CAIXA.

A Companhia obteve autorização para funcionamento por parte do regulador em 12/03/2021, sendo que a homologação da nova estrutura acionária e administrativa ocorreu no dia 26/07/2021. Dessa forma foram cumpridas todas as condições necessárias para o começo das operações.

Em 23/08/2021, a Companhia iniciou a comercialização dos produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA").

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os ajustes de práticas contábeis são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas em atendimento ao CPC 18 e 36/IAS 28 e IFRS 10.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações contábeis preparadas com base no princípio de continuidade.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 22 de fevereiro de 2022.

2.1. Consolidação

2.1.1. Controladas

São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional. A Companhia exerce controle sobre uma investida quando ela possui (i) poder sobre a investida (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As operações entre as Companhias do Grupo, compreendendo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados são eliminados.

As políticas contábeis das controladas foram ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

Destacamos as principais Companhias e fundos de investimento exclusivos, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas de 2021 e 2020.

Companhias com controle integral, salvo quando indicado de outra forma:

a. CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (Anteriormente denominada Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.) - Controlada da Companhia, tem como objeto social a participação em outras sociedades que atuam no segmento regulado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

b. Caixa Seguradora S.A. - Controlada da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., tem como objeto social a exploração de seguros de ramos elementares e vida.

c. Caixa Capitalização S.A. - Controlada pela CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., (51% das ações), e tem como objeto social a comercialização de produtos de capitalização.

d. Caixa Consórcios S.A. - Administradora de Consórcios - Controlada da Companhia, tem como objeto social a administração de grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.

e. Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. - Controlada da Companhia, tem como objeto social a atuação como seguradora especializada em seguro-saúde.

f. Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda. Controlada da Companhia, tem como objeto social no ramo de consultoria e assessoria.

g. Companhia de Seguros Previdência do Sul (Previsul) - Controlada pela CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., tem como objeto social a exploração de seguros de pessoas.

h. Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda. - Controlada da Companhia, tem como objeto social a participação em outras sociedades.

i. Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. - Controlada da Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda., tem como objeto social a atuação como operadora especializada em planos odontológicos.

j. Youse Seguradora S.A. - Controlada da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., a exploração de operações de seguros de danos e de pessoas, em quaisquer de suas modalidades ou formas.

Fundos de investimentos exclusivos:

Fundos controlados	Percentual de participação 2021: Direto	2021: Indireto	2020: Direto	2020: Indireto
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO ANGICO	75%	0%	75%	0%
FI CAIXA MARFIM RF	100%	0%	100%	0%
FI CAIXA ANGELIN RF	100%	0%	100%	0%
FI EXCLUSIVO CAIXA JEQUITIBÁ RF LP	100%	0%	100%	0%
MARUPÁ FIRF CRÉDITO PRIVADO	100%	0%	100%	0%
FI EXCLUSIVO CAIXA NOGUEIRA RF	100%	0%	100%	0%
BNP PARIBAS ARAUCÁRIA FIC FIM CRED PRIV	100%	0%	100%	0%
FI CAIXA MOGNO	100%	0%	100%	0%
ANDIROBA FI RF REFERENCIADO DI	100%	0%	100%	0%
IMBUIA FIC FIM CRÉD PRIV INVEST NO EXT	100%	0%	100%	0%
PEROBA FIC FIM CRÉD PRIV INVEST NO EXT	100%	0%	100%	0%
EBANO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	100%	0%	100%	0%
BNP PARIBAS ACAIACÁ FIC FIM	100%	0%	100%	0%

2.1.2. Participações de acionistas não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma controlada que não resulte em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.1.3. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados.

2.1.4. Fundos imobiliários exclusivos

Ajustes de consolidação relacionados a imóveis em fundos imobiliários exclusivos, quando aplicável, são realizados para refletir depreciações não reconhecidas nestes fundos, bem como a eliminação de ajustes a valor de mercado dos referidos imóveis.

2.2. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o Real a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Foram considerados, como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são registrados inicialmente ao valor justo, e consequentemente, pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários, e apresentadas no patrimônio líquido. Quando esse ativo sofre perdas por redução ao valor recuperável ou é vendido, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pelo Grupo para o administrador do fundo, nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perda.

continua

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 6.1 Oferta de Emprego
- 6.2 Procura por Emprego
- 6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

ATENDENTE/AUXILIAR Cozinha, Aux.Serviços Gerais (Limpeza) e atendente loja p/ empresa Marzuk. Vagas p/ Águas Claras e Asa Norte. Cv p/: adm.aux@marzuk.com.br

AUXILIAR DE . MANUTENÇÃO Estamos contratando Tr: (61) 99680-6512

CANTEIRISTA DE MARMORARIA Cv p/: vagassahara@gmail.com

CASEIRO EXPERIÊNCIA com trator. Rancho Sobradinho. Whatsapp 98151-0007

CASEIRO COM EXPERIÊNCIA em trator. Rancho Sobradinho. Só whatsapp 61 99861-8777

CASEIRO COM REFERÊNCIA e experiência em jardinagem. para trabalhar no Lago Norte (residência), que possa dormir no emprego. Tr: horário comercial 98439-3924 Zap ou CV: adrianamendes@mota.adv.br

COPEIRA/COZINHEIRA com exper. Enviar CV p/ rh22.selecao@hotmail.com

COZINHEIRO CHURRASQUEIRO Aux de Cozinha todos c/exp p/ Rest SIA 99909-9896

DOMÉSTICA QUE DURMA com experiência e referência p/ trabalhar de Segunda à sábado para Asa Sul R$ 1.412,00. Interessadas contato: 98203-0265.

CONTRATA-SE
DOMÉSTICA QUE SAIBA fazer todo o serviço, seja proativa! Somente c/ referência . Trabalhar no Paranoá R$1.400,00 + VT Tr:(61)99924-2575

MANICURE PEDICURE p/ salão no Núcleo Bandeirante 61-99528-7019

6.1 NÍVEL BÁSICO

MASSAGISTA CONTRATA-SE com e sem experiência pra Ceilândia (dia e noite) ótimos ganhos, começo imediato. (61) 99155-1267 Zap

MASSAGISTA PRECISO
COM/ SEM EXPERIÊNCIA p/ semana ou fim d semana 6198474-3116

MOTORISTA Estamos contratando. Interessados favor ligar (61) 99680-6512

PEDREIRO/LADRILHEIRO p/ Águas Claras salário a combinar. Enviar currículo: gestaopessoaspec@gmail.com

PROFISSIONAIS CONTRATAMOS Temos vagas de emprego disponíveis! Salário da Categoria + Benefícios. Interessados enviar currículo para: vagas@benditaconsultoria.com.br

SELECIONADOR DE MATERIAIS Recicláveis -Estamos contratando. Informações: (61) 99680-6512

SERVIÇOS GERAIS, auxiliar de loja e vendedora c/ experiência. Video de apresentação + currículo p/ 61-98152-6196

SUSHIMAN OPORTUNIDADE p/ trab. Vila Planalto. 61-999764639

CONTRATA-SE
TRABALHADOR RURAL p/ Serviços Gerais, que saiba fazer cerca arame liso, manutenção geral de fazenda e conhecimento em trator e caminhão. Ter disponibilidade de morar na fazenda. Planaltina DF. 61 99208-9905

VIDRACEIRO,INSTALADOR de vidros temperados com experiência e CNH para início Imediato CLT fixo + produtividade + VA + VT. CV p/: vagas.taguabox@gmail.com ou p/ whatsapp: 99133-5195

DOMÉSTICA PROCURO forno e fogão todo serviço. De seg a sáb whatsapp 981728302

NÍVEL MÉDIO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO ASWN Engenharia contrata, desejável, excek, word, e rotinasadministrativas.Intressados entrar em contato: 61 3037-3997 ou 61 99205-7520

6.1 NÍVEL MÉDIO

ASSISTENTE DE CONTABILIDADE Experiência em DP e eSocial $ 1.429+VT+VA Enviar CV: dptoderecrutamento@gmail.com

ATENDENTE / CAIXA p/ Cafeteria Lago Sul. CV p/: lagosulcontrata2022@gmail.com

ATENDENTE CONTRATAMOS c/ perfil dinâmico. CV p/: tudoticadp@gmail.com

ATENDENTE CONTRATA-SE c/ experiência em Ifood escala 12x36. Cv p/. crdutraalimentos@gmail.com

ATENDENTE CONSULTÓRIO p/ Clínica no Lago Sul. Enviar Cv: vagaatendenteconsultorio@gmail.com

AUXILIAR DE LOGISTICA Habilitado - B Contrata-se p/ serviços de entrega Clínicas e Hospitais. Cv p/: translaser.logistica@hotmail.com

AUXILIAR ADMINISTRATIVO Loja de Veículos Semi-novos em Taguatinga contrata. Interessados enviar currículo para: rh.atendimentoloja@gmail.com 61-0

AUXILIAR DE SERVIÇOS
GERAIS PARA ESCRITÓRIO p/ execução de faxina/limpeza e serviços Gerais, jornada de 44hs semanais R$ 1.251,00 + VT+ VR CV para: vagasdf12@gmail.com

AUXILIAR ADMNISTRATIVO e de cobrança. Cv p/: gerenciafotoshow@gmail.com

AUXILIAR DE CONTABILIDADE Experiência em DP E-Social $ 1.430+VT+VA . Enviar CV: dptoderecrutamento@gmail.com

BOMB HIDRÁULICO Currículo: recrutamentocontrolar@gmail.com.Taguatinga-DF

CUMARIM CONTRATA
CHAPEIRO, UXILIAR de Cozinha, Garçom, Cumim e Caixa. Maior de 18 anos, segundo grau completo, com ou sem experiência.Disponibilidade de horário. CV para cumarimrecrutamento@gmail.com Especificar qual vaga de interesse.

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONSTRUTORA CONTRATA
COMPRADOR COM experiência no Software de gestão UAU. Enviar currículo para: contratacomprador2022@gmail.com

CORRETOR(A) DEIMÓVEIS CV p/: contato@planoimoveis.com.br

DIGITADOR/DEGRAVADOR para a atividade de transformar/digitar áudio para texto. Requisitos: Excelente português, conhecimentos intermediários de informática, preferência graduação em Letras. Local de trabalho: Valparaíso, segunda a sábado. Interessados enviar currículo para: rhrdkselecao2020@gmail.com

DOMESTICA/ARRUMADEIRA p/ trabalhar no Lago Sul, p/ casa de casal. De 2ª a 6ªfeira 999671737 / 3364-1737

DOMÉSTICA QUE CUIDE de criança, da casa e cozinhe p/ Lago Norte 61 99864-5490

ESTOQUISTA CONTRATA-SE Fixo + VT+ VA. Currículo para: fale@casadaquimicadf.com.br

FLORISTA COM EXPERIÊNCIA que tenha disponibilidade para ir para os Estados Unidos com visto. Interessadas enviar CV p/: fatimasouzausa@hotmail.com

GERENTE DE MONTAGEM de Eventos Externos. Flexib. de horário, disponib. viagens. hab. B e D. Cv: r8m5svagas@gmail.com

MOTORISTA CARTEIRA D só DF. Sal fixo + VT + VA. CV p/: fale@casadaquimicadf.com.br

MOTORISTA VAGA cat. D. Currículo p/: 98151-0001 só whats

CONTRATA-SE PROFISSIONAL Comissão de até 50% na venda e mensal no aluguel. Imobiliária de alto padrão na Asa Sul. Exigimos CRECI e carro. 61-981307920

PROFISSIONAL DEPARTAMENTO Fiscal Sistema Alterdata contrata-se. Interessados enviar Currículo para o email : jnildo .imperio@hotmail.com

PROJETISTA DE MÓVEIS e estud. de Designer de Interiores. Whatsapp 99265-8742 ñ ligar

6.1 NÍVEL MÉDIO

PROMOTOR (A) /REPOSITOR de mercadorias contratamos p/ trabalhar em rota c/ experiência comprovada em CTPS. Interessados enviar CV p/: rh@germana.com.br

REPRESENTANTE COMERCIAL c/ experiência. CV p/: gerenciafotoshow@gmail.com

SECRETARIA CONTRATA-SE com experiência em vidraçaria. Trabalhar no Lago Sul. (61)9.9658-7445

TECNICO ELETRONICA e ou auxiliar com experiencia em conserto de equip. em bancada 99396-5121

TÉCNICO COM EXPERIÊNCIA em instalação de sistemas de telefonia, antena coletiva e rede. Enviar currículo p/: rh.adm.bsb@gmail.com

TÉCNICO CONTÁBIL eSocial. Vaga p/ Suporte na utilização do software contábil. Experiência em DP, eSocial, EF e CT $1.430+VR+VT. Interessados enviar Currículo: dptoderecrutamento@gmail.com

TÉCNICO DE AR Condicionado e Refrigeração c/ experiência comprovada. Enviar CV p/: vagas.tecnico01@gmail.com

TÉCNICO(A) DE ENFERMAGEM
ESTAMOS RECRUTANDO Técnicos(as) de Enfermagem para atuar em assistência domiciliar / regime de Home Care. Os interessados(as) entrar em contato através do número (61) 99979-0034

TÉCNICO ELETRÔNICA e ou auxiliar c/ exper. em manut. nobreak Mensal ou diária. Tr via whatsapp 99989-7472

TÉCNICO ELETRONICA e ou auxiliar c/ experiencia. Favor em conserto de equip bancada, nobreak. Tr: 99396-5121

TÉCNICO EM SEGURANÇA eletrônica c/ experiência. Salário + benefícios. CV no e-mail: tulio@tsas.com.br

VENDEDOR(A) DE MÓVEIS e Colchões c/ experiência. Interessados enviar currículo p/ o e-mail: rh.newonline@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

VENDEDOR(A) VAGA vendas de empréstimo consignado. Enviar CV p/: selecaorwpromotora@gmail.com

VENDEDOR(A) PRECISO p/ marmoraria . Cv p/: vagassahara@gmail.com

VENDEDOR(A)C/EXPERIÊNCIA em vidros temperados c/ CNH e veículo próprio. CLT Fixo + comissão + VA + aux combustível. Cv p/: vagas.taguabox@gmail.com / whatsapp 99133-5195

VENDEDOR (A) INTERNO - Oportunidade de ganhos de até R$ 6 mil reais mensais em home-office, Flexibilidade de horário, Regime MEI, Ajuda de custo. Enviar curríulo p/: administrativo@ descomplicarecuperadora. com.br

GERENTE DE VENDAS captação de novos alunos. R$ 4.000,00 fixo + comissões, PLR, outros. Interessaos enviar CV para: seevan.co@gmail.com ou Tel:61-35222560

ASSISTENTE COMERCIAL Contrata-se.Interessados entrar em contato: 61-983236292

EMPRESA EM EXPANSÃO Contrata. Maiores informações entrar em contato no telefone 61-982081888

VENDEDOR COM experiência, contrata-se. Interessados entrar em contato através do número: (61)98129-4307

CONSULTOR DE VENDAS: Externo. Contrata-se. Interessados entrar em contato 61-982958028

TECNICO EM CONTABILIDADE - Vaga para trabalhar em escritório de contabilidade no Lago Norte, que tenha experiencia no sistema COM21. Interessados enviar Currículo para: warley@wguerra.com.br

VENDEDOR (A) INTERNO - Oportunidade de ganhos de até R$ 6 mil reais mensais em home-office, Flexibilidade de horário, Regime MEI, Ajuda de custo. Enviar curríulo p/: administrativo@ descomplicarecuperadora. com.br

EMPRESA EM EXPANSÃO Contrata. Maiores informações entrar em contato no telefone 61-982081888

NÍVEL SUPERIOR

CONTRATA-SE
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO que esteja cursando arquivologia a partir do 6º semestre, que tenha experiência na área administrativa de no mínimo 02 (dois) anos. Para trabalhar em Taguatinga Norte. Salário a combinar. Interessados enviar currículos para o e-mail: edvaldo@ redeigrejinha.com.br

ANALISTA DE MÍDIAS Sociais de 2ª a 6ª 8h às 18h e sab de 8h às 12h CV p/: recrutamentoclinica2020@gmail.com

AUXILIAR DE DEPARTAMENTO Fiscal c/ exper. e CRC. CV p/: josimalbs@bol.com.br

BIOMEDICA ESTETA Registrada no CRBM. CV para: recrutamentoclinica2020@gmail.com

PROFESSOR(A) DE INGLÊS Colégio Arvense seleciona p/ Asa Norte. CV p/: selecaoarvense@gmail.com

PROFESSOR(A) DE FRANCÊS c/ experiência. Interessados enviar Cv: professordefrances2022@gmail.com

PROFESSOR(A) DE INGLÊS p/ Asa Norte. Enviar CV: selecaoarvense@gmail.com

PROFISSIONAL MARKETING Digital e Redes Sociais. Salário a combinar. Enviar CV p/: buscadetalentos169@gmail.com

SECRETÁRIA P/ CONTABILIDADE Cv: contato@araujocontabilidades.com.br

6.1 NÍVEL SUPERIOR

FISIOTERAPEUTAS RPG Contrata-se. Interessados entrar em contato no telefone: (61) 99651-8115

PROFESSOR DE INGLÊS Curso de inglês de alto padrão contrata com experiência Interessados entrar em contato no telefone: (61)98178-4426

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

MOTORISTA E CASEIRO Ofereço meus serviços, refer/ experiência 3625-3212/ 99679-4545

DIARISTA, FAXINEIRA e passadeira. Moro em São Sebastião. Tenho exper e refer 99386-6226

NÍVEL MÉDIO

FAXINEIRA PASSADEIRA ou Babá Ofereço meus serviços R$ 160. Tratar: 61 993293208

MOTORISTA PARTICULAR arrumadeira, cuidadora ofereço os meus serviços. 99191-8299

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

SERVIÇOS

CURSOS

AVALIADOR DE DIAMANTES. Curso online. Zap (62) 99952-7265

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

b. Créditos das operações de seguros

Esse ativos financeiros são representados por prêmios a receber, ativos de resseguro e outros créditos operacionais (créditos do SFH). Esses créditos são contabilizados pelo custo amortizado e são avaliados por *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

2.4.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações abaixo:

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

b. Ações: com base nas cotações de preço médio divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no último pregão em que foram negociadas.

c. Dívida privada emitida por empresas ou por instituições financeiras: debêntures, certificados de depósitos bancários, letras financeiras, letras de crédito imobiliário e letras de crédito do agronegócio: com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor.

2.4.3. Instrumentos financeiros derivativos

A política de utilização de instrumentos derivativos ocorre na gestão dos fundos de investimento, de acordo com os limites estabelecidos em seu o regulamento com foco na proteção, sem operação de *hedge*.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pelo gestor de risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos.

2.5. Impairment

2.5.1. *Impairment* de ativos financeiros

a. Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*:

- A redução ao valor recuperável sobre operações de seguros e resseguros é constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos e que leva em consideração os prêmios vencidos há mais de 60 dias e 180 dias respectivamente, líquidos de recuperações e cessões, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;
- Para cálculo da provisão para risco de crédito dos valores a receber do FCVS a Companhia adota metodologia específica que está descrita na nota 6.2.1;
- Demais operações: constituída através de análises individualizadas e em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

Mediante avaliações, o Grupo entende que a redução ao valor recuperável está adequada e reflete o histórico de perdas internas, conforme regra do CPC 38.

b. Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.

No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada no patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.

Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

2.5.2. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos compostos pelos gastos com *software*, são registrados ao preço de custo, estão sujeitos à amortização (20% ao ano) e são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6. Ativos relacionados à resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da transferência de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.

2.7. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pelo Grupo são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática e veículos - 20% a.a.. Além do imobilizado descrito acima, a Companhia detém ativos de direitos de uso conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, vide notas 2.14 e 13.b.

O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização. A taxa de amortização utilizada pelo Grupo é predominantemente de 20% a.a.

2.8. Contratos de seguros e contratos de investimento

Em linha com o CPC 11, a Companhia efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco significativo de seguro, risco financeiro ou ambos.

Como guia geral, a Companhia define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra.

Os contratos classificados como contratos de investimento são relacionados aos produtos de capitalização, um tipo de poupança programada combinada com sorteios periódicos de prêmios em dinheiro que não transfere risco de seguro significativo.

2.9. Provisões técnicas de contratos de seguros

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

2.9.1. Segmento de seguros de pessoas e danos

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) e parcela de Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos ativos de contratos emitidos até a data do fechamento relativo ao balanço. A Administração constitui, adicionalmente, a parcela relativa aos Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (RVNE) da PPNG, obtida através do valor médio observado dos prêmios emitidos com atraso nos últimos 12 meses.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão é constituída (e atualizada monetariamente nos termos da legislação) para a cobertura dos valores que a Administração estima serem necessários para arcar com os pagamentos futuros de indenização dos sinistros já avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os sinistros judiciais, a provisão é calculada através da probabilidade de pagamento do sinistro por provável, possível, remota.

Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)

A provisão é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos, mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço.

Sendo estimada pelo método *Chain Ladder* com observações de 4 trimestres para o grupo Patrimonial, observações de 16 trimestres para o Habitacional (Morte e Invalidez por Acidente), observações de 8 trimestres para o Automóvel, observações de 12 trimestres para o Crédito, com observações de 20 trimestres para o Habitacional (Danos Físicos) e 24 trimestres para Habitacional (Fora do SFH) para a Caixa Seguradora S.A.. Sendo estimada pelo método *Chain Ladder* e *Bornhuetter-Ferguson*, com observações de 4 trimestres para o grupo de Vida e 8 trimestres para o grupo de Crédito.

Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR)

A provisão é constituída para cobrir as reavaliações dos valores de indenização dos sinistros realizadas posteriormente à constituição inicial da PSL, reavaliações estas que poderão se dar ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.

Sendo estimada pelo método *Chain Ladder* com observações de 8 trimestres para o grupo de Vida e 8 trimestres para o grupo de Crédito.

Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A provisão é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros/eventos já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a Administração ainda constitui uma parcela de PDR relativa a despesas de sinistros/eventos e a ocorrer. A estimativa da provisão é obtida através da relação entre despesas avisadas e sinistros avisados.

Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A provisão é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP).

2.9.2. Segmento de saúde e odonto

Provisão para Prêmios ou Contribuições Não Ganhas (PPCNG)

A provisão é constituída para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, apurando a parcela de prêmio/contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco.

Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL)

A provisão é constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador ou a ser reembolsado ao segurado, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, bruto de qualquer operação de resseguro.

Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

A provisão é constituída mensalmente, considerando o total de eventos indenizáveis.

Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS (PEONA-SUS)

A provisão é constituída mensalmente, considerando o total de eventos indenizáveis provenientes do SUS.

Provisão para Remissão

A provisão é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência saúde, firmadas com o beneficiário, calculada mensalmente.

2.9.3. Segmento de capitalização

Provisão Matemática para Capitalização (PMC)

A provisão é constituída por um percentual aplicado sobre os valores recebidos dos subscritores, sendo atualizada mensalmente, nas datas de aniversário dos respectivos títulos, pela Taxa Referencial (TR), definida na Lei 8177/1991, e capitalizada de acordo com a taxa de juros da PMC. Esses parâmetros estão definidos nas notas técnicas e nas condições gerais de cada produto de Capitalização.

Provisão para Resgate (PR)

A provisão contempla as transferências da PMC e é subdividida em: i) Provisão de Resgates Antecipados: títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador de resgate; e ii) Provisão de Resgates Vencidos: títulos vencidos. Na impossibilidade de efetuar os pagamentos dos saldos em resgate, os valores serão prescritos no prazo máximo de 6 (seis) anos a serem contados a partir da data de fim de vigência do título. A provisão é atualizada mensalmente pela TR, conforme parâmetros definidos nas notas técnicas e condições gerais de cada produto de Capitalização.

Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)

A provisão é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e considera um percentual definido em Nota Técnica para cada plano de capitalização. Nos planos do tipo Pagamento Único essa provisão é calculada pelo método de "risco" com remuneração mensal pela TR e taxa de juros da PSR estabelecidas nas notas técnicas e condições gerais de cada produto de Capitalização.

Provisão de Sorteios a Pagar (PSP)

A provisão é constituída para todos os títulos já sorteados e ainda não pagos. O fato gerador da PSP é a realização do sorteio e os valores são atualizados monetariamente pela TR desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento.

Provisão para Despesas Administrativas (PDA)

A provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas, observadas as regulamentações específicas vigentes.

2.10. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros

a. Passivos de contratos de seguros

Os contratos que transferem risco significativo de seguro para o Grupo são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. Em linha com a legislação vigente, a Companhia utilizou as regras do CPC 11 para avaliação destes contratos. Essas regras preveem uma isenção que permite que uma Seguradora utilize suas políticas contábeis anteriores a adoção do CPC 11, utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro.

Além da utilização desta importante isenção, o Grupo aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro ou, Teste de Adequação de Passivo (TAP); i) processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro; ii) identificação de derivativos embutidos.

b. Custos incorridos na aquisição de contratos de seguros

O Grupo registra como um ativo os gastos que são diretamente incrementais e que possam ser avaliados com confiabilidade, relacionados à origem ou renovação de contratos de seguro, à emissão de títulos de capitalização e à aquisição de cotas de consórcios. Esses gastos são representados principalmente por comissões e arrendamento de balcão. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos. A amortização deste ativo ocorre de acordo com o período de vigência dos contratos, seu prazo médio de vigência dos contratos em 2021 foi de 36 meses (49 em 31 de dezembro de 2020).

c. Teste de adequação dos passivos (TAP)

Conforme requerido pelo CPC 11, a Companhia promoveu um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.

Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme os ramos por riscos similares.

No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida, conforme abaixo:

a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices, conforme rol divulgado pela SUSEP;

b) Sinistralidade: para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de mortalidade em suas projeções, foram utilizadas as tábuas BR-EMS 2021; para sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de invalidez, foi utilizada a tábua Álvaro Vindas; para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que não utilizem tábuas biométricas e foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado, de cada produto que compõe o estudo. Para projeção por grupo foi utilizada a sinistralidade abaixo:

- Automóvel: 61,5%;
- Patrimonial: 25,3%;
- Pessoas Caixa Seguradora: 29,6%;
- Pessoas Previsul: 30,5%;
- Habitacional Danos: 3,9%;
- Odonto: 29,6;
- Crédito Previsul: 58,8%.

c) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de ativos observados de cada produto que compõe os grupos testados;

d) Despesas: as estimativas das despesas foram segregadas em despesas administrativas, despesas com tributos e despesas operacionais, considerando a média da relação histórica anual das despesas sobre o prêmio emitido;

Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro.

Como conclusão dos testes realizados, não foram identificadas insuficiências nos agrupamentos realizados.

2.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.12. Apuração do resultado

a. Os prêmios de seguro, cosseguro aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização, são registrados quando da emissão das apólices e ajustados, com base em estimativas dos prêmios relativos a operações nas quais o risco coberto só é conhecido após o início do período de cobertura.

b. As receitas de seguros de vida com cobertura de sobrevivência, são reconhecidas no momento do seu efetivo recebimento que coincidem com o regime de competência. Os custos relacionados são apropriados por meio da constituição de provisões técnicas. Os custos de comercialização são diferidos por ocasião da emissão da apólice ou contrato e apropriados aos resultados, pela vigência do contrato.

c. A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado a partir da data de emissão do título, ou momento de solicitação dos resgates. No caso dos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos, o fato gerador do registro da receita será emissão do título para a primeira parcela, e para as demais parcelas a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor.

d. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem. Já a taxa de administração de grupos de consórcios é reconhecida como receita quando do efetivo recebimento pela Administradora de consórcios, conforme o estabelecido na circular vigente e exigido pelo órgão regulador.

e. As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos de assistência à saúde e odonto são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - pro rata dia - do período de cobertura de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. O resultado das transações é apurado pelo regime de competência de exercícios.

f. As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento.

g. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. São reconhecidos no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A alíquota de contribuição social sobre o lucro foi de 15% até junho de 2021 e 20% para o segundo semestre de 2021 para as Controladas equiparadas a financeiras e 9% para as demais Controladas e Controladora, conforme legislação em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas na rubrica de impostos e contribuições no passivo circulante.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Controladora e de suas Controladas individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

2.14. Operações de arrendamento

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

O reconhecimento pelo valor presente de contratos de arrendamentos com prazos superiores a 12 meses e com valores substanciais para os arrendatários. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.

Os ativos de direito de uso (contrato de aluguel de imóvel) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado de acordo com taxa de juros de mercado.

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.14.1. Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17.

Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1° de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

2.15. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir:

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Com vigência a partir de 01 de janeiro de 2018, a adoção do CPC 48/IFRS 9, que substitui o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos financeiros, tem entre outras diretrizes a alteração das classificações de ativos financeiros. As três classificações de ativos financeiros previstas pela norma são: mensurados ao custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo através do resultado (VJR).

A classificação dos ativos financeiros no alcance do CPC 48/IFRS 9 nas categorias acima citadas se baseia no modelo de negócios o qual um ativo financeiro é gerenciado e as características dos seus fluxos de caixa. Assim, o CPC 48/IFRS 9 elimina as classificações de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda previstas no CPC 38/IAS 39.

Adicionalmente, derivativos embutidos não são separados de um contrato principal se este for um instrumento financeiro no escopo do CPC 48/IFRS 9, em vez disso o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Outra mudança relevante está na avaliação de perda ao valor recuperável *(impairment)*. O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de perdas incorridas do CPC 38/IAS 39 para um modelo que considera informações prospectivas de perdas esperadas. O novo modelo se aplica a instrumentos mensurados ao custo amortizado, instrumentos de dívidas mensurados ao VJORA e recebíveis de contratos de arrendamento. Consequentemente, o modelo de perdas esperadas reconhece as perdas de crédito de maneira antecipada ao modelo de perdas incorridas.

Ainda, no CPC 48/IFRS 9 a contabilidade de *hedge* deve ser alinhada com os objetivos e estratégias de gestão de risco da entidade, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade de *hedge*. Entretanto na aplicação inicial da norma, a entidade pode como escolha de política contábil continuar adotando os requerimentos de contabilidade de *hedge* do CPC 38/IAS 39.

Conforme indicado pelo CPC 48/IFRS 9 a entidade não é obrigada a reapresentar períodos anteriores para refletir a aplicação das alterações aqui descritas.

A Administração concluiu que as atividades da Companhia estavam até 2020 predominantemente relacionadas com seguro, com base nos critérios estabelecidos nos itens 20b a 20k pela Revisão de pronunciamentos nº 12 aprovada em 1 de dezembro de 2017 (*amendments* do IFRS 4), diante disso, optou pelo benefício da isenção temporária do CPC 48/IFRS 9, permitida pela Revisão, e aplicou o CPC 38/IAS 39 para os períodos anuais até 31 de dezembro de 2021, adotando o referido pronunciamento a partir de 01 de janeiro de 2022.

IFRS 17 - Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro, norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4/CPC 11 - Contratos de Seguro emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4/CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.

Em março de 2020, o IASB emitiu uma emenda à IFRS 17, que prorrogou a data de entrada em vigor da norma, que passará a ser para os períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023.

A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. A Companhia pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor, cuja data prevista é para 1° de janeiro de 2023.

Os principais modelos de mensuração dos passivos de contratos de seguros estabelecidos pela norma são o *Building Block Approach* (BBA), que é o modelo padrão, e o *Premium Allocation Approach* (PAA), que é o modelo simplificado de mensuração que pode ser adotado caso sejam atendidos alguns critérios como por exemplo, os limites dos contratos não excedem 12 meses da data de emissão. Adicionalmente há a abordagem de *Variable Fee Approach* (VFA) que não é opcional e sim obrigatório se forem atendidos os requisitos da norma, ele considera o impacto da participação do segurado no resultado financeiro de determinados ativos. Também, segundo a norma, os contratos considerados como onerosos na sua emissão, terão o valor total da perda mensurada reconhecido no resultado na data de reconhecimento inicial.

Como ponto de partida, antes de definir o modelo de mensuração, o Grupo deve avaliar o nível de agregação dos contratos, bem como se há componentes contidos nesses contratos que não se caracterizem como seguros e, portanto, deveriam ser mensurados de acordo com outra norma (por exemplo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros ou CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes).

O Grupo está em fase de implementação sendo os principais destaques, no momento:

- Agrupamento - Os portfolios IFRS 17 foram estabelecidos considerando riscos homogêneos gerenciados em conjunto. Sob essa premissa entre as duas entidades subsidiárias teremos a princípio oito portfólios. Para cada portfólio teremos os valores dos passivos separados por safra e por carimbo de rentabilidade, que é o nível de granularidade exigido pela norma.
- Modelos de mensuração - Os portfólios de seguros (vida, prestamista etc.) serão classificados no modelo BBA (*Building Block Approach*). Já os produtos de previdência (por exemplo PGBL/VGBL) estarão no modelo VFA (*Variable Fee Approach*);
- A data de transição será 31 de dezembro de 2021 e em 1° de janeiro de 2022 será feito o balanço de abertura para poder ter, no ano 2023, o comparativo com 2022. A metodologia para boa parte do perímetro será MRA (*Modified Retrospective Approach*);
- Estão sendo feitos exercícios de simulação tanto da transição como de fechamento contábil com o intuito de testar ferramentas, processos e dados e que servem como referência para os desenvolvimentos da implementação que continua em curso.

2.16. Reapresentação de saldos comparativos

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentados, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de:

(i) compensação de ativos e passivos correntes e diferidos, conforme CPC 32.

(ii) reclassificação entre circulante e não circulante da provisão de sinistros a liquidar judicial.

Os impactos dessas reclassificações no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Saldos anteriormente apresentados	Reclassificado	Saldos reapresentados	Saldos anteriormente apresentados	Reclassificado	Saldos reapresentados
CIRCULANTE	**845.428**	**(41)**	**845.387**	**6.206.662**	**(760.160)**	**5.446.502**
Ativos de resseguro	–	–	–	85.060	(48.998)	36.062
Ativo fiscal corrente	121.469	(41)	121.428	950.154	(711.162)	238.992
Outros	723.959	–	723.959	5.171.448	–	5.171.448
NÃO CIRCULANTE	**4.032.118**	**–**	**4.032.118**	**11.228.706**	**(46.654)**	**11.182.052**
Ativos de resseguro	–	–	–	5.423	48.998	54.421
Ativo fiscal diferido	16.706	–	16.706	959.702	(95.652)	864.050
Outros	4.015.412	–	4.015.412	10.263.581	–	10.263.581
TOTAL DO ATIVO	**4.877.546**	**(41)**	**4.877.505**	**17.435.368**	**(806.814)**	**16.628.554**
CIRCULANTE	**94.257**	**(41)**	**94.216**	**8.463.570**	**(1.610.501)**	**6.853.069**
Provisões técnicas de seguros e saúde	–	–	–	5.947.305	(899.339)	5.047.966
Passivo fiscal corrente	10.067	(41)	10.026	1.088.831	(711.162)	377.669
Outros	84.190	–	84.190	1.427.434	–	1.427.434
NÃO CIRCULANTE	**6.680**	**–**	**6.680**	**3.912.918**	**803.687**	**4.716.605**
Provisões técnicas de seguros e saúde	–	–	–	453.430	899.339	1.352.769
Passivo fiscal diferido	6.680	–	6.680	151.440	(95.652)	55.788
Outros	–	–	–	3.308.048	–	3.308.048
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.776.609**	**–**	**4.776.609**	**5.058.880**	**–**	**5.058.880**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.877.546**	**(41)**	**4.877.505**	**17.435.368**	**(806.814)**	**16.628.554**

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre

continua

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

- Notas 2.9.2.10.b e 14.3 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;
- Nota 5 - Ativos Financeiros; e
- Nota 22 - Provisões para processos judiciais.

4. Gerenciamento de riscos

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA) exige a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos. As responsabilidades da Diretoria de Riscos - DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica do *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, e operacionais, socioambientais e de *Compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as políticas definidas pela Direção Geral do Grupo e monitorar sua implementação dentro de Unidades de Negócios;
- Gerar Alertas para as gerências quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos Solvência II e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Certificar todo o monitoramento e a eficácia dos dispositivos existentes para acompanhamento dos riscos em todas as operações do Grupo;
- Promover o risco na cultura do Grupo para a tomada de decisões, de acordo com as políticas do Grupo;
- Garantir a aplicação de controles em todas as subsidiárias do Grupo.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado de modo integrado, dentro de um processo, e apoiado na sua estrutura de Controles Internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Organização permite que os riscos de Seguro, Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

O Grupo conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, o Grupo vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Risco de seguro

4.1.1. Riscos inerentes

Risco inerente é a hipótese de ocorrência de irregularidades, equívocos ou mesmo grandes erros capazes de comprometer uma atividade.

O Grupo dispõe de grande diversidade de produtos, incluindo seguro de vida, patrimoniais, saúde e odonto para pessoas físicas e jurídicas. Neste ambiente, os riscos inerentes às atividades do Grupo são:

a. Risco estratégico - Falta de capacidade em proteger-se, adaptar-se ou antecipar-se a mudanças (econômicas, tecnológicas, mercadológicas e etc.) que possam impedir o alcance dos objetivos e metas estabelecidas.

b. Risco atuarial - Metodologias e/ou cálculos incorretos da tarifação do seguro, pela insuficiência da manutenção de tabelas de preços, bem como de reajustes periódicos a serem aplicados nas apólices, e pela inadequada constituição das provisões técnicas.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar de valor.

4.1.2. Controle do risco de seguro

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A Companhia conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

4.1.3. Estratégia de subscrição

A política de aceitação de riscos abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais na avaliação de viabilidade dos produtos. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

4.1.4. Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro do Grupo é baseada numa estrutura central de contratos por risco e catastróficos que se aplicam de forma corporativa a riscos de diversas carteiras, sendo segregados principalmente em Vida e Não-Vida. Ao redor dessa estrutura central, contratos de menor porte são direcionados à cobertura de riscos específicos, negociados caso a caso. Qualquer que seja o tipo de contrato, o atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência. O programa de resseguro reflete a posição estratégica estabelecida pelo Comitê de Governança de Riscos, priorizando a retenção de prêmios pela seguradora. Há casos, também, em que a parceria com um ou mais resseguradores se destina mormente à aquisição de conhecimento e sua correspondente solidificação dentro do Grupo.

O Grupo adota uma postura bastante prudente e conservadora na linha dos chamados riscos especiais, onde não atua como líder. Os riscos especiais abrangem os segmentos de seguros Rurais, Garantia, Riscos de Engenharia Grupo II, Responsabilidade Civil, Riscos Operacionais e Nomeados, Transportes, Valores, Obras de Arte, Cascos (*Aviation e Marine*) ou, de modo geral, todo e qualquer risco ou atividade excluídos dos contratos de resseguro corporativos, de modo a resguardar a seguradora não somente no aspecto financeiro, mas também quanto ao risco de imagem.

O quadro a seguir apresenta, por contrato de resseguro, as carteiras cobertas, os resseguradores e seus respectivos *ratings*:

CONTRATO DE RESSEGURO	CARTEIRA	RESSEGURADORES	PARTICIPAÇÃO	RATING(1)	CONDIÇÃO
Garantia	Riscos Financeiros	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	40,0%	A-	LOCAL
		TRANSATLANTIC REINSURANCE COMPANY	60,0%	A+	ADMITIDO
Excesso de Danos Patrimonial por Risco	Residencial, Empresarial, Lotéricos, Risco de Engenharia, Habitacional (DFI)	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A	50,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	20,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
		LIBERTY SYNDICATE LLOYD'S 4472	10,0%	A	ADMITIDO
Catástrofe De Riscos Patrimoniais	Residencial, Empresarial, Lotéricos, Risco de Engenharia, Automóvel, Habitacional (DFI)	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A	65,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	15,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	10,0%	A-	LOCAL
		LIBERTY SYNDICATE LLOYD'S 4472	10,0%	A	ADMITIDO
Catástrofe Umbrella	Residencial, Empresarial, Lotéricos, Risco de Engenharia, Automóvel, Habitacional (Mip/DFI), Vida Individual	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A	48,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	25,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
		AWAC LLOYD'S 2232	7,0%	A	ADMITIDO
Catástrofe de Riscos Pessoais	Habitacional (MIP), Vida Individual	HANNOVER RE	20,0%	A+	ADMITIDO
		MAPFRE BRASIL RE	60,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
Excesso de Danos por Risco em Seguros de Pessoas	Habitacional (MIP), Vida Individual	AUSTRAL RESSEGURADORA S/A	20,0%	B+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	60,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
Belo Monte	Risco de Engenharia	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	28,0%	A-	LOCAL
		MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A	19,4%	A+	LOCAL
		MUNCHENER RÜCKVERSICHERUNGS-GE	6,5%	A+	EVENTUAL
		MAPFRE BRASIL RE	1,1%	A	LOCAL
		ALLIANZ GLOBAL CORP & SPEC SE	5,2%	A+	ADMITIDO
		QBE UNDERWRITING LIMITED (LLOYD'S)	2,7%	A	ADMITIDO
		CANOPIUS MANAGING AGENTS LTD (LLOYD'S)	1,0%	A	ADMITIDO
		ACE PROPERTY & CASUALTY INSURANCE CO.	2,0%	A++	EVENTUAL
		FEDERAL INSURANCE COMPANY	6,7%	A++	ADMITIDO
		HDI - GERLING WELT SERVICE AG	1,3%	A	ADMITIDO
		CHUBB MANAGING AGENCY LTD (LLOYD'S)	2,1%	A	ADMITIDO
		TORUS (LLOYD'S SYNDICATE 1301)	1,1%	A	ADMITIDO
		STARR (LLOYD'S)	3,1%	A	ADMITIDO
		TOKIO MARINE GLOBAL (LLOYD'S)	1,9%	A	ADMITIDO
		VALIDUS REASEGUROS, INC (LLOYD'S)	2,4%	A	ADMITIDO
		XL INSURANCE COMPANY SE	5,7%	A+	ADMITIDO
		ZURICH INSURANCE COMPANY	8,8%	A+	ADMITIDO
		MARLBOROUGH RE (LLOYD'S)	1,0%	A	ADMITIDO
Facultativo Empresarial CEF	Empresarial (Patrimônio da Caixa Econômica Federal)	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	50,0%	A-	LOCAL
		SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A+	LOCAL
		CHUBB RESSEGURADORA DO BRASIL S/A (2)	20,0%	AA	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	10,0%	A	LOCAL

(1) Ratings pela A.M.Best (rating da casa matriz para resseguradores estrangeiros ou locais de origem estrangeira)
(2) Ratings pela agência Fitch

4.1.5. Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

Um dos métodos de grande relevância no gerenciamento de riscos de uma seguradora é a Gestão de Ativos e Passivos - *Asset Liability Management (ALM)*. Utilizando dentre diversas metodologias reconhecidas mundialmente, o casamento dos fluxos de caixa de ativos e passivos, engloba o gerenciamento ativo dos investimentos financeiros, com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo é otimizar a relação entre volatilidade e taxa de desconto, alinhando os desinvestimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração a mitigação dos riscos, duração, rentabilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. Trimestralmente são realizados estudos gerenciais de ALM para as carteiras da Seguradora, Capitalização, além dos estudos específicos em atendimento à legislação, bem como acompanhamento mensal dos indicadores de ALM.

4.1.6. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade do Grupo considerando-se às mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, líquidos dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no resultado e no patrimônio líquido:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
Sensibilidade	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Taxa +1%	0,00%	0,00%	-1,83%	-1,83%	-1,04%	-1,04%	-1,63%	-1,63%
Taxa -1%	0,00%	0,00%	1,91%	1,91%	1,06%	1,06%	1,70%	1,70%
Sobrevivência +10%	NA	NA	0,00%	0,00%	NA	NA	0,00%	0,00%
Sobrevivência -10%	NA	NA	0,00%	0,00%	NA	NA	0,00%	0,00%
Mortalidade/Sinistralidade +5%	NA	NA	NA	NA	5,15%	5,17%	-3,31%	2,27%
Mortalidade/Sinistralidade -5%	NA	NA	NA	NA	-5,15%	-5,17%	-3,31%	-2,27%
Inflação +1%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%
Inflação -1%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-0,01%	-0,01%

Notas:

a) A sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de *duration* e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 *basis points* para cima e para baixo;

b) Para o teste de sensibilidade da mortalidade/sobrevivência, consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +- 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação:

IMPACTO % = *Resultado antes dos impostos e participações + (Sinistros Ocorridos - Sinistros A) Resultado antes dos impostos e participações - 1;*

c) O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o apreçamento dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descasamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação;

4.2. Risco de crédito

Representa a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

As áreas-chave em que o Grupo está exposto ao risco de crédito são:

i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.

O Grupo está exposto a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's* entre outras. Atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (exceto derivativos, que se encontra descrita na Nota 5.4).

	Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
Composição dos ativos	BB	Sem Rating	Total	BB	Sem Rating	Total
Valor justo por meio do resultado	79.863	249.060	328.923	29.531	268.014	297.545
Fundos de investimentos	–	248.381	248.381	–	268.815	268.815
Letras financeiras do tesouro	29.782	–	29.782	8.000	–	8.000
Notas do tesouro nacional	–	–	–	330	–	330
Operações compromissadas	50.081	–	50.081	21.201	–	21.201
Outros valores	–	679	679	–	(801)	(801)
Disponíveis para venda	–	–	–	266.836	–	266.836
Letras do tesouro nacional	–	–	–	155.085	–	155.085
Notas do tesouro nacional	–	–	–	111.751	–	111.751
Títulos e créditos a receber	–	3.674	3.674	–	1.443	1.443
Exposição máxima	79.863	252.734	332.597	296.367	269.457	565.824

	Consolidado							
	31/12/2021				31/12/2020			
Composição dos ativos	AA+	BB	Sem Rating	Total	AA+	BB	Sem Rating	Total
Valor justo por meio do resultado	–	1.337.845	756.245	2.094.090	–	467.481	1.582.773	2.050.254
Ações	–	–	55.135	55.135	–	–	92.149	92.149
Fundos de investimentos	–	–	701.110	701.110	–	–	1.490.624	1.490.624
Letras financeiras do tesouro	–	333.902	–	333.902	–	110.852	–	110.852
Notas do tesouro nacional	–	9.465	–	9.465	–	3.179	–	3.179
Operações compromissadas	–	994.478	–	994.478	–	353.450	–	353.450
Disponíveis para venda	–	6.139.051	–	6.139.051	–	7.907.048	133.854	8.040.902
Letras do tesouro nacional	–	3.278.191	–	3.278.191	–	4.316.923	–	4.316.923
Notas do tesouro nacional	–	2.860.860	–	2.860.860	–	3.561.077	–	3.561.077
Letras financeiras	–	–	–	–	–	–	131.660	131.660
Outros valores	–	–	–	–	–	29.048	2.194	31.242
Mantidos até o vencimento	–	–	–	–	–	136.333	–	136.333
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	136.333	–	136.333
Prêmios de seguros	–	–	987.596	987.596	–	–	939.880	939.880
Títulos e créditos a receber (*)	1.214.277	–	318.309	1.532.586	1.168.957	–	228.235	1.397.192
Ativos de resseguro	–	–	72.115	72.115	–	–	90.483	90.483
Exposição máxima	1.214.277	7.476.896	2.134.265	10.825.438	1.168.957	8.510.862	2.975.225	12.655.044

(*) AA+ - Refere-se a contraparte destes créditos é o fundo público gerido pelo Governo Federal, desta forma, consideramos o *rating* do risco Brasil (tesouro nacional).

4.3. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo. Por meio da política de gerenciamento de liquidez são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

A liquidez de médio e longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) definido na Política de Investimentos. O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

	31/12/2021			
	Até 1 ano	Mais de 1 ano até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	1.751.846	235.529	106.716	2.094.091
Ativos financeiros disponíveis para a venda	509.045	5.629.245	760	6.139.050
Prêmios a receber de segurados	798.972	188.624	–	987.596
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	691.813	840.773	–	1.532.586
Ativos de resseguro - provisões técnicas	28.954	45.991	1.910	76.855
Total dos ativos financeiros	3.777.645	6.940.162	109.386	10.827.193
Provisões técnicas	605.890	1.210.512	37.374	1.853.776
Passivos financeiros - capitalização	1.167.221	1.868.748	–	3.035.969
Passivos financeiros	1.739.257	106.284	–	1.845.541
Total dos passivos financeiros	3.512.368	3.185.544	37.374	3.735.286

(*) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa.

(**) O fluxo dos passivos considerou a projeção de sorteios, de despesas administrativas, resgates concedidos a pagar e das provisões matemáticas.

4.4. Risco de mercado

a. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras do Grupo de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de preço de ações, e risco de derivativos.

b. Controle do risco de mercado

A metodologia utilizada pelo Grupo para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros utilizados são os mesmos definidos pelo CPC 38, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia e suas Controladas para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

c. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de risco de cada fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado do Grupo, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pelo Grupo.

Cabe à área de controle de risco do Grupo:

- Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
- Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, se certificando do seu enquadramento;
- Informar aos gestores, os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
- Solicitar aos gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos;
- Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
- Informar mensalmente o *VaR* dos ativos aos reguladores das entidades controladas.

4.5. Risco operacional

a. Gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades de uma organização em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e, ainda, em função da globalização dos negócios.

Os principais pontos de partida para desenvolvimento de uma boa gestão de riscos envolvem:

- Conhecer, controlar e mitigar o impacto dos eventos negativos;
- Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos;
- Criar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor agregado;
- Estabelecer, alinhar e divulgar o apetite de risco da companhia com as estratégias adotadas;
- Prover melhorias competitivas de alocação de capital.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é apoiado na sua estrutura de controles internos e *Compliance*, que permite o aprimoramento contínuo da gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

O sistema de controles internos é baseado na metodologia e princípios do COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, segundo cinco componentes que, inter-relacionados, constituem uma base integrada de riscos ERM - *Enterprise Risk Management*, visando dar suporte à companhia para gerenciar seus riscos de forma efetiva por meio da aplicação do processo de gestão de riscos em vários níveis e dentro de contextos específicos.

A gestão de riscos e controles é composta pelas Unidades de Auditoria, Controle e Conformidade, Contabilidade e Orçamento, Atuária e Controles dos Riscos Técnicos; independentes entre si, elas trabalham de forma coordenada com o objetivo de garantir com razoável certeza a proteção dos ativos e o alcance dos objetivos estratégicos.

Essa estrutura de gerenciamento de riscos permite que os riscos operacionais sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados e mitigados de maneira unificada.

b. Gestão do risco operacional

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais.

Para assegurar a singularidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Controle Interno, o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos e de tratamento de ocorrências operacionais, instituindo-se dispositivos de controle permanente.

Como atribuição, voltada à gestão dos riscos operacionais a Gerência de Controle Interno deve:

- Atuar efetivamente como segunda linha de defesa;
- Propor e/ou consolidar as políticas de controle interno, conformidade, de governança de riscos, de prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva;
- Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles;
- Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle;
- Orientar e apoiar os managers na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
- Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.

Os *managers* além de suas responsabilidades específicas à função, devem:

- Atuar efetivamente como primeira linha de defesa;
- Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
- Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos;
- Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico, com formação nas áreas de finanças, controladoria, auditoria, controles internos, tecnologia, jurídica, gestão de riscos e contabilidade.

A Diretoria Executiva define políticas que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office*.

continua

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

5. Ativos financeiros

5.1. Resumo da classificação

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados, em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

		31/12/2021		31/12/2020				31/12/2021
Controladora	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Valor justo por meio do resultado								
Fundos de investimento	248.381	248.381	268.815	268.815	248.381	–	–	–
Letras financeiras do tesouro	29.782	29.770	8.000	7.972	–	–	14.481	15.301
Notas do tesouro nacional	–	–	330	331	–	–	–	–
Operações compromissadas (i)	50.081	50.081	21.201	21.201	–	50.081	–	–
Outros valores	679	679	(801)	(802)	679	–	–	–
Total	**328.923**	**328.911**	**297.545**	**297.517**	**249.060**	**50.081**	**14.481**	**15.301**

		31/12/2021		31/12/2020				31/12/2021
Controladora	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Disponível para venda								
Letras do tesouro nacional	–	–	155.085	144.195	–	–	–	–
Notas do tesouro nacional	–	–	111.751	104.620	–	–	–	–
Total Global	–	–	**266.836**	**248.815**	–	–	–	–

		31/12/2021		31/12/2020				31/12/2021
Consolidado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Valor justo por meio do resultado								
Ações	55.135	54.758	92.149	78.733	55.134	1	–	–
Fundos de investimento	701.110	701.110	1.490.624	1.490.624	701.110	–	–	–
Letras financeiras do tesouro	333.902	334.186	110.852	111.860	–	1.123	230.861	101.918
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–	–
Notas do tesouro nacional	9.465	10.351	3.179	3.182	–	–	4.667	4.798
Operações compromissadas (i)	994.478	994.478	353.450	353.450	–	994.478	–	–
Total	**2.094.090**	**2.094.883**	**2.050.254**	**2.037.849**	**756.244**	**995.602**	**235.528**	**106.716**

		31/12/2021		31/12/2020				31/12/2021
Consolidado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Disponível para venda								
Letras financeiras do tesouro	–	–	29.048	29.052	–	–	–	–
Letras do tesouro nacional	3.278.191	3.460.701	4.316.923	4.098.670	–	509.045	2.769.146	–
Notas do tesouro nacional	2.860.860	3.045.845	3.561.077	3.413.417	–	–	2.860.100	760
Letras financeiras	–	–	131.660	132.441	–	–	–	–
Outros investimentos	–	–	2.194	2.194	–	–	–	–
Total	**6.139.051**	**6.506.546**	**8.040.902**	**7.675.774**	–	**509.045**	**5.629.246**	**760**

		31/12/2021		31/12/2020				31/12/2021
Consolidado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Mantidos até o vencimento								
Notas do tesouro nacional	–	–	136.333	136.278	–	–	–	–
Total	–	–	**136.333**	**136.278**	–	–	–	–

(i) Operações compromissadas tem rendimento atrelado diretamente ao CDI, em média rendendo 98% deste, e tem liquidez D+.

Os empréstimos e recebíveis, compostos de prêmios a receber e títulos e créditos a receber, estão descritos na Nota 6.

5.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Saldo inicial	**564.381**	**10.227.434**
Aplicações	594.313	6.926.517
Resgates	(837.994)	(8.823.462)
Rendimentos	26.243	635.276
Ajustes TVM	(18.020)	(732.624)
Saldo final	**328.923**	**8.233.141**

(i) refere-se à baixa de operações descontinuadas do acervo cindido relacionado à Caixa Vida e Previdência em 30/12/2020, conforme indicado na nota 1.1.

5.3. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Controladora

Valor justo por meio do resultado			31/12/2021			31/12/2020
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos de investimento	248.381	–	248.381	268.815	–	268.815
Letras financeiras do tesouro	29.782	–	29.782	8.000	–	8.000
Notas do tesouro nacional	–	–	–	330	–	330
Operações compromissadas	–	50.081	50.081	–	21.201	21.201
Outros valores	679	–	679	(801)	–	(801)
Total	**278.842**	**50.081**	**328.923**	**276.344**	**21.201**	**297.545**
Disponível para venda						
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Letras do tesouro nacional	–	–	–	155.085	–	155.085
Notas do tesouro nacional	–	–	–	111.751	–	111.751
Total	–	–	–	**266.836**	–	**266.836**

Consolidado

Valor justo por meio do resultado			31/12/2021				31/12/2020
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ações	55.135	–	55.135	92.149	–	–	92.149
Fundos de investimento	701.110	–	701.110	1.490.624	–	–	1.490.624
Letras financeiras do tesouro	333.902	–	333.902	110.852	–	–	110.852
Notas do tesouro nacional	9.465	–	9.465	3.179	–	–	3.179
Operações compromissadas	–	994.478	994.478	–	353.450	–	353.450
Total	**1.099.612**	**994.478**	**2.094.090**	**1.696.804**	**353.450**	–	**2.050.254**
Disponível para venda							
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	29.048	–	–	29.048
Letras do tesouro nacional	3.278.191	–	3.278.191	4.316.923	–	–	4.316.923
Notas do tesouro nacional	2.860.860	–	2.860.860	3.561.077	–	–	3.561.077
Letras financeiras	–	–	–	–	131.660	–	131.660
Outros investimentos	–	–	–	–	–	2.194	2.194
Total	**6.139.051**	–	**6.139.051**	**7.907.048**	**131.660**	**2.194**	**8.040.902**
Mantidos até o vencimento							
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Notas do tesouro nacional	–	–	–	136.333	–	–	136.333
Total	–	–	–	**136.333**	–	–	**136.333**

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos derivativos ocorre na gestão dos fundos de investimentos, de acordo com o regulamento do fundo, com foco em proteção de carteira.

As operações objetivam a compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros. A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pela área de monitoramento do risco financeiro, subordinada à Diretoria de Risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos associados às aplicações financeiras.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme quadros abaixo:

				Vencimento	
Controladora	31/12/2021	31/12/2020	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
DI - Compromissos/Venda					
Valor de referência	–	95	–	–	–
Valor justo	–	95	–	–	–
Resultado acumulado	–	58	–	–	–

				Vencimento	
Consolidado	31/12/2021	31/12/2020	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
DI - Compromissos/Compra					
Valor de referência	–	20.985.628	–	–	–
Valor justo	–	20.985.628	–	–	–
Resultado acumulado	–	(526.454)	–	–	–
DI - Compromissos/Venda					
Valor de referência	–	783	–	–	–
Valor justo	–	783	–	–	–
Resultado acumulado	(20)	155	(33)	50	(37)

5.5. Análise de sensibilidade

a. Carteira de ativos

A carteira de investimentos do Grupo possui ativos classificados como: títulos Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, disponível para venda e mantidos até o vencimento.

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos do Grupo é o de *Stress Test*, o qual é feito para essa classificação disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras utilizando-se o choque de 1 ponto-base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado	
Fatores de Risco	Value-at-Risk	DV-1
Moeda	1	–
Ações	79	–
Fundos	307	–
Juros Pré	20.791	(74.044)
LFT	–	(109)
NTNB	164	(11.578)
Total	**21.341**	**(85.731)**

b. Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros pré-fixada

O Grupo contabiliza parte de sua carteira de ativos com taxa de juros pré e pós-fixada pelo valor justo por meio do resultado, mas não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de *hedge* usando o modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório impactará o resultado do Grupo.

Consolidado	Resultado do Exercício		Patrimônio líquido, líquido de impostos	
	100pb aumento	100pb diminuição	100pb aumento	100pb diminuição
31 de dezembro de 2021				
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada	–	–	(227.876)	240.459
31 de dezembro de 2020				
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada	–	–	(271.045)	282.685

c. Carteira de derivativos

A carteira de derivativos do Grupo possui apenas contratos futuros de taxa de juros.

Nos contratos futuros de taxa de juros, as partes envolvidas no negócio se comprometem a comprar ou vender certa quantidade de um ativo por um preço estipulado para a liquidação em data futura. Os compromissos são ajustados diariamente às expectativas do mercado referentes ao preço futuro daquele bem, por meio do ajuste diário, mecanismo que apura perdas e ganhos.

As operações de contrato de taxa de juros são utilizadas para mitigação do risco de mercado atrelado aos ativos prefixados existentes na carteira. O risco a que essa modalidade de derivativo está exposta refere-se às variações na taxa de juros, mais especificamente uma queda na taxa de juros, que implica uma perda em cada vencimento de DI.

A análise de sensibilidade foi baseada em três cenários, "provável", "possível" e "remoto", os quais avaliam os impactos sobre as posições da carteira em derivativos. O cenário "provável" foi elaborado a partir da série histórica de dados dos derivativos, enquanto o "possível" e o "remoto" foram obtidos com a proporção de 25% e 50% de perda, respectivamente.

A exposição em derivativos do Grupo e nas subsidiárias consecutivamente está concentrada na modalidade DI- Compromisso - Compra, o risco assumido é de alta de juros e os valores em cada cenário estão assim distribuídos:

Controladora				31/12/2020
Descrição/Tipo	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DI - Compromissos/Compra	Alta de Juros	21.870	22.893	23.319
Total		**21.870**	**22.893**	**23.319**

Consolidado				31/12/2020
Descrição/Tipo	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DI - Compromissos/Compra	Alta de Juros	(21.717)	(21.900)	(22.302)
Total		**(21.717)**	**(21.900)**	**(22.302)**

A Companhia não possuía operações com derivativos em 31.12.2021.

Somente são admitidas posições em derivativos cujos vencimentos coincidem com o vencimento do respectivo ativo-base, sendo vedadas posições sem a devida cobertura do ativo-base.

Ressaltamos que as perdas incorridas numa possível desvalorização dos derivativos são compensadas por ganhos nas posições dos ativos.

6. Créditos das operações de seguros

6.1. Prêmios a receber de segurados

a. Prêmios a receber e provisão para redução ao valor recuperável por ramo

Consolidado			31/12/2021			31/12/2020
Ramo	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
Habitacional	386.015	(880)	385.135	390.261	(669)	389.592
Vida em grupo	10.719	(972)	9.747	5.701	(518)	5.183
Prestamista	2.546	(87)	2.459	10.862	(61)	10.801
Riscos de engenharia	107	–	107	1.085	–	1.085
Acidentes pessoais	18.129	(1.635)	16.494	7.375	(642)	6.733
Automóvel	315.887	(2.402)	313.485	262.264	(811)	261.453
Responsabilidade civil - veículos	73.149	(525)	72.624	58.127	(155)	57.972
Outras coberturas - veículos	936	(18)	918	12.560	(17)	12.543
Compreensivo residencial	84.508	(8.472)	76.036	170.121	(8.929)	161.192
Compreensivo empresarial	90.798	(1.288)	89.510	19.497	(1.405)	18.092
Demais ramos	24.387	(3.306)	21.081	30.309	(15.075)	15.234
Total	**1.007.181**	**(19.585)**	**987.596**	**968.162**	**(28.282)**	**939.880**

O Grupo opera com prêmio parcelado exclusivamente nos produtos de riscos diversos e automóvel, sendo que o prazo médio de parcelamento em 31 de dezembro de 2021 era de 08 meses (31 de dezembro de 2020 - 08 meses).

b. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para redução ao valor recuperável

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**939.880**	**1.065.326**
Prêmios emitidos	4.399.003	10.341.310
IOF	2.280	3.293
Adicional de fracionamento	54	214
Prêmios cancelados	(594.950)	(569.561)
Recebimentos	(3.773.541)	(9.635.524)
Constituição/(reversão) de provisão para perda	–	(6.782)
Prêmios de RVNE	6.823	8.447
Outras constituições e reversões	(650)	293
Baixa de cisão parcial*(i)*	–	(251.900)
Saldo final	**978.899**	**955.116**
Constituição/(reversão) de provisão para perda	8.697	(15.236)
Saldo total	**987.596**	**939.880**

(i) refere-se à baixa de operações descontinuadas do acervo cindido relacionado à Caixa Vida e Previdência em 30/12/2020, conforme indicado na nota 1.1.

6.2. Títulos e créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FESA (i)	–	–	1.214.275	1.168.956
Ressarcimentos - crédito interno	–	–	71.358	49.283
Adiantamentos para funcionários	22	–	3.824	3.009
Disponibilidades com bloqueio judicial	169	169	66.229	70.900
Outros títulos e créditos a receber	3.483	1.274	176.900	105.044
Total	**3.674**	**1.443**	**1.532.586**	**1.397.192**

6.2.1 Créditos decorrentes do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Créditos a receber do FESA *(i)*	1.346.094	1.289.354
Valores recuperáveis *(ii)*	(131.819)	(120.398)
Outros créditos	–	11
Total	**1.214.276**	**1.168.967**

(i) É composto por créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. As seguradoras sempre atuaram como prestadoras de serviço, realizando a operação relativa ao seguro público, mediante recebimento mensal de taxa de administração, sem, contudo, assumir qualquer risco e incorporar a integralidade dos prêmios ao seu patrimônio. Entretanto, passaram a figurar no polo passivo de demandas judiciais com fundamento na apólice pública, em que os segurados buscavam indenização pelos danos físicos ao imóvel ou morte e invalidez permanente, suportando todos os ônus do passivo judicial. Dessa forma, a Cia. realiza a defesa dos interesses do Fundo em juízo e, em razão dessas demandas judiciais, é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS, uma vez que a Lei nº 12.409/2011, com nova redação dada pela Lei nº 13.000/2014, bem como a Resolução CCFCVS nº 364/2014 atribuíram expressamente ao FCVS a responsabilidade pelos direitos e obrigações do SH/SFH e pela cobertura direta aos contratos de financiamento habitacional averbados na extinta apólice SH/SFH, além de atribuir à CAIXA, na qualidade de Administradora do Fundo, a competência para representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da execução dos processos judiciais.

(ii) Representa a provisão para risco de crédito dos valores a receber do FCVS. Considerando que parte dos valores que a Companhia busca o ressarcimento são glosados pelo fundo, por diversos motivos, como por exemplo: (i) ausência de comprovação de vínculo; e (ii) ausência de documentos relacionados ao processo. A Companhia, após avaliar a natureza e motivo das glosas, avalia o ingresso de uma ação de cobrança, na esfera judicial, com objetivo de obter o ressarcimento daquilo que foi glosado e que, na sua avaliação, não tem substância ou argumento para tal. Diante deste cenário, a Companhia mensura uma provisão ao valor recuperável, por meio de metodologia específica, que é baseada em médias históricas da experiência da Companhia que considera: (i) percentual de glosa administrativa realizada diretamente pelo FCVS; e (ii) percentual de perda das ações judiciais de cobrança. Desta forma, a provisão corresponde à estimativa dos montantes que serão efetivamente glosados administrativamente, ponderado pelas recuperações das ações judiciais de cobrança.

6.2.2 Apresentamos a movimentação dos créditos a receber do FCVS:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**1.168.957**	**1.068.834**
Adições - Pagamentos realizados	88.645	149.014
Baixas - Por recebimentos	(31.905)	(45.399)
Recuperação ao valor recuperável	(11.421)	(3.492)
Saldo final	**1.214.276**	**1.168.957**

7. Depósitos judiciais e fiscais

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Natureza cível	63.645	58.983
Natureza trabalhista	19.079	17.473
Natureza fiscal - contingências	2.754	1.898
Natureza fiscal - obrigações legais	1.663.792	1.602.937
Total	**1.749.270**	**1.681.291**

8. Ativos de resseguro

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Sinistros a recuperar pendentes de pagamento	51.491	66.628
Sinistros pagos a recuperar	553	809
Prêmios de resseguro	16.321	18.723
IBNR	1.809	796
Outros	1.941	3.527
Total	**72.115**	**90.483**

9. Ativo fiscal corrente e diferido

9.1. Créditos tributários e previdenciários

A composição dos créditos tributários e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

a. Composição dos créditos tributários e previdenciários

31/12/2021

Controladora	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	Outros Tributos	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
Antecipações	430	–	1.188	–	–	–	1.618
A compensar	–	817	10.199	57.807	470	–	69.293
Adições temporárias	–	5.311	–	14.753	–	–	20.064
Base negativa/Prejuízo fiscal	–	7.594	–	21.048	–	–	28.642
Total	**430**	**13.722**	**11.387**	**93.608**	**470**	–	**119.617**

31/12/2020

Controladora	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	Outros Tributos	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
A compensar	1.900	–	106.411	–	470	–	108.781
Adições temporárias	–	4.422	–	12.284	–	–	16.706
Base negativa/Prejuízo fiscal	3.348	–	9.299	–	–	–	12.647
Total	**5.248**	**4.422**	**115.710**	**12.284**	**470**	–	**138.134**

31/12/2021

Consolidado	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	Outros Tributos	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
Antecipações	508	–	1.298	–	–	–	1.806
A compensar	6.722	5.939	27.866	122.467	6.285	9.141	178.420
Adições temporárias	–	354.384	–	597.098	–	–	951.482
Tributos diferidos - TVM	(1.283)	54.328	–	91.451	–	–	144.496
Base Negativa/Prejuízo fiscal	–	13.401	–	30.728	–	–	44.129
Outros créditos	–	388	–	647	–	–	1.035
Total	**5.947**	**428.440**	**29.164**	**842.391**	**6.285**	**9.141**	**1.321.368**

31/12/2020

Consolidado	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	Outros Tributos	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
Antecipações	1.669	–	2.737	–	–	–	4.406
A compensar	11.828	–	194.140	190	16.058	585	222.801
Adições temporárias	–	342.236	–	580.492	–	–	922.728
Tributos diferidos - TVM	–	(22.770)	(87)	(40.825)	–	–	(63.682)
Base Negativa/Prejuízo fiscal	3.348	–	9.299	–	–	–	12.647
Outros créditos	–	1.553	–	2.589	–	–	4.142
Total	**16.845**	**321.019**	**206.089**	**542.446**	**16.058**	**585**	**1.103.042**

continua

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

b. Expectativa de efetiva realização

						Controladora
	Diferenças Temporárias		Base negativa/Prejuízo fiscal		Total	
Ano de Realização	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2022	8.043	40%	28.642	100%	36.685	75%
2023	7.893	39%	–	0%	7.893	16%
2024	1.546	8%	–	0%	1.546	3%
2025	1.546	8%	–	0%	1.546	3%
2026	1	0%	–	0%	1	0%
A partir 2027	1.035	5%	–	0%	1.035	2%
Total	**20.064**	**100%**	**28.642**	**100%**	**48.706**	**100%**

										Consolidado
	Diferenças Temporárias		Ajustes TVM		Base negativa/Prejuízo fiscal		Outros		Total	
Ano de Realização	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2022	63.930	7%	3.288	2%	28.641	65%	1.035	100%	96.894	8%
2023	496.049	52%	33.298	23%	2.352	5%	–	0%	531.699	47%
2024	49.972	5%	47.259	33%	4.794	11%	–	0%	102.025	9%
2025	42.566	4%	58.588	41%	6.740	15%	–	0%	107.894	9%
2026	27.537	3%	1.997	1%	1.602	4%	–	0%	31.136	3%
A partir 2027	271.428	29%	66	0%	–	0%	–	0%	271.494	24%
Total	**951.482**	**100%**	**144.496**	**100%**	**44.129**	**100%**	**1.035**	**100%**	**1.141.142**	**100%**

c. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido

	Controladora 31/12/2021		Consolidado 31/12/2021	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Saldo inicial de Créditos/Débitos Tributários	**7.770**	**21.583**	**313.994**	**534.553**
Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias				
Contingências tributárias	–	–	3.263	5.439
Contingências cíveis	–	–	(3.744)	(6.544)
Contingências trabalhistas	–	–	(66)	6
Provisão para risco de crédito	–	–	5.631	8.300
Provisão para participações nos lucros	–	–	(491)	(809)
Operações de arrendamento - CPC 06	2	5	612	1.021
Outras provisões	887	2.464	(7.708)	(12.639)
Prejuízo fiscal e base negativa	4.246	11.749	10.054	21.428
Ágio incorporação	–	–	(1.165)	(1.942)
Tributos diferidos - TVM	–	–	100.840	171.110
Saldo Atual dos Créditos/Débitos Tributários	**12.905**	**35.801**	**421.218**	**719.924**
Efeito no resultado das constituições e realizações	(5.135)	(14.218)	(7.545)	(16.498)

9.2. Créditos fiscais não reconhecidos

Apresentamos a seguir os valores de créditos fiscais não reconhecidos no balanço patrimonial de controladas que não possuem expectativa de resultado futuro que absorva os referidos créditos:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Odonto Empresas	Caixa Saúde	Total	Odonto Empresas	Caixa Saúde	Total
Adições temporárias	22.312	57.986	**80.298**	22.610	57.188	**79.798**
Prejuízo fiscal	3.654	3.208	**6.862**	4.827	7.789	**12.616**
Total	**25.966**	**61.194**	**87.160**	**27.437**	**64.977**	**92.414**

10. Despesa de comercialização diferida (DCD)

10.1. Abertura por ramo/operação

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ramos	Despesas de comercialização diferidas	Despesas de comercialização diferidas
Vida em grupo	485	820
Assistência de bens em geral	1.141	1.980
Responsabilidade civil de veículos	1.603	1.071
Garantia segurada	3.921	4.348
Riscos de engenharia	991	1.669
Acidentes pessoais coletivos	1.495	2.951
Automóvel	5.155	5.029
Prestamista	780	422
Compreensivo residencial	62.570	123.547
Compreensivo empresarial	12.976	10.893
Consórcio	241.482	250.717
Demais ramos	26.898	46.222
Total	**359.497**	**449.669**

O prazo médio de diferimento em 31 de dezembro de 2021 era de 36 meses e 31 de dezembro de 2020 era de 49 meses.

11. Dividendos a receber

Os dividendos a receber registrados estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Caixa Seguros Participações Ltda.	195.704	402.944
Caixa Consórcios S.A. - Administradora de Consórcios	28.315	21.294
Total	**224.019**	**424.238**

12. Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos são formados preponderantemente pelas participações societárias de controladas e coligadas, conforme a seguir:

12.1. Participações societárias

a. Composição

Demonstramos a seguir a composição das participações societárias da Controladora:

31/12/2021	CNP Participações Securitárias Brasil	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros	Caixa Consórcios	Caixa Seguros Saúde	Caixa Seguros Participações em Saúde	Total
Capital social integralizado	1.265.000	15.600	105.000	192.000	146.750	
Patrimônio líquido societário individual	**2.644.651**	**39.215**	**286.942**	**131.447**	**23.038**	
Ajuste para fins de consolidação	–	–	159.378	–	–	
Patrimônio líquido individual do consolidado	**2.644.651**	**39.215**	**446.319**	**131.447**	**23.038**	
Lucro líquido do período	824.017	14.496	119.222	9.727	4.635	
Participação no capital social	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	
Quantidade de ações	**1.967.070.753**	**15.600.000**	**7.711.637**	**1.142.000.000**	**146.750.100**	
Equivalência patrimonial	824.017	14.496	119.222	9.727	5.090	972.552
Equivalência patrimonial - Ajuste de prática contábil	–	–	(6.095)	–	–	(6.095)
Equivalência patrimonial das Coligadas	–	–	–	–	–	36.734
Total da equivalência patrimonial	–	–	–	–	–	**1.003.191**
Total das participações societárias	**2.644.651**	**39.215**	**446.319**	**131.447**	**23.038**	**3.284.670**
Investimento em empresas não consolidadas						149.707
Agio + Aj vl mercado - Incorporação PREVISUL						(210)
Total das participações societárias						**3.434.167**

31/12/2020	CNP Participações Securitárias Brasil	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros	Caixa Consórcios	Caixa Seguros Saúde	Caixa Seguros Participações em Saúde	Total
Capital social integralizado	1.265.000	15.600	100.000	192.000	146.750	
Patrimônio líquido societário individual	**2.979.114**	**32.532**	**267.964**	**128.252**	**18.403**	
Ajuste para fins de consolidação	–	–	165.473	–	–	
Patrimônio líquido individual do consolidado	**2.979.114**	**32.532**	**433.437**	**128.252**	**18.403**	
Lucro líquido do exercício	1.696.608	8.225	89.658	53.930	3.589	
Participação no capital social	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	
Quantidade de ações	**1.743.070.753**	**15.600.000**	**7.711.637**	**1.142.000.000**	**146.750.100**	
Equivalência patrimonial societária individual	1.696.608	8.225	89.658	53.930	3.134	1.851.555
Equivalência patrimonial - Ajuste de prática contábil	–	–	21.709	(8.723)	–	12.986
Equivalência patrimonial das Coligadas	–	–	–	–	–	620.976
Total da equivalência patrimonial	–	–	–	–	–	**2.485.517**
Investimento em controladas	**2.979.114**	**32.532**	**433.437**	**128.252**	**18.403**	**3.591.738**
Investimento em empresas não consolidadas						148.855
Agio + Aj vl mercado - Incorporação PREVISUL						(211)
Redução ao valor recuperável - CNPX SAS						(455)
Total das participações societárias						**3.739.928**

b. Movimentação

Demonstramos a seguir a movimentação ocorrida nas participações societárias da Controladora:

31/12/2021	CNP Participações Securitárias Brasil	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros	Caixa Consórcios	Caixa Seguros Saúde	Caixa Seguros Participações em Saúde	Total
Saldo inicial dos investimentos	**2.979.114**	**32.532**	**433.437**	**128.252**	**18.403**	**3.591.738**
Equivalência patrimonial	824.017	14.497	119.222	9.727	4.635	972.098
Dividendos destacados ou recebidos	(837.191)	(7.814)	(91.315)	–	–	(936.320)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(321.289)	–	(8.930)	(6.532)	–	(336.751)
Ajuste de consolidação desp comerc diferidas	–	–	(6.095)	–	–	(6.095)
Saldo final dos investimentos	**2.644.651**	**39.215**	**446.319**	**131.447**	**23.038**	**3.284.670**
Investimento em empresas não consolidadas	–	–	–	–	–	149.497
Saldo total das participações acionárias	**2.644.651**	**39.215**	**446.319**	**131.447**	**23.038**	**3.434.167**

31/12/2020	CNP Participações Securitárias Brasil	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros	Caixa Consórcios	Caixa Seguros Saúde	Caixa Seguros Participações em Saúde	CNPX SAS	Total
Saldo inicial dos investimentos	**5.891.382**	**24.307**	**356.942**	**1.116.750**	**14.814**	**86.905**	**7.491.100**
Aumento/(Redução) de capital	(2.190.609)	–	–	(950.000)	–	(86.905)	(3.227.514)
Equivalência patrimonial	1.696.608	8.225	89.657	53.930	3.134	–	1.851.555
Dividendos destacados ou recebidos	(2.312.577)	–	(34.098)	–	–	–	(2.346.675)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(105.690)	–	(773)	(21.255)	–	–	(127.718)
Ajuste de consolidação créd. tributário	–	–	–	(71.173)	–	–	(71.173)
Ajuste de consolidação desp. comerc. diferidas	–	–	21.709	–	–	–	21.709
Saldo final dos investimentos	**2.979.114**	**32.532**	**433.437**	**128.252**	**17.948**	–	**3.591.284**
Investimento em empresas não consolidadas	–	–	–	–	–	–	148.644
Saldo total das participações acionárias	**2.979.114**	**32.532**	**433.437**	**128.252**	**17.948**	–	**3.739.928**

13. Imobilizado

	31/12/2021			31/12/2020		
Controladora	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Total	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Total
Equipamentos	247	(247)	–	247	(247)	–
Veículos	385	(51)	334	–	–	–
Ativo de direito de uso	1.187	(260)	927	–	–	–
Outros	3.822	(1.892)	1.930	3.829	(1.350)	2.479
Total	**5.641**	**(2.450)**	**3.191**	**4.076**	**(1.597)**	**2.479**

	31/12/2021			31/12/2020		
Consolidado	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Total	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Total
Terrenos	50.457	–	50.457	50.457	–	50.457
Terrenos e edificações	187.031	(55.218)	131.813	187.031	(45.674)	141.357
Equipamentos	18.311	(14.835)	3.476	17.892	(13.061)	4.831
Móveis, máquinas e utensílios	27.517	(17.604)	9.913	28.375	(15.653)	12.722
Veículos	6.009	(3.627)	2.382	6.222	(2.858)	3.364
Sistemas e aplicativos	786	(782)	4	786	(780)	6
Ativo de direito de uso	25.214	(8.305)	16.909	–	–	–
Outros	13.795	(4.912)	8.883	12.684	(3.279)	9.405
Total	**329.120**	**(105.283)**	**223.837**	**303.447**	**(81.305)**	**222.142**

a. Movimentação do imobilizado

Controladora	Saldo em 30/12/2020	Aquisições	Amortização/ depreciação do período	Vendas	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Veículos	–	385	(51)	–	–	334
Ativo de direito de uso	–	1.187	(260)	–	–	927
Outros	2.479	–	(546)	–	(3)	1.930
Total	**2.479**	**1.572**	**(857)**	**–**	**(3)**	**3.191**

Consolidado	Saldo em 30/12/2020	Aquisições	Amortização/ depreciação do período	Vendas	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Terrenos	50.457	–	–	–	–	50.457
Edificações	141.357	–	(9.544)	–	–	131.813
Equipamentos	4.831	693	(1.955)	–	(93)	3.476
Móveis, máquinas e utensílios	12.722	22	(2.551)	–	(280)	9.913
Veículos	3.364	592	(1.233)	(59)	(282)	2.382
Sistemas e aplicativos	6	–	(2)	–	–	4
Ativo de direito de uso	–	25.294	(8.305)	–	(80)	16.909
Outros	9.405	1.124	(1.637)	–	(9)	8.883
Total	**222.142**	**27.725**	**(25.227)**	**(59)**	**(744)**	**223.837**

b. Ativo de direito de uso

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.6), descontado a valor presente:

Controladora							
Direito de uso	Saldo em 01/01/2021	Novos contratos	Alterações/cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Imóveis	695	707	(216)	(260)	1.186	(260)	927
Total	**695**	**707**	**(216)**	**(260)**	**1.186**	**(260)**	**927**

Consolidado							
Direito de uso	Saldo em 01/01/2021	Novos contratos	Alterações/cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Imóveis	**8.523**	9.233	(3.584)	(3.343)	14.172	(3.343)	**10.830**
Máquinas e Equipamentos	**10.037**	1.005	–	(4.963)	11.041	(4.963)	**6.079**
Total	**18.560**	**10.238**	**(3.584)**	**(8.305)**	**25.214**	**(8.305)**	**16.909**

(*) Não são apresentados valores comparativos, haja vista que a adoção inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pela IFRS 16/CPC 06 (R2).

Controladora: A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando uma taxa de 31,49% a.a. em 31 de dezembro de 2021;

Consolidado: A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando uma taxa de 17,08% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

14. Passivos financeiros e de seguros

14.1. Composição

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para resgates	2.978.115	3.093.572
Provisão para sorteio	37.481	38.849
Outras provisões	16.142	13.323
Passivos financeiros	**3.031.738**	**3.145.744**
Provisão de prêmios não ganhos	781.554	901.542
Provisão de sinistros a liquidar administrativo	283.656	934.879
Provisão de sinistros a liquidar judicial	848.440	774.050
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	441.412	509.390
Provisão de despesas relacionadas	2.459	16.883
Outras provisões	93.094	118.247
Passivos de seguros	**2.450.615**	**3.254.991**
Total dos passivos financeiros e de seguros	**5.482.353**	**6.400.735**

14.2. Garantia das provisões técnicas

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros	3.031.738	3.145.744
Passivos de seguros	2.450.615	3.254.991
Total dos passivos financeiros e de seguros	**5.482.353**	**6.400.735**
Ajuste do TAP	**131.151**	**87.487**
Total das exclusões	**592.608**	**1.376.657**
Provisões técnicas - Resseguro	60.484	78.008
Direito creditórios	465.424	398.496
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	47.052	79.869
Depósitos Judiciais	19.648	15.039
Provisões do Consórcio DPVAT	–	805.245
Total a ser coberto	**4.889.745**	**5.024.078**
Total dos ativos garantidores:	**7.398.536**	**8.417.473**
Títulos da dívida pública	5.888.026	7.467.955
Letra Financeira	–	131.660
Quotas de outros fundos financeiros	1.510.510	817.858
Suficiência/(insuficiência) de cobertura	**2.508.791**	**3.393.395**

15. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

15.1. Sinistros brutos de resseguro *(i)*

Conciliação	31/12/2021
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	1.124.639
PSL Retrocessão	167
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	(3.070)
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	**1.121.736**

Data de Aviso	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	44.424	51.333	450.457	541.548	628.541	695.915	803.397	883.287	836.830	1.612.243	
1 ano depois	45.512	120.232	533.092	638.253	757.109	795.546	914.195	1.067.764	1.073.936	–	
2 anos depois	53.265	135.032	544.008	650.035	777.684	819.890	939.765	1.182.583	–	–	
3 anos depois	60.578	143.357	550.960	657.540	792.674	833.878	1.029.649	–	–	–	
4 anos depois	65.826	146.276	553.975	663.542	799.904	930.100	–	–	–	–	
5 anos depois	67.946	148.838	555.655	667.397	904.640	–	–	–	–	–	
6 anos depois	69.493	149.871	558.582	724.852	–	–	–	–	–	–	
7 anos depois	70.391	151.747	602.995	–	–	–	–	–	–	–	
8 anos depois	72.954	191.925	–	–	–	–	–	–	–	–	
9 anos depois	119.781	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Estimativa corrente	119.781	191.925	602.995	724.852	904.640	930.100	1.029.649	1.182.583	1.073.936	1.612.243	8.372.704
Pagamentos acumulados até a data-base	73.730	152.896	560.476	670.717	806.642	836.773	947.512	1.081.978	971.988	1.346.416	7.449.128
Passivo reconhecido no balanço	46.051	39.029	42.519	54.135	97.999	93.326	82.137	100.605	101.947	265.827	923.575
Passivo em relação a anos anteriores a 2012	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	168.967
PSL de Retrocessão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	39.338
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	73.186
Total do passivo incluso no balanço	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**1.124.639**

15.2. Sinistros líquidos de resseguro *(i)*

Conciliação	31/12/2021
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	1.075.439
PSL de resseguro referente a contratos na modalidade não-proporcional	1.524
PSL Retrocessão	167
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	(3.070)
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	**1.074.060**

Data de Aviso	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	40.760	48.295	449.711	540.443	627.774	694.903	800.356	878.657	827.317	1.602.822	
1 ano depois	42.192	117.163	532.347	637.211	755.404	792.664	901.474	997.242	1.050.205	–	
2 anos depois	49.798	131.875	543.255	648.923	775.559	816.164	924.685	1.083.488	–	–	
3 anos depois	56.905	140.059	550.190	656.443	789.167	828.020	1.010.513	–	–	–	
4 anos depois	62.242	142.909	552.217	661.306	796.030	911.460	–	–	–	–	
5 anos depois	64.340	145.730	553.484	665.157	891.355	–	–	–	–	–	
6 anos depois	66.061	146.694	556.411	720.429	–	–	–	–	–	–	
7 anos depois	66.810	148.570	600.652	–	–	–	–	–	–	–	
8 anos depois	69.373	187.837	–	–	–	–	–	–	–	–	
9 anos depois	115.993	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Estimativa corrente	115.993	187.837	600.652	720.429	891.355	911.460	1.010.513	1.083.488	1.050.205	1.602.822	8.174.754
Pagamentos acumulados até a data-base	70.150	149.719	558.304	668.477	802.633	828.010	930.728	986.654	954.577	1.339.428	7.288.680
Passivo reconhecido no balanço	45.843	38.117	42.348	51.952	88.723	83.450	79.785	96.834	95.628	263.394	886.074
Passivo em relação a anos anteriores a 2012	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	157.266
PSL de Retrocessão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7.037
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(7.239)
Ajuste Atuarial de PSL (IBNER)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	32.301
Total do passivo incluso no balanço	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.075.439

Notas:

(i) Os valores informados nos itens (15.1) e (15.2) não incluem despesas relacionadas com a regulação de sinistros administrativos ou judiciais, inclusive sucumbência;

(ii) Não foram considerados no desenvolvimento de sinistro os montantes relativos à Provisão de sinistro a liquidar das controladas Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. e Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.

16. Débitos de operações de seguro e resseguro

	Consolidado	
Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios a restituir	412.378	408.954
Operações com seguradoras	12.098	39.079
Operações com resseguradoras	104.648	57.109
Corretores de seguros e resseguros	(8.581)	6.444
Contas a pagar - DPVAT	–	14.435
Custos de comercialização a pagar	49.642	75.741
Comissão e juros sobre prêmios	(1.060)	(386)
Outros débitos	913	1.189
Total	**570.038**	**602.565**

17. Débitos de operações de capitalização

Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Comissões de corretagem a pagar	9.523	9.523
Custos de comercialização a pagar	114	1.027
Mensalidades a devolver	1.199	1.102
Total	**10.836**	**11.652**

continua

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

18. Débitos de outras operações

Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Comissões de corretagem a pagar	26.874	30.080
Custos de comercialização a pagar	2.488	3.838
Outros débitos	6.468	7.047
Total	**35.830**	**40.965**

19. Dividendos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CNP Assurances	116.160	21.935	116.160	21.935
Caixa Seguridade Participações S.A.	110.438	20.836	110.438	20.836
CNP Assurances Brasil Holding Ltda.	2.289	432	2.289	432
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	–	17	–	17
Icatu Capitalização S.A.	–	–	12.511	13.046
Total	**228.887**	**43.220**	**241.398**	**56.266**

20. Passivo fiscal corrente e diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRRF	229	533	20.184	6.584
ISS	7	–	1.687	1.914
IOF	–	–	43.008	40.841
INSS e FGTS	(56)	142	9.093	9.740
PIS, COFINS e CSLL retidos	510	17	1.891	2.085
IRPJ e CSLL	–	519	385.088	214.762
PIS e COFINS	370	365	24.300	18.111
Tributos sobre ajustes TVM	–	6.680	4	54.245
IRPJ e CSLL - PPA	–	–	1.322	1.722
Outros impostos e contribuições	10.308	8.450	75.527	83.453
Total	**11.368**	**16.706**	**562.104**	**433.457**

21. Passivo de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

Controladora	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	**794**	**(98)**	**695**
Apropriação de juros transcorridos	–	59	59
Constituições/reavaliações de contratos	768	(60)	708
Pagamentos	(289)	–	(289)
Outras/Baixas	(244)	20	(224)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.029**	**(80)**	**949**
Circulante	**412**	**(48)**	**365**
Não circulante	**616**	**(32)**	**584**

Consolidado	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	**20.108**	**(1.549)**	**18.560**
Apropriação de juros transcorridos	–	1.284	1.284
Constituições/reavaliações de contratos	10.825	(1.412)	9.413
Pagamentos	(8.974)	–	(8.974)
Outras/Baixas	(2.108)	200	(1.908)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**19.851**	**(1.477)**	**18.374**
Circulante	**8.336**	**(823)**	**7.512**
Não circulante	**11.516**	**(654)**	**10.862**

(*) Não são apresentados valores comparativos, haja vista que a adoção inicial da norma ocorreu em 1° de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pela IFRS 16/CPC 06 (R2).

Controladora: A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 6,35% a.a. em 31 de dezembro de 2021;

Consolidada: A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 6,00% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

22. Provisões para processos judiciais

22.1. Composição

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ações judiciais cíveis	641.118	627.060
Ações judiciais trabalhistas	24.184	24.160
Ações judiciais fiscais	1.392	2.075
Obrigações legais - fiscal	2.692.588	2.650.992
Outras Obrigações	2.453	3.761
Totais	**3.361.735**	**3.308.048**

Cíveis

As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente, a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente, de: (i) doenças pré-existentes; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) danos físicos ao imóvel por vício de construção e; (iv) falta de pagamento/devolução de prêmio.

Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida em 7.370 (2020 - 7.525) ações judiciais relacionadas ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH. O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei n° 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS. Em razão dessas demandas judiciais, a Companhia é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS. Desta forma, considerando os processos em que a companhia é requerida judicialmente, sem uma perspectiva efetiva de ser totalmente ressarcida pelo FCVS, a Administração entendeu ser adequado efetuar uma provisão para contingenciar parte dos valores que estão em discussão. A provisão é composta pela expectativa de desembolso futuro, líquida dos valores que a Companhia espera ser reembolsada administrativamente pelo fundo, e por fim, desse saldo desembolsado e não ressarcido, aplica-se um percentual estimado de perda das ações judiciais de cobrança. O montante provisionado corresponde a melhor estimativa do saldo líquido que será efetivamente desembolsado, mas que devem ter seu reembolso definitivamente glosado tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. A provisão constituída em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 422.534 (R$ 391.032 em 31 de dezembro de 2020).

Trabalhistas

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

Fiscais

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei n° 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - axa seguros). As empresas que estão discutindo a causa são as controladas Caixa Seguradora e Caixa Capitalização. Período de 02/1999 a 12/2014. Valor total provisionado R$ 1.114.858 (R$ 1.093.310 em 31 de dezembro de 2020);

(ii) Aumento da alíquota da CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. Período discutido a partir de 01/2009. A probabilidade de perda é provável. No entanto, temos uma decisão que negou provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário da Capitalização em razão do julgamento desfavorável da ADI n° 4101 e, com isso, não tendo mais como recorrer, optamos por desistir do processo. As empresas que estão discutindo a causa são as controladas Caixa Seguradora e Caixa Capitalização. Valor total provisionado R$ 1.542.749 (R$ 1.522.701 em 31 de dezembro de 2020);

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável e o processo encontra-se aguardando julgamento de Embargos de Declaração da Caixa Capitalização. Período de 09/2015 a 12/2018 - Valor total provisionado R$ 34.812 (R$ 34.812 em 31 de dezembro de 2020).

Além dos saldos acima, ainda temos discussões que foram integralmente provisionadas e recolhidas. Caso a decisão seja favorável, as Controladas obterão direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei n° 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - Axa seguros). As empresas que estão discutindo a causa são as controladas Caixa Seguradora e Caixa Capitalização. Período de 02/1999 a 07/2007. Valor discutido - R$ 234.429;

(ii) PIS e COFINS - Lei 12.973/14: não incidência de PIS/COFINS sobre receita do ativo garantidor a partir de 2015. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento de recurso da Caixa Seguradora. Valor discutido - R$ 148.517;

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável. Os autos encontram-se aguardando julgamento e aplicação da decisão do STF no processo da Caixa Seguradora. Período de 09/2015 a 12/2018. Valor discutido R$ 385.515;

(iv) Discussão COFINS da empresa PREVISUL que não se encontra provisionada pois além a probabilidade de perda ser remota temos uma decisão judicial favorável que reconhece a impossibilidade de revogação da isenção da COFINS prevista na Lei Complementar n° 70/91, art. 11, parágrafo único, pela Lei n° 9.718/98. Apesar da União ter apresentado agravo interno na Ação Rescisória, em 2021 foi publicado o acórdão que negou provimento ao agravo interno da União, confirmando a decisão monocrática da Relatora, que havia extinguido a Ação Rescisória n° 4596, com base na aplicação da Súmula n° 343 do STF. Os valores atualizados, incluindo multa e juros, relativos à isenção da COFINS, relativos ao período de maio de 1999 até 31 de dezembro de 2021, totalizam R$ 170.630. Parte substancial dos valores foram objeto de autos de infração por parte das autoridades fiscais;

(v) Mandado de Segurança -Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. Ação distribuída - antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito." O processo encontra-se parado aguardando a modulação do STF. Todas as empresas do grupo estão discutindo a causa. O valor total discutido é R$ 35.338.

22.2. Segregação em função da probabilidade de perda

Nos saldos demonstrados a seguir está incluído o valor de R$ 50.503 referente a ação de natureza fiscal com classificação de probabilidade de perda considerada possível, onde a Controladora é parte solidária:

Consolidado (31/12/2021)	Remota	Possível	Provável	Total
Ações judiciais cíveis	202.749	117.883	641.118	961.750
Ações judiciais trabalhistas	1.258	30.829	24.184	56.271
Ações judiciais fiscais	249.331	100.742	1.392	351.465
Obrigações legais - fiscal	–	1.115.027	1.577.561	2.692.588
Outras Obrigações	2.958	387	2.453	5.798
	456.296	**1.364.868**	**2.246.708**	**4.067.872**

Consolidado (31/12/2020)	Remota	Possível	Provável	Total
Ações judiciais cíveis	252.435	101.138	627.060	980.633
Ações judiciais trabalhistas	1.401	17.101	24.160	42.662
Ações judiciais fiscais	75.660	258.889	2.075	336.624
Obrigações legais - fiscal	–	1.128.282	1.522.710	2.650.992
Outras Obrigações	2.315	772	3.761	6.848
	331.811	**1.506.182**	**2.179.766**	**4.017.759**

22.3. Movimentação das ações judiciais

	Saldo 31/12/2020	Reversões	Baixas	Adições/atualizações monetárias	Saldo 31/12/2021
Natureza cível	**627.060**	(67.642)	(12.340)	94.040	**641.118**
Natureza trabalhista	**24.160**	(2.440)	(3.176)	5.640	**24.184**
Provisões judiciais fiscais	**2.075**	(51)	(383)	(249)	**1.392**
Obrigações legais - fiscais	**2.650.992**	(919)	–	42.515	**2.692.588**
Outras obrigações	**3.761**	(935)	(1.224)	851	**2.453**
Totais	**3.308.048**	**(71.987)**	**(17.123)**	**142.797**	**3.361.735**

23. Outros passivos

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	220	252	11.520	18.226
Honorários e remunerações a Pagar	298	1.640	58.363	65.434
CNP Assurances	27.322	21.439	27.322	21.439
Depósitos de terceiros *(i)*	–	–	193.337	165.116
Provisão de férias e 13° a pagar	1.014	858	20.356	17.901
Recursos não procurados de grupos encerrados	–	–	130.396	133.705
Contas a pagar despesas operacionais	–	–	30.548	70.382
Contas a pagar despesas administrativas	18.177	16.527	155.213	190.132
Passivo de arrendamento	949	–	18.374	–
Outras obrigações a pagar	221	254	21.304	33.651
Total	**48.201**	**40.970**	**666.733**	**715.986**

(i) Valores ainda em fase de identificação e aceitação do risco

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é representado por 4.726.868 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

24.2. Gestão do capital

A Gestão de capital é realizada de forma corporativa e busca assegurar que o Grupo mantenha uma sólida base de capital para fazer frente aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para isso, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas.

24.3. Reservas de lucros

a. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 173.427 (31 de dezembro de 2020 - R$ 125.240).

b. Reserva de retenção de lucros - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 1.176.490 (31 de dezembro de 2020 - R$ 1.811.617).

c. Reserva de Capital - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e poderá ser utilizada conforme os fins previstos na referida lei. O saldo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 era de R$ 16.210.

24.4. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente. Os montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	963.735	2.504.807
(–) Reserva Legal	(48.187)	(125.240)
Base de cálculo de dividendos	**915.548**	**2.379.567**
Dividendo mínimo - 25%	228.887	594.892
Juros sobre o capital próprio bruto	–	50.844
IR retido de juros sobre o capital próprio pagos	–	(7.623)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	–	43.220
Dividendos propostos	228.887	–
Dividendos e juros sobre o capital próprio líquido de IR	**228.887**	**43.220**

24.5. Juros sobre o capital próprio

A seguir apresentamos a demonstração de cálculo dos juros sobre o capital próprio:

	31/12/2020
Patrimônio líquido no início do ano	**8.756.451**
Ajustes na distribuição de dividendos	(532.048)
Parcela não realizada de TVM	(302.100)
Ajuste positivo de exercício anterior	17.974
Reserva de ágio	(16.212)
Realização de reserva de reavaliação tributada	1
Base de cálculo de JCP	**7.924.066**
Taxa de juros de longo prazo do período (TJLP)	4,84%
Máximo de juros sobre o capital próprio a ser provisionado	**383.525**
Juros sobre o capital próprio proposto	**50.843**
Imposto de renda retido na fonte	(7.623)
Juros sobre o capital próprio a pagar	**43.220**

25. Resultado operacional segregado por operação

Demonstramos abaixo a abertura do resultado operacional do Grupo, segregado por tipo de operação:

31/12/2021	Seguros	Capitalização	Consórcio	Saúde	Odonto	Outros	Total
Prêmios retidos	3.288.466	–	–	885	60.551	–	3.349.902
Variação das provisões técnicas	(1.503.014)	–	–	(7.837)	388	–	(1.510.463)
Resultado com títulos de capitalização	–	145.726	–	–	–	–	145.726
Despesas de comercialização	(208.650)	(26.984)	(213.825)	(24)	(11.643)	–	(461.126)
Receitas de contribuições e prêmios	247.440	–	–	–	–	–	247.440
Benefícios e sinistros	136.547	–	–	(5.624)	(21.023)	–	109.900
Receita líquida com título de capitalização	544	–	–	–	–	7.016	7.560
Despesa com títulos resgatados e sorteados	–	(39.699)	–	–	–	–	(39.699)
Receitas de outras operações	–	–	500.842	–	–	–	500.842
Operações de resseguros	(2.683)	–	–	–	–	–	(2.683)
Outras receitas e despesas operacionais	(312.271)	(5.127)	(5.581)	15.370	(1.343)	23.120	(285.832)
Margem operacional	**1.646.379**	**73.916**	**281.436**	**2.770**	**26.930**	**30.136**	**2.061.567**
Resultado administrativo	(403.629)	(52.042)	(131.095)	(4.420)	(22.009)	(143.773)	(756.968)
Resultado financeiro	135.530	150.778	22.019	11.075	1.068	33.252	353.722
Resultado patrimonial	(21.027)	(891)	(1.336)	–	–	91.138	67.884
Resultado operacional	**1.357.253**	**171.761**	**171.024**	**9.425**	**5.989**	**10.753**	**1.726.205**

31/12/2020	Seguros	Capitalização	Consórcio	Saúde	Odonto	Outros	Total
Prêmios retidos	4.471.841	–	–	1.430	66.991	–	4.540.262
Variação das provisões técnicas	(1.699.403)	–	–	7.682	(263)	–	(1.691.984)
Resultado com títulos de capitalização	–	228.332	–	–	–	–	228.332
Despesas de comercialização	(223.706)	(45.271)	(180.957)	4.799	(13.846)	–	(458.981)
Receitas de contribuições e prêmios	240.744	–	–	–	–	–	240.744
Benefícios e sinistros	597.916	–	–	(7.595)	(20.384)	–	569.937
Receita líquida título de capitalização	4.102	–	–	–	–	693	4.795
Despesa títulos resgatados e sorteados	–	(58.252)	–	–	–	–	(58.252)
Receitas de outras operações	(938.462)	–	514.693	–	–	–	(423.769)
Outras receitas e despesas	(647.292)	(20.498)	(44.360)	(13.723)	(1.634)	13.514	(713.993)
Margem operacional	**1.805.740**	**104.311**	**289.376**	**(7.407)**	**30.864**	**14.207**	**2.237.091**
Resultado administrativo	(565.599)	(61.228)	(132.974)	(4.803)	(25.345)	(81.541)	(871.490)
Resultado financeiro	262.450	139.404	13.989	92.067	(630)	71.844	579.124
Resultado patrimonial	(21.024)	(891)	(1.336)	–	–	41.536	18.285
Resultado operacional	**1.481.567**	**181.596**	**169.055**	**79.857**	**4.889**	**46.046**	**1.963.010**

26. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

Demonstramos abaixo a abertura dos principais grupos de contas do resultado:

26.1. Receitas da operação

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Seguros Pessoas e Danos	3.572.970	3.782.395
Operações de Capitalização	145.726	228.332
Operações de Consórcio	595.535	600.921
Operações de Saúde e Odonto	60.597	68.552
Outras operações	23.886	14.026
Total	**4.398.714**	**4.694.226**

26.2. Custos/Despesas da operação

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Seguros Pessoas e Danos	(1.927.135)	(1.984.978)
Operações de Capitalização	(63.340)	(115.005)
Operações de Consórcio	(314.099)	(311.545)
Operações de Saúde e Odonto	(31.806)	(45.095)
Outras operações	(767)	(512)
Total	**(2.337.147)**	**(2.457.135)**

26.3. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal próprio	(2.159)	(6.116)	(218.430)	(234.262)
Serviços de terceiros	(77.553)	(11.769)	(151.090)	(219.106)
Localização	(2.238)	(1.812)	(84.869)	(126.625)
Publicidade e propaganda	(3)	(5)	(55.271)	(45.310)
Outras despesas administrativas	(566)	(244)	(36.951)	(19.801)
Total	**(82.519)**	**(19.946)**	**(546.611)**	**(645.104)**

26.4. Despesas com tributos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IPTU e ISS	(350)	(723)	(15.889)	(907)
PIS/COFINS	(2.822)	(6.019)	(184.770)	(225.052)
Outras despesas com tributos	(767)	(1.812)	(9.698)	(427)
Total	**(3.939)**	**(8.554)**	**(210.357)**	**(226.386)**

26.5. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita com Título público de renda fixa	11.086	32.820	530.461	859.137
Despesa com Título público de renda fixa	–	–	221	(6.038)
Receita Título privado de renda fixa	–	–	8.181	34.190
Despesa Título privado de renda fixa	(2.342)	(6.265)	(2.337)	(18.947)
Receita com Fundos de investimento	25.811	67.298	162.048	11.598.662
Despesa Fundos de investimento	(8.312)	(27.854)	(83.555)	(11.385.484)
Encargos sobre impostos	–	–	(21.792)	(24.883)
Depósitos e fundos retidos	–	–	165	215
Receita das operações de seguros	–	–	11	(244.250)
Despesa das operações de seguros	–	–	(137.433)	(84.472)
Receita das operações de previdência	–	–	296	1.686.570
Despesa das operações de previdência	–	–	–	(1.686.418)
Despesa das operações de capitalização	–	–	(110.230)	(108.909)
Outras receitas financeiras	6.171	8.942	22.148	24.348
Outras despesas financeiras	(4.013)	(7.174)	(14.462)	(64.597)
Total	**28.401**	**67.767**	**353.722**	**579.124**

26.6. Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado de equivalência patrimonial	1.003.191	1.044.249	36.734	59.395
Receita de aluguel com imóveis de renda	–	–	33.278	32.469
Perda com ativos não correntes	(103)	7.914	(103)	(70.661)
Outros resultados patrimoniais	(645)	(645)	(2.025)	(2.918)
Total	**1.002.443**	**1.051.518**	**67.884**	**18.285**

26.7. Ganhos ou perdas com ativos não correntes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Redução ao valor recuperável *(i)*	–	(30.701)	(11.547)	(34.194)
Outras despesas não correntes *(ii)*	–	–	(31.502)	(66.535)
Outras despesas	(3)	–	(8.069)	(37.247)
Total	**(3)**	**(30.701)**	**(51.118)**	**(137.976)**

(i) Os valores de redução ao valor recuperável referem-se à reversão da provisão para perda de créditos a recuperar junto ao SH/SFH.
(ii) Substancialmente a constituição de provisão para riscos de demandas judiciais do SH/SFH, vide nota 22.1.

27. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

Controladora	31/12/2021		31/12/2020	
Descrição	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	944.383	944.383	2.501.352	2.501.352
(–) Juros sobre o capital próprio	–	–	(50.844)	(50.844)
(–) Resultado de equivalência patrimonial	(1.003.191)	(1.003.191)	(2.485.517)	(2.485.517)
(–) Outras variações	–	–	23.432	23.432
Base de cálculo	**(58.808)**	**(58.808)**	**(11.577)**	**(11.577)**
Taxa nominal do tributo	9,00%	25,00%	9,00%	25,00%
Tributos calculados à taxa nominal	**5.293**	**14.701**	**1.042**	**2.894**
Ajustes do lucro real	11.631	11.813	14.771	14.771
Ajustes temporários diferidos	(9.877)	(9.877)	(12.546)	(12.546)
Aproveitamento/Const. Prejuízo fiscal	–	–	(737)	(737)
Total ajustes do lucro real	**1.755**	**1.937**	**1.487**	**1.487**
Tributos sobre os ajustes	**(158)**	**(484)**	**(134)**	**(372)**
Incentivos fiscais	–	–	–	25
Despesa contabilizada	**5.135**	**14.217**	**908**	**2.547**
Taxa efetiva	**8,73%**	**24,18%**	**7,84%**	**22,00%**

continua

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

				Consolidado
		31/12/2021		31/12/2020
Descrição	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**
Resultado antes dos tributos e após participações	1.675.087	1.675.087	1.825.034	1.825.034
(–) Juros sobre o capital próprio	(96.000)	(96.000)	(50.844)	(50.844)
(–) Resultado de equivalência patrimonial	(1.774.968)	(1.774.968)	(4.185.859)	(4.185.859)
(–) Outras variações	(876)	(876)	(5.264)	(5.264)
Base de cálculo	**(196.757)**	**(196.757)**	**(2.416.933)**	**(2.416.933)**
Taxa nominal do tributo	9,00%	25,00%	9,00%	25,00%
Tributos calculados à taxa nominal	**(305.814)**	**(412.455)**	**(616.414)**	**(1.041.270)**
Ajustes do lucro real	(33.999)	(32.472)	339.280	338.960
Benefícios incentivados	(10.108)	(10.108)	32.892	32.892
Ajustes temporários diferidos	13.848	20.539	(308.302)	(308.302)
Prejuízo fiscal	–	–	(737)	(737)
Ajuste de exercício anterior	16.516	(8.825)	–	–
Efeito do diferencial de alíquota até jun/21	(198.011)	–	–	–
Total ajustes do lucro real	**(211.756)**	**(30.867)**	**63.133**	**62.813**
Tributos sobre os ajustes	**42.498**	**15.328**	**353.943**	**587.586**
Incentivos fiscais	–	2.948	–	5.978
Despesa contabilizada	**(263.316)**	**(394.180)**	**(262.471)**	**(447.706)**

28. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas ao Grupo: sua controladora CNP Assurances S.A., suas acionistas Caixa Seguridade Participações S.A., INSS - Instituto Nacional do Seguro Social e CNP Assurances Brasil Holding Ltda., suas Controladas e Coligada, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares.

O Grupo atua de forma integrada com suas controladas e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.

As movimentações decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

								Controladora
				31/12/2021				31/12/2020
	Ativos	**(Passivos)**	**Receitas**	**(Despesas)**	**Ativos**	**(Passivos)**	**Receitas**	**(Despesas)**
Disponibilidades:								
Caixa Econômica Federal	104	–	–	–	198	–	–	–
Dividendos								
Caixa Consórcios S.A.	28.315	–	–	–	21.294	–	–	–
CNP Assurances Latam Holding Ltda.	–	(2.289)	–	–	–	–	–	–
CNP Assurances	–	(116.160)	–	–	–	–	–	–
Caixa Seguridade Participações S.A.	–	(110.438)	–	–	–	–	–	–
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	195.704	–	–	–	402.944	–	–	–
Juros sobre capital próprio								
CNP Assurances Latam Holding Ltda.	–	–	–	–	–	(432)	–	–
CNP Assurances	–	–	–	–	–	(21.935)	–	–
Caixa Seguridade Participações S.A.	–	–	–	–	–	(20.836)	–	–
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	–	–	–	–	–	(17)	–	–
Contribuições para plano de previdência privada								
Caixa Vida e Previdência S.A.	–	–	–	(233)	–	–	–	(371)
Prestação de serviços e reembolsos:								
Caixa Seguradora S.A.	–	–	–	–	–	–	–	(32)
Caixa Consórcios S.A.	83	–	–	–	545	–	–	–
CNP Assurances	–	(27.322)	–	(6.114)	–	(21.439)	–	(6.403)
Caixa Seguros Saúde	–	–	–	–	218	–	–	–
Operações de seguros								
Caixa Seguradora S.A.	–	–	–	(1)	–	–	–	(1)
Remuneração do pessoal								
Remuneração e benefícios de curto prazo	–	–	–	(1.959)	–	–	–	(2.391)

								Consolidado
				31/12/2021				31/12/2020
	Ativos	**(Passivos)**	**Receitas**	**(Despesas)**	**Ativos**	**(Passivos)**	**Receitas**	**(Despesas)**
Disponibilidades:								
Caixa Econômica Federal	11.001	–	–	–	5.468	–	–	–
Dividendos								
CNP Assurances Latam Holding Ltda.	–	(2.289)	–	–	–	–	–	–
CNP Assurances	–	(116.160)	–	–	–	–	–	–
Caixa Seguridade Participações S.A.	–	(110.438)	–	–	–	–	–	–
Icatu Seguros S.A.	–	(12.511)	–	–	–	(13.046)	–	–
Juros sobre capital próprio								
Caixa Seguradora S.A.	81.600	–	–	–	–	–	–	–
CNP Assurances Latam Holding Ltda.	–	–	–	–	–	(432)	–	–
CNP Assurances	–	–	–	–	–	(21.935)	–	–
Caixa Seguridade Participações S.A.	–	–	–	–	–	(20.836)	–	–
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	–	–	–	–	–	(17)	–	–
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	–	(81.600)	–	–	–	–	–	–
Contribuições para plano de previdência privada								
Prestação de serviços e reembolsos: *(i)*								
CNP Holding do Brasil	1.624	–	–	–	132	–	–	–
CNP Assurances	–	(27.322)	–	(6.114)	–	(21.439)	–	(6.403)
Caixa Econômica Federal	–	(10.647)	–	(171.755)	–	(19.060)	–	(1.087.415)
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. *(ii)*	–	(300)	–	(143.297)	–	(9.641)	–	(942.374)
Operações de seguros								
Caixa Econômica Federal *(iii)*	105	(12.213)	6.200	(3.130)	105	(9.850)	631	(574)
Seguradora Líder - DPVAT	954	–	1.203	–	1.861	–	410	(1.279)
Remuneração do pessoal								
Remuneração e benefícios de curto prazo	–	–	–	(15.190)	–	–	–	(12.608)

(i) Compreendem as receitas e despesas relativas ao apoio administrativo prestado às ligadas, além da remuneração à Caixa Econômica Federal, decorrente do uso do balcão na comercialização dos produtos;
(ii) Despesas referentes ao comissionamento e incentivos às vendas;
(iii) Refere-se a contratos ativos de seguros contratados, sendo os valores apresentado os prêmios e sinistros dessas apólices.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

29. Plano de previdência patrocinado

Suas controladas são co-patrocinadoras de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL Previnvest). O Previnvest é um plano de previdência aberto que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado.

Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

No exercício findo de 2021, o Grupo efetuou contribuições no montante de R$ 17.206 (31 de dezembro de 2020 - R$ 19.608).

30. Impairment ativos não financeiros

Baixa de crédito tributário

Em junho de 2020, foi realizado a baixa da totalidade do crédito tributário da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A., em função da revisão de expectativa de rentabilidade futura, que permitiria a sua compensação, no montante de R$ 62.450.

31. Operações descontinuadas

Conforme mencionado na nota 1.1, em 30 de dezembro de 2020 foi concluída a operação de restruturação societária o que resultou na cisão do investimento da Caixa Vida e Previdência para constituição do novo grupo societário (Holding XS1 S.A.), o valor do acervo líquido cindido foi de R$ 1.874.320, que representou a totalidade da participação societária na Caixa Vida e Previdência.

A seguir apresentamos o resultado das operações descontinuadas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020:

Operações Descontinuadas	**31/12/2020**
Receitas da operação	30.742.582
Custos/despesas da operação	(28.313.393)
Margem operacional	**2.429.189**
Despesas administrativas	(189.399)
Despesas com tributos	(220.516)
Resultado financeiro	388.860
Resultado operacional	**2.408.134**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(3.866)
Resultado antes dos impostos e participações	**2.404.268**
Imposto de renda	(601.875)
Contribuição social	(361.125)
Lucro líquido das operações descontinuadas	**1.441.268**
Lucro por ação das operações descontinuadas	
Básico	304,91
Diluído	304,91

Os fluxos de caixas líquidos das operações descontinuadas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 eram:

	31/12/2020
Atividades operacionais	2.898.075
Atividades de investimentos	(3.346)
Atividades de financiamentos	(2.343.054)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**551.674**

32. Outras informações

a) Informações complementares - investigação Canal Seguro:

Em 26/11/2020, foi deflagrada uma nova fase da operação Descarte (13a) - Canal Seguro pela Polícia Federal ("Operação Canal Seguro"), que investiga um esquema pelo qual haveria a simulação e/ou superfaturamento de prestação de serviços para a Caixa Seguradora S.A., dentre outras empresas não pertencentes ao seu Grupo CNP Seguros Holding Brasil S.A.

É importante ressaltar que dentre as empresas do Grupo, somente a Caixa Seguradora S.A. foi mencionada nas peças do Inquérito Penal, instaurado para investigar os fatos relatados na Operação Canal Seguro.

Diante desse contexto, a Administração da CNP Seguros Holding Brasil S.A., determinou a constituição de um Comitê de Investigação e tomou várias medidas para lidar com a situação, como: criação de um Comitê de Crise; afastamento temporário das atividades dos profissionais que poderiam estar envolvidos no alegado esquema; contratação de empresas especializadas para assessoramento nesse processo, tendo sendo iniciado o processo de investigação interna conduzido pelo Comitê de Investigação constituído por auditor externo independente, escritório de advocacia especializado e um consultor independente.

Em 14/02/2022, o Relatório de Investigação, resultado da investigação conduzida pela Companhia, foi concluído e apresentado ao Presidente do Conselho de Administração, sem qualquer apontamento de violação de lei, bem como não foram identificados e apontados atos ou condutas ilícitas cometidas pela Companhia ou seus administradores anteriores ou atuais. Nesse contexto, frente à ausência de apontamento de violação de lei ou prática de atos ilícitos pela CNP Seguros Holding Brasil S.A. e/ou seus administradores, os trabalhos de investigação foram dados como concluídos e encerrados.

Conselho de Administração

Xavier Larnaudie-Eiffel - Presidente
Véronique Denise Andreé Weill
Hervé Remi Marcel Thoumyre
Stephane Dedeyan
Michel Patrick Dubernet
Marco Antônio da Silva Barros
Camila de Freitas Aichinger
Jair Luis Mahl
Asma Zidani Ep Baccar
Pedro Duarte Guimarães

Diretoria Executiva

Asma Zidani Ep Baccar
Diretora Presidente

Paulo Otavio Silva Câmara
Diretor de Operações Centralizadas

Eduardo Fabiano Alves da Silva
Diretor Financeiro

Contador

Marco Antonio Barbosa Pires
Contador - CRC DF 014151/O-6

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Comitê de Auditoria - Coaud é um órgão estatutário, instalado na CNP Seguros Holding Brasil S.A., líder do Conglomerado e com atuação sobre todas as subsidiárias do Grupo, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração da Holding. É composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de cinco anos.

Para o exercício de sua missão institucional, o Comitê realiza reuniões periódicas, de acordo com seu Planejamento Anual, aprovado pelo Conselho de Administração.

As atividades desenvolvidas no período estão registradas em atas, cobrem o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões com a participação da Diretora-Presidente e de Diretores Executivos do Grupo, dos Auditores Independentes, de representantes da Auditoria Interna, da Conformidade, do Controle de Riscos, da Governança Corporativa e da Ouvidoria. Referidas reuniões tiveram a agenda definida pelo Coaud e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.

Ao longo de 2021, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da administração, debatendo principais aspectos e detalhes do material com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as Demonstrações Financeiras de 31/12/2021 da CNP Seguros Holding Brasil S.A. e das seguintes controladas: Caixa Seguradora S.A., Caixa Capitalização S.A., Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios, Companhia de Seguros Previdência do Sul-Previsul, Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.. e Youse Seguradora S.A., também revisou as notas explicativas, o Relatório da Administração e os relatórios dos Auditores Independentes.

Conclusões:

Com base em suas avaliações ao longo do período e tendo presentes as atribuições e limitações inerentes ao seu escopo de atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

Não foram constadas evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 144 da Resolução CNSP n.º 321/15.

A auditoria contábil externa foi efetiva e realizou suas atividades de forma objetiva e independente. As informações fornecidas pela KPMG constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras.

A auditoria interna foi efetiva, concluiu o conjunto de trabalhos ajustados com o Coaud para o exercício e desempenhou suas funções com independência e objetividade.

O sistema de controles internos mostrou-se adequado e preparado para os desafios que o Grupo está enfrentando, em razão da reorganização societária e das reestruturações internas.

Não foram constatadas evidências de falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares pertinentes que possam colocar em risco a continuidade do negócio.

As práticas contábeis relevantes utilizadas pela CNP Seguros Holding Brasil S.A. e empresas controladas, na elaboração das demonstrações financeiras, estão alinhadas aos princípios fundamentais de contabilidade, à legislação societária brasileira e às demais normas aplicáveis.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022
Jefferson Moreira - Presidente do Comitê de Auditoria
João Decio Ames
Rogério Vergara

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
CNP Seguros Holding Brasil S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CNP Seguros Holding Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota explicativa 2.16, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo nessa data, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 23 de fevereiro de 2021, sem modificação. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA SEGURADORA S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia, uma das empresas mais rentáveis do mercado segurador, apresentou no último exercício uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 33,2%, encerrando o exercício com o lucro líquido de R$ 827,2 milhões. A Companhia registrou prêmios ganhos de R$ 3.449,1 milhões no exercício de 2021, já seu resultado financeiro foi de R$ 133,1 milhões.

Os ativos financeiros alcançaram o patamar de R$ 4.069,8 milhões e as provisões técnicas fecharam o exercício de 2021 em R$ 2.297,7 milhões, o que representa reduções de 11,3% e 2,1%, respectivamente, em relação aos saldos do ano de 2020.

O saldo do patrimônio líquido da Companhia ao final do exercício de 2021 foi de R$ 2.342,2 milhões, inferior ao valor de R$ 2.638,4 milhões alcançado em 2020, sendo essa redução justificada principalmente pela distribuição de dividendos e pela variação negativa da reserva latente de instrumentos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda.

Priorizando a continuidade de negócios, a Companhia continua administrando as apólices que foram assinadas antes da mudança societária. E o principal ramo nessa modalidade é o Seguro Habitacional, no qual a Companhia é líder absoluta, com quase 60% de participação de mercado.

Distribuição de Dividendos

A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Diante da atual capacidade financeira, os títulos classificados na categoria "até o vencimento", conforme Circular SUSEP nº 648/21, serão mantidos até o vencimento.

Com relação ao processo de apuração interna independente instaurada pelo Conselho de Administração de sua controladora para apuração das denúncias sobre a 13ª fase da Operação Descartes (denominada Canal Seguro), informamos que a investigação, conduzida pela Companhia, com o acompanhamento dos auditores independentes, foi concluída sem que fossem encontradas evidências de atos ilícitos na base de dados da Companhia.

Considerações Finais e Agradecimentos

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas, dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal.

Agradecemos também o apoio recebido da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), da CNSEG, dos corretores e, em especial, agradecemos os nossos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir uma relação ética e duradoura com nossos clientes.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		2.551.788	2.676.574
Disponível		9.648	3.898
Caixa e bancos		2.451	3.898
Equivalente de caixa		7.197	–
Aplicações	5	1.062.619	1.154.025
Créditos das operações com seguros e resseguros		775.090	827.188
Prêmios a receber	6.1	757.469	796.717
Operações com seguradoras		11.171	15.640
Operações com resseguradoras	7	6.450	14.831
Outros créditos operacionais	6.2	373.682	369.850
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	7	26.724	32.122
Títulos e créditos a receber	9	217.038	171.780
Títulos e créditos a receber	9.1	145.245	74.082
Créditos tributários e previdenciários	9.2	3.986	25.766
Outros créditos	9.3	67.807	71.932
Outros valores e bens	8	18.161	19.043
Bens a venda		14.869	15.476
Outros valores		3.292	3.567
Despesas antecipadas		12.418	12.280
Custos de aquisições diferidos	10	56.408	86.388
Seguros		56.408	86.388
NÃO CIRCULANTE		6.801.876	6.869.267
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.645.578	6.674.821
Aplicações	5	3.007.213	3.434.879
Créditos das operações com seguros e resseguros		188.624	113.541
Prêmios a receber	6.1	188.624	113.541
Outros créditos operacionais	6.2	503.082	503.082
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	7	41.198	54.421
Títulos e créditos a receber	9	2.759.993	2.504.836
Créditos tributários e previdenciários	9.2	987.010	828.208
Depósitos judiciais e fiscais	16	1.435.471	1.380.593
Outros créditos	6.2	337.512	296.035
Outros valores e bens	8	112.896	36
Custos de aquisição diferidos	10	32.572	64.026
Seguros		32.572	64.026
Investimentos		221	2.078
Participações societárias		–	1.851
Outros Investimentos		221	227
Imobilizado	2.8	18.802	22.941
Bens móveis		13.674	18.336
Outras imobilizações		5.128	4.605
Intangível	2.8	137.275	169.427
Outros intangíveis		137.275	169.427
TOTAL DO ATIVO		9.353.664	9.545.841

PASSIVO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		2.452.831	2.544.462
Contas a pagar	13	819.103	822.687
Obrigações a pagar	13.1	254.183	359.963
Impostos e encargos sociais a recolher		69.102	53.859
Encargos trabalhistas		16.718	13.050
Impostos e contribuições	13.2	316.236	179.748
Outras contas a pagar	13.3	162.864	216.067
Débitos de operações com seguros e resseguros	17	552.337	584.122
Prêmios a restituir	17.1	412.222	407.936
Operações com seguradoras		10.612	30.215
Operações com resseguradoras		67.517	31.726
Corretores de seguros e resseguros		10.770	29.324
Outros débitos operacionais	17.2	51.216	84.921
Depósitos de terceiros	15	166.680	140.805
Provisões técnicas - seguros	10.3	895.895	996.848
Danos		435.948	536.901
Pessoas		458.052	459.357
Vida individual		1.895	590
Outros débitos		18.816	–
Débitos diversos	14	18.816	–
NÃO CIRCULANTE		4.558.674	4.362.946
Contas a pagar	13	4	7.441
Tributos diferidos	13.4	4	7.441
Provisões técnicas - seguros	10.3	1.401.838	1.350.697
Danos		855.687	1.049.339
Pessoas		545.876	301.113
Vida individual		275	245
Outros débitos		3.059.491	3.004.808
Provisões judiciais	16	3.059.491	3.004.808
Débitos diversos	14	97.341	–
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	2.342.159	2.638.433
Capital social	18.1	1.081.350	1.081.350
Reservas de lucros	18.2	1.386.315	1.466.003
Ajuste de avaliação patrimonial		(125.506)	91.080
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.353.664	9.545.841

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	Exercício findo 31/12/2021	Exercício findo 31/12/2020
Prêmios emitidos		3.333.042	5.222.799
Variações das provisões técnicas de prêmios		116.098	(371.370)
Prêmios ganhos	25	3.449.140	4.851.429
Sinistros ocorridos	21.a	(1.329.213)	(1.328.894)
Custos de aquisição	21.b	(350.327)	(844.496)
Outras receitas e despesas operacionais	21.c	(76.491)	(262.471)
Resultado com resseguro		(55.230)	(19.989)
Receita com resseguro		11.228	25.201
Despesa com resseguro		(66.745)	(45.635)
Outros resultados com resseguro		287	445
Despesas administrativas	21.d	(231.793)	(437.495)
Despesas com tributos	21.e	(111.085)	(196.531)
Resultado financeiro	21.f	133.115	431.215
Resultado patrimonial		(897)	–
Resultado operacional		1.427.219	2.192.768
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	21.g	(50.266)	(111.999)
Resultado antes dos impostos e participações		1.376.953	2.080.769
Imposto de renda	22	(304.072)	(512.573)
Contribuição social	22	(215.883)	(308.839)
Participações sobre o resultado		(29.847)	(38.322)
Lucro líquido do exercício		827.151	1.221.035
Quantidade de ações		8.465.054	8.465.054
Lucro líquido por ação em R$		97,71	144,24

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Exercício findo 31/12/2021	Exercício findo 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	827.151	1.221.035
Outros lucros abrangentes	(216.586)	(106.887)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(368.414)	(186.891)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	151.828	80.004
Total dos lucros abrangentes para o exercício	610.565	1.114.148
Quantidade de ações	8.465.054	8.465.054
Lucro líquido por ação em R$	72,13	131,62

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Discriminação	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.410.000	2.644.485	197.967	–	4.252.452
Dividendos complementares: AGOE de 27.04.2020	–	(384.521)	–	–	(384.521)
Aprovação aumento de capital - Portaria SUSEP nº 392 de 12.06.2020	425.000	(425.000)	–	–	–
Redução de capital por cisão parcial - Ata AGE 01.07.2020	(753.650)	–	(133.713)	–	(887.363)
Dividendos intermediários: AGE de 03.09.2020	–	(800.000)	–	–	(800.000)
Títulos e valores mobiliários	–	–	26.826	–	26.826
Dividendos complementares: AGOE de 07.12.2020	–	(500.000)	–	–	(500.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.221.035	1.221.035
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	61.051	–	(61.051)	–
Reserva de lucros	–	869.988	–	(869.988)	–
Dividendos	–	–	–	(289.996)	(289.996)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.081.350	1.466.003	91.080	–	2.638.433
Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2021	–	(695.990)	–	–	(695.990)
Títulos e valores mobiliários	–	–	(216.586)	–	(216.586)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	827.151	827.151
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	41.358	–	(41.358)	–
Reserva de lucros	–	574.944	–	(574.944)	–
Dividendos e Juros sobre capital próprio	–	–	–	(210.849)	(210.849)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.081.350	1.386.315	(125.506)	–	2.342.159

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	827.151	1.221.035
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	79.369	67.972
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	4.760	31.548
Variação de juros em passivos de arrendamento IFRS 16	8.817	–
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	9.369	42.338
Custos de Aquisição Diferidos	61.434	(87.750)
Variação de Provisões Técnicas - Seguros	(116.858)	513.994
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	302.486	1.483.782
Créditos das operações de seguros e resseguros	(20.155)	(155.848)
Ativos de Resseguro	15.364	62.140
Créditos fiscais e previdenciários	21.778	2.984
Ativo fiscal diferido	(158.802)	(39.108)
Depósitos judiciais e fiscais	(54.878)	(235.835)
Despesas antecipadas	(137)	1.956
Custos de Aquisição Diferidos	–	(11.052)
Outros Ativos	(111.880)	(98.968)
Impostos e contribuições	501.615	741.241
Outras contas a pagar	(79.835)	88.870
Débitos de operações com seguros e resseguros	(24.177)	46.785
Depósitos de terceiros	25.875	(14.405)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	70.302	(499.105)
Provisões para contingências	54.683	239.100
Outros passivos	(12.734)	(3.795)
Caixa gerado pelas operações	1.403.547	3.397.879
Juros pagos	(23)	(17)
Juros recebidos	786	659
Imposto sobre o lucro pagos	(357.320)	(1.294.289)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.046.990	2.104.232
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento pela venda:	2.793	610
Investimentos	1.857	–
Imobilizado	76	234
Intangível	860	376
Pagamento pela compra:	(31.538)	(45.423)
Investimentos	–	(772)
Imobilizado	(2.014)	(4.215)
Intangível	(29.524)	(40.436)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(28.745)	(44.813)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(985.986)	(2.069.043)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	(26.509)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(1.012.495)	(2.069.043)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	5.750	(9.624)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.898	13.522
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.648	3.898

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Caixa Seguradora S.A., com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, doravante referida também como "Companhia", tem como controladora direta a CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances. Anteriormente atuava em parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA") na distribuição de produtos nas modalidades de seguros e de ramos elementares no âmbito do território nacional na rede de distribuição da CAIXA ("Balcão CAIXA").

A Companhia deixou de comercializar em 1 de julho de 2020 os produtos do ramo de vida e prestamista, e em meados de fevereiro de 2021 cessou as vendas dos produtos do ramo habitacional, de acordo com a reestruturação da rede de distribuição da CAIXA, conforme explicado no item 1.1. Ainda assim, a Companhia auferirá receita até o fim da vigência do estoque dos contratos já firmados.

Além disso, a Companhia continuará comercializando os produtos dos ramos de automóvel e empresarial no Balcão CAIXA e estuda novas parcerias para distribuição dos seus produtos.

1.1. Cisão da carteira Vida e Prestamista

A Caixa Seguridade S.A., em continuidade ao processo competitivo para reestruturação de sua operação de seguros, firmou em 29 de agosto de 2018, o acordo com a CNP Assurances, acionista controladora da CNP Seguros Holding Brasil S.A., para a formação de um novo grupo societário (Holding XS1 S.A.) que explorará, até fevereiro de 2041, os ramos de seguros de vida e prestamista e os produtos de previdência na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA"). Em 19 de setembro de 2019 foi assinado aditivo ao referido acordo, estendendo o prazo da parceria até 2046, sendo que todos os trâmites operacionais e legais foram concluídos em 30 de dezembro de 2020.

A seguir as restruturações ocorridas que possibilitaram a implementação do referido acordo:

No dia 01 de julho de 2020 foi realizada a cisão parcial da Caixa Seguradora S.A. para a Caixa Vida e Previdência S.A., tendo como objeto de acervo cindido, os ativos e passivos vinculados às carteiras dos segmentos de vida e prestamista. Tendo em vista que essa operação é uma operação interna entre as controladas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., a mesma foi realizada a valores contábeis e não provocou nenhum impacto para os clientes dessas carteiras.

O valor do acervo líquido cindido, conforme o laudo de avaliação, foi de R$ 887.362. A seguir apresentamos um resumo do acervo transferido no dia 1 de julho de 2020:

Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido	
Circulante	1.408.119	**Circulante**	1.938.875
Aplicações	677.860	Contas a pagar	11.628
Créditos das operações	199.551	Débitos de operações	40.478
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	3.953	Provisões técnicas	1.886.769
Títulos e créditos a receber	12.176	**Passivo não Circulante**	3.016.594
Custos de aquisições diferidos	514.579	Contas a pagar	100.010
Ativo não Circulante	4.434.712	Provisões técnicas	2.858.072
Aplicações	3.240.372	Outros débitos	58.512
Títulos e créditos a receber	100.648	**Patrimônio Líquido**	887.362
Custos de aquisição diferidos	1.081.775	Capital social	753.650
Intangível	11.918	Ajuste de avaliação patrimonial	133.713
TOTAL DO ATIVO	5.842.831	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	5.842.831

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 que entrou em vigor em 3 de janeiro de 2022), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP".

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações contábeis preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2022.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e bancos

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são valorados pelo valor investido acrescido dos rendimentos incorridos até a data-base do balanço. Os títulos sujeitos à negociação (valor justo por meio do resultado), antes de seu vencimento, têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "valor justo por meio do resultado") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponíveis para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pela Companhia para o administrador do fundo, nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perda.

b. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber, ativos de resseguro e outros créditos operacionais (créditos do SFH). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado e são avaliados por *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

2.4.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

b. Ações: com base nas cotações de preço médio divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no último pregão em que foram negociadas.

c. Dívida privada emitida por empresas ou por instituições financeiras: debêntures, certificado de depósitos bancários, cédula de certificado bancário e letras financeiras, com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor.

d. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

e. Instrumentos financeiros derivativos: reconhecidos inicialmente pelo valor justo com os custos de transação incorridos no resultado do período, sendo classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.4.3. Instrumentos financeiros derivativos

A política de utilização de instrumentos derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente. As operações objetivam a compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros.

A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pelo gestor de risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos.

2.5. Impairment

***2.5.1. Impairment* de ativos financeiros**

a. Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

continua

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
• Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
• Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
• O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.
A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.
• A redução ao valor recuperável sobre operações de seguros é constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos e que leva em consideração os prêmios vencidos há mais de 60 dias, líquidos de recuperações e cessões, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;
• Para os valores a recuperar de resseguro é constituído uma provisão para perda, caso a recuperação não ocorra em até 180 dias.
• Para cálculo da provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS a Companhia adota metodologia específica que está descrita na nota 6.1.2;
• Demais operações: Constituída através de análises individualizadas e em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.
Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

b. Ativos classificados como disponível para venda
A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.
No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.
Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

***2.5.2. Impairment* de ativos não financeiros**
Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6. Ativos relacionados a resseguros
A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da transferência de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.

2.7. Outros valores e bens
2.7.1. Bens a venda - Salvados
Salvados a venda são estoques constituídos através de recuperações, oriundas das indenizações integrais aos segurados.
Salvados estimados são calculados através de técnicas estatísticas e atuariais especificadas em nota técnica atuarial, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros, de um determinado histórico. Registra-se esse ativo no grupo de "Outros valores e bens" conforme Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021).

2.8. Imobilizado e intangível
O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática e veículos - 20% a.a..
O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada é de 20% a.a..

2.9. Provisões técnicas
As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.
A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos ativos de contratos emitidos até a data do fechamento relativo ao balanço. A Administração constitui, adicionalmente, a parcela relativa aos Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (RVNE) da PPNG, obtida através do valor médio observado dos prêmios emitidos com atraso nos últimos 12 meses, a metodologia está em Nota Técnica Atuarial.
A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores que as áreas operacionais e jurídicas estimam serem necessários para arcar com os pagamentos futuros de indenização dos sinistros já avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os sinistros judiciais, a provisão é calculada através da probabilidade de pagamento do sinistro por provável, possível, remota, a metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuarial.
A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos, mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço, que é estimada pelo método *Chain Ladder* com observações de 4 trimestres para o grupo Patrimonial, observações de 16 trimestres para o Habitacional (Morte e Invalidez por Acidente), observações de 8 trimestres para o Automóvel, observações de 12 trimestres para o Crédito, com observações de 20 trimestres para o Habitacional (Danos Físicos) e 24 trimestres para Habitacional (Fora do SFH), a metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuarial.
A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. A estimativa da provisão é obtida através da relação entre despesas avisadas e sinistros avisados, a metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuarial.
A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP).

2.9.1. Tábuas
No quadro a seguir apresentamos o conjunto das tábuas e taxas de carregamento dos principais produtos comercializados pela Companhia em 31 de dezembro de 2021:

Ramo	Produto	Tábua	Taxas de Carregamento
14	SEGURO LAR+		Corretagem: de 0,01% a 1,0% Estipulante: de 0,01% a 30% Prolabore: de 15% a 30% Despesas Administrativas: de 15% a 36%
18	MULTIRISCO LOTÉRICO		Corretagem: de 0,00% a 40,00% Despesas Administrativas e Margem de Lucro: de 0,00% a 100,00%
51	MULTIRISCO LOTÉRICO		Corretagem: de 0,00% a 40,00% Despesas Administrativas e Margem de Lucro: de 0,00% a 100,00%
20	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
31	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
42	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
53	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
61	SBPE 2013 - MIP	AT 2000 M	Corretagem: de 0,01% a 14,50% Despesas Administrativas: de 1,00% a 18,00% Margem de Lucro: de 1,00% a 17,50%
65	SBPE 2013 - DFI		Corretagem: de 0,01% a 14,50% Despesas Administrativas: de 1,00% a 18,00% Margem de Lucro: de 1,00% a 17,50%
71	RD - EQUIP. ARREND. E CEDIDOS A TERCEIROS		Despesas Administrativas: de 5,00% a 30,00% Margem de Lucro: de 0,50% a 10,00% Corretagem: de 0,10% a 30,00%
14	COMPREENSIVO RESIDENCIAL APORTE CAIXA		Corretagem: de 0,01% a 1,0% Estipulante: de 0,01% a 30% Prolabore: de 15% a 30% Despesas Administrativas: de 15% a 36%
71	RD - EQUIP. ARREND. E CEDIDOS A TERCEIROS		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 5,00% a 30,00% Margem de Lucro: de 0,50% a 10,00%
20	AUTO CONSÓRCIO/FINANCIAMENTO AUTO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
31	AUTO CONSÓRCIO/FINANCIAMENTO AUTO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
42	AUTO CONSÓRCIO/FINANCIAMENTO AUTO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
53	AUTO CONSÓRCIO/FINANCIAMENTO AUTO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
61	SBPE 2011 - MIP	AT 2000 M	Corretagem: de 0,01% a 16,50% Despesas Administrativas: de 1,00% a 32,50% Margem de Lucro: de 1,00% a 20,00% Agenciamento: de 0,01% a 100,00%
65	SBPE 2011 - DFI		Corretagem: de 0,01% a 16,50% Despesas Administrativas: de 1,00% a 32,50% Margem de Lucro: de 1,00% a 20,00% Agenciamento: de 0,01% a 100,00%

2.10. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros
2.10.1. Passivos de contratos de seguros
Os contratos que transferem risco significativo de seguro para Companhia são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. A Companhia utilizou as regras do CPC 11, quando não contrarie as regras da SUSEP e CNSP para avaliação destes contratos. Com isso, a Companhia aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem, principalmente: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro (TAP); ii) processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro ou contratos de investimento; e iii) identificação de derivativos embutidos.

2.10.2. Custos de aquisição diferidos
Os custos de aquisição diferidos são compostos por gastos que possuem uma relação direta e incremental com à emissão ou renovação de contratos de seguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais custos de aquisição que não possuam essa relação direta e incremental são registrados como despesa, conforme incorridos. Para os custo diferidos, a amortização é realizada segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de expiração do risco e seu prazo médio de diferimento em 2021 foi de 27 meses.

2.10.3. Teste de adequação dos passivos (TAP)
O Estudo atuarial contendo o TAP foi assinado pelo Atuário Técnico Responsável e pelo Diretor Técnico e está disponível na sede da Companhia para o órgão regulador e demais fiscalizações. A Companhia efetuou um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.
Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) definidas pela SUSEP, conforme determina a legislação. No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida, conforme abaixo:
a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices, conforme rol divulgado pela SUSEP;
b) Sinistralidade: para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de mortalidade em suas projeções, foram utilizadas as tábuas BR-EMS 2021; para sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de invalidez, foi utilizada a tábua Álvaro Vindas; para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que não utilizem tábuas biométricas e foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado, de cada produto que compõe o estudo. Para projeção por grupo foi utilizada a sinistralidade abaixo:
• Automóvel: 61,5%;
• Patrimonial: 25,3%;
• Pessoas: 20,5% para os produtos que não se aplicam tábua, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez;
• Habitacional: 3,9% cobertura de danos físicos ao imóvel, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez.
c) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de ativos observados de cada grupo que compõe o estudo;
d) Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro.
Como conclusão dos testes realizados não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para a data-base de 31 de dezembro de 2021.

2.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.
A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.12. Apuração do resultado
Os prêmios de seguro, cosseguro aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização, são registrados quando da emissão das apólices ou do recebimento para os produtos de risco, o que ocorrer primeiro, em linha com a Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP 648/21, a partir de 03 de janeiro de 2022), com base em estimativas dos prêmios relativos a operações nas quais o risco coberto só é conhecido após o início do período de cobertura. A referida Circular alterou a prática contábil reconhecendo como receita os prêmios pagos antes da emissão, anteriormente registrados em conta de compensação.
As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.
A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado até o mês de junho de 2021 e em decorrência da Medida Provisória 1.034/2021, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSLL das pessoas jurídicas de seguros privados para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social referente ao lucro ajustado desse período foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.183, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2021 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.
As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

2.14. Dentre as políticas contábeis adotadas em 2021, considera-se:
Adoção inicial da IFRS 16/ CPC 06 (R2)
A adoção ao normativo IFRS 16/CPC 06 (R2) consiste no reconhecimento pelo valor presente de contratos de arrendamentos com prazos superiores a 12 meses e com valores substanciais para os arrendatários. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo. Anteriormente, a Companhia registrava seus aluguéis como despesa do período. Os ativos de direito de uso (em grande parte aluguéis de imóveis) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado de acordo com taxa incremental de financiamento.

Definição de arrendamento
Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.
Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.
As notas explicativas nº 8.5 e nº 14 apresentam as novas informações e abertura dos saldos conforme exigência da norma.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17
Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17.
Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:
Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.
A norma foi referendada pela SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, gerando impactos no balanço da Companhia a partir de 1/1/2021.

2.15. Novas normas e interpretações ainda não adotadas
As novas normas e interpretações emitidas e não adotadas, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:
IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.
Para empresas não reguladas pela SUSEP, o CPC 48/IFRS 9 entrou em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, e será adotado pela Companhia quando a SUSEP aprovar este pronunciamento.
A Companhia já iniciou os estudos de classificação, mensuração e cálculo de perda esperada de seus ativos financeiros. Os estudos incluem a definição dos modelos de negócios, teste de SPPI (sigla em inglês para somente pagamento de principal e juros) e cálculo do ECL (sigla em inglês para expectativa de perda esperada). A companhia não tem intenção de contabilizar hedge em função da adoção da norma do IFRS 09.
IFRS 17 - Contratos de Seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro, norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4/CPC 11 - Contratos de Seguro emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contratos de seguros (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4/CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.
Em março de 2020, o IASB emitiu uma emenda à IFRS 17, que prorrogou a data de entrada em vigor da norma, que passará a ser para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, para empresas não reguladas pela SUSEP, sendo que a Companhia adotará essa norma somente quando a SUSEP efetivamente aprová-la.
Os principais modelos de mensuração dos passivos de contratos de seguros estabelecidos pela norma são o *Building Block Approach* (BBA), que é o modelo padrão, e o *Premium Allocation Approach* (PAA), que é o modelo simplificado de mensuração que pode ser adotado caso sejam atendidos alguns critérios como por exemplo, os limites dos contratos não excedem 12 meses da data de emissão. Adicionalmente há a abordagem de *Variable Fee Approach* (VFA) que não é opcional e sim obrigatório se forem atendidos os requisitos da norma, ele considera o impacto da participação do segurado no resultado financeiro de determinados ativos. Também, segundo a norma, os contratos considerados como onerosos na sua emissão, terão o valor total da perda mensurada reconhecido no resultado na data de reconhecimento inicial.
Como ponto de partida, antes de definir o modelo de mensuração, a Companhia deve avaliar o nível de agregação dos contratos, bem como se há componentes contidos nesses contratos que não se caracterizem como seguros e, portanto, deveriam ser mensurados de acordo com outra norma (por exemplo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros ou CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes).
A Companhia está em fase de implementação sendo os principais destaques, no momento:
- Agrupamento - Os portfólios IFRS 17 foram estabelecidos considerando riscos homogêneos gerenciados em conjunto. Sob essa premissa entre as duas entidades subsidiarias teremos a princípio oito portfólios. Para cada portfólio teremos os valores dos passivos separados por safra e por carimbo de rentabilidade, que é o nível de granularidade exigido pela norma.
- Modelos de mensuração - Os portfólios de seguros (vida, prestamista etc.) serão classificados no modelo BBA (*Building Block Approach*).
- A data de transição será 31 de dezembro de 2021 e em 1º de janeiro de 2022 será feito o balanço de abertura para poder ter, no ano 2023, o comparativo com 2022. A metodologia para boa parte do perímetro será MRA (*Modified Retrospective Approach*);
- Foram feitos exercícios de simulação tanto da transição como de fechamento contábil com o intuito de testar ferramentas, processos e dados e que servem como referência para os desenvolvimentos da implementação que continua em curso.

2.16. Reapresentação de saldos comparativos
Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentados, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de:
(i) compensação de ativos e passivos correntes e diferidos, conforme CPC 32.
(ii) reclassificação entre circulante e não circulante da provisão de sinistros a liquidar judicial.
Os impactos dessas reclassificações no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados abaixo:

	Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2020	Reclassificação	Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2020
Circulante	**3.340.615**	**(664.041)**	**2.676.574**
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas (ii)	81.120	(48.998)	32.122
Créditos tributários e previdenciários (i)	640.809	(615.043)	25.766
Outros	2.618.686	–	2.618.686
Não Circulante	**6.880.990**	**(11.723)**	**6.869.267**
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas (ii)	5.423	48.998	54.421
Créditos tributários e previdenciários (i)	888.929	(60.721)	828.208
Outros	5.986.638	–	5.986.638
Total do Ativo	**10.221.605**	**(675.764)**	**9.545.841**
Circulante	**4.058.844**	**(1.514.382)**	**2.544.462**
Impostos e contribuições (i)	794.792	(615.044)	179.748
Provisões técnicas - seguros (ii)	1.896.186	(899.338)	996.848
Outros	1.367.866	–	1.367.866
Não Circulante	**3.524.327**	**838.619**	**4.362.946**
Tributos diferidos (i)	68.161	(60.720)	7.441
Provisões técnicas - seguros (ii)	451.358	899.339	1.350.697
Outros	3.004.808	–	3.004.808
Patrimônio Líquido	**2.638.433**	**–**	**2.638.433**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**10.221.604**	**(675.763)**	**9.545.841**

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.
Nota 2.10.1 - Classificação dos contratos de seguro;
Notas 2.9, 2.10.3 e 10.3 - Provisões técnicas, teste de adequação dos passivos;
Nota 5 - Aplicações; e
Notas 6.2.1 e 16 - Outros créditos operacionais- valores recuperáveis e Provisões judiciais.

4. Gerenciamento de riscos
A implementação do Acordo de Basiléia II, nas diretrizes formuladas *pela European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 521, de 24/11/2015 e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos *(Chief Risk Officer)*, independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.
A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar de valor.
O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.
A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.
As principais responsabilidades da DIRRIS são:
• Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
• Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
• Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
• Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
• Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency* II e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
• Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
• Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.
No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.
Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comitês d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.
A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.
Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Riscos de seguro
O Risco de Seguro é o risco preexistente, transferido do segurado para a seguradora, ou seja, é o risco que a seguradora aceita do segurado em troca de um prêmio.
O gerenciamento de capital visa assegurar que a Companhia mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características da empresa.

continua

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

O quadro a seguir demonstra a concentração de risco por região e por ramo baseado nos prêmios ganhos no exercício:

a. Bruto de resseguro

						31/12/2021
Região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**
Vida individual	1.343	716	195	4.536	1.191	7.981
Habitacional fora do SFH	299.116	462.596	100.163	1.288.066	511.726	2.661.667
Riscos de engenharia	660	3.761	1.055	4.873	2.064	12.413
Acidentes pessoais	87	50	18	335	92	582
Automóvel	43.987	38.544	7.800	125.564	43.838	259.733
Compreensivo residencial	25.766	47.878	12.541	159.961	80.369	326.515
Compreensivo empresarial	13.183	25.426	8.101	39.370	18.736	104.816
Demais ramos	15.273	9.984	2.046	32.484	15.646	75.433
Total	**399.415**	**588.955**	**131.919**	**1.655.189**	**673.662**	**3.449.140**

						31/12/2020
Região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**
Vida em Grupo	564.331	178.090	52.651	386.471	207.391	1.388.934
Vida individual	1.242	653	153	4.255	1.043	7.346
Habitacional fora do SFH	304.947	436.170	93.691	1.261.948	494.116	2.590.872
Riscos de engenharia	1.428	3.440	863	6.703	2.142	14.576
Acidentes pessoais	4.479	6.290	1.752	16.053	9.113	37.687
Automóvel	51.948	49.282	9.061	144.184	51.998	306.473
Compreensivo residencial	35.461	57.825	16.083	148.700	84.802	342.871
Compreensivo empresarial	17.799	30.093	9.752	57.706	27.580	142.930
Demais ramos	4.583	530	(362)	10.724	4.265	19.740
Total	**986.218**	**762.373**	**183.644**	**2.036.744**	**882.450**	**4.851.429**

b. Líquido de resseguro

						31/12/2021
Região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**
Vida individual	1.332	711	194	4.500	1.182	7.919
Habitacional fora do SFH	297.390	459.925	99.585	1.280.630	508.771	2.646.301
Riscos de engenharia	603	3.439	964	4.456	1.887	11.349
Acidentes pessoais	87	50	18	335	92	582
Automóvel	43.877	38.448	7.781	125.250	43.728	259.084
Compreensivo residencial	25.025	46.501	12.181	155.362	78.058	317.127
Compreensivo empresarial	12.619	24.337	7.754	37.684	17.933	100.327
Demais ramos	13.955	9.123	1.870	29.683	14.297	68.928
Total	**394.888**	**582.534**	**130.347**	**1.637.900**	**665.948**	**3.411.617**

						31/12/2020
Região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**
Vida em Grupo	561.414	177.170	52.378	384.474	206.319	1.381.755
Vida individual	1.242	653	153	4.255	1.043	7.346
Habitacional fora do SFH	302.539	432.726	92.951	1.251.984	490.214	2.570.414
Riscos de engenharia	1.387	3.342	838	6.512	2.081	14.160
Acidentes pessoais	4.479	6.290	1.752	16.053	9.113	37.687
Automóvel	51.890	49.227	9.051	144.022	51.940	306.130
Compreensivo residencial	35.265	57.505	15.994	147.876	84.332	340.972
Compreensivo empresarial	16.802	28.407	9.206	54.474	26.035	134.924
Demais ramos	3.095	357	(245)	7.243	2.881	13.331
Total	**978.113**	**755.677**	**182.078**	**2.016.893**	**873.958**	**4.806.719**

4.1.1. Controle do risco de seguro

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, o qual inclui funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A CNP Seguros conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

4.1.2. Estratégia de subscrição

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela Alta Administração na forma de apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos da Companhia.

4.1.3. Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da CNP Seguros Holding Brasil é baseada numa estrutura central de contratos por risco e catastróficos que se aplicam de forma corporativa a riscos de diversas carteiras, sendo segregados principalmente em Vida e Não-Vida. Ao redor dessa estrutura central, contratos de menor porte são direcionados à cobertura de riscos específicos, negociados caso a caso. Qualquer que
seja o tipo de contrato, o atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência. O programa de resseguro reflete a posição estratégica estabelecida pelo Comitê de Governança de Riscos, priorizando a retenção de prêmios pela seguradora. Há casos, também, em que a parceria com um ou mais resseguradores se destina mormente à aquisição de conhecimento e sua correspondente solidificação dentro do Grupo.

O Grupo adota uma postura bastante prudente e conservadora na linha dos chamados riscos especiais, onde não atua como líder. Os riscos especiais abrangem os segmentos de seguros Rurais, Garantia, Riscos de Engenharia Grupo II, Responsabilidade Civil, Riscos Operacionais e Nomeados, Transportes, Valores, Obras de Arte, Cascos (*Aviation e Marine*) ou, de modo geral, todo e qualquer risco ou atividade excluídos dos contratos de resseguro corporativos, de modo a resguardar a seguradora não somente no aspecto financeiro, mas também quanto ao risco de imagem.

O quadro a seguir apresenta, por contrato de resseguro, as carteiras cobertas, os resseguradores e seus respectivos *ratings*:

CONTRATO DE RESSEGURO	CARTEIRA	RESSEGURADORES	PARTICIPAÇÃO	RATING (1)	CONDIÇÃO
GARANTIA	RISCOS FINANCEIROS	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	40,0%	A-	LOCAL
		TRANSATLANTIC REINSURANCE COMPANY	60,0%	A+	ADMITIDO
EXCESSO DE DANOS PATRIMONIAL POR RISCO	RESIDENCIAL, EMPRESARIAL, LOTÉRICOS, RISCO DE ENGENHARIA, HABITACIONAL (DFI)	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A	50,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	20,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
		LIBERTY SYNDICATE LLOYD'S 4472	10,0%	A	ADMITIDO
CATÁSTROFE DE RISCOS PATRIMONIAIS	RESIDENCIAL, EMPRESARIAL, LOTÉRICOS, RISCO DE ENGENHARIA, AUTOMÓVEL, HABITACIONAL (DFI)	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A	65,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	15,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	10,0%	A-	LOCAL
		LIBERTY SYNDICATE LLOYD'S 4472	10,0%	A	ADMITIDO
CATÁSTROFE UMBRELLA	RESIDENCIAL, EMPRESARIAL, LOTÉRICOS, RISCO DE ENGENHARIA, AUTOMÓVEL, HABITACIONAL (MIP/DFI), VIDA INDIVIDUAL	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A	48,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	25,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
		AWAC LLOYD'S 2232	7,0%	A	ADMITIDO
CATÁSTROFE DE RISCOS PESSOAIS	HABITACIONAL (MIP), VIDA INDIVIDUAL	HANNOVER RE	20,0%	A+	ADMITIDO
		MAPFRE BRASIL RE	60,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
EXCESSO DE DANOS POR RISCO EM SEGUROS DE PESSOAS	HABITACIONAL (MIP), VIDA INDIVIDUAL	AUSTRAL RESSEGURADORA S/A	20,0%	B++	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	60,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
BELO MONTE	RISCO DE ENGENHARIA	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	28,0%	A-	LOCAL
		MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A	19,4%	A+	LOCAL
		MUNCHENER RÜCKVERSICHERUNGS-GE	6,5%	A+	EVENTUAL
		MAPFRE BRASIL RE	1,1%	A	LOCAL
		ALLIANZ GLOBAL CORP & SPEC SE	5,2%	A+	ADMITIDO
		QBE UNDERWRITING LIMITED (LLOYD'S)	2,7%	A	ADMITIDO
		CANOPIUS MANAGING AGENTS LTD (LLOYD'S)	1,0%	A	ADMITIDO
		ACE PROPERTY & CASUALTY INSURANCE CO.	2,0%	A++	EVENTUAL
		FEDERAL INSURANCE COMPANY	6,7%	A++	ADMITIDO
		HDI - GERLING WELT SERVICE AG	1,3%	A	ADMITIDO
		CHUBB MANAGING AGENCY LTD (LLOYD'S)	2,1%	A	ADMITIDO
		TORUS (LLOYD'S SYNDICATE 1301)	1,1%	A	ADMITIDO
		STARR (LLOYD'S)	3,1%	A	ADMITIDO
		TOKIO MARINE GLOBAL (LLOYD'S)	1,9%	A	ADMITIDO
		VALIDUS REASEGUROS, INC (LLOYD'S)	2,4%	A	ADMITIDO
		XL INSURANCE COMPANY SE	5,7%	A+	ADMITIDO
		ZURICH INSURANCE COMPANY	8,8%	A+	ADMITIDO
		MARLBOROUGH RE (LLOYD'S)	1,0%	A	ADMITIDO
FACULTATIVO EMPRESARIAL CEF	EMPRESARIAL (PATRIMÔNIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	50,0%	A-	LOCAL
		SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A+	LOCAL
		CHUBB RESSEGURADORA DO BRASIL S/A (2)	20,0%	AA	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	10,0%	A	LOCAL

(1) Ratings pela A.M.Best (rating da casa matriz para resseguradores estrangeiros ou locais de origem estrangeira)

(2) Ratings pela agência Fitch

4.1.4. Gerenciamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As reservas de acumulação de clientes, por serem resgatáveis imediatamente, estão sendo apresentadas no passivo circulante, enquanto que alguns ativos, que podem ser usados para cobrir essas reservas, estão sendo apresentados no ativo não circulante, em função do seu vencimento, entretanto, também são resgatáveis imediatamente, assim sendo, a Administração entende que não existe um problema de capital circulante líquido para o Grupo.

4.1.5. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade da Companhia, considerando-se as mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, líquidas dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido:

	31/12/2021		31/12/2020	
Sensibilidade	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Taxa +1%	-1,52%	-1,52%	-1,36%	-1,36%
Taxa -1%	1,56%	1,56%	1,42%	1,42%
Mortalidade/Sinistralidade +5%	4,83%	4,87%	2,45%	3,25%
Mortalidade/Sinistralidade -5%	-4,83%	-4,87%	-2,45%	-3,25%
Inflação +1%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Inflação -1%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

a) A sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de duration e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 basis points para cima e para baixo;

*b) Para o teste de sensibilidade da mortalidade/sobrevivência, consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +- 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação:*

IMPACTO % = Resultado antes dos impostos e particpações+(Sinistros Ocorridos−Sinistros A) Resultados antes dos impostos e participações−1;

c) O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o apreçamento dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descasamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação.

Para o teste de conversibilidade, não se aplica a essa Companhia por não ter produtos de previdência.

4.2. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. As áreas-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referentes a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's* entre outras, e atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (exceto derivativos, que encontra-se descrita na Nota 5.4) - (Os *ratings* não são auditados).

	31/12/2021			31/12/2020		
Composição dos ativos	**BB-**	**Sem Rating**	**Total**	**BB-**	**Sem Rating**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**767.446**	**298.834**	**1.066.280**	**190.033**	**294.942**	**484.975**
Ações	–	49.958	49.958	–	92.149	92.149
Caixa	–	16	16	–	41	41
Contas a pagar e receber	–	(57)	(57)	–	674	674
Fundos de investimentos	–	248.917	248.917	–	202.078	202.078
Letras financeiras do tesouro	4.062	–	4.062	3.108	–	3.108
Notas do tesouro nacional	9.465	–	9.465	–	–	–
Operações compromissadas (**)	753.919	–	753.919	186.925	–	186.925
Disponíveis para venda	**3.003.552**	**–**	**3.003.552**	**3.930.337**	**131.660**	**4.061.997**
Letras do tesouro nacional	762.226	–	762.226	1.407.413	–	1.407.413
Notas do tesouro nacional	2.241.326	–	2.241.326	2.522.924	–	2.522.924
Letras financeiras	–	–	–	–	131.660	131.660
Mantidos até o vencimento	**–**	**–**	**–**	**41.949**	**–**	**41.949**
Notas do tesouro nacional	–	–	–	41.949	–	41.949
Créditos das operações com seguros e resseguros	**–**	**963.714**	**963.714**	**–**	**940.729**	**940.729**
Créditos a receber junto ao FCVS (*)	**1.214.276**	**–**	**1.214.276**	**1.168.957**	**–**	**1.168.957**
Exposição máxima ao risco de crédito	**4.985.274**	**1.262.548**	**6.247.822**	**5.331.276**	**1.367.331**	**6.698.607**

(*) A contraparte destes créditos é o fundo público gerido pelo Governo Federal, desta forma, consideramos o *rating* do risco Brasil (tesouro nacional);

(**) O lastro total é em título público federal.

4.3. Risco de liquidez

Possibilidades de a Companhia não conseguir ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

4.3.1. Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política Políticas de Gestão de Ativos e Passivos (ALM), Política de Investimentos, juntamente com a Declaração de Apetite ao Risco tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez

A política de liquidez, para atendimento regulamentar, está em desenvolvimento e será concluída no 1º semestre de 2022.

Corporativamente, é estabelecido na Declaração de Apetite ao Risco, o limite mínimo de 25% em relação ao total de recursos disponíveis de curto prazo e aqueles direcionados para cobertura de reserva.

Os monitoramentos demonstram que a Companhia está acima do percentual estabelecido.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

				31/12/2021
	Até 1 ano	**Mais de 1 ano Até 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	1.053.876	7.606	4.798	1.066.280
Disponíveis para a venda	–	3.002.792	760	3.003.552
Prêmios a receber de segurados	757.469	188.624	–	946.093
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	611.552	840.594	–	1.452.146
Ativos de resseguro - provisões técnicas	28.954	45.991	1.910	76.855
Total dos ativos financeiros (*)	**2.444.654**	**4.085.607**	**7.468**	**6.537.729**
Provisões técnicas (**)	461.102	1.210.512	37.374	1.708.988
Passivos financeiros	1.556.936	97.345	–	1.654.281
Total dos passivos financeiros	**2.018.038**	**1.307.857**	**37.374**	**3.363.269**

(*) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa.

(**) O fluxo dos passivos considerou a projeção de despesas administrativas, resgates concedidos a pagar e das provisões matemáticas.

4.4. Risco de mercado

4.4.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de preço de ações e risco de derivativos.

4.4.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value at Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 25.386 (31 de dezembro de 2020 - R$ 5.597).

O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

4.4.3. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à área de controle de risco da Companhia:

- Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
- Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, se certificando do seu enquadramento;
- Informar aos Gestores os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos;
- Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
- Informar mensalmente o *VaR* dos ativos à SUSEP.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Resumo da classificação das aplicações

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021				
	Valor de Mercado	**Valor do Custo Atualizado**	**Valor de Mercado**	**Valor do Custo Atualizado**	**Sem Vencimento**	**Até 01 ano**	**Entre 01 e 05 anos**	**Acima de 05 anos**	**Percentual**
Valor justo por meio do resultado									
Ações	49.958	49.620	92.149	78.733	49.957	1	–	–	1,23%
Fundos de investimento	248.917	248.917	202.078	202.078	248.917	–	–	–	6,12%
Letras financeiras do tesouro	4.062	4.059	3.108	3.109	–	1.123	2.939	–	0,10%
Notas do tesouro nacional	9.465	10.351	–	–	–	–	4.667	4.798	0,23%
Operações compromissadas	753.919	753.919	186.925	186.925	–	753.919	–	–	18,52%
Outros valores	(41)	(41)	715	715	(41)	–	–	–	0,00%
Subtotal	**1.066.280**	**1.066.825**	**484.975**	**471.560**	**298.833**	**755.043**	**7.606**	**4.798**	**26,20%**
Disponível para venda									
Letras do tesouro nacional	762.226	810.744	1.407.413	1.338.032	–	–	762.226	–	18,73%
Notas do tesouro nacional	2.241.326	2.401.982	2.522.924	2.432.282	–	–	2.240.566	760	55,07%
Letras financeiras	–	–	131.660	132.441	–	–	–	–	0,00%
Subtotal	**3.003.552**	**3.212.726**	**4.061.997**	**3.902.755**	**–**	**–**	**3.002.792**	**760**	**73,80%**
Mantidos até o vencimento									
Notas do tesouro nacional	–	–	41.949	41.932	–	–	–	–	0,00%
Subtotal	**–**	**–**	**41.949**	**41.932**	**–**	**–**	**–**	**–**	**0,00%**

O saldo do balanço patrimonial é composto da seguinte forma: "Valor justo por meio do resultado" e "Disponível para venda" pelo "Valor a mercado" e "Mantidos até o vencimento" pelo "Valor do Custo atualizado".

5.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**4.588.904**	**9.964.092**
Aplicações	2.371.967	9.203.177
Resgates	(2.808.936)	(11.272.563)
Rendimentos	286.311	799.320
Ajustes TVM	(368.414)	(186.891)
Baixa de acervo cindido *(i)*	–	(3.918.231)
Saldo final	**4.069.832**	**4.588.904**

(i) refere-se à baixa de operações descontinuadas do acervo cindido relacionado à Caixa Vida e Previdência em 30/12/2020, conforme indicado na nota 1.1.

5.3. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação
é direta ou indiretamente observável;

Valor justo por meio do resultado	31/12/2021			31/12/2020		
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Ações	49.958	–	**49.958**	92.149	–	**92.149**
Fundos de investimento	248.917	–	**248.917**	202.078	–	**202.078**
Letras financeiras do tesouro	4.062	–	**4.062**	3.108	–	**3.108**
Notas do tesouro nacional	9.465	–	**9.465**	–	–	–
Operações compromissadas	–	753.919	**753.919**	–	186.925	**186.925**
Outros valores	(41)	–	**(41)**	–	–	–
Total	**312.361**	**753.919**	**1.066.280**	**298.050**	**186.925**	**484.975**
Disponível para venda						
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Letras do tesouro nacional	762.226	–	**762.226**	1.407.413	–	**1.407.413**
Notas do tesouro nacional	2.241.326	–	**2.241.326**	2.522.924	–	**2.522.924**
Letras financeiras	–	–	–	–	131.660	**131.660**
Total	**3.003.552**	**–**	**3.003.552**	**3.930.337**	**131.660**	**4.061.997**
Mantidos até o vencimento						
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Notas do tesouro nacional	–	–	–	41.949	–	**41.949,00**
Total	**–**	**–**	**–**	**41.949**	**–**	**41.949**

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

A política de utilização de instrumentos derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente. As operações objetivam a compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros.

A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à B3 S.A. -

continua

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pela área de monitoramento do risco financeiro, subordinada à Diretoria de Risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos associados às aplicações financeiras.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme quadros a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
DI - Compromissos/Compra		
Valor de referência	–	259.758
Valor justo	–	259.758
Resultado acumulado	–	2.950

5.5. Análise de sensibilidade

5.5.1. Carteira de ativos

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: títulos para negociação, disponível para venda e mantidos até o vencimento. O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras e o choque de 1 ponto base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice Bovespa; curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	Value-at-Risk	DV-1
Moeda	1	–
Ações	79	–
Fundos	283	–
Juros Pré	12.525	(42.680)
LFT	–	(12)
NTNB	164	(1.396)
Total	**13.052**	**(44.088)**

5.5.2. Carteira de derivativos

A carteira de investimentos da Companhia possui apenas contratos futuros de taxa de juros.

Nos contratos futuros de taxa de juros, as partes envolvidas no negócio se comprometem a comprar ou vender certa quantidade de um ativo por um preço estipulado para a liquidação em data futura. Os compromissos são ajustados diariamente às expectativas do mercado referentes ao preço futuro daquele bem, por meio do ajuste diário, mecanismo que apura perdas e ganhos.

As operações de contrato de taxa de juros são utilizadas para mitigação do risco de mercado atrelado aos ativos prefixados existentes na carteira. O risco a que essa modalidade de derivativo está exposta refere-se às variações na taxa de juros, mais especificamente uma alta na taxa de juros, que implica uma perda em cada vencimento de DI.

A análise de sensibilidade foi baseada em três cenários, "provável", "possível" e "remoto", os quais avaliam os impactos sobre as posições da carteira em derivativos. O cenário "provável" foi elaborado a partir da série histórica de dados dos derivativos, enquanto o "possível" e o "remoto" foram obtidos com a proporção de 25% e 50% de perda, respectivamente.

Não há exposição em derivativos no período em análise e em 31 de dezembro de 2020.

Somente são admitidas posições em derivativos cujos vencimentos coincidem com o vencimento do respectivo ativo-base, sendo vedadas posições sem a devida cobertura do ativo-base.

Ressaltamos que as perdas incorridas numa possível desvalorização dos derivativos são compensadas por ganhos nas posições dos ativos.

5.6. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	31/12/2021	31/12/2020
Letras do tesouro nacional	Pré 5,51% a 8,49%	Pré 5,51% a 8,49%
Notas do tesouro nacional	Pré 4,89% a 7,44%	Pré 4,89% a 13,62%
Letras financeiras	–	IGPM + 6,07 % a.a.

6. Créditos das operações

6.1. Prêmios a receber de segurados

6.1.1. Prêmios a receber e provisão para risco de crédito por ramo

	31/12/2021			31/12/2020		
Ramo	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
Habitacional - prestamista	259.030	(658)	258.372	258.194	(495)	257.699
Habitacional fora do SFH	54.008	(51)	53.957	58.272	(53)	58.219
Habitacional - Demais coberturas	72.976	(171)	72.805	73.794	(121)	73.673
Riscos de engenharia	107	–	107	1.085	–	1.085
Automóvel	315.886	(2.401)	313.485	262.263	(810)	261.453
Responsabilidade civil - veículos	73.150	(525)	72.625	58.127	(155)	57.972
Outras coberturas - veículos	937	(18)	919	12.560	(17)	12.543
Compreensivo residencial	84.283	(8.434)	75.849	169.722	(8.910)	160.812
Compreensivo empresarial	90.756	(1.274)	89.482	19.476	(1.404)	18.072
Demais ramos	9.778	(1.286)	8.492	10.141	(1.411)	8.730
Total	**960.911**	**(14.818)**	**946.093**	**923.634**	**(13.376)**	**910.258**

6.1.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**910.258**	**1.002.296**
Prêmios emitidos	3.991.418	6.302.697
IOF	2.301	2.517
Adicional de fracionamento	54	214
Prêmios cancelados	(445.820)	(439.999)
Recebimentos	(3.518.228)	(5.754.509)
Prêmios de RVNE	8.202	(29.778)
Outras constituições/reversões	(650)	293
Baixa de cisão parcial	–	(169.065)
Saldo	**947.535**	**914.666**
Constituição/(reversão) de provisão para perda	(1.442)	(4.408)
Saldo total	**946.093**	**910.258**

6.1.3. Faixas de vencimento

	31/12/2021			31/12/2020		
Prêmios a vencer	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
De 1 a 60 dias	482.182	(2.488)	479.694	469.265	(1.310)	467.955
De 61 a 120 dias	58.888	(626)	58.262	70.979	(645)	70.334
De 121 a 180 dias	55.053	(590)	54.463	58.868	(541)	58.327
De 181 a 365 dias	143.693	(1.581)	142.112	123.680	(1.030)	122.650
Superior a 365 dias	191.273	(2.650)	188.623	142.104	(2.473)	139.631
Prêmios Vencidos						
De 1 a 60 dias	23.435	(496)	22.939	52.432	(1.071)	51.361
De 61 a 120 dias	434	(434)	–	701	(701)	–
De 121 a 180 dias	362	(362)	–	550	(550)	–
De 181 a 365 dias	1.171	(1.171)	–	1.640	(1.640)	–
Superior a 365 dias	4.420	(4.420)	–	3.415	(3.415)	–
Total	**960.911**	**(14.818)**	**946.093**	**923.634**	**(13.376)**	**910.258**

A Companhia opera com prêmio parcelado exclusivamente nos produtos de riscos diversos e automóvel, sendo que o prazo médio de parcelamento em 31 de dezembro de 2021 era 8 meses e 31 de dezembro de 2020 era de 8 meses.

6.2. Outros créditos operacionais

6.2.1. Apresentamos a seguir informações referentes a outros créditos operacionais:

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos a receber do FCVS *(i)*	1.346.094	1.289.354
Valores recuperáveis *(ii)*	(131.819)	(120.398)
Outros créditos	–	10
Total	**1.214.276**	**1.168.967**

(i) É composto por créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. As seguradoras sempre atuaram como prestadoras de serviço, realizando a operação relativa ao seguro público, mediante recebimento mensal de taxa de administração, sem, contudo, assumir qualquer risco e incorporar a integralidade dos prêmios ao seu patrimônio. Entretanto, passaram a figurar no polo passivo de demandas judiciais com fundamento na apólice pública, em que os segurados buscavam indenização pelos danos físicos ao imóvel ou morte e invalidez permanente, suportando todos os ônus do passivo judicial. Dessa forma, a Companhia realiza a defesa dos interesses do Fundo em juízo e, em razão dessas demandas judiciais, é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS, uma vez que a Lei nº 12.409/2011, com nova redação dada pela Lei nº 13.000/2014, bem como a Resolução CCFCVS nº 364/2014 atribuíram expressamente ao FCVS a responsabilidade pelos direitos e obrigações do SH/SFH e pela cobertura direta aos contratos de financiamento habitacional averbados na extinta apólice SH/SFH, além de atribuir à CAIXA, na qualidade de Administradora do Fundo, a competência para representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da execução dos processos judiciais.

(ii) Representa a provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS.

Considerando que parte dos valores que a Companhia busca o ressarcimento são glosados pelo fundo, por motivos como: (i) ausência de comprovação de vínculo; (ii) ausência de documentos relacionados ao processo, entre outros. A Companhia, após avaliar a natureza e motivo das glosas, avalia o ingresso de uma ação de cobrança, na esfera judicial, com objetivo de obter o ressarcimento daquilo que foi glosado e que, na sua avaliação, não tem substância ou argumento para tal. Diante deste cenário, a Companhia mensura uma provisão ao valor recuperável, por meio de metodologia específica, que é baseada em médias históricas da experiência da Companhia que considera: (i) percentual de glosa administrativa realizada diretamente pelo FCVS; e (ii) percentual de perda das ações judiciais de cobrança. Desta forma, a provisão corresponde a estimativa dos montantes que serão efetivamente glosados administrativamente, ponderado pelas recuperações das ações judiciais de cobrança.

6.2.2. Apresentamos a movimentação dos créditos a receber do FCVS:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**1.168.957**	**1.068.834**
Adições - Pagamentos realizados	88.645	149.014
Baixas - Por recebimentos	(31.905)	(45.399)
Recuperação ao valor recuperável	(11.421)	(3.492)
Saldo final	**1.214.276**	**1.168.957**

7. Operações de resseguradora

Apresentamos a seguir informações referentes às operações de resseguro:

	31/12/2021	31/12/2020
Sinistros pagos a recuperar	19.537	27.320
Provisão para risco de crédito	(13.087)	(12.489)
Operações com resseguradoras	**6.450**	**14.831**
Provisão de sinistros a liquidar	51.777	65.823
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	4.638	7.618
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	10.188	11.887
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	729	406
Provisão de despesas relacionadas	590	809
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	**67.922**	**86.543**
Total	**74.372**	**101.374**

8. Outros valores e bens

Apresentamos a seguir as informações referentes a bens a venda e outros valores:

8.1. Composição

	31/12/2021	31/12/2020
Bens a venda-salvados automóveis (8.2)	14.869	15.476
Direito a salvados - estimado (8.4)	1.813	2.106
Bens de direitos de uso (8.5)	111.907	–
Outros	2.468	1.497
Total	**131.057**	**19.079**

8.2. Movimentação de bens a venda - salvados

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**15.476**	**10.178**
Aviso de ressarcimento	39.077	28.167
Reabertura de ressarcimento	(1.346)	(978)
Cancelamento de ressarcimento	203	261
Recebimentos	(46.748)	(23.745)
Saldo final	**14.869**	**15.476**

8.3. Faixas de vencimento

	31/12/2021	31/12/2020
De 1 a 60 dias	2.417	3.439
De 61 a 120 dias	3.419	3.825
De 121 a 180 dias	2.174	1.765
De 181 a 365 dias	2.013	2.524
Superior a 365 dias	4.846	3.923
	14.869	**15.476**

8.4. Direitos e salvados estimados

	31/12/2021			
	Salvados		Ressarcimentos	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
No mês do pagamento	1.328	73,28%	29	73,22%
1 mês após o pagamento	298	16,44%	6	16,43%
2 meses após o pagamento	68	3,75%	1	3,75%
3 meses após o pagamento	29	1,59%	1	1,60%
4 meses após o pagamento	19	1,06%	0	1,07%
5 meses após o pagamento	18	1,00%	0	0,99%
6 meses após o pagamento	12	0,65%	0	0,66%
7 meses após o pagamento	9	0,52%	0	0,51%
8 meses após o pagamento	4	0,22%	0	0,28%
9 meses após o pagamento	6	0,31%	0	0,30%
10 meses após o pagamento	4	0,21%	0	0,20%
11 meses após o pagamento	5	0,28%	0	0,28%
De 12º ao 17º mês	10	0,58%	0	0,58%
De 18º ao 23º mês	2	0,12%	0	0,13%
De 24º ao 29º mês	–	0,00%	–	0,00%
Após 30º mês	–	0,00%	–	0,00%
	1.813	**100,00%**	**39**	**100,00%**
Circulante	1.813	–	39	–

Atualmente a expectativa está baseada no primeiro ano.

8.5. Ativo de direito de uso

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.6), descontado a valor presente:

		Movimentações			31/12/2021		
Direito de uso	Saldo em 01/01/2021	Novos contratos	Alterações/ cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imóveis	118.994	7.004	(3.288)	(16.882)	122.710	(16.882)	105.828
Máquinas e Equipamentos	10.037	1.005	–	(4.963)	11.041	(4.963)	6.079
Total	**129.030**	**8.009**	**(3.288)**	**(21.845)**	**133.751**	**(21.845)**	**111.907**

(*) Não são apresentados valores comparativos, haja visto que a adoção inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pelo CPC 06 (R2).

A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando uma taxa de 16,39% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

9. Títulos e créditos a receber

9.1. Títulos e créditos a receber

Os títulos e créditos a receber são representados substancialmente por Rateio de despesas compartilhadas. O saldo dessa rubrica, em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 146.378 (31 de dezembro de 2020 - R$ 89.656).

9.2. Créditos tributários e previdenciários

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

9.2.1. Composição dos créditos tributários e previdenciários

	Contribuição social		Imposto de renda		Outros tributos		31/12/2021
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Longo Prazo	Total
A compensar	748	2.816	1.771	6.501	1.467	7.370	20.673
Adições temporárias	–	332.583	–	554.070	–	–	886.653
Tributos diferidos - TVM	–	31.376	–	52.294	–	–	83.670
Total	**748**	**366.775**	**1.771**	**612.865**	**1.467**	**7.370**	**990.996**

	Contribuição social		Imposto de renda		Outros tributos		31/12/2020
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Longo Prazo	Total
A compensar	2.052	–	15.229	–	8.485	–	25.766
Adições temporárias	–	333.348	–	555.580	–	–	888.928
Tributos diferidos - TVM	–	(22.770)	–	(37.950)	–	–	(60.720)
Total	**2.052**	**310.578**	**15.229**	**517.630**	**8.485**	**–**	**853.974**

9.2.2. Expectativa da efetiva realização

	Diferenças Temporárias		Ajustes TVM		Total	
Ano de Realização	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2022	48.849	6%	–	0%	48.849	5%
2023	460.503	52%	31.790	38%	492.293	51%
2024	46.311	5%	6.779	8%	53.090	5%
2025	37.905	4%	45.035	54%	82.940	9%
2026	24.076	3%	–	0%	24.076	2%
A partir 2027	269.009	30%	66	0%	269.075	28%
Total	**886.653**	**100%**	**83.670**	**100%**	**970.323**	**100%**

9.2.3. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido

	31/12/2021		
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
Saldo inicial de créditos tributários	**310.578**	**517.630**	**828.208**
Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias			
Contingências tributárias	3.232	5.387	8.619
Contingências cíveis	(2.247)	(3.745)	(5.992)
Contingências trabalhistas	(166)	(277)	(443)
Provisão para risco de crédito	5.268	8.545	13.813
Provisão para participações nos lucros	(459)	(766)	(1.225)
Operações de arrendamento - CPC 06	570	949	1.519
Outras provisões	(6.963)	(11.604)	(18.567)
Tributos diferidos - TVM	54.147	90.244	144.391
Saldo atual dos créditos tributários	**363.959**	**606.364**	**970.323**
Efeito no resultado das constituições e realizações	765	1.510	2.275

9.3. Outros créditos

Os valores de outros créditos registrados no ativo circulante são representados substancialmente por saldos bancários bloqueados por decisão judicial. O saldo dessa rubrica, em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 64.828 (31 de dezembro de 2020 - R$ 69.482).

10. Provisões técnicas e custos de aquisições diferidos

Apresentamos a seguir informações referentes às provisões técnicas e custos de aquisição diferidos:

10.1. Abertura por ramo

Ramos	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Total das Provisões Técnicas	Custos de aquisição diferidos
						31/12/2021
Habitacional prestamista	–	398.307	296.262	27.137	721.706	–
Habitacional demais coberturas	–	261.936	39.282	27.522	328.740	–
Habitacional fora do SFH	1	227.159	31.537	22.483	281.180	–
Créd. doméstico risco pessoa física	–	353	108	101	562	–
Crédito doméstico risco comercial	–	1.587	1.074	159	2.820	–
Automóvel	293.523	38.716	1.568	1.315	335.122	5.155
Responsabilidade civil - veículos	68.641	15.199	381	952	85.173	1.603
Compreensivo residencial	261.422	6.135	3.375	2.145	273.077	62.547
Compreensivo empresarial	108.537	21.205	3.042	694	133.478	12.967
Riscos de engenharia	7.274	3.217	386	64	10.941	991
Demais ramos	34.192	70.401	13.860	6.481	124.934	5.717
Total	**773.590**	**1.044.215**	**390.875**	**89.053**	**2.297.733**	**88.980**

Ramos	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Total das Provisões Técnicas	Custos de aquisição diferidos
						31/12/2020
Habitacional prestamista	–	353.324	297.567	40.773	691.664	–
Habitacional demais coberturas	–	209.314	14.477	34.148	257.939	–
Habitacional fora do SFH	–	222.448	39.235	33.354	295.037	–
Créd. doméstico risco pessoa física	–	240	336	61	637	–
Crédito doméstico risco comercial	–	1.557	403	226	2.186	–
Automóvel	243.113	29.678	2.148	5.950	280.889	5.029
Responsabilidade civil - veículos	54.308	11.865	600	2.225	68.998	1.071
Compreensivo residencial	479.326	6.673	3.328	2.145	491.472	123.536
Compreensivo empresarial	44.070	22.929	3.350	2.623	72.972	10.889
Riscos de engenharia	15.661	3.423	317	385	19.786	1.669
Demais ramos	53.209	79.979	13.584	19.193	165.965	8.220
Total	**889.687**	**941.430**	**375.345**	**141.083**	**2.347.545**	**150.414**

10.2. Movimentação

	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Total das Provisões Técnicas	Custos de aquisição diferidos
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2021	**889.687**	**941.430**	**375.345**	**141.083**	**2.347.545**	**150.414**
Constituições	703.763	2.450	50.075	10.230	766.518	23.158
Diferimentos/reversões	(819.860)	(2.024)	(34.545)	(33.108)	(889.537)	(84.592)
Aviso de sinistros/despesas de sinistro	–	1.364.747	–	33.923	1.398.670	–
Pagamento de sinistros/benefícios/ despesas de sinistro	–	(1.423.348)	–	(26.302)	(1.449.650)	–
Ajuste de estimativa de sinistros/ despesas de sinistro	–	22.525	–	(36.773)	(14.248)	–
Atualização monetária e juros	–	138.435	–	–	138.435	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**773.590**	**1.044.215**	**390.875**	**89.053**	**2.297.733**	**88.980**

	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Total das Provisões Técnicas	Custos de aquisição diferidos
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2020	**4.773.221**	**1.268.202**	**899.101**	**158.686**	**7.099.210**	**1.647.964**
Constituições	724.073	–	–	10.297	734.370	98.802
Diferimento/reversões	(352.704)	(62.529)	(353.059)	–	(768.292)	–
Aviso de sinistros/despesas de sinistro	–	1.061.428	–	–	1.061.428	–
Pagamento de sinistros/ benefícios/despesas de sinistro	–	(1.149.040)	–	–	(1.149.040)	–
Ajuste de estimativa de sinistros/ despesas de sinistro	–	50.558	–	–	50.558	–
Atualização monetária e juros	–	64.046	–	–	64.046	–
Baixa de acervo cindido (i)	(4.254.903)	(291.235)	(170.697)	(27.900)	(4.744.735)	(1.596.352)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	**889.687**	**941.430**	**375.345**	**141.083**	**2.347.545**	**150.414**

(i) refere-se à baixa do acervo cindido relacionado as carteiras do Vida e Prestamista em 01/07/2020, conforme indicado na nota 1.1.

10.3. Garantia das provisões técnicas

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões técnicas	**2.297.733**	**2.347.545**
Total das exclusões	**588.744**	**567.229**
Provisões técnicas - Resseguro (PSL, IBNR,PDR)	57.005	74.251
Direito creditórios	465.424	398.496
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	47.052	79.869
Depósitos judiciais	19.264	14.613
Total a ser coberto	**1.708.989**	**1.780.316**
Total dos ativos garantidores:	**3.946.023**	**4.549.338**
Títulos da dívida pública	3.000.108	3.968.331
Letra Financeira	–	131.660
Quotas fundos de investimentos	945.915	449.347
Suficiência de cobertura	**2.237.034**	**2.769.022**

11. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

11.1. Sinistros brutos de resseguro

Conciliação	31/12/2021
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	1.044.215
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	**1.044.215**

a. **Sinistros administrativos**

Data de Aviso	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	–	–	402.487	482.102	557.219	597.385	685.811	758.995	735.574	1.456.581	–
1 ano depois	–	67.401	483.583	576.200	683.913	695.280	785.239	901.208	866.390	–	–
2 anos depois	5.801	79.449	492.429	585.174	699.725	710.989	791.978	908.799	–	–	–
3 anos depois	10.478	85.519	495.026	589.669	711.353	715.054	797.145	–	–	–	–
4 anos depois	12.789	86.863	496.161	591.612	714.165	720.815	–	–	–	–	–
5 anos depois	13.717	87.314	496.974	592.228	716.903	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	14.108	87.509	497.164	593.780	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	14.384	87.878	497.682	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	14.989	87.942	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	15.234	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	15.234	87.942	497.682	593.780	716.903	720.815	797.145	908.799	866.390	1.456.581	6.661.271
Pagamentos acumulados até a data-base	15.116	87.941	497.675	593.715	715.012	715.971	794.224	905.126	851.511	1.265.951	6.442.242
Passivo reconhecido no balanço	118	1	7	65	1.891	4.844	2.921	3.673	14.879	190.630	219.029
Passivo em relação a anos anteriores a 2012	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	448
PSL de Retrocessão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7.037
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(7.239)
Total do passivo incluso no balanço	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**219.276**

b. **Sinistros judiciais**

Data de Aviso	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	–	–	2.742	647	374	1.178	804	738	3.073	51.367	–
1 ano depois	–	616	4.084	2.488	2.697	3.456	3.037	27.302	86.468	–	–
2 anos depois	800	2.262	5.181	4.395	6.645	5.145	6.556	122.832	–	–	–
3 anos depois	1.937	3.948	8.926	6.727	11.003	9.581	85.878	–	–	–	–
4 anos depois	3.235	5.180	11.032	11.542	14.792	98.909	–	–	–	–	–
5 anos depois	4.489	7.193	11.852	14.726	114.603	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	6.293	7.732	14.737	70.528	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	7.029	9.371	58.598	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	9.187	49.575	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	55.811	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	55.811	49.575	58.598	70.528	114.603	98.909	85.878	122.832	86.468	51.367	794.569
Pagamentos acumulados até a data-base	9.983	10.977	16.277	17.228	20.018	12.734	10.219	31.122	4.389	1.317	134.264
Passivo reconhecido no balanço	45.828	38.598	42.321	53.300	94.586	86.175	75.659	91.710	82.079	50.050	660.305
Passivo em relação a anos anteriores a 2012	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	164.634
Total do passivo incluso no balanço	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**824.939**

11.2. Sinistros líquidos de resseguro

Valores em Reais mil	31/12/2021
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	996.537
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	**996.537**

continua

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

a. **Sinistros administrativos** *(i)*

Data de Aviso	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	–	–	402.474	481.990	556.985	597.376	682.770	755.109	726.064	1.448.043	–
1 ano depois	–	67.401	483.569	576.076	683.680	693.403	773.765	843.282	843.997	–	–
2 anos depois	5.746	79.408	492.415	585.050	699.073	708.450	778.290	832.521	–	–	–
3 anos depois	10.344	85.415	495.013	589.453	709.838	710.325	780.739	–	–	–	–
4 anos depois	12.655	86.758	496.148	591.169	712.283	711.547	–	–	–	–	–
5 anos depois	13.583	87.210	496.950	591.782	713.743	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	13.974	87.393	497.140	593.333	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	14.230	87.763	497.658	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	14.835	87.826	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	15.022	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	15.022	87.826	497.658	593.333	713.743	711.547	780.739	832.521	843.997	1.448.043	6.524.430
Pagamentos acumulados até a data-base	14.962	87.825	497.651	593.269	712.995	709.745	778.830	830.680	834.794	1.259.250	6.320.001
Passivo reconhecido no balanço	60	1	7	65	749	1.802	1.909	1.841	9.203	188.793	204.429
Passivo em relação a anos anteriores a 2012	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	334
PSL de Retrocessão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7.037
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(7.239)
Total do passivo incluso no balanço	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**204.561**

b. **Sinistros judiciais** *(i)*

Data de Aviso	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	–	–	2.485	645	364	1.172	804	738	3.073	50.643	–
1 ano depois	–	616	3.826	2.487	2.653	3.450	3.037	15.502	85.526	–	–
2 anos depois	799	2.262	4.923	4.394	6.600	5.139	6.339	100.866	–	–	–
3 anos depois	1.936	3.948	8.669	6.726	10.439	9.574	84.154	–	–	–	–
4 anos depois	3.233	5.180	9.867	10.740	14.228	92.162	–	–	–	–	–
5 anos depois	4.474	7.193	10.687	13.924	105.906	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	6.278	7.732	13.573	67.544	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	7.014	9.371	57.262	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	9.172	48.664	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	55.647	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	55.647	48.664	57.262	67.544	105.906	92.162	84.154	100.866	85.526	50.643	748.374
Pagamentos acumulados até a data base	9.969	10.977	15.112	16.426	19.454	12.728	9.835	11.019	3.785	1.030	110.335
Passivo reconhecido no balanço	45.678	37.686	42.150	51.117	86.452	79.434	74.319	89.847	81.741	49.613	638.039
Passivo em relação a anos anteriores a 2012	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	153.937
Total do passivo incluso no balanço	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**791.976**

Nota:

i. Os valores informados nos itens (a) e (b) não incluem despesas relacionadas com a regulação de sinistros administrativos ou judiciais, inclusive sucumbência.

12. Discriminação das provisões de sinistros judiciais

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	**753.785**	**794.984**
Total pago no período	(31.299)	(66.427)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período	44.538	53.779
Quantidade de ações pagas no período	**561**	**958**
Novas constituições no período	**128.598**	**121.068**
Novas constituições referentes a citações do exercício-base	103.863	17.287
Novas constituições referentes a citações do exercício N-1	20.010	42.762
Novas constituições referentes a citações do exercício N-2	530	30.367
Novas constituições referentes a citações do exercício N-3 e anteriores	4.195	30.652
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	**1.766**	**1.964**
Baixa da provisão por êxito	(7.520)	(18.791)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidade	(158.636)	(11.355)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	140.011	55.597
Baixa de acervo cindido (i)	–	(121.291)
Total de sinistros judiciais	**824.939**	**753.785**

(i) refere-se à baixa do acervo cindido relacionado às carteiras do Vida e Prestamista em 1/7/2020, conforme indicado na nota 1.1.

13. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

13.1. Obrigações a pagar

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	6.025	14.790
Dividendos	196.449	289.996
Honorários e remunerações a Pagar	47.870	51.649
Outras Obrigações a Pagar	3.839	3.528
Total	**254.183**	**359.963**

13.2. Impostos e contribuições

São representados substancialmente pelo IRPJ e pela CSLL. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 306.800 (31 de dezembro de 2020 - R$ 167.687).

13.3. Outras contas a pagar

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros operacional	21.043	38.665
Serviços de terceiros administrativo	135.123	172.423
Outras obrigações a pagar	6.698	4.979
Total	**162.864**	**216.067**

13.4. Tributos diferidos passivos

São representados substancialmente pela provisão dos tributos incidentes sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários, com a contrapartida contabilizada diretamente no patrimônio líquido. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 4 (31 de dezembro de 2020 - R$ 7.441).

14. Débitos diversos

14.1. Passivo de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	**163.898**	**(34.868)**	**129.030**
Apropriação de juros transcorridos	–	8.560	8.560
Constituições/reavaliações de contratos	8.391	(1.208)	7.183
Pagamentos	(26.980)	–	(26.980)
Outras/Baixas	(1.815)	179	(1.636)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**143.494**	**(27.337)**	**116.157**
Circulante	**26.107**	**(7.291)**	**18.816**
Não circulante	**117.387**	**(20.046)**	**97.341**

(*) Não são apresentados valores comparativos, haja visto que a adoção inicial da norma ocorreu em 1° de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pelo CPC 06 (R2).

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 6,01% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

15. Depósitos de terceiros

A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Prêmios antecipados	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos	Total	Prêmios antecipados	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos	Total
De 1 a 30 dias	889	56	33.756	34.701	1.744	7.715	10.952	20.411
De 31 a 60 dias	1.159	7	6.499	7.665	–	2.219	8.762	10.981
De 61 a 120 dias	3	49	10.141	10.193	–	1.327	699	2.026
De 121 a 180 dias	–	94	578	672	–	13.383	18.862	32.245
De 181 a 365 dias	–	1.872	73	1.945	–	36.299	6.265	42.564
Acima de 365 dias	236	72.962	38.306	111.504	–	20.807	11.772	32.579
Total	**2.287**	**75.040**	**89.353**	**166.680**	**1.744**	**81.750**	**57.312**	**140.806**

16. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões judiciais	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ações judiciais cíveis	55.781	53.422	625.342	608.821
Ações judiciais trabalhistas	17.923	16.714	21.760	22.868
Ações judiciais fiscais	857	–	–	–
Obrigações legais - fiscal	1.360.910	1.310.457	2.411.593	2.372.204
Outras Obrigações	–	–	796	915
Total	**1.435.471**	**1.380.593**	**3.059.491**	**3.004.808**

Os depósitos judiciais de causas cíveis correspondem substancialmente a depósitos para cobertura de sinistros que estão em discussão judicial, contabilizados na conta de Sinistros a Liquidar. O valor contabilizado para os sinistros judiciais em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 824.939 (31 de dezembro de 2020 - R$ 753.785).

Cíveis

As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente, a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente, de: (i) doenças pré-existentes; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) danos físicos ao imóvel por vício de construção e; (iv) falta de pagamento/devolução de prêmio.

Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida em 7.370 (2020 - 7.525) ações judiciais relacionadas ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH. O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei n° 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. Em razão dessas demandas judiciais, a Companhia é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS. Desta forma, considerando os processos em que a Companhia é requerida judicialmente, sem uma perspectiva efetiva de ser totalmente ressarcida pelo FCVS, a Administração entendeu ser adequado efetuar uma provisão para contingenciar parte dos valores que estão em discussão. A provisão é composta pela expectativa de desembolso futuro, líquida dos valores que a Companhia espera ser reembolsada administrativamente pelo fundo, e por fim, desse saldo desembolsado e não ressarcido, aplica-se um percentual estimado de perda das ações judiciais de cobrança. O montante provisionado corresponde a melhor estimativa do saldo líquido que será efetivamente desembolsado, mas que devem ter seu reembolso definitivamente glosado tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. A provisão constituída em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 422.534 (31 de dezembro de 2020 - R$ 391.032).

Trabalhistas

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

Fiscais

A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei n° 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/ RJ - Axa Seguros). Período de 02/1999 a 12/2014. Valor provisionado R$ 1.051.124 (R$ 1.029.576 em 31 de dezembro de 2020);

(ii) Aumento da alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. A probabilidade de perda é provável. Em decorrência do histórico das decisões em negar provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário em razão do julgamento desfavorável da ADI n° 4101 e, não tendo mais matéria para agravar, o grupo optou por desistir do processo da Caixa Seguradora em outubro de 2021. Período discutido a partir de 01/2009. Valor provisionado R$ 1.360.310 (R$ 1.342.469 em 31 de dezembro de 2020).

Além dos saldos acima, a Companhia tem ações no polo ativo, que em caso de êxito da causa, os valores recolhidos poderão ser revertidos para a Companhia, que poderá ter o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei n° 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/ RJ - Axa Seguros). Período de 02/1999 a 07/2007 - R$ 203.719 (R$ 203.719 em 31 de dezembro de 2020);

(ii) PIS e COFINS - Lei 12.973/14: não incidência de PIS/COFINS sobre receita do ativo garantidor a partir de 2015. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento de recurso - R$ 148.517 (R$ 142.208 em 31 de dezembro de 2020);

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é Provável. Os autos encontram-se aguardando julgamento e aplicação da decisão do STF no processo. Período de 09/2015 a 12/2018 - R$ 385.514 (R$ 385.514 em 31 de dezembro de 2020);

(iv) Mandado de Segurança - Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é Possível. Antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito." O processo encontra-se parado aguardando a modulação do STF - R$ 4.123. (R$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

16.1. Segregação em função da probabilidade de perda

	Remota	Possível	Provável	31/12/2021 Total
Cíveis	197.410	107.124	625.342	929.876
Trabalhistas	287	20.032	21.760	42.079
Natureza fiscal - Obrigações legais	–	1.051.283	1.360.310	2.411.593
Natureza fiscal - Contingências	–	27.844	–	27.844
Outras Obrigações	–	–	796	796
	197.697	**1.206.283**	**2.008.208**	**3.412.188**

	Remota	Possível	Provável	31/12/2020 Total
Cíveis	236.532	89.560	608.821	934.913
Trabalhistas	395	11.402	22.868	34.665
Natureza fiscal - Obrigações legais	–	1.029.735	1.342.469	2.372.204
Natureza fiscal - Contingências	–	27.617	–	27.617
Outras Obrigações	–	–	915	915
	236.927	**1.158.314**	**1.975.073**	**3.370.314**

16.2. Movimentação das ações judiciais

	Saldo 31/12/2020	Reversões	Baixas	Adições/atualizações monetárias	Saldo 31/12/2021
Ações judiciais cíveis	608.821	(59.699)	(2.192)	78.412	625.342
Ações judiciais trabalhistas	22.868	(2.440)	(2.987)	4.319	21.760
Provisões judiciais fiscais	–	–	–	–	–
Obrigações legais - fiscais	2.372.204	(919)	–	40.308	2.411.593
Outras Obrigações	915	(392)	–	273	796
Total	**3.004.808**	**(63.450)**	**(5.179)**	**123.312**	**3.059.491**

17. Débitos de operações com seguros e resseguros

17.1. Prêmios a restituir

Refere-se substancialmente às parcelas de prêmios de seguros cancelados que estão pendentes de restituição. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 412.222 (31 de dezembro de 2020 - R$ 407.936).

17.2. Outros débitos operacionais

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Comercialização	21.726	34.029
Arrendamento balcão	–	4.091
Outros débitos	29.490	46.801
Total	**51.216**	**84.921**

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 8.465.054 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

18.2. Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

18.3. Reservas de lucros

a. **Reserva legal** - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital, sendo constituída no final de cada exercício. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 102.409 (31 de dezembro de 2020 - R$ 61.052).

b. **Reserva de retenção de lucros** - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio, a cada final de exercício. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro 2021 era de R$ 1.283.906 (31 de dezembro de 2020 - R$ 1.404.951).

18.4. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do período	827.151	1.221.035
(–) Reserva Legal	(41.357)	(61.052)
Base de cálculo de dividendos	**785.794**	**1.159.983**
Dividendo mínimo - 25%	196.448	289.996
Juros sobre o capital próprio bruto	96.000	–
IR retido de juros sobre o capital próprio pagos	(14.400)	–
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	81.600	–
Dividendos propostos	114.849	289.996
Dividendos e juros sobre o capital próprio líquido de IR	**196.449**	**289.996**

19. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

	31/12/2021
Patrimônio líquido	**2.342.159**
(+) Ajustes contábeis	**(1.049.690)**
Despesas antecipadas	(12.418)
Créditos tributários de dif. Temporárias que excederem 15% do CMR	(869.534)
Ativos Intangíveis	(137.275)
Obras de arte	(221)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(30.242)
(–) PLA Nível 3 - (C)	**100.790**
PLA Nível 1 - (A)	**1.191.680**
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
(+) Valor do ajuste = menor (60% do item 2.4.17, Limite def. item 2.4.19) (*)	206.866
PLA Nível 2 - (B)	**206.866**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	100.790
PLA Nível 3 - (C)	**100.790**
PLA Nível 2 - (B) + PLA Nível 3 - 50% do CMR	0
PLA Nível 3 - 15% do CMR	0
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 - (D)	**0**
Patrimônio líquido ajustado (A) + (B) + (C) + (D)	**1.499.336**
Capital base e capital adicional	
Capital base	**15.000**
Capital de risco de crédito	177.466
Capital de risco de subscrição	520.589
Capital de risco de mercado	83.996
Capital de risco de operação	15.223
Benefício da correção entre risco	(125.342)
Capital mínimo requerido (CMR) - (E)	**671.932**
Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)	**827.404**
% Suficiência - (PLA Total (A) + (B) + (C) - (E) / (E))	**123%**

(*) Ajuste refere-se ao acréscimo do superávit entre as provisões constituídas que são passíveis de gerar PCC - líquidas dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados à PPNG e dos ativos de resseguro ou retrocessão relacionados àquelas provisões - e o fluxo realista de entradas e saídas decorrentes de prêmios/contribuições registradas - considerando as operações de resseguro ou de retrocessão relacionadas, líquido dos efeitos tributários e limitado ao efeito no capital mínimo requerido da parcela de risco de subscrição.

20. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (Controladora direta), CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora indireta), CNP Assurances (Controladora indireta), CNP Assurances Brasil Holding Ltda. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), a sua controladora direta ou indireta é controladora ou acionista das demais empresas identificadas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

A Companhia atua de forma integrada com as empresas de controle comum da sua Controladora e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela Administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.

Os saldos decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)
Disponibilidades:								
Caixa Econômica Federal	1.015	–	–	–	2.746	–	–	–
Dividendos								
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	–	(114.849)	–	–	–	(289.996)	–	–
Juros sobre capital próprio								
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	–	(81.600)	–	–	–	–	–	–
Contribuições para plano de previdência privada								
Caixa Vida e Previdência S.A.	–	–	–	(14.250)	–	–	–	(14.877)
Contribuições para plano de odonto								
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	–	–	–	(1.020)	–	–	–	(2.118)
Prestação de serviços e reembolsos: *(i)*								
Caixa Vida e Previdência S.A.	67.679	(1.257)	123.167	–	14.219	–	80.316	–
Caixa Capitalização S.A.	3.716	(63)	29.447	–	3.391	(131)	31.165	–
Caixa Consórcios S.A.	5.133	–	32.826	–	4.201	–	35.943	–
Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.	–	(324)	–	–	–	(196)	–	–
CNP Assurances Brasil Holding Ltda.	1.624	–	–	–	132	–	–	–
Caixa Econômica Federal	–	(10.616)	–	(144.142)	–	(17.057)	–	(400.737)
Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.	–	–	1.665	–	–	–	–	–
CNP Seguros Holding Brasil S.A.	–	–	–	–	–	–	32	–
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	–	–	–	–	–	–	184	–
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (ii)	–	(300)	–	(138.650)	–	(7.106)	–	(468.562)
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	79	–	(1)	–	96	–	–	–
Companhia de Seguros Previdência do Sul	915	(139)	1.659	–	–	(20)	–	–
XS5 Administradora de Consórcios S.A.	902	–	1.277	–	–	–	–	–
Fundos de Investimento Exclusivos	–	–	17	(112)	–	–	17	(558)
Títulos de capitalização *(iii)*								
Caixa Capitalização S.A.	1.082	(63)	82	(1.049)	1.816	(131)	922	(7.085)
Operações de seguros								
Caixa Vida e Previdência S.A.	–	–	23	–	–	–	27	–
Caixa Capitalização S.A.	–	–	9	–	–	–	13	–
Caixa Consórcios S.A.	–	–	3.219	(8)	–	–	15.062	(15)
Caixa Econômica Federal (iv)	105	(12.213)	6.200	(3.130)	105	(9.850)	630	(574)
Seguradora Líder - DPVAT	954	–	1.203	–	1.861	–	410	(1.279)
Youse Seguradora S.A.	–	–	1	–	–	–	–	–
Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.	–	–	7	–	–	–	8	–
CNP Seguros Holding Brasil S.A.	–	–	1	–	–	–	1	–
Companhia de Seguros Previdência do Sul	919	(146)	30	(1.662)	5.568	(15.397)	27.084	(10.021)
XS2 Vida e Previdência S.A.	–	–	18	–	–	–	–	–
XS5 Admin. Consórcio S.A	–	–	4	–	–	–	–	–
Remuneração do pessoal-chave da administração								
Remuneração e benefícios de curto prazo	–	–	–	(4.777)	–	–	–	(5.597)

(i) Compreendem as receitas e despesas relativas ao apoio administrativo prestado às ligadas, além da remuneração à Caixa Econômica Federal, decorrente do uso do balcão na comercialização dos produtos;

(ii) Despesas referentes ao comissionamento e incentivos às vendas;

(iii) Referem-se aos produtos acoplados adquiridos junto à Caixa Capitalização S.A.;

(iv) Refere-se a contratos ativos de seguros contratados, sendo os valores apresentado os prêmios e sinistros dessas apólices.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

21. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

	31/12/2021	31/12/2020
a) Sinistros ocorridos		
Indenizações avisadas	(1.409.429)	(1.148.580)
Despesas com sinistros	11.948	(58.994)
Serviços de assistência	(25.441)	(62.381)
Recuperação de sinistros	23.378	38.608
Salvados e ressarcimentos	85.569	22.831
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(15.238)	(120.378)
Total	**(1.329.213)**	**(1.328.894)**
b) Custos de aquisição		
Comissões de corretagem sobre vendas	(159.271)	(360.247)
Remuneração CAIXA	(137.469)	(523.916)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(36.339)	78.205
Outras despesas de comercialização	(17.248)	(38.538)
Total	**(350.327)**	**(844.496)**
c) Outras receitas/despesas operacionais		
Outras receitas com operações de seguros	(2.920)	(15.208)
Consórcio DPVAT	1.203	344
Tarifa de cobrança e uso de balcão	(8.662)	(25.103)
Despesas com administração de apólices ou contratos	–	(15.032)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	6.661	(43.471)
Despesas com provisões cíveis	14.981	(17.988)
Títulos de capitalização	(1.049)	(7.222)
Custos processuais	(35.532)	(36.399)
Serviços com manuseio de documentos	(3.490)	(9.252)
Central de relacionamento	(5.560)	(9.545)
Serviços técnicos e vistorias	(3.152)	(13.386)
Publicidade e propaganda - produto	(7.639)	(12.788)
Despesas sobre faturamento	(13.289)	(24.944)
Serviços de terceiros	(14.315)	(18.470)
Outras despesas operacionais	(3.728)	(14.007)
Total	**(76.491)**	**(262.471)**
d) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(101.830)	(128.361)
Serviços de terceiros	(34.885)	(190.377)
Localização	(29.123)	(90.038)
Publicidade e propaganda	(35.687)	(27.433)
Direito de uso - arrendamento	(22.493)	–
Outras despesas administrativas	(7.775)	(1.286)
Total	**(231.793)**	**(437.495)**

continua

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

e) Despesas com tributos	31/12/2021	31/12/2020
IPTU e ISS	(1.064)	(1.294)
PIS/COFINS	(104.303)	(190.363)
Taxa de fiscalização	(4.376)	(4.335)
Tributos federais	(1.293)	(8)
Outras despesas com tributos	(49)	(531)
Total	**(111.085)**	**(196.531)**
f) Receitas/despesas financeiras		
Resultado com títulos de renda variável	(10.315)	(36.189)
Resultado com títulos de renda fixa	242.280	507.140
Resultado com fundos de investimentos	54.615	86.606
Receitas financeiras com operações de seguros	3.256	3.812
Despesas financeiras com operações de seguros	(142.372)	(60.937)
Juros e atualizações - contingências tributárias	(22.343)	(24.151)
Outras receitas e despesas financeiras	7.994	(45.066)
Total	**133.115**	**431.215**
g) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		
Redução ao valor recuperável *(i)*	(11.421)	(3.492)
Outras despesas não correntes *(i)*	(31.502)	(66.535)
Outras despesas	(7.343)	(41.972)
Total	**(50.266)**	**(111.999)**

(i) Os valores de "Redução ao valor recuperável" e "Outras despesas não correntes" são relacionados a atividade do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, vide nota 6.2.

23. Imposto de renda e contribuição social

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2021		31/12/2020	
Descrição	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**
Resultado antes dos tributos e após participações	1.347.106	1.347.106	2.042.447	2.042.447
(–) Juros sobre o capital próprio	(96.000)	(96.000)	–	–
Base de cálculo	**1.251.106**	**1.251.106**	**2.042.447**	**2.042.447**
Taxa nominal do tributo	20,00%	25,00%	15,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**(250.221)**	**(312.777)**	**(306.367)**	**(510.612)**
Ajustes do lucro real	(15.454)	(14.329)	266.050	266.050
Benefícios incentivados	(10.108)	(10.108)	–	–
Ajustes temporários diferidos	3.827	6.041	(249.569)	(249.569)
Ajuste de exercício anterior	19.761	(5.866)	–	–
Diferencial de alíquota até junho/2021	(169.715)	–	–	–
Total dos ajustes a base de cálculo	**(171.689)**	**(24.262)**	**16.481**	**16.481**
Tributos sobre os ajustes	**34.338**	**6.066**	**(2.472)**	**(4.120)**
Incentivos fiscais		2.639		2.159
Despesa contabilizada	**(215.883)**	**(304.072)**	**(308.839)**	**(512.573)**
Taxa efetiva	**17,26%**	**24,30%**	**15,12%**	**25,10%**

24. Plano de previdência patrocinado

A Companhia é co-patrocinadora de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*). O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do plano, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, aplicados sobre o salário-base do empregado. Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 14.250 (31 de dezembro de 2020 - 14.877).

24. Abertura de prêmio por ramo, índice de sinistralidade e comissionamento

Demonstramos a seguir os principais ramos de atuação da Companhia, além do índice de sinistralidade e de comercialização:

	31/12/2021			31/12/2020		
Ramos	**Prêmio ganho**	**Índice de sinistralidade(i)**	**Índice de comissionamento**	**Prêmio ganho**	**Índice de sinistralidade(i)**	**Índice de comissionamento**
Vida em grupo	–	0,00%	0,00%	1.388.934	19,59%	27,87%
Vida individual	7.981	43,37%	39,70%	7.346	15,19%	32,98%
Habitacional prestamista	1.869.029	53,65%	8,38%	1.751.700	33,51%	8,63%
Habitacional demais apólices	582.014	5,53%	8,69%	564.154	17,37%	8,64%
Habitacional fora do SFH	210.624	8,68%	0,82%	275.018	17,42%	0,74%
Riscos de engenharia	12.413	28,17%	9,62%	14.576	14,14%	9,94%
Acidentes pessoais	582	134,07%	0,00%	37.687	12,00%	33,37%
Automóvel	259.733	64,37%	12,65%	306.473	56,16%	12,68%
Compreensivo residencial	326.515	16,14%	24,76%	342.871	22,02%	44,63%
Compreensivo empresarial	104.816	31,46%	19,69%	142.930	34,63%	25,75%
Demais ramos	75.433	20,32%	3,11%	19.740	96,37%	52,74%
Total	**3.449.140**	**38,54%**	**10,16%**	**4.851.429**	**27,39%**	**17,41%**

(i) - Índice de sinistralidade obtido através da divisão dos Sinistros Ocorridos pelos Prêmios Ganhos.

25. Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 321/15, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa líder do Grupo.

26. Outras informações

a. Informações complementares - Investigação Canal Seguro.

Em 26/11/2020, foi deflagrada uma nova fase da operação Descarte (13a) – Canal Seguro pela Polícia Federal ("Operação Canal Seguro"), que investiga um esquema pelo qual haveria a simulação e/ou superfaturamento de prestação de serviços para a Caixa Seguradora S.A., dentre outras empresas não pertencentes ao seu Grupo CNP Seguros Holding Brasil S.A.

É importante ressaltar que dentre as empresas do Grupo, somente a Caixa Seguradora S.A. foi mencionada nas peças do Inquérito Penal, instaurado para investigar os fatos relatados na Operação Canal Seguro.

Diante desse contexto, a Administração da CNP Seguros Holding Brasil S.A., determinou a constituição de um Comitê de Investigação e tomou várias medidas para lidar com a situação, como: criação de um Comitê de Crise; afastamento temporário das atividades dos profissionais que poderiam estar envolvidos no alegado esquema; contratação de empresas especializadas para assessoramento nesse processo, tendo sendo iniciado o processo de investigação interna conduzido pelo Comitê de Investigação constituído por auditor externo independente, escritório de advocacia especializado e um consultor independente.

Em 14/02/2022, o Relatório de Investigação, resultado da investigação conduzida pela Companhia, foi concluído e apresentado ao Presidente do Conselho de Administração, sem qualquer apontamento de violação de lei, bem como não foram identificados e apontados atos ou condutas ilícitas cometidas pela Companhia ou seus administradores anteriores ou atuais. Nesse contexto, frente à ausência de apontamento de violação de lei ou prática de atos ilícitos pela CNP Seguros Holding Brasil S.A. e/ou seus administradores, os trabalhos de investigação foram dados como concluídos e encerrados.

Conselho de Administração

Xavier Larnaudie-Eiffel – Presidente
Pedro Duarte Guimarães
Asma Zidani Ep Baccar
Eduardo Fabiano Alves da Silva
Camila de Freitas Aichinger

Diretoria Executiva

Asma Zidani EP Baccar – Diretora Presidente
Paulo Otavio Silva Camara – Diretor de Operações Centralizadas
Eduardo Fabiano Alves da Silva – Diretor Financeiro

Conselho Fiscal

José Marcolino Lincoln – Membro do Conselho Fiscal
Sergio Ruffoni Guedes – Membro do Conselho Fiscal
Gryecos Attom Valente Loureiro – Membro do Conselho Fiscal

Contador

Marco Antonio Barbosa Pires
Contador - CRC DF 014151/O-6

Atuário

Andrés Marco Botalla
Atuário MIBA nº 3663

Parecer do Conselho Fiscal

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório com ênfase emitido pela KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Seguradora S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Seguradora S.A.
Brasília - DF

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Caixa Seguradora S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Caixa Seguradora S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Caixa Seguradora S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Caixa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A.
04711-904
São Paulo - SP - Brasil

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Anexo I - Caixa Seguradora S.A. *(Em milhares de Reais)*

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	**31/12/2021**
Total de provisões técnicas auditadas	2.297.733
Total de ativos de resseguro	67.922
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	6.428
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2021**
Provisões Técnicas auditadas (a)	2.297.733
Valores redutores auditados (b)	588.744
Total a ser coberto (a-b)	**1.708.989**
3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	**31/12/2021**
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	671.932
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**671.932**
4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2021**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.499.336
Ajustes Econômicos do PLA	206.866
Exigência de Capital (CMR) (b)	671.932
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**827.404**
Ativos Garantidores (d)	3.946.023
Total a ser Coberto (e)	1.708.989
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	**2.237.034**
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	**31/12/2021**
0112	50
1601	1.100
0141, 0173, 0195, 0234, 0351, 0433, 0435, 0524, 0544, 0621, 0622, 0644, 0746, 0969, 0980, 1101, 1102, 1103, 1104, 1108, 1109, 1162, 1163, 1164, 1417, 1597	1.450
0310	2.500
0116, 0520, 0991, 1381, 1384, 1387, 1390, 1391	3.000
0745	4.500
0114, 0118, 0167, 0171, 0531, 0542, 0553, 0654, 0740, 0819, 0870, 0929, 0981, 0982, 0984, 0986, 0987, 0993, 1065, 1068, 1198, 1377, 1433, 1535	5.750
1061	7.900
0775, 0776	8.550
0748, 0860	10.000
0111	11.000
0196	15.000
0977	20.000

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Seguradora S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Caixa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção a nota 2.16, às demonstrações financeiras, que indica que as informações comparativas no exercício findo de 31 de dezembro de 2020 foram reapresentadas em função da compensação de certos ativos e passivos fiscais correntes e diferidos, além da reclassificação entre circulante e não circulante da provisão de sinistros a liquidar judicial. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - créditos do SFH

Principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativo ao seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, conforme detalhado na nota explicativa nº 6.2. A Companhia vem realizando, ao longo dos últimos anos, desembolsos relativos a processos judiciais associados à apólice pública do SFH. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da condenação nos processos judiciais. A mensuração da redução ao valor recuperável dos referidos créditos está baseada em premissas e metodologia que levam em conta a expectativa de perda com base na experiência de perdas históricas nestes processos. Consideramos a avaliação das premissas e metodologia adotadas pela administração para a mensuração da provisão para perdas sobre os créditos a receber do FCVS, como principal assunto de auditoria, em função da magnitude dos valores envolvidos e do julgamento envolvido na determinação do saldo da referida provisão.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos relacionados à identificação e registro dos créditos a receber do FCVS relativo ao seguro habitacional do SFH, bem como o processo de mensuração da respectiva redução ao valor recuperável; (ii) avaliação da razoabilidade da metodologia e das premissas utilizadas pela administração na mensuração da redução ao valor recuperável dos créditos a receber do FCVS, tais como índice histórico de glosa e de recuperabilidade das ações de cobrança; (iii) recálculo da referida provisão com base no método e premissas adotadas pela Administração; (iv) inspeção, com base em amostragem, dos documentos suportes das transações que originaram os créditos a receber, incluindo a avaliação da precisão dos dados utilizados para cálculo da redução ao valor recuperável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Provisões técnicas de seguros (PSL, PDR e IBNR) e teste de adequação de passivos

Principal assunto de auditoria

A Seguradora mantém provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 conforme notas explicativas nº 2.9 e 10. Para mensurar o teste de adequação de passivos e certas provisões técnicas de - seguros, tais como provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de despesas relacionadas (PDR), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), a Seguradora utiliza técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem a expectativa de sinistralidade e taxas de desconto. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e de determinadas provisões técnicas como um principal assunto de auditoria dada a subjetividade e julgamento envolvidos na determinação dos métodos e premissas chave relacionadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo: (i) entendimento do processo de mensuração, revisão e aprovação dos cálculos relativos a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de despesas relacionadas (PDR) e teste de adequação dos passivos. (ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram: (vi) na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistralidade e taxas de desconto utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR e PDR) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia; (vii) na determinação, com base em amostragem, de estimativa independente das provisões técnicas (IBNR e PDR), incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas; (viii) na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; (iv) testes de integridade e precisão das bases de dados que contém as informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, por meio do confronto com as bases analíticas suportes aos registros contábeis; bem como, testes de precisão dos sinistros avisados e pagos por meio do confronto com as respectivas documentações suportes incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota explicativa 2.16, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo nessa data, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. (Em processo de alteração para CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.)
CNPJ: 01.599.296/0001-71

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. ("Companhia") (em fase de alteração da razão social para CNP Capitalização S.A.), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
O lucro líquido da Companhia atingiu R$ 107,5 milhões, propiciando assim uma expressiva rentabilidade sobre patrimônio líquido médio de 32,1%. A receita com arrecadação de títulos de capitalização em 2021 foi de R$ 1.139,3 milhões, ficando 17,3% inferior ao valor registrado em 2020 de R$ 1.377,8 milhões. Já o resultado financeiro de 2021 de R$ 156,8 milhões, superou o resultado alcançado em 2020 em 15,7%.
Os ativos financeiros da Companhia ao final do exercício de 2021 totalizaram R$ 3.220,7 milhões, indicando um decréscimo de 10,9% em relação ao valor alcançado em 2020, que foi de R$ 3.614,9 milhões, sendo que essa variação teve um forte impacto da redução de reserva latente de instrumentos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda. As provisões técnicas totalizaram R$ 3.036,0 milhões, o que representa um decréscimo de 3,6% em relação ao saldo de 2020. O patrimônio líquido da Companhia no final do exercício de 2021 atingiu o patamar de R$ 244,8 milhões.
Continuamos com resultados sólidos, apesar de todos os desafios impostos pela Covid-19. A empresa terminou o ano com 1,3 milhão de clientes ativos. Destes, 7,7 mil foram contemplados no último ano e receberam um total de R$ 26,4 milhões em prêmios.

Distribuição de Dividendos
Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados - a títulos de dividendos - a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no exercício. Diante da atual capacidade financeira, os títulos classificados na categoria "até o vencimento", conforme Circular SUSEP nº 648/21, serão mantidos até o vencimento.

Considerações Finais e Agradecimentos
A CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas - representados pela CNP Seguros Participações Securitárias Ltda. (nova denominação social de Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.) e Icatu Seguros S.A. - do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo Financeiro, do Conselho Fiscal e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir uma relação ética e duradoura com nossos clientes.

Brasília, 21 de fevereiro de 2022.

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
CIRCULANTE		844.673	1.081.115
Disponível		561	1.417
Caixa e bancos		561	1.417
Aplicações	5	820.570	1.054.026
Títulos e créditos a receber	6	18.698	17.213
Títulos e créditos a receber	6.1	17.598	9.274
Créditos tributários e previdenciários	6.2	943	7.827
Outros créditos		157	112
Outros valores e bens		208	211
Outros valores		208	211
Despesas antecipadas		108	132
Custos de aquisições diferidos		4.528	8.116
Capitalização		4.528	8.116
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.824.440	2.893.655
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.822.443	2.890.948
Aplicações	5	2.400.166	2.560.902
Títulos e créditos a receber		397.041	294.545
Créditos tributários e previdenciários	6.2	92.053	–
Depósitos judiciais e fiscais	11	304.988	294.545
Outros valores e bens	7	4.690	–
Custos de aquisição diferidos		20.546	35.501
Capitalização		20.546	35.501
Investimentos		4	4
Outros Investimentos		4	4
Imobilizado		13	74
Bens móveis		13	74
Intangível		1.980	2.629
Outros intangíveis		1.980	2.629
TOTAL DO ATIVO		3.669.113	3.974.770

	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO			
CIRCULANTE		3.136.567	3.237.991
Contas a pagar		88.441	76.451
Obrigações a pagar	8.1	31.252	32.241
Impostos e encargos sociais a recolher		1.064	1.307
Encargos trabalhistas		474	481
Impostos e contribuições	8.2	52.541	38.729
Outras contas a pagar	8.3	3.110	3.693
Débitos de operações com capitalização		10.836	11.652
Débitos operacionais		10.836	11.652
Depósitos de terceiros	10	748	892
Provisões técnicas - capitalização	12	3.035.968	3.148.996
Provisão para resgates		2.982.345	3.096.824
Provisão para sorteio		37.481	38.849
Provisão administrativa		16.142	13.323
Outros débitos		574	–
Débitos diversos	9	574	–
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		287.706	312.689
Contas a pagar	8	–	31.346
Tributos diferidos	8.4	–	31.346
Outros débitos		287.706	281.343
Provisões judiciais	11	283.440	281.343
Débitos diversos	9	4.266	–
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	244.840	424.090
Capital social	13.1	210.000	210.000
Reservas de lucros	13.2	116.775	114.673
Ajuste de avaliação patrimonial		(81.935)	99.417
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.669.113	3.974.770

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida com títulos de capitalização		128.418	231.071
Arrecadação com títulos de capitalização		1.139.345	1.377.770
Variação da provisão para resgate		(1.010.927)	(1.146.699)
Variação das provisões técnicas		(2.819)	501
Resultado com sorteio		(34.660)	(48.151)
Custos de aquisição	16.a	(49.839)	(96.225)
Outras receitas e despesas operacionais	16.b	41.582	26.282
Outras receitas operacionais		56.122	43.482
Outras despesas operacionais		(14.540)	(17.200)
Despesas administrativas	16.c	(44.069)	(49.552)
Pessoal próprio		(17.662)	(21.188)
Serviços de terceiros		(10.876)	(11.375)
Localização e funcionamento		(7.159)	(8.278)
Publicidade e propaganda		(7.945)	(7.865)
Publicações		(102)	(68)
Donativos e contribuições		(183)	(192)
Despesas administrativas diversas		(142)	(586)
Despesas com tributos	16.d	(8.470)	(12.083)
Resultado financeiro	16.e	156.826	135.545
Receitas financeiras		267.848	249.267
Despesas financeiras		(111.022)	(113.722)
Resultado operacional		186.969	187.388
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(40)	–
Resultado antes dos impostos e participações		186.929	187.388
Imposto de renda	17	(47.532)	(46.056)
Contribuição social	17	(31.481)	(28.284)
Participações sobre o resultado	18	(408)	(946)
Lucro líquido do exercício		107.508	112.102
Quantidade de ações		8.000	8.000
Lucro líquido por ação em R$		13.438,57	14.012,78

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	107.508	112.102
Outros resultados abrangentes	(181.352)	1.216
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(302.253)	2.027
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	120.901	(811)
Total dos resultados abrangentes para o exercício	(73.844)	113.318
Quantidade de ações	8.000	8.000
Lucro líquido por ação em R$	(9.230,43)	14.164,79

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	210.000	155.251	98.201	–	463.452
Dividendos complementares: AGOE de 27.04.2020	–	(126.056)	–	–	(126.056)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	–	–	1.216	–	1.216
Lucro líquido do exercício	–	–	–	112.102	112.102
Proposta de destinação do Resultado					
Reserva legal	–	5.605	–	(5.605)	–
Reserva de lucros	–	79.873	–	(79.873)	–
Dividendos (R$ 3.328,03 por ação)	–	–	–	(26.624)	(26.624)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	210.000	114.673	99.417	–	424.090
Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2021	–	(79.873)	–	–	(79.873)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	–	–	(181.352)	–	(181.352)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	107.508	107.508
Proposta de destinação do Resultado					
Reserva legal	–	5.375	–	(5.375)	–
Reserva de lucros	–	76.600	–	(76.600)	–
Dividendos (R$ 3.191,66 por ação)	–	–	–	(25.533)	(25.533)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	210.000	116.775	(81.935)	–	244.840

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	107.509	112.102
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	1.361	683
Variação de juros em passivos de arrendamento IFRS 16	355	–
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	40	–
Ajuste de prescrição e penalidades de títulos	(55.588)	(19.141)
Custos de Aquisição Diferidos	18.543	16.746
Variação de Provisões Técnicas - Seguros, Resseguros e Capitalização	2.819	(501)
Variação nas contas patrimoniais:		–
Ativos financeiros	212.839	(202.501)
Créditos fiscais e previdenciários	6.883	4.376
Ativo fiscal diferido	(92.053)	35.144
Depósitos judiciais e fiscais	(10.442)	(17.267)
Despesas antecipadas	23	(67)
Outros ativos	(8.373)	(1.559)
Impostos e contribuições	42.017	28.813
Outras contas a pagar	(481)	(172)
Débitos de operações com capitalização	(815)	(2.941)
Depósitos de terceiros	(143)	(2.308)
Provisões técnicas - capitalização	(60.259)	293.459
Provisões judiciais	2.097	12.073
Outros passivos	(362)	(146)
Caixa gerado pelas operações	165.970	256.793
Juros recebidos	361	685
Imposto sobre o lucro pagos	(59.794)	(94.825)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	106.537	162.653
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamento pela compra:	(5)	(2)
Intangível	(5)	(2)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(5)	(2)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Distribuição de dividendos	(106.497)	(168.075)
Outros	(891)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(107.388)	(168.075)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(856)	(5.424)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.417	6.841
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	561	1.417

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Caixa Capitalização S.A. (Em processo de alteração para CNP Capitalização S.A.), sediada na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, doravante referida também como "Companhia", tem como controladora direta a CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances e tem por objeto social atuar no segmento de capitalização. A Companhia iniciou suas operações em julho de 1997 e mantém atualmente a comercialização dos seguintes produtos:
• Pagamento mensal: Cap Vencedor
• Pagamento único: Acoplados
A partir de 01/08/2021 a Companhia deixou de comercializar os produtos de capitalização na rede de distribuição da Caixa ("Balcão CAIXA"), em função da reestruturação da rede de distribuição da CAIXA. A Companhia auferirá receita até o fim da vigência dos contratos já firmados. Além disso, continuará comercializando os produtos em outros canais de venda.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação
As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP 648, de 12 de novembro de 2021, que entrou em vigor em 3 de janeiro de 2022) incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP".
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real (R$) a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3 Caixa e bancos
A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4 Ativos Financeiros

2.4.1 Classificação e reconhecimento
A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento
Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são valorados pelo valor investido acrescido dos rendimentos incorridos até a data base do balanço. Os títulos da categoria valor justo por meio do resultado, antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício (títulos classificados como "valor justo por meio do resultado") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponível para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pela Companhia para o administrador do fundo, nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.

2.4.2 Mensuração
O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:
a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
b. Dívida privada emitida por empresas ou por instituições financeiras: debêntures, certificado de depósitos bancários, cédula de certificado bancário e letras financeiras, com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor.
c. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos; ou
d. Instrumentos financeiros derivativos: reconhecidos inicialmente pelo valor justo com os custos de transação incorridos no resultado do período, sendo classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.5 *Impairment*

2.5.1 *Impairment* de ativos financeiros
A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

a. Ativos registrados ao custo amortizado
Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
• Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
• Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
• O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

b. Ativos classificados como disponível para venda
No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.
Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

2.5.2 *Impairment* de ativos não financeiros
Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6 Adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2)
A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2021, utilizando a abordagem retrospectiva modificada com a simplificação permitida pela norma, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2021. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2020 não serão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

Definição de arrendamento
Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.
Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.
As notas explicativas nº 7 e nº 9.1 apresentam as novas informações e abertura dos saldos conforme exigência da norma.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17
Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17.
Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:
Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.
A norma foi referendada pela SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, gerando impactos no balanço da Companhia a partir de 4/1/2021.

2.7 Provisões técnicas
As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.
A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída por um percentual aplicado sobre os valores recebidos dos subscritores, sendo atualizada mensalmente, nas datas de aniversário dos respectivos títulos, pela Taxa Referencial (TR), definida na Lei 8177/1991, e capitalizada de acordo com a taxa de juros da PMC. Esses parâmetros estão definidos nas notas técnicas e nas condições gerais de cada produto.
A Provisão para Resgate (PR) contempla as transferências da PMC e é subdividida em: i) Provisão de Resgates Antecipados: títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador de resgate; e ii) Provisão de Resgates Vencidos: títulos vencidos. Na impossibilidade de efetuar os pagamentos dos saldos em resgate, os valores serão prescritos no prazo máximo de 6 (seis) anos a serem contados a partir da data de fim de vigência do título. A provisão é atualizada mensalmente pela TR, conforme parâmetros definidos nas notas técnicas e condições gerais de cada produto.
A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e considera um percentual definido em Nota Técnica para cada plano. Nos planos do tipo Pagamento Único essa provisão é calculada pelo método de "risco" com remuneração mensal pela TR e taxa de juros da PSR estabelecidas nas notas técnicas e condições gerais de cada produto.
A Provisão de Sorteios a Pagar (PSP) é constituída para todos os títulos já sorteados e ainda não pagos. O fato gerador da PSP é a realização do sorteio e os valores são atualizados monetariamente pela TR desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento.
A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas, através de comparação da projeção do valor presente esperado das despesas administrativas futuras e com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao carregamento dos pagamentos futuros dos títulos, sendo a parcela de carregamento líquida das despesas de comercialização e todas as projeções efetuadas considerando um cenário de *run-off*.

2.7.1 Características dos Produtos
O quadro a seguir apresenta as modalidades, taxas de carregamento e taxa de juros dos produtos comercializados pela Companhia em 31/12/2021:

Produto	Modalidade	Taxas de carregamento	Taxas de juros
CAP Ganhador PM72	PM	1ª a 3ª 88,2905% 4ª a 17ª 28,2905% 18ª a 72ª 0,4687%	0,35%
CAP Vencedor	PM	1ª a 3ª 88,2905% 4ª a 17ª 28,2905% 18ª a 72ª 0,4687%	0,35%
CAP Ganhador PU48	PU	12,1916%	0,35%
CAP Aluguel 15 meses 95	PU	9,80917%	0,35%
CAP Aluguel 12 meses 95	PU	10,50231%	0,50%
SuperXCap (versão 2019)	PM	1ª 85,6415% 2ª 86,4184% 3ª 85,4159% 4ª a 5ª 26,4184% A partir da 6ª Parcelas múltiplas de 3: 0,0583% Demais: 1,0608%	0,35%
Acoplados	Acoplados	Entre 11,1693% e 33,3185%	0,16%

2.8 Ativos e passivos circulantes e não circulantes
Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados pelo vencimento e são baseados nos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.9 Custos de aquisição diferidos
Os custos de aquisição diferidos, são aqueles pagos pelas vendas realizadas no balcão dos Correios e da CEF (comissão de balcão e indicador), e que possuem uma relação direta e incremental com a emissão dos títulos de capitalização, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais custos de aquisição que não possuam essa relação direta e incremental são registrados como despesa, conforme incorridos. Para os custos diferidos, a amortização é realizada segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de vigência do título e seu prazo médio de diferimento em 2021 foi de 68 meses (31 de dezembro de 2020 - 67 meses).

2.10 Outras provisões, ativos e passivos contingentes
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.
A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.11 Imobilizado e intangível
O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática e veículos - 20% a.a.
O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização. A taxa de amortização utilizada pela companhia é de 20% a.a.

2.12 Apuração do resultado
As receitas decorrentes da venda de títulos de capitalização e os respectivos custos apropriados por meio da constituição de provisões técnicas são registrados no resultado da Companhia quando do efetivo recebimento.
Em relação aos títulos de pagamento único (PU), conforme previsto no inciso II, parágrafo 3º, art. 8º do anexo I à Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP 648), a partir de 1º de janeiro de 2022), a Companhia mantém o reconhecimento de suas correspondentes receitas de forma integral no mês de sua emissão.

continua

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. (Em processo de alteração para CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.)
CNPJ: 01.599.296/0001-71

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até 11 de novembro de 2003 e de 5 anos após esta data.

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado até o mês de junho de 2021 e em decorrência da Medida Provisória 1.034/2021, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSLL das pessoas jurídicas de Capitalização para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social referente ao lucro ajustado desse período foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.183, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2021 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

2.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*. A administração aguarda aprovação do órgão regulador para implementação da referida norma.

2.15 Reapresentação de saldos comparativos

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentados, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de compensação de ativos e passivos correntes e tributos diferidos, conforme CPC 32.

Os impactos dessas reclassificações no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2020	Reclassificação	Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2020
CIRCULANTE	**1.105.778**	**(24.663)**	**1.081.115**
Créditos tributários e previdenciários	32.490	(24.663)	7.827
Outros	1.073.288	–	1.073.288
NÃO CIRCULANTE	**2.928.587**	**(34.932)**	**2.893.655**
Créditos tributários e previdenciários	34.932	(34.932)	–
Outros	2.893.655	–	2.893.655
TOTAL DO ATIVO	**4.034.365**	**(59.595)**	**3.974.770**
CIRCULANTE	**3.262.655**	**(24.663)**	**3.237.992**
Impostos e contribuições	63.392	(24.663)	38.729
Outros	3.199.263	–	3.199.263
NÃO CIRCULANTE	**347.620**	**(34.932)**	**312.688**
Tributos diferidos	66.278	(34.932)	31.346
Outros	281.342	–	281.342
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**424.090**	**–**	**424.090**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.034.365**	**(59.595)**	**3.974.770**

3. Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Nota 2.7 e 12 - Provisões técnicas;

Nota 5 - Instrumentos financeiros; e

Nota 11 - Provisões judiciais

4. Gestão de risco

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 521, de 24/11/2015 e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros Holding foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As responsabilidades da Diretoria de Riscos - DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency II e Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da companhia.

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os Comitês *d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1 Risco de liquidez

Possibilidades de a Companhia não conseguir ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

4.1.1 Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política Políticas de Gestão de Ativos e Passivos (ALM), Política de Investimentos, juntamente com a Declaração de Apetite ao Risco tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

A política de liquidez, para atendimento regulamentar, está em desenvolvimento e será concluída no 1º semestre de 2022.

Corporativamente, é estabelecido na Declaração de Apetite ao Risco, o limite mínimo de 25% em relação ao total de recursos disponíveis de curto prazo e aqueles direcionados para cobertura de reserva.

Os monitoramentos demonstram que a Companhia está acima do percentual estabelecido.

	31/12/2021			
	Até 1 ano	Mais de 1 ano Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	191.471	210.618	86.484	488.573
Ativos financeiros disponíveis para a venda	331.997	2.400.166	–	2.732.163
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	17.755	–	–	17.755
Total dos ativos financeiros	**541.223**	**2.610.784**	**86.484**	**3.238.491**
Passivos financeiros - capitalização	1.167.220	1.868.748	–	3.035.968
Passivos financeiros	100.599	4.267	–	104.866
Total dos passivos financeiros	**1.267.819**	**1.873.015**	**–**	**3.140.834**

(*) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa.

(**) O fluxo dos passivos considerou a projeção de sorteios, de despesas administrativas, resgates concedidos a pagar e das provisões matemáticas.

4.2 Risco de mercado

4.2.1 Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras, ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia destacam-se: risco de taxa de juros, risco de derivativo e o risco de liquidez.

4.2.2 Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value at Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 7.582 (31 de dezembro de 2020 - R$ 5.597).

Esse valor representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

4.2.3 Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os Fundos e Carteiras dos Clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos Fundos, conforme regras preestabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de risco de cada Fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à Área de Controle de Risco da Companhia:

- Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
- Acompanhar diariamente os limites de cada Fundo, se certificando do seu enquadramento;
- Informar aos Gestores, os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos;
- Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
- Informar mensalmente o *VaR* dos ativos à SUSEP.

4.3 Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (os *ratings* são obtidos com base nas agências avaliadoras de riscos que são *Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's*). Atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*.:

	31/12/2021			31/12/2020		
Composição dos ativos	BB-	Sem *Rating*	Total	BB-	Sem *Rating*	Total
Valor justo por meio do resultado	**486.959**	**1.614**	**488.573**	**236.071**	**91.403**	**327.474**
Fundos de investimento	–	1.664	1.664	–	91.428	91.428
Letras financeiras do tesouro	297.102	–	297.102	89.635	–	89.635
Notas do tesouro nacional	–	–	–	2.757	–	2.757
Operações compromissadas (*)	189.857	–	189.857	143.679	–	143.679
Outros	–	(50)	(50)	–	(25)	(25)
Disponíveis para venda	**2.732.163**	**–**	**2.732.163**	**3.193.108**	**–**	**3.193.108**
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	29.048	–	29.048
Letras do tesouro nacional	2.164.255	–	2.164.255	2.369.832	–	2.369.832
Notas do tesouro nacional	567.908	–	567.908	794.228	–	794.228
Mantidos até o vencimento	**–**	**–**	**–**	**94.384**	**–**	**94.384**
Notas do tesouro nacional	–	–	–	94.384	–	94.384
Títulos e créditos a receber	**–**	**17.598**	**17.598**	**–**	**6.481**	**6.481**
Exposição máxima ao risco de crédito	**3.219.122**	**19.212**	**3.238.334**	**3.523.563**	**97.884**	**3.621.447**

(*) O lastro total é em título público federal.

5. Instrumentos financeiros

5.1 Resumo da classificação das aplicações

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão apresentados em outros valores.

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021				
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos	Percentual
Valor justo por meio do resultado									
Fundos de investimento não exclusivo	1.664	1.664	91.428	91.428	1.664	–	–	–	0,05%
Letras financeiras do tesouro	297.102	297.401	89.636	90.680	–	–	210.618	86.484	9,22%
Notas do tesouro nacional	–	–	2.756	2.759	–	–	–	–	0,00%
Operações compromissadas	189.857	189.857	143.679	143.679	–	189.857	–	–	5,89%
Outros valores	(50)	(50)	(25)	(25)	(50)	–	–	–	0,00%
Total	**488.573**	**488.872**	**327.474**	**328.521**	**1.614**	**189.857**	**210.618**	**86.484**	**15,17%**
Disponível para venda									
Letras financeiras do tesouro	–	–	29.048	29.052	–	–	–	–	0,00%
Letras do tesouro nacional	2.164.255	2.281.475	2.369.832	2.246.709	–	331.997	1.832.258	–	67,20%
Notas do tesouro nacional	567.908	587.246	794.228	751.652	–	–	567.908	–	17,63%
Total	**2.732.163**	**2.868.721**	**3.193.108**	**3.027.413**	**–**	**331.997**	**2.400.166**	**–**	**84,83%**
Mantidos até o vencimento									
Notas do tesouro nacional	–	–	94.384	94.346	–	–	–	–	0,00%
Total	**–**	**–**	**94.384**	**94.346**	**–**	**–**	**–**	**–**	**0,00%**

O saldo do balanço patrimonial é composto da seguinte forma: "Valor justo por meio do resultado" e "Disponível para venda" pelo "valor a mercado" e "Mantidos até o vencimento" pelo "Valor do Custo atualizado".

5.2 Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2021
Saldo inicial	**3.614.928**
Aplicações	3.183.686
Resgates	(3.542.526)
Rendimentos	266.901
Ajuste ao valor justo	(302.253)
Saldo final	**3.220.736**

5.3 Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	31/12/2021			31/12/2020		
Valor justo por meio do resultado	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Letras do tesouro nacional	2.164.255	–	2.164.255	2.369.832	–	2.369.832
Notas do tesouro nacional	567.908	–	567.908	794.228	–	794.228
Total	**2.732.163**	**–**	**2.732.163**	**3.193.108**	**–**	**3.193.108**
Disponível para venda	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos de investimento	1.664	–	1.664	91.428	–	91.428
Letras financeiras do tesouro	297.102	–	297.102	89.637	–	89.637
Operações compromissadas	–	189.857	189.857	–	143.679	143.679
Outros	(50)	–	(50)	2.731	–	2.731
Total	**298.716**	**189.857**	**488.573**	**183.795**	**143.679**	**327.474**
Mantidos até o vencimento						
Notas do tesouro nacional	–	–	–	94.384	–	94.384
Total	**–**	**–**	**–**	**94.384**	**–**	**94.384**

5.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de utilização de instrumentos derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente. As operações objetivam a compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros.

A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pela área de monitoramento do risco financeiro, subordinada à Diretoria de Riscos, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos associados às aplicações financeiras.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme quadros a seguir:

			Vencimento em 31/12/2021		
	31/12/2021	31/12/2020	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
DI - Compromissos/Venda					
Valor de referência	–	346	–	–	–
Valor justo	–	346	–	–	–
Resultado acumulado	(20)	36	(33)	50	(37)

5.5 Análise de sensibilidade

5.5.1 Carteira de ativos

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: mantidos até o vencimento, disponível para venda e valor justo por meio do resultado.

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras e o choque de 1 ponto base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice Bovespa; curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	*Value-at-Risk*	DV-1
Fundos	22	
LFT	11	(10.182)
Curva de juros Pré	7.550	(28.819)
Total	**7.582**	**(39.001)**

5.6 Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia dos títulos possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	31/12/2021	31/12/2020
Letras do tesouro nacional	Pré 5,34% a 8,74%	Pré 2,38% a 8,74%
Notas do tesouro nacional	Pré 6,77% a 8,76%	Pré 6,77% a 13,75%
Notas do tesouro nacional	–	IPCA + 0,28% a 1,31% a.a

6. Títulos e créditos a receber

6.1 Títulos e créditos a receber

A composição dos títulos e créditos a receber é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos a receber - Seguradora	63	131
Créditos a receber - Diversos	16.702	8.172
Outros títulos e créditos a receber	833	971
Total	**17.598**	**9.274**

6.2 Créditos tributários e previdenciários

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

6.2.1 Composição dos créditos tributários e previdenciários

	31/12/2021						
	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	Outros Tributos	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
A compensar	–	–	–	5.381	943	–	6.324
Adições temporárias	–	12.318	–	19.731	–	–	32.049
Tributos diferidos - TVM	–	20.484	–	34.140	–	–	54.624
Total dos créditos tributários	**–**	**32.802**	**–**	**59.252**	**943**	**–**	**92.997**

	31/12/2020						
	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	Outros Tributos	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
A compensar	–	–	6.742	–	1.085	–	7.827
Total dos créditos tributários	**–**	**–**	**6.742**	**–**	**1.085**	**–**	**7.827**

continua

CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. (Em processo de alteração para CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.)
CNPJ: 01.599.296/0001-71

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

6.2.2 Expectativa de efetiva realização dos créditos tributários

	31/12/2021					
	Diferenças Temporárias		Ajustes TVM		Total	
Ano de Realização	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2022	5.251	16,38%	–	0,00%	5.251	6,06%
2023	25.764	80,39%	1.508	2,76%	27.272	31,47%
2024	252	0,79%	37.568	68,78%	37.820	43,64%
2025	249	0,78%	13.551	24,81%	13.800	15,92%
2026	255	0,80%	1.997	3,66%	2.252	2,60%
A partir 2027	278	0,87%	–	0,00%	278	0,32%
Total	**32.049**	**100,00%**	**54.624**	**100,00%**	**86.673**	**100,00%**

6.2.3 Movimentação do ativo e passivo diferido

	31/12/2021		
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
Saldo inicial de Créditos Tributários	**(11.755)**	**(19.591)**	**(31.346)**
Contingências cíveis	(12)	(20)	(32)
Contingências trabalhistas	(2)	(3)	(5)
Provisão para risco de crédito	(73)	(921)	(994)
Provisão para participações nos lucros	(46)	(76)	(122)
Operações de arrendamento - CPC 06	23	38	61
Outras provisões	(671)	(1.119)	(1.790)
Tributos diferidos - TVM	45.338	75.563	120.901
Saldo Atual dos Créditos Tributários	**32.802**	**53.871**	**86.673**
Efeito no resultado das constituições e realizações	781	2.101	2.882

7. Outros valores e bens - Ativo de direito de uso

Refere se ao imóvel onde está situada a sede para a condução dos negócios da Companhia. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.6), descontado a valor presente:

		Movimentações	31/12/2021		
Direito de uso	Saldo em 01/01/2021	Despesa de depreciação do período	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Imóveis	5.377	(686)	5.377	(686)	4.690
Total	**5.377**	**(686)**	**5.377**	**(686)**	**4.690**

A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando uma taxa de 12,77% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

8. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

8.1 Obrigações a pagar

A composição de obrigações a pagar, é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	204	195
Dividendos	25.533	26.624
Honorários e remunerações a pagar	519	970
Ressarcimento de custos a pagar	3.716	3.391
Outras obrigações a pagar	1.280	1.061
Total	**31.252**	**32.241**

8.2 Impostos e contribuições

A composição de impostos e contribuições, é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL a recolher	52.312	38.183
PIS e COFINS a recolher	229	546
Total	**52.541**	**38.729**

(i) os saldos de 31/12/2020 dos créditos tributários e previdenciários do grupo do ativo e impostos e contribuições do grupo do passivo foram reapresentados, em função da compensação entre as antecipações de tributos com as obrigações a pagar de mesma natureza, tal como preconiza o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

8.3 Tributos diferidos

Não apresentou saldo em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 - R$ 31.346).

9. Débitos diversos

9.1 Passivo de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	6.979	(1.602)	5.378
Apropriação de juros transcorridos	–	355	355
Pagamentos	(893)	–	(893)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.086	(1.246)	4.840
Circulante	**891**	**(317)**	**574**
Não circulante	**5.197**	**(932)**	**4.266**

(*) Não são apresentados valores comparativos, haja visto que a adoção inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pela IFRS 16/ CPC 06 (R2).

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 7,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

10. Depósitos de terceiros

A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Depósito de terceiros	Outros depósitos	Total	Depósito de terceiros	Outros depósitos	Total
De 1 a 30 dias	256	–	256	17	142	159
De 31 a 60 dias	2	–	2	11	72	83
De 61 a 120 dias	6	–	6	33	–	33
De 121 a 180 dias	10	–	10	3	2	5
De 181 a 365 dias	39	–	39	22	51	73
Acima de 365 dias	112	323	435	479	60	539
Total	**425**	**323**	**748**	**565**	**327**	**892**

11. Depósitos judiciais e fiscais, passivos contingentes e obrigações fiscais

A composição em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais		Contingências passivas	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ações judiciais cíveis	12	10	1.589	1.668
Ações judiciais trabalhistas	196	157	450	460
Ações judiciais fiscais	1.898	1.898	–	–
Obrigações legais - fiscal	302.882	292.480	280.994	278.788
Outras Obrigações	–	–	407	427
Total	**304.988**	**294.545**	**283.440**	**281.343**

As contingências cíveis referem-se, basicamente, a: (i) questões relativas a sorteios e; (ii) questões relativas ao valor de resgates e devoluções.

Fiscais -A companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - axa seguros). Período de 02/1999 a 12/2014. Valor provisionado R$ 63.734.

(ii) Aumento da alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. A probabilidade de perda é provável. No entanto, em 2021 tivemos uma decisão que negou provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário da Capitalização em razão do julgamento desfavorável da ADI nº 4101 e, com isso, não tendo mais como recorrer, optamos por desistir do processo. Período discutido a partir de 01/2009. Valor provisionado R$ 182.439;

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável e o processo encontra-se aguardando julgamento de Embargos de Declaração. Período de 09/2015 a 12/2018- R$ 34.812.

Além dos saldos acima, a Companhia tem ações no polo ativo, que em caso de êxito da causa os valores recolhidos poderão ser revertidos para a Companhia, que poderá ter o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - Axa seguros). Período de 02/1999 a 07/2007 - R$ 30.710;

(ii) Mandado de Segurança -Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. Ação distribuída - antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito." O processo encontra-se parado aguardando a modulação do STF. R$ 1.188.

11.1 Segregação em função da probabilidade de perda

	31/12/2021			
	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	635	674	1.589	2.898
Trabalhistas	–	1.281	450	1.731
Natureza fiscal - Obrigações legais	–	63.743	217.251	280.994
Natureza fiscal - Contingências	–	1.912	–	1.912
Outras Obrigações	–	–	407	406
	635	**67.610**	**219.290**	**287.535**

	31/12/2020			
	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	1.039	1.541	1.668	4.248
Trabalhistas	–	1.536	460	1.996
Natureza fiscal - Obrigações legais	–	98.547	180.241	278.788
Natureza fiscal - Contingências	–	1.912	–	1.912
Outras Obrigações	–	–	427	427
	1.039	**103.536**	**182.796**	**287.371**

11.2 Movimentação das contingências

	Saldo 31/12/2020	Reversões	Baixas	Adições/ atualizações monetárias e juros	Saldo 31/12/2021
Contingências cíveis	**1.668**	(4)	(662)	587	**1.589**
Contingências trabalhistas	**460**	–	(62)	52	**450**
Obrigações legais - fiscal	**278.788**	–	–	2.206	**280.994**
Outras Obrigações	**427**	(43)	–	23	**407**
Total	**281.343**	**(47)**	**(724)**	**2.868**	**283.440**

12. Provisões técnicas

12.1 Abertura e movimentação das provisões técnicas

	Provisão Matemática para Capitalização	Provisão para Resgates	Total das Provisões para Resgates	Provisão para Sorteios a Realizar	Provisão para Sorteios a Pagar	Total das Provisões para Sorteios	Demais Provisões	Total
Saldos em 31/12/2020	**2.690.243**	**406.581**	**3.096.824**	**30.766**	**8.083**	**38.849**	**13.323**	**3.148.996**
Constituição de provisão	1.014.492	–	**1.014.492**	33.502	35.876	**69.378**	150.276	**1.234.146**
Cancelamento de títulos ou reversão de provisão	(4.269)	(2.513)	**(6.782)**	(35.123)	–	**(35.123)**	(147.457)	**(189.362)**
Encargos financeiros sobre provisões	108.795	388	**109.183**	924	123	**1.047**	–	**110.230**
Solicitações de resgates antecipados	(588.202)	588.202	**–**	–	–	**–**	–	**–**
Prescrição de títulos	–	(30.518)	**(30.518)**	–	(125)	**(125)**	–	**(30.643)**
Vencimento de títulos	(830.362)	830.362	**–**	–	–	**–**	–	**–**
Reativação de títulos	3.170	(3.161)	**9**	–	–	**–**	–	**9**
Revenda de títulos	–	(49.140)	**(49.140)**	–	–	**–**	–	**(49.140)**
Pagamentos efetuados	–	(1.129.802)	**(1.129.802)**	–	(36.545)	**(36.545)**	–	**(1.166.347)**
Outras movimentações de provisões	–	(21.921)	**(21.921)**	–	–	**–**	–	**(21.921)**
Saldos em 31/12/2021	**2.393.867**	**588.478**	**2.982.345**	**30.069**	**7.412**	**37.481**	**16.142**	**3.035.968**

	Provisão Matemática para Capitalização	Provisão para Resgates	Total das Provisões para Resgates	Provisão para Sorteios a Realizar	Provisão para Sorteios a Pagar	Total das Provisões para Sorteios	Demais Provisões	Total
Saldos em 31/12/2019	**2.477.955**	**343.377**	**2.821.332**	**36.177**	**3.847**	**40.024**	**13.824**	**2.875.180**
Constituição de provisão	1.152.671	–	**1.152.671**	40.914	54.335	**95.249**	163.633	**1.411.553**
Cancelamento de títulos ou reversão de provisão	(7.421)	(1.934)	**(9.355)**	(47.516)	–	**(47.516)**	(164.134)	**(221.005)**
Encargos financeiros sobre provisões	107.721	111	**107.832**	1.191	(114)	**1.077**	–	**108.909**
Solicitações de resgates antecipados	(470.192)	470.192	**–**	–	–	**–**	–	**–**
Prescrição de títulos	–	(23.620)	**(23.620)**	–	(135)	**(135)**	–	**(23.755)**
Vencimento de títulos	(573.691)	573.691	**–**	–	–	**–**	–	**–**
Reativação de títulos	3.200	(3.190)	**10**	–	–	**–**	–	**10**
Revenda de títulos	–	(132.011)	**(132.011)**	–	–	**–**	–	**(132.011)**
Pagamentos efetuados	–	(804.072)	**(804.072)**	–	(49.850)	**(49.850)**	–	**(853.922)**
Outras movimentações de provisões	–	(15.963)	**(15.963)**	–	–	**–**	–	**(15.963)**
Saldos em 31/12/2020	**2.690.243**	**406.581**	**3.096.824**	**30.766**	**8.083**	**38.849**	**13.323**	**3.148.996**

12.2 Garantia das provisões técnicas

A composição da garantia das provisões técnicas em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões técnicas	**3.035.968**	**3.148.996**
Total a ser coberto	**3.035.968**	**3.148.996**
Total dos ativos garantidores:	**3.219.072**	**3.613.426**
Títulos da dívida pública	2.732.163	3.287.454
Quotas de outros fundos financeiros *(i)*	486.909	325.972
Suficiência de cobertura	**183.105**	**464.430**

(i) Para a cobertura de reserva técnica é utilizado um único fundo, o Nogueira, pois somente ele é exclusivo e pode ser oferecido para a cobertura das reservas.

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 8.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

13.2 Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

13.3 Reservas de lucros

a. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 40.175 (31 de dezembro de 2020 - R$ 34.800).

b. Reserva de retenção de lucros - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo mínimo e a reserva legal. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 76.600 (31 de dezembro de 2020 - 79.873).

13.4 Dividendos

Aos acionistas, é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	107.508	112.102
(–) Reserva Legal	(5.375)	(5.605)
Base de cálculo de dividendos	**102.133**	**106.497**
Dividendo mínimo - 25%	25.533	26.624
Total provisionado de dividendos propostos	**25.533**	**26.624**

14. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio líquido ajustado - PLA igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre o Capital base e o Capital de risco - CR.

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

	31/12/2021
Patrimônio líquido	**244.840**
(+) Ajustes contábeis	**(104.696)**
Despesas antecipadas	(108)
Créditos tributários de dif. temporárias que excederem 15% do CMR	(77.529)
Ativos Intangíveis	(1.980)
Obras de arte	(4)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(25.075)
(–) PLA Nível 3 - (C)	9.143
PLA Nível 1 - (A)	**131.001**
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
(+) Valor do ajuste = menor (60% do item 2.6.14, Limite def. item 2.6.16) (*)	22.129
PLA Nível 2 - (B)	**22.129**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	9.143
PLA Nível 3 - (C)	**9.143**
PLA Nível 2 - (B) + PLA Nível 3 - 50% do CMR	795
PLA Nível 3 - 15% do CMR	–
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 - (D)	**(795)**
Patrimônio líquido ajustado (A) + (B) + (C) + (D)	**161.478**
Capital base e capital adicional	
Capital base	**10.800**
Capital de risco de crédito	9.018
Capital de risco de subscrição	34.649
Capital de risco de mercado	32.517
Capital de risco de operação	2.973
Benefício da correção entre risco	(18.204)
Capital mínimo requerido (CMR) - (E)	**60.953**
Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)	**100.523**
% Suficiência - (PLA Total (A) + (B) + (C) / (E))	**165%**

(*) Acréscimo do *superávit* entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista das sociedades de capitalização, líquido dos efeitos tributários e limitado ao efeito no capital mínimo requerido da parcela de risco de subscrição.

15. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (Controladora direta), CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora indireta), CNP Assurances (Controladora da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), as demais empresas identificadas são Controladas e Coligadas de sua Controladora direta ou indireta, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

Os saldos relativos às operações realizadas com partes relacionadas podem ser demonstrados como segue:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)	Ativos	(Passivos)	Receitas	(Despesas)
Disponibilidades:								
Caixa Econômica Federal	445	–	–	–	1.136	–	–	–
Dividendos								
Icatu Seguros S.A.	–	(12.511)	–	–	–	(13.046)	–	–
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	–	(13.022)	–	–	–	(13.578)	–	–
Contribuições para plano de previdência privada								
Caixa Vida e Previdência S.A.	–	–	–	(269)	–	–	–	(438)
Contribuições para plano de odonto								
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	–	–	–	(20)	–	–	–	–
Prestação de serviços e reembolsos:								
Caixa Seguradora S.A. *(i)*	63	(3.716)	–	(29.447)	131	(3.391)	–	(31.165)
Caixa Econômica Federal *(ii)*	–	–	–	(5.550)	–	(606)	–	–
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. *(iii)*	–	–	–	(528)	–	(195)	–	(6.461)
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	1	–	–	–	–	–	–	–
Fundos de investimento Exclusivos	–	–	–	(186)	–	–	–	–
Títulos de capitalização								
Caixa Seguradora S.A.	62	(1.082)	1.049	(82)	131	(1.816)	7.085	(922)
Caixa Vida e Previdência S.A.	506	(8.649)	8.863	(805)	809	(13.118)	7.230	(582)
Companhia de Seguros Previdência do Sul	46	(617)	557	(248)	161	(1.120)	1.081	(508)
XS2 Vida e Previdência S.A.	265	(4.621)	4.596	(162)	–	–	–	–
Operações de seguros								
Caixa Seguradora S.A.	–	–	–	(9)	–	–	–	(13)
Remuneração do pessoal-chave da administração								
Remuneração e benefícios de curto prazo	–	–	–	(1.446)	–	–	–	(1.409)

(i) Compreendem as despesas relativas ao apoio administrativo dos membros do conselho da administração e diretoria executiva;

(ii) Despesas comerciais, que abrangem a remuneração decorrente do uso do balcão, e a prestação de serviços pela CAIXA de cobrança e administração de ativos;

(iii) Despesas referentes ao comissionamento e incentivos às vendas;

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

continua

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. (Em processo de alteração para CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.)
CNPJ: 01.599.296/0001-71

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

16. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

O quadro a seguir traz o detalhamento das contas de resultado:

	31/12/2021	31/12/2020
a) Custos de aquisição		
Despesas de corretagem	(236)	(765)
Despesas de custeamento	(49.603)	(95.460)
Total	**(49.839)**	**(96.225)**
b) Outras receitas e despesas operacionais		
Resgates antecipados	24.945	19.140
Resultado com títulos prescritos	30.643	23.755
Central de relacionamento	(3.454)	(3.779)
Incentivo e manutenção de vendas	(59)	(598)
Fretes e correspondências	(1.788)	(1.833)
Custos processuais	(886)	(1.505)
Publicidade e propaganda - produto	(2.380)	(934)
Serviços com manuseio de documentos	(150)	(195)
Serviços de terceiros	(2.224)	(2.743)
Outras receitas e despesas operacionais	(3.065)	(5.026)
Total	**41.582**	**26.282**
c) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(17.662)	(21.188)
Serviços de terceiros	(10.876)	(11.375)
Localização	(7.159)	(8.278)
Publicidade e propaganda	(7.945)	(7.865)
Publicações	(102)	(68)
Donativos e contribuições	(183)	(192)
Outras despesas administrativas	(142)	(586)
Total	**(44.069)**	**(49.552)**
d) Despesas com tributos		
PIS	(979)	(1.499)
COFINS	(6.027)	(9.228)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(1.340)	(1.278)
Outras despesas com tributos	(124)	(78)
Total	**(8.470)**	**(12.083)**

e) Receitas e despesas financeiras	31/12/2021	31/12/2020
Resultado com títulos de renda fixa	246.673	235.899
Resultado com fundos de investimentos	20.228	7.722
Despesas com provisões técnicas - capitalização	(110.230)	(108.909)
Outras receitas e despesas financeiras	155	833
Total	**156.826**	**135.545**

17. Imposto de renda e contribuição social

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2021		31/12/2020	
Descrição	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**
Resultado antes dos tributos e após participações	186.521	186.521	186.442	186.442
Base de cálculo	**186.521**	**186.521**	**186.442**	**186.442**
Taxa nominal do tributo	20,00%	25,00%	15,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**(37.304)**	**(46.630)**	**(27.966)**	**(46.611)**
	–	–	–	–
Ajustes do lucro real	(4.860)	(4.633)	1.590	1.590
Ajustes temporários diferidos	3.908	8.405	531	531
Efeito do diferencial da alíquota até jun/21	(28.166)	–	–	–
Total dos ajustes a base de cálculo	**(29.118)**	**3.772**	**2.121**	**2.121**
	–	–	–	–
Tributos sobre os ajustes	**5.824**	**(943)**	**(318)**	**(530)**
Efeito do adicional de IR e incentivos fiscais	**–**	**42**	**–**	**1.085**
Despesa contabilizada	**(31.481)**	**(47.532)**	**(28.284)**	**(46.056)**
Taxa efetiva	**16,88%**	**25,48%**	**15,17%**	**25,48%**

18. Plano de previdência

A Companhia é co-patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*) contratado junto à coligada Caixa Vida e Previdência S.A.. O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado. Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 269 (31 de dezembro de 2020 - R$ 438).

19. Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 321/15, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa líder do Grupo.

Conselho de Administração

Asma Zidani Ep Baccar - Presidente

Alexandre Petrone Vilardi
Luciano Snel Corrêa
Pedro Duarte Guimarães
Paulo Otavio Silva Camara

Conselho Fiscal

Humberto Cavalcante Lacerda – Membro do Conselho Fiscal
José Francisco da Conceição – Membro do Conselho Fiscal
Anderson Alves Bastos – Membro do Conselho Fiscal

Diretoria Executiva

André Mourão Passos Coutinho – Diretor Superintendente
Rubens Bordinhão de Camargo Junior – Diretor Presidente

Contador

Marco Antonio Barbosa Pires – Contador - CRC DF 014151/O-6

Atuário

Andrés Marco Botalla – Atuário MIBA nº 3653

Parecer do Conselho Fiscal

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Capitalização S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Capitalização S.A.
Brasília - DF

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Caixa Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Caixa Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Caixa Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Caixa Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11° Andar, Edifício EZ Towers, torre A.
04711-904
São Paulo - SP - Brasil

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Anexo I - Caixa Capitalização S.A. - *(Em milhares de Reais)*

1. Provisões Técnicas	**31/12/2021**
Total de provisões técnicas auditadas	3.035.968

2. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	**31/12/2021**
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	60.953
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**60.953**

3. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2021**
Patrimônio Líquido Ajustado Total (a)	161.478
Ajustes Econômicos do PLA	22.129
Exigência de Capital (CMR) (b)	60.953
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**100.525**
Ativos Garantidores (d)	3.219.072
Total a ser Coberto (e)	3.035.968
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	**183.105**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Capitalização S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Caixa Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para resgates	
Principal assunto de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.7 e 12, a Caixa Capitalização possui provisão para resgates. Para mensurar estas provisões, a Companhia adota como metodologia a aplicação do percentual de quotas, definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. Consideramos as provisões para resgates como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos perante as demonstrações financeiras.	Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram: i) Entendimento do processo de mensuração das provisões para resgates, compreendendo: (i) parametrização do cálculo da provisão no sistema operacional de acordo com as condições gerais do produto; (ii) processo de aprovação e liquidação financeira dos resgates; e (iii) precisão dos dados dos títulos de capitalização que foram utilizados no cálculo da provisão para resgates oriundos do sistema de administração de títulos; ii) testes, com base em amostragem, da existência e precisão dos valores pagos de resgates, bem como dos valores arrecadados com os respectivos comprovantes de liquidação financeira; iii) envolvimento de especialistas atuariais para o recálculo da provisão para resgates, conforme as condições gerais do produto, bem como da respectiva incidência de juros e atualização monetária; iv) avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes pela Companhia.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota explicativa 2.15, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo nessa data, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

– A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

– Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

– A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

CAIXA CONSÓRCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da CAIXA CONSÓRCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS ("Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia obteve no exercício de 2021, um lucro líquido de R$ 119,2 milhões, um expressivo incremento de 33,0% quando comparado ao resultado alcançado no ano de 2020. Com esse resultado, a taxa de rentabilidade sobre o seu patrimônio líquido médio foi 43,0%.

Ao longo do ano de 2021, a Companhia acumulou uma receita de prestação de serviços de R$ 500,8 milhões, representando uma pequena redução de 2,7% em relação aos R$ 514,7 milhões auferidos em 2020.

O patrimônio líquido da Companhia em dezembro de 2021 atingiu R$ 286,9 milhões, o que representa um crescimento de 7,1% em relação ao valor de R$ 268,0 milhões alcançado em 2020.

Os investimentos em instrumentos financeiros atingiram o valor de R$ 435,2 milhões em 2021, ficando praticamente no mesmo patamar do exercício de 2020, que foi de R$ 428,1 Milhões.

A Companhia tem como prática a distribuição de seus resultados, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.

A Companhia encerrou o exercício de 2021 com 29 mil bens entregues.

Considerações Finais e Agradecimentos

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas e Conselheiros. Agradecemos também o apoio dado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) à regulação do setor e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Por fim, a Companhia reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e de todos os parceiros que distribuem os produtos da Empresa. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os desafios dessa nova fase da Companhia

Brasília, 21 de fevereiro de 2022

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante		361.828	424.840	**Passivo circulante**		225.495	234.149
Disponibilidade		304	947	**Outras obrigações**	7	225.495	234.149
Títulos e valores mobiliários				Sociais e estatutárias	7.a	30.499	23.393
e instrumentos financeiros derivativos	5	350.454	360.621	Fiscais e previdenciárias	7.b	12.486	11.129
Carteira própria		350.878	361.553	Diversas	7.c	182.510	199.627
(Provisões para desvalorizações)		(424)	(932)	**Passivo exigível a longo prazo**		6.213	6.814
Outros créditos		10.910	62.576	**Outras obrigações**		6.213	6.814
Créditos específicos		–	42	Fiscais e previdenciárias	7.b	–	1.770
Diversos	6.1	10.910	62.534	Diversas	7.c	6.213	5.044
Outros valores e bens		160	696	**Patrimônio líquido**	8	286.941	267.964
Outros valores e bens		160	170	Capital		105.000	100.000
Despesas antecipadas		–	526	De domiciliados no país	8.a	105.000	100.000
Ativo realizável a longo prazo		153.263	79.826	Reservas de lucros	8.b	187.908	165.002
Títulos e valores mobiliários				Ajustes de avaliação patrimonial		(5.967)	2.962
e instrumentos financeiros derivativos	5	84.761	67.459				
Carteira própria		84.761	67.459				
Outros créditos		68.502	12.367				
Diversos	6.1	68.502	12.367				
Permanente		3.558	4.261				
Imobilizado de uso		158	275				
Outras imobilizações de uso		319	452				
Depreciações acumuladas		(161)	(177)				
Intangível		3.400	3.986				
Ativos intangíveis		8.615	8.027				
Amortização acumulada		(5.215)	(4.041)				
TOTAL DO ATIVO		518.649	508.927	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		518.649	508.927

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado	Nota	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Receitas da intermediação financeira	11	14.018	24.302	15.936
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		14.018	24.302	15.936
Resultado bruto da intermediação financeira		14.018	24.302	15.936
Outras receitas/despesas operacionais		88.973	158.407	121.523
Receitas de prestação de serviços	12	244.911	500.842	514.693
Despesas de pessoal	13	(14.605)	(30.012)	(30.534)
Outras despesas administrativas	14	(140.339)	(299.483)	(331.941)
Despesas tributárias	15	(34.416)	(69.938)	(69.687)
Outras receitas operacionais	16	49.703	97.764	87.018
Outras despesas operacionais	16	(16.281)	(40.766)	(48.026)
Resultado operacional		102.991	182.709	137.459
Resultado não operacional		412	354	–
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		103.403	183.063	137.459
Imposto de renda e contribuição social	17	(34.607)	(61.335)	(45.521)
Provisão para imposto de renda	17	(25.431)	(45.068)	(33.244)
Provisão para contribuição social	17	(9.176)	(16.267)	(12.277)
Participações estatutárias no lucro		(1.418)	(2.507)	(2.280)
Lucro líquido do semestre/exercício		67.378	119.221	89.658
Quantidade de ações		7.711.637	7.711.637	7.711.637
Lucro por ação em Reais		8,74	15,46	11,63

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Retenção de lucros	Ganhos/Perdas não Realizados com T.V.M.	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	100.000	–	14.285	95.158	3.735	–	213.178
Dividendos complementares AGOE de 29/04/2020	–	–	–	(12.804)	–	–	**(12.804)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	89.658	**89.658**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	(773)	–	**(773)**
Proposta de destinação do lucro líquido:							–
Reserva legal - (Nota 8.b)	–	–	4.483	–	–	(4.483)	–
Dividendos propostos (R$ 2761,24 por lote de mil ações) - (Nota 8.c)	–	–	–	–	–	(21.295)	**(21.295)**
Reserva de retenção de lucros - (Nota 8.b)	–	–	–	63.880	–	(63.880)	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	100.000	–	18.768	146.234	2.962	–	267.964
Aumento de capital AGOE em 30/03/2021	–	5.000	(5.000)	–	–	–	–
Dividendos complementares AGOE de 29/04/2021	–	–	–	(63.000)	–	–	**(63.000)**
Aprovação de aumento de capital Ofício 17.435/2021-BCB/Deorf/GTCUR	5.000	(5.000)	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	119.221	**119.221**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	(8.929)	–	**(8.929)**
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Reserva legal - (Nota 8.b)	–	–	5.961	–	–	(5.961)	–
Dividendos propostos (R$ 3671,74 por lote de mil ações) - (Nota 8.c)	–	–	–	–	–	(28.315)	**(28.315)**
Reserva de retenção de lucros - (Nota 8.b)	–	–	–	84.945	–	(84.945)	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	105.000	–	19.729	168.179	(5.967)	–	286.941
SALDOS EM 30 JUNHO DE 2021	100.000	5.000	16.360	120.172	(2.432)	–	239.100
Aprovação de aumento de capital Ofício 17.435/2021-BCB/Deorf/GTCUR	5.000	(5.000)	–	–	–	–	–
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	67.378	**67.378**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	(3.535)	–	**(3.535)**
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	–	–	3.369	–	–	(3.369)	–
Dividendos propostos (R$ 2.075,09 por lote de mil ações)	–	–	–	–	–	(16.002)	**(16.002)**
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	48.007	–	48.007	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	105.000	–	19.729	168.179	(5.967)	–	286.941

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do período	67.378	119.221	89.658
Outros lucros abrangentes	(3.535)	(8.929)	(773)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(5.387)	(13.772)	(1.204)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	1.852	4.844	430
Total dos lucros abrangentes para o período	63.843	110.292	88.885
Quantidade de ações	7.711.637	7.711.637	7.711.637
Lucro por ação em Reais	8,28	14,30	11,53

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre/exercício	67.378	119.221	89.658
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações	645	1.239	876
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	8	66	–
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros	14.442	(16.062)	(108.723)
Créditos fiscais e previdenciários	50.054	49.959	(6.181)
Ativo fiscal diferido	(53.843)	(54.866)	(999)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.027)	(1.270)	(160)
Despesas antecipadas	531	526	(187)
Outros Ativos	(2.799)	(1.348)	(2.149)
Impostos e contribuições	37.871	57.048	49.510
Outras contas a pagar	(9.954)	(10.544)	6.278
Depósitos de terceiros	1.722	2.160	1.156
Provisões para contingências	1.456	1.169	214
Outros passivos	(9.776)	(8.643)	41.341
Caixa gerado pelas operações	91.708	138.655	70.634
Juros pagos	–	(5)	(2)
Juros recebidos	2.843	3.065	687
Imposto sobre o lucro pagos	(32.035)	(57.462)	(42.840)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	62.516	84.253	28.479
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Pagamento pela compra:	(4)	(603)	(2.359)
Imobilizado	–	–	(79)
Intangível	(4)	(603)	(2.280)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(4)	(603)	(2.359)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(63.000)	(84.293)	(25.609)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(63.000)	(84.293)	(25.609)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(488)	(643)	511
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	792	947	436
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	304	304	947

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO				
Circulante		5.122.460	5.122.460	4.752.763
Disponibilidades		666	666	939
Depósitos bancários		666	666	939
Aplicações interfinanceiras de liquidez	19	2.206.851	2.206.851	2.094.891
Disponibilidade do grupo	19	185.087	185.087	188.751
Aplicações financeiras vinculadas à contemplação - SELIC	19	2.021.764	2.021.764	1.906.140
Outros créditos		2.914.943	2.914.943	2.656.933
Direitos junto a consorciados contemplados - normais		2.863.759	2.863.759	2.614.975
Direitos junto a consorciados contemplados - em atraso		51.184	51.184	41.958
Compensação		22.414.365	22.414.365	24.165.452
Previsão mensal receitas a receber de consorciados		136.726	136.726	131.765
Contribuições devidas ao grupo		11.798.092	11.798.092	12.676.020
Valor dos bens ou serviços a contemplar		10.479.547	10.479.547	11.357.667
TOTAL GERAL DO ATIVO		27.536.825	27.536.825	28.918.215
Circulante		5.122.460	5.122.460	4.752.763
Obrigações com consorciados		1.988.665	1.988.665	1.779.083
Valores a repassar		56.941	56.941	54.615
Obrigações por contemplações a entregar		2.021.764	2.021.764	1.906.140
Recursos a devolver a consorciados		715.055	715.055	681.198
Recursos do grupo		340.035	340.035	331.727
Compensação		22.414.365	22.414.365	24.165.452
Recursos mensais a receber de consorciados		136.726	136.726	131.765
Obrigações do grupo por contribuições		11.798.092	11.798.092	12.676.020
Bens ou serviços a contemplar		10.479.547	10.479.547	11.357.667
TOTAL GERAL DO PASSIVO		27.536.825	27.536.825	28.918.215

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades no início do período	2.152.702	2.095.831	2.107.548
Depósitos bancários	791	940	945
Aplicações financeiras - grupos	178.957	188.751	182.695
Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações	1.972.954	1.906.140	1.923.908
(+) Recursos coletados	1.613.166	3.183.136	3.127.848
Contribuições para aquisição de bem	1.234.755	2.445.561	2.392.269
Taxa de administração	249.035	510.320	527.177
Contribuições ao fundo de reserva	52.835	105.032	103.171
Rendimento de aplicações financeiras	52.881	73.875	48.658
Multas e juros moratórios	5.364	10.990	12.545
Prêmios de seguros	12.021	25.008	30.297
Custas judiciais	1	160	733
Outros	6.274	12.190	12.998
(–) Recursos utilizados	1.558.351	3.071.450	3.139.566
Aquisição de bens	1.112.384	2.154.879	2.192.945
Taxa de administração	249.401	510.356	523.641
Multas e juros moratórios	2.601	5.402	6.256
Prêmios de seguros	12.198	25.419	30.928
Custas judiciais	1	162	727
Devolução a consorciados desligados	71.480	143.929	124.040
Outros	110.286	231.303	261.029
Disponibilidades no final do período	2.207.517	2.207.517	2.095.830
Depósitos bancários	666	666	939
Aplicações financeiras - grupos	185.087	185.087	188.751
Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações	2.021.764	2.021.764	1.906.140

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios, doravante referida também como "Companhia", iniciou suas atividades em 16 de outubro de 2002, com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, é controlada pela CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances. A Companhia tem por objeto social a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis e serviços, conforme definido na legislação em vigor.

A partir de 23/08/2021, a Companhia deixou de comercializar os produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa ("Balcão CAIXA"), em função da reestruturação da rede de distribuição da CAIXA. A Companhia auferirá receita até o fim da vigência dos contratos já firmados. Além disso, continua comercializando os produtos nos mais de 250 parceiros comerciais que atuam em parceria com a Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas disposições com observância às normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil, específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF e práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior; e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

Conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, são apresentadas as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades dos grupos.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2022.

3. Principais práticas contábeis da Administradora

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b. Disponibilidades

A Companhia considera como caixa e bancos e os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

c. Ativos e passivos circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas quando aplicável. Os passivos são demonstrados pelo vencimento e são baseados nos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

d. Títulos, valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

O registro e a avaliação da carteira própria de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração, sendo a carteira própria alocada em títulos para negociação (valor justo por meio do resultado) e disponíveis para venda.

- Títulos para negociação (valor justo por meio do resultado): os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício.

- Títulos disponíveis para venda: nessa categoria os títulos são ajustados ao valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações são levadas aos resultados, quando das realizações dos respectivos títulos.

e. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização.

f. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

g. Apuração do resultado

A apuração do resultado obedece ao regime de competência, exceto pela taxa de administração, que é reconhecida quando do seu efetivo recebimento. As despesas relacionadas à utilização do balcão da CAIXA são reconhecidas por ocasião da venda das cotas de consórcios e as de formalização de garantia e custo de contemplação por ocasião da contemplação dos consorciados. As despesas com formalização de garantia são liquidadas no momento da efetiva utilização da carta de crédito.

h. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

i. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas contábeis que entraram em vigor ainda não foram aprovadas pelo órgão regulador e a que pode gerar um efeito relevante encontra-se a IFRS 9 e a IFRS 16. Tendo em vista que tais

continua →

CAIXA CONSÓRCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

alterações não são obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras até o momento, estas normas terão adoção em períodos futuros. A Companhia está finalizando os trabalhos de avaliação para os efeitos que as IFRS podem vir a apresentar nas demonstrações financeiras e suas divulgações e aguardará referendo do órgão regulador para adoção.

IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil: Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - *Leases*, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional IAS 17. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

A Companhia pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador.

j. Gerenciamento de riscos

O Gerenciamento de Riscos segue a política de riscos adotada na estrutura do Grupo CNP Seguros. Neste contexto, os riscos que foram mapeados e aplicáveis à operação de Consórcios são: Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional. Contudo não observamos exposição significativa da Companhia.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados, e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, à prevenção à fraude, entre outros.

3.1 Reapresentação de saldos comparativos

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de compensação de ativos e passivos correntes, em função da entrada em vigor da Resolução BCB nº 15/20.

Os impactos dessas reclassificações no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados a seguir:

Balanço Patrimonial

	Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2020	Reclassificação	Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2020
Diversos (circulante)	105.374	(42.840)	62.534
Outros	446.394	–	446.393
TOTAL DO ATIVO	**551.768**	**(42.840)**	**508.927**
Fiscais e Previdenciárias (circulante)	53.970	(42.840)	11.130
Outros	497.797	–	497.797
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**551.768**	**(42.840)**	**508.927**

A seguir apresentamos o impacto na demonstração do resultado pela reclassificação de saldos de outras despesas operacionais para outras despesas administrativas, conforme orientação do Banco Central:

Demonstração do resultado

	Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2020	Reclassificação	Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2020
Outras despesas administrativas	(15.026)	(144.713)	(159.739)
Outras despesas operacionais	(169.355)	144.713	(24.642)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**69.861**	**–**	**69.861**
Lucro líquido do período	**45.471**	**–**	**45.471**

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pelo BACEN, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

- Nota 5 - Títulos e Valores Mobiliários - TVM
- Nota 7.d - Depósitos judiciais e provisões passivas

5. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os fundos de investimentos exclusivos são compostos por títulos públicos federais, operações compromissadas e valores a receber, a pagar e de tesouraria que estão apresentados na linha de outros valores.

Descrição	31/12/2021 Valor de Mercado	31/12/2021 Valor do Custo Atualizado	31/12/2020 Valor de Mercado	31/12/2020 Valor do Custo Atualizado	31/12/2021 Sem Vencimento	31/12/2021 Até 01 ano	31/12/2021 Entre 01 e 05 anos	31/12/2021 Acima de 05 anos
Títulos para negociação								
Ações	5.177	5.138	–	–	5.177	–	–	–
Fundos de investimento	301.556	301.556	257.049	257.049	301.556	–	–	–
Letras financeiras do tesouro	1.086	1.087	1.073	1.076	–	–	953	133
Notas do tesouro nacional	–	–	92	92	–	–	–	–
Operações compromissadas	602	602	484	484	–	602	–	–
Outros valores	103	103	(12)	(12)	103	–	–	–
Total	**308.524**	**308.486**	**258.686**	**258.689**	**306.836**	**602**	**953**	**133**
Disponível para venda								
Letras do tesouro nacional	126.691	135.731	164.304	159.574	–	41.930	84.761	–
Notas do tesouro nacional	–	–	5.090	5.088	–	–	–	–
Total	**126.691**	**135.731**	**169.394**	**164.662**	**–**	**41.930**	**84.761**	**–**

5.1. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	428.080	320.131
Aplicações	503.262	606.585
Resgates	(506.657)	(513.585)
Rendimentos	24.302	16.153
Ajustes TVM	(13.772)	(1.204)
Saldo final	435.215	428.080

5.2. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

Descrição	31/12/2021 Nível 1	31/12/2021 Nível 2	31/12/2021 Total	31/12/2020 Nível 1	31/12/2020 Nível 2	31/12/2020 Total
Títulos para negociação						
Ações	5.177	–	**5.177**	–	–	–
Fundos de investimento	301.556	–	**301.556**	257.049	–	**257.049**
Letras financeiras do tesouro	1.086	–	**1.086**	1.073	–	**1.073**
Notas do tesouro nacional	–	–	–	92	–	**92**
Operações compromissadas	–	602	**602**	–	484	**484**
Outros valores	103	–	**103**	(12)	–	**(12)**
Total	**307.922**	**602**	**308.524**	**258.202**	**484**	**258.686**
Disponíveis para a venda						
Letras do tesouro nacional	126.691	–	**126.691**	164.304	–	**164.304**
Notas do tesouro nacional	–	–	–	5.090	–	**5.090**
Total	**126.691**	**–**	**126.691**	**169.394**	**–**	**169.394**

6. Outros créditos - Administradora

6.1 Créditos diversos

Os valores registrados como outros créditos diversos podem ser assim apresentados:

Outros créditos - diversos	31/12/2021	31/12/2020
Créditos tributários (nota 6.2)	70.067	65.160
Adiantamentos e antecipações salariais	115	66
Títulos e créditos a receber s/ característica de concessão de crédito	3.620	5.559
Depósitos judiciais cíveis e trabalhistas (nota 7d)	4.808	3.538
Outros valores	802	578
Total dos outros créditos - diversos	**79.412**	**74.901**

6.2 Créditos Tributários

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

a. Composição

31/12/2021

	Contribuição Social Circulante	Contribuição Social Não Circulante	Imposto de Renda Circulante	Imposto de Renda Não Circulante	Outros Tributos Circulante	Outros Tributos Longo Prazo	Total
A compensar *(i)*	1	2.163	6.303	50.855	68	1.164	60.554
Adições temporárias	–	1.704	–	4.735	–	–	6.439
Tributos diferidos - TVM	–	814	–	2.260	–	–	3.074
Total	**1**	**4.681**	**6.303**	**57.850**	**68**	**1.164**	**70.067**

31/12/2020

	Contribuição Social Circulante	Contribuição Social Não Circulante	Imposto de Renda Circulante	Imposto de Renda Não Circulante	Outros Tributos Circulante	Outros Tributos Longo Prazo	Total
A compensar *(i)*	2.206	–	52.933	–	1.193	–	56.332
Adições temporárias	–	2.336	–	6.492	–	–	8.828
Total	**2.206**	**2.336**	**52.933**	**6.492**	**1.193**	**–**	**65.160**

(i) Referem-se a tributos retidos pendentes de compensação e ou homologação de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

Os saldos de 31/12/2020 dos Diversos (créditos tributários) do grupo do ativo e Fiscais e Previdenciários do grupo do passivo foram reapresentados, em função da compensação entre as antecipações de tributos com as obrigações a pagar de mesma natureza.

b. Expectativa de efetiva realização dos créditos tributários

Ano de Realização	Diferenças Temporárias Valor	Diferenças Temporárias %	Ajustes TVM Valor	Ajustes TVM %
2022	3.699	57%	161	5%
2023	445	7%	–	0%
2024	417	6%	2.913	95%
2025	458	7%	–	0%
2026	315	5%	–	0%
De 2027 a 2031	1.105	17%	–	0%
Total	**6.439**	**100%**	**3.074**	**100%**

c. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido

31/12/2021

	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
Saldo inicial de Créditos Tributários	2.337	6.492	8.829
Contingências cíveis	–	1	1
Contingências trabalhistas	105	292	397
Provisão para risco de crédito	(46)	(127)	(173)
Provisão para participações nos lucros	8	21	29
Outras provisões	(700)	(1.944)	(2.644)
Ajuste de títulos a valor justo - TVM	814	2.260	3.074
Saldo Atual dos Créditos Tributários	**2.518**	**6.995**	**9.513**
Efeito no resultado das constituições e realizações	633	1.757	2.390

7. Outras obrigações - Administradora

a. Obrigações sociais e estatutárias

Os valores que compõem as obrigações sociais e estatutárias são representados substancialmente por dividendos provisionados a pagar e podem ser assim apresentados:

Sociais e estatutárias	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos a pagar	28.315	21.295
Gratificações e participações	2.184	2.098
Total	**30.499**	**23.393**

b. Obrigações fiscais e previdenciárias

Os valores que compõem as obrigações fiscais e previdenciárias podem ser assim apresentados:

Fiscais e previdenciárias	31/12/2021	31/12/2020
Impostos retidos	2.485	2.727
Impostos e contribuições sobre o lucro	10.001	8.402
Impostos sobre ajustes TVM	–	1.770
Total	**12.486**	**12.899**

Os saldos de 31/12/2020 dos Diversos (créditos tributários) do grupo do ativo e Fiscais e Previdenciários do grupo do passivo foram reapresentados, em função da compensação entre as antecipações de tributos com as obrigações a pagar de mesma natureza.

c. Outras obrigações - diversas

Os valores que compõem as outras obrigações diversas podem ser assim apresentadas:

	31/12/2021	31/12/2020
Recursos não procurados de grupos encerrados	130.396	133.704
Despesas de pessoal	1.297	1.327
Comissões a pagar	26.874	30.080
Incentivos e manutenção de vendas	2.488	2.441
Contingências cíveis (nota 7.d)	4.423	4.420
Contingências trabalhistas (nota 7.d)	1.790	624
Serviços de terceiros operacional	3.261	12.699
Honorários	6.468	7.046
Ressarcimento de custos a pagar	5.230	4.759
Outros valores	6.496	7.571
Total	**188.723**	**204.671**

d. Depósitos judiciais e provisões passivas

Demonstramos a seguir composição dos depósitos judiciais e provisões constituídas na Companhia:

	Depósitos judiciais 31/12/2021	Depósitos judiciais 31/12/2020	Contingências passivas 31/12/2021	Contingências passivas 31/12/2020
Ações judiciais cíveis	4.147	3.252	4.423	4.420
Ações judiciais trabalhistas	661	286	1.790	624
Total	**4.808**	**3.538**	**6.213**	**5.044**

Os depósitos judiciais cíveis correspondem substancialmente a valores oriundos de demandas judiciais envolvendo as devoluções de valores e parcelas pagas pelos consorciados, cujos grupos não tenham sido encerrados.

Os critérios levados em consideração pelos assessores jurídicos para quantificar as provisões para contingências são: a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. Mediante esta avaliação, a constituição de provisão ocorre para as causas judiciais classificadas com probabilidade de perda provável.

A Companhia tem uma ação no polo ativo que foi integralmente recolhida e por isso não está contingenciada. Caso a decisão seja favorável, transitando em julgado, obterá o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos: (i) PIS e COFINS - Lei 9.718/98 desde 1999, R$ 4.589.

Demonstramos a seguir a segregação em função da probabilidade de perda:

31/12/2021

	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	2.258	3.616	4.423	10.297
Trabalhistas	9	8.215	1.790	10.014
	2.267	**11.831**	**6.213**	**20.311**

31/12/2020

	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	4.970	4.083	4.420	13.473
Trabalhistas	8	2.650	624	3.282
	4.978	**6.733**	**5.044**	**16.755**

e. Movimentação das ações judiciais e provisões passivas

	Saldo 31/12/2020	Reversões	Baixas	Adições/ atualizações monetárias	Saldo 31/12/2021
Natureza cível	**4.420**	(704)	(629)	1.336	**4.423**
Natureza trabalhista	**624**	–	(65)	1.231	**1.790**
Total	**5.044**	**(704)**	**(694)**	**2.567**	**6.213**

	Saldo 31/12/2019	Reversões	Baixas	Adições/ atualizações monetárias	Saldo 31/12/2020
Natureza cível	**4.316**	(600)	(252)	956	**4.420**
Natureza trabalhista	**513**	–	(91)	202	**624**
Total	**4.829**	**(600)**	**(343)**	**1.158**	**5.044**

8. Patrimônio líquido - Administradora

a. Capital social

O capital social no valor de R$ 105.000, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 7.711.637 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Reservas de lucros

i. A Reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada semestre até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 19.729 (31 de dezembro de 2020 - R$ 18.767).

ii. Reserva de retenção de lucros é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do semestre após considerar o dividendo proposto e a reserva legal. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 168.179 (31 de dezembro de 2020 - R$ 146.235).

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto da Companhia, de 25% sobre o lucro líquido do semestre/exercício, após a destinação da reserva legal. Os dividendos provisionados foram calculados como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do semestre/exercício	67.378	119.221	89.658
(–) Reserva Legal	(3.369)	(5.961)	(4.483)
Base de cálculo de dividendos	**64.009**	**113.260**	**85.175**
Dividendo mínimo - 25%	16.002	28.315	21.295
Dividendo provisionado - 25%	**16.002**	**28.315**	**21.295**

9. Transações com partes relacionadas - Administradora

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora direta), CNP Assurances (Controladora indireta), CNP Assurances Latam Holding Ltda. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), empresas ligadas que são controladas por seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

A Companhia atua de forma integrada com as empresas de controle comum da sua Controladora e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela Administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.

Os saldos relativos às operações realizadas com partes relacionadas podem ser demonstrados como segue:

	31/12/2021 Ativos	31/12/2021 (Passivos)	31/12/2021 Receitas	31/12/2021 (Despesas)	31/12/2020 Ativos	31/12/2020 (Passivos)	31/12/2020 Receitas	31/12/2020 (Despesas)
Disponibilidades								
Caixa Econômica Federal	131	–	–	–	406	–	–	–
Dividendos								
CNP Seguros Holding Brasil S.A.	–	(28.315)	–	–	–	(21.294)	–	–
Contribuições para plano de previdência privada								
Caixa Vida e Previdência S.A.	–	–	–	(977)	–	–	–	(925)
Contribuições para plano de odonto								
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	–	–	–	(81)	–	–	–	(71)

	31/12/2021 Ativos	31/12/2021 (Passivos)	31/12/2021 Receitas	31/12/2021 (Despesas)	31/12/2020 Ativos	31/12/2020 (Passivos)	31/12/2020 Receitas	31/12/2020 (Despesas)
Prestação de serviços e reembolsos								
Caixa Seguradora S.A. *(i)*	–	(5.133)	–	(32.826)	–	(4.201)	–	(35.943)
Caixa Econômica Federal *(ii)*	–	(31)	–	(14.627)	–	(1.397)	–	(23.711)
Caixa Seguradora especializada em Saúde S.A.	–	(14)	–	(151)	–	(13)	–	(169)
CNP Seguros Holding Brasil S.A.	–	(83)	–	–	–	(544)	–	–
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. *(iii)*	–	–	–	(4.118)	–	(2.340)	–	(34.877)
XS5 Admin. Consórcio S.A.	256	–	–	–	–	–	–	–
Fundos de investimento Exclusivos	–	–	75	(29)	–	–	2	(14)

	31/12/2021 Ativos	31/12/2021 (Passivos)	31/12/2021 Receitas	31/12/2021 (Despesas)	31/12/2020 Ativos	31/12/2020 (Passivos)	31/12/2020 Receitas	31/12/2020 (Despesas)
Operações de seguros								
Caixa Seguradora S.A. *(iv)*	–	–	8	(3.219)	–	–	15	(15.062)
Caixa Vida e Previdência S.A. *(v)*	–	(5)	18	(16.436)	–	(1.469)	14	(9.676)
Companhia de Seguros Previdência do Sul *(v)*	478	(7.803)	6.616	(94.717)	841	(8.430)	8.121	(85.406)
XS2 Vida e Previdência S.A. *(v)*	–	–	–	(175)	–	–	–	–
Remuneração do pessoal-chave da administração								
Remuneração e benefícios de curto prazo	–	–	–	(1.469)	–	–	–	(1.195)

(i) Compreendem as despesas relativas ao apoio administrativo prestado pela companhia indicada;
(ii) São decorrentes do uso do balcão na comercialização dos produtos e custos relacionados às contemplações;
(iii) Valores referentes ao comissionamento e incentivos a vendas;
(iv) Compreendem os valores relativos as apólices de seguros dos funcionários e as apólices de seguros dos grupos de consórcios; e
(v) Compreendem os valores relativos as apólices de seguros dos grupos de consórcios.

A Companhia não fornece benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

10. Plano de previdência patrocinado - Administradora

A Companhia é copatrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*).

O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Foram efetuadas contribuições no *Previnvest* no montante de R$ 977 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 - R$ 925).

11. Receitas da intermediação financeira

A composição das receitas da intermediação financeira pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Receita com títulos de renda fixa	4.494	10.931	10.944
Receita com fundos de investimento	9.524	13.371	4.992
	14.018	24.302	15.936

12. Receitas de prestação de serviços - Administradora

São representadas integralmente por taxa de administração recebida de consorciados.

13. Despesas de pessoal - Administradora

A composição das despesas de pessoal pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Honorários	(294)	(534)	(469)
Benefícios	(1.666)	(3.745)	(3.506)
INSS e FGTS	(1.092)	(2.118)	(1.802)
Salários	(3.653)	(7.716)	(7.200)
Despesas compartilhadas	(6.789)	(14.791)	(17.475)
Outras despesas de pessoal	(1.111)	(1.108)	(82)
Total	**(14.605)**	**(30.012)**	**(30.534)**

continua

CAIXA CONSÓRCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

14. Outras despesas administrativas - Administradora

A composição das despesas administrativas pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros	(1.696)	(4.087)	(4.757)
Localização e funcionamento	(1.874)	(3.717)	(3.903)
Publicidade e propaganda	(2.245)	(4.968)	(5.389)
Eventos administrativos	(1)	(2)	(2)
Serviços do sistema financeiro	(28)	(52)	(62)
Publicações legais	(38)	(68)	(71)
Ressarcimentos de recursos não procurados	(3.726)	(5.068)	(2.513)
Despesas compartilhadas	(8.508)	(17.967)	(18.455)
Comissões	(120.091)	(255.498)	(272.538)
Arrendamento de balcão	(2.497)	(8.042)	(23.711)
Outras despesas administrativas	365	(14)	(539)
Total	**(140.339)**	**(299.483)**	**(331.940)**

15. Despesas tributárias - Administradora

A composição das despesas tributárias pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
ISS	(6.599)	(13.405)	(13.216)
PIS e COFINS	(27.811)	(56.399)	(56.363)
Despesas compartilhadas	(3)	(68)	(11)
Outras despesas tributárias	(3)	(66)	(98)
Total	**(34.416)**	**(69.938)**	**(69.688)**

16. Outras receitas e (despesas) operacionais - Administradora

A composição das outras receitas e despesas operacionais pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Receita com multas e juros	5.712	8.900	12.746
Taxa de permanência	33.601	67.352	58.430
Honorarios e custas processuais	(2.817)	(5.503)	(5.013)
Outras rendas operacionais	10.390	21.512	15.842
Formalização e custo de contemplação	(969)	(2.035)	(2.774)
Propaganda e correspondência	6.984	6.050	(2.295)
Despesas acessórias com vendas	(657)	(711)	(330)
Serviço de recuperação de crédito	(566)	(1.304)	(1.314)
Mídia produto	(3.577)	(3.678)	(24)
Central de relacionamento	(915)	(1.817)	(1.513)
Serviços de terceiros	(4.549)	(14.031)	(17.969)
Indenizações judiciais	(1.406)	(4.972)	(5.595)
Pagamento obrigatório ao estipulante	(5.980)	(8.056)	(3.956)
Outras despesas operacionais	(1.829)	(4.709)	(7.243)
Total	**33.422**	**56.998**	**38.992**

17. Imposto de renda e contribuição social - Administradora

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	180.556	180.556	135.179	135.179
Base de cálculo	**180.556**	**180.556**	**135.179**	**135.179**
Taxa nominal do tributo	9%	25%	9%	25%
Tributos calculado a taxa nominal	**(16.250)**	**(45.139)**	**(12.166)**	**(33.795)**
Ajustes do lucro real	(6.840)	(6.802)	4.172	4.172
Ajustes temporários diferidos	7.029	7.029	(2.939)	(2.939)
Total dos ajustes a base de cálculo	**189**	**227**	**1.233**	**1.233**
Tributos sobre os ajustes	**(17)**	**(57)**	**(111)**	**(308)**
Incentivos fiscais	–	128	–	859
Despesa contabilizada	**(16.267)**	**(45.068)**	**(12.277)**	**(33.244)**
	–			
Taxa efetiva	**9,01%**	**24,96%**	**9,08%**	**24,59%**

18. Principais práticas contábeis - Grupos de Consórcios

a. Ativo circulante

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos aplicados, segundo determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de rateio diário proporcionais à participação de cada grupo no total das receitas.

ii. Direitos junto a consorciados contemplados

Representam os valores a receber de consorciados que já foram contemplados.

b. Passivo circulante

i. Obrigações com consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e também os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

ii. Valores a repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento a terceiros, a título de Taxa de Administração e Seguros, Multas e Juros Moratórios, Custas Judiciais e Prêmios de Seguros.

iii. Obrigações por contemplações a entregar

Representam os recursos a repassar aos consorciados contemplados destinados à aquisição de bens.

iv. Recursos a devolver a consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

v. Recursos do grupo

Representam os registros dos recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

c. Compensação

i. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

ii. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições totais (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.

iii. Valor dos bens ou serviços a contemplar

Corresponde ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente no período.

d. Demonstração consolidada das variações das disponibilidades de grupos

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

i. Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio no período e incluem os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebida dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva e dos seguros.

O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento de prestações, além de outras possibilidades previstas em Lei. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

ii. Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como: cartas de crédito, taxa de administração, seguros e outros.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens ou no decorrer do recebimento das prestações.

e. Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios podem ser resumidas como segue:

	Quantidades	
Operações de consórcios:	31/12/2021	31/12/2020
Grupos em andamento	157	182
Consorciados ativos	158.423	171.034
Consorciados desistente ou excluídos - total [1]	159.257	147.882
Consorciados desistente ou excluídos - no período	30.010	34.855
Consorciados contemplados	142.326	136.119
Bens pendentes de entrega	45.169	44.066
Bens entregues - total [2]	97.157	92.053
Bens entregues - no período	29.255	30.158
Taxa média de inadimplência dos contemplados [3]	13,41%	12,68%

[1] Representa o total de cotas desistentes e excluídas de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;

[2] Representa a utilização total da carta de crédito de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;

[3] A partir de 30/06/2015, o percentual de inadimplência calculado representa as cotas contempladas de consorciados ativos cujo percentual em atraso é igual ou superior ao percentual de amortização mensal, na data-base, sobre a quantidade total de cotas contempladas de consorciados ativos.

19. Aplicações financeiras - Grupos

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) podem ser resumidas como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Letras financeiras do tesouro	2.017.626	2.017.626	1.972.985
Quotas de fundos de investimento	189.225	189.225	121.906
Total	**2.206.851**	**2.206.851**	**2.094.891**

20. Provisões

As ações judiciais em que a companhia é ré, em sua maior parte envolvem pedido de devolução de valores pagos. Os valores pagos pelos consorciados ficam registrados nas rubricas: i) obrigações com consorciados; ou ii) recursos a devolver a consorciados até o encerramento dos grupos, quando então são devolvidos aos consorciados.

Para as ações que envolvem pedido de indenização por danos morais é realizada provisão na Administradora para aquelas em que a probabilidade de perda for considerada provável. (Nota 7.d.)

Conselho de Administração

Paulo Otavio Silva Camara - Presidente | **Rosana Techima Salsano** | **Antônio Carlos Paiva Futuro** | **Maximiliano Alejandro Villanueva** | **Pedro Duarte Guimarães**

Parecer do Conselho Fiscal

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório com ênfase emitido pela KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Conselho Fiscal

Humberto Fernandes de Moura
Membro do Conselho Fiscal

José Marcolino Lincoln
Membro do Conselho Fiscal

José Antônio Lima Tenório
Membro do Conselho Fiscal

Diretoria Executiva

Maximiliano Alejandro Villanueva
Diretor Presidente

Mozart de Oliveira Farias
Diretor Operacional

Contador

Ana Paula Rodrigues Coelho
CRC PE - 020428/O-0 T-DF

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Comitê de Auditoria - Coaud é um órgão estatutário, instalado na CNP Seguros Holding Brasil S.A., líder do Conglomerado e com atuação sobre todas as subsidiárias do Grupo, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração da Holding. É composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de cinco anos.

Para o exercício de sua missão institucional, o Comitê realiza reuniões periódicas, de acordo com seu Planejamento Anual, aprovado pelo Conselho de Administração.

As atividades desenvolvidas no período estão registradas em atas, cobrem o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões com a participação da Diretora-Presidente e de Diretores Executivos do Grupo, dos Auditores Independentes, de representantes da Auditoria Interna, da Conformidade, do Controle de Riscos, da Governança Corporativa e da Ouvidoria. Referidas reuniões tiveram a agenda definida pelo Coaud e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.

Ao longo de 2021, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da administração, debatendo principais aspectos e detalhes do material com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as Demonstrações Financeiras de 31/12/2021 da CNP Seguros Holding Brasil S.A. e das seguintes controladas : Caixa Seguradora S.A., Caixa Capitalização S.A., Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios, Companhia de Seguros Previdência do Sul-Previsul, Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.. e Youse Seguradora S.A., também revisou as notas explicativas, o Relatório da Administração e os relatórios dos Auditores Independentes.

Conclusões:

Com base em suas avaliações ao longo do período e tendo presentes as atribuições e limitações inerentes ao seu escopo de atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

Não foram constadas evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 144 da Resolução CNSP n.º 321/15.

A auditoria contábil externa foi efetiva e realizou suas atividades de forma objetiva e independente. As informações fornecidas pela KPMG constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras.

A auditoria interna foi efetiva, concluiu o conjunto de trabalhos ajustados com o Coaud para o exercício e desempenhou suas funções com independência e objetividade.

O sistema de controles internos mostrou-se adequado e preparado para os desafios que o Grupo está enfrentando, em razão da reorganização societária e das reestruturações internas.

Não foram constatadas evidências de falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares pertinentes que possam colocar em risco a continuidade do negócio.

As práticas contábeis relevantes utilizadas pela CNP Seguros Holding Brasil S.A. e controladas, na elaboração das demonstrações financeiras, estão alinhadas aos princípios fundamentais de contabilidade, à legislação societária brasileira e às demais normas aplicáveis.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

Jefferson Moreira - Presidente do Comitê de Auditoria
João Decio Ames
Rogério Vergara

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2021 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2021 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre o exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção a nota 3.1, às demonstrações financeiras, que indica que as informações comparativas no exercício findo de 31 de dezembro de 2020 foram reapresentadas em função da compensação de certos ativos e passivos fiscais correntes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício anterior

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota explicativa 3.1, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa relativas ao semestre e exercício findos nessa data e as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2020, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Administradora referentes ao semestre e exercício findos nessa data e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

YOUSE SEGURADORA S.A.
CNPJ: 24.856.160/0001-03

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da YOUSE SEGURADORA S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia encerrou o exercício com um lucro líquido de R$ 752,0 mil, o que representa uma taxa de rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 1,5%. Como a Companhia ainda não está comercializando produtos, esse resultado foi alcançado substancialmente em decorrência do resultado financeiro dos recursos aplicados.

Os ativos financeiros da Companhia, ao final do exercício de 2021, totalizaram o valor de R$ 49.045,0 mil, superando em 1,2% o valor alcançado no final do ano anterior, já seu patrimônio líquido alcançou o valor de R$ 48.767,0 mil.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados a títulos de dividendos a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no período.

Considerações Finais e Agradecimentos

A YOUSE SEGURADORA S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e dos conselheiros.

Brasília, 21 de fevereiro de 2022

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
CIRCULANTE		49.256	35.087
Disponível		168	395
Caixa e bancos		168	395
Aplicações	5	49.045	33.296
Títulos e créditos a receber	6	–	1.353
Créditos tributários e previdenciários	6.1	–	1.353
Despesas antecipadas		43	43
NÃO CIRCULANTE		422	15.206
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		405	15.179
Aplicações	5	–	15.169
Títulos e créditos a receber	6	405	10
Créditos tributários e previdenciários	6.1	405	10
Imobilizado		4	8
Bens móveis		4	8
Intangível		13	19
Outros intangíveis		13	19
TOTAL DO ATIVO		49.678	50.293

	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO			
CIRCULANTE		911	1.119
Contas a pagar		911	1.119
Obrigações a pagar	7.1	258	331
Impostos e encargos sociais a recolher		44	60
Encargos trabalhistas		64	20
Impostos e contribuições	7.2	448	662
Outras contas a pagar		97	46
NÃO CIRCULANTE		–	457
Contas a pagar		–	457
Tributos diferidos	7.3	–	457
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	48.767	48.717
Capital social	8.1	40.000	40.000
Reservas de lucros	8.2	8.889	8.032
Ajuste de avaliação patrimonial		(122)	685
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		49.678	50.293

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
Despesas administrativas	11	(1.222)	(630)
Despesas com tributos	11	(191)	(182)
Resultado financeiro	11	2.799	2.917
Resultado operacional		1.386	2.105
Resultado antes dos impostos e participações		1.386	2.105
Imposto de renda	12	(310)	(529)
Contribuição social	12	(245)	(332)
Participações sobre o resultado		(79)	(48)
Lucro líquido do exercício		752	1.196
Quantidade de ações		40.000.000	40.000.000
Lucro líquido por ação em R$		0,02	0,03

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	752	1.196
Outros lucros abrangentes	(807)	(171)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(1.345)	(285)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	538	114
Total dos (Prejuízos)/Lucros abrangentes para o exercício	(55)	1.025
Quantidade de ações	40.000.000	40.000.000
(Prejuízo)/Lucro líquido por ação em R$	(0,00)	0,03

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Discriminação	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.000	6.857	857	–	47.714
Reserva de lucros - reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGO de 27.04.2020	–	263	–	–	263
Títulos e valores mobiliários	–	–	(171)	–	(171)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.196	1.196
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	60	–	(60)	–
Reserva de lucros	–	852	–	(852)	–
Dividendos	–	–	–	(284)	(284)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.000	8.032	685	–	48.717
Reserva de lucros - reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGO de 30.03.2021	–	284	–	–	284
Títulos e valores mobiliários	–	–	(807)	–	(807)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	752	752
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	37	–	(37)	–
Reserva de lucros	–	536	–	(536)	–
Dividendos	–	–	–	(179)	(179)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	40.000	8.889	(122)	–	48.767

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	752	1.196
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	9	10
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(1.388)	(1.182)
Créditos fiscais e previdenciários	1.353	325
Ativo fiscal diferido	(395)	(6)
Despesas antecipadas	–	(43)
Outros ativos	(19)	(188)
Impostos e contribuições	87	745
Outras contas a pagar	84	62
Outros passivos	46	–
Caixa gerado pelas operações	529	919
Juros pagos	(3)	–
Juros recebidos	19	188
Imposto sobre o lucro pagos	(772)	(864)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	(227)	243
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamento pela compra:	–	(5)
Imobilizado	–	(5)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	–	(5)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(227)	238
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	395	157
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	168	395

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Youse Seguradora S.A."Companhia", foi constituída em 11 de maio de 2016, com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, controlada pela CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances e atua em parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA") na distribuição de seus produtos nas modalidades de seguros e de ramos elementares no âmbito do território nacional. Tem por objeto social a exploração de operações de seguros de danos e de pessoas, em quaisquer de suas modalidades ou formas, em todo o território nacional, podendo, ainda, participar do capital social de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes.

A autorização para exploração das operações de seguros de danos e pessoas foi publicada pela SUSEP em 26 de março de 2018, mas as operações de seguros não foram iniciadas até o momento da aprovação dessas demonstrações financeiras.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP 648, de 12 de novembro de 2021, que entrou em vigor em 3 de janeiro de 2022), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP".

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em de 21 de fevereiro 2022.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e bancos

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

A Companhia não possui títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "para valor justo por meio do resultado") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponíveis para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.

2.4.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

b. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.5. Impairment

***2.5.1. Impairment* de ativos financeiros**

a. Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais.

b. Ativos classificados como disponível para venda

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.

No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.

Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

***2.5.2. Impairment* de ativos não financeiros**

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática - 20% a.a.

O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada pela Companhia é de 20% a.a.

2.7. Ativos e passivos circulante e não circulante

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.8. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.9. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado até o mês de junho de 2021 e em decorrência da Medida Provisória 1.034/2021, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSLL das pessoas jurídicas de seguros privados para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social referente ao lucro ajustado desse período foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.183, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2021 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

2.10. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 entrou em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, porém a administração avaliou que a Companhia cumpre os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e optou por adiar a aplicação do IFRS 9/CPC 48 até a data efetiva da nova norma de contratos de seguro (IFRS 17), em 1º de janeiro de 2023, tendo em vista que suas operações, quando iniciadas, serão predominantemente relacionadas a seguros. Além disso, dependerá da aprovação do órgão regulador.

IFRS 17 - Contratos de seguro - Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro, norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 Contratos de Seguro emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.

Em março de 2020, o IASB emitiu uma emenda à IFRS 17, que prorrogou a data de entrada em vigor da norma, que passará a ser para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

A Companhia pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A nota explicativa 5 - Instrumentos Financeiros (Aplicações) inclui: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

3.1. Estimativas utilizadas para cálculo de *impairment* de ativos financeiros

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

4. Gestão de riscos

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas *pela European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 521, de 24/11/2015 e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos *(Chief Risk Officer)*, independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar de valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency* II e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comités d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

continua

YOUSE SEGURADORA S.A.
CNPJ: 24.856.160/0001-03

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

4.1. Risco de crédito

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

Composição dos ativos	BB- (31/12/2021)	Sem Rating (31/12/2021)	Total (31/12/2021)	BB- (31/12/2020)	Sem Rating (31/12/2020)	Total (31/12/2020)
Valor justo por meio do resultado	–	34.817	34.817	–	12.347	12.347
Fundos de investimentos	–	34.817	34.817	–	12.347	12.347
Disponíveis para venda	14.228	–	14.228	36.118	–	36.118
Letras do tesouro nacional	14.228	–	14.228	35.069	–	35.069
Notas do tesouro nacional	–	–	–	1.049	–	1.049
Exposição máxima ao risco de crédito	14.228	34.817	49.045	36.118	12.347	48.465

4.2. Risco de liquidez

Possibilidades de a Companhia não conseguir ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

4.2.1. Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política Políticas de Gestão de Ativos e Passivos (ALM), Política de Investimentos, juntamente com a Declaração de Apetite ao Risco tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

A política de liquidez, para atendimento regulamentar, está em desenvolvimento e será concluída no 1° semestre de 2022.

Corporativamente, é estabelecido na Declaração de Apetite ao Risco, o limite mínimo de 25% em relação ao total de recursos disponíveis de curto prazo e aqueles direcionados para cobertura de reserva.

Os monitoramentos demonstram que a Companhia está acima do percentual estabelecido.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Resumo da classificação das aplicações

As carteiras dos fundos de investimentos são apresentadas segregadas por tipo de investimento, classificação e prazo de vencimento.

	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Percentual
Valor justo por meio do resultado								
Fundos de investimento	34.817	34.817	12.347	12.347	34.817	–	–	70,99%
Subtotal	34.817	34.817	12.347	12.347	34.817	–	–	70,99%
Disponível para venda								
Letras do tesouro nacional	14.228	14.432	35.069	33.927	–	14.228	–	29,01%
Notas do tesouro nacional	–	–	1.049	1.048	–	–	–	0,00%
Subtotal	14.228	14.432	36.118	34.975	–	14.228	–	29,01%

5.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	48.465	47.455
Aplicações	49.299	608
Resgates	(50.238)	(2.118)
Rendimentos	2.864	2.805
Ajustes TVM	(1.345)	(285)
Saldo final	49.045	48.465

5.3. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

A totalidade das aplicações apresentadas na nota 5.1 está classificada no Nível 1 - Títulos com cotação em mercado ativo.

b. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	31/12/2021	31/12/2020
Letras do Tesouro Nacional	Pré 8,10%	Pré 7,33% a 9,01%
Notas do Tesouro Nacional	–	Pré 9,80%

6. Títulos e créditos a receber

6.1. Créditos tributários e previdenciários

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

31/12/2021	Contribuição social – Circulante	Contribuição social – Não circulante	Imposto de renda – Circulante	Imposto de renda – Não circulante	Total
A compensar	–	–	–	282	282
Adições temporárias	–	16	–	26	42
Tributos diferidos - TVM	–	30	–	51	81
Total	–	46	–	359	405

31/12/2020	Contribuição social – Circulante	Contribuição social – Não circulante	Imposto de renda – Circulante	Imposto de renda – Não circulante	Total
A compensar	–	–	1.353	–	1.353
Adições temporárias	–	4	–	6	10
Total	–	4	1.353	6	1.363

7. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

7.1. Obrigações a pagar

Os saldos são demonstrados conforme a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	–	47
Dividendos	179	284
Participação nos lucros - bônus	79	–
Total	258	331

7.2. Impostos e contribuições

São representados integralmente pelo IRPJ e pela CSLL a recolher. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 448 (31 de dezembro de 2020 - R$ 662).

7.3. Tributos diferidos

São representados integralmente pela provisão dos tributos incidentes sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários, com a contrapartida contabilizada diretamente no patrimônio líquido. Não apresentou saldo nessa rubrica em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 - R$ 457).

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado está composto por 40.000.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada.

8.2. Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

8.3. Reservas de lucros

a. Reserva legal - É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 453 (31 de dezembro de 2020 - R$ 416).

b. Reserva de retenção de lucros - É constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 8.436 (31 de dezembro de 2020 - R$ 7.616).

8.4. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do período	752	1.196
(–) Reserva Legal	(37)	(60)
Base de cálculo de dividendos	715	1.136
Dividendo mínimo - 25%	179	284
Dividendos propostos	179	284
Dividendos provisionados	179	284

9. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

	31/12/2021
Patrimônio líquido	48.767
(+) Ajustes contábeis	(55)
Despesas antecipadas	(43)
Ativos Intangíveis	(12)
(–) PLA Nível 3 - (C)	124
PLA Nível 1 - (A)	48.588
PLA Nível 2 - (B)	–
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	124
PLA Nível 3 - (C)	124
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 - (D)	–
Patrimônio líquido ajustado (A) + (B) + (C)	48.712

Capital base e capital adicional	31/21/2021
Capital base	15.000
Capital de risco de crédito	2.866
Capital de risco de mercado	7.458
Benefício da correção entre risco	(1.691)
Capital mínimo requerido (CMR) - (E)	15.000
Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)	33.712
% Suficiência – (F)/(E)	225%

10. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (Controladora direta), CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora indireta), CNP Assurances (Controladora indireta), CNP Assurances Brasil Holding Ltda. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), empresas ligadas que são controladas por seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

As movimentações decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

	Ativos (31/12/2021)	(Passivos) (31/12/2021)	Receitas (31/12/2021)	(Despesas) (31/12/2021)	Ativos (31/12/2020)	(Passivos) (31/12/2020)	Receitas (31/12/2020)	(Despesas) (31/12/2020)
Disponibilidades:								
Caixa Econômica Federal	94	–	–	–	194	–	–	–
Dividendos								
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	–	(179)	–	–	–	(284)	–	–
Operações de seguros								
Caixa Seguradora S.A.	–	–	–	1	–	–	–	–
Remuneração do pessoal-chave da administração								
Remuneração e benefícios de curto prazo	–	–	–	(703)	–	–	–	(240)

11. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

Despesas administrativas	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal próprio	(910)	(355)
Serviços de terceiros	(216)	(106)
Localização	(28)	(21)
Publicações legais	(40)	(40)
Contribuições para entidade de classe	(28)	(108)
Total	(1.222)	(630)

Despesas com tributos	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de fiscalização	(191)	(182)
Total	(191)	(182)

Receitas/despesas financeiras	31/12/2021	31/12/2020
Resultado com títulos de renda fixa	1.484	2.504
Resultado com fundos de investimentos	1.380	301
Outras receitas e despesas financeiras	(65)	112
Total	2.799	2.917

12. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

Descrição	Contribuição Social (31/12/2021)	Imposto de Renda (31/12/2021)	Contribuição Social (31/12/2020)	Imposto de Renda (31/12/2020)
Resultado antes dos tributos e após participações	1.307	1.307	2.057	2.057
Base de cálculo	1.307	1.307	2.057	2.057
Taxa nominal do tributo	20,00%	25,00%	15,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	(261)	(327)	(308)	(514)
Ajustes do lucro real	108	108	171	171
Ajustes temporários diferidos	(60)	(80)	(13)	(13)
Efeito do diferencial da alíquota até jun/21	(131)	–	–	–
Total dos ajustes a base de cálculo	(83)	28	158	158
Tributos sobre os ajustes	16	(7)	(24)	(39)
Incentivos fiscais	–	24	–	24
Despesa contabilizada	(245)	(310)	(332)	(529)
Taxa efetiva	18,73%	23,69%	16,14%	25,74%

13. Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 321/15, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no • 3° do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa líder do Grupo.

Conselho de Administração

Eduardo Fabiano Alves da Silva - Presidente | **Claudio Salituro** | **Maximiliano Alejandro Villanueva** | **Pedro Duarte Guimarães** | **Asma Zidani Ep Baccar**

Diretoria Executiva

Marcos Centin Dornelles
Diretor Presidente

Federico Javier Tapia Salazar
Diretor Financeiro

Contador

Marco Antonio Barbosa Pires
Contador - CRC DF 014151/O-6

Atuário

Andrés Marco Botalla
Atuário MIBA nº 3663

Relatório do Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Youse Seguradora S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Youse Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Youse Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Aplicações financeiras	
Principal assunto de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Conforme descrito na notas explicativas nº1, 2.4 e 5, a Companhia ainda não iniciou a comercialização de seguros, todavia possui aplicações financeiras em títulos públicos e fundos de investimentos não exclusivos, que representam parte substancial do total do ativo. Devido a relevância das aplicações financeiras e sua representatividade sobre as demonstrações financeiras da Companhia, consideramos as aplicações financeiras como o principal assunto de auditoria.	Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de registro, valorização e custódia das aplicações financeiras; (ii) com o auxílio dos nossos especialistas de instrumentos financeiros efetuamos o recálculo independente do valor justo e do custo amortizado das aplicações financeiras, utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos; (iii) avaliação da existência desses ativos por meio de confirmação independente com os órgãos custodiantes; e (iv) avaliação ainda se, as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

LEGISLATIVO

CPIs NA CÂMARA têm poucos resultados

Instrumento de fiscalização do parlamento, as comissões de inquérito servem como pressão política sobre o Executivo. Dois requerimentos são motivos de embate: CPI do Iges e a da Pandemia. Único processo finalizado nesta legislatura foi o do feminícidio

» EDIS HENRIQUE PERES
» PABLO GIOVANNI*

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) são importantes ferramentas de fiscalização do Poder Legislativo. Ao longo do atual governo, uma CPI foi concluída, duas estão em andamento na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), e sete aguardam assinaturas suficientes para serem prioridade no parlamento. No entanto, além de um dispositivo de fiscalização, as comissões desempenham um papel de articulação política e estratégia.

No governo Ibaneis Rocha (MDB), a CLDF concluiu a CPI do Feminicídio, com a entrega do relatório final em maio de 2021. Presidente da Comissão, Cláudio Abrantes (PDT) destaca que a investigação desafiou todos os envolvidos. "Foi um mergulho na realidade da mulher que, de alguma forma, vive em situação de risco, vítima de abusos e agressões. Vale lembrar, por exemplo, que a condução dos trabalhos teve como um dos entraves a pandemia, em um período de ainda mais incertezas e sem a presença das vacinas. O principal recado que a CPI deixa, inclusive para a política, é a necessidade de que haja integração entre toda a sociedade e do poder público. A educação, o engajamento permanente de todos, o combate ao silêncio, sem espaço para qualquer tipo de omissão ou procrastinação, é o que vai construir uma realidade positiva para a mulher", pondera.

O relatório final produzido avaliou que "os serviços especializados funcionassem de forma integrada e fossem coibidas práticas de violência institucional" as "trágicas mortes de mulheres entre 2019 e 2020 poderiam ser evitadas". Diversas ações foram propostas pelos parlamentares, incluindo medidas para o Judiciário, para o Legislativo e para o Executivo, entre elas, a criação de um Observatório do Feminicídio e o monitoramento integrado das medidas protetivas de urgências. Em agosto, o *Diário Oficial do Distrito Federal* (*DODF*) publicou a decisão que acrescentou o observatório entre as medidas de proteção à mulher.

No entanto, desde 2019, não houve outra CPI finalizada pela CLDF. Cientista política, Fernanda Barros destaca que a comissão "tem um caráter de identificar os atos omissos e as improbidades feitas pelo Poder Executivo". "Ela também tem um papel na proposta política, enquanto um grupo de pressão da agenda governamental, e tem uma função bastante precisa. Essa medida (da CPI) está dentro do nosso rito constitucional, justamente para que o nosso Legislativo possa judicializar e fiscalizar o Executivo, cobrando aquilo que se espera dos governantes", explica.

Essa ação é considerada um instrumento de minoria, pois prevê o quorum de aprovação de um terço dos parlamentares, conforme detalha o advogado e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB) Caio Morau. "Os membros da comissão tem poderes iguais aos de autoridade judiciais, e a CPI oferece uma leva de instrumentos muito grande de investigação, como convocação de autoridade para depor, quebra de sigilo fiscal, bancário e de telefone, busca e apreensão e uma série de dispositivos previstos na Constituição", enumera.

Caio cita que, ao final do processo, a CPI entrega um relatório com duas partes principais. "O indiciamento das pessoas, se há indício de autoria e materialidade de possíveis crimes; e o aperfeiçoamento de determinadas normas para que sejam criadas novas leis ou medidas referente ao tema", complementa o professor. Após essa fase o documento é entregue ao Ministério Público (MP), que vai decidir se oferece uma denúncia.

Em mãos

Duas CPIs estão em andamento na Câmara Legislativa. Presidente da Comissão de Sonegação Fiscal, Rodrigo Delmasso (Republicanos) avalia que os trabalhos estão "em bom andamento". "Fizemos alguns requerimentos e pedimos informações para a Secretaria de Economia. Recebemos parte desse retorno. A área técnica está analisando, e esperamos concluir a primeira etapa até 7 de março. A ideia é verificar se existe uma sonegação por parte dos bancos e, caso exista, queremos aumentar a arrecadação do DF", adianta o deputado.

A segunda CPI em andamento trata sobre maus-tratos a animais. Daniel Donizet (PL), presidente da Comissão, argumenta que diariamente os animais são vítimas de violência. "A natureza dos casos registrados vai desde atos de crueldade até a morte, perseguição, caça, apanho e utilização de espécimes da fauna silvestre. Portanto, é incontestável a necessidade de que a situação seja investigada e fiscalizada", defende o parlamentar.

Apesar disso, segundo Donizet, "as próprias autoridades do DF confessaram não fiscalizar e apurar boa parte das denúncias de crimes contra animais por falta de efetivo ou de local para levar os animais resgatados. Eu recebo inúmeras mensagens, diariamente, de cidadãos reclamando". O deputado ressalta que a CPI busca mapear os casos de maus-tratos e "solicitar informações aos órgãos do governo, à Polícia Civil, ai Instituto Brasília Ambiental e ao Tribunal de Justiça do DF e Territórios".

Interferência

Com tais prerrogativas, as CPIs desempenha um papel de articulação política. Neste governo, dois requerimentos estão parados: a da Pandemia, que pretende investigar a regularidade dos atos praticados pelo Poder Executivo; e a do Instituto de Gestão Estratégica (Iges) que avalia a contratação de empresas e o sobrepreço em contratos e gastos corporativos do instituto. Uma das parlamentares que assinou e propôs as duas CPIs é Arlete Sampaio (PT), oposição da base do governo.

A parlamentar destaca que "13 deputados fizeram o requerimento da CPI da pandemia, ou seja, a maioria da Casa, pois somos 24 parlamentares". "Era obrigação da Mesa conseguir prioridade para a CPI da Pandemia. Contudo, depois, um deputado retirou a assinatura. O que vale dizer é que o nosso objetivo não é a condenação prévia de ninguém, é uma apuração séria do que aconteceu com a Saúde. Da mesma forma com a CPI do Iges, que temos as oito assinaturas necessárias, mas não o suficiente para ela ser considerada prioridade, e só podemos ter, pelo regulamento da Casa, duas CPIs em andamento. A gente percebe que algumas propostas de CPIs são apenas uma manobra de direcionamento do governo", opina Arlete.

Cientista político e advogado, Valdir Pucci explica que esse é um movimento comum dentro da política. "A CPI é instrumento desse jogo, porque, muitas vezes, um deputado que é desprestigiado pelo governador coloca o nome em um pedido de CPI, uma vez que o instrumento permite a retirada do nome até a Comissão ser instaurada, afim de buscar um prestígio junto ao Poder Executivo", conta.

Na avaliação de Valdir, algumas CPIs que aguardam para serem aprovadas na CLDF não devem ser emplacadas até o fim desta legislatura. "Pela força do governador, não acredito na instauração de CPI contra a (Secretaria) de Saúde e o Iges passarem por esse processo, porque os deputados assinaram e, depois, retiraram a assinatura. O apoio ao governo é majoritário na Câmara", destaca.

Apesar dos esforços para a aprovação de uma CPI, e do tempo que dura a investigação da Comissão, nem sempre o MP considera que há materialidade para instaurar um inquérito. Especialista em direito público, Amanda Caroline explica o motivo de a população muitas vezes ficar com a impressão de que a investigação "acabou em pizza". "A CPI no relatório final pode arquivar o fato, caso não tenha indício de fraude ou crime, ou apresentar o processo ao Ministério Público, pois ele é o detentor da ação penal", afirma.

"Muitas pessoas pensam que a CPI vai punir os responsáveis, porque, passados tantos dias ouvindo-os, se acredita que esse será o fim do procedimento. No entanto, a Comissão não tem esse poder. Será o MP que avaliará se a denúncia tem provas e indícios fortes, com materialidade e autoria, para que a ação seja iniciada. Nem sempre o processo vai adiante, e o MP pode simplesmente dizer que as provas são frágeis, como no caso que todo o país presenciou, da CPI da Covid-19, quando o Ministério Público, sem exemplificar quais provas, apenas disse que o indiciamento estava frágil", detalha Amanda Caroline.

***Estagiário sob a supervisão de Guilherme Marinho**

Raio-X

Entre 2019 e 2022, a CLDF concluiu uma CPI e tem duas em andamento na Casa, além de sete requerimentos protocolados. Confira:

REQUERIMENTOS

CPI do Iges
Investigar denúncias de direcionamento de contratação de empresas, sobrepreço em contratos, gastos em cartões corporativos e aluguel de imóveis em superfaturamento. Assinado em 28 de abril de 2021. De autoria da base do governo e da oposição.

CPI da Pandemia
Investigar a regularidade dos atos praticados pelo Executivo em decorrência da pandemia. Assinado em 4 de agosto de 2020. De autoria da oposição.

CPI dos Contratos da Saúde
Investigar irregularidades em auditorias e inspeções da Controladoria Geral do DF na execução de despesas, formalização e execução de contratos com a Secretaria de Saúde. Assinado em 16 de setembro de 2020. De autoria da base do governo.

CPI da Secretaria de Saúde
Investigar irregularidades e causas de desvios endêmicos entre 1º de janeiro de 2011 a 10 de setembro de 2020. Assinado em 15 de setembro de 2020. De autoria da base do governo.

CPI da Papuda
Investigar superfaturamento e prejuízo de mais de R$ 4 milhões em obras dos Centros de Detenção Provisória no Complexo Penitenciário da Papuda. Assinado em 15 de setembro de 2020. De autoria da base do governo.

CPI das Pirâmides Financeiras
Investigar operações fraudulentas em empresas de serviços financeiros ligados a criptomoedas e na divulgação de informações falsas. Assinado em 26 de agosto de 2020. De autoria da base do governo.

CPI da Fake News
Investigar a produção e propagação de notícias falsas, desinformações e boatos. Assinado em 14 de abril de 2020. De autoria da base do governo e da oposição.

EM ANDAMENTO

CPI da Sonegação Fiscal
Investiga instituições financeiras por possíveis fraudes na arrecadação de Impostos Sobre Serviços (ISS). Assinada em 8 de setembro de 2020. De autoria da oposição e da base do governo.

CPI dos Maus-tratos contra animais
Investiga diversos maus-tratos a animais. Assinada em 26 de março de 2019. De autoria da base do governo.

CONCLUÍDA

CPI do Feminicídio
Investigou os casos de feminicídio no DF e apontou diversas recomendações para o Executivo, Legislativo e Judiciário, com o objetivo de reduzir as vítimas desse crime. Assinada em 12 de setembro de 2019. De autoria da base do governo e da oposição.

Pacífico/CB/D.A Press

Palavras de especialista

Poderes Investigativos

"As Comissões Parlamentares de Inquérito estão previstas no art. 58, § 3º, da Constituição, tendo seu regramento detalhado na Lei nº 1.579/52 e nos Regimentos Internos das Casas (Senado Federal, Câmara dos Deputados Federal e Congresso). A instauração da CPI somente ocorrerá após o preenchimento de três requisitos: o requerimento de, no mínimo, um terço dos parlamentares; a indicação do fato determinado que será o objeto da apuração; e o prazo de sua duração.

Importante esclarecer que, preenchidos os três requisitos, a CPI deve ser instaurada, não havendo qualquer discricionariedade por parte do presidente da Casa ou da Mesa Diretora para impedir sua criação. Isso porque, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o direito constitucional de investigar, expressamente outorgado às minorias das Casas, deve prevalecer.

Ainda, necessário pontuar que, embora a CPI tenha poderes investigativos, a Comissão não tem autonomia para indicar qualquer autoridade pública que figure como investigada, bem como não possui competência para julgar ou punir os investigados, se limitando a encaminhar, ao final, um relatório com suas conclusões ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União (AGU) para que sejam adotadas as medidas criminais e cíveis aplicáveis."

Raíssa Isac, advogada criminalista

Poliana Gomes/Divulgação
Após a CPI, foi estabelecida a criação do Observatório do Feminicídio, conforme o *Diário Oficial do DF*

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press
Votação para composição de membros da CPI do Feminicídio. Única concluída neste mandato

DESCASO / Jovens promoveram aglomeração e desfilaram da 408 até a 413 Norte, em um bloco de carnaval. A maioria dos participantes estava sem máscaras. Evento surpreendeu e gerou protestos de comerciantes e moradores

Desrespeito ao decreto do GDF

» ARTHUR DE SOUZA

Reprodução/Arquivo pessoal

Moradores protestaram contra o desfile do bloco promovido por jovens sem máscara e aglomerados, em plena pandemia

Mesmo com a proibição do Governo do Distrito Federal, por meio de decreto publicado em janeiro, centenas de pessoas se reuniram para desfilar num bloco de pré-carnaval que começou na noite de quinta-feira e só parou na madrugada de ontem, percorrendo várias quadras comerciais da Asa Norte. Comerciantes e moradores da região contaram ao **Correio** que foram surpreendidos pela algazarra e que a concentração do bloco aconteceu na 408 Norte, e passou pela 410 e pela 413.

A Polícia Militar (PMDF) e a Secretaria DF Legal foram chamadas ao local para intervir. A pasta informou que os integrantes não estavam utilizando máscaras no momento da abordagem, além de não estarem respeitando o distanciamento, mas acrescentou que não foi possível identificar os organizadores do bloco. "Para não prejudicar os comerciantes, que não tinham relação com a folia não autorizada, foi solicitado e acordado por eles que os estabelecimentos fechassem enquanto ocorria a dispersão das pessoas, para que não corressem o risco de serem multados", revelou o DF Legal.

Repercussão

Um morador, que não quis se identificar, relatou que a família mora na 410 Norte há 42 anos e considerou o ocorrido como uma falta de respeito. "Vivemos um momento de pandemia, com milhares de pessoas ainda doentes, no hospital ou morrendo, e a gente ficou impressionado com a quantidade de gente que estava ali", comentou. No bloco, ainda de acordo com o morador, poucas pessoas estavam utilizando máscara, confirmando a informação dada pelo DF Legal. "Não é momento da gente estar se aglomerando dessa forma, eu acho que o momento disso acontecer vai voltar, mas, por enquanto, a gente precisa ter consciência, respeito e esperar o momento disso acontecer", lamentou.

O **Correio** procurou um dos estabelecimentos por onde o bloco passou. João Vitor de Oliveira é proprietário do bar e restaurante Recanto Favorito, no bloco D da 410 Norte. O dono do estabelecimento, que está no ponto desde 2017, afirma que não teve nada a ver com o fato. De acordo com João, o bloco estava passando pela quadra e parou em frente ao bar, por cerca de cinco minutos. O proprietário comenta que não concorda com o ocorrido e, desde que a pandemia se instaurou, respeita as normas de saneamento, o distanciamento, além de todas as precauções que são indicadas pelas autoridades de saúde.

Prevenção

João também destaca que não tem segurança de trabalhar na pandemia. "Fiquei extremamente preocupado ontem, quando o bloco passou pela quadra", protestou. O empresário explica que o ocorrido não corresponde à forma de trabalhar do bar. "Todo mundo está passando por esse período de crise, uma pandemia que tirou e está tirando a vida de muitas pessoas. Nós, como uma empresa, temos uma função social, e a gente preza por ela ao máximo", ressalta João. "Qualquer tipo de aglomeração ou evento, que seja irresponsável e traga mais malefícios do que benefícios a nossa comunidade, é fortemente repreendido por nós", frisou João.

Na tentativa de combater as festas clandestinas, o GDF vai intensificar a fiscalização durante o feriado de carnaval. As equipes de segurança e órgãos fiscalizadores, como os agentes da DF Legal, farão uma força-tarefa que contará com policiais civis, militares, bombeiros, agentes do Departamento de Trânsito (Detran) e do DF Legal, da Vigilância Sanitária, do Procon, do Instituto Brasília Ambiental (Ibram) e da Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob).

O que pode e o que não pode?

Proibidos:

- Eventos carnavalescos (pagos ou não), sejam eles bailes, shows, blocos, desfiles ou em bares, restaurantes, casas de festas, casas noturnas, etc;
- Shows e festivais com cobrança de ingresso ou qualquer contribuição do público, ainda que revertida em consumo;
- Bares, restaurantes, boates e casas noturnas que tenham espaço para dança;
- Festas com cobrança de ingresso.

Permitidos:

- Funcionamento de bares com música ao vivo, sem cobrança de ingresso e sem pista de dança;
- Shows, festivais sem cobrança e sem espaço para dança;
- Eventos esportivos, mediante uso de máscara pelos participantes;
- Casas e estabelecimentos de festas (casamento, aniversário ou batizado) sem cobrança de ingressos ou contribuição;
- Festas privadas, em condomínios e residências, sem cobrança de ingresso e/ou qualquer contribuição.

Fonte: GDF

PANDEMIA

Elevado índice de mortes em 2020

» ANA MARIA POL

O Distrito Federal está entre as unidades federativas com maior taxa de mortalidade registrada no primeiro ano da pandemia: foram 1.397 óbitos por milhão de habitantes. O dado faz parte de uma análise do Ministério da Saúde, publicada neste mês, que traça um raio X da pandemia no país no período que vai de 26 de fevereiro de 2020 até 2 de janeiro de 2021. Para especialistas, o resultado do mapeamento é um reflexo da falta de vigilância epidemiológica na capital federal, que sofre, ainda hoje, com a deficiência de políticas públicas relacionadas ao enfrentamento da covid-19.

A análise detalha, ainda, a crise que aconteceu no Complexo Penitenciário da Papuda, que viveu um surto de covid-19 entre 1º de abril e 17 de julho de 2020. De acordo com o levantamento, dos 1.877 casos registrados no período, 1.648 (87,8%) ocorreram entre os integrantes da população privada de liberdade; 201 (10,7%) entre policiais penais; 17 (0,9%) entre profissionais da saúde; e 11 (0,6%) entre trabalhadores de serviços terceirizados. A letalidade geral por covid-19 foi de 0,2%. Para o doutor em saúde pública e professor na Universidade Católica, Roberto José Bittencourt, o estudo revela que não houve medidas eficazes de combate à pandemia.

De acordo com Roberto, existem três modelos de combate à disseminação do vírus, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS): supressão (isolamento seletivo), contenção (distanciamento social e uso de máscaras, por exemplo) e inação. "O modelo de inação significa deixar a infecção acontecer e, através da contaminação ou imunidade em massa, as taxas caem. À medida que as pessoas ficam doentes, o sistema de atenção hospitalar entra em ação", diz.

O especialista avalia que no DF houve falta de vigilância epidemiológica. "Nós tínhamos, todos os dias, o levantamento de casos e óbitos no DF. Os agentes das UBSs tinham que ser notificados e as equipes deveriam visitar essas pessoas contaminadas, realizar o isolamento e, dessa forma, fazer a supressão e contenção do vírus. Mas isso não foi feito", lamenta.

Para Roberto, ainda hoje colhemos as consequências das altas taxas registradas no primeiro ano de pandemia. As consequências biológicas são as sequelas, mas há também o ponto de vista coletivo. "A economia não consegue se reestruturar, são ondas e ondas de contaminação que afastam as pessoas das ruas, da convivência, de uma economia que precisa se reerguer", aponta. Ele diz que é preciso que o governo aja. "Nenhuma sociedade vai se reerguer sem a participação do governo, e ele existe para isso. Para quando houver uma tragédia, providenciar uma forte ação estatal. Muitas lições ficaram, do ponto de vista individual, de política, de saúde, de estrutura hospitalar, de turbinar a atenção básica, reestruturar a vigilância epidemiológica", completa.

Ed Alves/CB

Sara Mota lamenta perda do padrinho para a covid-19

Óbitos por milhão de habitantes em 2020

Região	Posição	Estado	Óbitos por milhão
Sul	1º	Rio Grande do Sul	782
	2º	Santa Catarina	730
	3º	Paraná	695
Sudeste	1º	Rio de Janeiro	1.475
	2º	Espírito Santo	1.258
	3º	São Paulo	1.011
	4º	Minas Gerais	565
Nordeste	1º	Ceará	1.090
	2º	Sergipe	1.078
	3º	Pernambuco	1.006
	4º	Paraíba	914
	5º	Piauí	868
	6º	Rio Grande do Norte	847
	7º	Alagoas	747
	8º	Maranhão	634
	9º	Bahia	615
Norte	1º	Amazonas	1.266
	2º	Roraima	1.247
	3º	Amapá	1.076
	4º	Rondônia	1.016
	5º	Acre	892
	6º	Pará	830
	7º	Tocantins	779
Centro-Oeste	1º	DF	1.397
	2º	Mato Grosso	1.269
	3º	Goiás	957
	4º	Mato Grosso	840

O **Correio** procurou a Secretaria de Saúde e questionou acerca das medidas adotadas durante o período de 2020. Até a publicação da reportagem, a pasta não havia se pronunciado.

A família da psicóloga Renata Teixeira, 38 anos, viveu de perto os rastros que a pandemia deixou. Além de ser contaminada no pós parto, ela sofreu o luto de perder o padrinho para a doença, em maio do ano passado. "Foi um momento muito difícil porque aconteceu no auge dos casos do ano passado, não tinha mais vagas nos hospitais para UTI", diz. Ela lembra que a família se mobilizou para buscar uma vaga na unidade de tratamento intensiva, e o padrinho ficou cerca de 50 dias internado. "Ele faleceu no dia do meu aniversário. A perda foi um baque para todos nós porque ele era um homem forte, e infelizmente a vacina não chegou em tempo pra ele. Se ele tivesse se vacinado estaria aqui, com certeza", lamenta.

Renata conta que após todo o sofrimento da família, fica o sentimento de impotência, dor e raiva. "Como o governo se despreocupou em fazer a parte dele. Tudo poderia ter sido diferente para muitas famílias. Assim como para minha. Fica um vazio.

A estudante universitária Sara Moreira Mota, 22, conta que também se contaminou com o vírus. No final de setembro do ano passado, recebeu o diagnóstico. "Amanheci num sábado cedo desconfiando da minha temperatura e vi que era febre. Tive um mal estar horrível, dores no corpo e resolvi fazer o teste", recorda. Ela diz que os sintomas foram leves. "A vacina serve como atenuante de sintomas, e, por isso, a sua importância. As pessoas se descuidam, o que acaba não ajudando em nada a situação da nova variante", completa.

Presídios

Já é sabido que o novo coronavírus pode se espalhar amplamente em ambientes confinados como as instituições penais. O sistema prisional do DF, por exemplo, viveu um surto de covid-19 em 2020. Segundo o epidemiologista Wildo Navegantes de Araújo, a ocorrência destes surtos se dá pelas falta de iluminação por incidência solar, umidade, falta de distanciamento e dificuldade de implementação das demais medidas de controle da pandemia.

Ele compara a transmissibilidade da covid-19 a "uma faísca em gasolina". "A doença se dissemina muito rapidamente, podendo demandar leitos clínicos e de UTI, em espaço curto de tempo. Seja para a massa prisional, seja para os profissionais que trabalham no sistema, além de familiares que os visitam", ressalta.

A reportagem procurou a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seape). Até a publicação da reportagem, a pasta não se pronunciou.

Menor taxa de transmissão do ano

» RAFAELA MARTINS

A taxa de transmissão do novo coronavírus caiu pelo décimo segundo dia e chegou a 0,74, de acordo com o Boletim Epidemiológico divulgado ontem pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). O número demonstra que um grupo de 100 pessoas contaminadas pode infectar outras 74. Quando o índice está abaixo de 1, aponta controle da pandemia.

Em 24 horas, a pasta notificou 11 mortes em decorrência da covid-19. Ao todo, 11.409 mil vítimas morreram na capital do país desde o início da pandemia. Destas, 984 residiam em outro estado, sendo 846 de Goiás e 138 de localidades não informadas.

A média móvel de infecções está em 1.887, o que representa queda de 62% em relação a 14 dias atrás. Já a média móvel de óbitos está em 13 — aumento de 4%, indicando estabilidade.

Segundo a Secretaria de Saúde, nas últimas 24 horas, 929 novos casos positivos para covid-19 foram registrados e o total de infectados chegou a 680.841. A secretaria contabiliza que mais de 606 mil são moradores do DF, 35 mil de Goiás, 8 mil de outros estados e 29 mil estão em investigação.

A 1ª dose foi aplicada em 2,4 mil pessoas, e 2,2 milhões já têm o ciclo vacinal completo. Já foram aplicadas 926.181 doses de reforço. E 139.252 crianças de 5 a 11 anos já estão vacinadas.

Crônica da Cidade

ADSON BOAVENTURA | adsonboaventura.df@dabr.com.br

Imunizadão

Li no **Correio** que exercitar-se logo após tomar a vacina contra a covid-19 aumenta a produção de anticorpos. Foi o que descobriu uma pesquisa da Universidade Estadual de Iowa, nos Estados Unidos. Inicialmente, me senti mega imunizado.

Há 20 dias tomei a terceira dose. Ao contrário da testagem, quando penei por mais de sete horas na fila para saber se estava ou não com covid, a vacinação foi tranquila, todas as três vezes. Tomei a dose de reforço na UBS da Praça do Bicalho, em Taguatinga. Fiquei menos de 20 minutos na fila para completar o ciclo vacinal.

Era uma segunda-feira de folga, o clima estava agradável e o preço do carro por aplicativo nas alturas. Pensei: "Quer saber? Vou dar uma caminhada". Vindo de uma pessoa sedentária, essa escolha merecia ser acompanhada por aquela musiquinha que anuncia uma notícia bombástica na tevê (Tam-tam-tam-tam-tam, tantamtantam... "Estamos aqui com Adson Boaventura, que deixou de chamar um carro por aplicativo para, acreditem, caminhar", noticiaria o repórter).

E fui caminhando em direção ao Pistão Norte. A missão era percorrer praticamente toda a via, em direção ao centro de Taguatinga. Passei por vários trechos arborizados, o que tornou a experiência mais prazerosa e menos cansativa. Não lembrava que aquela parte da cidade era tão verde e agradável. Pessoas corriam ou caminhavam no calçadão, outras andavam de bicicleta. Enquanto isso, no asfalto, os carros estavam em um longo engarrafamento. Realmente, foi uma boa ideia caminhar.

Estava nublado, não fazia calor e nem senti que havia caminhado por 30 minutos. Me dei conta do tempo de exercício quando decidi mudar a rota e passar pelas quadras residenciais de Taguatinga Norte. E eis que no meio do caminho tinha um boteco. Tinha um boteco no meio do caminho. Pensei: "pô, deu uma sede essa caminhada, heim? E eu todo imunizadão, bonitão. Merece uma cervejinha, né?". E todo o meu momento saudável seria anulado. Em questão de minutos, ganharia as calorias que havia perdido na caminhada.

Obviamente, ainda na primeira dose (da vacina), havia pesquisado na internet: "pode beber depois de tomar vacina?". Essa, por sinal, foi uma das perguntas mais feitas pelos brasileiros ao Google durante a pandemia. Como não há restrição, fui tomar umas geladas.

Graças ao esforço físico, pelo menos eu estava com mais anticorpos contra o coronavírus. Bacana... Só que não. Relendo a matéria sobre a pesquisa norte-americana, reparei um pequeno detalhe: eu teria de ter caminhado por, pelo menos, 90 minutos, e não 40 como eu havia feito. Poxa vida, por 50 minutos eu não me tornei um mega imunizado. Era isso mesmo? Será que os anticorpos não dão um desconto pelo meu sedentarismo e levam em conta a caminhada, mesmo finalizada com uma cervejinha?

Mas tudo bem. Pelo menos eu completei o ciclo vacinal, fiz uma caminhada bucólica e economizei a grana do carro por aplicativo. Grande dia. Brinquem o carnaval com moderação e sem aglomeração, com a 'responsa' de que a pandemia ainda está na área. E a crônica até dá marchinha em ritmo de funk: "Esse é o bonde do imunizadão/Bora tomar vacina e dar um corridão..." Credo, meu Deus. Não. Enfim, pelo menos vacinem-se e não se aglomerem. E bebam água.

HOMENAGEM / Dida Sampaio sofreu um AVC em 10 de fevereiro, não conseguiu se recuperar e teve morte cerebral

Fotojornalismo de luto

» RAFAELA MARTINS

O fotojornalismo brasileiro perdeu uma referência profissional, política, social e humanitária. O fotógrafo Francisco de Assis Sampaio, mais conhecido como Dida Sampaio, 52 anos, contava histórias por meio das lentes e dos cliques de suas câmeras. Os registros do fotógrafo rodaram o mundo e ganharam prêmios importantes da América Latina. O comunicólogo sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC) em 10 de fevereiro e teve morte cerebral confirmada, ontem, pelos médicos.

"Estou tentando absorver a notícia ainda. Dida Sampaio foi excepcional, uma pessoa e jornalista ímpares, e um fotógrafo que não tem outro igual. Fizemos diversas coberturas internacionais e nacionais juntos, e ele me ajudava sempre. Costumo dizer que o Dida era o melhor e o pior concorrente, porque ele tirava o melhor de mim", disse o fotógrafo e amigo Alan Marques. Casado, Dida deixa a esposa Ana e três filhos.

Nascido em 1969, no Ceará, Dida mudou-se ainda jovem para Brasília, onde, além de trabalhar no **Correio Braziliense**, também foi correspondente de outros jornais e portais de fora da capital federal. Com uma foto da ex-presidente Dilma Rousseff pedalando em uma via pública de Brasília, com um lava-jato ao fundo (uma referência à extinta operação da Polícia Federal), Dida Sampaio ganhou o Prêmio Exxonmobil de Fotografia em 2015.

No mesmo ano, ele ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo, na categoria Regional Sudeste, o Vladimir Herzog e o Direitos Humanos de Jornalismo, Esso de Fotografia. O jornalista trabalhava atualmente no jornal *O Estado de S. Paulo*.

O trabalho de Dida também fez parte de exposições, como uma realizada no Centro Português de Fotografia, em janeiro de 2011, com o título *Narrativas Brasileiras*, em Lisboa. Em 2020, no começo da pandemia no Brasil, Dida Sampaio foi agredido por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, em frente ao Palácio do Planalto. A ação foi repudiada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ), que apoiaram o fotógrafo.

Referência

Educado, comunicativo e sorridente, Dida Sampaio andava pelos anexos da Câmara dos Deputados dia e noite. Quem teve a possibilidade de cruzar com o profissional, comenta que ele era extremamente cuidadoso e exigente com o trabalho, porém ajudava a todos. É o caso do diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal Wanderlei Pozzembom.

Arquivo Pessoal

O fotojornalista Dida Sampaio, de 52 anos, deixa esposa e três filhos

"Neste momento que precisamos sair em defesa do jornalismo. A perda de Dida Sampaio nos deixa um pouco órfãos. Ele ajudaria a salvar essa profissão, mas com certeza ele eternizou a história fotográfica da política brasileira. Como profissional, ele era excelente, então, ele deixa um legado enorme para o fotojornalismo. Sem contar que o Dida era um amigo de verdade", ressaltou.

O empresário Ailton de Freitas também lembra de Dida como um grande amigo. Ailton foi parceiro de trabalho do fotógrafo e lembra do companheirismo e do profissionalismo que ele tinha. "Sempre foi muito companheiro. Eu tive uma demissão há três anos e ele me ligava e falava comigo diariamente, para saber como eu estava. Sem máquinas, éramos grandes amigos, mas não brincava quando entrava em serviço: era muito profissional e sempre aplicado. Ganhou todos os prêmios possíveis", lembra.

Ailton destacou o lado familiar do repórter fotográfico, que priorizava a esposa e os filhos. "Dida Sampaio vai fazer muita falta para a família dele. Quando voltava de viagens internacionais, ele compensava o tempo para aproveitar em família", disse o amigo.

Depoimentos

"Conheci Dida no início de carreira. Fomos colegas juntos no Estadão ao lado de uma geração de brilhantes repórteres-fotográficos que só aparecem de tempos em tempos, quando o universo permite. Sua genialidade está marcada e sua amizade será sempre eterna",

Bartolomeu Rodrigues, secretário de Cultura do Distrito Federal

"É com uma dor sem tamanho que recebi a notícia de que perdemos o Dida Sampaio. Mais do que um dos maiores fotógrafos e jornalistas do Brasil, ele era daqueles amigos que marcam a nossa vida. Foram muitas aulas de jornalismo e de vida que ele me deu. Descanse em paz, amigo querido",

Clarissa Oliveira, colunista de Política na revista *Veja*

"Dida Sampaio foi um gigante. Tinha o jornalismo na veia. Vibrava com a notícia. Dia triste para todos nós, que tivemos a honra de trabalhar com ele. Siga em paz, amigo",

Rodrigo Rangel, diretor da *Revista Crusoé*

VIOLÊNCIA

Criança é agredida na saída da escola

» DARCIANNE DIOGO

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) investiga o caso de uma criança, de 11 anos, agredida por Stéfanie Mendes de Araújo, 35, na saída do Centro de Ensino Fundamental 19, em Ceilândia, na quinta-feira. A agressora foi intimada a comparecer na 23ª Delegacia de Polícia (P Sul) para prestar esclarecimentos acerca do fato. Câmeras de segurança de um comércio captaram o momento das agressões.

Em entrevista ao **Correio**, a mãe da criança lamentou a situação e disse não acreditar no que aconteceu. A gerente de negócios estava no trabalho quando recebeu a ligação do esposo informando o fato. "Minha filha chegou em casa por volta de 13h40. Era para o meu marido ter ido buscá-la, mas ele acabou ficando preso no trânsito. Quando ela chegou, contou tudo e ele me telefonou. Fiquei desesperada na hora", desabafou.

A mãe da criança viu o vídeo das agressões somente depois. Nas imagens, Stéfanie desce de um carro prata, vai até a criança, que está uniformizada e no meio-fio, e começa a agredi-la com socos, tapas, empurrões e puxões de cabelo. "Ela ainda retorna por duas vezes e dá continuidade às agressões. Depois, entra no veículo e sai", afirmou o delegado-adjunto da 23ª Delegacia de Polícia (P Sul), Vander Braga.

Segundo as investigações, a filha da agressora teria se envolvido em uma briga com uma colega da vítima, mas a situação teria se resolvido na própria escola. Não satisfeita, Stéfanie seguiu a criança e a agrediu. Após o ocorrido, a suspeita ainda voltou na escola e confessou ter agredido a menina e afirmou que, se pudesse, "teria passado o carro por cima". A conversa foi filmada por testemunhas. "Minha filha nunca deu trabalho na escola, sempre foi uma aluna exemplar", disse a mãe. "É revoltante. A gente geralmente sente medo de assalto, acidente ou sequestro, mas não de uma coisa dessas. Uma mulher fazer isso, nesse ato de covardia, é revoltante", acrescentou.

Histórico de crimes

Stéfanie Mendes tem 10 passagens criminais por injúria, ameaça e lesão corporal. Ela chegou a ficar presa na Penitenciária Feminina do DF (PFDF) e está em liberdade provisória em decorrência de uma sentença condenatória de 2017. "Diante das práticas, vamos oficiar o caso à Vara de Execuções Penais (VEP) e há a possibilidade de a Justiça regredir a pena e ficar em regime fechado", acrescentou o delegado que investiga o caso.

O **Correio** apurou que, após a repercussão do caso, a acusada alegou aos familiares que precisou viajar a trabalho.

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: *cidades.df@dabr.com.br*

Sepultamentos realizados no dia 25 de fevereiro de 2022

» Campo da Esperança

Antônio Saraiva de Sousa Neto, 56 anos
Eni Domingues Abate, 69 anos
Eunack Jorge Mendes Maciel, 86 anos
Gersonita Alves No, 82 anos
Gustavo Costa Nascimento dos Reis, 14 anos
Higino Dias Silva, 64 anos
José Domingos, 94 anos
Joselita Gomes Torquato, 91 anos
Juvencio Bizerra da Silva, 75 anos
Maria Creusa de Lima, 75 anos
Marisa dos Santos Pereira, 58 anos
Neusa Maria Pereira Peixoto da Silva, 69 anos
Valdomiro da Silva Lima, 67 anos
Walmir de Freitas Cavalcante, 58 anos

» Brazlândia

Senhorinha Pereira de Souza, 90 anos

» Gama

Delzuite Josina de Souza, 86 anos
Jorge Basto, 57 anos
Zélia Paulo de Morais, 80 anos

» Planaltina

Cândido Barboza dos Santos, 81 anos
Izabel Vieira Pereira, 85 anos
Joaquina Lopes dos Santos, 95 anos
Marcos Darlan Bonfim de Oliveira, 39 anos

» Sobradinho

Edinei Nunes de Jesus, 19 anos
Lucas Araújo de Andrade, 27 anos
Severino Alves de Araújo, 56 anos

» Taguatinga

Antonio Barbosa da Silva, 73 anos
Antonio Vaz da Silva, 87 anos
Clarinda dos Santos Barbosa, 66 anos
Ernando Edson de Barros, 59 anos
Francisca Maria de Aguiar Machado, 85 anos
Gabriel Henrique de Godois Heloterio, 6 anos
Jaci Candido de Souza, 77 anos
João Bosco Issa Mesquita, 67 anos
João Simplicio Borges de Carvalho, 68 anos
Maria Helena Baiano da Costa, 74 anos
Maurício dos Santos Borges, 52 anos
Odilon de Freitas, 59 anos
Sebastião José da Costa, 77 anos
Sérgio Cardoso de Souza, 51 anos
Verônica Lopes dos Santos, 19 anos
Virna Lis Araújo Pazos, 28 anos
Wanderson José Pereira da Silva, 41 anos

» Jardim Metropolitano

Álvaro de Freitas Martins, 85 anos
Ercilia Pires da Silva, 90 anos
Joel da Conceição Oliveira, 22 anos
Ligiane da Silva Claro Lima, 37 anos
Maria Lúcia de Sousa da Costa, 61 anos
Vicente Alves Sousa, 71 anos
Dinah Marques de Abreu, 89 anos (cremação)
Isabel Maria Aparecida Silva, 65 anos (cremação)
Luiz Puppim Netto, 87 anos (cremação)
Maria Vitória Ferreira da Silva, menos de 1 ano (cremação)
Rosalvo Pereira, 80 anos (cremação)
Teresinha Ladeira de Medeiros, 87 anos (cremação)
Vanessa Rossi Rosa Galli Manso, 38 anos (cremação)

Eixo Capital

JÉSSICA EUFRÁSIO
jessicaeufrasio.df@dabr.com.br

Sinpol-DF/Divulgação

Polícia Civil quer posicionamento sobre recomposição salarial até 11 de março

A suspensão da paralisação do serviço voluntário gratificado (SVG) nas delegacias, anunciada ontem pelo Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF), tem data-limite: 11 de março. A expectativa é de que o GDF resolva a questão da recomposição salarial e a regulamentação da assistência à saúde da categoria até lá. Caso contrário, os servidores da Polícia Civil pretendem reagir novamente.

Voto de confiança

Os movimentos do Palácio do Buriti em prol dos policiais civis agradaram a categoria, que decidiu dar um voto de confiança ao Executivo local. A interrupção do SVG — e o consequente comprometimento dos serviços prestados — funcionou como forma de chamar atenção do governo às reivindicações dos servidores.

Conquistas

Recentemente, os policiais civis da ativa comemoraram duas vitórias relevantes: a criação do auxílio-uniforme e a suplementação do auxílio-alimentação. Na segunda-feira, Ibaneis Rocha (MDB) assinou a lei que trata dos temas. Dois dias depois, o governador se reuniu com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, para tratar do reajuste das forças de segurança do DF.

Promessas

Nesta semana, Anderson Torres e representantes do Sinpol-DF se encontraram duas vezes. Na primeira ocasião, o ministro teria se prontificado a dar encaminhamento ao pedido. Na segunda, informou que faria a interlocução com o presidente Jair Bolsonaro (PL). A previsão é de que a demanda chegue ao Palácio do Planalto na semana seguinte ao carnaval.

"Indignação e adoecimento"

Integrantes de 14 entidades que representam servidores das forças de segurança do DF debateram o tema, ontem. Eles querem a recomposição dos salários pela variação inflacionária e enfatizaram que a "indignação e (o) adoecimento dos nossos profissionais, em face da falta de recomposição salarial, já (se) refletem na qualidade da prestação de serviços à sociedade".

Sinpol-DF/Divulgação

Divulgação/Agência Alagoas

Um terço dos trabalhadores sem carteira assinada

Com 1,52 milhão de pessoas ocupadas entre outubro e dezembro, o DF teve aumento de 33,7% na quantidade de trabalhadores sem carteira assinada, na comparação com o trimestre anterior. No período considerado, 169 mil brasilienses atuavam na informalidade, segundo dados divulgados nesta semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa corresponde a pouco mais de um terço do total de empregados no Distrito Federal.

327 MIL
Empregados do setor público no quarto trimestre

318 MIL
Brasilienses atuavam por conta própria

111 MIL
Exerciam função de trabalhador doméstico

STF cobra informações do GDF sobre vacinação infanto-juvenil

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu 10 dias para o Governo do Distrito Federal (GDF) se manifestar sobre a não exigência do passaporte de vacinação nas escolas públicas. O Partido Verde (PV) entrou com arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) na Corte, depois de uma recomendação emitida pelo Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) à Secretaria de Educação não prever a cobrança do documento para a volta às salas de aula.

Getty Images

"Experimental"?

Desde o início do ano letivo, não há exigência do cartão de vacinação dos estudantes no DF. E a ADPF destaca que o Executivo local teria acolhido a recomendação do Ministério Público — a qual, entre os pontos mais polêmicos, menciona que os imunizantes atualmente em uso teriam caráter "experimental".

Previsão legal

A arguição acrescenta que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê a obrigatoriedade da vacinação de meninas e meninos nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. Para o advogado da sigla, Lauro Rodrigues, "o quadro que se passa hoje em relação à vacinação infantil está prenhe de um terraplanismo que, para os parâmetros jurídicos, é inaceitável".

SIGA O DINHEIRO

R$ 504.897.965,00

Crédito suplementar que a Secretaria de Economia do GDF quer abrir para atender despesas com "manutenção do equilíbrio financeiro do sistema de transporte público coletivo"

Observação

Ao contrário do mencionado neste espaço ontem, a federação da qual o PV deve fazer parte não inclui a Rede Sustentabilidade. As tratativas do Partido Verde envolvem PCdoB, PSB e PT.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | FABIO SOUSA, PRESIDENTE DA CEASA

CB.Agro debate o papel da central de abastecimento durante a pandemia e as ações solidárias de segurança alimentar

DF ganhará um Mercado Central

» CARLOS SILVA*

*Ao CB.Agro — parceria do **Correio** com a TV Brasília —, o presidente da Central de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa/DF), Fabio Sousa confirmou a criação de um mercado central em Brasília, além de 10 novas unidades para comerciantes na central. Entre outros temas, foi debatido o papel da Ceasa durante a pandemia e a segurança alimentar dos brasilienses. Na bancada, a entrevista foi conduzida pela jornalista Samanta Sallum.*

Como é a movimentação de público na central?

A gente tem uma diversidade enorme de público, tem espaço para todos. Tanto para comercialização, quanto para consumo. Nós temos três grandes dias na Ceasa, que são os de grande movimento, atraindo cerca de 15 mil pessoas na segunda, na quinta e no sábado. Sendo que na segunda-feira é o atacado. O comerciante que vai comprar para revender no sacolão, verdurão, hipermercado ou restaurante. É uma venda em grandes volumes na segunda e na quinta-feira. Geralmente, quem compra na segunda é para manter o seu restaurante até quinta. Temos também o sábado, que é o público do varejo. O varejo são pessoas que vão lá diariamente comprar um quilo, meio quilo, uma dúzia de produtos diversos. Nós queremos ampliar esse consumo com o lançamento do Mercado Central. É uma grande novidade que a gente fala aqui em primeira mão: o lançamento do Mercado Central. A licitação vai acontecer neste ano. Brasília é a capital de um país, a gente não tem um, como os grandes centros, São Paulo, Belo Horizonte, Florianópolis. Foi um trabalho de muita pesquisa, uma comissão que montou esse projeto do Mercado Central de Brasília que vai funcionar da Ceasa, se assemelhando não só aos mercados centrais municipais do país, mas de Barcelona e Lisboa, trazendo algo muito moderno, totalmente sustentável. Não será só um ambiente de comercialização de produtos diferenciados, como os outros mercados, mas também um polo gastronômico que Brasília merece.

A licitação já foi divulgada?

Estamos no processo de análise do Tribunal de Contas, finalizamos todos os trâmites processuais, o edital está pronto. Lembrando que não vai ter investimento nenhum do GDF e nem da própria Ceasa, será uma concessão. Então a Ceasa só vai ganhar, porque a empresa que for construir, vai administrar essa concessão e repassará o recurso para a Central. Deixo sempre muito claro, a Ceasa é uma empresa e não recebe recursos do Distrito Federal, tudo que é produzido, tudo que é gasto dentro da Central ou investido é recurso próprio. A gente tem autonomia administrativa e financeira. Assim, a Ceasa é uma empresa, apesar de o GDF ser o sócio majoritário. Não existe recurso público dentro da Ceasa.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

E a infraestrutura está sendo melhorada?

Estamos fazendo um grande trabalho nesses 49 anos de criação para que a Ceasa chegue ao seu cinquentenário com a qualidade que ela merece. Estamos trocando toda a iluminação externa do local, com a iluminação moderna de Led. A Ceasa vai ficar muito mais bonita, muito mais iluminada e isso vai trazer mais segurança. Porque a Central começa a funcionar de madrugada. Às 3h, a gente está lá abrindo, 3h30 e 4h os consumidores e produtores estão lá, no escuro ainda.

A Central aborda também a questão da segurança alimentar. Como funciona?

Temos programas nessa área, como o banco de alimentos, que atende instituições filantrópicas cadastradas. Essas entidades atendem crianças, adultos e pessoas em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal. O governo também adquire alimentos diretos dos produtores rurais. Esse programa tem duas vertentes positivas. Uma é adquirir produtos, por exemplo, da agricultura familiar, gerando renda no campo. Também formamos cestas desses produtos agrícolas e as entregamos para instituições filantrópicas, previamente cadastradas. Durante a pandemia, isso foi de grande importância, porque a gente sabe que várias famílias tiveram uma perda econômica muito grande. A outra vertente é o desperdício zero dentro da Ceasa. A gente trabalha ali com os comerciantes, com os produtores que comercializam dentro da Ceasa para não jogar nada fora e transformar o lixo. Temos uma equipe que recolhe produtos descartados, faz uma seleção e, a partir daí, montamos cestas e distribuímos para essas instituições.

No período da pandemia, com as escolas fechadas, os estudantes precisaram de uma distribuição de cestas com frutas e legumes para as famílias desses alunos. Como isso era feito?

O governo do Distrito Federal inovou com isso, e a coincidência é que eu estava na gestão da Secretaria de Educação quando a gente trabalhou essa Cesta Verde. Foi uma inovação, e a preocupação do governador Ibaneis Rocha era atender nossos estudantes com alimentação nutritiva e de qualidade. A pandemia atingiu a todos nós, todas as famílias. Esse programa estava fazendo diferença. Era também uma forma de ajudar o produtor, porque ninguém esperava uma pandemia.

*Estagiário sob a supervisão de José Carlos Vieira

360 Graus por Jane Godoy

"O que mais preocupa não é nem o grito dos violentos, dos corruptos, dos sem caráter, dos sem ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons!"

Martin Luther King

Por Jane Godoy • janegodoy.df@dabr.com.br

Fotos: Grazi Goulart/Divulgação

As acadêmicas antigas e as empossadas em foto oficial

O Dia Internacional da Língua Materna

Fundada por Nazareth Tunholi, em 1997, a convite dela, Palmerinda Donato assumiu a primeira gestão como presidente da Academia Internacional de Cultura (AIC).

Desde então, o mundo cultural e artístico de Brasília ficou movimentado, pois a AIC se encarregava de promover eventos importantes, sempre apoiados por órgãos públicos sediados no DF, como o Tribunal de Contas da União (TCU), Foyer do Teatro Nacional de Brasília, entre outros.

Com o isolamento social que a atual circunstância exigiu, as acadêmicas recomeçaram suas atividades.

A gerontóloga Shirley Pontes, eleita presidente para o biênio 2022/2024 recebeu da presidente anterior, Nazareth Tunholi, o bastão de comando da entidade, sendo empossada em 2021.

O violinista Roberto Veríssimo

Para dar início às atividades de 2022, foi comemorado o Dia da Língua Materna, em sessão solene no auditório do Edifício City Offices, no SIG. Houve, também, a posse de duas confreiras: Andréia Sales e Maia Benchimol.

O Dia Internacional da Língua Materna tem como objetivo promover a diversidade linguística e cultural, entre as diferentes nações. Além de preservar as particularidades linguísticas e culturais, de cada sociedade.

"O movimento começou em Bangladesh, em 1952, com uma história de heroísmo de um povo que lutou por décadas pelo direito de manter viva a sua língua materna", informa Shirley.

O violinista Roberto Veríssimo se apresentou e, após a cerimônia, houve um coquetel de confraternização.

O juramento da escritora Maia Benchimol (patroneada por Golda Meyir) e da escritora e jornalista Andreia Sales (patroneada pelo escritor e jornalista italiano Alberto Moravia)

Nazareth Tunholi, Andreia Sales, Shirley Pontes e Maia Benchimol

>>PAINEL

Uma homenagem austríaca / Foi o que o maestro Claudio Cohen mereceu, na terça-feira (22). No Museu Nacional da República, às 20h. A Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro apresentou o concerto austríaco em homenagem ao escritor Stefan Zweig, tocando Gustav Mahler, W. A. Mozart e Richard Strauss, com Ellyos Lucas (trompa solista). Antes do concerto, logo após a abertura do evento, o embaixador Stefan Scholz prestou uma homenagem ao Maestro Cláudio Cohen, concedendo a ele a Cruz de Ouro da Arte e da Ciência, do governo da Áustria. Depois do concerto, no Museu nacional da República, o embaixador Stefan Scholz e a embaixatriz Angelika receberam o maestro para um jantar na residência oficial daquela embaixada. Uma noite de cultura, boa música e gastronomia.

Fernando Ouriques/Divulgação

>>PINCELADAS

Donizete Garcia/Divulgação

» Na quarta-feira (23), na Galeria Fayga Ostrower, no Eixo Monumental, às 10h foi inaugurada a exposição *Maravilhas do México*, começando as iniciativas Ibero-Americanas, que farão parte do programa Brasília Ibero-Americana da Cultura, em 2022. A artista Plástica Irany Poubel (foto) participou com uma belíssima obra, que batizou de *Pensativa* e fez o maior sucesso entre os presentes.

» Ainda sobre a exposição na Galeria Fayga Ostrower, na quarta-feira, uma visitante, diplomata da embaixada da Colômbia, Stefanny Moncada (foto) se identificou muito com obra *Pensativa* e, como ela, fez pose.

Irany Poubel/Divulgação

» Funcionárias da Embaixada do México se apresentaram caraterizando personagens do folclore e da cultura mexicana, como Frida Kahlo, Nayarit e o famoso Charro (foto), são conhecidos e admirados no mundo inteiro. Nomes que ilustraram muito bem a exposição.

Donizete Garcia/Divulgação

LOTERIA / Brasilienses procuram as lotéricas para fazer as apostas da Mega-Sena acumulada e tentar levar o prêmio de R$ 50 milhões. O sorteio ocorre hoje, às 20h, e os jogos podem ser feitos até as 19h. Ainda dá tempo de ficar rico

Sonho milionário no carnaval

» JÚLIA ELEUTÉRIO
» ANA MARIA POL

O prêmio da Mega-Sena acumulou mais uma vez e a expectativa é alta para aqueles que planejam passar o carnaval com vida nova. Isso porque a estimativa para o próximo concurso é de R$ 50 milhões para quem acertar os seis números. Motivados pela possibilidade de ganhar, muitos brasilienses buscaram lotéricas espalhadas pelo Distrito Federal para arriscar um palpite e, quem sabe, se tornar o próximo milionário na cidade. O sorteio ocorre hoje, às 20h. O evento será transmitido ao vivo nas redes sociais da Caixa Econômica Federal. Os apostadores podem fazer tentativas até as 19h nas lotéricas credenciadas ou pela internet.

Pensando em mudar de vida, José Medeiros, 62 anos, faz frequentemente jogos da Mega-Sena. Ele conta que costuma alternar os números, mas não deixa de apostar toda semana. "Quando vejo o prêmio aumentando, é quando eu corro mesmo para a lotérica para fazer um jogo", diz o comerciante. Morador de Taguatinga Sul, José sonha em ter um descanso, após anos de trabalho. "Já trabalhei demais, meu plano, se eu ganhar, é ter um sossego, poder viajar mais, aproveitar mais minha casa e minha família", planeja o apostador.

O cobrador de ônibus Raimundo Souza, 46, aproveitou para fazer uma aposta enquanto pagava as contas de casa. "Eu quase não jogo na Mega-Sena, mas vi o prêmio e decidi tentar dessa vez", diz Raimundo. "Se eu ganhasse, iria ajudar minha família. Não tenho um sonho de comprar casa e carro, queria mesmo ajudá-los", conta o morador de São Sebastião, sobre o planos enquanto fazia o jogo na lotérica da Rodoviária do Plano Piloto.

Ed Alves/CB/D.A Press

Apostadores fazem uma fezinha no prêmio acumulado

Assim como Raimundo, a servidora pública Graça Galvino, 55, não costuma jogar. "Estava passando e resolvi arriscar dessa vez. As chances são muito pequenas, mas vai que dá certo e eu seja uma das ganhadoras", comenta, ao pagar um dos jogos já prontos, os chamados bolões. "Eu não tenho um sonho para caso ganhe, mas garanto que vou continuar com o meu trabalho", revela a servidora, destacando que viagens, por agora, estão fora de possibilidade devido à pandemia, mas que daria para viver tranquila com o valor do prêmio.

Ao contrário de Graça, a vendedora Sônia Ferreira, 47, faz vários planos com o dinheiro do prêmio. "Eu quero viajar bastante e ajudar minha família também, além de quitar minhas dívidas", ressalta, com humor, a moradora de Ceilândia Norte. "Eu aposto mais na Lotofácil, é mais frequente do que na Mega-Sena. Só que, com um prêmio desse tamanho, quem não quer arriscar?", acrescenta a vendedora. Ela comenta que fez três jogos, mas está pensando em fazer um bolão com a família para ter mais chances.

O concurso 2.457, que aconteceu na última quinta-feira, realizado no Espaço Loterias Caixa, no terminal Rodoviário Tietê, em São Paulo, sorteou as dezenas 10 - 19 - 46 - 47 - 49 - 50. Apesar de ninguém ter ganhado o prêmio no último concurso, 51 apostas acertaram a quina e levaram R$ 62 mil. Um dos ganhadores foi de Brasília. A quadra também teve ganhadores, com 4.414 apostas premiadas com R$ 1.038,76. A arrecadação total do concurso chegou a R$ 55.668.172,50.

Confira como jogar on-line

» Para as pessoas que costumam ou pretendem fazer seus jogos pela internet, é preciso ter alguns cuidados na hora de apostar. Primeiro é necessário esclarecer que somente pessoas maiores de 18 anos com CPF podem se cadastrar nas Loterias Online. Para apostar, é preciso fazer um cadastro e possuir cartão de crédito.

» Dois passos são necessários: informar seus dados pessoais e depois fazer a validação do token de cadastramento, encaminhado para o e-mail. A senha deve ser cadastrada com 6 números. Uma dica da Caixa é que o salvamento de senhas não seja feito, pois é a palavra-chave o que garante sua identidade no portal, controlando suas apostas e eventuais premiações. Caso não se lembre da senha, basta clicar em acessar e acionar a opção "Esqueci minha senha" no Login CAIXA. Depois siga os passos do e-mail enviado.

» No Loterias Online, o apostador pode efetivar as apostas de no mínimo R$ 31,50 e no máximo R$ 945,00 por dia. O portal recebe 24h as apostas. Mas, é preciso ter atenção com o horário de fechamento de concurso, que é o mesmo praticado nas Casas Lotéricas (1h antes dos sorteios).

» As apostas on-line são feitas como se fossem no volante de papel. O jogador vai selecionar os números em um volante virtual e depois colocá-los no carrinho de apostas. Vale lembrar que o portal não comercializa o bolão.

» Outro fator importante é que não se pode fazer jogos para outras pessoas, no Loterias Online. As apostas estão vinculadas ao CPF do cadastro e o pagamento de eventual prêmio também. É possível visualizar as apostas do carrinho, com detalhamento individual, assim como o valor total do carrinho. Será solicitado um Cartão de Crédito válido para processar o pagamento via Mercado Pago.

» Caso ganhe algum prêmio, é preciso imprimir o comprovante de aposta e geração do Código de Resgate (que deve ser memorizado) e ir até a lotérica de preferência, onde serão digitados CPF e código gerado.

» Para excluir seu cadastro ligue para: 3004 1104 (Capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 726 0104 (demais regiões).

Cautela para gastar

O educador financeiro Francisco Rodrigues avalia esse próximo sorteio como uma grande chance para melhorar de vida, mas é preciso ter calma ao ganhar a bolada do prêmio. "Somos a segunda cidade mais premiada do país. A primeira é São Paulo. Nós temos uma situação muito positiva e devemos aproveitar essa oportunidade. A dica é ter muita cautela, identificar o perfil financeiro, evitar cair em armadilhas nesse primeiro momento, não sair ajudando amigos e parentes, respirar fundo, agradecer e buscar informações de qualidade para saber gastar esse dinheiro com consciência. Aqui, nós temos também o dado relevante: de cada 10 ganhadores da loteria, sete ficam muito mais pobres do que eram antes", comenta o especialista.

Além de ter atenção e cuidado caso ganhe, Francisco ressalta que investir sempre é uma boa opção. No entanto, o tipo de investimento vai variar conforme o perfil de cada pessoa, se é mais conservador, moderado ou agressivo. "Esse perfil é que vai dar o direcionamento de como fazer esse melhor investimento, porque o melhor investimento está relacionado ao que a pessoa deseja alcançar. É importante saber colocar no devido lugar a emoção e a razão. Então, o que eu digo é tenha emoção para jogar e tenha razão para gastar", destaca o educador. "Ganhar na loteria é bom, mas saber cuidar e investir para ter tranquilidade financeira é melhor ainda", conclui.

Como jogar

A aposta mínima, com seis números, custa R$ 4,50. O valor aumenta, assim como a probabilidade de ganhar, quanto mais números forem marcados, podendo ser escolhidos até 15 números. Sete números custam R$ 31,50 e têm probabilidade de acerto de 1 em 7.151.980. Já 15 números custam R$ 22.522,50 e têm probabilidade de acerto de 1 em 10.003. As apostas também podem ser realizadas pelo portal Loterias Caixa ou aplicativo Loterias Caixa.

Para receber o prêmio o ganhador pode optar por ir a uma casa lotérica, portando comprovante da aposta e número de resgate (em memória), gerado no portal Loterias Caixa, com validade de 24h. Apostas realizadas no portal ou pelo aplicativo também podem ser recebidas em qualquer agência Caixa, para valores líquidos de até R$ 1.332,78 (ou R$ 1.903,98 bruto).

Ed Alves/CB/D.A Press

Manuela Lima teve seu filho, Fernando, um dia após o domingo de carnaval de 2019

Arquivo Pessoal

Mariana Carvalho e a família passam o carnaval juntos desde quando ela tinha meses de idade

Arquivo pessoal

Gabriela de Oliveira, 23, foi ao carnaval pela primeira vez aos 16 anos e desde então ousa nas fantasias e no glitter

QUE SAUDADE DA FOLIA!

Após dois anos de ruas vazias, brasilienses contam sobre suas lembranças de épocas carnavalescas

» ARTHUR RIBEIRO*
» EDUARDO FERNANDES*

"Ai que saudade que eu tenho, dos carnavais de outrora..." Como já diz a tradicional marchinha, os dois anos sem carnaval deixaram saudosos aqueles que são fanáticos pela celebração e colecionam memórias e bons momentos da folia. Diante desse hiato causado pela pandemia da covid-19, as alegrias, roupas e histórias são os meios encontrados por muitos para acalentar a falta das festas nas ruas e da energia proporcionada durante o período.

A tradição do carnaval de Brasília se confunde com a trajetória da cidade, conforme Ian Viana, de 25 anos, sociólogo e fundador do Setor Carnavalesco Sul. Com o tempo, o Distrito Federal se tornou um dos destinos de turistas, especialmente por causa dos carnavais de rua, como explica o jovem. "A capital passou por um momento de declínio. Com os blocos característicos, a cidade voltou a ter força no cenário nacional, o que tornou Brasília uma alternativa para aqueles que desejam se desvencilhar do eixo Rio/São Paulo", conta.

A paixão pelo carnaval está enraizada na vida de Mariana Carvalho, 20, desde quando era pequena. Com meses de idade, ela era levada no colo da mãe para os bloquinhos da capital, o que ajudou na construção do sentimento pela data que tanto leva com carinho. Segundo a jovem, chegou a participar de dez carnavais no DF, deixando de ir somente em quatro. Contudo, aos 14 anos, o pai conseguiu um trabalho no exterior e precisou se mudar para Portugal.

Mesmo passando três anos longe do Brasil, o amor pelo clima carnavalesco não foi deixado de lado. Ela se juntou a outros brasileiros para aproveitar os blocos de rua. "A gente ia de casaco, porque é um período frio no início do ano. Lá é mais simples, porque a festa não tem todo esse apoio cultural como tem no Brasil", diz.

Ainda que não houvesse o calor e a alegria dos brasilienses, ela destaca que saudade do carnaval brasileiro foi minimizada quando ela participou da folia em solo português. Ao voltar para o Distrito Federal, em 2018, não perdeu a oportunidade de presenciar as festas e de reaproveitar o tempo perdido, indo em todos os carnavais até o início da pandemia.

Apesar de todas as dificuldades vividas em decorrência da covid-19, ela procurou uma maneira de curtir a folia neste ano. "A minha família e a do meu namorado sempre comemoram juntas aqui em casa, as duas viraram uma só. A família dele sempre amou o carnaval e, há muitos anos, criaram o próprio bloquinho: os Maruins, que é inspirado no bloco Muriçoca, de João Pessoa", pontua.

Mãe no carnaval

O sangue nordestino e festeiro sempre fez parte da trajetória da Manuela Bennett, 38 anos, nascida em Aracaju. Enquanto morou na cidade, a sergipana pulou em vários carnavais. Em 2007, ela se mudou para Brasília e se deparou com um ambiente de festejo menos animado. "Naquele período, os carnavais de rua não tinham tanta força entre os moradores da capital", lembra.

Porém, Manuela viu que a alegria carnavalesca passou a crescer em Brasília, com o passar do tempo, e começou a frequentar os eventos da cidade. E foi assim que, em 2019, um dos momentos mais memoráveis de sua vida aconteceu. No dia 2 de março, Manuela estava grávida de 35 semanas.

Como o nascimento do filho estava previsto somente para o próximo mês, ela alega que resolveu sair para aproveitar a folia. A tranquilidade era tanta que decidiu fazer a mala da maternidade apenas na quarta-feira de cinzas. Buscando alguma festa que chamasse sua atenção, andou por todos os lugares até encontrar o bloco Concentra. Pulou, dançou, ficou até o fim, comeu acarajé com pimenta e depois foi para casa.

Durante a madrugada, Manuela se sentiu estranha, mas achou que era um mal-estar e não se importou. Na manhã do dia 3, pediu ao marido que comprasse pão na padaria, mas quando o pai voltou o bebê estava prestes a nascer. "Corremos para a maternidade e minha obstetra demorou a chegar porque estava num bloquinho com a filha. Chegou maquiada no hospital, e meu bebê nasceu cinco minutos depois, em pleno domingo de carnaval", complementa.

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Frederico Tomé gosta de se fantasiar de vários "Freds", dentre eles, Fred Flintstone

Os amigos e primos que festejaram com ela no dia anterior não acreditaram quando a mãe falou sobre a chegada do pequeno Fernando, hoje com dois anos. Ainda que tenha nascido longe do dia imaginado, o pequeno não teve complicações e veio ao mundo com 2,645kg e 47cm. Descontraída, ela afirma que a farra e a comida tiveram uma parcela de responsabilidade na chegada antecipada do filho.

Fantasia nota 10!

Gabriela de Oliveira, 23 anos, demorou um pouco para pular seu primeiro carnaval. Os pais permitiram que a filha fosse aproveitar a folia com conhecidos aos 16. Foi quando ela não parou mais. "Eu costumava ir para o Galinho e o BabyDoll de Nylon", cita. Mas, conforme os anos foram passando, o desejo de viajar tornou-se realidade. Em dois anos seguidos, ela foi curtir a folia na Bahia. Quando pensou em conhecer o carnaval de Belo Horizonte, não conseguiu devido à pandemia.

Um ritual do carnaval que ela cumpre desde o início é a paixão pela liberdade em usar fantasias. Em sua visão, a magia da época carnavalesca está justamente no fato de se fantasiar e celebrar. "Cada ponto do carnaval é importante e, sem sombra de dúvidas, o personagem que ganha o papel principal nesse enredo é a fantasia", destaca. Em todos os carnavais que foi, não deixou de exagerar e ousar no glitter, combinar roupas e fantasias com os amigos. Para ela, esse ritual torna tudo mais lúdico e envolvente.

Relembrar

Para o psicanalista Frederico Tomé, 45, o carnaval é, além da celebração, uma rememoração e recriação de suas memórias, desde a infância, quando saía com sua família para curtir a folia em Uberaba (MG), sua terra natal. Hoje morador da Asa Norte, ele mantém os costumes de jovem e é figurinha marcada nos blocos de rua na capital. Já no segundo ano sem carnaval, Fred se diz melancólico sobre a realidade, mas tem esperança de que a folia volte no próximo ano.

Ansioso para o próximo carnaval, ele diz não haver uma "fantasia perfeita" para o retorno dos bloquinhos, porém, tem uma tradição especial para os adereços carnavalescos. "Eu tinha o costume de me fantasiar de Fred, é um alter ego. Era uma metalinguagem, digamos assim, uma meta-fantasia de carnaval, estar fantasiado e ser um outro, mas ao mesmo tempo ser o Fred. Era o Freddie Mercury, Freddy Krueger, Fred Flintstone, Fred da Turma do Scooby-Doo e o Quico, do Chaves, que na verdade é Frederico. Com esses cinco 'Freds' eu desfilei pelas ruas de Brasília", lembra.

Com a bagagem de 45 anos no festejo, ele acumula diversas memórias, especialmente nos bloquinhos "Vai Quem Fica" e "Calango Careta", seus preferidos. "Foram muitos momentos. Cada dia, uma história, um amor, um encantamento. Um marcante foi quando venci um concurso de fantasias do Calango Careta, estava de Freddie Mercury. Talvez não seja a mais marcante, mas deve ser a mais emblemática nesse sentido, sair fantasiado, subverter uma certa ordem, viver uma fantasia de uma outra pessoa. Tenho essa memória com carinho. E que venham outras, que essa pandemia acabe e que possamos construir memórias carnavalescas", finaliza.

***Estagiários sob a supervisão de Adson Boaventura**

Fax: 3214-1166 • e-mail: grita.df@dabr.com.br

Tome Nota

As informações para esta seção são publicadas gratuitamente. O material de divulgação deve ser enviado com informações completas do evento (inclusive data e preço), no mínimo cinco dias úteis antes de sua realização.

CURSOS

Profissionais da saúde
O Hospital Alemão Oswaldo Cruz, em parceria com a Johnson & Johnson Brasil, disponibiliza um curso on-line e gratuito para agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal. O curso tem quatro horas de duração, com estratégia pedagógica que apresenta simulações realísticas da atuação durante visitas domiciliares, videoaulas, além de orientações para esses profissionais na hora de identificar sinais e sintomas da covid-19. Inscrições: *inova.eadhaoc.org.br*.

Audiovisual
A TV Cultura oferece em seu canal no YouTube uma série de palestras com grandes nomes do audiovisual. Especialistas em áreas relacionadas ao universo da comunicação, do jornalismo e da produção cinematográfica dividem com alunos e com o público em geral experiências profissionais e questões de interesse dos jovens. Todos os vídeos contam com tradução em Libras e uma versão com audiodescrição. Inscrições: *bit.ly/36LtSIM*.

Escrita criativa
O Instituto Brasileiro de Estudos do Inconsciente (Ibei) oferece curso prático de escrita criativa por meio de videoaulas e para grupos de até três pessoas. Serão três encontros virtuais pelo Skype. Informações pelo WhatsApp: 61 9 9225-3849.

Compreensão
Visando acelerar a criatividade, compreensão e a criticidade dos leitores, a pedagoga e escritora Dinorá Couto Cançado promove oficinas personalizadas virtuais para crianças e adultos. A aprendizagem ocorre de forma individualizada, lúdica e, depois, compartilhada. O curso inclui certificado de 40 horas. Para se inscrever, é necessário comprar os seis livros do kit da autora. Informações: 61 9 9970-1366.

Transações imobiliárias
O Centro de Ensino Tecnológico de Brasília (Ceteb) promove curso técnico em transações imobiliárias. O pagamento pode ocorrer por meio de boleto bancário, com entrada mais seis parcelas. Informações: (61) 3352-6527, (61) 3218-8330 ou pelo WhatsApp (61) 98597-1252.

Desligamentos programados de energia

» SOBRADINHO
Horário: 9h às 12h
Local: Vila Basevi, ARs 01 a 05; Chapada Contagem, ARs 01, 03 ao 05.

Tecnologia e sustentabilidade
A Universidade Católica de Brasília EAD disponibiliza em sua plataforma o curso Tecnologia e Sustentabilidade, que abrange a relação entre os dois temas. Além disso, durante as aulas, estudos sobre o problema do e-lixo, a abordagem ecológica nas empresas e entre outros assuntos também serão apresentados. O curso é gratuito e tem seus temas divididos em sete unidades. A carga horária máxima é de 40h. Mais informações: *https://ead.catolica.edu.br/esperancar/tecnologia-e-sustentabilidade?hsLang=pt-br*.

Alimentação e saúde
A Fundação Bradesco disponibiliza o curso Biologia: Alimentação e Saúde, onde o aluno terá a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a composição nutricional de cada alimento. Além disso, o curso ensinará a interpretar da melhor maneira os rótulos de alimentos industrializados e as tabelas nutricionais. O curso é dividido em quatro etapas e tem carga horária de 3h. Mais informações: *https://www.ev.org.br/cursos/Biologia-Alimentacao-Saude*.

Capacitação
O Sebrae possui cursos on-line e gratuitos para você investir na sua capacitação e não parar de evoluir. Separados em mais de 15 categorias, os cursos do Sebrae oferecem ebooks, webinares, aulas por WhatsApp e jogos para te auxiliar a aprender. Os cursos do Sebrae possuem um certificado digital de participação após a conclusão do curso.

Arteterapia
O UP Cursos Online Gratuitos disponibiliza o curso de Arteterapia, em que são apresentados os princípios da arteterapia e as vantagens da metodologia. O curso conta com apostilas em PDF, que podem ser baixadas para serem estudadas até mesmo sem acesso à internet. A carga horária é de 40h, e para concluir, basta responder e ser aprovado em uma avaliação ao final. Para emitir o certificado é preciso pagar uma taxa de R $59,90. Os cursos estão disponíveis por tempo permanente. Mais informações: *https://upcursosgratis.com.br/curso-online-gratis/arteterapia*

OUTROS

Mostra Sonora
Está em exibição a Mostra Sonora: John Williams, no CCBB. O espaço fica aberto das 9h às 21h e a exposição acontece até 4 de março. Obras raras podem ser encontradas no local, como Tubarão (1975), de Steven Spielberg e Esqueceram de Mim (1990), de Chris Columbus. A entrada é gratuita e o ingresso deve ser retirado na bilheteria 1h antes da entrada na sessão. Para saber mais, acesse: *ccbb.com.br/brasilia/programacao/mostra-sonora-john-williams/*

Organizando o orçamento
O coletivo Jovem de Expressão promove um workshop virtual e gratuito nesta quinta-feira, das 19h às 20h. O evento orientará os participantes a respeito da organização de orçamentos de vendas. As empreendedoras Dayane Gonçalves e Wemmia Anita estarão presentes no workshop. Para se inscrever basta retirar um ingresso, de forma gratuita, na plataforma virtual do Sympla. Para mais informações, acesse o Instagram do coletivo, *@jovemdeexpressao*.

Athos Bulcão
A exposição Brasília em 10 Athos fica até 11 de abril na galeria do Sesc Estação 504 Sul Alberto Salvatore Giovanni Vilardo. Estão em exibição os diferentes trabalhos que o pintor, escultor e arquiteto executou em edifícios de Brasília. A curadoria foi motivada pela inauguração do painel de azulejos Bulcão na fachada principal do Sesc 504 Sul. A seleção apresenta obras com diferentes cores e formas, e com distintas maneiras de composição. A entrada é gratuita.

Telefones úteis

Polícia Militar	190
Polícia Civil	197
Aeroporto Internacional	3364-9000
SLU - Limpeza	3213-0153
Caesb	115
CEB - Plantão	116
Corpo de Bombeiros	193
Correios	3003-0100
Defesa Civil	3355-8199
Delegacia da Mulher	3442-4301
Detran	154
DF Trans	156, opção 6
Doação de Órgãos	3325-5055
Farmácias de Plantão	132
GDF - Atendimento ao Cidadão	156
Metrô - Atendimento ao Usuário	3353-7373
Passaporte (DPF)	3245-1288
Previsão do Tempo	3344-0500
Procon - Defesa do Consumidor	151
Programação de Filmes	3481-0139
Pronto-Socorro (Ambulância)	192
Receita Federal	3412-4000
Rodoferroviária	3363-2281

Autorização para vaga especial
Divtran I - Plano Piloto SAIN, Lote A, Bloco B, Ed. Sede - Detran/DF 12h e 14h às 18h
Divpol - Plano Piloto SAM, Bloco T, Depósito do Detran
Divtran II - Taguatinga QNL 30, Conjunto A, Lotes 2 a 6, Tag. Norte
Sertran I - Sobradinho Quadra 14 - ao lado do Colégio La Salle
Sertran II - Gama SAIN, Lote 3, Av. Contorno - Gama-DF

Isto é Brasília

Jardim Botânico de Brasília/Divulgação

Jardim do Cerrado

O Jardim Botânico de Brasília é um museu vivo e abriga coleções de Jardins Temáticos abertos à visitação pública. Os jardins Evolutivo, de Cheiros, Japonês e de Contemplação proporcionam o contato com a diversidade das espécies existentes no planeta . Predominantemente composto por vegetação do Cerrado, o JBB tem excelentes trilhas para se percorrer a pé e também de bicicleta. Aberto de terça-feira a domingo, inclusive feriados, das 9h às 17h, com entrada permitida até às 16h40.

Poste sua foto com a hashtag *#istoebrasiliacb* e ela pode ser publicada nesta coluna aos domingos *#istoebrasiliacb*

» Destaques

Congresso
» A UnB realizará, de 9 a 10 de março, o Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria. O evento reunirá tomadores de decisão de empresas de todos os portes, representantes do governo, da academia e de instituições de ciência e tecnologia. O foco do encontro é pensar e debater a inovação como principal estratégia de crescimento e competitividade. Para acessar o site do evento e saber mais, acesse: *https://www.congressodeinovacao.com.br/*

Semana da mulher
» A Casa Jasmim, localizada na SGHN 716, realizará a Semana da Mulher Jasminas Cultural a partir de 4 de março. O evento recebe inscrições até segunda-feira (28/2) e a ficha de inscrição está disponível na descrição do Instagram (*@acasajasmim*). O evento é voltado para mulheres, especialmente negras, e contará com shows de artistas locais, feira de expositoras, aula de kundalini yoga, sessão de cinema para mulheres, colagem de lambe lambe pela cidade, contação de histórias, palestra, e muito mais. O evento ocorrerá até o dia 8/3, gratuitamente.

Acompanhe o Correio nas redes sociais

(61) 99256.3846

Quem quiser fazer sugestões ao **Correio** pode usar o canal de interação com a redação do jornal por meio do WhatsApp. Com o programa instalado em um smartphone, adicione o telefone à sua lista de contatos.

/correiobraziliense

@cbfotografia

@correio

O tempo em Brasília

Muitas nuvens, com pancadas de chuva isoladas.

Umidade relativa

Máxima **95%** Mínima **40%**

A temperatura

O sol

Nascente 6h11

Poente 18h40

A lua

Cheia 18/3

Minguante 25/3

Nova 2/3

Crescente 10/3

grita geral

grita.df@dabr.com.br (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

GAMA

RUA ESBURACADA

O engenheiro civil Raphael Gomes de Lima, 29 anos, morador do Gama, entrou em contato com a coluna *Grita Geral* para relatar problemas com buracos em sua rua, na Quadra 19, Setor Oeste da cidade: "No Gama, buraco é o que não falta. Nas entrequadras está absurdo, sem falar na pista que liga o Recanto das Emas ao Gama, que também é uma coisa de louco", afirma. Raphael diz que, quando são realizados reparos nas ruas da cidade, são paliativos com pouca qualidade que não corrigem realmente o asfalto : "A massa fria não aguenta a primeira chuva".

» A Administração Regional do Gama informa que realiza reparos em vias todos os dias. A massa fria é utilizada quando, devido à forte chuva, há impossibilidade de trazer massa quente da Novacap, uma vez que ela não suporta água. A fim de não suspender o tapa buracos, a massa fria é utilizada em casos tecnicamente viáveis, avaliados por engenheiros da RA. A Administração do Gama tem mapeado os buracos que surgem na cidade, e verificou-se que, devido às repentinas chuvas, o asfalto do Gama tem sofrido mais com intempéries.

PLANALTINA

PARQUINHO ABANDONADO

A estudante Maiza Alves, 24 anos, moradora de Planaltina, entrou em contato com a coluna *Grita Geral* para relatar problemas com um parquinho localizado na Estância 4, no Setor Mestre D'Armas, próximo à Unidade Básica de Saúde (UBS): "Há mais de quatro anos que o parquinho está abandonado, todos os brinquedos enferrujados, quebrados; o solo está apenas com cascalho e com o mato crescendo ao redor. As crianças não têm lugar para brincar, meus irmãos pequenos me pedem para levá-los, mas não há condições de brincar ali", diz.

» A Administração de Planaltina informa que o parque infantil em questão encontra-se em uma área particular, por isso o GDF não pode realizar nenhum serviço na região. Porém, há um projeto para construção de um Complexo de Esporte e Lazer na área ao lado que irá contemplar quadras esportivas, praça e parque infantil. Informamos ainda que foi construída uma quadra sintética no local que será entregue para comunidade nos próximos dias. Posteriormente serão construídos os demais equipamentos públicos no local, quando houver disponibilidade orçamentária. A Administração de Planaltina vem revitalizando dezenas de espaços públicos na região. Ao todo, mais de 20 quadras esportivas e parques infantis já foram revitalizados e entregues para a comunidade.

CORREIO BRAZILIENSE

SUPER ESPORTES

www.df.superesportes.com.br - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

COI sugere cancelamentos

O comitê executivo do Comitê Olímpico Internacional (COI) instou, ontem, que todas as federações internacionais cancelem ou realoquem as competições marcadas na Rússia e em Belarus. Além disso, pediu que as bandeiras das regiões em ofensiva contra os ucranianos não sejam hasteadas em nenhum evento esportivo mundial e que não toquem o hino nacional dos dois países, especificou a organização em um comunicado, que estimou que ambas as nações violaram a trégua olímpica.

GUERRA NO LESTE EUROPEU

Após covid-19, guerra provoca terceira mudança seguida na final da Liga dos Campeões. Com avanço do conflito entre russos e ucranianos, Uefa tirou de São Petersburgo e levou a Orelhuda para Paris. FIA também cancela GP de Sochi

Rota reprogramada

DANILO QUEIROZ

Referência no modelo de final única com palco pré-definido meses, ou até anos antes, a Uefa encara, mais uma vez, a necessidade de mudar o palco da final da Liga dos Campeões por uma situação extra-campo. Nos últimos dois anos, a entidade europeia precisou agir pelo avanço da covid-19. Ontem, no segundo dia de elevação das tensões da guerra entre Rússia e Ucrânia, a organizadora do futebol no Velho Continente anunciou a retirada da decisão de São Petersburgo e a transferência para a França. As seleções e os clubes dos dois países terão de jogar em campo neutro.

Embora em escala muito menor de proporção, a Uefa vive o drama enfrentado pela Conmebol na final da Libertadores de 2019. Na ocasião, a entidade sul-americana organizava a primeira decisão única em campo neutro e havia escolhido o Estádio Nacional, em Santiago, para abrigar o jogo. Porém, as tensões provocadas por protestos sociais no Chile forçaram uma mudança para o Monumental, em Lima, no Peru. À época, a decisão foi tomada com pouco mais de 20 dias para o confronto entre Flamengo e River Plate, vencido pelo rubro-negro.

No Leste Europeu, o clima bélico causado pelo avanço das tropas russas na Ucrânia causam tensões humanitárias muito além do esporte. Após advertir a Rússia e "condenar fortemente" o conflito, a Uefa decidiu em reunião, ontem, tirar a final da Gazprom Arena, em São Petersburgo, e colocar a partida no Stade de France, em Paris. "A Uefa gostaria de expressar seu agradecimento ao presidente Emmanuel Macron pelo apoio pessoal e comprometimento para que o jogo de clubes mais prestigiado da Europa fosse movido para a França neste tempo de crise sem paralelos", disse a entidade, em comunicado.

Susana Vera/AFP

Com ataque russo sobre a Ucrânia, entidade europeia optou por levar a taça do seu principal torneio para Paris, na França

> "A Uefa gostaria de expressar seu agradecimento ao presidente Emmanuel Macron pelo apoio pessoal e comprometimento para que o jogo de clubes mais prestigiado da Europa fosse movido para a França neste tempo de crise sem paralelos"
>
> **Uefa**, através de comunicado

Precursora do modelo de final única com palco pré-definido, a Uefa encara a necessidade de mudança de planos de última hora pelo terceiro ano seguido. Com as facilidades logísticas de deslocamento pela Europa, a entidade popularizou o formato de antecipação do palco da final, adotado desde os anos 1950, quando a competição ainda se chamava Taça dos Clubes Campeões Europeus. Nos últimos dois anos, a pandemia de covid-19 provocou a realocação das decisões. Nas duas ocasiões, Istambul, na Turquia, deu lugar a Lisboa, em Portugal, por questões ligadas à doença.

Kremlin critica

Pouco depois da mudança de sede, o Kremlin criticou a transferência da final da Liga dos Campeões para Paris. "É uma pena que tal decisão tenha sido tomada", disse o porta-voz do poder russo, Dmitry Peskov. "São Petersburgo teria proporcionado as condições ideais para a realização do evento", completou. Presidente da Federação Russa de Futebol (RFU) e do conselho de administração da Gazprom, patrocinadora da entidade, Alexander Dyukov endossou a reclamação. "Acreditamos que a decisão de mudar o local foi ditada por razões políticas. A RFU sempre aderre ao princípio do esporte estar fora da política", ressaltou.

O Comitê Executivo da entidade também decidiu sobre clubes e seleções dos dois países. Até "segunda ordem", essas equipes terão de atuar em estádios considerados neutros durante os torneios. A ação é uma resposta ao pedido da Polônia sobre o jogo contra a Rússia pela repescagem das Eliminatórias da Copa do Mundo. A Ucrânia também está envolvida, mas pega a Escócia, fora de casa, no fim de março. "A Uefa vai dar suporte a vários envolvidos para garantir o resgate de jogadores de futebol e suas famílias na Ucrânia, que enfrentam terríveis sofrimentos humanos, destruição e deslocamento", destacou.

Fórmula 1 cancela prova da Rússia

O Grande Prêmio da Rússia de Fórmula 1, previsto para 25 de setembro, em Sochi, foi cancelado, anunciou, ontem, a empresa que administra o Mundial da categoria. Assim como a saída da final da Liga dos Campeões da Europa de São Petersburgo, a ação é uma consequência da invasão da Ucrânia pelo exército russo. O circuito integrava a lista oficial da temporada desde 2014.

"Na quinta-feira à noite, a Fórmula 1, a Federação Internacional de Automobilismo (FIA) e as equipes discutiram o posicionamento do nosso esporte e a conclusão é que, levando-se em consideração a opinião de todas as partes afetadas, é impossível organizar o GP da Rússia nas atuais circunstâncias", afirmou a empresa Formula One Group, em um comunicado. "Acompanhamos os acontecimentos na Ucrânia com tristeza, assustados e esperamos uma solução rápida e pacífica para a situação atual", acrescentou a nota.

Essa decisão ocorre um dia depois de vários pilotos do grid, incluindo os campeões mundiais Max Verstappen (2021) e Sebastian Vettel (2010, 2011, 2012 e 2014), exigirem o cancelamento da corrida. "É horrível ver o que está acontecendo. De minha parte, minha opinião é que não devo ir. Não vou", declarou Vettel, em uma coletiva de imprensa durante os treinos de pré-temporada que estão ocorrendo no circuito de Montmeló, perto de Barcelona (nordeste da Espanha). "Quando um país está em guerra, o correto é não correr lá, com certeza. Mas o que conta não é o que eu penso, será decidido por todo paddock", acrescentou o atual campeão mundial, o holandês Max Verstappen, da Red Bull Racing.

Ontem, no último dia de treinos de pré-temporada da categoria, a equipe Haas, cujos carros costumam usar as cores azul, branco e vermelho, que coincidem com as da bandeira russa, trouxe chassis totalmente brancos, sem referências ao seu principal patrocinador Uralkali, uma empresa russa especializada em potássio. O chefe da equipe, Günther Steiner, declarou que anuncia, na próxima semana, o futuro da colaboração entre as partes.

Kirill Kudryavtsev/AFP

Disputada desde 2014, corrida da Rússia foi cortada do calendário

Destaque do dia

Apoio iluminado

Divulgação/Bayern de Munique

Ontem, a Allianz Arena e o Wanda Metrolitano casas de Bayern de Munique e do Atlético de Madrid, se iluminaram de azul e amarelo, cores da bandeira ucraniana, em apoio ao país do Leste Europeu, assolado pelo avanço do ataque da Rússia. "O Bayern está apoiando a cidade de Munique na defesa da paz e da solidariedade com a Ucrânia e a cidade irmã Kiev. A Prefeitura de Munique está hasteando a bandeira da Europa e da Ucrânia e está iluminada com as cores da Ucrânia, assim como a Torre Olímpica", diz o comunicado do clube alemão.

Jogadores continuam na Ucrânia

Ontem, a Embaixada do Brasil em Kiev emitiu um comunicado divulgando a possibilidade de fuga para a fronteira com a Romênia aos brasileiros em solo ucraniano. Os jogadores tupiniquins que atuam no campeonato do país do Leste Europeu, porém, alegaram falta de segurança e optaram por não tentar embarcar no trem com destino a Chernivtsi, no oeste da região em guerra. Ao todo, 43 atletas nacionais estão espalhados entre times das três divisões do futebol do Ucrânia.

De acordo com os atletas, seria necessário caminhar cerca de 52 quilômetros para chegar na Romênia, após eventual desembarque na cidade ucraniana. O percurso, porém, precisaria ser feito de madrugada, quando as tropas russas costumam intensificar os ataques sobre o território da Ucrânia. A incerteza de segurança causou temor nos atletas. A maioria deles está acompanhado de familiares, principalmente mulheres e crianças.

"Começou o bombardeio e nos avisaram que vai ter bastante confronto nas ruas. A gente não pegou esse trem, continuamos no hotel", explicou o atacante Vitinho, ex-Athletico-PR, em entrevista ao portal GE.com.

Em conversa com o **Correio** no primeiro dia da invasão russa à Ucrânia, o volante Maycon, revelado pelo Corinthians, relatou a situação tensa dos brasileiros em meio ao conflito entre os países do Leste Europeu.

"Temos duas preocupações: uma delas é com a alimentação. Não sabemos até quando teremos comida, principalmente para as crianças. Muitos de nós estamos com os filhos aqui. A outra questão é a comunicação. Não sabemos até quando teremos internet para falar com os nossos parentes e, principalmente, solicitar ajuda", explicou.

ESTADUAIS Longe da elite nacional em 2022, Vasco e Grêmio têm em confrontos locais contra Fluminense e Internacional jogos ideais para avaliar evolução no ano

Clássicos testes de fogo

DANILO QUEIROZ

Fadados à disputa da Série B do Campeonato Brasileiro de 2022, Vasco e Grêmio encaram a temporada como ano de reconstrução na tentativa de retornar à elite nacional. Hoje, com pouco mais de um mês de atividade nos Campeonatos Estaduais, o cruzmaltino e o tricolor terão clássicos encarados como verdadeiros testes de fogo em seus projetos. Às 17h, os cariocas encaram o Fluminense, no Nilton Santos. Às 19h, os gaúchos medem forças com o Internacional, no Beira-Rio.

Organizando a casa para disputar a divisão de acesso pelo segundo ano seguido, o Vasco pode encaminhar a classificação para a etapa final do Campeonato Carioca se tiver sucesso sobre o rival. O tricolor lidera a primeira fase, mas está focado no compromisso de terça-feira contra o Millonarios, pela Libertadores. Após perder o primeiro confronto regional para o Botafogo, por 2 x 0, o Cruzmaltino vê no Fluminense a possibilidade de aumentar o grau de dificuldade dos enfrentamentos regionais.

"Acho que não merecemos perder para o Botafogo, tivemos uma performance para pelo menos empatar. O Fluminense vai ser um jogo complicado, montou um elenco forte, tem um treinador experiente. Trabalhar com o máximo de atenção, fazer uma boa estratégia para fazer um bom jogo e conquistar um bom resultado", alertou o técnico Zé Ricardo. O tricolor deve, inclusive, entrar em campo com um time misto no clássico.

Lucas Uebel/Gremio

Tricolor gaúcho recebeu apoio da torcida antes de encarar o rival em partida-chave para o crescimento

Líder da primeira fase do Gaúcho, o Grêmio passou por instabilidade com troca de técnico no início do ano, mas vê no confronto com o Internacional a possibilidade de se afirmar de vez de olho na sequência da temporada e na tentativa de retornar à primeira divisão. Recém-chegado ao comando, o treinador Roger Machado não cogita, sequer, poupar jogares diante da partida contra o maior rival, mesmo com o compromisso do meio de semana pela Copa do Brasil. "Como posso dizer que vou preservar jogadores? Vão tirar o meu rim. Vamos com força máxima. Trabalhar para chegar nas melhores condições", disse.

No primeiro confronto do ano contra o Grêmio, o Internacional também chega muito pressionado. Contratado no início da temporada, o técnico Alexander Medina convive com a cobrança por vitórias. "Sabemos o que significa jogar um Gre-Nal. É uma partida diferente de todas as outras. Aqui não é decepção, se vê com muita paixão. É evidente que, se chegássemos ganhando, nos daria outro estado de ânimo, mas isso tem que ser uma motivação para todos os jogadores e o entorno", avaliou.

» Santos anuncia técnico

O Santos anunciou oficialmente, ontem, que o argentino Fabián Bustos é o novo técnico da equipe. O treinador, que estava no Barcelona de Guayaquil-EQU, assinou o acordo, restando ainda o contrato definitivo para assumir o comando do time nos próximos dias. "A proposta é sempre trazer um profissional que seja vencedor, que busque títulos. Junto com o Departamento de Futebol, buscamos a melhor opção do mercado. Que ele faça um grande trabalho", disse o presidente Andres Rueda.

SELEÇÃO

Tite diz que deixará o comando do Brasil após Copa do Mundo

VICTOR PARRINI*

A Copa do Mundo do Catar ainda está longe de começar, mas o técnico Tite revelou que essa será a sua última grande disputa com a prancheta tupiniquim nas mãos. O comandante canarinho garantiu, em entrevista ao programa *Redação SporTV*, que não seguirá no cargo de líder da Seleção Brasileira após dezembro de 2022, quando termina o torneio internacional.

A declaração veio após o técnico tentar fugir da pergunta sobre o futuro. "Estou muito focado no meu trabalho. Sei do ciclo. Sou, talvez, um cara que tenha tido a oportunidade como tantos outros ao longo da história. (...) Estou fugindo (da pergunta), né? Não convém responder agora, mas eu tenho consciência exata da minha participação", respondeu Tite.

Na sequência, o treinador retomou o assunto e fez a revelação de que não seguirá à frente da amarelinha após a Copa. "Vou até o fim do Mundial. Não tenho por que mentir aqui", garantiu. "Não quero vencer de qualquer forma. Venci tudo na minha carreira, só me falta o Mundial", continuou.

A história de Tite na Seleção Brasileira dura seis anos. O técnico chegou em 2016, com a missão de recolocar a equipe nos trilhos e garantir uma vaga na Copa do Mundo da Rússia, em 2018. De lá para cá, foram 70 jogos, com 51 vitórias, 14 empates e apenas cinco derrotas.

Hoje, o Brasil é líder invicto e isolado das Eliminatórias Sul-Americanas, com 39 pontos. O escrete canarinho é um dos 15 países garantidos na Copa do Mundo do Catar. Na mesma entrevista, Tite voltou a lamentar não enfrentar europeu durante a preparação para a busca do hexa. "Gostaríamos, mas não há possibilidade", lamentou ao falar sobre o calendário.

***Estagiário sob a supervisão de Danilo Queiroz**

Lucas Figueiredo/CBF

Técnico garantiu que sairá do cargo após a disputa do Mundial no Catar

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua míngua em Capricórnio.Projeta tua mente ao mais distante futuro possível, imagina a complexidade do cenário mundial em que precisarás continuar desenvolvendo tua incansável busca de bem-estar pessoal, porque o que vem vindo por aí desafiará tudo que davas por sabido. Nada mais dês por garantido, o reino humano ingressa num período de profunda reinvenção do processo mundial, conhecido por civilização, que não tem precedente em nada do que conhecemos como história. As forças que se digladiam não são apenas físicas e formais, céu e terra se envolvem de forma dramática, tanto é o que está em jogo. Porém, não te confundas com romantismos inúteis, pois, não é o apocalipse, mas o alvorecer de uma civilização madura e sábia. Os personagens torpes da atualidade não têm poder de frear esse movimento.

ÁRIES
21/03 a 20/04

Procure deixar de lado a necessidade de descansar, porque se encontra disponível a chance de avançar substancialmente nas questões que sejam do seu interesse, e que não avançarão por si sós, mas com sua ajuda.

TOURO
21/04 a 20/05

Cuide para não se distrair com ideias que são sedutoras, porém, carecem de qualquer aplicação prática para o momento em que você se encontra. Em primeiro lugar, resolva o que é prático, depois idealize na imaginação.

GÊMEOS
21/05 a 20/06

O temor é paralisante, mas não significa que você deva acreditar nele. O temor anuncia desastres que raramente se concretizam, mas isso você só fica sabendo depois de ter evitado fazer o que estava ao seu alcance.

CÂNCER
21/06 a 21/07

Nunca é fácil fazer caber todos os interesses que as pessoas têm, e pelos quais lutam. Há momentos, como agora, em que o conflito se manifesta e, de alguma maneira, há de se esperar que as coisas se acalmem um pouco.

LEÃO
22/07 a 22/08

Você não precisa de mais nada nem de ninguém, tudo que você precisa se encontra disponível. Porém, é como uma receita de cozinha, se você não mistura os ingredientes e segue os passos, o prato não acontece por si só.

VIRGEM
23/08 a 22/09

Leve a sério seu divertimento, porque é a oportunidade de você se libertar de um tanto de seus pudores e, assim, viver algumas experiências que enriquecerão seu caráter, por mostrar a você nuances desconhecidas.

LIBRA
23/09 a 22/10

Evite procrastinar, porque cair nessa tentação seria perder a chance de adiantar muito algumas questões que, se resolvidas, tirariam um peso enorme de suas costas. Tome a iniciativa, se desapegue dos resultados.

ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

ESCORPIÃO: Nem sempre estamos com essa bola toda para prestar atenção e valorizar o que se apresenta, inclusive porque, como agora, a apresentação do que é importante vem na forma de algo banal, superficial até.

SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Se você não produz benefícios para as pessoas com que você se relaciona, tenha certeza de que sua vida individual sofrerá com isso também. Seu bem-estar particular depende do bem-estar social que você produzir.

CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Remova os obstáculos que, aparentemente, impeçam seu avanço, porém, não se demore demais nessa atividade, porque assim correria o risco de ver todos seus recursos investidos num ambiente de conflito.

AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Se quiser evitar que suas palavras e ideias sejam mal interpretadas, a única alternativa é silenciar e, se quiser seguir em frente com suas intenções, agir da forma mais discreta possível. Assim daria certo.

PEIXES
20/02 a 20/03

Se a sua atividade beneficia um pouco o mundo, que é feito das pessoas com que você se relaciona, tenha certeza de que você está em processo de enriquecimento. O benefício dos grupos será seu enriquecimento.

CRUZADAS

- Hidrelétrica de RO inaugurada em 2016
- Consequência da insuficiência cardíaca
- Atrasar; delongar
- Divisão de prédio comercial
- O policial que foi alvo de desacato
- Sucesso de Gilberto Gil
- Penitente que vive isolado
- Significado de "empeine", em espanhol
- Mover-se com ondulações (a bandeira)
- Venda, em inglês
- Orelha, em inglês
- Centímetro (símbolo)
- Passar por transformação
- Elogios (fig.)
- Que produz resultado
- Prova de motociclismo "off-road"
- Santo festejado em 1º de dezembro
- "(?) Aqui", site de queixas do consumidor
- Inscrição nos carros da ONU (ing.)
- Sobra de metal que foi lixado
- Lei de Diretrizes e Bases (sigla)
- És-sudeste (abrev.)
- A (?): te
- Apelido do Santa Cruz-PE (fut.)
- "Muitos", em "multiface"
- Nome frequente entre islâmicos
- Orlando Rangel, químico brasileiro
- (?) Rossi, ator brasileiro
- 41, em romanos
- Dotar de asas
- Aço (?), material de certas panelas
- Genuína; autêntica
- Incômodo da sintonização de rádios
- "(?) País", jornal espanhol

BANCO 2/el. 3/ear. 4/sale. 5/coral. 6/lídima. 7/reclame. 8/drapejar. 9/peito do pé. 13/desrespeitado. 47

DIRETAS DE ONTEM

W V
B A I X O P E S O
G L I C E R O L
E S C A B E L O
N O A A D I R
L T N R I D O
E B U S C A S
S C R I P T O
E R A L O A
C U A I T C
P R O N U N C I A
E N T R A V E
T I E T E O T
O X C R A S E

SUDOKU DE ONTEM

2	9	6	4	7	1	3	8	5
5	8	7	6	3	9	1	4	2
1	3	4	5	8	2	9	6	7
8	4	2	3	9	5	7	1	6
3	6	9	7	1	8	5	2	4
7	1	5	2	4	6	8	3	9
9	7	8	1	6	4	2	5	3
6	5	3	8	2	7	4	9	1
4	2	1	9	5	3	6	7	8

CARNAVAL

divulgação

Psirico se apresentando em roda de samba on-line

Folia virtual

» FELIPE MACEDO*

Com o cancelamento oficial do carnaval de rua de 2022, a celebração se assemelha com a do ano passado. Tendo em vista o avanço da pandemia da covid-19, prevalece o formato de shows virtuais. Os foliões acompanham de casa diversas atrações on-line na semana mais festejada do país. As lives ocorrem no Youtube, Instagram e TikTok; há programação de shows prevista até o dia 13 de março.

A semana da folia, que teve início oficial ontem, contou com uma grande variedade de apresentações. A escola de tambores afro-brasileiro, Olodum, junto a Alceu Valença e Barões da Pisadinha, serão algumas das atrações que se apresentam nas redes sociais. Os artistas entrarão ao vivo na página especial de carnaval do TikTok para levarem animação e boa música para todos.

O aplicativo de vídeos curtos, TikTok, preparou um conjunto de ações para animar o carnaval das pessoas que celebram a data de casa. Com muita música, histórias e efeitos especiais para os festeiros, a campanha, que começou dia 21 de fevereiro, contou com o lançamento da websérie Histórias de carnaval, em que participantes compartilham vivências memoráveis ocorridas durante a maior festa do mundo. São casos engraçados, histórias de amor, ou até mesmo dificuldades. Pela facilidade de produção e postagem, todos os carnavalescos são incentivados a participar.

Em Manaus, as escolas de samba adiaram as apresentações para os dias 17, 18 e 19 de março, no sambódromo do Centro de Convenções, sem a presença de público. Na primeira noite, nove escolas de samba do grupo de acesso B, irão desfilar. As nove agremiações do grupo de acesso A, comandam a live na segunda noite e, para encerrar, o grupo especial, com oito escolas, fecha as transmissões ao vivo na sexta-feira.

Carnaval no DF

O Carnaval em casa da rádio cafuné 2022, começou ontem, e segue até o dia primeiro de março. Os blocos e artistas se revezam em programação que fica 24hs no ar, em três salas simultâneas, dentro da plataforma do Zoom da rádio. Juliana Pagul, 41 anos, programadora do evento, coordenadora da rede carnavalesca e da plataforma Praça dos Prazeres, explica como será a programação: "As salas no Zoom ficam abertas 24 horas, simultaneamente, as pessoas vão trocando de acordo com a preferência. Nós da Praça dos Prazeres comandamos a sala de estreia do abre alas, da Rádio Cafuné. A praça dos Prazeres vai se apresentar de 18h às 21h."

"Os foliões podem esperar muita diversidade cultural, bastante interação entre as pessoas presentes", completa a coordenadora.

Nesta quinta-feira, o Galinho de Brasília recebe Asé Dudu, às 19h, em primeira transmissão do grupo em março. No dia seguinte, o Bloco dos Raparigueiros recebe Menino de Ceilândia, a partir das 19h; no dia 10 de março, às 19h, Menino de Ceilândia recebe Bloco dos Raparigueiros; as comemorações carnavalescas se estendem até 13 de março, com a Liga dos Blocos Tradicionais, que encerra o evento, entrando ao vivo a partir das 19h. Todas as transmissões ocorrem no Youtube.

Estagiário sob a supervisão de Severino Francisco

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

Quero ser
uma parede
açoitada
pelo vento.
A corrosão
do mar
me batendo
na cara
até sentir
a pele fervendo,
os olhos cheios
de água.
Ser musgo
líquen.
E então
pela primeira vez
saber quem sou.

Gracia Cantanhede

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

						8		9
		6		8	1			7
	3			5	7	6		
		1						
6						3	4	
			7		2			
	6			4	8	1		
		9	2	1	6			4

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

Editor: José Carlos Vieira
josecarlos.df@dabr.com.br
cultura.df@dabr.com.br
3214-1178/3214-1179
CORREIO BRAZILIENSE
Brasília, sábado, 26 de fevereiro de 2022

Música com novas cores

EM ENTREVISTA AO **CORREIO**, A BANDA GILSONS, INTEGRADA POR FILHO E NETOS DE GILBERTO GIL, FALA SOBRE O ÁLBUM ***PRA GENTE ACORDAR*** E SOBRE A INFLUÊNCIA DO MUSICO BAIANO

» PEDRO IBARRA

Em 2019, uma banda de três jovens músicos caiu na graça dos brasileiros revivendo *Várias queixas*, música conhecida pelo Olodum. Conhecidos como os Gilsons, Francisco, João e José Gil agora voam mais alto e lançaram nas plataformas de streaming o primeiro álbum do trio, que tem em comum o parentesco com o lendário músico Gilberto Gil. Pra gente acordar, mostra por meio de nove faixas a identidade dessa banda que, mesmo com apenas três anos de existência, já movimenta o país.

"Desde que os Gilsons começaram a alavancar mesmo, a gente estava na vontade de lançar um disco, de ter uma obra mais completa" conta João Gil em entrevista ao **Correio**. Ele entende que o EP havia aberto o caminho para a banda crescer e estão aproveitando o álbum para se consolidar como mais que um nome promissor da nova cena da música brasileira. "O EP é como se fosse um conto e o álbum é como um romance", completa.

O álbum é uma chance deles mostrarem mais, mas eles garantem que não é uma mudança e, sim, um crescimento. "Esse disco tem muito de uma estética que já vínhamos trabalhando. Ele traz coisas novas, outras cores, mas tudo dentro da paleta que a gente propôs lá no início", analisa João, que é neto de Gilberto Gil. "É uma expansão do que a gente estava construindo, só que com pinceladas e linguagens que a gente já havia utilizado", adiciona.

O título *Pra gente acordar* também é a faixa de abertura e transmite a mensagem inicial que os Gilsons querem: "Há de nascer um novo amanhã, pra gente acordar e dançar", canta Francisco. "*Pra gente acordar* é uma música pré-pandêmica. que ganha significado com a pandemia", conta José Gil, filho de Gilberto. "A gente não estava em um tempo muito fácil no Brasil, a gente já vem de pandemia política e de burrice há alguns anos", acrescenta o artista, que também produziu o disco, apontando que a banda tem um discurso para além do entretenimento.

Porém a música que pretendem fazer é popular e para todos. "Queremos fazer, mesmo que de uma forma moderna, música popular", afirma José sobre o projeto. O disco tem, além do discurso, influências que vão do MPB ao R&B americano; tem violão, mas explora sintetizadores; vai do simples ao complexo de forma natural. "São elementos tradicionais da nossa MPB que estão ali misturados com as nossas referências. Dá para atingir todos os gostos e várias idades", conclui.

Influência de casa

Quando o assunto é Gilsons, um nome inevitável é o de Gilberto Gil. O trio é formado por dois netos e um filho do lendário artista e um dos criadores do movimento da tropicália na música brasileira. A banda exalta muito a figura do músico e dá muita importância para o parentesco. "Com certeza, a gente tem muito da influência de Seu Gilberto na nossa formação musical e principalmente da vivência do palco, do backstage, de saber como tudo aquilo acontece. Com ele, a gente aprendeu sobre equipamentos, a necessidade das pessoas, a valorizar quem trabalha por trás de tudo", pontua o produtor do álbum. "É um privilégio enorme ter contato com isso desde pequeno, a gente começou sabendo lidar com tudo", adiciona.

"A grande inspiração é ver como o Seu Gilberto tem uma obra diversa e abrange vários estilos. De cara, essa coisa de a gente misturar ritmos é uma referência clara que temos dele", pondera João. "O que mais pega, para mim, é a escrita. Seu Gilberto consegue falar sobre uma infinidade de temas, consegue escrever sobre muitos assuntos de diversos interesses. Esse é o maior desafio que eu sinto como músico hoje, é ter essa capacidade de composição, que é mágica", complementa José.

Contudo, a banda sabe o lugar e o tempo em que está e não quer só viver da referência do lendário parente. "Nos anos 1960, ele misturava uma coisa e a gente em 2020 vai misturar outra", afirma o João. "Ao mesmo tempo, a gente não quer fazer igual, nem pretende. A gente quer fazer o que gosta. Quer que saia de nós e as pessoas gostem do que nós fazemos do jeito que fazemos", continua.

O plano tem dado certo, os Gilsons têm cada vez mais se deparado com fãs que descobriram a relação deles com Gil após ouvi-los. "A gente tem contato com o público em shows e nas redes, e muitas pessoas começaram a ouvir Gilsons sem saber que nós éramos relacionados ao Gilberto Gil", conta José. "A gente acha isso muito legal", finaliza João.

Os Gilsons: José Gil, João Gil e Francisco Gil

Zabenzi/Divulgação

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, sábado, 26 de fevereiro de 2022

Para anunciar ▸ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA | 2 IMÓVEIS ALUGUEL | 3 VEÍCULOS | 4 CASA & SERVIÇOS | 5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES | 6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1 IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.1 APARTHOTEL

REVENDA PaulOOctavio

BRASIL 21 - desocupado, canto, nascente, vista livre - esplanada, dividido, 60,12 mts, 2 varandas, sem mobília - 98238-0962/CJ-1700

VENDO HOTEL Tradicional em Brasília 110 apto. Ocupação de 90% ano. 99294-6408 c6271

VENDO HOTEL Tradicional em Brasília 110 apto. Ocupação de 90% ano. 99294-6408 c6271

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

RUA 12 SUL - Vilarindo Lima, desocupado, novo, canto, varanda, 72 mts priv, 01 vaga de garagem, lazer completo - 98313-1395/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

RUA 18 NORTE - WAVE Residênce, reformadíssimo, alto padrão, vista livre, 75 mts priv, 01 vaga de garagem, lazer completo - 98313-1395/CJ-1700

1.2 ÁGUAS CLARAS

REVENDA PaulOOctavio

RUA 12 SUL. Novo e Pronto p/morar 2 qts. Lazer Completo 62 a $68m^2$. Ligue: 3326-2222

3 QUARTOS

R ALECRIM Grande oportunidade, vdo barato! 3qtos, armários em todos os cômodos, nascente, vista livre p/ estação metrô, comércios variados nas proximidades. Tratar com o proprietário. Jair 61 99986-0751

REVENDA PaulOOctavio

RUA ALECRIM - Villa Clara, nascente, armários 96 mts priv, 01 vaga de garagem, lazer seco - 98570-3210/CJ-1700

4 OU MAIS QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

AV. DAS ARAUCÁRIAS - PENINSULA, 3 suítes, home, 180mts, 3 vagas de garagem, lazer completo - 98313-1395/CJ-1700

PaulOOctavio

PENÍNSULA PRONTO P/MORAR, 4 Qts $203m^2$. Clube de Lazer. Grg. T: 3326-2222 CJ 1700

ASA NORTE

1 QUARTO

BARRA IMOBILIÁRIA cj 4202 Desde 1985 Avaliações Gratuitas QUER VENDER OU ALUGAR SEU IMÓVEL? AQUI NÃO PERDEMOS NEGÓCIO! (61) 3352-4544 www.barraimobiliaria.com.br

1.2 ASA NORTE

REVENDA PaulOOctavio

SHCGN 708/709 - dividido, 28,55 m^2 privativo, ótima localização - 98238-0962/CJ-1700

2 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

105 SQN - DESOCUPADO, nascente, vazado, original, 97m^2 privativo - 98238-0962/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

212 SQN - ZEFERINI VAZ - DESOCUPADO, ótima cobertura, nascente, vista livre, suíte, 187,37 mts privativos, 01 vaga de garagem - 98238-0962/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

CLN 410 - reformado, ótima localização, sala 2 amb. Ampla cozinha, 82,00 metros priv., - 98238-0962/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

SHCGN 704 -Baltazar Mendonça, cobertura Desocupada, sendo 01 suíte, completo de armários, 136,47 mts, 02 vagas no subsolo - 98238-0962/CJ-1700

4 OU MAIS QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

115, SQN - Desocupado - Nunca Habitado, completo de armário, 239,47 mts priv., Canto, vazado, 3 suítes + closet, 3 vagas soltas - 98238-0962/CJ-1700

1.2 ASA NORTE

PaulOOctavio

208 Sqn Pronto P/ Morar 4 Qts, Novo, 127 M^2, 2 Vg Grg. T: 3326-2222 Cj 1700

REVENDA PaulOOctavio

AVALIA Gratuitamente, Vende com rapidez, Clientes Cadastrados, Aprovamos Financiamento, Consulte-nos, CJ-1700 - 99619-2488

ASA SUL

2 QUARTOS

GRANDE OPORTUNIDADE
412 SQS 2qts todo reformado. P/ morar ou investir. 99567-0883 c10859

PARK SUL PRIME
SMAS TR 03 2 suites dos sonhos ! Reforma de alto padrão, 70m^2, andar alto, duas vagas, lindo lazer, R$1.260.000,00. 98585-9000 c13429

3 QUARTOS

JOIA RARA!
SQS 204 3qts + DCE, 98m^2 andar alto, nascente, vista livre, prédio meio da quadra, fachada reformada. R$1.370.000,00. Desocupado. Tratar: 61 98585-9000 c13429

207 SUL Prédio todo reformado, o + bonito da 207. 170M² Vista livre vazio 3qtos sendo 2stes hidro, reformado. 4ºandar Tr:99395-2720 c6271

216 3QTOS c/1ste refor nascente. 168m^2 vazio. Tr:99294-6408 c6271

316 REFORMADO 160m^2 3quartos sendo 1suíte. Desocupado. Tr: 99395-2720 c6271

OPORTUNIDADE
411 SUL 3qts+DCE c/ 80m^2 todo reformado aceito imóvel 1qts na troca. 99567-0883 c10859

216 3QTOS c/1ste refor nascente. 168m^2 vazio. Tr:99294-6408 c6271

1.2 ASA SUL

COBERTURA LINEAR
SMAS TR 03 3 quartos - 126m^2 - 2 vagas, condomínio Villagio Agio + Saldo devedor Valor total: R$1.800.000,00. 98585-9000 c13429

4 OU MAIS QUARTOS

309 BLOCO K p/ morar ou reformar, 171m2 interno + 92m2 área comum + 72m2 duas garagens, 5qts 1 suíte (de canto 6º andar). Particular! Só interessados R$ 1.890.000, Cel. (61) 98126-0009 (zap)

CRUZEIRO

3 QUARTOS

QD 1201 Vdo apto 3qts suite 1ºand. Só R$ 490.000 Ac prop. Urgente 99983-1953 c3149

QD 605 Bl.D 3q R$380 mil 986214352 c21756

GUARÁ

3 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

QI 33 Novo e Pronto p/ morar 3 qts. Lazer Completo 114m^2. Ligue: 3326-2222

REVENDA PaulOOctavio

QI 04 - Lote em ótima localização, terreno de 200 mts, com uma casa antiga nele edificada - 98313-1395/CJ-1700

FACULDADE CERRADO CURSO BACHAREL DIREITO PAGUE APENAS 299,00 MENSAL DURANTE PRIMEIRO SEMESTRE Mais Informações: 61 3541-8247 61 9 8260-3701 www.faculdadecerrado.com.br

1.2 LAGO NORTE

LAGO NORTE

1 QUARTO

REVENDA PaulOOctavio

CA - 09 GREEN HILLS - desocupado, Duplex, armários, 57 mts privativos, 01 vaga de garagem - 98238-0962 / CJ-1700

NOROESTE

3 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

SQNW 103 Jacy Burmann, Canto, nascente, 02 suítes, 02 vagas soltas, 123m^2 priv, cobertura coletiva - 98238-0962/CJ-1700

3 SUÍTES, VISTA LIVRE
SQNW 111 2vagas de gar 3ºandar lazer compl. 98421-2587 c5263

4 OU MAIS QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

SQNW 310 LIBERTATE - 04 Suítes, Alto Padrão, nascente, canto, completo de armários, 298 mts, cobertura coletiva, 4 vagas - 98238-0962/CJ-1700

1.2 SUDOESTE

SUDOESTE

3 QUARTOS

OPORTUNIDADE ÚNICA
SQSW 105 3qtos 1ste armºs DCE 4ºand vista livre nascente, desocupado 1 garagem ac financ/ Fgts 98466-1844 c7432

4 OU MAIS QUARTOS

305 SQSW Cobertura c/ vista 386m^2 vazia, de canto c/ lazer. 3 vgas Prédio reformado Linda!! Tr:99395-2720 c6271

REVENDA PaulOOctavio

AVALIA Gratuitamente, Vende com Rapidez, Clientes Cadastrados, Aprovamos Financiamento, Consulte-nos, CJ-1700 - 99619-2488/98238-0962

TAGUATINGA

4 OU MAIS QUARTOS

BARRA IMOBILIÁRIA cj 4202 Desde 1985 Avaliações Gratuitas QUER VENDER OU ALUGAR SEU IMÓVEL? AQUI NÃO PERDEMOS NEGÓCIO! (61) 3352-4544 www.barraimobiliaria.com.br

1.2 VALPARAÍSO

VALPARAÍSO

2 QUARTOS

COND PARK Club 5, reformado, armários, gar escrit bom preço, aceito carro 985157777 c11447

COND PARK Club 5, reformado, armários, gar escrit bom preço, aceito carro 985157777 c11447

1.3 CASAS

ASA SUL

4 OU MAIS QUARTOS

710 4 QTOS casa reformada 2 pavimentos 329m2 de área útil, churrasq. 999707721 c5525

GUARÁ

2 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

QE 26 - Ótima localização, 02 qts, 46 mts privativos, casa nos fundos, lote de 200mts - 98313-1395/CJ 1700

REVENDA PaulOOctavio

QE 26 - Ótima localização, 02 qts, 46 mts privativos, casa nos fundos, lote de 200mts - 98313-1395/CJ 1700

1.3 CASAS

GUARÁ

2 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

QI 14 - reformada, sala, 02 qts, ampla cozinha, 97 mts de construção, área de serviço, despensa - 98313-1395 / CJ-1700

4 OU MAIS QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

QE 04 - 04 quartos, sendo 02 suítes, 550 mts de construção, com ELEVADOR - 98313-1395/ CJ-1700

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

VENDE-SE
CA 06 casa nova e moderna 4 suítes área lazer completa c/habit-se 99981-1117 c9027

QI 07 Conj.17 Casa c/ 2 pavimentos original 4 qtos Lazer completo. 99970-7721 c5525

REVENDA PaulOOctavio

QI 08 - Ótima localização, com 501,57 mts, construção, em lote de 1.200 mts, com 04 qts, sendo 1 suíte, 2 banheiros sociais, lazer completo - 98238-0962 / CJ-1700

LAGO SUL

4 OU MAIS QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

JARDIMBOTÂNICO-Ouro Vermelho II, reformadíssima, 07 qts com 04 suítes, lazer completo, 800 mts construção, lote 1.000m² - 98238-0962 / CJ-1700

QI 05 Casa c/ 2 pavtos lazer compl 7qtos sendo 4 suítes, R$ 3.800.000. 99970-7721 c5525

REVENDA PaulOOctavio

SHIS QI 19 c-05 suítes, lavabo, 300mts de construção, lazer completo - 98238-0962/CJ-1700

QI 21 Cs terrea, reformado, 4qtos 2stes 1mil m² área verde. Ótima casa. Tr: 99395-2720 c6271

REVENDA PaulOOctavio

SHIS QI29 casa térrea, ótima localização, em lote UNICO com 20 mil m², lazer - 98238-0962 / CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

SHIS QI 05 - Ótima localização, lote de 3.728 mts, escriturado, casa com 647 mts, 04 quartos, sendo 02, condomínio regularizado - 98238-0962/CJ-1700

QL 08 Vdo/Alugo 2 pav. 4Stes.Excelente Residência! 99395-2720 c6271

LUZIÂNIA

3 QUARTOS

CIDADE OSFAYA/Luziânia Vd exc cs 3qts 1st, 1banh social, cozinha e sala, lt 360m² R$80mil Ac carro(61)99901-0712

CIDADE OSFAYA/Luziânia Vd exc cs 3qts 1st, 1banh social, cozinha e sala, lt 360m² R$80mil Ac carro(61)99901-0712

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

QD 26 Cond. alto padrão casa 2 pav. 4qtos 4vgs gar lazer completo Tr: 99970-7721 c5525

PLANALTINA

4 OU MAIS QUARTOS

R 1° DE JUNHO Planaltina-DF Excel casa pavimento alto padrão R$ 800mil Tr: (61) 99603-8896

RIACHO FUNDO

3 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

QN07-REFORMADISSIMA, ótimo acabamento, completa de armários, Vale a pena conferir - 98313-1395/CJ-1700

SAMAMBAIA

3 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

COLÔNIA AGRÍCOLA SAMAMBAIA - Reformada, Ótimo acabamento, armários, toda na Laje, piscina - 98313-1395 / CJ-1700

TAGUATINGA

3 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

QNC 11, OTIMO para clinicas e laboratórios, próximo ao hospital Anchieta, lote 300mts - 98313-1395/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

QNE 23, desocupada, térrea, toda na laje, suíte, 150 mts de construção em lote de 300 mts - 98313-1395/CJ-1700

4 OU MAIS QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

SETOR DE MANSÕES de Taguatinga, conjunto 13, 4 suítes com varandas, reformada, lote de 900 mts, construído 350 mts - 98313-1395 / CJ-1700

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL

REVENDA PaulOOctavio

BRASIL 21 - desocupada, sem acabamento, monte seu negócio em área nobre de Brasília - 98238-0962/CJ-1700

NÚCLEO BANDEIRANTE

AVENIDA CENTRAL Prédio no Núcleo Bandeirante c/ 25 aptos - 1, 2 e 3qtos, todos alugados c/ vagas de Garagens. + 60 em construção + 1 loja. Com renda de R$45mil mensais. Tr: 99294-6408 c6271

VALPARAÍSO

OPORTUNIDADE ÚNICA
QD 01 prédio frente BR Shopping Valparaíso 1.500 m2 área construída. Alugado por R$ 29.500,00. 98466-1844/ 981751911 c7432

SALAS

SAAN/SIA/SIG/SOF

PaulOOctavio

C.E.PARQUE BSB . SI C/ Grg Excel. Local. Telefone: 3326-2222 Cj 1700

REVENDA PaulOOctavio

SIG- PARQUE BRASÍLIA, Sala dividida, armários, 36,54 mts privativa, 01 vaga de garagem - 98238-0962/CJ 1700

TAGUATINGA

ED ALAMEDA TOWER Alugo Sala com 67m², 02 wc, no 8° andar. Tratar Jorge 98122-9816

ED TAGUACENTER
OPORTUNIDADE, VENDO sala, frente nascente. 99585-8326 c4138

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

GAMA

REVENDA PaulOOctavio

QUADRA 01, ótimo lote, em excelente localização, medindo 312 mts - 98570-3210/CJ-1700

GUARÁ

COL AGRICOLA IAPI 800m²+744m² Ac casa 99982-2672 c7187

QE 30 Lote vazio de 200m² no Guará II pronto para construir DOC 100% R$630.000,00. Tr: 99294-6408 c6271

JARDIM INGÁ

PARQUE ESTRELA Dalva IX. Vendo 1.180m² todo mudado c/casa, todo asfaltado. 3354-4312 99585-8326 c3505

PARQUE ESTRELA Dalva 8, vdo terreno 1.000m2 Tr 98187-6947

LAGO SUL

QL 10 Lote esquina 1.320m² + 2.000m² área verde.R$6.000.000,00. Único 993952720 c6271

REVENDA PaulOOctavio

SCES TRECHO 02 - OPORTUNIDADE, lote beira lago, 1.000m², ótima localização - 98238-0962/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

SMDB 12 Excelente Lote, com 11.709,84 m² + área verde em, ótima localização - 98238-0962 / CJ-1700

PLANALTINA

PLANALTINA-DF 20.000m², comercial/resid, escriturado/ registrado R$ 2.900.000,00 Tr: (61) 99603-8896

TAGUATINGA

REVENDA PaulOOctavio

SIGTAGUATINGA, escriturado e registrado, ótimo para investimentos ou sede própria, 300 mts de construção - 98313-1395/CJ-1700

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

REVENDA PaulOOctavio

LAGO OESTE, Gleba 01, 40.000 m², toda cercada e plana, excelentes pastos - 98238-0962/ CJ-1700

OUTROS ESTADOS

ALEXÂNIA - GO 02 hectares c/córrego, plano, energia, internet, próx. asfalto. R$110.000,00 à vista. Tr c/ proprietário: (62) 99806-3490/ (62) 98406-5441/ (62) 98233-1836

TRINTADE-GO 53 alq, cultura, rica em água, 3 represas, 7km Trindade Tr: (62)99327-8228/ (62)98423-3134

VALE DO PARANÁ - GO distante 270 km BSB, 2.800 Ha, 1.500 Ha formado, bastante água, 40 divisões de pasto, boa sede, 2 currais, ót. preço. 99978-1485

1.7 SERVIÇOS E CRÉDITO IMOBILIÁRIO

CONSÓRCIO

VENDE-SE
CARTA NÃO CONTEMPLADA Bancorbrás R$542.850 pago 77x 1.880,87. Bom desconto 99981-1117 c9027

BANCORBRAS
OUTROS COMPRO, Vendo Carta Contemplada ou não. Tr: 99552-8132 Whats.

VENDE-SE
CARTA NÃO CONTEMPLADA Bancorbrás R$746.374 pago 58x 2.687. Bom desconto 99981-1117 c9027

CARTA CONTEMPLADA
TEMOS BASTANTE opções, comptramos e vendemos, faça sua cotação!! End: SBN QD 02 Bl J salas 1112/1115. 61-3326-1280/61-98406-1067/ 6199982-7676. visite o site: www.queroc contempladodf.com.br

2 IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 APARTHOTEL

IMPERIAL APARTS Frigo Ar, Tv, Wifi, coz. A.s Zap 99981-9265 c4559

2.2 APARTAMENTOS

ASA NORTE

1 QUARTO

706/707 Bl B ent 46 apt 201 alg 1qt arm. emb. cortina sl coz wc R$ 1.350 991577766 c9495

2 QUARTOS

708 W3 NORTE Alugo Apartamento c/02 quartos com armários, sala, cozinha, área serviço, todos cômodos separados 54m², em cima do comercio. Tratar: 98122-9816 Jorge

3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02 Bl B lt 13 ap 101 alg ap 3q a.emb sl cz R$1.400. 99157-7766 c9495

ASA SUL

1 QUARTO

504 SUL alugo, apt 1qt, sala, cozinha, varanda, armários, elevador. Particular. Tratar : 99977-1760

JARDIM BOTÂNICO

3 QUARTOS

COND JARDIM botanico V, apto 01, 3 qts, 1 st. Tr: 98260-2143

SUDOESTE

3 QUARTOS

101 SQSW Bl I, 1 ste, DCE, armários, decorado rede e telas janelas vista livre refor, ar cond, garagem cob. Vale a pena ver! R$ 3.900, cond R$ 740. F: 99972-3726

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SCLRN 705 Bloco A W3 Norte alugo loja 90m2. Tr 99961-9568

SALAS

ASA SUL

ED BRASIL 21 42m² c/ar, 02 ambientes, WC, ao lado Torre de TV, frente Park da Cidade. (61) 99987-9698 ou Whats.

SCS QD 02 Ed Ariston sala c/85m², 89m², 110m², 175m2 e 395m², c/opção de vaga de garagem. Dir. c/proprietário. 3964-3144 **Jorge**

2.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

CIDADES SATÉLITES

SIA TR 02 Alugo lote com 2.000m². Tratar direto com o proprietário Fone: 3964-3144 Jorge

SIA TR 02 Prédio comercial com 720m², composto por subsolo, térreo e piso superior, com vagas cobertas de estacionamento privado. Tr: 3964-3144 Jorge

3 VEÍCULOS

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

VOLKS

FOX 20/21 Connection 1.6 prata 9.000km R$63.000 F:99366-5053

3.6 PEÇAS E SEVIÇOS

ALUGUEL

LOCA VIP
AUTOMÓVEIS COM AR cond, dh e km livre. Não exigimos cartão. A partir de R$ 60,00. Tr: 98282-5660 whats

CONSÓRCIO

VENDE-SE
CARTA CONTEMPLADA Bancorbrás R$73.500 entrada R$ 27.000 + 42x R$ 1.607 99981-1117

CARTA CONTEMPLADA
TEMOS BASTANTE opções, compramos e vendemos, faça sua cotação!! End: SBN QD 02 Bl J salas 1112/1115. 61-3326-1280/61-98406-1067/ 61 99982-7676. visite o site: www.quero contempladodf.com.br

CARTA CONTEMPLADA
TEMOS BASTANTE opções, compramos e vendemos, faça sua cotação!! End: SBN QD 02 Bl J salas 1112/1115. 61-3326-1280/61-98406-1067/ 61 99982-7676. visite o site: www.quero contempladodf.com.br

4 CASA & SERVIÇOS

4.1 CONSTRUÇÃO E REFORMA

CONSTRUÇÃO

MATERIAIS

CALHAS, RUFOS , Pingadeiras 06 mts qquer qtde e bitola. 61 99623-5265

PISCINA

BANHEIRA DUPLA com hidro e aquecimento . Lucas 995535119

4.3 SAÚDE

MASSAGEM TERAPÊUTICA

ESPAÇO TERAPÊUTICO
MASSAGEM, DEPILAÇÃO masculina L2 Norte. Fone 61 99649-2935

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ENGENHARIA

CONSTRUÇÃO,REFORMAS e Projetos. Cobrimos orçamentos. Agenda aberta 99831-5874

CONSTRUÇÃO CIVIL do básico ao acabamento/ contruçoes /pintura/ piso/elétrica e etc... Interessados entrar em contato 61-996247880

4.5 ENGENHARIA

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ENGENHARIA

CENTROSUL ENGENHARIA reformas c/ ART. Realizamos todos diversos serviços. Orçamento 61 9.9447-0999

ESPECIALIZADO

FABRICA DE BANHEIRAS, Spa e Ofurô 61-995535119 Lucas

OUTROS PROFISSIONAIS

DIAGRAMAÇÃO DE LIVROS Procuro escritores que precisem formatar livro. 61-998410469

INSTALACAO E MANUTENÇÃO de Ar condicionado 61-999746854

LADRILHEIRO CONTRATO com experiência. Trabalhar em Águas Claras. 99606-0530

SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO

DETETIVE ALESSANDRA
ADULTÉRIO FOTOS Nº 1 com filmagens, flagrante. Sigilo e discrição. Gps / Monitoro 24h.Trabalho todas as áreas.(61)99810-6976

DETETIVE ALESSANDRA
ADULTÉRIO FOTOS Nº 1 com filmagens, flagrante. Sigilo e discrição. Gps / Monitoro 24h.Trabalho todas as áreas.(61)99810-6976

4.7 CÃES

4.7 DIVERSOS

ANIMAIS DOMÉSTICOS

CÃES

BULDOG FRANCES Filhotes. 98320-8154

PASTOR ALEMÃO - filhote 2 meses, c/ pedigree 61-981151109

MÓVEIS E ESTOFADOS

ELEGANCES MÓVEIS Fabricação própria e reformas 61-996946959

OUTROS

LEILÃO DE ARTE, Relógios e Joias. Casa Amarela 61-999053050

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

SEMENTES E MUDAS

SEMENTES FERNANDES pastagens 40 anos de tradição menor preço da região. Promoção da semana, Branquiarão, massai. Tr. 99876-9673 99904-5099

5.2 MÍSTICOS

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

DONA PERCÍLIA
PREVINA-SE CONTRA os obstáculos que se apresentam em seus caminhos e esclareça suas maiores dúvidas sobre sua vida amorosa, profissional ou familiar. Dona Percília faz e desfaz qualquer tipo de trabalho. Somente para o bem! Saúde, Amor não correspondido, Inveja, Depressão, Vício, Intriga, Insônia, Falta de paz, União de casal. Endereço: QSA 07 casa 14 Tag.Sul Rua do Colégio Guiness. Site: www.donaperciliamentoraespiritual.com F: 3561-1336 / 99666-0730 / 98363-5506 (Zap)

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

DINHEIRO NA HORA
DINHEIRO NA HORA Para funcionário público em geral com cheque, desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/serasa. Tel: 4101-6727 98449-3461

DINHEIRO NA HORA
DINHEIRO NA HORA Para funcionário público em geral com cheque, desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/serasa. Tel: 4101-6727 98449-3461

5.4 FRANQUIAS E SOCIEDADES

NEGÓCIOS

FRANQUIAS E SOCIEDADES

EMPRESA DE CONTABILIDADE vendo Ativa desde 2016 com 9 clientesmensalistas.Interessados: 61-991097494

PROCURO
INVESTIDOR PARA recompra imóveis Caixa lucro 10% ao mês c/ garantia real 61 98668-2008

PROCURO
INVESTIDOR PARA recompra imóveis Caixa lucro 10% ao mês c/ garantia real 61 98668-2008

5.5 PONTOS COMERCIAIS

CIDADES SATÉLITES E ENTORNO

EXCELENTE LOJA!! ROUPAS E ACESSÓRIOS
LOJA COMPLETA e funcionando, mais de 13 anos na Asa Norte. Comece a recuperar seu investimento no dia seguinte! (61)98111-1531

PLANO PILOTO

CONSULTÓRIO MÉDICO
716 ED. MEDICAL Center. Vdo c/ CNPJ completo 35m² canto quitada 99970-7721 c5525

A REDE COLOR CONSTRUÇAO EIRELI
CNPJ: 18.114.995/0001-87
Torna público que está requerendo ao IBRAM/DF LICENÇA DE OPERAÇÃO atividade INDÚSTRIA DE TINTAS na QI 05 LOTES 33/34 Taguatinga/DF. SEI/DF 00391-00017746/2021-01

5.5 OUTROS ESTADOS

OUTROS ESTADOS

FRIGORÍFICO EM GOIÂNIA - VENDO
FRIGORÍFICO CIFE Federal abate 1.000 bois diários, 90% , Pronta a construção. Ótimo local (62) 98405-3733 Zap

FRIGORÍFICO EM GOIÂNIA - VENDO
FRIGORÍFICO CIFE Federal abate 1.000 bois diários, 90% , Pronta a construção. Ótimo local (62) 98405-3733 Zap

5.6 TELECOMUNICAÇÕES

SERVIÇOS

800 MEGA RESIDENCIAL
COMERCIAL a TV Top das Top Pega tudo! CLARO, VIVO e OI R$ 100,00 a mensalidade 98119-9280/99854-1714

5.7 TURISMO E LAZER

NEGÓCIOS

CLUBE

TÍTULO VENDO sócio remido, park aquático, chalés, camping Itiquira Park ac prop 981525063

VENDO 7 diárias Bancorbras. Valor : R$2.100,00 Interessados ligar: (61) 98227-4865

5.7 HOSPEDAGEM

SERVIÇOS

HOSPEDAGEM

CALDAS NOVAS-GO alugo apto para o Carnaval na Ilhas do Lago Eco Resort 998725678

PORTO SEGURO-BA Temporada apto 2 qtos na praia de Taperapuan 61-999896659

COMPRO TÍTULOS Sócio fundador ou vitalício da Pousada Rio Quente 64-992364389

COMPRO TÍTULO pousada Rio Quente Ligar para: (64)99236-4389

CALDAS NOVAS-GO alugo apto para o Carnaval na Ilhas do Lago Eco Resort 998725678

PORTO SEGURO-BA Temporada apto 2 qtos na praia de Taperapuan 61-999896659

TEMPORADA

HOTEL HOT SPRINGS
CALDAS NOVAS (GO) Apto 7 piscina, sauna, frigobar, ar, banheira 4 pessoas. Whats 61 99987-9698

5.7 ACOMPANHANTE

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

ACÁSSIA GOSTOSA Tarada Oral guloso 2 relax 61 98482-3506 Cei

CRYSTAL LOIRA 80 Relax safada Asa Norte (61)99450-9440

MASSAGISTA PRECISO
COM/ SEM EXPERIÊNCIA p/ semana ou fim d semana 61 98474-3116

5.7 ACOMPANHANTE

APE DELIRIUS
VENHA SE DELICIAR 61 98528-1834

ORAL ATÉ O FIM
FAÇO ORAL até o fim em homens. Surpreenda-se!! 61 98473-3483

WWW.SEDUCAOBSB.COM modelos alto nível 61 98153-0736

MASSAGEM RELAX

ADÉLIA GOSTOSA Tarada oral guloso 2rlx+ mas 61 99339-3141 Cei

ANE COROA TOP
P/SRS massg oral até o fim 61 991921318 406N

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
BEMESTARMASSAGENS.COM .br as 20 todas lindas 61 985621273/ 3340-8627

PRISCILA FEITA A PINCEL
NAMORADA LINDA 21ª capa revista totalm d+ 406N 6199645-7413

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
BEMESTARMASSAGENS.COM .br as 20 todas lindas 61 985621273/ 3340-8627

EDITAL DE INTIMAÇÃO - LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei. etc. - F A Z S A B E R aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a BANCO BRADESCO S/A, na qualidade de CREDORES FIDUCIÁRIOS, pelo requerimento de 13/04/2021, requereu a este Serviço Registral as intimações de THIAGO DA SILVA TAVARES, autônomo, e sua mulher GABRIELLA DE MIRANDA FARIA TAVARES, advogada, brasileiros, inscritos no CPF sob os nºs 733.215.911-20 e 036.452.191-02, respectivamente, residentes e domiciliados nesta cidade, na Quadra QSS 05 Rua 310 Apartamento nº 306 — Lote 01, Bloco "D", Águas Claras. DF, na qualidade de DEVEDORES FIDUCIANTES nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaça o pagamento da importância de R$ 59.770,55 (cinquenta e nove mil e setecentos e setenta reais e cinquenta e cinco centavos), atualizada até o dia 17/02/2022, correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da escritura de compra e venda com alienação Fiduciária do Lote nº 23, da Rua COCAL — do loteamento denominado "Morada de Deus", desta cidade, objeto da matrícula nº 104.600. Os Devedores Fiduciantes não foram localizados nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com a certidão do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal. Desta forma, ficam os DEVEDORES FIDUCIANTES, acima qualificado, CONSTITUIDO EM MORA E INTIMADOS, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS — QUADRA 08 — BLOCO "B nº 60" — SALA 140C — "VENÂNCIO SHOPPING" anteriormente denominado "Venâncio 2000", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Lote nº 23, da Rua COCAL — do loteamento denominado "Morada de Deus", desta cidade, em nome do CREDOR FIDUCIÁRIO - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 07 (sete) dias do mês de janeiro de 2022. - LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL — OFICIAL

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

ATENDENTE/AUXILIAR Cozinha, Aux.Serviços Gerais (Limpeza) e atendente loja p/ empresa Marzuk. Vagas p/ Águas Claras e Asa Norte. Cv p/: adm.aux@marzuk.com.br

AUXILIAR DE . MANUTENÇÃO Estamos contratando Tr: (61) 99680-6512

CANTEIRISTA DE MARMORARIA Cv p/: vagassahara@gmail.com

CASEIRO EXPERIÊNCIA com trator. Rancho Sobradinho. Whatsapp 98151-0007

ÇASEIRO COM EXPERIÊNCIA em trator. Rancho Sobradinho. Só whatsapp 61 99861-8777

CASEIRO COM REFERÊNCIA e experiência em jardinagem. para trabalhar no Lago Norte (residência), que possa dormir no emprego. Tr: horário comercial 98439-3924 Zap ou CV: adrianamendes@mota.adv.br

COPEIRA/COZINHEIRA com exper. Enviar CV p/ rh22.selecao@hotmail.com

COZINHEIRO CHURRASQUEIRO Aux de Cozinha todos c/exp p/ Rest SIA 99909-9896

DOMÉSTICA QUE DURMA com experiência e referência p/ trabalhar de Segunda à sábado para Asa Sul R$ 1.412,00. Interessadas contato: 98203-0265.

CONTRATA-SE
DOMÉSTICA QUE SAIBA fazer todo o serviço, seja proativa! Somente c/ referência . Trabalhar no Paranoá R$1.400,00 + VT Tr:(61)99924-2575

MANICURE PEDICURE p/ salão no Núcleo Bandeirante 61-99528-7019

6.1 NÍVEL BÁSICO

MASSAGISTA CONTRATA-SE com e sem experiência pra Ceilândia (dia e noite) ótimos ganhos, começo imediato. (61) 99155-1267 Zap

MASSAGISTA PRECISO
COM/ SEM EXPERIÊNCIA p/ semana ou fim d semana 6198474-3116

MOTORISTA Estamos contratando. Interessados favor ligar (61) 99680-6512

PEDREIRO/LADRILHEIRO p/ Águas Claras salário a combinar. Enviar currículo: gestaopessoaspec@gmail.com

PROFISSIONAIS CONTRATAMOS Temos vagas de emprego disponíveis! Salário da Categoria + Benefícios. Interessados enviar currículo para: vagas@benditaconsultoria.com.br

SELECIONADOR DE MATERIAIS Recicláveis -Estamos contratando. Informações: (61) 99680-6512

SERVIÇOS GERAIS, auxiliar de loja e vendedora c/ experiência. Video de apresentação + currículo p/ 61-98152-6196

SUSHIMAN OPORTUNIDADE p/ trab. Vila Planalto. 61-999764639

CONTRATA-SE
TRABALHADOR RURAL p/ Serviços Gerais, que saiba fazer cerca arame liso, manutenção geral de fazenda e conhecimento em trator e caminhão. Ter disponibilidade de morar na fazenda. Planaltina DF. 61 99208-9905

VIDRACEIRO,INSTALADOR de vidros temperados com experiência e CNH para início Imediato CLT fixo + produtividade + VA + VT. CV p/: vagas.taguabox@gmail.com ou p/ whatsapp: 99133-5195

DOMÉSTICA PROCURO forno e fogão todo serviço. De seg a sáb whatsapp 981728302

NÍVEL MÉDIO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO ASWN Engenharia contrata, desejável, excek, word, e rotinasadministrativas.Intressados entrar em contato: 61 3037-3997 ou 61 99205-7520

6.1 NÍVEL MÉDIO

ASSISTENTE DE CONTABILIDADE Experiência em DP e eSocial $ 1.429+VT+VA Enviar CV: dptoderecrutamento@gmail.com

ATENDENTE / CAIXA p/ Cafeteria Lago Sul. CV p/: lagosulcontrata2022@gmail.com

ATENDENTE CONTRATAMOS c/ perfil dinâmico. CV p/: tudoticadp@gmail.com

ATENDENTE CONTRATA-SE c/ experiência em Ifood escala 12x36. Cv p/. crdutraalimentos@gmail.com

ATENDENTE CONSULTÓRIO p/ Clínica no Lago Sul. Enviar Cv: vagaatendenteconsultorio@gmail.com

AUXILIAR DE LOGISTICA Habilitado - B Contrata-se p/ serviços de entrega Clinicas e Hospitais. Cv p/: translaser.logistica@hotmail.com

AUXILIARADMINISTRATIVO Loja de Veiculos Semi-novos em Taguatinga contrata. Interessados enviar currículo para: rh.atendimentoloja@gmail.com 61-0

AUXILIAR DE SERVIÇOS
GERAIS PARA ESCRITÓRIO p/ execução de faxina/limpeza e serviços Gerais, jornada de 44hs semanais R$ 1.251,00 + VT+ VR CV para: vagasdf12@gmail.com

AUXILIARADMNISTRATIVO e de cobrança. Cv p/: gerenciafotoshow@gmail.com

AUXILIARDECONTABILIDADE Experiência em DP E-Social $ 1.430+VT+VA . Enviar CV: dptoderecrutamento@gmail.com

BOMB HIDRÁULICO Currículo: recrutamentocontrolar@gmail.com.Taguatinga-DF

CUMARIM
CONTRATA
CHAPEIRO, UXILIAR de Cozinha, Garçom, Cumim e Caixa. Maior de 18 anos, segundo grau completo, com ou sem experiência.Disponibilidade de horário. CV para cumarimrecrutamento@gmail.com Especificar qual vaga de interesse.

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONSTRUTORA
CONTRATA
COMPRADOR COM experiência no Software de gestão UAU. Enviar currículo para: contratacomprador2022@gmail.com

CORRETOR(A) DEIMÓVEIS CV p/: contato@planoimoveis.com.br

DIGITADOR/DEGRAVADOR para a atividade de transformar/digitar áudio para texto. Requisitos:Excelenteportuguês,conhecimentosintermediários de informática, preferência graduação em Letras. Local de trabalho: Valparaíso, segunda a sábado. Interessados enviar currículo para: rhrdkselecao2020@gmail.com

DOMESTICA/ARRUMADEIRA p/ trabalhar no Lago Sul, p/ casa de casal. De 2ª a 6ªfeira 999671737 / 3364-1737

DOMÉSTICA QUE CUIDE de criança, da casa e cozinhe p/ Lago Norte 61 99864-5490

ESTOQUISTACONTRATA-SE Fixo + VT+ VA. Curriculo para: fale@casadaquimicadf.com.br

FLORISTA COM EXPERIÊNCIA que tenha disponibilidade para ir para os Estados Unidos com visto. Interessadas enviar CV p/: fatimasouzausa@hotmail.com

GERENTE DE MONTAGEM de Eventos Externos. Flexib. de horário, disponib. viagens. hab. B e D. Cv: r8m5svagas@gmail.com

MOTORISTA CARTEIRA D só DF. Sal fixo + VT + VA. CV p/: fale@casadaquimicadf.com.br

MOTORISTA VAGA cat. D. Currículo p/: 98151-0001 só whats

CONTRATA-SE PROFISSIONAL Comissão de até 50% na venda e mensal no aluguel. Imobiliária de alto padrão na Asa Sul. Exigimos CRECI e carro. 61-981307920

PROFISSIONALDEPARTAMENTO Fiscal Sistema Alterdata contrata-se. Interessados enviar Currículo para o email : jnildo .imperio@hotmail.com

PROJETISTA DE MÓVEIS e estud. de Designer de Interiores. Whatsapp 99265-8742 ñ ligar

6.1 NÍVEL MÉDIO

PROMOTOR (A) /REPOSITOR de mercadorias contratamos p/ trabalhar em rota c/ experiência comprovada em CTPS. Interessados enviar CV p/: rh@germana.com.br

REPRESENTANTE COMERCIAL c/ experiência. CV p/: gerenciafotoshow@gmail.com

SECRETARIACONTRATA-SE com experiência em vidraçaria. Trabalhar no Lago Sul. (61)9.9658-7445

TECNICO ELETRONICA e ou auxiliar com experiencia em conserto de equip. em bancada 99396-5121

TÉCNICO COM EXPERIÊNCIA em instalação de sistemas de telefonia, antena coletiva e rede. Enviar currículo p/: rh.adm.bsb@gmail.com

TÉCNICO CONTÁBIL eSocial. Vaga p/ Suporte na utilização do software contábil. Experiência em DP, eSocial, EF e CT $1.430+VR+VT. Interessados enviar Currículo: dptoderecrutamento@gmail.com

TÉCNICO DE AR Condicionado e Refrigeração c/ experiência comprovada. Enviar CV p/: vagas.tecnico01@gmail.com

TÉCNICO(A) DE ENFERMAGEM
ESTAMOS RECRUTANDO Técnicos(as) de Enfermagem para atuar em assistência domiciliar / regime de Home Care. Os interessados(as) entrar em contato através do número (61) 99979-0034

TÉCNICO ELETRÔNICA e ou auxiliar c/ exper. em manut. nobreak Mensal ou diária. Tr via whatsapp 99989-7472

TÉCNICO ELETRONICA e ou auxiliar c/ experiencia. Favor em conserto de equip bancada, nobreak. Tr: 99396-5121

TÉCNICO EM SEGURANÇA eletrônica c/ experiência. Salário + benefícios. CV no e-mail: tulio@tsas.com.br

VENDEDOR(A) DE MÓVEIS e Colchões c/ experiência. Interessados enviar currículo p/ o e-mail: rh.newonline@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

VENDEDOR(A) VAGA vendas de empréstimo consignado. Enviar CV p/: selecaorwpromotora@gmail.com

VENDEDOR(A) PRECISO p/ marmoraria . Cv p/: vagassahara@gmail.com

VENDEDOR(A)C/EXPERIÊNCIA em vidros temperados c/ CNH e veículo próprio. CLT Fixo + comissão + VA + aux combustível. Cv p/: vagas.taguabox@gmail.com / whatsapp 99133-5195

VENDEDOR (A) INTERNO - Oportunidade de ganhos de até R$ 6 mil reais mensais em home-office, Flexibilidade de horário, Regime MEI, Ajuda de custo. Enviar curríulo p/: administrativo@ descomplicarecuperadora. com.br

GERENTE DE VENDAS captação de novos alunos. R$ 4.000,00 fixo + comissões, PLR, outros. Interessaos enviar CV para: seevan.co@gmail.com ou Tel:61-35222560

ASSISTENTE COMERCIAL Contrata-se.Interessados entrar em contato: 61-983236292

EMPRESA EM EXPANSÃO Contrata. Maiores informações entrar em contato no telefone 61-982081888

VENDEDOR COM experiência, contrata-se. Interessados entrar em contato através do número: (61)98129-4307

CONSULTOR DE VENDAS: Externo. Contrata-se. Interessados entrar em contato 61-982958028

TECNICOEMCONTABILIDADE - Vaga para trabalhar em escritório de contabilidade no Lago Norte, que tenha experiencia no sistema COM21. Interessados enviar Currículo para: warley@wguerra.com.br

VENDEDOR (A) INTERNO - Oportunidade de ganhos de até R$ 6 mil reais mensais em home-office, Flexibilidade de horário, Regime MEI, Ajuda de custo. Enviar curríulo p/: administrativo@ descomplicarecuperadora. com.br

EMPRESA EM EXPANSÃO Contrata. Maiores informações entrar em contato no telefone 61-982081888

NÍVEL SUPERIOR

CONTRATA-SE
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO que esteja cursando arquivologia a partir do 6º semestre, que tenha experiência na área administrativa de no mínimo 02 (dois) anos. Para trabalhar em Taguatinga Norte. Salário a combinar. Interessados enviar currículos para o e-mail: edvaldo@ redeigrejinha.com.br

ANALISTA DE MÍDIAS Sociais de 2ª a 6ª 8h às 18h e sab de 8h às 12h CV p/: recrutamentoclinica2020@gmail.com

AUXILIAR DE DEPARTAMENTO Fiscal c/ exper. e CRC. CV p/: josimalbs@bol.com.br

BIOMEDICA ESTETA Registrada no CRBM. CV para: recrutamentoclinica2020@gmail.com

PROFESSOR(A) DE INGLÊS Colégio Arvense seleciona p/ Asa Norte. CV p/: selecaoarvense@gmail.com

PROFESSOR(A) DE FRANCÊS c/ experiência. Interessados enviar Cv: professordefrances2022@gmail.com

PROFESSOR(A) DE INGLÊS p/ Asa Norte. Enviar CV: selecaoarvense@gmail.com

PROFISSIONAL MARKETING Digital e Redes Sociais. Salário a combinar. Enviar CV p/: buscadetalentos169@gmail.com

SECRETÁRIA P/ CONTABILIDADE Cv: contato@araujocontabilidades.com.br

6.1 NIVEL SUPERIOR

FISIOTERAPEUTAS RPG Contrata-se. Interessados entrar em contato no telefone: (61) 99651-8115

PROFESSOR DE INGLÊS Curso de inglês de alto padrão contrata com experiência Interessados entrar em contato no telefone: (61)98178-4426

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

MOTORISTA E CASEIRO Ofereço meus serviços, refer/ experiência 3625-3212/ 99679-4545

DIARISTA, FAXINEIRA e passadeira. Moro em São Sebastião. Tenho exper e refer 99386-6226

NÍVEL MÉDIO

FAXINEIRA PASSADEIRA ou Babá Ofereço meus serviços R$ 160. Tratar: 61 993293208

MOTORISTA PARTICULAR arrumadeira, cuidadora ofereço os meus serviços. 99191-8299

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

SERVIÇOS

CURSOS

AVALIADOR DE DIAMANTES. Curso online. Zap (62) 99952-7265